

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

11

Epistemologías del Sur



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

100 ANOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE CÓRDOBA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DESCOLONIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

*Daniela Lima

Em junho de 1918 iniciava-se um importante movimento estudantil na cidade de Córdoba, na Argentina, que buscava pensar e construir uma universidade a partir da América Latina. Muito além de repercussões locais, este foi um importante marco na história das nossas universidades, já que o movimento teve um alcance continental, espalhando suas ideias pelos diversos países do território que, naquele momento, eram marcados por características e demandas semelhantes. Entre as pautas levantadas pelos estudantes da Universidade de Córdoba, destacamos a busca pela democratização da universidade e sua abertura para o povo, o que desencadeou na reformulação do conceito de extensão universitária (atividades extramuros) e sua adaptação às demandas específicas das sociedades latino-americanas. Cabe aqui lembrar que as universidades fincaram suas raízes em nosso território no período da colonização, sendo que a Universidade de Córdoba é uma das mais antigas no Novo Mundo, fundada no ano de 1621.

Compreendemos que no momento em que se comemoram os 100 anos deste movimento, cabe rememora-lo e fazer uma leitura atual das nossas instituições universitárias à luz deste legado, tomando como foco o eixo da extensão universitária, pela característica que lhe é própria de diálogo e permeabilidade às demandas e necessidades da sociedade. Nesse sentido, trazemos o exemplo da extensão - e o diálogo entre universidade e comunidade que esta objetiva - como potenciais para a renovação da universidade pública no século XXI, referenciada no pensamento pós-abissal e na ecologia de saberes.

Pensando a extensão universitária na América Latina podemos afirmar que o movimento estudantil de Córdoba em 1918 convoca a universidade pela primeira vez a assumir funções que extrapolem seus muros. Até então em nosso continente nem a universidade colonial nem a universidade republicana haviam incorporado esta função, perdurando uma concepção estritamente profissionalizante/vocacional inspirada no modelo francês de ensino. Desta forma, o movimento inspirava não apenas uma reforma acadêmica, mas buscava reformular a própria compreensão da universidade, devendo esta assumir uma função social, projetando-se para a sociedade como um todo e para a resolução dos seus problemas. Essa consciência política e social sobre as novas funções da universidade marcou profundamente as instituições de ensino superior na América Latina, naquele momento algo ainda inédito em outras regiões do mundo.

Porém, decorrido um século deste importante movimento estudantil, a concepção de extensão universitária passou e passa por diversas críticas que buscaram aperfeiçoar a sua função social e a sua realização como atividade emancipadora e crítica. Desenvolvendo esta concepção, Paulo Freire (1992) problematiza o uso da palavra

extensão já que esta remete a ideia de “transmissão, entrega e doação”, colocando do outro lado um sujeito receptivo e passivo. Para Freire é possível notar que o objetivo desta extensão é fazer com que a população alvo das ações substituam seus “conhecimentos” por outros que são ofertados pelos especialistas, numa relação sem espaço para o efetivo diálogo transformador. O autor ressalva que uma das consequências da relação antidialógica é a invasão cultural, sugerindo que um sujeito invade o espaço histórico e cultural do outro, reduzindo-o a um mero objeto de suas ações. Ao contrário disto, o que se pretende com o diálogo “[...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreende-la, explica-la, transforma-la” (Freire, 1992, p.52). No momento em que apenas relações antidialógicas são construídas estabelece-se uma “invasão cultural”, sendo possível afirmar que os extensionistas que atuam neste sentido também podem ser tomados como colonizadores, uma vez que “invadem” outras culturas impondo distintos saberes. Atualizando este debate e ampliando as possibilidades de ação frente ao colonialismo do pensamento, Boaventura de Sousa Santos (2010) compreende que o próprio desenvolvimento da ciência vem produzindo a invisibilidade de outras formas de saber. Esse processo resultou numa divisão abissal que separa o conhecimento científico como o “lado de cá” da “linha” e o pensamento leigo como o “lado de lá”, sendo que apenas o conhecimento científico será reconhecido. Para superar essa fragmentação, Santos sugere a construção de um pensamento pós-abissal, ou seja, um pensamento ecológico onde o “lado de cá” desta linha possa aprender com o “lado de lá”, a partir do encontro entre uma pluralidade de pensamentos, sendo um deles a ciência. Segundo o sociólogo português: “Enquanto as linhas abissais continuarem a desenhar-se, a luta por uma justiça cognitiva não terá sucesso se estiver baseada apenas na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico” (p.57).

Portanto, aqui destacamos um importante diálogo entre Paulo Freire e Boaventura, uma vez que ambos compreendem que a transmissão do conhecimento científico e a sua difusão na sociedade são formas de perpetuar as injustiças cognitivas. Isso significa que a extensão pode ser utilizada de maneira equivocada a serviço da difusão do conhecimento científico e da substituição dos saberes “leigos” por saberes científicos, cabendo então a atualização das suas funções e a construção crítica deste conceito. Diante da complexidade das questões existentes em nosso mundo atual é preciso que o conhecimento produzido nas universidades alcance um diálogo ecológico com saberes não-hegemônicos, buscando-se alternativas e a resolução de importantes questões e problemas atuais, reconhecendo que esta produção de saberes não é restrita a ciência.

A partir desta concepção surge o conceito de ecologia de saberes, onde este diálogo entre o conhecimento científico (que representa o Norte global do colonizador) e o conhecimento popular e leigo (que representa o Sul global do colonizado) serve de base para a construção de comunidades epistêmicas mais amplas, produzindo na universidade um espaço de interconhecimento. Desta forma, a população e os grupos sociais podem intervir, saindo da condição exclusiva de aprendizes. Nas palavras de Boaventura esta nova relação entre a universidade e a comunidade pode ser compreendida como um “aprender com o Sul”, este último deixa então a condição de mero objeto da ciência. A ecologia de saberes representa o reconhecimento da

existência de uma pluralidade de conhecimentos, sendo um deles o conhecimento científico, sendo que todos estes conhecimentos devem ser vistos de forma horizontal. Podemos compreender que a ecologia de saberes se caracteriza como uma revolução epistémica no seio da universidade, enquanto um conjunto de práticas que promovem a convivência ativa dos diferentes saberes, tem como espaço privilegiado para a sua realização a extensão universitária. Nesta perspectiva, a extensão deve realizar-se através dos preceitos críticos, como uma troca de saberes e não de maneira verticalizada através de prestação de serviços ou transmissão de conhecimentos. Somente desta forma a universidade poderá reorientar a sua relação com a sociedade, transformando esta instituição num espaço público de interconhecimento a serviço da sociedade. Nesse sentido, o Movimento estudantil de Córdoba é compreendido como ponto de partida para a projeção de outros cenários e mundos possíveis, onde a universidade ocupe um lugar não mais de reprodução do instituído mas sim, de produção de novas forças emergentes e instituintes a partir do Sul, com o Sul e para o Sul.

Referências

Freire, P. (1992). Extensão ou Comunicação? Ed São Paulo, Paz e Terra.
Santos, B. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez.

.....

* Daniela Lima

Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (Universidade Federal da Bahia)
PPGEISU/UFBA. Salvador, Brasil

Resumen de ponencia

A AMÉRICA-LATINA NO CENTRO: UMA PERSPECTIVA NÃO-EUROCÊNTRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

*Amanda Moreno Medina

O presente ensaio busca apresentar os debates acerca da construção do que é chamado de Modernidade a partir de uma perspectiva latino-americana, por meio de pesquisa bibliográfica, baseando-se nos textos compilados na obra "La Colonialidad Del Saber: Eurocentrismo Y Ciencias Sociales: Perspectivas Latinoamericanas", do sociólogo venezuelano Edgardo Lander, e na obra "O Roubo da História", do antropólogo Jack Goody. O objetivo do ensaio é repensar o conceito de modernidade, questionando as narrativas europeias e colocando a América-Latina - o subalterno colonizado - no centro, de forma que seu papel nesse processo histórico seja desconstruído e recriado.

Jack Goody, nascido em 1919 em Londres, foi um dos maiores antropólogos do século XX. Em "O roubo da história", discute o eurocentrismo e questiona a validade das invenções do Ocidente, apontando as formas em que o Oriente foi roubado e apropriado. Neste trabalho, as ideias apresentadas por Goody encontram o pensamento dos autores latino-americanos do grupo Modernidade/Colonialidade, um coletivo de estudos formado em 2002 com o objetivo de oferecer alternativas epistemológicas ao projeto da Modernidade eurocêntrica, partindo de uma perspectiva decolonial. Entre seus integrantes estão os sociólogos Aníbal Quijano, Edgardo Lander e o filósofo Enrique Dussel. Tanto nas obras de Goody quanto no pensamento decolonial aparece o conceito de eurocentrismo, definido pelo sociólogo e historiador Muryatan Santana Barbosa como uma "crença generalizada de que o modelo de desenvolvimento europeu-ocidental seja uma fatalidade (desejável) para todas as sociedades e nações. (BARBOSA, 2008, p. 2)"

Como afirma Enrique Dussel (2005, p. 30) em seu artigo intitulado Europa, Modernidade e Eurocentrismo, toda cultura é, em certa medida, etnocêntrica, atribuindo a si mesma a condição de superioridade. Goody (2008, p. 21) aponta que a história de toda nação é parcial, pois cada grupo cultural enxerga o mundo através de sua perspectiva. Porém, a história da Europa possui a particularidade de ter sido vinculada com o passado de outras civilizações e, a partir disso, imposta como universal. O sociólogo Aníbal Quijano (2005, p. 11), em seu artigo intitulado "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina", trata dos mitos essenciais para a criação e sustentação do eurocentrismo como verdade universal. Em primeiro lugar - e como alicerce principal - a (re)criação da história da civilização como um processo linear que culmina na Europa. Em segundo lugar, a ideia de que as diferenças entre os mundos europeu e não-europeu partem de diferenças raciais, portanto biológicas, e não de processos históricos de conquista e poder. Por fim, é possível adicionar aos mitos a ideia de dualismo que divide o mundo entre civilizado/primitivo

e moderno/tradicional, sendo o europeu o civilizado, restando as demais civilizações o lugar de barbárie. Em síntese, o mito que fundamenta o eurocentrismo é a ideia de que a civilização partiu de um estado de natureza e encontrou seu ápice na Europa. Essa perspectiva foi articulada com a divisão e classificação racial do mundo - com origem no processo de colonização da América -, na qual os não-europeus foram realocados no novo tempo histórico como povos primitivos e do tempo passado, tendo sua história, cultura e descobrimentos apagados.

Logo, para que a Europa se tornasse o centro da história mundial foi preciso criar uma narrativa que a posicionasse também no ápice da evolução humana. Uma das formas de tornar isso possível foi reescrever a história, apropriando-se de ideias e invenções de outros povos - especialmente Orientais - como aponta Jack Goody. A fim de alimentar a narrativa estado de natureza-Europa, foi preciso reinventar a história da Antiguidade Clássica, que compreende o período greco-romano (Goody, 2008, p. 44). Em primeiro lugar, a relação entre a Antiguidade e seus predecessores da Idade do Bronze - período marcado por sociedades asiáticas de grande importância - foi deixada para cair no esquecimento. Para que a Antiguidade Clássica fosse vista como o início de um novo mundo - um mundo europeu - foi preciso ocultar da História as influências materiais e intelectuais de povos asiáticos e africanos que formaram o mundo grego. Dessa forma, são atribuídos somente aos gregos as invenções e ideias que resultaram desse intercâmbio de culturas e saberes. O simples ato de estabelecer esse período como "antiguidade clássica" revela a ideia de que o anterior é arcaico, alimentando também a narrativa da história como linear.

A questão da Antiguidade também é abordada por Enrique Dussel, que expõe a forma na qual a Europa foi edificada sobre essa construção. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a Europa moderna, como filha da linha evolutiva Grécia-Roma-Europa, é uma invenção ideológica do século XVIII, fruto do romantismo alemão (Dussel, 2005, p. 25). A Antiguidade Clássica é filha de fenícios e semitas tanto quanto é filha do mundo egípcio e dos povos do Norte. Além do mais, o conhecimento do mundo helênico-romano foi levado ao mundo europeu feudal pelos povos islâmicos, os mesmo que, juntamente com os povos judaicos, foram responsáveis pelos conhecimentos mais avançados da região mediterrânea.

Em síntese, a Europa moderna ocidental não possui ligação direta com o mundo grego. Durante o Renascimento Italiano o mundo ocidental latino se une ao mundo grego oriental, ocultando a origem helenística-bizantina do mundo muçulmano e criando a narrativa de que o Ocidente é formado pelos mundos Helenístico, Romano e Cristão. Assim nasce a ideologia eurocêntrica que coloca a cultura grega clássica como algo exclusivamente europeu, além de criar a narrativa de que as culturas grega e romana sempre foram o centro da história mundial.

A Modernidade, como projeto civilizatório, é produto do eurocentrismo, idealizado e posto em prática pelas grandes potências europeias. Segundo Dussel (Ibid., p. 28), podemos falar de dois conceitos de Modernidade: o atualmente aceito e o que parte de uma perspectiva mundial. O primeiro é a da Modernidade como uma emancipação "da imaturidade por um esforço da razão como um processo crítico (Ibid., p. 45)". O filósofo e sociólogo alemão Jurgen Habermas aponta como eventos chaves desse processo a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. A filósofa alemã Hannah Arendt, por sua vez, aponta como eventos que iniciaram a era moderna a "descoberta" da América e a exploração de toda a Terra; a Reforma Protestante e a

invenção do telescópio. Ambas visões são eurocêntricas, pois assumem que a Modernidade partiu de eventos intra-europeus. O autor propõe, então, uma segunda visão da Modernidade, partindo de um sentido mundial. Dessa forma, antes de 1542 existiam sistemas e histórias locais que coexistiam entre si e apenas com as grandes navegações nasce uma História mundial, sendo a etapa Moderna iniciada com o mercantilismo mundial espanhol. Mais tarde, com a Revolução Industrial, a Inglaterra se torna o centro do sistema-mundo e constitui como periféricas todas as demais culturas. A América-Latina entra no período moderno como o Outro, que é dominado e explorado pelo Eu europeu. A Modernidade, segundo o filósofo Walter Mignolo, constrói o mundo Ocidental enaltecendo seus triunfos na medida que esconde sua face oculta, a colonialidade - que a constitui de forma que uma não existe sem a outra. O projeto da Modernidade se justifica por ser movido pela Razão, mas o mito que a sustenta oculta uma práxis irracional e violenta: uma civilização, a que se toma como moderna, identifica-se como mais desenvolvida em relação aos povos "primitivos", e por isso sua missão moral é agir para o desenvolvimento dos bárbaros. Se o povo primitivo resistir - e irá resistir - a práxis moderna deve usar da violência pelo bem maior. Essa práxis produz vítimas, mas seu ator toma o papel de herói-colonizador e impõe aos colonizados a culpa pela violência infligida, tornando o processo civilizatório inocente e a violência necessária, pois é preciso que os povos atrasados façam sacrifícios em prol da Modernidade. Dussel aponta a importância da superação da Modernidade, e para que isso seja possível é necessário, em primeiro lugar, negar o Mito que a justifica. É preciso que o Outro, negado e vitimado, descubra-se como inocente, para poder reconhecer a culpa no processo conquistador e civilizatório da Modernidade. Ao negar a inocência da violência moderna, ao reconhecer a Alteridade do Outro, é possível enxergar as vítimas desse processo - "el mundo periférico colonial, el indio sacrificado, el negro esclavizado, la mujer oprimida, el niño y la cultura popular alienadas (Ibid., p. 49)" - como vítimas de uma violência irracional e injustificável.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidad y Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 41-54.

GOODY, Jack. O roubo da história: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 164 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 122-151.

ARENDT, Hannah. A vida activa e a era moderna. In: ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed. Chicago: Forense, 2010. Cap. 6. p. 309-321.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, v. 1, n. 1, p.46-63, jun. 2008. Disponível em: .

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da Modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulos, v. 32, n. 94, p.1-18, 22 jun. 2017. Disponível em: .

.....

*** Amanda Moreno Medina**

Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA. Foz do Iguaçu, Brasil

Resumen de ponencia

A COMUNICAÇÃO, AS DESIGUALDADES E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL, NECESSÁRIA E URGENTE.

*Inesita Soares De Araujo

Por razões de formação histórica, mas também por se constituir em objeto de disputas epistemológicas, a Comunicação apresenta uma forte dimensão instrumental, que a invisibiliza como processo social, como relação de poder, como lugar de produção dos sentidos sociais, portanto de constituição de realidades e como direito. Esta característica, bastante naturalizada, torna-se mais visível e mais atuante como organizadora de discursos e práticas em campos de interface vinculados às políticas públicas, como é o caso da Comunicação e Saúde. Como decorrência, a comunicação não é levada em consideração como vetor de desigualdades em saúde: nenhuma das instâncias que observam, estudam e agem sobre essas desigualdades inclui a comunicação (nem mesmo a informação) no seu escopo de fatores determinantes, indicadores ou qualquer outro aparato analítico. No entanto, o acesso à comunicação e mais, o reconhecimento ao direito à comunicação, assim como a natureza da comunicação praticada são elementos fundamentais na produção das desigualdades sociais e políticas, no caso as muitas desigualdades/iniquidades em saúde ou, no contraponto, mediação para uma situação de mais equidade.

Com estas questões como ponto de partida, fiz um movimento no sentido de desenvolver indicadores que relacionassem comunicação à desigualdade, considerando que os sistemas de saúde só trabalham com indicadores, portanto seria a melhor forma de buscar reconhecimento para a comunicação. Como parte movimento, cumpri um estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais em Coimbra, sob a supervisão do prof. Boaventura de Souza Santos, com a intenção de aprofundar a compreensão das desigualdades pelas lentes das Epistemologias do Sul. O resultado foi bem mais além do esperado e possibilitou desnaturalizar ideias e práticas, além de promover uma conversa frutífera com os autores com que eu já trabalhava, que estavam na base de um modelo de comunicação para políticas públicas proposto em meu doutorado, que considera a comunicação um processo de disputa pelos sentidos do mundo, mas um mundo desigual, inclusive na possibilidade de participar dessa disputa. No pós-doutoramento, foi possível elaborar um método de reconhecimento de cenários e evidências no trabalho com populações negligenciadas que leva em conta o conceito de tradução intercultural de Santos, associada à ideia de escuta profunda, ideias que perpassam boa parte de sua obra. A tradução intercultural veio em socorro da pergunta metodológica básica que surge quando consideramos uma sociologia das ausências e das emergências: como lidar com a pluralidade de experiências que a sociologia das emergências faz perceber e com a diversidade de saberes que a sociologia das ausências visibiliza, quando se busca denominadores comuns? Esse método está sendo posto em prática através de teses de doutoramento

que oriento, com diferentes temas e sujeitos, além de estar consolidado em um projeto de pesquisa que aguarda financiamento. São seus principais elementos articulados, além de sua fundamentação epistemológica e teórica que desejo apresentar ao debate na 8ª Conferência Latino-americana e Caribenha das Ciências Sociais.

Uma das teses, a ser defendida em junho, usa o método fílmico como tradução intercultural entre ciganos do Brasil e de Portugal, possibilitando um processo de intercâmbio de percepções e pontos de vista sobre as políticas de saúde para minorias. A outra, buscando compreender a produção dos sentidos sobre a miséria / extrema pobreza, usa a fotografia como forma de intercâmbio de percepções sobre a pobreza entre pessoas em situação de rua e moradores de periferias pobres urbanas, em diferentes cidades, como possibilita o debate entre as pessoas do mesmo grupo participante. Uma terceira, já defendida, parte da escuta profunda com pessoas com diagnóstico de esquizofrenia, para compreender as linhas abissais que produzem sua inexistência social e sua invisibilização como seres comunicacionais.

Essas experiências de aplicação metodológica fazem uma avaliação da viabilidade do método, ao mesmo tempo em que o enriquecem. O que gostaria de trazer à conferência da Clacso, para debate, é um pouco desse movimento e dessas questões.

.....

* Inesita Soares De Araujo

Fundação Oswaldo Cruz Fiocruz. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE FARMACOTERÁPICOS: UM OLHAR PELA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS

*Márcia De Oliveira Teixeira

*Vinicius Pellizzaro Klein

Um farmacoterápico é uma substância, natural ou sintética, destinada a uma finalidade curativa, paliativa ou preventiva de saúde de um paciente. Mais do que compreender a definição do que é um fármacoterápico, nos interessa problematizar sobre sua construção, isto é, sobre como um elemento, qualquer que seja, pode ser nomeado como tal. Em nossa cultura ocidental, este sentido e valor são atribuídos de forma hegemônica pela ciência através da produção de evidências cumulativas, que vão desde a descoberta de uma molécula, até os experimentos com humanos (última fase de investigação). Embora a aparente objetividade deste percurso metodológico seja difícil de ser questionada, pois tem o poder de mobilizar inúmeros recursos humanos e tecnológicos, ainda assim existem muitas subjetividades que constituem este longo processo de investigação. Cada critério de aferição e interpretação não é uma operação espontânea, mas algo negociado entre uma comunidade, debatido e interpretado. Podemos ainda problematizar em uma escala maior ao perguntar: que comunidade científica participa deste processo de definição de critérios? Ou ainda: quão representativo pode ser um número reduzido de voluntários que se submetem como “cobaias” a pesquisa de um fármaco? Questões como estas tensionam uma ciência pretensamente universal frente à complexidade do mundo. Dada universalidade nada mais é do que uma pretensão, pois a ciência com sua matriz eurocêntrica está pouco ou nada interessada em dialogar com os contextos locais e situados. Não busca ler o mundo, mas impor sua visão de mundo. Neste sentido, sua tendência é de apagar as técnicas e formas de saber alternativas as desqualificando como equivocadas para imprimir sua cultura de forma homogeneizante. Neste sentido, interessa-nos saber como o Sul alijado de muitos processos globais participa na construção de farmacoterápicos, ou seja, na produção de evidências científicas e nas definições de métodos terapêuticos medicamentosos. Pretendemos, deste modo, aplicar a abordagem da Sociologia das Ausências para analisar as relações entre o Sul e o Norte Global nas diferentes etapas que compõe a construção de

farmacoterápicos. A metodologia consiste em três etapas. Um primeiro momento é destinado à pesquisa bibliográfica sobre a Sociologia das Ausências e o seu vínculo com as Epistemologias do Sul. Em seguida, o método de uma pesquisa exploratória e aleatória sobre registros documentais de acesso público e ostensivo que representem atividades de pesquisa de cooperação Norte-Sul neste segmento tratado. Ao final, analisaremos as possíveis produções de ausência contidas nestes materiais coletados.

O resultado, ainda em caráter preliminar, revela uma quantidade relevante de registros documentais que expressam a relação entre o Sul e o Norte Global na construção de farmacoterápicos. Dentre estes documentos identificados, destacamos principalmente as

atividades de pesquisa clínica relatada através de registros de ensaios clínicos; protocolos clínicos; acordos de cooperação e artigos científicos. Observamos até o presente momento profundas e recorrentes assimetrias nas relações Norte-Sul. Um dos

casos acompanhados é o de autorias em artigos científicos em que pesquisadores do Sul

tendem a ser omitidos ou figurarem como coautores. Observamos também ocorrências

de registros de ensaios clínicos que nas situações de cooperação Norte-Sul, o papel de centros coordenadores dos estudos sempre é direcionado às instituições localizadas no Norte. Por sua vez, o Sul em raros os casos desenvolve seus protocolos clínicos e tende a exportá-los de modelos padronizados do Norte. Consideramos assim que, na expertise

de construir farmacoterápicos, tomando como exemplo algumas etapas deste processo,

que o Sul Global é um objeto privilegiado para uma sociologia das ausências. Produzir alternativas de superação desta condição subalterna parece ser o maior desafio e transcende o espaço da análise cultural e sociológica. É algo que requer um movimento de integração de múltiplos saberes, ou por que não falar em uma Ecologia de Saberes?

.....

*** Márcia De Oliveira Teixeira**

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil

*** Vinicius Pellizzaro Klein**

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

A TOMADA DA HISTÓRIA PARA SI: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIAS NA BOLÍVIA

*Flávio Conche Do Nascimento

A História é um campo das ciências sociais decorrente da especialização de um ofício. Notadamente fruto de “experiências históricas” do “ocidente”, desenvolveu-se a partir de esforços de se apreender eventos e feitos passados dentro de uma estrutura de saber inteligível ao tempo-presente dos historiadores e leitores. A História, portanto, é ela própria correspondente a dois movimentos distintos: um atinente a vontade de se conhecer e analisar assuntos passados; e um outro correspondente aos limites da estruturação deste conhecimento, pertinente aos eventos e feitos que não necessariamente são capazes de “falar por si”. A História descreve ou interpreta o passado? Indagações de tal natureza demonstram como um campo tão familiarizado com estudos acerca das formas de poder, pode ser ele mesmo um exercício de poder. A História tem história, e esta é constituída de hierarquias também internas. Das qualidades linguísticas empregues pelos historiadores, aos vocabulários (políticos e históricos) que os mesmos lançam mãos, vê-se que o conhecimento histórico não é neutro e que “fazer história” é quase sempre uma ação política em potencial. Tal conclusão crítica, ainda que de maneira controversa, há tempos recaiu sobre o passado apreendido (história) do capitalismo, colonialismo, progresso e demais qualidades “ocidentais”, e o mesmo pode ser dito acerca da filosofia da história, de seus conceitos e teorias, entendidos hoje como etnocêntricos e teleológicos. O que não podemos afirmar, por ora, é que semelhante abordagem crítica tenha conquistado local de referência em pesquisas históricas cujos conteúdos escapam (ou entendemos que escapam?) a estas características primárias. A propósito da história do Estado Plurinacional da Bolívia, destaque da presente apresentação, conhece-se uma promissora reflexão histórica e política. As potências do tema da plurinacionalidade, em ação política e criativa social, em defesa de preservações (“tradições”) e de transformações, envolvem todo um conjunto de reformas correspondentes à história do tempo presente da Bolívia, uma conjectura de movimento, fixação e mudança, concomitantemente ao desafio de se fazer da História um “espaço de fala” possível de ditas potências. A História parece ter sido “tomada de assalto”, no sentido de conquista de poder, de “tomada da História para si”: pois, assim se costuma assuntar a Bolívia do século XXI mundo afora. De todo modo, julgando a expressão pertinente, o que quer dizer “tomar a História para si”? Sabe-se da relevância da pluralidade na composição das ações e criatividades políticas na Bolívia, não obstante, importa conjecturar se esta pode fazer-se adequada a um exercício, no mínimo, alusivo a algum entendimento e/ou criação de sentidos históricos menos etnocêntricos e teleológicos. Quando as ciências sociais criticaram estes dois últimos conceitos, o fizeram tendo o sectarismo como um dos principais travamentos da ampliação dos universos imaginativos. E, talvez, semelhante problematização seja prudente para a história da

Bolívia e para a História na Bolívia. Do “ocidente” para a “Bolívia plurinacional”, “já” se pode elencar alterações consideráveis no entendimento de o que é História? “Já” se pode conhecer uma História menos hermética e sectária, ideologicamente mais diversificada? Estes pontos, centrais nas reflexões sugeridas nesta comunicação, dizem respeito às objeções frente a igualmente diversificada capacidade de (re)invenção de sectarismos. Nossas contribuições, portanto, pouco escapam aos aspectos de uma provocação engajada: tem-se aqui a defesa da adoção de uma “proximidade crítica” (não “distanciamento crítico”), com o fito de pensarmos uma vez mais sobre as relações sujeito-objeto da História; trata-se da exposição de uma pesquisa ainda em curso, metodologicamente constituída dos seguintes exercícios: perseguição da resposta a pergunta: “o que é falar em História na Bolívia?”; e a comparação de historiografias de meados do século XX com as da virada para o século XXI, destacando-se os sentidos atribuídos ao(s) índio(s) em ambos os recortes. Carlos Montenegro Quiroga e René Zavaleta Mercado compõem o primeiro corte do exame apresentado, os membros do Grupo Comuna compõem o segundo.

.....

* Flávio Conche Do Nascimento

Universidade Federal de Mato Grosso UFMT. Cuiabá, Brasil

Resumen de ponencia

ACCIÓN COMUNITARIA CRITICA DECOLONIAL

*Germán Rozas

El Relato en la Acción Comunitaria Crítica Decolonial

Paradigma Hegemónico:

El paradigma hegemónico occidental, viene de la época de la ilustración, conforma dos actores fundamentales en la sociedad, el Estado y los ciudadanos. Para efectos nuestros hablaremos de Estado y comunidad.

Ambos referentes se necesitan mutuamente, sin embargo, al final de cuentas se genera una disputa entre estos dos actores debido a la presencia de un tercero que es el artífice de todo este proceso, la burguesía o dicho en otros términos la elite, desde la perspectiva latinoamericana. La elite, busca la satisfacción de sus objetivos a través del Estado en la meta de hacer a la comunidad producir.

A partir de esta necesidad la elite y el Estado, instalan en América Latina, desde la colonia un proceso de construcción de sujetos-objeto, de comunidades específicas y útiles a esta dinámica. Uno de estos sujetos-objeto son los indios, otro de ellos son los negros y paralelamente otro sujeto-objeto son la mujeres. Posteriormente en épocas más reciente, los obreros, los campesinos, los migrantes, los gay, los discapacitados, etc.

La forma particular de cómo se construyen estos sujetos-objeto corresponde a la conformación de una jerarquía, la cual consiste principalmente en señalar que en la sociedad existen individuos que se encuentran en la parte superior de la misma y otros en la parte inferior. Se ha generado no sólo la construcción de sujetos-objetos sino también un argumento, una justificación para ubicar a los sujetos en la misma. De manera que el Estado construye mecanismos de dominación, argumentos y justificaciones, que son el sedimento del invento de comunidades útiles a su proyecto. Estos mecanismos de dominación se implementan a través de distintas metodologías como son la educación, la socialización, la capacitación, la formación, etc. Todos procesos que bien entendidos, pueden ser a nuestros ojos positivos, difíciles de criticar, no obstante, vistos desde la perspectiva indicada, es posible observar objetivos ocultos.

Tal como señala Foucault en Vigilar y Castigar (1975), quien en el análisis del panóptico, habla de la introyección de la vigilancia al yo, de modo que en la construcción del psiquismo, el individuo por presiones de la educación y del disciplinamiento social pasa de ser obligado por fuerzas externas a una fase en que la obligación se la hace él mismo. Se ha introducido en su fuero interno, en su convencimiento el auto respeto a las normas y el auto control de su comportamiento de acuerdo al orden establecido.

La tarea de la acción comunitaria crítica y decolonial precisamente es el develamiento, la desinstalación de las estructuras que sustentan la construcción de comunidades ad-hoc a los intereses de las elite y el Estado.

Resistencia Comunitaria:

No obstante, hay una resistencia de la comunidad latinoamericana, la población no asume estas obligaciones sin protestar. No se queda sumisa sin hacer nada. Reacciona, se opone, rechaza, niega lo que se le impone. Sin embargo, lo hace de acuerdo a sus fuerzas y sus posibilidades, buscando aquellos espacios disponibles, trabajando en los márgenes, en los bordes, en las fisuras, en los pliegues.

En ese ámbito, hay resistencias abiertas y directamente confrontacionales, como son las luchas de enfrentamiento indígenas en toda América latina, como igualmente la revolución vivida en Haití en 1804, con la toma por la fuerza de la isla por la población afrodescendiente, expulsando a todos los blancos.

Sin embargo, entre otros ejemplos, la resistencia también se vive en la mantención de otras creencias religiosas distintas a las católicas como son el Vudú en el Caribe, el candomble en Uruguay, las santerías en Venezuela, etc. Lo mismo ocurre en el plano de la alimentación, en el plano de la música, la danza, en el ámbito de la salud.

Todas estas resistencias tiene un claro objetivo, este es recuperar y reactualizar el sujeto propiamente tal que constituye la comunidad, frenar y evitar la conformación de sujetos-objetos que instala la elite y el Estado.

Su presencia es una clara señal que no todo está conquistado por el paradigma hegemónico y, que la comunidad no concuerdan con esas imposiciones. Por lo mismo, allí hay una demanda, hay un trabajo que hacer por parte de la acción comunitaria crítica decolonial.

Acción Comunitaria Crítica Decolonial:

El propósito de esta acción comunitaria es hacer una acción deconstructiva, es desinstalar estructuras, lenguajes, discursos, instituciones, es decir, develar cuáles son los elementos que están ocultos, cuál es el discurso que está detrás, observar el efecto de lo oculto sobre los elementos visibles de una política social. Justamente, la crítica es que esa realidad es construida en base a mecanismos de dominación basados en narrativas sobre como marcha la sociedad, naturalizando los privilegios de unos y acusando a los otros, a las mismas comunidades pobres, desposeídas y vulnerables como los causantes de su situación desmedrada.

Sin duda, la acción comunitaria crítica debe desinstalar el relato hegemónico, no obstante, es parte fundamental del mismo trabajo, darle a la comunidad el espacio de construir su propio relato. La modernidad ha intentado destruir el relato de las comunidades locales, fracturarlo, deslegitimarlo, de modo que no tengan una línea de conducta a seguir e instalar el discurso de la sociedad dominante.

En este sentido la tarea, primero es valorar la existencia previa de un relato comunitario o en su defecto, desarrollar acciones para construirlo. La comunidad debe ser estimulada a un esfuerzo por construir su relato, sin necesariamente ser épico, teleológico, pero si un relato que le permita reconocerse a sí misma y desarrollar una meta de futuro.

Tener un relato comunitario es tener un lugar en la vida y un camino a seguir. Dice quiénes somos, de dónde venimos, cuáles son nuestros problemas, cuáles son nuestras riquezas, cuáles son nuestros enemigos. Responde a una necesidad de definir, explicar, interpretar y proponer modos de comportamiento en una realidad dada. Y particularmente permite enfrentar al paradigma hegemónico y sus derivados.

Entonces la acción comunitaria crítica decolonial apunta a trabajar por una parte los relatos y por otra también sobre varios ámbitos derivados como son el proyecto vital, la memoria, la identidad, el manejo del poder, el desarrollo de un proyecto propio y el tema del cuerpo. Dadas las limitaciones de tiempo en esta presentación nos referiremos principalmente el tema del relato comunitario.

.....

*** Germán Rozas**

Departamento de Psicología . Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Chile - DP/UCHILE. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

ACUERDO DE PAZ EN COLOMBIA, POLÍTICA PÚBLICA Y EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA EMERGENTE

Programa Argentina. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina - FLACSO (Argentina)

*Angie Carolina Torres Ruiz

*Félix Antonio Niño Neira

*Maria Del Pilar Mejia Echeverri

Antecedentes Históricos :

Las dos principales raíces del conflicto armado en Colombia están vinculadas al problema de la tenencia de la tierra, por una parte y la estructuración de una participación política restringida y una democracia limitada, por otra. Estas dos raíces de larga data, se profundizan entre las décadas de 1940 hasta 1970 por diferentes fenómenos, entre ellos el frente nacional y la época de la violencia. Teniendo en cuenta que entre estos dos fenómenos históricos se formaron las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC-1964).

Negociaciones:

Con las FARC se habían dado dos intentos de negociación previas, la de “Casaverde” en 1984 y la del “Caguán” en 2002. Ambos procesos les traen a las FARC beneficios políticos (1984) y mediáticos (2002). Sin embargo, ambos procesos se terminan sin éxito. Luego viene esta última negociación, que tenía un objetivo oficial: poner fin al conflicto armado, con la idea de construir una base sólida para que la paz sea estable y duradera. El gobierno buscaba acabar con un actor armado ilegal, mientras que el objetivo no oficial que tenía la guerrilla era igualmente el de llegar a ser actores políticos. Para la sociedad civil por otro lado, significa la oportunidad de profundizar las promesas constitucionales referidas a participación política y cambio social consagradas en la constitución de 1991.

Justicia Transicional - (Justicia Especial para la Paz - JEP):

La justicia Especial para la Paz, prevista en el Acuerdo, observa dificultades en su implementación debido a cambios políticos actuales. Las normas para la Justicia Especial para la Paz se juegan en el escenario del parlamento y también en el terreno de la Corte Suprema. Como resultado, tanto el poder judicial como el legislativo, afectaron los tiempos esperados de ejecución y se alcanzó ahora a una situación de distorsión de los acuerdos.

Ampliación democrática en la planificación territorial (Programas de Desarrollo con

Enfoque Territorial - PDET):

El Acuerdo especifica en sus primeros dos puntos que "...a través de programas con enfoque territorial,... todos sus actores trabajan en el bien supremo de la Paz", e indica que la planeación, la ejecución y el seguimiento de los planes de desarrollo con enfoque territorial (PDET) deben hacerse de manera participativa. Quiere decir que el carácter de foco transformador del proceso democrático interno de Colombia en el proceso decisional, que tiene esta área especial de los territorios devueltos por las FARC, es categórico, pues en la medida en que se desarrolle, va a poder extenderse a otras áreas del país donde nunca hubo conflicto.

La implementación del Acuerdo presenta una gran oportunidad para ampliar el ejercicio democrático en Colombia, por ello no debe demorarse la implementación de los PDET, pues son un ejercicio democrático en si mismo y ofrecen la oportunidad de vinculación de la ciudadanía a la puesta en marcha del Acuerdo. Sin embargo las próximas elecciones presidenciales y las recientes elecciones de Congreso están siendo determinantes para el futuro del Acuerdo, bien sea para darle vía libre a su implementación o para revertirlo.

Perspectivas de democracia participativa:

Se observa que la estructura política del Estado ha jugado un efecto lentificador en la implementación del Acuerdo, resultado de una ponderación insuficiente de las acciones subsecuentes al Acuerdo, que tendrían los diversos poderes. Consecuencia del lento proceso de implementación, en especial en cuanto al control territorial, se constatan asesinatos de líderes y disputas territoriales parte de capitales internacionales, botines electorales y redes internacionales de narcotráfico.

El Acuerdo en su implementación debería producir al menos dos efectos fundamentales, sobre los cuales actúa y se interroga la RedPPPP (Participación Popular en Políticas Públicas):

a. En términos metodológicos verificar si se está actualizando la caja de herramientas, incorporando mecanismos que aseguren la participación de diferentes actores en la construcción de políticas públicas, creando escenarios de trabajo conjunto; o, si se priorizan mecanismos tradicionales tecnocráticos.

b. Confirmar si la probable y demorada superación de los obstáculos de implementación de la JEP, permitirá que quede habilitado ese mecanismo para ser re-aplicado por otros Estados de América Latina.

.....

* Angie Carolina Torres Ruiz

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Félix Antonio Niño Neira**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Maria Del Pilar Mejia Echeverri**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

AFROCENTRICIDADE E SOCIOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS

*Alan Felipe Alves Dos Santos

*Natalia Luiza Souza

Os contextos sociológicos atuais vêm sendo amplamente discutidos e criticados por uma ampla gama de intelectuais preocupados com o presente e com futuro desta ciência, com suas exclusões e desconsiderações históricas. Segundo Alatas (2010, p. 226), estes intelectuais “têm se mostrado preocupados com o orientalismo e o eurocentrismo, com a irrelevância dos discursos dominantes e com a geração de discursos alternativos”. O que se compreende é que o discurso dominante da Sociologia gira em torno da ideia de racionalidade e de modernidade, conceitos não desprendidos da ideia de Ocidente. Os reflexos destes discursos são também geopolíticos e, seguramente, o centro destas relações geopolíticas está na euro-américa. As problemáticas que se colocam a partir destas discussões, críticas e discursos alternativos firmam, a partir desse ponto, outras maneiras de pensar sociologicamente o mundo. Desta forma, se pensarmos que a experiência social é base para a formulação de teorias, métodos e categorias de análise para a sociologia, logo podemos estabelecer que, devido a tais dinâmicas, estas teorias, métodos e categorias são baseadas em experiências sociais euro-americanas (ADESINA, 2002; ALATAS, 2010; CONNELL, 2012b; MACAMO, 2002).

A partir de reflexões sobre uma geopolítica do conhecimento e seus reflexos dentro das Ciências Sociais, pode-se notar que há, de fato, uma maior relevância de teorias, conceitos e métodos euro-americanos em contraste com o que é produzido em outras partes do mundo. Tal hipótese é testada por diversos autores que, desde suas perspectivas, estabelecem alternativas a um eurocentrismo intelectual. Entre estes autores estão os vinculados à teoria da Afrocentricidade. Entendemos como Afrocentricidade (ABDIAS, 2002; ASANTE, 2016) como uma ferramenta do saber que tem como princípio a África e a pessoa africana como produtora e difusora de conhecimento, ou seja, agente de sua própria intelectualidade. Para Asante (2016, p.2) a perspectiva afrocentrica é “uma crítica da dominação cultural e econômica e um ato de presença psicológica e social diante da hegemonia eurocêntrica.” Considerando isso, podemos pensar que esta perspectiva torna-se relevante para as ciências sociais na medida em que o questionamento do eurocentrismo permite a emergência de outras teorias, conceitos e métodos, logo, abrem-se as possibilidades de explicar o mundo a partir delas. Mazama (2009, p.119) ressalta o aspecto sociológico da Afrocentricidade justamente pelo seu estabelecimento como uma “matriz disciplinar”, ou seja, por carregar consigo “um aparato conceitual, uma metodologia e teorias e um conjunto de teorias específicos”.

O propósito da pesquisa é analisar a trajetória intelectual de três teóricos inseridos em contextos distintos e que apresentam em suas produções influências afrocentricas.

Primeiro o brasileiro Abdias do Nascimento, negro diaspórico, político, ativista social, artista plástico, escritor, poeta e dramaturgo, reconhecido como um dos principais defensores da cultura e da igualdade para a população afrodescendente no Brasil. E o principal idealizador do Teatro Experimental do Negro (TEN) que tinha como objetivo central a exaltação e o reconhecimento do legado cultural e humano do africano no Brasil.

Elísio Macamo, moçambicano negro do continente africano, doutorou-se em Sociologia e Antropologia na Universidade de Bayreuth na Alemanha, em 1997, onde atualmente trabalha como Docente e Investigador na área de Sociologia do Desenvolvimento. Tem inúmeras obras publicadas, dentre elas: “Planície Sem Fim” no qual faz reflexões críticas da realidade social de Moçambique. “Tregar o país pelos ramos” é uma obra em que Macamo sugere que os problemas criados pelos moçambicanos devem ser resolvidos pelos próprios moçambicanos, ou seja, nos leva a uma reflexão sobre os principais problemas existente em seu país. E “O abecedário da nossa dependência” conjectura sobre a dependência que Moçambique apresentam, quase sem nenhuma resistência, ao imperativo de outros países.

Oyèrónké Oyěwùmí, pesquisadora nigeriana, tem como principal obra “A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano sobre os Discursos Ocidentais de Gênero”. A grande questão para essa teórica é colocar em primeiro plano estudos que tem como partida o ponto de vista africano, que permanece subjugado e negado pela academia ocidental. Em sua escrita usa como referenciais experiências africanas para cintilar questões teóricas em várias áreas de conhecimento.

A metodologia está dividida em três partes. A primeira consiste na investigação da trajetória intelectual dos três teóricos. A segunda é o levantamento das obras escritas por eles. E a última será a análise do material selecionado utilizando o método comparativo. Este método visa empregar aproximações e distanciamento a fim de elaborar um raciocínio relacional entre os objetos analisados.

Referências Bibliográficas

- ADESINA, Jimí O. “Sociology and Yorùbá Studies: epistemic intervention or doing sociology in the ̀vernacular?`. African Sociological Review, 6,(1),2002
- _____. conferência: “Da extravessão à recuperação: exploração epistêmica da casa de Orunmila.” Congresso Nacional de Soiologia. Brasília, Jul-2017.
- ALATAS, Syed F. “A definição e os tipos de discursos alternativos”. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, no 46 p. 225-245, julho-dezembro de 2010.
- ASANTE, Molefi K. “Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia.” Ensaios Filosóficos, Volume XIV ̀ Dezembro/2016
- CONNELL, Raewyn. “A iminente revolução na teoria social”. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 80, Oct. 2012.
- _____. “O Império e a criação de uma Ciência Social”. Dossiê Saberes Subalternos. Contemporânea. v. 2, n. 2 p. 309-336 Jul. ̀ Dez. 2012
- HOUNTONDJI, Paulin J. (ed.) Endogenous knowledge: research trails. Dakar, CODESRIA, 2007.
- _____. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 149-160.

MACAMO, Elisio. "A constituição duma sociologia das sociedades africanas." Estudos Moçambicanos. V.19. 2002. Pp. 5-26.

MAZAMA, Ama. "Afrocentricidade como um novo paradigma". In: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. NASCIMENTO, Elisa L. (Org.) São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. 2 ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O.R. Editora, 2002.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. "Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas." Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

_____. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

.....

* Alan Felipe Alves Dos Santos

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Brasil

* Natalia Luiza Souza

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

AGROECOLOGIA E SAÚDE: PENSAMENTO CRÍTICO NA LUTA POR DIREITOS NO BRASIL

*Sandra Aparecida Padilha Magalhães Fraga

Como resultado do modelo hegemônico de desenvolvimento, a crise socioambiental tem trazido grandes prejuízos a humanidade como deslocamento territorial devido aos efeitos das mudanças climáticas, ressurgimento de doenças infectocontagiosas, e insegurança alimentar. A luta dos povos pela sua identidade, manutenção de seu território e modo de vida, tem levado a uma grande discussão sobre o modo de produção de alimentos, as terapêuticas em saúde e a diversidade de saberes, ambiente para o fomento de uma nova epistemologia do conhecimento, área que segundo Boaventura, é uma das batalhas políticas mais importantes do século XXI. O sofrimento humano se manifesta tanto no campo como na cidade, e as consequências ambientais se traduzem em problemas de saúde, ficando clara a convergência entre os paradigmas da Agroecologia e da Saúde. O processo de participação popular no campo da saúde no Brasil se iniciou após a ditadura militar, com o processo de democratização que contou com representantes dos partidos de esquerda, apoiados por ONGs, movimentos sociais e diversos atores no campo do meio ambiente e da saúde, permitindo ter na Constituição Brasileira (1988), os compromissos com a Estado democrático de direito, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e, portanto, a promoção do bem de todos. Ao apresentar, como fundamento, o direito à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ficou clara a ligação direta entre as dimensões sociais e ambientais, num contexto de participação da população. Neste contexto que se deu o processo de criação de um sistema público de saúde, universal e descentralizado (Sistema Único de Saúde/SUS), após a reforma da saúde. Desde então, houve um aumento gradual da participação social no campo da saúde coletiva, ocorrido em sua maior parte nos governos considerados de esquerda, conforme mostram o número, as formas de convocação e a diversidade de temas das conferências nacionais de saúde realizadas neste período. No entanto, o SUS, ainda não incorporou a complexidade e a sociodiversidade que compõem a sociedade brasileira, suas práticas e saberes tradicionais e populares, mesmo tendo sido criadas inúmeras políticas públicas nacionais neste sentido: a de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, de Práticas Integrativas e Complementares, de Promoção da Saúde, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Atenção Básica, de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, e a de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Nestes 30 anos de luta pela participação popular em saúde é possível identificar ganhos, limitações e desafios para o futuro.

A Agroecologia cresceu no Brasil, nos últimos trinta anos, inicialmente a partir do conceito de agricultura de base ecológica, e se agigantou para muito além disto, ligada

fortemente as epistemologias do Sul, pensamento crítico e democrático. Tem fortalecido a luta por direitos como a reforma agrária, segurança alimentar, participação social, e outros relacionados com a importância da promoção da saúde e respeito a escolha terapêutico do usuário do SUS/paciente, como a valorização do trabalho das parteiras, benzedeiras, plantas medicinais. Em sua interface com as estratégias do desenvolvimento rural sustentável, busca o desenvolvimento endógeno, e pressupõe a participação popular com reflexão crítica para a transformação da realidade. Desta forma dialoga com o pensamento pedagógico representado pela corrente da Educação Libertadora no Brasil e América Latina (STAMATO, 2017). Portanto, a Agroecologia está muito além de técnicas ou processos de produção, é na verdade um processo inovador onde o paradigma da simplificação sendo substituído pelo paradigma da complexidade onde o autor afirma que as teorias científicas são “biodegradáveis”, se deterioram como os organismos vivos (MORIN, 2008). No Brasil, o uso e conhecimento de plantas medicinais muito rico antes da colonização portuguesa, devido a diversidade étnica dos indígenas e da diversidade biológica deste país imenso, sofreu enormes perdas com o extermínio e aculturação dos diferentes povos, e a devastação dos ambientes naturais. A valorização do conhecimento popular tem espaço no paradigma agroecológico, que vem se consolidando através de sua estreita relação com a nova filosofia da ciência, que deixa a visão neopositivista, tecnicista e superior aos demais tipos de conhecimento que sustentou o paradigma do desenvolvimentismo a todo custo, para dar lugar a uma ciência crítica.

Como experiências práticas da Fiocruz no campo da Agroecologia e Saúde, podemos destacar a trajetória do Projeto Profito (2006), na cidade do Rio de Janeiro fruto da parceria entre três associações de agricultores (Alcri, Agropirata e Agrovargem), teve como objetivo, apoiar a produção agroecológica, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais e seus produtos. Instigados pela necessidade explicitada por um dos participantes: “Como ser reconhecido como agricultor pelo governo?”, os envolvidos no projeto seguiram os passos da educação popular de Paulo Freire, repensando as noções de mercado, as relações entre ciências e conhecimentos tradicionais e território. Mas sobretudo, compreenderam a necessidade de atuação em rede, para dar conta da complexidade de questões multissetoriais que enfrentavam. Com base na escuta e construção horizontal do conhecimento produziu uma pesquisa-ação sobre os modos de vida agrícolas, 18 oficinas teórico-práticas no método da Pedagogia da Alternância, que formaram 30 multiplicadores e originaram dinâmicas participativas inovadoras. Os multiplicadores implantaram em suas comunidades, Sistemas Agroflorestais Medicinais, que originaram produtos como sabonetes líquidos, pomadas, e drogas vegetais, comercializados em feiras agroecológicas e orgânicas, acompanhadas pela Rede Carioca de Agricultura Urbana e na Rede Ecológica (movimento social de consumidores conscientes). Apesar das conquistas, o mercado de plantas medicinais como atividade fomentadora de desenvolvimento sustentável, bem como seu acesso amplo aos usuários SUS, ainda não se tornou uma realidade no país. A apresentação da experiência do Profito e os entraves estruturais enfrentados pelo projeto têm como objetivo contribuir para a construção de iniciativas participativas que defendam a uso das plantas medicinais, como prática potente em políticas públicas. Outro projeto de base popular realizado em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi o “Saúde Popular e Agroecologia”, realizado em 3 municípios do estado da Bahia, a partir da aplicação dos

questionários e realização das coletas citadas por estas 180 pessoas, foram levantadas 600 etnoespécies de plantas, e 3000 usos medicinais. Nesta construção coletiva, as comunidades puderam revalorizar e registrar o conhecimento dos sábios guardiões do conhecimento sobre saúde em seus territórios. Todo este conhecimento deve ser revertido para emancipação e luta por direitos nas áreas de ambiente, saúde, educação e formação de políticas públicas nas diferentes esferas da sociedade. Em 2016 ocorreram mudanças drásticas no cenário político, econômico e social do país, que a partir do “impeachment” da presidente eleita, que gerou um retrocesso histórico que abriu espaço para incertezas e inseguranças. A tomada de poder pelo grupo neoliberal, colocou em risco grandes avanços sociais e democráticos, impensáveis desde o término da ditadura militar. O agronegócio representado no congresso pela grande bancada ruralista, ganhou um enorme espaço no cenário brasileiro, fortalecendo as políticas que dão suporte ao uso indiscriminado de agrotóxicos, destruição de florestas para cultivo de monoculturas transgênicas e voltadas apenas a exportação, etc. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que criou políticas públicas que fortaleceram a agricultura familiar foi extinto, enfraquecendo programas como de Aquisição de alimentos, paralisando o inovador Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, bem como o Programa Nacional da Sociobiodiversidade, entre outros avanços. Neste momento difícil, a necessidade de se organizar, intensificar os processos de formação, empoderamento, autonomia, e trazer a reflexão crítica do coletivo, em um trabalho de inserção em redes, é fundamental para a manutenção mínima dos avanços sociais e sonhos de transformação da realidade. Não é possível negar as distâncias existentes entre os diferentes atores desta imensa teia formada, e em constante tentativa de pasteurização pelo modelo hegemônico do desenvolvimento. Não poderemos ser ingênuos achando que este processo poderá ocorrer sem mediação das diferenças, reconhecimento e busca para diminuir os abismos cognitivos, em prol da equidade e construção de um desenvolvimento realmente sustentável econômica, social e ambientalmente. Como tentar construir a verdadeira cooperação, fundamentada no respeito e na dialética. Não se trata apenas de colocar em prática ferramentas e metodologias participativas, vai muito além disto, está no compromisso com a transformação da realidade e construção de um novo paradigma de desenvolvimento, que seja ambientalmente sustentável, e socialmente justo. Estas experiências, entre tantas outras no Brasil e no mundo, deve nos servir para reflexão da convergência entre “Saúde e Ambiente”, “Agroecologia e Saúde”, do fortalecimento e importância da união dos diferentes conhecimentos existentes em diferentes culturas do hemisfério norte e sul, para construção de um conceito inovador de “Saúde Global” que atenda às necessidades da humanidade em todo o planeta de modo colaborativo.

.....

* Sandra Aparecida Padilha Magalhães Fraga

Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

ALGUNAS EXPERIENCIAS DE TRABAJO CON MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA CONFLUENCIA DE LA EPIDEMIOLOGÍA Y EL PATRIMONIO BIOCULTURAL EN MÉXICO: ¿ES POSIBLE UN ENCUADRE DESDE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR Y LA DECOLONIALIDAD?

*Paul Hersch Martínez

Se exploran derivaciones de algunas categorías emanadas de la perspectiva de las Epistemologías del Sur y de la Decolonialidad con relevancia en el campo de la salud pública, en el papel que juega la diversidad biocultural en él y en el potencial de los movimientos sociales en esa confluencia.

La materia de análisis que nos ocupa son algunas experiencias de trabajo aplicadas en diversos escenarios del ámbito rural y urbano en México y donde operan, a su vez, diversos procesos asociativos de pobladores, tanto endógenos como exógenos.

La aproximación de una epidemiología incluyente revela la magnitud y trascendencia sanitaria de diversos problemas y procesos que usualmente no se ubican como centrales o como objeto de análisis e intervención en el campo de la salud pública. En este camino de visibilización, ciertas categorías emanadas de la perspectiva de las Epistemologías del Sur y de la Decolonialidad aportan clarificaciones y proporcionan claves teórico-metodológicas.

La tensión persistente entre las maneras de conocer y abordar el mundo y el epistemicidio que resulta de la confrontación desigual que ha marcado históricamente esa tensión hasta el día de hoy, se encuentran estrechamente vinculados con la realidad epidemiológica actual de América Latina y del mundo.

Por otro lado, en la evolución del análisis de los procesos de salud-enfermedad, aparece como relevante, mediando de manera determinante en esos procesos, el eje de atención-desatención, como eje de incidencia crítica donde se juega de manera concreta la evitabilidad de los daños a diverso nivel. La evitabilidad se encuentra determinada por la naturaleza y el alcance de los procesos de atención, que a su vez remiten a la esfera del cuidado, tomado como una categoría referencial ética y política. En ese marco, el análisis global que caracteriza a la perspectiva de las Epistemologías del Sur y de la Decolonialidad trasciende el análisis de los conocimientos en sí y de su dinámica, brindando, a través de varias de sus categorías clave, elementos de pertinencia para abordar la determinación social de los daños evitables y del proceso atención-desatención que le es inherente.

Así, por ejemplo, como la confrontación de saberes denota dinámicas de poder, los saberes ausentados y no-existentes remiten también a procesos de exclusión social y sanitaria, a través de la ausencia programada y a la construcción de no existencia de determinados conjuntos sociales, y por tanto a la programación diferencial de patrones de desatención a diverso nivel, lo que remite a su vez al campo del cuidado y

de la ética del cuidado como marco referencial.

En esa perspectiva, la ausencia se programa no sólo en el campo epistemológico, sino en el campo sanitario, distribuyéndose diferencialmente en la población, operando en las políticas públicas y participando directamente en la génesis del daño evitable.

Así, el epistemicidio, la producción de no existencia, la ausencia programada, la dinámica entre miedo y esperanza, la relevancia de los procesos articuladores de desmercantilización, decolonización y democratización, entre otras, resultan desde las Epistemologías del Sur categorías pertinentes en la construcción de una epidemiología incluyente como herramienta analítico-operativa en el marco del trabajo con movimientos sociales y procesos organizativos.

A su vez, el daño evitable se genera a través de dinámicas de desatención a diverso nivel. En estas dinámicas participa de manera sustantiva el ordenamiento social de la colonialidad. De ahí emana el reconocimiento de la colonialidad como dispositivo patogénico estructural, que se manifiesta en patrones de desatención a diverso nivel. Se analizan diversos casos y escenarios donde se expresa el potencial analítico y metodológico de dichas categorías, relativos a la educación y promoción para la salud, al vínculo con procesos organizativos y movimientos sociales, a la relevancia del patrimonio biocultural, el reconocimiento de los saberes locales y el vínculo con gobiernos municipales en el medio rural.

.....

* Paul Hersch Martínez

Instituto Nacional de Antropología e Historia INAH. Cuernavaca, México

Resumen de ponencia

ARGENTINA, UN PAÍS EN MOVIMIENTO? LOS APORTES DE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR A LA COMPLEJIZACIÓN DE LAS RELACIONES ENTRE EL SABER ACADÉMICO Y EL SABER EMERGENTE DE LAS LUCHAS SOCIALES

*Marcela Alejandra Parra

La presente propuesta se presenta en el marco los 100 años de la Reforma Universitaria de Córdoba. A través de ella, queremos profundizar la reflexión en torno a lo que fue el principal eje de trabajo y reflexión en nuestra tesis doctoral: cómo algunos procesos de movilización social que surgieron, se fortalecieron o alcanzaron mayor visibilidad en la Argentina del 2001 (asambleas barriales, fábricas y empresas recuperadas, movimientos de trabajadores desocupados y nodos de trueque), produjeron saberes y prácticas acerca de cómo transformar el mundo capitalista en el que vivimos a la vez que propusieron distintas maneras de construir un mundo más justo, más humanos y más solidario.

Nos proponemos profundizar el conocimiento producido, desde lo que Boaventura De Souza Santos denomina las Epistemologías del Sur desde las cuales se postula que, para transformar el mundo, no hacen falta sólo los conocimientos elaborados desde la academia sino también los conocimientos procedentes desde las distintas luchas sociales.

En este marco, el conocimiento académico-científico elaborado desde la universidad, si bien se considera válido, se entiende también como no siendo el único socialmente legítimo apostándose, en ese sentido, a la construcción de una Ecología de Saberes desde, entre otras cosas, la implementación de Metodologías No Extractivistas. Esta idea de profundizar el conocimiento producido en nuestra tesis doctoral o al menos complejizar algunas de nuestras preguntas- se fundamenta al menos en las siguientes razones: porque dichas Epistemologías se proponen aprender desde el Sur No Imperial y yo me había propuesto aprender de algunas luchas, rescatar sus experiencias, sus saberes transformando de alguna manera las ausencias en emergencias; porque, en ese querer aprender, de alguna manera estaba implícito el entendimiento de esos sujetos colectivos como sujetos epistémicos productores de saber y la idea de tornar visibles sus saberes como alternativas epistémicas; porque la búsqueda de articulaciones entre las luchas tiene puntos en común con esta idea de traducción y aproximación intercultural, de construcción de redes de saberes, de ecología de saberes; porque la necesidad de crear legislaciones que contemplen, por ejemplo, la existencia de fábricas recuperadas, también tiene que ver con la idea de pluralismo jurídico; y porque trata de articular el conocimiento académico con el conocimiento que surge de las luchas sociales para, juntos, transformar el mundo capitalista que vivimos, un mundo que, desde las Epistemologías del Sur, puedo decir

hoy es también colonial y patriarcal.

Asimismo, desde las Epistemologías del Sur, se plantea realizar una intervención epistemológica que, por un lado, problematice el conocimiento académico dominante incluido el conocimiento crítico dominante. El cual, para Boaventura De Souza Santos, actualmente “carece de dientes para transformar la realidad social” - a la vez que, por otro, se pueda valorar, legitimar, validar, etc. conocimientos nacidos en el marco de la lucha de grupos sociales que han sufrido sistemáticamente exclusiones, discriminaciones, injusticias, etc. causadas por el capitalismo, el colonialismo y el patriarcado. En este marco, el conocimiento académico-científico elaborado desde la universidad, si bien se considera válido, se entiende también como no siendo el único socialmente legítimo apostándose, en ese sentido, a la construcción de una Ecología de Saberes.

En este contexto, desde el conocimiento producido en la tesis antes mencionada, podemos decir que no hay una sola manera de transformar el mundo sino que, cada una de las experiencias de movilización social estudiadas, nos muestra formas diversas y situadas de generar procesos de transformación social que atacan dimensiones distintas del capitalismo (desigualdad social, mercantilización de la vida, explotación, enajenación, fragmentación, individualismo, ataque al lazo social, etc.) y sus efectos (desempleo, exclusión social, pobreza extrema, etc.) a la vez que ponen a disposición de las distintas luchas sociales “otros mundos posibles”. Asimismo, podemos afirmar que los procesos de transformación nunca son “puros” sino que siempre están, en términos de Butler, radicalmente condicionados y que la construcción de un mundo mejor no es una meta que se alcance de una vez y para siempre sino un proceso permanente de lucha.

Así, los saberes presentes en los distintos procesos de movilización social estudiados y visibilizados desde nuestro trabajo académico, adquieren un nuevo valor en el marco de las Epistemologías del Sur, ayudándonos a complejizar las relaciones entre Universidad, producción del conocimiento e inclusión social propuestos como ejes de este ciclo de postdoctorado.

.....

*** Marcela Alejandra Parra**

Universidad Nacional del Comahue UNCo. Cipolletti, Argentina

Resumen de ponencia

AS COSMOVISÕES INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES DA BOLÍVIA E DO EQUADOR COMO PROPOSTA DE DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA.

*Luciana Veras De Paiva

O modelo de desenvolvimento atual é norteado pelo pensamento liberal que consolida suas práticas em um capitalismo cada vez mais predatório, que passa por cima de qualquer bem natural ou cultural para se garantir o máximo de bens materiais.

Este desenvolvimento característico da sociedade moderna, por assim ser, é fruto do seu lado mais obscuro, reproduzido através de um pensamento colonial estabelecido e imposto pelo o que Ramón Grosfoguel (2013) chamou de “zona de ser”, representada pelo sistema-mundo europeu/euro-norte-americano-moderno/capitalista, colonial/patriarcal (GROSFOGUEL, 2008) e humano.

Assim, a América Latina, pertencente a “zona de não ser” (RAMÓN GROSFOGUEL, 2013), foi laboratório de pesquisa para as práticas de exploração da natureza e necessária submissão de povos considerados desumanos.

Diante deste contexto, a emergência por um novo paradigma de desenvolvimento é imprescindível, não só para garantir a perpetuação da vida no planeta, mas com o objetivo de se construir relações humanas mais igualitárias e respeitadoras das diferenças, além de um mundo heterogêneo e plural, onde realidades diversas possam coexistir e interagir harmonicamente.

Neste cenário, o pensamento decolonial, que consolidou-se nas últimas décadas através das pesquisas e discussões realizadas pelo grupo intitulado Modernidade/Colonialidade, considerado por um de seus integrantes como um “programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, pág.53) procurou discutir a herança colonial na América Latina através da denúncia da “continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do “sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126).

Ocorreu que, na América Latina, a política de dominação existente desde a época colonial, a qual possui uma ideologia de supervalorização de um tipo de saber e de um tipo de cultura como estratégia para consolidar esta dominação (COELHO, 2009), foi fortalecida pela emergência do capitalismo, tendo em vista que este último fez surgir uma identidade global, pautada na universalização das necessidades e no desenvolvimento de uma única cultura.

Neste sentido, é defendido por este grupo Modernidade/Colonialidade que a colonialidade presente na modernidade se reproduz em várias dimensões, entre elas a do Poder e a do Saber. Estas duas dimensões estão interligadas, de modo que a Colonialidade do Poder, constituída, a partir do descobrimento das américas, pelos países do norte, os quais formam uma matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2008), se expressa através da reprodução de um tipo de conhecimento: o eurocêntrico,

moderno e capitalista, o qual é imposto aos países do sul.

Sem incorrer no erro de universalizar perspectivas, esta divisão geopolítica do mundo proposta por Grosfoguel (2013) se mostra pertinente para entender onde o conhecimento dos povos do sul (mais especificamente latino-americanos) está localizado no sistema-mundo que possui o norte como hegemonia, ou ainda para entender qual a posição destes povos neste sistema que, inclusive, foi construído, nos moldes coloniais existentes hoje em dia, a partir da América Latina.

Neste contexto, propondo a ruptura com o colonialismo moderno e seu único modo de enxergar a realidade, assim como com seu modelo de desenvolvimento capitalista, o pensamento decolonial aponta para uma mudança radical na política do conhecimento – uma mudança que coloca o trabalho intelectual de indígenas e afro-latinos no foco de mira (MIGNOLO, 2008).

Ao fazer isso, ou seja, ao tornar os povos indígenas protagonistas de suas próprias histórias, reconhecendo suas culturas e importância de seus conhecimentos, fazem-se necessárias técnicas de diálogo inter-epistêmicos para não se cometer o mesmo erro dos pensamentos totalizantes e universalizantes existentes ao longo dos séculos, qual seja, o de acreditar que é possível se construir uma única realidade para todo o mundo, negando o multiculturalismo e heterogeneidade existentes no planeta.

Neste cenário, surge o conceito de interculturalismo, que se mostra como uma possibilidade de suprir a necessidade de harmonia não suprida apenas pela constatação do multiculturalismo, ou seja, como uma opção de solução de conflitos eficaz que aproxima realidades diversas sem anulá-las e hierarquizá-las, já que os projetos interculturais envolvem mudanças mais efetivas que não anulam o conflito, mas realiza um processo constante de negociação que promovem momentos de encontros entre povos (COELHO, 2009).

Por outro lado, o diálogo intercultural Norte-Sul não pode ser alcançado sem que ocorra uma descolonização das relações de poder no mundo moderno, uma vez que, um diálogo do tipo horizontal exige uma transformação nas estruturas globais.

O final do século XX, mais precisamente a década de oitenta, é marcado pelo surgimento de uma nova forma de pensar o constitucionalismo latino-americano.

Pautado em uma ideologia que começa a deixar de ser uma e dá espaço para o reconhecimento de várias formas de expressão cultural, fazendo surgir um movimento transformador que Yrigoyen Fajardo (2011) chama de “Constitucionalismo Pluralista”. Yrigoyen Fajardo (2011) analisou as novas perspectivas emergentes na América Latina a partir do que ela mesma chamou de “ciclos del horizonte del constitucionalismo pluralista”, os quais se iniciaram na década de 80 e terminaram no ano de 2009, constituindo fases do que vem a ser o “Constitucionalismo Pluralista”. Tais ciclos são: Constitucionalismo Multicultural (1982-1988); Constitucionalismo Pluricultural (1989-2005); e Constitucionalismo Plurinacional (2006-2009).

Dentro deste cenário Constitucional latino-americano, a Bolívia e o Equador situam-se neste ciclo do Constitucionalismo Plurinacional, uma vez que, ao introduzirem em suas Constituições as cosmovisões indígenas, não só trouxeram para o cenário institucional uma nova forma de enxergar a natureza e de se relacionar com ela, mas a visibilidade de uma cultura que por séculos foi oprimida e subalternizada, legitimando suas práticas e reunindo meios para sua autonomia e para um diálogo sem hierarquia entre estes povos e a população não indígena.

Estas Constituições reconheceram o exercício do direito desses povos a partir do seu

próprio modo de vida e incorporaram valores provenientes dessas cosmovisões que propõem um desenvolvimento sustentável e a proteção da natureza.

Como modo de restabelecer o aspecto coletivo da vida, o Sumak Kawsay é positivado nessas Constituições se contrapondo ao modelo dominante de desenvolvimento e propondo uma alternativa sustentável ao mesmo, através do reconhecimento de um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado que garantam o Buen-Vivir (BRANDÃO, 2013).

A Pachamama (Mãe Terra) se encontra presente nessas constituições através do reconhecimento dos direitos da natureza, o que rompe com uma das ideias mais marcantes do eurocentrismo, qual seja, a de exploração da natureza, desenvolvida a partir da ética produtivista da revolução industrial (QUIJANO, 2012).

Nas duas Constituições, existe a previsão de que qualquer pessoa ou coletividade pode exercer as funções jurisdicionais na defesa do meio ambiente (Bolívia) ou para exigir o cumprimento dos Direitos da Natureza (Equador), tendo a Constituição da Bolívia criado a jurisdição agroambiental, que tem o Tribunal Agroambiental como seu órgão máximo, o qual possui a atribuição de resolver conflitos que envolvam a natureza com o intuito de proteger o meio ambiente (BRANDÃO, 2013).

Neste cenário constitucional latino-americano, o pensamento decolonial pode ser observado nestas Constituições como expressão da proposta de descolonização epistêmica, tendo em vista que, ao incorporar as cosmovisões indígenas em seus textos, as mesmas romperam com o modelo de desenvolvimento imposto pelo conhecimento eurocêntrico, trazendo da periferia os conhecimentos tradicionais de povos subalternizados.

.....

* Luciana Veras De Paiva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO UFPE. RECIFE, Brasil

Resumen de ponencia

AS IDENTIDADES CULTURAIS LATINO-AMERICANAS E O RASTRO DA DOMINAÇÃO: OS DISCURSOS QUE CIRCULAM

*Patricia Paixao De Oliveira Leite

*Raimunda Aline Lucena Gomes

A preocupação deste estudo crítico é com a formação das identidades na América-Latina, à luz da cultura, imbricada a toda uma conjuntura política, econômica e social advinda do processo de colonização e domínios centrais. Os objetivos pretendem apontar: o lugar de fala latino-americano permitido na relação Norte/Sul, os silenciamentos, bem como as vozes emancipatórias; quais as epistemologias que podem ser associadas a esse processo de dominação e ao de luta por libertação; e como o discurso midiático é alicerce das diversas relações de opressão ao longo da história da região. As epistemologias do sul e os estudos críticos sobre comunicação, mídia e cultura estruturam a principal base teórica deste trabalho. Alguns conceitos-chave vão nortear a análise: colonialidade, dependência, hibridismo, multiculturalismo, diversidade cultural, descolonização do poder/saber. Até porque, “o sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo mesmo três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos [...]” (FERNANDES, 1975, p. 13). Assim, toda transformação passa, necessariamente, por uma questão cultural, que está no bojo de todas as relações humanas e sociais.

Ao lado das construções teóricas sobre o contexto econômico, social e político da América Latina, vários autores também se detiveram em analisar a constituição das identidades culturais dos povos latino-americanos, influenciadas diretamente pelas colonizações. Algumas análises foram mais críticas e outras mais ingênuas. As mais críticas são as que contextualizam a colonização no âmbito do impulso capitalista no mundo. As mais ingênuas são as que adotam uma visão maniqueísta entre dominadores e dominados, sem articulação com uma estruturação política e econômica internacional. Alguns chegam até a ver vantagens nas trocas culturais entre colonizadores e colonizados. No clássico *América Latina e Males de Origem*, escrito em 1905, Manoel Bomfim traz uma dessas abordagens menos ácidas, mas que nem por isso colocam de lado os efeitos danosos da dominação eurocêntrica. Há trechos do livro em que Bomfim, ironicamente, traça a visão do europeu sobre os latino-americanos, considerados pejorativamente de “preguiçosos”, “mestiços”, “degenerados”, “bárbaros”. Há uma sugestão clara de que a constituição cultural identitária de raça está vinculada a valores e modo de vida “menores” ou de uma subespécie. O sociólogo Gilberto Freyre está entre os autores que descreveram o lugar de fala dos latino-americanos de forma mais acrítica (aqui comparando com o Brasil), em relação ao papel desempenhado pelos colonizadores e sua força de opressão sobre os colonizados. Há por parte de algumas análises freyreanas o argumento de que foi

também deixado um legado positivo pelos europeus, bem como uma ideia de convivência de colonização harmônica.

Já o autor Aníbal Quijano (2010, p. 120), traz uma sistematização das principais questões sobre a formação dos povos latino-americanos, que ajuda a elucidar a interface entre o cultural, o social, o político e o econômico dos processos de colonização, no item “Colonialidade da Classificação Social Universal do Mundo Capitalista”. O autor explicita como as identidades raciais foram inclusivas ou excludentes para a separação entre dominantes e dominados, sendo os europeus considerados como “superiores” e os dominados não europeus como “inferiores”. Quijano (2010, p. 120) também referencia, criticamente, as características fenotípicas para denominar os chamados superiores e inferiores, assim como a “raça branca” para os europeus e a “raça de cor” para os não europeus. Há que se olhar com certa desconfiança para algumas teorias sobre multiculturalismo e hibridismo, sobretudo quando se analisa a conjuntura das colonizações da América Latina. Enxergar como vantagens as formas de aculturação geradas pela dominação dos colonizadores é optar por uma abordagem acrítica, ou melhor, que siga a ótica dos países hegemônicos. Um dos autores que trazem luz acerca de uma visão (e uso) crítica de multiculturalismo é Boaventura de Sousa Santos, quando ressalta que “[...] multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos, cidadanias plurais são hoje alguns dos termos que procuram jogar com as tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento das diferenças e de redistribuição que permita a realização da igualdade.” (SANTOS, 2003, p. 26).

Não poderia ficar de fora do aparato teórico deste estudo, as reflexões de Florestan Fernandes sobre o colonialismo latino-americano, que foi iniciado “com a Conquista espanhola e portuguesa - e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países” (FERNANDES, 1975, p. 11). O autor reforça a sua tese quando diz que esse modo de colonização “experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo mesmo três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado antigo sistema colonial”. (FERNANDES, 1975, p. 13). No rastro dessa colonização e suas diversas formas de dominação, vieram as dependências, ditaduras e explorações capitalistas. Porque “[...] as nações latino-americanas são produtos da expansão da civilização ocidental, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático.” (FERNANDES, 1975, p. 11). E “a razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1975, p. 11).

É parte fundamental dessa reflexão crítica a formação das identidades latino-americanas no rastro da dominação - apontar também o lugar dos meios de comunicação de massa, sobretudo da chamada grande mídia, dentro desse processo de subjugação econômica, social, política e cultural, na rota de exploração do capitalismo eurocêntrico, num primeiro momento, e estadunidense, na contemporaneidade. Desvelar os discursos midiáticos sobre e para a América Latina, é compreender a mídia enquanto instituição de poder - com filiações econômicas, sociais, políticas e culturais - que condiciona e determina as relações históricas de igualdade e desigualdade materiais e imateriais. Para isso, são apresentadas as reflexões forjadas pela teoria crítica da comunicação e da cultura; da relação entre

comunicação e direitos humanos; e da economia política dos meios de comunicação. A realidade histórica da comunicação midiaticizada, na região, demonstra um contraditório ao direito à liberdade de expressão e ao direito humano à comunicação: hegemonia do modelo privado com fins lucrativos de exploração dos serviços públicos de radiodifusão e concentração de canais de TVs e emissoras de rádio nas mãos de poucos proprietários. É um traço marcante do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa em toda América Latina, cujo controle absoluto está nas mãos de algumas famílias (MORAES, 2009, p. 110), desenvolvendo, como acontece no Brasil, as concentrações horizontal, vertical, de propriedade cruzada e monopólio em cruz (LIMA, 2004, p.103).

Portanto, os discursos que circulam na mídia e os silêncios impostos às vozes emancipatórias também são responsáveis pela perda de tradições regionais, aculturações, pelas invasões de valores, crenças, hábitos e costumes importados dos países “centrais”; e causam um grande impacto sobre a vida econômica, social, política e, sobretudo, cultural desses países do Sul. Mas há uma reação latino-americana por emancipação e empoderamento.

Há uma busca por maior soberania e independência. A base econômica e política rege essa caminhada por libertação, mas ela passa, necessariamente, por uma mudança de lugar de fala das nações e povos da região. Muito desse estado de “ser submisso” está incrustado na formação das populações e seus líderes. Talvez essa libertação de padrões culturais seja mais difícil e tardia do que uma possível hegemonia econômica. São amarras difíceis de soltar.

Observa-se na história da América Latina uma adoção cultural “dominante”: de linguagens, padrões de estética, ideia de felicidade, influência musical e artística, consumo de produtos, modo e estilo de vida, enfim, de crenças, costumes e ideologias. São culturas materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, de fora, do Outro, do estrangeiro, do “dominante”. Difícilmente um povo, uma nação, uma região será emancipada se não olhar para dentro de suas tradições, reconhecê-las e valorizá-las. Essa “colônia” que tenta conquistar o mundo precisa conquistar primeiro a si mesma.

.....

*** Patricia Paixao De Oliveira Leite**

*Grupo de Pesquisa Epistemologias e Práticas Emergentes e Transformadoras em Comunicação, Mídia e Cultura - Ecomsul.
RECIFE, Brasil*

*** Raimunda Aline Lucena Gomes**

*Grupo de Pesquisa Epistemologias e Práticas Emergentes e Transformadoras em Comunicação, Mídia e Cultura - Ecomsul.
RECIFE, Brasil*

Resumen de ponencia

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ABORDADAS A PARTIR DOS ENFOQUES PÓS-COLONIAIS: UM EXAME DA PERSPECTIVA DECOLONIAL LATINO-AMERICANA NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO NO INTERIOR DA DISCIPLINA.

*Juliane Rodrigues Teixeira

Esta pesquisa propõe analisar as possibilidades do pensamento decolonial latino-americano em se tornar pensamento crítico no interior da disciplina de Relações Internacionais, abordando as contribuições produzidas a partir de enfoques pós-coloniais desenvolvidas desde a nossa região. Portanto, se examinará como essas propostas poderiam influenciar na formação do pensamento internacional que emerge da América Latina no início do século XXI.

O exposto anteriormente enquadra-se na discussão sobre o estado da produção teórica e acadêmica da disciplina, especialmente na teoria das Relações Internacionais. Neste sentido, há uma vertente de intelectuais que criticam a natureza dominante ou hegemônica das propostas de origem anglo-saxônicas nas abordagens teóricas e metodológicas, assim como a abundância de centros acadêmicos de pesquisa nesses países, os quais acabariam dominando a produção no interior deste campo acadêmico. Assim, o que se propõe é examinar a história dos debates teóricos, metodológicos e epistemológicos que ocorrem dentro de este âmbito de estudos, buscando incorporar as vozes que têm sido tradicionalmente silenciadas dos principais debates da disciplina. De esta maneira, se discute que essas vozes foram isoladas principalmente devido à prioridade atribuída aos temas considerados mais relevantes para as grandes potências do sistema internacional que geralmente ditam as regras e premissas que compõem as relações internacionais.

Neste sentido, nas últimas décadas, surgiram enfoques que passaram a questionar essas visões consideradas hegemônicas, argumentando que elas não refletiriam necessariamente as realidades políticas, econômicas e sociais de grande parte das nações, especialmente as nações periféricas. Nesse sentido, podemos destacar o surgimento de outras perspectivas, como o pós-colonialismo, que propõe oferecer novas alternativas às teorias tradicionais e dominantes, discutindo o caráter eurocêntrico (mais precisamente anglo-saxão, compreendendo assim aos Estados Unidos), tanto em o exercício do poder na política mundial, como na produção de conhecimento na disciplina.

Portanto, destaca-se o surgimento de versões alternativas advindas de abordagens e debates teóricos contemporâneos, mas que são abordados principalmente em outros campos das ciências sociais. Essas perspectivas expressariam uma visão crítica de objetos, sujeitos de estudos e das teorias positivistas que normalmente dominariam as ciências sociais, destacando a necessidade de emancipação; buscariam propor

abordagens que transcenderiam o positivismo; e no caso das Relações Internacionais, questionariam as premissas consideradas como verdades universais na política internacional.

Assim, sugere-se que as contribuições produzidas pelos estudos sobre a descolonização, especialmente os de produção latino-americana que integram as perspectivas pós-coloniais, quando aplicadas na disciplina das Relações Internacionais, procurariam reinterpretar as antigas práticas coloniais empregadas pelos grandes impérios a partir do pressuposto que algumas delas permaneceriam em vigor ou teriam sido transformados em novas práticas, evidenciando novas formas de dominação e colonialismo presentes na política internacional.

De esta forma, a perspectiva em questão tentaria conferir maior legitimidade a temas que não são tradicionalmente abordados pelas teorias clássicas que predominam no campo internacional. Da mesma forma, estimulariam a criação de espaços que possibilitem atribuir maior visibilidade à realidade e aos problemas de algumas nações periféricas, destacando principalmente a questão da herança colonial. Isso porque este enfoque sugere que os elos de poder e dominação presentes na era colonial nas relações como a raça, classe ou gênero não teriam sido totalmente eliminados com a independência dessas nações. Portanto, essas relações de poder e dominação haveriam transcendido no tempo, além disso, não teriam sido adequadamente abordadas pelas teorias tradicionais, o que tornaria essencial colocar como elemento importante a revisão e reinterpretação do período colonial e as continuidades nas relações de poder e dominação no período atual, a partir dessa perspectiva.

Assim, esta pesquisa sugere a importância de estimular a construção do campo das Relações Internacionais a partir de diferentes propostas que poderiam ser mais amplias, levando em consideração questões, problemas e opiniões que surgem em outras regiões do mundo fora da região hegemônica de poder, a qual tradicionalmente propaga seus ideais, proposições e interpretações de suas realidades para o resto do mundo.

De este modo, trata-se de questionar se a produção pós-colonial, especialmente em sua vertente decolonial de origem latino-americana, cujo maior desenvolvimento se deu em outros campos das ciências sociais, poderia servir de insumos para a produção de conceitos, marcos teóricos, metodológicos, epistemológicos, além de outras formas de interpretações da realidade internacional, questionando também se essas abordagens contribuiriam efetivamente para a diversificação da disciplina através da produção que emerge contemporaneamente desde a nossa região. Além disso, busca-se evidenciar outras formas de poder e relações de domínio não abordadas pelas teorias tradicionais, e como a produção decolonial latino-americana poderia ser uma ferramenta útil para analisar a dinâmica internacional e a inserção contemporânea de nossa região nas questões globais em princípios do século XXI, apesar do seu estado atual de marginalização no campo das Relações Internacionais.

Assim, se buscará argumentar que a produção decolonial pode ser considerada um pensamento latino-americano próprio e crítico que contribui para a disciplina, uma vez que foi desenvolvido a partir do pensamento periférico, ou seja, do dilema de "ser-como-o-centro" ou "ser-nós-mesmos", ou seja, em imitar ou distanciar-se dos países que compõem o centro do poder internacional. Assim, o pensamento decolonial latino-americano se destacaria como modelo diferenciador e de criação de identidade. Esta pesquisa será realizada a partir do método de análise qualitativa, abordando

primeiramente a produção teórica tradicional do campo das Relações Internacionais, com a posterior análise bibliográfica dos principais textos produzidos pelos enfoques decoloniais na América Latina, como o grupo Modernidade / Colonialidade; os principais autores indigenistas e indianistas; e a mais recente produção de Sumak Kawsay, indagando sobre a possibilidade de utilizá-los como referenciais interpretativos no disciplina. Finalmente, serão analisados os impactos dessas abordagens na formulação do pensamento internacional que emerge contemporaneamente na região.

.....

*** Juliane Rodrigues Teixeira**

Instituto de Estudios Avanzados. Universidad de Santiago de Chile - IDEA/USACH. Providencia, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

BATSꞑIL KꞑOP TSELTAL: PUNTO DE PARTIDA EN LA INVESTIGACIÓN. RUPTURAS Y RETOS

*María Patricia Pérez Moreno

En el presente texto se aborda y reflexiona los aportes y retos epistemológicos que ha implicado hacer investigaciones, por parte de intelectuales de pueblos originarios, partiendo desde la lengua propia como parte de una lucha epistémica por visibilizar y fortalecer los sentidos del mundo que poseen estos idiomas. Ser parte de una cultura particular y hablar un idioma propio (maya tseltal en este caso) permite entender y explicar el mundo y nuestro estar en él de una forma diferente a otros pueblos y personas.

Darnos cuenta de estas otras lógicas de estar-pensar-sentir-hacer-vivir (stalel en maya tseltal) el mundo, la vida y las relaciones sociales no se da, en automático, por ser hablantes o partes de dicho idioma y cultura, sino que requiere, por un lado, de un proceso de análisis y reflexión profunda y constante desde-con nosotros mismos en diálogo con las demás personas de nuestra comunidad y nuestras prácticas cotidianas. Esto no es posible si no reconocemos y asumimos en principio la riqueza y cosmovisión que portamos y guardamos en nuestro batsꞑil kꞑop (idiomas propios) que la colonialidad del poder y el conocimiento científico hegemónico occidental se han esforzado, por siglos, en hacernos creer y ver lo contrario. Si no reconocemos que nuestra cultura e idioma propio contienen modos de ser-pensar-sentir-vivir-hacer diferentes, tan importantes como los de otros pueblos y culturas, no podremos comprender su lenguaje profundo, su filosofía, su cosmovisión (Lenkersdorf, 2005) o, mejor dicho, su sentido del mundo (Oyêwùmí, 2017).

Por otro lado, requiere “salirse” de los marcos conceptuales e ideológicos de otras stalel adquiridos a lo largo del tiempo que nos condicionan a mirar nuestra realidad desde esos otros referentes (el idioma castellano y nuestra formación académica, por ejemplo). ¿Cómo hacer para que los conocimientos de nuestros pueblos no estén condicionados o subordinados por estos marcos conceptuales? ¿Cómo le hacemos para que los conceptos que analicemos no se tergiversen sus significados? La respuesta constituye un gran reto porque no hay recetas para hacer esto. No obstante, existen varios trabajos de intelectuales de pueblos originarios de Chiapas, Colombia, del país Mapuche, Guatemala, África, Nueva Zelanda, entre otros, que están creando o intentando romper con estos esquemas para dar cuenta de la profundidad de filosofías que existe en nuestros idiomas propios partiendo desde la cultura propia. Para mencionar solo dos casos, referimos el trabajo del intelectual maya tsotsil Manuel Bolom Palé (2012) quien al reflexionar sobre la categoría tꞑujum (belleza) presente en la cultura e idioma tsotsil, encuentra que la belleza está en función de la abundancia (de los alimentos) y correlacionada con la vida, los olores (xjikꞑet smuil: su olor, su

fragancia), los sabores, la música, el saber hablar bien (tʔujum chkʔopoj: habla hermoso), con los rezos, los valores comunitarios, la fertilidad (de la mujer y de la tierra), el sonido del agua, la semilla, entre otros aspectos. La belleza tiene que ver con el trabajo, el bordado, el tejido y la elaboración de un discurso. En este sentido, la belleza no es solo contemplación de un objeto, sino parte de un estar y actuar en la sociedad.

Por su parte, el intelectual maya tseltal Juan López Intzín (2014, 2015), partiendo desde el sentir pensar y sentir saber profundo de su cultura, plantea que la categoría de chʔulel no sólo puede entenderse como la parte anímica como muchos lo hacen puesto que tiene otras dimensiones, como conciencia, es decir el proceso de despertar la memoria de quiénes somos y de nuestras raíces (sutesel oʔtanil). Asimismo, el chʔulel es el principio del ichʔel ta mukʔ porque implica reconocer que todo lo que existe (vegetales, minerales, animales y ser humano) tiene una esencia, potencia, espíritu y fuerza que los hace ser lo que son. Esto se diferencia del pensamiento occidental positivista que ha clasificado a los seres en animados e inanimados.

Darnos cuenta de estas lógicas otras de sentir-vivir-pensar-forjar el mundo es posible (y necesario) indagando desde del idioma y cultura propia, por supuesto en diálogo con las otras maneras comprender lo que nos rodea. Una justicia cognitiva de los pueblos implica reconocer estos conocimientos y filosofías presentes en sus idiomas y prácticas cotidianas.

.....

*** María Patricia Pérez Moreno**

Universidad Nacional Autónoma de México UNAM. Ciudad de México, México

Resumen de ponencia

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL NOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

*Luana Hanae Gabriel Homma

No Brasil, o status de colônia é findado com a independência, no século XIX. No entanto, é possível verificar resquícios de colonialismo operando nas estruturas econômicas, políticas, sociais e epistemológicas. Na América Latina a relação colonial institui linhas abissais entre metrópole e colônia, no século XV, onde no lado da colônia opera-se a partir da dicotomia apropriação/violência, com constantes invisibilizações (SANTOS, 2002).

Santos (2007) identifica duas áreas nas quais as linhas abissais são mais visíveis: no direito e no conhecimento modernos. Enquanto nas metrópoles o direito moderno se institui com base na dicotomia entre o legal e o ilegal de acordo com o direito do Estado ou internacional, a zona colonial se caracteriza como o território sem lei, fora da lei, ou ainda do legal e do ilegal de acordo com o direito não reconhecido oficialmente.

Em relação à questão epistêmica, a linha abissal divide os conhecimentos modernos (ciência, filosofia e teologia) dos “não-conhecimentos”. Estes, dos grupos subalternizados, como por exemplo dos povos nativos das Américas, Ásia e África. A zona colonial é composta, então, não de conhecimentos, mas de compreensões subjetivas ou intuitivas, que não chegam à academia exceto como objeto de pesquisa científica (SANTOS, 2007).

Desta forma, esta divisão abissal produz não-existências, apagando os saberes, racionalidades e pessoas do lado colonial da linha abissal. Esta comunicação se centra no apagamento epistêmico, tendo como objeto a universidade, instituição com papel de destaque na afirmação do pensamento abissal, que classifica o saber científico moderno como o único válido (SANTOS; MENESES, 2009).

O conceito de Epistemologias do Sul carrega esta ideia de que a dominação colonial foi também epistêmica, levando à valorização de uma forma de saber em detrimento de tantas outras dos povos colonizados, que passaram a ser desconsideradas (SANTOS; MENESES, 2009). Neste sentido, Santos e Meneses afirmam que a epistemologia dominante, “assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo” (SANTOS; MENESES, 2009, p.10).

O conhecimento científico moderno se institui por meio do que Santos chama de localismo globalizado: apesar de ser contextual, local, tal epistemologia se pretende e se coloca como universal, inclusive fazendo uso da força. Esta epistemologia é tão “profunda que descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada

por um conhecimento alienígena” (SANTOS, MENESES, 2009, p.10). Por este motivo o pensamento moderno se constitui na mais poderosa forma de produção de não-existência, uma monocultura do saber.

A formulação de Epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos, se mostra “uma epistemologia geral da impossibilidade de uma epistemologia geral” (NUNES, 2008, p.13). Em contraposição à visão homogeneizante moderna colonial, “As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS; MENESES, 2009, p.13), havendo um reconhecimento de todos esses saberes de acordo com sua validade, que se define por meio das condições de sua produção e apropriação (NUNES, 2009). Segundo Meneses “as epistemologias do Sul, como Boaventura de Sousa Santos propõe, reclamam o recuperar máximo das experiências de conhecimentos do mundo, alargando o espaço de produção de conhecimentos e de modos de pensar, instaurando a própria possibilidade de falar com - em vez de falar sobre - outros mundos e saberes” (2009, p. 208), assentando, nas palavras de Santos, em “três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (1995, apud SANTOS; MENESES, 2009, p. 9).

Buscando compreender como tem-se buscando superar esta invisibilização de conhecimentos na universidade brasileira, a partir da análise de teses e dissertações que tratam do pensamento pós-colonial/decolonial, e têm como referencial teórico o autor português. Esta comunicação tem como cerne um mapeamento de teses e dissertações, realizado de Outubro a Dezembro de 2017, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no contexto da dissertação de mestrado intitulado “O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a universidade brasileira”. O mapeamento se dá no âmbito da pesquisa, compreendendo a importância deste pilar entre os outros dois (ensino e extensão), na universidade. A pesquisa é por vezes desconsiderada, uma vez que historicamente a universidade, passa a se centrar no treinamento dos estudantes para profissões liberais ou ainda a reprodução de conhecimentos gerados no exterior, como coloca Florestan Fernandes: Como sucedeu em toda a América Latina, a ênfase no profissionalismo divorciou a universidade de suas missões mais produtivas, restringindo-a a um ensino alienado da realidade, altamente verbalizado e retórico, pouco ou nada criador pois valorizava os exames e os títulos, negligenciando a aprendizagem e a pesquisa inventiva e prática apenas no sentido técnico-profissional, já que predispunha o letrado para uma permanente disponibilidade intelectual (FERNANDES, 1975, p.248).

Neste mapeamento, realizado no final do ano de 2017, o termo “Epistemologias do Sul” retornou 39 resultados, entre teses e dissertações, datados de 2010 (1 trabalho) a 2016 (14 teses e dissertações). Os trabalhos passam a ser defendidos neste período provavelmente pelo fato de que, apesar de o termo Epistemologias do Sul ter sido cunhado por Boaventura de Sousa Santos em 1995, este tem grande destaque com a edição do livro organizado pelo autor e por Maria Paula Meneses, em 2009, intitulado Epistemologias do Sul. O ano de 2017 não foi considerado uma vez que o mapeamento foi realizado ao fim deste ano, e, portanto, não constavam ainda nos registros todos os trabalhos defendidos no período.

A partir deste mapeamento, a comunicação traz uma análise das teses e dissertações mapeadas, acerca dos Programas de Pós-Graduação, Universidades, Estados e Regiões

onde foram produzidos, bem como das áreas de concentração dos programas e as temáticas abordadas, buscando compreender como o termo tem repercutido na Universidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução. 2ª Ed. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, 272 p.
- NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. 2009. pp.9-20.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002. pp. 237-280
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 2007. pp.3-46
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. 2009. pp.9-20.

.....

* Luana Hanae Gabriel Homma

Universidade Federal do ABC UFABC. São Bernardo do Campo, Brasil

Resumen de ponencia

BRASILEIRO, BRASILIANO OU BRAZILIAN?

*Gustavo Aguiar Marcondes

O tema central dessa palestra é a maneira como o Brasil e o brasileiro se relacionam com a América Latina e a noção de ser latino-americano. O interesse pelo tema surgiu com a leitura do livro *“As veias abertas da América Latina”*, de Eduardo Galeano. Pretende-se levantar questões sobre o grau de reconhecimento que o brasileiro tem com a identidade latino-americana desde a formação do Estado nacional brasileiro. O livro, que propõe uma reflexão terceiro-mundista, pode trazer questões relevantes em um momento de ressurgimento de ideais conservadores.

Hector Alimonda (1994), em seu texto *“A invenção da América Latina e outras obsessões”*, aponta que o processo de constituição política e identitária da América Latina se dá através do que ele chama de “revolução desde cima”. O entendimento de identidades construídas historicamente se mostra significativo para se analisar as práticas discursivas de constituição do sujeito, “como um sujeito foi estabelecido, em diferentes momentos e em diferentes contextos institucionais, como objeto de conhecimento possível, desejável ou até mesmo indispensável?” (FOUCAULT, 1997, p. 109).

Quando se diz que as festas de São João, comuns no nordeste brasileiro, são tradições latinas, que a Festa do Divino é também uma manifestação latina, assim como o maracatu e o jongo, ou mesmo que nós brasileiros somos latino-americanos parece que isso não soa familiar. Por alguma razão, nós brasileiros, não nos identificamos com a alcunha de latinos. O que para cidadãos de países da América espanhola é muito comum, para nós é algo invulgar. De acordo com Leslie Bethell (2009), até na literatura, o romantismo brasileiro foi diferente daquele da América Espanhola. “Quando os escritores e intelectuais brasileiros se referiam ao mundo fora do Brasil, não pensavam na América Espanhola – de fato, não se consideravam parte da *“América Latina”*” (BETHELL, 2009, p. 293)

O recorte temporal compreende o início do Império brasileiro em 1822, quando se forma o Estado nacional e a noção de cidadão, até os dias atuais. Será abordado apenas alguns momentos que antecedem e sucedem rupturas da ordem política, tais como a proclamação da República em 1889 e o golpe civil-militar em 1964. O contexto da Segunda Guerra e Guerra Fria com a Doutrina de Segurança Nacional implementada pelos Estados Unidos também será abordado, na medida em que a interferência estadunidense implicou na formação de ditaduras militares em países estratégicos da América Latina. Com base nisso busca-se analisar as causas que levaram a uma possível dificuldade na identificação de elementos comuns da história latino-americana em território brasileiro.

A América Latina é um território que compartilha semelhanças quanto à formação de seu povo, de sua história e hoje se encontra numa situação de debilidade no que se refere à unidade cultural e política. No atual momento geopolítico, em que a formação de blocos econômicos parece ser uma alternativa sensata frente aos desafios da

globalização, acredita-se que uma união cultural dessa região seria de grande auxílio para a solução de possíveis problemas decorrentes do capitalismo, tais problemas parecem estar arruinando as concepções de Estado, sociedade civil e sociedade política.

Pensar através da ótica da relação Centro x Periferia revela um campo de análise historiográfico mais transparente e mais honesto com a realidade identitária latina, um ponto de vista marginal frente aos desafios impostos pelos centros capitalistas do mundo.

Emir Sader (2008), na apresentação dos *“Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano”*, nos diz o seguinte: “Por que o pensamento crítico latino-americano? Porque o pensamento crítico latino-americano é aquele que tem reivindicado nossa trajetória histórica frente aos esquemas eurocêntricos, assim como tem procurado sistematicamente fortalecer nossa identidade, questionando o pensamento conservador criado pelas potências centrais do capitalismo.” (SADER, 2008, p. 9)

A partir do exposto até aqui, essa palestra pretende responder a seguinte pergunta: Quais seriam as singularidades históricas e culturais brasileiras que dificultariam uma integração latino-americana?

As relações de poder ditadas por um discurso que aqui vamos chamar de “central” seriam essenciais na formação da mentalidade de grande parte da sociedade brasileira, lembrando que não é a própria sociedade que constitui a realidade, mas sim os discursos que ela produz ou reproduz. Os objetos históricos, assim como os sujeitos, emergiriam como efeitos das construções discursivas. Quem produziu este discurso? Quando foi produzido? Por que foi produzido? Para quem foi produzido? São algumas questões que serão examinadas.

“O Brasil fez-se Império antes de se fazer nação”. Essa afirmação do historiador Evaldo Cabral de Mello consegue resumir bem a situação política na época da formação do Estado brasileiro e a participação da sociedade nesse processo que foi quase nenhuma. Para esse historiador, nosso processo de emancipação política não foi fruto de movimentos nacionalistas preexistentes na sociedade, tendo o Estado o papel central na formação política e social do país.

O que implicava ser brasileiro nessa época? A própria etimologia da palavra brasileiro não faz referência à nacionalidade, o sufixo “eiro” é relativo à profissões, (padeiro, pedreiro, carpinteiro, etc). Dessa forma, o gentílico “brasileiro” vem da atividade profissional das pessoas que estavam ligadas à extração e comércio do pau-brasil na época do Brasil Colônia. Na língua espanhola quem é natural do Brasil é chamado de “brasiliano”, em inglês, “brazilian”.

O Estado brasileiro nascia como forma de manter os privilégios das elites unindo em um mesmo Estado vários territórios, cada um com seus costumes, culturas e organizações sociais diferentes. Talvez a característica mais marcante que viria a unir as pessoas no novo Estado brasileiro seja o idioma: o Brasil é o único país na América Latina que fala o português.

Assim surge o Estado brasileiro, uma imensa ilha imperial cercada de repúblicas, o país mais conservador das Américas, o último a abolir a escravidão, o último a se tornar uma república, o único a falar português e com uma classe dominante em sintonia com as demandas de países centrais do capitalismo no século XIX. Até esse momento a nacionalidade brasileira pode ser entendida como uma invenção das elites, facilitada pela língua comum.

Existe um caráter político da linguagem, entendida aqui através de suas vertentes simbólicas, mitológicas e discursivas. Assim, o fato de seu uso é estratégico e atende a objetivos dados por interesses diversos no interior da sociedade ao longo da história. As estratégias de governo sobre as quais os indivíduos foram submetidos ao longo da história, juntamente com as técnicas utilizadas, apontam para uma construção de identidade mais carregada de permanências do que rupturas.

Como resultado dessa experiência transformativa, que é o processo histórico de formação do Estado brasileiro e sua sociedade, o brasileiro se encontraria num “entre-lugar”, uma identidade híbrida, um estrangeiro em seu próprio território, fragmentado. Como explicar para uma mente conservadora que a nacionalização de refinarias de petróleo da Petrobras por parte do governo boliviano é um avanço para a integração do bloco latino americano? Ou que a Lei da Mãe Terra, instituída por Evo Morales, representa uma salvaguarda do território da Bolívia contra qualquer forma de exploração externa? Ou que o regime civil-militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 tenha sido um duro golpe à soberania nacional?

É preciso frisar que um “discurso central” atravessa o brasileiro e os que vivem à sua margem são os que deveriam sentir na pele o que é ser latino. O tempo desse “discurso central” não é o atual, ele é datado, construído historicamente, sistematicamente mantido, cheira a mofo. Um discurso incapaz de abarcar a complexidade dos povos latinos com suas africanidades, com seus povos originários, com sua perspectiva terceiro-mundista, enfim, identidades múltiplas e intercambiáveis.

A apreciação de “Veias Abertas” ajudaria nesse processo sendo um auxílio para o reconhecimento de uma identidade latina. A constituição do sujeito se daria a partir do lugar que ele ocupa no social, no político, no cultural e no espaço simbólico. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, de conhecer sua própria história, no cuidado de si, não se trata de um reconhecimento concedido de cima para baixo. As formas políticas da governamentalidade, entendidas aqui como o conjunto de instituições, procedimentos e técnicas que permitem exercer o poder, descentram as pessoas de sua identidade criando um espaço comum, um discurso de separação.

Em vista dos argumentos mencionados até aqui, sobre a singularidade do caso brasileiro, poderíamos chegar à conclusão que quando um brasileiro se refere à um argentino ou uruguaio, por exemplo, como “aqueles latinos” está cometendo uma espécie de ato falho que evidencia um discurso inconsciente se traduzindo em um discurso imperialista, portanto, carregado de valores conservadores que revela a falta de percepção da identidade latino americana em si mesmo.

A assimilação de uma identidade latina pelo brasileiro abriria um novo campo de legitimidade de atuação política. É preciso trazer à tona uma realidade histórica ainda pouco assimilada por nós brasileiros e pouco discutida pela historiografia. Como consequência, essa assimilação possibilitaria um novo debate político, pautado por demandas e aspirações mais próximas da realidade latino-americana.

Grande parcela da sociedade no Brasil atua como engrenagem da estrutura que os mantém dominados à uma classe dirigente. Que por sua vez se mantém no poder através da assimilação desse “discurso central” em suas práticas e seus instrumentos de dominação. “Este é o país que constitui o eixo da libertação ou servidão de toda a América Latina.” (GALEANO, 1976, p. 333).

.....

*** Gustavo Aguiar Marcondes**

Espaço Cultural Francisco de Assis França ECFA. Volta Redonda - RJ, Brasil

Resumen de ponencia

BUEN VIVIR: PARADIGMAS, DISCURSOS Y PRAXIS

*Patricio Carpio Benalcázar

La sociedad del siglo XXI constituye la depositaria directa de los impactos surgidos del modelo civilizatorio cuyos antecedentes se remontan a la expansión comercial y financiera posterior a la revolución industrial y el consiguiente desarrollo del modo de producción y de vida capitalista de origen eurocéntrico.

Muchos estudios en América Latina y en el mundo, señalan que el progreso, el crecimiento económico y la acumulación de capital con sus lógicas espirales sin límites, implicaron de origen una división del mundo entre países industrializados generadores de tecnología y países proveedores de materia primas ; los unos paradigma de ciencia y modernidad y los otros paradigma de atraso y subdesarrollo; paradójicamente, esta dicotomía es condición necesaria para la reproducción del sistema en su conjunto. Así, se puede concluir, siguiendo a Wallerstein, que, en el fondo, lo que se desarrolla es un “patrón de poder”, en otras palabras, el propio sistema. (Quijano, 2000).

A más de estas evidencias, existen un conjunto de consideraciones éticas, políticas y culturales para afirmar que la noción de “desarrollo” como imaginario del deber ser para las sociedades, atraviesa una profunda crisis de sentidos, tanto desde su fundamentación teórica como desde los impactos que su aplicación ha generado, lo cual va aparejado por una dialéctica intensa con la crisis de civilización que sufrimos a escala planetaria y que abarca sistémicamente todos los ámbitos de la sociedad global contemporánea. (Lander, 2011)

Contradictoriamente a lo anotado, por su propia capacidad de resiliencia, sus presupuestos de crecimiento y modernización -cuando no, de colonialidad- siguen vigentes. Naciones Unidas impulsa los Objetivos de Desarrollo Sostenible como matriz orientadora para las políticas públicas en todos los países e infinidad de organismos multilaterales a escala global, cooperación internacional, instituciones estatales, ONGs, etc, mantienen el discurso del desarrollo y direccionan su accionar en la perspectiva desarrollista; la universidad como fuente de creación de pensamiento tampoco ha producido mayores reflexiones de crítica y menos de alternativas, por el contrario se ha focalizado principalmente en optimizar profesionales “para el desarrollo y el crecimiento.”

En contracorriente, va emergiendo desde todas las latitudes planetarias y fundamentalmente desde la periferia del sistema, una crítica sostenida a estas dinámicas erosivas, acompañadas de importantes pistas sobre un devenir sustentable para la sociedad del siglo XXI. Contamos con aportes de A. Escobar, E. Leff, E. Lander, Boaventura de Sousa Santos, V. Shiva, Silvia Rivera, A. Acosta, Joan Martinez Alier, S. Latouche, M. Lowy, entre los pensadores más acuciantes sobre la necesidad de otras

vías para el desenvolvimiento de lo humano en el ecosistema y su biodiversidad ecosocial. Pueblos originarios de muchas partes, desde sus intelectuales y organizaciones, reclaman recuperar epistemologías que permitan re-entender las raíces perdidas que nos unían indisolublemente con la naturaleza. Este horizonte de pensamiento es lo que hoy se denomina Postdesarrollo, como síntesis de múltiples exigencias sobre cambio de sentido societal y experiencias innovadoras dispersas en todos los continentes, tanto en comunidades ancestrales y rurales como en centros urbanos de diferente magnitud.

Así, el Buen Vivir aparece en el escenario de la teoría social, el discurso político y la disputa por una praxis consecuente a partir de una confluencia de factores contextuales estructurales: la crítica a la noción de desarrollo desplegada desde diferentes espacios tanto teóricos como socio políticos; la emergencia del movimiento indígena andino como actores protagonistas de cambios estructurales en la sociedad tradicional y mono-nacional; los planteamientos de movimientos sociales anti-sistémicos por “otro mundo posible” y los esbozos teóricos sobre post-desarrollo que se tejen en el norte y sur simultáneamente. A este contexto se suman dos elementos económicos y políticos de actualidad: la crisis del capitalismo con su rostro neoliberal y global y el surgimiento de gobiernos denominados “progresistas” en América latina, particularmente de Ecuador y Bolivia.

Desde nuestra perspectiva, el Buen Vivir es una propuesta socio política de organización societal que promueve la construcción de un sistema complejo de correspondencias e interacciones de las sociedades humanas tanto con la naturaleza, como entre sus miembros y con otras sociedades, en un marco de interculturalidad, convivencia horizontal de desenvolvimiento armónico, dinámico e inclusivo.

Como sistema está constituido por subsistemas entre los que mencionamos los siguientes: Soberanía, Eco-armonías, Otras economías y Pluri-diversidades. Es esta complejidad en su estructuración, la que nos conduce a la afirmación de que el Buen Vivir se construye efectivamente como paradigma alternativo al desarrollo entendido como unidad dialéctica entre crecimiento económico, modernización y colonialidad.

En un enriquecedor debate, el Buen Vivir ha desatado diversas posiciones y una permanente tensión entre discurso y praxis en sus países matrices como Ecuador y Bolivia. El presente trabajo pone una mirada integral a su proceso de construcción teórica, al manejo discursivo de los actores políticos y a la praxis política del gobierno “socialista del Buen Vivir” de Ecuador.

.....

* Patricio Carpio Benalcázar

Dirección de Investigación de la Universidad de Cuenca. Universidad de Cuenca - DIUC. Cuenca, Ecuador

Resumen de ponencia

CABOCLOS CONTRA O PROGRESSO: CONFLITO AMBIENTAL NA GUERRA DO CONTESTADO

*Daniel Vieira Nunes

A apresentação proposta se baseia na dissertação de mestrado intitulada “Caboclos contra o progresso: Conflito ambiental na Guerra do Contestado” concluída em 2017 no CPDA/UFRJ. Nela pesquisamos a Guerra do Contestado (1912-1916), um conflito de enormes proporções ocorrido no planalto Sul do Brasil, região majoritariamente formada pelo bioma da Floresta com Araucária, a partir do ponto de vista da história ambiental e da ecologia política. Buscando elementos que nos permita caracterizar a Guerra do Contestado como um conflito ambiental, desenvolvemos um olhar sobre a bibliografia já existente sobre o conflito e sobre um conjunto de fontes que pudesse extrair as noções de natureza de dois grupos principais de sujeitos envolvidos no conflito: as classes dominantes e os caboclos pobres do planalto.

A respeito das classes dominantes, pesquisamos as relações com a natureza e visão de natureza de um grupo de atores comprometidos com a ideologia do progresso, representados pelas elites agrárias locais identificadas com o projeto do Ruralismo e pelo holding controlado por Percival Farquhar, estadunidense ator do imperialismo na região, cujas principais empresas são a Companhia Estrada de Ferro Brazil Railway Company e sua subsidiária madeireira Southern Lumber and Colonization Company, sem contudo deixar de perceber que ambos atores estavam amparados no aparelho de Estado da Primeira República. Do segundo conjunto de atores, que chamamos caboclos do planalto Contestado, buscamos extrair ecologia a partir da análise do modo de vida caboclo em suas práticas econômicas e costumes, sua religiosidade e seu projeto político que aflorou durante o conflito.

Entendendo que as ações das classes dominantes alteraram sobremaneira o modo de vida dos sertanejos assim como os ecossistemas do planalto Contestado, procuramos desenvolver argumentos que podem sustentar a tese da Guerra do Contestado como um conflito ambiental. Para isso dispomos de algumas categorias importantes da ecologia política na atualidade, como conflito ambiental distributivo, segundo Joan Martinez Alier, a perspectiva da ecologia política da diferença, em conformidade com a visão apresentada por Arturo Escobar, da epistemologia política, como Enrique Leff, e das diferentes formas de valoração da natureza. Utilizamos tais categorias como inspirações para compreendermos as diferentes dimensões da cultura, da religiosidade, da política, da economia e saberes de um conflito pretérito, que no caso em tela, demonstrou-se um conflito ambiental, apesar desta perspectiva ser ignorada pela historiografia até então.

A revolta dos caboclos contra a República do Brasil, que chegou a construir uma proposta política alternativa, estava intimamente vinculada à defesa de seu modo de vida e estava relacionada a uma economia moral. Além dos motivos econômicos quantitativos, a revolta deu-se por ações respaldadas pelos costumes em comum, pela

cultura e pela razão, convictos de seus “direitos” e da possibilidade da constituição de um “comunismo caboclo” baseado em práticas comunitárias e relações de maior reciprocidade com a natureza.

Configurou-se como um conflito ecológico distributivo, pois a revolta estava relacionada à efetiva expulsão de antigos posseiros e seu acesso a recursos. Do ponto de vista da valoração ecológica, os caboclos confrontaram uma dimensão mercadológica da natureza por parte das classes dominantes enquanto reivindicavam outra noção constituída por um sentimento de pertencimento, culturais e costumeiros, permeada dos valores religiosos do catolicismo caboclo inspirado nos ensinamentos do monge São João Maria. O enfrentamento político possuía um conteúdo epistêmico, pois em nome de postulados da ciência e da superioridade de seus conhecimentos no contexto da ideologia do positivismo, as forças do Estado e das milícias buscaram eliminar o modo de vida caboclo, constituído por sua vez de uma relação de reciprocidade com a natureza mediada por saberes próprios.

Propomos ao fim a existência de um ecologismo caboclo, um ecologismo dos pobres sertanejos da região do planalto do Contestado, como expressão da defesa da natureza e dos bens comuns daquelas populações envolvidas no conflito. Essa ideia está baseada nas noções gerais que levaram Alier a sustentar a leitura de um ecologismo dos pobres em muitos conflitos sociais com conteúdo ecológico, ao perceber que muitos conflitos camponeses do passado podem ser vistos retrospectivamente também como conflitos ambientais. A luta dos caboclos pela sobrevivência e pelo seus modos de vida continham nitidamente uma relação de dependência e de maior reciprocidade com a natureza. Desta forma, o direito a existir do caboclo também era uma questão ecológica, que se contrapunha ao avanço das madeireiras e outros empreendimentos sob a égide da ideologia do progresso sobre os rios, flora e fauna do bioma da Floresta com Araucária.

.....

*** Daniel Vieira Nunes**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

CHIAPAS COMO UN REGIONEMA: ELEMENTOS TEÓRICOS Y CONCEPTUALES PARA UN ESTUDIO REGIONAL SOBRE EL ESTADO

*Fabio Alexis De Ganges López

Este texto propone un modelo para estudiar el estado del estado de Chiapas (el que está más al sur de la república mexicana) desde una perspectiva “regional”, tomando en consideración lo que se ha dicho sobre este concepto y las regiones en las cuales está dividido el estado. Después se hace referencia a las “redes imaginarias del poder político”, de Roger Bartra, y al “orientalismo” de Edward Said para sugerir un concepto: el chiapanequismo.

La ponencia se divide en dos partes. La primera es un análisis general de la región, que va de lo general a lo más específico (es decir, cómo ha sido regionalizado el estado de Chiapas) e intenta explorar el significado del complejo término “región” y otros relacionados (regionalismo, regionalización, etc). En la segunda parte expondremos someramente las ideas de autores como Benedict Anderson (comunidades imaginadas), Edward Said (orientalismo) y Roger Bartra (redes imaginarias del poder político), con el fin de profundizar en la forma en que el poder contribuye a crear ideologías, visiones del mundo y expresiones que después se ven como naturales. Evidentemente no nos referimos sólo a cuestiones orientadas al pueblo en general, sino también a otras expresiones que se pretenden de alta cultura y críticas.

Los estudios regionales tienen una historia brillante pero todavía corta respecto a otras disciplinas, si es que resulta factible llamar disciplina a este conjunto de saberes en los cuales es muy importante la interdisciplinariedad. De entrada, claro está, si queremos llamarlos de alguna forma primero tenemos que referirnos a sus orígenes, sus vertientes y sus posibilidades.

¿Cómo abordar entonces una región? Nuestra propuesta se dirige en por lo menos tres vertientes. Por un lado estudiaremos una región histórica, por el otro una región cultural y, por último, lo que podría llamarse una región imaginaria. Naturalmente las tres están entrelazadas, por así decirlo. No se pueden separar porque, a fin de cuentas, es en la unión de los tres en donde realmente se construye la región. Sin embargo, es importante comenzar a estudiar los diversos aspectos por separados por una simple cuestión metodológica. Si pretendiéramos ver todo de una vez probablemente resultaría un poco confuso.

En Chiapas siempre ha habido una lucha de poder entre dos importantes centros regionales (Tuxtla y San Cristóbal o los Altos y la zona Centro). Esta lucha ha durado prácticamente durante toda la historia de Chiapas y, de alguna forma, ha dado forma al estado o, para decirlo de otra forma, a esta región del sur de México que alguna vez perteneció a Centroamérica.

¿Cómo abordar entonces una región? Nuestra propuesta se dirige en por lo menos tres vertientes. Por un lado estudiaremos una región histórica, por el otro una región

cultural y, por último, lo que podría llamarse una región imaginaria. Naturalmente las tres están entrelazadas, por así decirlo. No se pueden separar porque, a fin de cuentas, es en la unión de los tres en donde realmente se construye la región. Sin embargo, es importante comenzar a estudiar los diversos aspectos por separados por una simple cuestión metodológica. Si pretendiéramos ver todo de una vez probablemente resultaría un poco confuso.

En Chiapas, por ejemplo, siempre ha habido una lucha de poder entre dos importantes centros regionales (Tuxtla y San Cristóbal o los Altos y la zona Centro). Esta lucha ha durado prácticamente durante toda la historia de Chiapas y, de alguna forma, ha dado forma al estado o, para decirlo de otra forma, a esta región del sur de México que alguna vez perteneció a Centroamérica.

Posteriormente pretendemos complementar, como sugerimos en la introducción, con tres autores que nos servirán para apuntalar nuestra idea de que en las revistas del Ateneo se formaron ideas que aún prevalecen sobre la región de Chiapas. Hay una cuarta autora que hemos nombrado en el epígrafe, pero que por razones de profundidad no abordaremos. Se trata de Mary Louise Pratt, autora de *Ojos imperiales*. Expondremos, al final, algunas breves conclusiones que nos permitan establecer un vínculo con los siguientes capítulos de nuestra investigación.

.....

*** Fabio Alexis De Ganges López**

Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica. Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas - CESMECA/UNICACH. San Cristobal de las Casas, Chiapas, México

Resumen de ponencia

CIENCIAS SOCIALES Y PENSAMIENTO AFRODIASPÓRICO

*William Mina Aragón

¿Por qué una biblioteca étnica e interdisciplinaria de las ciencias sociales? Porque a lo largo de la historia de Colombia los investigadores, intelectuales y pensadores de la diáspora africana, han sido relegados a un segundo plano en las ciencias sociales. Pocas veces la reflexión, pensamiento e imaginación como acto creador del hombre afro e indígena, han sido aceptados por la intelectualidad académica. La fuente de esos estereotipos está en el pasado colonial-esclavista y en la visión del mundo que dicha ideología plasmó en la psique colectiva de la cultura académica de Colombia y de la “América Mestiza”. Por ello, autores clásicos de la diáspora colombiana siempre insistieron en des-colonizar y desalinear la psique y la historia. Nos referimos a Juan Zapata Olivella, Manuel Zapata Olivella, Aquiles Escalante, Natanael Díaz, Rogerio Velásquez, Diego Luis Córdoba y Sofonías Yacub.

Siempre el imaginario-colonial-dominante habló de la incapacidad de los afros e indígenas para la reflexión y el pensamiento abstracto, al decir de ellos, nuestra creatividad no iba más allá del esquema mitológico y de la expresividad musical-religiosa plasmada en la oralidad. Tanto afros como otros grupos étnicos deberían, entonces, exaltar sólo lo corporal y lo artístico religioso; pues Dios no nos había dado atributos para inmiscuirnos en la reflexión analítica de la ciencia, el conocimiento filosófico y los saberes elevados del espíritu humano. Mentiríamos si dijéramos que estos arquetipos e ideales nefastos ya desaparecieron. No, cuando el investigador afro e indígena escribe algo en cualquier campo, todavía debe luchar contra dichos estereotipos heredados para ser valorado en nuestra academia. Si es hecho por indígena es solo para indígenas, si es realizado por afros es sólo para afros; como si a la cultura colombiana, a su interculturalidad y su ciudadanía no le importase lo realizado por los otros sectores humanos que conforman la diversidad e interculturalidad de la “Nación mestiza” colombiana.

Sabemos que se ha jugado demasiado con la identidad cultural colombiana, somos colombianos cuando nos conviene, como si el mestizaje nos avergonzara. Siempre se vendió la idea de pureza en la sangre, la raza, el idioma o la cultura. Entre más despigmentada la piel mejor porque, según el Canon dominante, esa “raza” es mejor, más pura, más cercana a Dios y al ideal cristiano-colonial-europeo. Mejor dicho, ello era señal de “civilidad”, “humanidad”, “civilización” y “cultura”; entre más se semejara en el vestido, costumbre y tradiciones al ideal Europeo, más sería aceptado por la sociedad y la academia.

De esta negación de nuestra identidad plural, mestiza y diversa, los grupos afros e indígenas son los que más sufrieron el impacto sociocultural y psíquico; pues siempre nuestra historia se avergonzó de tener en su suelo identitario mujeres y hombres de cosmovisión distintos y diferente. Si dicha negación se dio en el ámbito de la raza, la religión y el idioma ¿cómo no iba a presentarse en el campo de la creación cultural? La

finalidad de la Biblioteca Interdisciplinaria de las Ciencias Sociales Afrocolombianas, es resaltar las ideas y valores de los intelectuales, académicos, universitarios y ciudadanos afros que en el siglo XX y XXI, han difundido su pensamiento, identidad y memoria creativa en Colombia; reflejando los hechos políticos, sociales, económicos y culturales en los que hemos estado imbuidos a lo largo de este proceloso siglo. Con esta biblioteca étnica se ayudará a visualizar la creatividad de los investigadores afros, publicando y reeditando libros “clásicos” que no fueron conocidos o difundidos lo suficiente.

Ante la necesidad de tener referentes propios, auténticos de la “etnia” afro, que estimule a los jóvenes de hoy en las universidades y en la sociedad civil, esta biblioteca afrocolombiana nace para decirles: si podemos volver al pasado para emular héroes, intelectuales, pedagogos, mártires, escritos y pensadores. Porque si los hemos tenido y los tenemos más allá del paradigma corporal, artístico, musical y religioso. Motivo de dignidad profesional, de orgullo académico, lucidez ética, estética y de postura moral-política para la reescritura y valoración de nuestra historia; llenado de contenido afro y colorido a las ciencias sociales.

Tendríamos una nueva historiografía afro marcada por la epopeya y gestas por la libertad de los cimarrones y movimientos de liberación nacional, venerando su heroísmo y exaltando su proyecto libertario con sus imágenes en las escuelas, colegios y universidades. Hay que cambiar las fechas, la periodización, el nombre de los héroes, las celebraciones, los días de fiestas nacionales por la de otros símbolos y referentes invisibilizados (no basta el 21 de mayo ni el 12 de octubre). Hay que instituir una nueva antropología, una “antropología-otra”, con elementos histórico-sociales devenidos de las concepciones afro de la vida y del mundo. Para que los estudios universitarios entiendan en su singularidad y especificidad la esencia del ser afro, entendiéndolo como un ente bello, creador, artístico, poético y mitológico. También hay que reinventar la literatura en una “literatura-otra”, donde los personajes, espacios, tiempos y estilo literario utilizado por los narradores sean valorados y reconocidos como literatura. Hay que hacer un nuevo modelo de novela, cuento, drama y crónica; donde el protagonista afro se universalice, valore, dignifique y merezca el estudio juicioso de los críticos.

De igual manera, se debe plantear una ciencia política-otra, que incluya las gestas por la autonomía de los afros en el proceso de consolidación de la independencia, que nombre la importancia del proyecto político de los cimarrones en sus palenques por la libertad de América. Que se diga que hay un pensamiento social-afro que viene desde que el hombre se hizo hombre en África, que construyó un pensamiento libertario como resistencia a la esclavización y se hizo presente en los momentos de resistencia al colonialismo en África y el Caribe. Que se diga que siempre hubo un proyecto afro contra-hegemónico frente al régimen esclavista colonial, que se alzó victorioso en 1804 con los próceres de la independencia de Haití. Que se reivindique la existencia de un pensamiento político afrocaribeño guiado por la impronta ideológica de Frantz Fanon y Aimé Césaire, de un movimiento social por los derechos civiles y ciudadanos en los Estados Unidos, bajo la batuta de Garvey, Dubois, Luther King y Malcolm X. Que en África subsahariana una serie de intelectuales como Diop, Senghor, Cabral, Nyerere, Nkrumah y Kenyatta, pensaron el proyecto emancipador de ver los afros de todo el mundo unidos; así como lo pensó Marx desde la perspectiva de los trabajadores de todo el mundo.

Hay que decir, con orgullo, que en el ámbito político hemos tenido figuras insignes como Nelson Mandela, Barack Obama, Rosa Park y Ángela Davis. Hay que decir, que los movimientos políticos sociales y afrocolombianos están presentes y vigentes, reconfigurando el escenario del pensamiento colombiano; aunque se criminalice la protesta y se asesine a los líderes políticos y cívicos, seguimos en pie de lucha... Hay que decir que muchos que trabajamos en las universidades estamos en el aula de clase haciendo una nueva etnoeducación y una nueva historia de las ciencias sociales; buscando des-colonizar la noción de poder y de saber convencional para cambiarlos por otros discursos, por otros lenguajes y por otras polifonías que haga alusión a la diversidad que nos caracteriza como país y como región. Estamos renombrando, revalorando y actualizando el rol de estos insignes investigadores de las ciencias sociales desde una perspectiva histórica y social con sus libros, metáforas, frases, palabras, ideas y proyectos de autonomía individual y colectiva; tanto en el hacer como en el pensar.

Y esta propuesta en ningún momento es racismo o discriminación, sino autenticidad e identidad para valorar sin vergüenza el rol de esas personas que anónimamente han hecho demasiado en la construcción del nuevo país, de la Colombia justa, democrática y participativa. Esta “biblioteca étnica” se justifica porque el pensamiento y la reflexión histórica en las ciencias sociales, siempre obnubiló e ignoró el legado y el pensar de los afro; como si la constante histórica fuese participar y excluírnos al mismo tiempo. En la historia ello se plasma porque casi siempre se cita a investigadores del extranjero y no a los propios afros con sus ideas, conceptos y valores. Ya no habrá quejas de que no escribimos, de que “somos orales” o de que no tenemos nada que decir al pensamiento y a la reflexión teórica profunda de las ciencias sociales en Colombia. Una cosa es escribir mi propia historia y otra que me la escriban. Por suerte, todo este ambiente cultural entró en metamorfosis constante con las legislaciones afros, las acciones afirmativas, las cátedras de etnoeducación, la movilizaciones pacíficas al estilo de Martin Luther King y de la No-Violencia; a esto se suma la justicia reparativa, los estudios culturales, los pensadores no-enajenados por el discurso oficialmente colonial, con el apoyo de algunas ONG, con la educación alternativa-popular, las emisoras alternativas, los periódicos, la comunicación disidente y sobre todo con la fuerza y el impulso que dio la constitución de 1991. Nuevos tiempos para cambiar las mentalidades. Dejar de ser ortodoxos para abrirnos a la polifonía de lenguajes y poéticas: filosóficas, artísticas y literarias que muchos no habían oído del elemento pensante, imaginario y creativo afro. Esta biblioteca apunta entonces, a visibilizar todo el aporte intelectual de los afros; para enriquecer la diversidad y la interculturalidad del conocimiento histórico y social colombiano.

.....

* William Mina Aragón

Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad del Cauca - FCHyS/UNICAUCA. Popayán (Cauca), Colombia

Resumen de ponencia

COLONIALIDAD FEMINISTA, SOCIOSEXUAL Y APORTES FEMINISTAS ANTIRRACISTAS DESCOLONIALES

*Iris Hernández

El trabajo ilumina las relaciones coactivas que existen en y entre el movimiento LTGBI y la genealogía que hace parte del lesbofeminismo antirracista descolonial latinoamericano. Dicha iluminación, expone dos cuestiones de importancia: la existencia de prácticas neocoloniales que con base en el protagonismo de las agendas de género y derechos sexuales reactualizan imaginarios racistas a nivel mundial y el desarrollo de algunas claves metodológicas puestas en juego por el lesbofeminismo antirracista descolonial que colaboran con la ampliación de los sistemas de representación y significación de la realidad. Lo indicado es un aporte a la lucha de todos los movimientos sociales, en tanto, moviliza un proyecto de coalición contrahegemónica crítica, ya que cuestiona los términos impuestos por la matriz de poder colonial. De esta forma, aportar a un proceso de descolonización que propicie hacer comunidad en la gran casa de las diferencias latinoamericanas, identificando la forma en que se reactualiza y desestabiliza la operación de dicha matriz de poder - objetivo general del estudio -está cumplido. Su logro implicó describir las relaciones coactivas entre los movimientos señalados; identificar cómo esta coacción sostiene nuevas formas de neocolonialismo mundial que se extienden mucho más allá de las fronteras de estos grupos y reconocer aquellas claves feministas antirracistas descoloniales que intentan superar los límites expuestos y que se exponen como semilla metodológica de la puesta en práctica de ejercicios de traducción transcultural. Con un carácter cualitativo vinculado a la investigación documental (libros, revistas, material audiovisual, otros) y de investigación secundaria (revisión bibliográfica, narrativas, de evidencias, otros) y un nivel de profundidad explicativo el trabajo construyó un relato no lineal que asido a los aportes de los estudios de Modernidad/Colonialidad; Epistemología del Sur de Boaventura de Sousa Santos y del Feminismo y lesbofeminismo antirracista descolonial, obtuvo resultados, tales como: que estos grupos producen un sujeto subalterno que transgrede las denuncias sobre el sujeto político hegemónico feminista y LTGBI, para instalarse en los propios grupos que denunciaron dicho carácter, como lo es la autonomía feminista y lesbofeminista. De esta manera se perfiló la existencia de un sedimento racista que produce sujetos con base en la operación de lógicas de inexistencia que refuerzan las condiciones de alegaldad y sin razón de los mismos, preservando las categorías “no humanas” instaladas en la colonia. Todo este proceso, produce resistencias que han devenido en un debate álgido y complejo que se realiza al interior del movimiento lesbofeminista no institucional. La incidencia de voces fundamentales, como las de María Lugones, Yuderkys Espinosa, Ochy Curiel, entre otras, han orquestado un espacio en donde se construyen condiciones simétricas de encuentro basadas en una escucha que realiza una inflexión en la raza y la clase, para percibir y afrontar la incompletud del saber,

ampliar las versiones culturales y nutrir las estrategias de transformación cultural con los saberes desechados por la modernidad. En este marco, algunas conclusiones del trabajo aluden a: la importancia de las agendas políticas del movimiento feminista institucional y LTGBI como herramientas de neocolonialismo mundial que afectan a todo el orbe; la producción de Colonialidad orquestada por los conocimientos científico y legal, reactualizan una cartografía de violencia que produce la ilegalidad y la sinrazón de los sujetos para negar su posibilidad de copresencia en el territorio visible de la Modernidad; la necesidad de un pensamiento que es capaz de imbricar la opresión, entre otros, para verse adentro y afuera de las relaciones de opresión, de tal manera, que socaven las relaciones asimétricas de poder entre movimientos y al interior de los mismos que niegan la co-constitución de la Otredad, como base de la construcción de condiciones de encuentro simétricas. Éstas asumen el desafío de traducir las preocupaciones comunes en estrategias que releven los saberes desperdiciados por la Modernidad. Para ello, la inflexión en las luchas antirracistas y anticapitalistas es fundamental, lo que mantiene al lesbofeminismo antirracista decolonial en un debate complejo que esboza alternativas, no sin conflictos, que ametrallan los marcos y los términos modernos que sostienen que la Modernidad produzca activamente la Colonialidad y sus formas de expresarse, que aún encarcelan a nuestros movimientos sociales.

.....

* Iris Hernández

Universidad Central de Chile UCEN. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

COLONIALIDADE DA NATUREZA

*João Roberto Barros li

COLONIALIDADE DA NATUREZA

Para compreender as influências que a colonialidade teve e tem sobre a natureza faz-se necessário compreendermos como aquela tem efeitos ainda hoje. A linha teórica que estrutura este trabalho supõe uma coexistência entre a modernidade e a colonialidade. Veremos como essa coexistência tem na compreensão sobre a natureza e no seu domínio um ingrediente fundamental. Para tanto, será importante entender o papel da ciência moderna nesta construção.

Historicamente, a modernidade é explicada como o período em que a racionalidade humana alcançou seu auge. Esse processo teria ocorrido na Europa, estabelecendo-se como centro do mundo capaz de irradiar seus efeitos modernizantes. De acordo com essa concepção, eventos como Renascimento, Iluminismo, Reforma, Revolução Francesa e Revolução industrial consolidaram a organização de um sistema-mundo centrado na Europa. Este continente teria reunido as condições necessárias para alcançar um nível de desenvolvimento supostamente nunca antes visto na história humana. Isso lhe daria condições de assumir um protagonismo antes as outras regiões do mundo.

Este tipo de explicação perdura até os dias atuais, mas esconde, segundo pesquisadores como Walter Dignolo e Enrique Dussel um importante elemento que permitiu este desenvolvimento. Para eles, este avanço só foi possível através da colonização da América, já que mediante a exploração da natureza e das populações que aqui viviam, reuniu-se os bens essenciais para o desenvolvimento do capitalismo e dos países europeus como entendemos hoje. Desta forma, a América não foi incluída em um sistema capitalista global pré-existente, mas sim foi um requisito necessário para a criação desse sistema.

A Modernidade criou uma relação distante entre indivíduo e natureza, tratando esta enquanto um material passivo. Assim, retira-se o ser humano da natureza e passa-se a encará-la apenas como uma fonte de obtenção de lucro por meio de manipulação e uso desenfreado de seus recursos considerados apenas como matérias-primas destinadas a criar e alimentar novas tecnologias. Uma relação dependente e abusiva, associando a natureza à criação de riquezas justificada por critérios científicos.

Dignolo (2010) defende uma problematização sobre a criação da ciência questionando as razões e os interesses defendidos por ela, apontando a possibilidade de se tratar apenas de uma ferramenta justificadora de ações dominadoras. Nesta perspectiva, há uma problemática importante a ser analisada: nesta construção histórica surge uma hierarquização de conhecimentos, a fixação de parâmetros epistemológicos, enquanto validação e legitimação de uma realidade, por apenas uma forma de compreensão, desconsiderando quaisquer outras visões e possibilidades. Essa valorização do conhecimento europeu sobre os demais é o que chamamos de eurocentrismo.

A natureza compreendida majoritariamente como fonte de recursos é fruto de uma visão eurocêntrica e moderna, acorde ao sistema capitalista. Considerada em separado do ser humano e inferior em importância, ela pode ser instrumentalizada tendo em vista sua utilidade para o desenvolvimento do aparato industrial existente. Segundo Lander esse processo de inferiorização da natureza e de separação do que é humano e do que é natural foi importante, pois:

Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande às regiões “atrasadas”. Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a ideia da Europa como único sujeito histórico (LANDER, 2005 p. 19).

Além da instrumentalização da natureza, há também um ocultamento dos povos subjugados e colonizados que habitavam esses espaços. Lander explícita como há um processo de encobrimento da participação do “outro” colonizado e da sua importância como fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra que foram essenciais para o desenvolvimento dessas sociedades. Ao mesmo tempo, em uma via de mão dupla há a extrema valorização da ciência e dos conhecimentos criados por essa sociedade, o que além de classificá-los como superiores criam um objetivo de desenvolvimento a ser alcançado que jamais será possível sem a mesma exploração a qual a Europa subjugou a América e a África.

Nesta perspectiva, as teorias descoloniais irão buscar entender como se desenvolveu esse sistema de dominação eurocêntrico e quais as alternativas de análise são possíveis a partir de referenciais mais locais, neste trabalho especificamente, a partir da América Latina.

.....

* João Roberto Barros li

Universidad de la Integración Latino Americana UNILA. Foz do Iguaçu-PR, Brasil

Resumen de ponencia

COMANDOS AFRICANOS: MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DA GUERRA COLONIAL E DA DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

*Sofia Rodrigues

O passado constrói-se e alimenta-se de «cegueiras» e omissões que, ao longo dos anos, vão penetrando na memória e no imaginário social colectivos. Interpretações maniqueístas da realidade que contribuem para que se perpetue uma análise das relações dos actores da história assente numa perigosa, incompleta e limitada dialéctica dicotómica. Pelo que foi silenciado, mas também pelo que se ocultou ao escolher o que contar, há dimensões fundamentais da Guerra Colonial / Guerras de Libertação africanas que permanecem como não existentes na memória e no imaginário social colectivos – ausências legitimadas tanto pelos países colonizadores como pelos colonizados. Se, por um lado, a narrativa nacionalista dos Movimentos de Libertação Africanos que eclodiram na década de 60 focaram-se na promoção da sua luta, omitindo a existência de negros a defender o regime colonial; por outro, a sua presença como parte integrante das tropas coloniais também não encaixava nas referências das nações colonizadoras, que tendiam a objectivar os negros nas categorias de «nativos», «indígenas» e «terroristas» (Meneses & Martins, 2013).

Este contexto contribuiu para que a importância da participação dos Comandos Africanos nas Forças Armadas portuguesas durante a Guerra Colonial / Guerra de Libertação na Guiné (1963 – 1974) – à semelhança do que aconteceu em Angola e Moçambique – tenha sido diminuída, invisibilizada e empurrada para o campo do não-acontecimento como fruto de uma activa produção de não existências (Santos, 2002). Tanto o abandono a que Portugal dotou estes homens no final da guerra, como as perseguições e fuzilamentos a que foram sujeitos pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde) depois da independência são temáticas que quase não se inscrevem na história produzida sobre esse período.

Pretendo apresentar uma recolha de micro-narrativas em vídeo (já recolhidas) sobre a experiência e os afectos vividos pelos Comandos Africanos, e as suas famílias, na Guerra Colonial / Guerra de Libertação e na descolonização da Guiné-Bissau para fazer emergir vozes que tendem a ficar fora da História, vozes que não se encaixam numa narrativa linear e não tiveram espaço nem nos projectos políticos das antigas nações colonizadoras, nem no dos novos países. Este trabalho surge no âmbito da minha tese de doutoramento que desenvolvo no Programa de Doutoramento em Pós-colonialismos e cidadania global promovido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal,

Até 1970, quando foi constituída a primeira Companhia de Comandos Africanos na

Guiné, os negros ocupavam, em geral, lugares de menos destaque na hierarquia das Forças Armadas. Uma tendência que se viria a inverter nos últimos anos do conflito. Com a chegada de António de Spínola à Guiné como Governador-geral, em 1968, a africanização da guerra começou a sentir-se de uma forma efectiva (Coelho, 2002). Com ela, Spínola tentava resolver o problema da falta de pessoas na frente de batalha e reduzir o número de tropas vindas da metrópole e, consequentemente, a pressão internacional para que Portugal entregasse as suas colónias. A opção por recursos humanos locais tornava os contingentes mais adaptados ao terreno e ao clima e aumentava a capacidade de infiltração no movimento do PAIGC (Rodrigues, 2010, p. 113).

A Guiné foi a única colónia a ter três companhias de Comandos africanos integralmente compostas e dirigidas por tropas negras (Afonso & Gomes, 2000). Eram Tropas Especiais que integravam o exército regular, os homens mais bem treinados das Forças Armadas, escolhidos para liderar as missões mais exigentes, aqueles a quem as chefias do exército confiavam a vida. É preciso não esquecer que ser colonizado e fazer a guerra no seio da força militar colonial não era uma opção sem constrangimentos - o serviço militar era obrigatório em Portugal, não o cumprir significava, à partida, ser desertor. Autores como António Tomás (2008), Luís Nuno Rodrigues (2010) e Carlos Matos Gomes (2013) fazem referência a "privilégios" concedidos, mas a que tipo de regalias se referem? A coação e a oferta de privilégios, tanto do lado das Forças Armadas como do PAIGC, foram teias complexas que ainda não foram explicadas em toda a sua amplitude, não sendo, por isso, algo que se possa resumir à aparente simples escolha entre lutar por um regime opressor e um movimento libertador; ou sequer à identificação político-ideológica com o regime colonial.

Os Comandos Africanos foram homens que deram o sangue debaixo da bandeira portuguesa. Foram homens que juraram defender Portugal. Homens que não tiveram espaço, nem tempo, para ser outra coisa que não portugueses e que, aquando da independência da Guiné, são abandonados por Portugal e perseguidos pelo PAIGC que, durante a luta de libertação, tinha prometido liberdade para todos.

Assim, esta apresentação pretende debater o papel dos Comandos Africanos que integraram as Forças Armadas Portuguesas na Guiné durante a Guerra Colonial / Luta de Libertação Nacional e apresentar, recorrendo a vídeos com relatos na primeira pessoa as memórias dos próprios sobre a experiência vivida. Diversos autores (Cabral, 1954, 1979, Chabal, 1981a, 1983a, 1983b; Davidson, McCulloch, & Chabal, 1984; Dhada 1993; Forrest 2003; Green 2016b Hawthorne 2010 Mendy 1994) escreveram sobre os últimos anos da presença imperial portuguesa e o nascimento do Movimento de Libertação Nacional na Guiné-Bissau, mas é escassa a bibliografia que problematiza a importância destes homens no conflito. As suas vozes serão aqui apresentadas como contributos capazes de fazer emergir uma História alternativa, uma História para a qual as pequenas vozes do passado - que tendem a ser esquecidas - têm um contributo a dar. Serão apresentados os testemunhos de diversos comandos africanos a viver na Guiné-Bissau e discutido de que forma o apagamento da sua presença nos arquivos e o silenciamento das suas vozes impossibilitou a compreensão do seu papel no conflito.

Como recorda Hazel V. Carby, no prefácio de 2015 de *Silencing the Past* (Trouillot, 1995) aquilo que as narrativas históricas nos contam e omitem, aquilo que nos recordam ou nos fazem esquecer, são silêncios que revelam desigualdades de poder. Qualquer narrativa histórica, porque reflexo de uma opção política, nunca é total nem transparente, por isso, qualquer pessoa que dela suspeite pode questioná-la, expor as suas raízes, e fazer dessas novas descobertas outra história. Assim sendo, tentar-se-á perceber como tanto a história colonial, como a história nacionalista, promoveram a construção de meta-narrativas (Lyotard, 1984) fragmentárias que sobrevivem quase intactas até aos dias de hoje no imaginário colectivo; e compreender em que medida os estudos Pós-Coloniais têm aberto espaço para o declínio da sua universalidade, espaço não só para outros questionamentos mas, sobretudo, para que outras vozes possam emergir.

.....

* Sofia Rodrigues

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

COMPLEMENTARIEDAD DE SABERES ENTRE LA MEDICINA ACADÉMICA CONVENCIONAL Y LA MEDICINA TRADICIONAL ANCESTRAL EN BOLIVIA

*Vivian Tatiana Camacho Hinojosa

RESUMEN:

La Medicina Tradicional ancestral boliviana actualmente es considerada dentro del sistema oficial de salud dentro del Ministerio de Salud del Estado Plurinacional de Bolivia, a través del Viceministerio de Medicina Tradicional Ancestral e Interculturalidad y su respectiva Dirección General.

En un intento institucional formal de complementación de saberes desde la realidad de mayoría indígena campesina que conforma la población boliviana, aún así desde las instancias de gestión gubernamentales respectivas no se ha logrado implementar centros de atención de salud con enfoque intercultural pese a existir la Ley 459 de Medicina Tradicional Ancestral, existe todavía mucha resistencia y menosprecio por parte del personal médico académico convencional hacia los médicos y médicas tradicionales, parteras, parteros, curanderas y curanderos que aún son parte y forma de solucionar la salud de las poblaciones indígenas en territorios rurales que todavía no cuentan con la respectiva comunicación y atención como en áreas urbanas.

La Medicina tradicional ancestral es parte de la identidad cultural de cada pueblo indígena, de las 36 naciones indígena originaria campesinas que existen en Bolivia, todas cuentan con sus sabios y sabias para el tratamiento de la salud. Constituye entonces no solamente herramienta de sobrevivencia sino también de resistencia cultural frente a las imposiciones de una monocultura dominante hegemónica que pretende uniformizar una sola forma de vida como superior frente a las otras formas de vida y convivencia de la diversidad de pueblos indígenas vivos aún dentro de nuestro territorio.

En las universidades dentro de las facultades de medicina muy pocas o casi ninguna actualmente consideran una mirada crítica al tratamiento de la salud, todas están alineadas a una sola cultura que directamente relaciona el tratamiento médico hospitalario ofertado por el complejo médico industrial y complejo fármaco químico como la única opción para tratar temas relacionados a la salud de las poblaciones urbanas en general. No existe el acercamiento respectivo al saber ancestral de los pueblos indígenas, es al contrario, aún se menosprecia el saber que viene de la experiencia centenaria y milenaria de estos saberes que han sido construidos desde el contexto local con los medios que se tienen alrededor de cada comunidad. Hoy en día queda pendiente el tratamiento del racismo institucional que padece la población indígena originaria campesina que acude en busca de solucionar sus problemas de salud hacia estas instituciones, estas al no tener mayor referencia de los saberes ancestrales se adhieren a protocolos que terminan siendo agresivos rayando en el racismo más directo, un caso especial y difícil de abordar es todavía el tema del parto

de las mujeres indígenas que acuden a estos servicios de salud y al sentirse maltratadas eligen quedarse en sus casas para el siguiente parto a riesgo de no tener ninguna atención llegando incluso a perder la vida, por haberse sentido confrontadas al racismo institucional y por carecer de la presencia de parteras que las acompañen respetando sus usos y costumbres culturales.

El enfoque de cosmovisión andina amazónica nos invita a superar un paradigma de vida dominante monocultural hegemónico que solamente se centra en una mirada meramente material y utilitaria, sin valorar los afectos, la emocionalidad y la espiritualidad que conllevan las atenciones de salud brindadas por los médicos y médicas ancestrales.

La medicina ancestral cuida de los seres humanos, de las plantas, de los animales, de las semillas, del agua, de la tierra, de los lugares sagrados que son punto de interconexión entre lo que vemos y lo que no vemos pero podemos sentir desde el campo electromagnético de sensopercepción humana. Es así que su enfoque integral cuida los territorios de vida donde se asientan estas comunidades, por tanto su vigencia es parte de la lucha por una vida digna contra la codicia corporativa transnacional que despoja de territorios y naturaleza a quienes menos pueden defenderse y terminan siendo parte de los cinturones de pobreza generados por el sistema capitalista neoliberal que esta exterminando la vida en el planeta.

.....

*** Vivian Tatiana Camacho Hinojosa**

Agroecología Universidad Cochabamba. Facultad de Ciencias Agrícolas Pecuarias y Forestales. Universidad Mayor de San Simón - AGRUCO. Cochabamba, Bolivia

Resumen de ponencia

COMUNIDADES DE APRENDIZAJE DE DOCENTES

*Martha Janneth Caro Guerrero

Las comunidades de aprendizaje son conjuntos de docentes cuya profesión compartida pasa de ser un referente abstracto a convertirse en un tema de discusión; pertenecer a estos colectivos representa el reto de dialogar sobre la práctica, se trata de un intercambio de saberes vital porque enunciar las dificultades es el primer paso para superarlas. Cada grupo de trabajo busca objetivos de formación, de acuerdo con intereses comunes en la búsqueda de mejores prácticas para transformar desde la subjetividad hasta el hacer dentro del aula.

Una de las maneras de trabajar en Comunidad de Aprendizaje es la formación situada, se entiende como la construcción conjunta entre pares de docentes, las-los formadores entablan diálogos constructivos sobre el quehacer educativo; la estrategia en ocasiones se hace más cercana por la gran cantidad de centros unitarios, esto implica una comunicación directa con los protagonistas de la escuela: los-las docentes. Un trabajo continuado, desde la construcción conjunta, implicará mayores avances respecto a las prácticas cotidianas dentro del aula.

La formación situada representa una posibilidad para hacer investigación educativa a partir de la prevalencia del sujeto como centro de la realidad educativa; en consecuencia, se requiere la comprensión de la cultura escolar, la aproximación a las prácticas de aula, la interpretación de las dinámicas de evaluación, los ejercicios de apropiación del material didáctico y el cuestionamiento sobre las implicaciones del programa en la realidad de la escuela. En conclusión, la formación situada es una estrategia para lograr la transformación de las prácticas pues no hay mejor espejo que la mirada del otro, un par con la certeza de la experiencia para revisar y revisarse como maestros-as.

La mayor parte de los colectivos docentes se comprometió con la consolidación de Comunidades de Aprendizaje pues se encontró gran riqueza en la planeación conjunta de estrategias didácticas; las características de la mayoría de los centros permiten aseverar que estos colectivos de docentes representa una alternativa para la construcción conjunta de Planes de Aula, Proyectos Transversales y Propuestas de mejoramiento.

Las prácticas de aula observadas permiten establecer algunas regularidades respecto a rezagos de la educación tradicional: copiar del tablero, transcribir una fotocopia, resolver problemas planteados en los libros de texto, ilustrar un relato con un dibujo. Sin embargo, se percibe afán por conseguir el mejoramiento del trabajo en el aula: el acercamiento a quienes tienen más dificultad, la explicación reiterativa con el uso de ejemplos, el trabajo con diversos tipos de pregunta y la promoción de la comunicación oral a través de ejercicios de diálogo con los grupos completos de estudiantes.

Las prácticas de aula responden a las particulares características del contexto, el uso de materiales de acuerdo con la facilidad de consecución en el entorno; las salidas de campo, posibilidades para apropiar la realidad y aprender de ella; la interacción con la comunidad como oportunidad para valorar sus aportes; la flexibilidad del Modelo Escuela Nueva; la necesaria identidad de las nuevas generaciones con su territorio hacen parte de las dinámicas usuales para construir espacios pertinentes para los habitantes del departamento. Las Comunidades de Aprendizaje toman como referencia estas particularidades y trabajan para generar secuencias didácticas pertinentes para responder a las necesidades de la comunidad.

La inexistencia de condiciones básicas está ligada a los bajos desempeños; sin embargo, las observaciones permiten asegurar que esta falencia es inversamente proporcional a los niveles de compromiso, parece que la necesidad se convierte en aliciente para el ejercicio magisterial. La respuesta a la carencia es la creatividad porque se presentan esfuerzos inusitados para responder a las necesidades de formación.

Las prácticas incoherentes, heredadas de la educación tradicional, pueden ser transformadas por el compromiso de los colectivos docentes, con apoyo de agentes externos a la escuela como tutores o formadores, esto implica la necesaria reflexión sobre las dinámicas vividas durante los procesos de enseñanza-aprendizaje.

La formación de los docentes está relacionada con la implementación de estrategias innovadoras, hacer esfuerzos por elevar el nivel de perfeccionamiento es un inicio para elevar los resultados de los estudiantes. La escuela rural requiere espacios de trabajo más estructurados para aprovechar la riqueza del modelo Escuela Nueva y establecer estrategias de mejoramiento pertinentes para los procesos de formación de los habitantes del campo.

Ser docente en el sector rural constituye un tenaz trabajo por la precariedad de las condiciones materiales; sin embargo, representa una riqueza del magisterio y promueve la creatividad de maestros y maestras cuando encuentran en la escuela el nicho donde se resguardan de las violencias propias de la vida contemporánea.

.....

*** Martha Janneth Caro Guerrero**

Instituto Pensamiento y Cultura en América Latina, Asociación Civil - IPECAL A.C.. México DF, México

Resumen de ponencia

CONCEPTO PREDOMINANTE DE PERIODISMO EN AMÉRICA LATINA: UN COLONIALISTA INTERNO

*Rodrigo Araya

A pesar del espesor que ha adquirido la crítica latinoamericana al eurocentrismo, la noción de Periodismo aún permanece impermeable a esta producción académica. Ello se debe, fundamentalmente, a que, siguiendo a Ricoeur (1989), al periodismo se le considera como un constituido sin constituyente. Por lo tanto, no se realizan preguntas por la genealogía del concepto, con lo que se favorece su naturalización. Esto lleva a que la práctica predominante de la profesión periodística sea considerada como “el” periodismo, instalando así un concepto que es compartido por críticos, defensores y practicantes de la profesión.

En el caso que comentamos esto tiene especial valor, dado que el periodismo se constituye como periodismo al modo de una ideología (Zelizer, 1993, Deuze, 2005), ello, debido a que la piedra angular de la profesión, la noticia, resulta ser un concepto no objetivable. Por ello, la profesión se constituye como un discurso legitimador de la práctica profesional.

De modo que identificar cuál es este discurso, permite dos ejercicios. Primero, mediante un ejercicio de deconstrucción, develar al servicio de qué proyecto de encuentra el concepto de periodismo que legitima la práctica profesional. Y segundo, mediante un ejercicio crítico negativo (Serequeberhan, 2001), someter este concepto a revisión desde el pensamiento periférico, es decir, desde aquel que se sitúa en los márgenes de la modernidad eurocéntrica (Mignolo, 2001).

Para dar pasos en esta dirección, el presente trabajo estudia el concepto con que se pensó el periodismo al institucionalizarlo en Latinoamérica, es decir, cuando la enseñanza de la profesión se radicó en las universidades. Para ello, se toma el caso chileno, país en que la primera escuela universitaria de periodismo se funda en la Universidad de Chile en el año 1953.

Para esto, se considera que la institucionalización, corresponde a una cuarta etapa del periodismo en el país.

La primera, corresponde al periodismo que se implanta en el contexto de la lucha por la independencia de España. La segunda, a la conformación de la República, y el modo en que el periodismo sirvió para debatir sobre los proyectos de sociedad independiente. La tercera, a la implantación del periodismo de masas, para lo cual se importa desde Estados Unidos un modelo de Periodismo Industrial. Y como cuarta etapa, la institucionalización del periodismo, es decir, el momento en que se instala la formación de periodistas en las universidades, con lo cual los medios de comunicación dejan de ser los espacios donde se formaban estos profesionales.

La investigación recogió los debates que tuvieron lugar durante la institucionalización del periodismo en Chile, en el cual participaron cuatro actores fundamentales: los periodistas, agrupados en el Círculo de Periodistas; los propietarios de los medios de

comunicación, fundamentalmente diarios; el Estado, a través del Ejecutivo y el Legislativo, donde se discutió la ley que permite la creación de la primera escuela de periodismo, y la Academia, ya que la Universidad de Chile alojó esta primera escuela un universitaria de Periodismo.

Estos debates fueron sometidos a un análisis de discurso inspirado en la hermenéutica (Gadamer, 1975), para identificar los fundamentos que permitieron sostener las posturas de los diferentes actores de dicho debate.

Este análisis permitió arrojar seis aspectos centrales presentes en estos discursos: una concepción de noticia centrada en el paradigma positivista; una concepción de ética fundada en la noción de que la realidad es asible por el ser humano; la naturalización de la democracia representativa como orden social; la concepción de una ciudadanía puramente aclamativa de las autoridades; el aporte que el canon cultural eurocéntrico hace a la formación de los periodistas, y la naturalización de la práctica y técnicas periodísticas.

La relación de estos seis aspectos, permiten sostener que hay una estrecha relación entre la concepción de Periodismo que se emplea al institucionalizar la profesión, y la modernidad eurocéntrica. En consecuencia, la formación profesional de periodistas se entiende como una obligación para concluir el proyecto de la modernidad, que se consideraba incompleto. Dicho de otro modo, las exigencias de la modernidad eurocéntrica a la actividad, son comprendidas como exigencias naturalizadas, con lo que el concepto de periodismo que surge queda radicado dentro de los márgenes de este pensamiento, y la profesión se confirma como un dispositivo clave para la culminación de la modernidad.

Y, por lo tanto, la Universidad va a formar al periodista, para usar la expresión de González Casanova (2006) como un verdadero colonialista interno.

.....

*** Rodrigo Araya**

Postgrado en Comunicación. Pontificia Universidad Católica de Valparaíso - MAGISTER/PUCV. Valparaíso, Chile

Resumen de ponencia

CONOCIMIENTO, PEDAGOGÍA Y PRAXIS. REFLEXIONES SENTIPENSANTES SOBRE LA FORMACIÓN POLÍTICO-PEDAGÓGICA EN ORGANIZACIONES SOCIALES

*Diana Maria Lopez Cardona

La ponencia presenta los avances en la elaboración de la Tesis Doctoral en Educación, que busca aportar al campo de las pedagogías críticas a partir del análisis de dos experiencias de formación en organizaciones sindicales de trabajadores docentes y no docentes, desde la producción de conocimiento, la propuesta pedagógica y la praxis de las organizaciones.

La tesis busca explicar los constructos epistemológicos, pedagógicos y de la acción organizativa, de procesos de formación llevados a cabo en un grupo de organizaciones sociales en Colombia y Argentina, a partir del análisis de dichas experiencias, realizadas en Colombia a través de la escuela de formación del Sindicato de Trabajadores de la Universidad Nacional de Colombia (SINTRAUNAL) entre el 2006 a 2011 y de los procesos de formación realizados entre el año 2012 y 2016 para la construcción del Movimiento Pedagógico Latinoamericano, en la Asociación de Maestros y Profesores de La Rioja (AMP). Se analizarán las concepciones que respaldan el proyecto educativo de la formación realizada, las condiciones y tensiones surgidas en la puesta en práctica, en relación con el posicionamiento político-pedagógico, de las emergencias epistemológicas, pedagógicas y de la praxis.

Los interrogantes sobre los que se reflexiona tienen relación con las concepciones respecto de la formación sindical, respecto de cómo se pasa de una formación anclada en las prácticas clásicas o usuales de la educación y luego son influenciadas por la educación popular, las pedagogías críticas y nuevas formas de concebir la formación en la perspectiva de la transformación de la realidad. El escaso material de análisis que reflexione desde elementos sentipensantes, en palabras del sociólogo Orlando Fals Borda, sobre la producción de conocimiento, la concepción pedagógica y su incidencia en la praxis político-organizativa producto de la formación de las organizaciones sociales, ha sido una de las motivaciones para avanzar en esta investigación, ya que la autora está vinculada en la construcción y puesta en marcha de estas propuestas.

Se busca problematizar los elementos sustantivos que proponen y componen estos procesos de formación para las organizaciones. Considerar los límites y disputas en las experiencias que están inspiradas en prácticas de la educación formal, las experiencias de la educación no formal, de la alfabetización, la educación para adultos, y la capacitación para cualificar el trabajo, cuyas orientaciones curriculares, epistemológicas y ontológicas están definidas por los proyectos reproductores del sistema social, y por acciones acotadas a los propósitos de los cursos u ofertas educativas en tanto éstas no están pensadas para el fortalecimiento de las organizaciones en la perspectiva de construcción de subjetividades e intersubjetividades políticas. De esto surge una primera hipótesis guía para el trabajo,

en la cual se sostiene que esos límites y disputas constituyen un gran obstáculo para formar sujetos políticos-críticos, que logren comprender y proponer alternativas de solución a los contextos sociales territoriales en los cuales habitan, de donde surge la necesidad de construir escuelas de formación política que intenten procesos de interpelación de la conciencia de los trabajadores (Caldar, 2000) con la reflexión sobre temas que les son pertinentes a su condición como trabajadores organizados. Por su parte, estas escuelas de formación política en las organizaciones sociales, especialmente en la formación sindical, no han logrado desprenderse de las concepciones pedagógicas y didácticas que han sido predominantes en la escuela formal y siguen siendo reproductoras de información y análisis dados, con una concepción elitista del conocimiento que ubica los sujetos de saber por fuera de las comunidades o sus protagonistas. Lejos de ser espacios de producción de conocimiento propio que aborden los problemas y las propuestas para superarlos o transformarlos, son sumatorias de conferencias que exponen teorías desvinculadas o no articuladas con la realidad de la vida política organizacional, de lo cual se puede suponer que las conferencias pueden ser bien intencionadas y los temas pertinentes, pero sin un tratamiento situado y dialogante con la realidad concreta de los sujetos y sus organizaciones. Se pretende transmitir conocimientos y no construir pensamiento. De otra parte, la educación de adultos, la educación popular y las pedagogías críticas, hacen un aporte sustantivo en la construcción de propuestas alternativas de formación, donde se deja de lado la concepción de conocimiento alejado de las comunidades y sus organizaciones, esto genera confianza y permite el surgimiento de un saber descuidado o rechazado en los procesos formativos tradicionales. Las pedagogías alternativas y las didácticas de carácter participativo son una manera de recuperar el saber de las organizaciones, constituyéndose en aportes significativos en el camino de construcción de propuestas alternativas de formación durante las tres últimas décadas.

En esa construcción, algunas de las experiencias tienden a despreciar el conocimiento universitario o académico, generando rechazos a las teorías que son producto de la construcción histórica de saber de la humanidad. Estas posturas consideran que el único saber posible es el construido por las comunidades. Fals Borda, afirma que existen alternativas de formación política emergentes en la crítica a la escuela reproductiva formal, que han negado la posibilidad de la producción de conocimiento derivado del diálogo entre el saber denominado “académico” “teórico” o “científico” y el saber surgido en la interacción social y organizativa, ubicando a éste último como el único saber válido posible en las organizaciones (1980).

No se trata de optar por una formación tradicional donde lo importante es el saber “experto”, pero tampoco se trata de reconocer como único saber legítimo el saber popular. En este sentido, el concepto de formación y conocimiento que subyace en el análisis de la tesis, reconoce el conocimiento como una producción en diálogo permanente con los distintos saberes producidos en diferentes espacios, tanto el saber académico o teórico con el saber social, el saber popular o el saber de las organizaciones. Se reconoce y legitima en el diálogo y la interlocución entre el saber académico y el saber no convencional, es decir, ese saber popular puede convertirse en saber científico a partir de la dialéctica que permite el movimiento continuo de la teoría y la práctica a partir del postulado de Fals Borda, quien denomina esta interacción de conocimiento como “Devolución Sistemática” (1980)

La formación en las organizaciones sociales en las cuales se sustenta este análisis, son procesos que se desarrollan en tres dimensiones: La política, la pedagógica y la organizativa, en tanto son propuestas que están articuladas bajo la consideración de que la formación sirve para fortalecer los procesos organizativos de las comunidades, movimientos y organizaciones, teniendo en cuenta sus particularidades, sus saberes propios, garantizando el método de interlocución entre dichos saberes y los saberes universitarios como propuesta de cualificación, en un proceso intersubjetivo que reconozca la experiencia como productora de conocimiento (Thompson 1981, De Sousa Santos 2000, 2010, Zemelman (2006), Agamben 2007, Mejía 2014).

Los procesos de formación de las organizaciones que se analizan en este trabajo, son reconocidos como intersubjetivos, es decir, que asumen la interlocución y la interacción como elementos de reconocimiento y fortalecimiento de los sujetos en sus particularidades y como aporte a la construcción de las relaciones dialógicas que le dan sentido y soporte a las organizaciones como espacios de construcción colectiva, es por ello, que estarán presentes las voces de los protagonistas de las experiencias y las reflexiones realizadas por la autora tendrán también la particularidad de ser parte de la propuesta y la experiencia de formación.

Se reconoce la experiencia desde la realidad concreta como parte del conocimiento producido por las organizaciones a partir de la construcción y puesta en marcha de las propuestas de formación, reconociendo los múltiples saberes que se dan en los distintos niveles de producción (Thompson, 1981). De esta manera, la realidad no es un lugar o espacio específico donde se ubica la propuesta, sino que la define, la constituye y le da sentido (Ortega, López y Tamayo, 2014). Esta realidad no está reconocida sólo en términos del espacio-tiempo en el que se llevan a cabo, sino que la experiencia misma se constituye en parte sustantiva de la propuesta de formación, lo que la hace pertinente. La organización social es reconocida como sujeto que sabe y aprende, de esta manera, se constituye en parte central del proceso pedagógico. No es el lugar, o solamente el espacio donde se da la formación, sino el protagonista de los diversos acontecimientos que se dan tanto en la formación como a partir de ella.

La formación en las organizaciones, las propuestas y las experiencias, así como los resultados del proceso serán insumo para la reflexión, pero a la vez, la interlocución entre las apuestas teóricas y la experiencia serán el eje articulador de la tesis, al final se realizará una reflexión a modo de síntesis que abre nuevos caminos de reflexión relacionadas con el conocimiento, la pedagogía y la praxis para seguir pensando la formación de las organizaciones como un lugar de indagación y propuesta de las pedagogías críticas.

.....

*** Diana Maria Lopez Cardona**

Secretaría de Investigación y Posgrado. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires - SIPFyL/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

CONSTRUCCIÓN DE CONOCIMIENTO CRÍTICO EN EL CAMPO DE LA CIENCIA POLÍTICA LATINOAMERICANA. UNA DISCUSIÓN TEÓRICO- EPISTEMOLÓGICA

*Inés Ksiazenicki

La ponencia propone una revisión y una discusión teórico- epistemológica en torno a la actualidad de los estudios poscoloniales y decoloniales en el campo de las ciencias sociales latinoamericanas.

Plantea, concretamente, la necesidad de rescatar las discusiones que habilitan esas perspectivas para repensar los límites que definen las condiciones de posibilidad para la construcción de teorías y formas de comprensión de problemas políticos contemporáneos en contextos latinoamericanos.

Ello supone revisar la delimitación disciplinar de la ciencia política en tales escenarios analizando, por ejemplo, los esquemas conceptuales disponibles para la comparación de casos. El planteo implica múltiples interrogantes acerca de las posibles formas de abordaje de los objetos políticos, y de las condiciones mismas de los procesos de construcción de esos objetos.

Centrando la atención en la perspectiva de la “Epistemología del Sur” busca indagar, en los márgenes de la Ciencia Política, acerca de los términos en que es posible la definición de un pensamiento crítico de lo político y lo social reivindicando América Latina como escenario de enunciación.

Como resultado de un trayecto de investigación vinculado al estudio de los modos de vinculación entre el movimiento sindical y las fuerzas políticas de pretensión post-neoliberal, en clave comparada entre Argentina y Uruguay, se abrieron interrogantes en torno a la posibilidad de construcción de marcos conceptuales para la comprensión de las formas que adquieren ciertos procesos políticos.

La búsqueda por reivindicar la relevancia del peso de las trayectorias históricas sobre la resignificación identitaria de sujetos políticos en ambos casos condujo a una revisión de la vertiente histórica del Neoinstitucionalismo, corriente vinculada al campo de la ciencia política. Se centró la atención en la construcción de herramientas teóricas que permitieran plantear un abordaje situado, una mirada sobre fenómenos políticos latinoamericanos desde América Latina. No obstante, el uso de categorías conceptuales de teorías cuyo contexto de producción fue muy diferente a los contextos analizados abrió múltiples interrogantes de orden epistemológico.

La necesidad de articular esquemas teóricos para la comprensión de fenómenos políticos recientes en contextos latinoamericanos auspició la indagación en el marco de las discusiones poscoloniales y decoloniales. A partir de un corrimiento de la mirada respecto a planteos que protagonizan, a comienzos de este siglo, discusiones en torno a los modos más adecuados para el análisis politológico de novedosos escenarios en América Latina transportando discusiones teóricas que emergen en Europa y Estados Unidos, se pretende rescatar debates relacionados a la práctica teórico-

epistemológica de redefinir las posibilidades de un pensamiento crítico de lo político y lo social propio.

Ese recorrido, entendemos, implica no sólo revisar los procesos de construcción de marcos conceptuales para los análisis que se realizan desde la ciencia política, sino también repensar el lugar posible que en la práctica de investigación en este campo tienen la invención y la innovación, en contraste a la traducción y aplicación- en su estrecha vinculación con la rearticulación de relaciones cognitivas de poder.

La asunción de una postura que rescate estas discusiones teóricas, vinculándolas a la práctica de investigación, tiene también relación con la práctica docente en el campo de la Ciencia Política. La reivindicación de esas miradas "otras" abre la posibilidad de repensar no sólo los contenidos teóricos con los que discutimos al analizar problemas políticos latinoamericanos, sino el modo en que contribuimos a delimitar las condiciones de posibilidad para dar ciertas discusiones en el ámbito académico.

Entendiendo que en el rescate de las perspectivas críticas mencionadas puede proponerse un diálogo entre las teorías poscoloniales y los estudios decoloniales, identificando los puntos de contacto que permiten repensar categorías conceptuales y analíticas para el abordaje de fenómenos políticos de nuestro tiempo.

.....

* Inés Ksiazienicki

Centro de Estudios Avanzados . Universidad Nacional de Córdoba - CEA/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

CORPOS NEGROS: “ARQUIVO VIVO” EM EPISTÊME DE “LÓGICA ORAL”

*Maria Antonieta Antonacci

*Nirlene Nepomuceno

Sem disjunções cultura/natureza, corpo/saberes, arte/vida, conjugando cosmos/corpo/cultura em viveres sob tradição viva (Hampâté Bâ), o mundo de povos africanos não foi cartesianamente fatiado: o universo regido por “forças minerais, vegetais, animais, humanas, em perpétuo movimento”, é “visível e sentido como sinal, concretização, envoltório de universo invisível”.

Em imaginário de unidade cósmica “visível e sentido”, corpos negros em vir a ser corpos comunitários, configuram arquivo vivo (Diagne), de memórias em corpo cultivado como “transdutor de códigos” (Gil), transmitindo performances em “atos vitais de transferência”(Taylor) , encenando dramas do saber em “lógica oral” (Diagne). Pesquisando tradições orais reinventadas por cantadores africanos no Nordeste do Brasil → parte impressa em literatura oral de folhetos, como Rabicho da Geralda (1792) e ABC de Lucas de Feira (XIX) → em suas performances, códigos simbólicos e epistêmicos apreendemos corpo/saber de africanos, como rastros de suas silenciadas histórias em diásporas. Abrindo tempos modernos, europeus venderam/usaram corpos negros escravizados no subsolo da acumulação do sistema capitalista da civilização ocidental.

Em narrativas cósmicas e configurações de metáforas visuais de corpos negros em performances ou perfis de corpos de animais, apreendendo regimes de energia e simbologia de corpos em sabedoria oral africana, emerge a relevância do corpo em suas culturas, como o potencial usufruído por europeus. Representações de seus corpos ainda hoje abordam “a inviabilidade de conceber o corpo africano sem sua comunidade”, em “fisiologia cósmica na qual cada corpo é apenas fração de um conjunto” e onde “Toda espiritualidade e todo saber são elementos físicos daquilo que se é.” (Monga) .

Daí Monga levantar questão crucial: “A escravidão era, porém, bem mais que um comércio. Representava um debate sobre o corpo, isto é, sobre as relações ambíguas e às vezes conflituosas que o ser humano mantém consigo mesmo e com os outros, para o bem ou o mal”

O corpo era o alvo; um corpo vivido como corpo comunitário; que avesso à abstração penso, logo existo, sendo corpo ligado a um universo cultural conectara-se à “cadeia epistemológica”, pois “nossos sentidos não são somente ferramentas de registro, são órgãos de conhecimento,” segundo Zumthor , estudioso de oralidades medievais, de África e Nordeste do Brasil.

Destaca-se distância do Ocidente em relação ao corpo, pela dicotomia corpo e razão aberta por Descartes (1623). Todo um sentido de corpo ficou apartado do conhecer e, relegado ao efêmero, ao pecado, inferiorizado na hierarquia de saberes e poderes

tornou-se descartável, em século em que europeus usaram, em larga e massiva escala, corpos de africanos e de povos americanos sobreviventes da conquista.

Em estudos culturais, performances studies, teoria crítica decolonial, abordando auto-representações africanas e enfrentando o “poder do arquivo” por “La existência de amplias redes de comunicación entre los esclavos” no Novo Mundo (Trouillot) , torna-se evidente que culturas orais não se caracterizam por ausência da letra; marcam onipresença de corpos comunitários.

Expressando em infralíngua gestual o “inverbalizável” (Gil), em circuitos orais de comunicação entre África e áreas de culturas negras no Novo Mundo, pontuando sentirpensar (Mignolo) de povos africanos em regimes de oralidade, questiona-se o incorpóreo e abstrações de sistemas de pensamento alheios a pensares de rastro/resíduos descontínuos, intervalares (Glissant) , enunciando os que ficaram à margem de histórias universais, em epistemologias do sul (Santos e Menezes).

Abordagens produzidas desde teoria crítica, trabalhando com os autores:

HAMPÂTÉ BÂ. Tradição viva, In: História geral da África, Vol. II, São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

DIAGNE, Mamousse. Critique de la raison orale, Paris: Karthala, 2005.

GIL, José. Metamorfoses do corpo, Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

TAYLOR, D. El archivo y el repertorio: la memoria cultural performática en las Américas, Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

MONGA, Celestin. Nihilismo e Negritude, São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ZUMTHOR, P. Performance, recepção, leitura, São Paulo: Cosak & Naify, 2007, pp. 79/81.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando el pasado, Granada: Comares Historia Editorial, 2017, p 88.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistêmica, Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

GLISSANT, E. Introdução à poética da diversidade, Juiz de Fora, EDUFJF, 2005.

SANTOS, B. S. e MENEZES, M. P. Epistemologias do Sul, Coimbra: Edições Almedina, 2009.

.....

*** Maria Antonieta Antonacci**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, Brasil

*** Nirlene Nepomuceno**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

CREACIÓN DE IMAGINARIOS DESDE LOS CONOCIMIENTOS ANCESTRALES Y LAS FIESTAS POPULARES FRENTE A LA INTERVENCIÓN INSTITUCIONAL EN EL GRAN CARIBE

*Eliana Milagros Diaz Muñoz

*Jorge Elieser Monsalve Miranda

*Rubén De Jesús Solís Mecalco

La mesa se propone analizar en tres escalas (global, nacional, local) los procesos y espacios de diseño y/o confirmación de imaginarios desde las fiestas populares en el Caribe colombiano o las rutas de intercambio comercial y cultural maya en el Caribe mexicano, así como la intervención de las instituciones públicas y privadas en la masificación de estas manifestaciones. Ante este panorama nos planteamos los siguientes cuestionamientos ¿Qué pasa cuando un conocimiento de una comunidad subalternizada se hace visible? ¿Qué requisitos debe cumplir una manifestación popular para hacerse y hacerla emerger en la esfera pública y qué potenciales consecuencias trae esta visibilización? ¿En qué términos se establecen esas negociaciones identitarias (si es que hay tales) en el momento de tornarse reconocidas? Hay que señalar que función de las instituciones resulta ambivalente en la medida en que sin su acción es poco probable que una audiencia más amplia acceda a ciertos conocimientos de las comunidades, no obstante, esto también genera diversos escenarios de afirmación o negociación de identidades en lo local o de vaciamiento de las mismas en contextos de comercialización internacional.

El orden de las presentaciones es pensando en favor de valorar las diferentes temporalidades y escalas en que cada proceso tiene lugar. En este sentido se comenzará por la manifestación más reciente de re-afirmación local, hasta llegar a la problemática cuyos inicios se remontan a la mitad del siglo XX y que al día de hoy se enfrenta a una comercialización masificada a nivel internacional.

1. El cuerpo enfermo en las letanías del concurso oficial de letanías del carnaval de Barranquilla.

Jorge Monsalve Miranda

Las letanías del carnaval de la ciudad de Barranquilla (parodias humorísticas de las letanías religiosas), a pesar de existir desde hace más de ocho décadas (Espinoza, 2014), solo desde hace algunos años han tenido un espacio dentro de las actividades oficiales de esta festividad. Escamilla y Henry (2017), en el corpus de las letanías dichas en los concursos oficiales de los años 2014 al 2017, han demostrado que estas expresiones carnalescas utilizan la alusión a lo obsceno como una herramienta para producir hilaridad. En ellas, se puede apreciar que la connotación de obsceno recae, de manera casi exclusiva, en ciertas partes, enfermedades, actividades y situaciones en las

que el cuerpo humano es vinculado con la escatología y/o con cierta faceta de la sexualidad. Describir las maneras y las situaciones en que las letanías ofrecen imágenes de cuerpos fisiológica, social o moralmente enfermo y analizar las razones por las cuales ellas las utilizan, eficazmente, como un objeto para la burla, el menoscabo, la crítica o la ridiculización, es el propósito de esta ponencia. Para ello se estudiará el mismo corpus utilizado por Escamilla y Henry. Esto quiere decir que, en primer lugar, debe tenerse en cuenta que lo dicho aquí no será una explicación de las letanías barranquilleras en general. En segundo lugar, es necesario admitir el posible impacto que la reglamentación del concurso tiene en estas representaciones del cuerpo y, por último, debido a ello es evidente que el carácter incompleto de esta charla exige el compromiso estudiar las representaciones del cuerpo que han dado y dan las letanías que están por fuera de este concurso.

Si se asume que podemos definir en la práctica (Camus, 1942), revelar la significación que tiene en las letanías la dimensión escatológica y sexual detrás de las representaciones del cuerpo enfermo, nos permitirá entender cómo son concebidas estas dos ideas en lo público y su relación, como mínimo, por las clases populares de la ciudad de Barranquilla y, si somos generosos, por gran parte de la sociedad caribeña colombiana.

2. Cantadoras en el Caribe colombiano: televisión regional y esfera contrapública-pública para las mujeres negras

Eliana Díaz Muñoz

En el marco del relato tropicalizador del Caribe colombiano, que se ha extendido a toda la nación (Wade, 2000) y que ha funcionado como un eje desde donde se ha construido una plataforma para que el turismo transnacional se instale como monocultivo que desplaza y expropia de territorios, sino también de saberes, modos de ser, sentirse y de percibirse; los canales regionales han cumplido una tarea ambivalente: de momento, reforzando con sus producciones aquellos eslóganes publicitarios signados por la oficialidad y otras veces, han trabajado en favor de construir imágenes y espacios renovadores de lo público que contestan a esas narrativas reduccionistas de las regiones y de sus habitantes.

La siguiente charla se concentrará en dos experiencias televisivas: por un lado, algunos materiales de la serie documental Trópicos, la cual apareció en el canal regional Telecaribe a partir de 1992, donde se entrevistan a cantadoras como Etelvina Maldonado o las miembros del grupo Las alegres ambulancias y, por otro, la más reciente producción de este medio, Déjala morir, una miniserie que narra la vida de Juana Emilia Herrera García, conocida como la Niña Emilia, compositora y cantadora de música tradicional caribeña que hacia finales de los ochenta alcanzó el éxito local y nacional. Dos momentos que dan cuenta de formas diversas de interpretar el lugar de las mujeres negras, en un rango etario que supera los cincuenta años, de comunidades rurales que han migrado a los espacios urbanos y que muchas veces se ocupan de trabajos domésticos y de baja remuneración, y que han hecho del arte de cantar una toma de la palabra como lugar para definirse y empoderarse, un modo de mostrar que esas narrativas que las victimizan, las subalternizan se hallan muy lejos de las dimensiones variadas y complejas de sus experiencias.

En mi lectura, analizaré en qué momento la figura de la cantadora ingresa al circuito de la visualidad de los medios masivos de comunicación en la región, y cómo su presencia en ellos se torna cuestionadora de varios relatos homogeneizantes/heterogeneizantes

de las identidades sexogenéricas racializadas, regionales y nacionales, construidas desde y para un “Otro” y en qué medida, esta posibilidad de contar la que consideramos una versión “más cercana” de nosotras, de nuestra región nos da herramientas para responder a los avances de esa mirada reduccionista y exotizante de los capitalismos-colonialismos.

3. Caribe Maya de Cuzamil

Rubén Solís Mecalco

El origen del pueblo maya peninsular de acuerdo al Chilam Balam de Chumayel se sitúa en la isla caribeña de Cuzamil, hoy conocida como Cozumel, “allí fue la flor de la miel, la jícara de la miel y el primer colmenar y el corazón de la tierra” (:15), el corazón de la tierra maya en medio del mar Caribe, mismo mar que varios siglos después ha sido convertido, al igual que la isla sagrada de Cuzamil, en una mercancía para la venta y disfrute del turismo de masas extranjero, relegando a la población maya de la isla a un confinamiento dentro de su propio paraíso tropical, reduciéndolos a prestadores de servicios con salarios bajos, sobre todo si se comparan con los millones de dólares que el destino produce para los nuevos dueños de la isla. El presente trabajo plantea analizar, con una mirada pos-colonial, a partir de vivencias en la isla por más de 20 años así como un conjunto de textos periodísticos, los procesos de construcción del imaginario mercantil del Caribe maya en la Península de Yucatán, como una prolongación de la colonización de los espacios mayas ahora en su fase más capitalista, que excluye de formas más violentas a las poblaciones mayas del acceso mismo a playas, ojos de agua, zonas protegidas, hoteles, restaurantes entre otros espacios que ahora son propiedad del capital extranjero, zonas a las que solamente pueden ahora acceder como empleados, que exotizados, también pasan a formar parte del panorama maya que los turistas extranjeros llegan a disfrutar. Ante este escenario, se plantea la siguiente pregunta ¿qué sucederá cuando esta maquinaria turística mercantilista acabe, después de devorar a la isla y extraer hasta la última gota de su esencia, por encontrar el nuevo destino caribeño a explotar? dejando Cuzamil y a su población devastada por la destrucción del entorno natural, la precarización del trabajo, la inseguridad, barcos explotando y el turismo de masas extranjero, por el cual todo se modificó, cancelando vuelos, cruceros, con advertencias de sus embajadas para no viajar por el caribe maya, es decir, turistas volviendo a sus países de origen, evitando pisar la isla o eligiendo el que será su nuevo destino tropical.

.....

* Eliana Milagros Díaz Muñoz

Centro de Estudos Sociais - CES, Universidade de Coimbra - UC. Coimbra, Portugal

* Jorge Elieser Monsalve Miranda

Universidad del Atlántico-UA. Barranquilla, Colombia

* Rubén De Jesús Solís Mecalco

Centro de Estudos Sociais - CES, Universidade de Coimbra - UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

CRÍTICA FEMINISTA PÓS-COLONIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRIBUIÇÕES À DESCOLONIZAÇÃO DE “MULHERES” E “HOMENS” DO SUL

*Ana Célia De Sousa Santos

As relações de gênero e, especificamente, a condição de desumanidade e violência com que vem sendo tratada as mulheres em todo o mundo, tem sido um desafio para os Estudos Feministas, seja qual for o modo de olhar essas relações. De alguma forma, temos sempre um jeito de ver, definir e categorizar o que produzimos tanto em teoria quanto na prática. Estes estudos têm feito reflexões sobre como nos tornamos “mulheres” e “homens” e sobre a forma como incorporamos diferentes olhares em nossos corpos, mentes e afetos. Questionam, ainda, os conhecimentos nortecêntricos que dominaram/dominam a Ciência moderna e pós-moderna até os dias atuais. Assim, a crítica feminista pós-colonial à produção do conhecimento eurocentrada pode contribuir para a construção de um conceito ampliado e não-sexista de educação. Nesse caso, a prática da Educação Popular poderá trazer contribuições significativas para a compreensão desse campo de estudo e investigação. Com o entendimento de que é necessário promover a justiça cognitiva, defendemos uma epistemologia que valoriza os conhecimentos e as práticas de libertação oriundos dos movimentos sociais populares e da educação popular, não só como adepta aos seus aportes teóricos/políticos/metodológicos, mas sobretudo por ter sido formada num processo de idas e vindas na Educação Popular, feita e organizada pelas classes populares desde a década de 80, no Nordeste brasileiro, através da militância comunitária, pastoral e partidária. Neste texto, refletiremos como a crítica feminista pós-colonial e a educação popular podem contribuir para nos tornamos “mulheres” e “homens” descolonizados/as. Nessa perspectiva, perguntamos: como a Educação Popular, como prática política, como fundamento teórico e metodológico, situada na crítica feminista pós-colonial, pode contribuir para desconstruir e refazer os aparelhos de conhecimento e de poder que dominam o mundo, contribuindo para nos tornamos mulheres e homens descolonizados/as? Resultado de pesquisa bibliográfica, este estudo teve como apostes teóricos Santos (1989, 2008, 2009, 2010, 2017), Quijano (2009), Lugones (2014), Cunha (2011, 2014, 2017), Oyèwúme (2000, 2004), Azevedo (2010), Freire (1979, 1997, 1999, 2000, 2005), dentre outros/as. Fundamenta-se nas Teorias Feministas Pós-coloniais e Descoloniais, nas quais denuncia o modo de pensar colonial e universalizante que produziu diferenças geopolítica, de gênero, racial e de classe, anunciando a possibilidade de que outro mundo é possível a partir da valorização e do respeito aos diferentes sujeitos, conhecimentos e práticas sociais existentes em diferentes contextos (SANTOS, 2008). A Educação Popular (EP), nesse caso, traz contribuições para a consolidação do processo de descolonização e emancipação de “mulheres” e “homens”, constituindo-se não só num referencial político-metodológico, mas principalmente um modo de ser, sentir e agir, que até

pouco tempo orientava apenas os trabalhos das organizações populares e dos profissionais da educação comprometidos com a transformação das relações sociais. Colabora, ainda, para a construção de estratégias gerais de intervenção e para a instrumentalização didático-pedagógica necessária ao processo de reaprendizagem de novos saberes, conhecimentos e práticas. Assim, o modo como nos tornamos “mulheres” e “homens” diz muito sobre como uma sociedade está organizada e sobre como pensa a educação e educa seus seres humanos, que as vezes se tornam não-humanos porque violentam, oprimem e subjugam as capacidades individuais e coletivas que nos fazem sentir ou não pertencentes a essa mesma sociedade. Historicamente, através de uma educação colonial, capitalista e patriarcal fomos levados a construir uma imagem diferenciada das relações, da natureza, da economia, do trabalho e até mesmo da educação. Isto nos levou/leva a sermos “mulheres” e “homens” com resquícios machistas e homofóbicos, porque o colonialismo, seja na sua forma política ou epistêmica, continua a agir como se os corpos das “mulheres” e dos “homens”, tal como a terra e os continentes, fossem espaços e subjetividades vazios que podem ser alienados, ocupados e explorados (CUNHA, 2017). Assim, a Educação Popular, como prática política, como fundamento teórico e metodológico a partir da crítica feminista pós-colonial torna-se uma ferramenta necessária para desconstruir e refazer os conhecimentos e as práticas de saber e de poder que estão presentes no cotidiano da vida de mulheres e homens e, desse modo, contribuir para construção de um pensamento descolonizado, pensamento este que leve em conta tanto a diversidade do próprio pensamento quanto de sujeitos e contextos no qual é construído. Desse modo, desafia-nos o olhar descolonizador sobre o que somos, pensamos e agimos porque a partir do que somos, pensamos e agimos seremos capazes de construir alternativas transgressoras que podem ir além do que pensamos que sabemos. Essas possibilidades têm que nascer de nós mesmas/os, têm que brotar do nosso chão. Somos nós “mulheres” e “homens” considerados subalternizados/as e excluídos/as por uma linha abissal, os não-civilizados/as, o não-humanos/as que temos que nos reconhecer, conhecer nossa história e produzir novas práticas a partir das experiências de emancipação e libertação existentes, porque todo povo faz e é capaz de se autoafirmar. Não são os/as outros/as, do Sul ou do Norte, do Oriente ou Ocidente, que ao dizer que somos subalternizados, irão nos fazer permanecer ou nos deslocar de tal situação; se assim fosse, brotaria um novo colonialismo. Essas possibilidades são inerentes ao desejo de viver com dignidade que passa, também, pela solidariedade planetária, pela articulação de pensamentos, conhecimentos e saberes contrários à ordem hegemônica na qual “mulheres” e “homens”, independentes da cor de sua pele, da orientação sexual, da espiritualidade que almejam, sejam capazes de caminharem juntos/as na certeza de que um outro mundo é possível. Acreditamos que isto seja possível através da Educação Popular porque esta ao fazer-se, faz seu próprio caminhar e, como assegura Freire, “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Ao caminhar, pode-se encontrar no caminho o que tanto se deseja e, nesse caso, “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” do caminhar (FREIRE, 1997; 2000).

.....

*** Ana Célia De Sousa Santos**

Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

CUANDO LA LUCHA SOCIAL DA CÁTEDRA EN LA UNIVERSIDAD. LA ECOLOGÍA DE SABERES JURÍDICOS EN LA EDUCACIÓN JURÍDICA DE MICHOACÁN, MÉXICO

*Felipe Orlando Aragón Andrade

En esta contribución me propongo analizar dos experiencias diferentes de educación jurídica derivadas del trabajo militante que hemos realizado desde Colectivo Emancipaciones con varias comunidades indígenas de Michoacán (México) en sus luchas por el ejercicio de la autonomía y autogobierno. El Colectivo Emancipaciones es una organización de académicos y abogados militantes, de la que formo parte, que desde hace ocho años ha acompañado la lucha política jurídica de varias comunidades indígenas de Michoacán (Cherán, Pichátaro, San Felipe de los Herreros y Arantepakua) que han logrado conseguir paradigmáticos fallos judiciales para ejercer a nivel municipal y submunicipal sus derechos de autonomía y autogobierno.

Desde la diversidad de desafíos políticos y jurídicos que hemos tenido que enfrentar en cada una de estas experiencias y de la construcción conjunta con las luchas indígenas de conocimiento jurídico - ecología de saberes jurídicos (Santos, 2009)- para superarlos hemos podido abreviar una serie de lecciones que en otros trabajos he sostenido como indispensables para repensar la praxis y la investigación del derecho (Aragón, 2013, 2017 y 2018). No obstante, en este año tuvimos, dentro del Colectivo Emancipaciones, la oportunidad de intervenir en un espacio que hasta ese momento no habíamos tocado, el de la educación legal.

De tal manera, que con los mismos principios que nos guiaron para nuestras reflexiones sobre la praxis y la investigación jurídica, impulsamos dos iniciativas dentro del campo de la educación jurídica. La primera de ellas se trató de la “Universidad Popular sobre estudios jurídicos críticos y militantes” que realizamos a inicios de año, en la calle y abierta a todo las personas que quisieran asistir, dentro del contexto de un prolongado paro de labores de la Universidad pública de la provincia de Michoacán que amenazaba su existencia misma. La segunda fue el diseño del programa de la licenciatura en “Derecho con enfoque en Pluralismo Jurídico” que realizamos por encargo de los directivos de Universidad Indígena Intercultural de Michoacán (UIIM) y de la Secretaría de Educación Pública.

A pesar de las diferencias entre los propósitos y las finalidades de estas dos iniciativas, una realizada como una forma de protesta y de defensa del carácter público de la universidad y otra por encargo institucional con el objetivo de diversificar la oferta educativa formal de la UIIM, tienen en común que son producto de un ejercicio consiente de ecología de saberes jurídicos, en este caso en una dirección de la lucha social a los espacios universitarios, que intenta repensar y reinventar la educación legal en México.

En consecuencia, mediante el análisis de estas dos iniciativas busco en esta ponencia exponer estos procesos y reflexionar sobre las problemáticas, las paradojas, los límites

y las potencialidades, en dos espacios diferentes, de la ecología de saberes jurídicos como procedimiento para transformar y descolonizar los modelos hegemónicos de educación jurídica en México.

Palabras Clave:

Ecología de saberes jurídicos, educación jurídica, conocimiento jurídico, luchas indígenas, justicias indígenas

Bibliografía:

Aragón Andrade, Orlando (2013), "El derecho en insurrección. El uso contra-hegemónico del derecho en el movimiento purépecha de Cherán", *Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 7, núm. 2, pp. 37-69.

Aragón Andrade, Orlando (2017), "Transformando el constitucionalismo transformador. Lecciones desde la experiencia político-jurídica de Cherán, México", *Abya Yala: Revista sobre acceso a la justicia y derechos sobre las Américas*, núm.1, vol. 2, pp. 130-149.

Aragón Andrade, Orlando (2018), "Traducción intercultural y ecología de saberes jurídicos. Elementos para una nueva práctica jurídica militante", *Journal of Latin American And Caribbean Ethnic Studies*,

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Una epistemología del sur. La reinención del conocimiento y la emancipación social*, México DF, Siglo XXI.

.....

*** Felipe Orlando Aragón Andrade**

*Escuela Nacional de Estudios Superiores- Morelia Universidad Nacional Autónoma de México ENES-Morelia UNAM.
Morelia, México*

Resumen de ponencia

DEBATES DESDE LOS INTERSTICIOS DE LAS RELACIONES ENTRE CAPITAL/TRABAJO/VALOR DE USO/VALOR DE CAMBIO/RECIPROCIDAD. NOTAS PARA UNA FILOSOFÍA POLÍTICA CRÍTICA POSCOLONIAL.

*Paola Gramaglia

En este trabajo me interesa reflexionar el alcance y sentido de los procesos de subjetivación política que se producen a partir de la crisis de las democracias posdictadura en el contexto neoliberal

La pregunta filosófica en torno a la cuestión del sujeto en sus formas heterogéneas de la subjetividad, pone en juego en el campo latinoamericanista un desplazamiento teórico producido desde una teoría del sujeto de la conciencia emancipadora a formas heterogéneas de subjetivación política intervenidas por la racionalidad neoliberal.

Aníbal Quijano desarrolla sobrada cuenta el proceso de mundialización de las relaciones de capital/trabajo y de la forma Estado en coetaneidad con relaciones de producción no capitalistas (trabajo esclavo, para-esclavo, servidumbre personal, sin pago de salario). A este fin la categoría de heterogeneidad histórico-estructural que desarrolla nos parece adecuada para comprender la complejidad de las relaciones sociales que despliegan las tensiones entre subjetivación/sujeción y agencia. Repensar lo social como esfera de lo político también incluye las formas de institución de un sujeto, y sus formas de agenciamiento a partir de la misma. En esta dirección pero desde otra perspectiva Bolívar Echeverría se pregunta acerca de las posibilidades de otra modernidad posible, una que haga “vivable lo invivable” que no esté atada al dispositivo capitalista de producción, circulación y consumo de la riqueza social sino más bien al proceso del trabajo y de disfrute referido a valores de uso.

Me interesa poner en discusión éstas relaciones problemáticas entre capital/trabajo/valor de uso/valor de cambio/ que resultan de vital importancia en las condiciones heterogéneas, propias de nuestros contextos históricos, para comprender cómo sigue operando en la determinación de una clasificación social y al mismo tiempo como se configuran modos de resistencia.

Sólo para tomar nota, recordemos que a pesar de los procesos independentistas del siglo XIX dicho patrón colonial del poder aún continúa vigente. El “dispositivo raza” opera en la distribución del trabajo, las relaciones sociales, la distribución de poder, la producción de subjetividades y del conocimiento. Y esto ha sido posible porque fue inventado un dispositivo que ha implicado y configurado profunda y duraderamente todo un complejo cultural, una matriz de ideas, de imágenes, de valores, de actitudes, de prácticas sociales, que no cesa de estar implicado en las relaciones entre las gentes, inclusive cuando las relaciones políticas coloniales ya han sido canceladas. La

colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. (Quijano 2000:350)

Con esta finalidad he puesto en foco en las elaboraciones latinoamericanas de las últimas décadas que cuestionan la problemática relación entre capital-trabajo-atravesadas por la colonialidad del poder. Es a partir de estas indagaciones que considero relevante reflexionar en las heterogeneidades de estas relaciones y como afectan las mismas subjetividades y con ello a los mismos procesos sociales.

Algunas de estos interrogantes son tratados por autores intelectuales/militantes contemporáneos como: Raquel Gutiérrez Aguilar, Silvia Rivera Cusicanqui, Verónica Gago, Bolívar Echeverría y Luis Tapia quienes proponen comprender otros modos de las relaciones al visibilizar y expresar luchas sociales “desde abajo” tales como: reciprocidad, economías barrocas, sociedad abigarrada, horizonte comunitario-popular. Sin perder de vista que “desde abajo” y “desde arriba” está operando la “racionalidad neoliberal”.

Más bien, proyectar un conocimiento autónomo a partir de nuestras experiencias heterogéneas en las que se desarrollan otros modos de relacionarnos con el mundo y con la naturaleza que no sean mera producción de mercancías y reproducción de las fuerzas de trabajo como afirma Bolívar Echeverría. Indagar en las sensibilidades de la vida cotidiana como en las artísticas particularmente en los movimientos sociales, en las formas comunitarias de las sociedades abigarradas y multisociales de nuestro sur. Es por ello que desde este lugar, planteo la necesidad de continuar con la reformulación crítica de una filosofía política poscolonial. No sólo como proyecto teórico, sino acompañando como parte integrante de un proceso político efectivamente existente de transformaciones profundas y para ello es necesario retomar legados, aceptar los límites y comprender nuevas formas de lo político para contribuir en escenarios emancipadores.

.....

* Paola Gramaglia

Centro de Investigaciones. Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad Nacional de Córdoba - ClFFyH/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

DEBATES E REFLEXÕES A PARTIR DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ENLACES ENTRE QUESTÃO SOCIAL, RACISMO E PATRIARCADO EM NUESTRA AMÉRICA

*Manuela Fonseca Pinheiro Dos Santos

O presente ensaio é parte do projeto de dissertação “Enlaces entre questão social, racismo e patriarcado em Nuestra América: análises das produções científicas do Serviço Social brasileiro”, o qual se fundamenta nas correntes teóricas dos feminismos da América Latina e do Sul Global, as quais indicam a necessidade de pensar e lutar contra um sistema capitalista, imperialista, patriarcal e racista que foi se conformando desde o processo de conquista e colonização de “Nuestra América”. A partir dessas contribuições se indaga como a produção teórica do Serviço Social brasileiro vem abordando essas dominações, e se busca analisar o conceito de questão social construído pela profissão, a fim de identificar suas conexões com as categorias racismo e patriarcado. Para tanto, se opta em transitar pelas produções teóricas sobre as explorações, contradições e conflitos racistas e patriarcais dos distintos autores e autoras do pensamento crítico latino-americano e do Sul Global, bem como pelos aportes dos autores e autoras do Serviço Social brasileiro que produzem sobre Questão Social desde os anos 1990.

Nesse sentido, cabe destacar algumas esclarecimentos conceituais. Neste ensaio, a categoria racismo não se limita aos atos de preconceito e discriminação sobre um grupo social, e sim se entende como uma construção ideológica que se situa historicamente no processo de conquista e colonização de Nuestra América; que solidifica uma classificação social da população sobre a ideia de raça, onde todos aqueles não brancos e não europeus passam a ser considerados inferiores; que se materializa historicamente no processo de servidão e escravidão que indígenas e africanos foram submetidos desde os primeiros anos da conquista; e que se perpetua até hoje através do genocídio real e simbólico da população negra e indígena, da divisão racial do trabalho, e de atos de preconceito e discriminação. Em relação ao patriarcado, este não se refere a uma organização social em que a dominação ocorre do “pai” sobre a “mãe” ou “filha”, e sim a um conjunto de explorações, opressões e dominações de sexo e gênero, as quais são anteriores à conquista em distintos espaços geográficos, mas se perpetuam e se potencializam no processo de colonização de América Latina. Assim, as distintas contribuições do pensamento latino-americano e do Sul Global, de uma forma geral, apontam que os fundamentos históricos e teóricos do racismo e do patriarcado em “Nuestra América” estão relacionados com a conformação de um sistema capitalista imperialista patriarcal e racista, que, apesar de inúmeras resistências, se construiu com base ao saqueio de recursos naturais, ao tráfico e exploração escrava e servil africana e indígena, o qual foi fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista imperialista e dependente, que instituiu não só uma divisão social e internacional do trabalho, mas também uma divisão racial

baseada na construção ideológica de uma classificação social da população fundamentada na ideia de raça, transformando em seres superiores todos aqueles provenientes do “velho continente” e inferiores aqueles localizados fora desses demarcações geográficas, sobretudo os de África e do “novo mundo”. Sistema que também se construiu sobre a conformação de uma organização social patriarcal e heteronormativa que fez das mulheres, de um modo geral, as responsáveis pela reprodução social da vida, desde uma divisão sexual que impôs o trabalho doméstico não remunerado, e que, somada a divisão racial, submeteu as mulheres racializadas de “Nuestra América” à violência sexual colonial marginalizando-as historicamente. Em relação às produções sobre questão social construídas pelo Serviço Social na década de 1990, se identifica que embora reconheçam que a sociedade brasileira é marcada pelas opressões de classe, raça e gênero, não buscam fundamentar historicamente e teoricamente o racismo e o patriarcado. Ao contrário, se identificam distanciamentos, silenciamentos e olvidos sobre essas dominações na construção de tal conceito. As explicações para essas desconexões podem estar no fato que suas bases teóricas se assentam exclusivamente na teoria social crítica marxista ortodoxa e não dialogam com outros saberes latino-americanos e do Sul Global; e seus fundamentos históricos, a partir da análise da formação do capitalismo industrial europeu, demarcam a origem da questão social brasileira no processo de industrialização, apagando o passado colonial marcado por explorações, contradições e conflitos racistas e patriarcais que não foram superados pelo avanço industrial, ao contrário, foram agudizados. A partir da construção do conceito de questão social pelo Serviço Social brasileiro, a origem das profundas desigualdades de raça e gênero está no período industrial, promovendo uma leitura da realidade que não possibilita desvelar a construção histórica do racismo e do patriarcado. Embora essas produções sejam hegemônicas, pois circulam entre os principais editoriais, periódicos e aparatos legais da profissão, já se identificam publicações que questionam esses fundamentos centrados no conflito entre capital e trabalho e demarcados na década de 1930, e sinalizam a necessária ampliação teórica e histórica da questão social fincando suas raízes no período colonial marcado pela escravidão e pelo patriarcado.

Referencias

- Barriteau, V. E. (2017). Aportaciones del feminismo negro al pensamiento feminista: una perspectiva caribeña. En *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.
- Behring, E. R., & Santos, S. M. dos. (2009). Questão Social e Direitos. En CFESS/ABEPSS (Ed.), *Direitos Sociais e Competências Profissionais* (pp. 267-283). Brasília: CFESS.
- Borón, A. (2006a). A questão do imperialismo. En A. Borón, J. Amadeo, & S. González (Eds.), *A teoría marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Cabnal, L. (2008) Documento en Construcción para aportar a las reflexiones continentales desde el feminismo comunitario, al paradigma ancestral originario del “Sumak Kawsay” → Buen Vivir” . Guatemala.
- Carosio, A. (Ed.). (2017). Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. En M. Sagot Rodriguez, *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina*. CLACSO.
- Cisne, M. (2015). *Feminismo e consciência de classe*. São Paulo: Cortez.

- Davis, A. (2016). *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Eurico, M. C. (2017). Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. *Ser Social*, 18(Brasília), 414-427.
- Fanon, F. (1992). *¡Escucha, blanco!* Barcelona: Nova Terra.
- Federici, S. (2004). *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de sueños.
- González Casanova, P. (1979). Indios y negros en América Latina. *Cuadernos de Cultura Latinoamericana*, 97(México, UNAM).
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoj*, (ANPOCS), 223-244.
- Gorender, J. (2016). *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular. São Paulo: Expressão Popular.
- Iamamoto, M. V. (2011). *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. de. (2012). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. São Paulo: Cortez.
- Mariátegui, J. C. (2007). *7 ensayos de interpretación de la realidad de Perú*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.
- Marini, R. M. (1991). *Dialéctica de la dependencia*. Mexico: Ediciones Era.
- Miñoso Espinosa, Y. (2005). La relación feminismo-lesbianismo en América Latina: una vinculación necesaria [Blog]. Recuperado 13 de marzo de 2018, a partir de <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=599>
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. En *Cadernos Penesb*. PENESB-RJ. Recuperado a partir de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- Nascimento, A. (1976). *O genocídio do negro brasileiro: um processo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nascimento, B. (1976). A mulher negra no mercado de trabalho. Recuperado a partir de <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negrano-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>
- Netto, J. P. (2012). A questão social na América Latina. En *A questão social e as políticas sociais no contexto latinoamericano* (pp. 83-111). Vitória: EDUEFS.
- Oliveira, J. M. (2015). A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Paredes, J. (2017). Hilando fino desde el feminismo comunitario. En *Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.
- Pastorini, A. (2010). *A Questão Social em Debate*. São Paulo: Cortez. São Paulo: Cortez.
- Quijano, A. (2000). Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. . En E. Lander, (p. 246). Buenos Aires: CLACSO. En E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires.
- Rocha, R. da F. (2014). A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Saffioti, H. I. B. (1992). Rearticulando Gênero e Classe Social. En A. de O. Costa & C.

Bruschini, Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Santos, J. S. (2012). Particularidades da Questão Social no capitalismo brasileiro. São Paulo: Cortez.

Segato, R. (2013). La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo.

Silva, I. M. F. (2014). Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos socio-historicos. Cuiabá: Papel Social.

.....

*** Manuela Fonseca Pinheiro Dos Santos**

Secretaría de Investigación y Publicación Científica. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo - SIPUC/FCPyS - UNCUYO. Mendoza, Argentina

Resumen de ponencia

DECOLONIZAR A RELAÇÃO ENSINAR/APRENDER: DIÁLOGOS INTEREPISTÊMICOS ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. AS EXPERIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

*Elisa De Campos Borges

*Fabiana De Souza Costa

*Francisca Marli Rodrigues De Andrade

Na última década, o cenário educacional brasileiro passou a integrar grupos sociais que, historicamente, estiveram às margens do sistema educativo universitário. Esta integração reconfigurou o espaçotempo universitário e, portanto, desafiou a universidade a questionar as heranças do processo de invasão, apropriação e violência, mais conhecido na historiografia como colonização. Entre tais heranças, destacamos as influências eurocêntricas nas formas de pensar, planejar e executar projetos de ensino-aprendizagem. Este processo revela as violências epistêmicas que são orquestradas por meio da seleção e esquematização dos saberes que são considerados válidos, na medida em que outros são marginalizados e aniquilados em todas as suas formas e expressões culturais.

Em resposta a esta violência, docentes, vinculados a diferentes departamentos e faculdades da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), tem promovido diversas atividades de ensino e extensão voltadas à promoção de diálogos interepistêmicos. Tais diálogos se inscrevem no âmbito do projeto “Encontro de Saberes” da UFF e na realização do “1º Fórum Social: universidade e sociedade em diálogo” da UFSB, cujas propostas de caráter interdisciplinar tem o objetivo promover a inclusão de mestres das artes e ofícios dos saberes tradicionais, como professores colaboradores, em atividades de ensino. O Encontro de Saberes, criado em 2010 por iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), tem como meta propiciar um espaço de experimentação pedagógica e epistêmica no ensino capaz de inspirar resgates de saberes e inovações que beneficiem a todos os envolvidos ² estudantes, mestres e professores. A partir do reconhecimento de que existem distâncias abissais entre os saberes tradicionais e o mundo acadêmico. O primeiro, saberes tradicionais, têm na oralidade sua forma máxima de expressão, uma vez que se constituem enquanto resultado das experiências construídas pelas civilizações ágrafas. O segundo, mundo acadêmico, inspirado nas universidades ocidentais modernas, ressalta o letramento como forma de expressão. Nessa dialética, a proposta do Encontro de Saberes é possibilitar o encontro entre esses dois saberes. Nesse sentido, na Universidade Federal Fluminense, no primeiro semestre de 2017, foram ofertadas duas disciplinas optativas, a citar:

- Narrativas subjetivas e Encontro de Saberes - composta pelos seguintes módulos: Corpo e Espiritualidade no Terreiro ministrada por mães e pai de santo; Corpo e Espiritualidade no Jongo, a cargo de jongueiros e quilombolas; Corpo e Espiritualidade Mbyá ministrada pelos guarani de Araponga; Saberes e Fazeres Caiçaras ministrada por caiçaras da Praia Grande da Cajaíba Expressões e Performances - ministrada por mestres do cordel, dos toques de atabaque e do Reisado.

A oralidade, as narrativas sobre as histórias de vida longa que se remetem aos ancestrais, o canto, a dança, a presença do corpo, o instrumento musical, o aprender dos ofícios foram as metodologias desenvolvidas pelos mestres que transformaram a sala de aula, sempre disposta em roda, em lugar de escuta sensível de suas tradições. Tal espaço engendra novas epistemologias do ensinar/aprender e tensiona, em busca de diálogo, a epistemologia única, pautada somente na razão, em voga nas Universidades que perpetua a colonialidade do saber ao invisibilizar, silenciar e menosprezar outras matrizes do conhecimento.

A UFSB, por sua vez, buscou a partir da realização do 1º Fórum Social da UFSB, em 2015, um espaço de diálogo para reflexões, debates, formulações de propostas, troca de experiências e articulações entre a comunidade universitária, movimentos sociais, entre outros. A base conceitual da UFSB incorpora a ecologia de saberes no seu projeto político-pedagógico através da promoção de diálogos entre saberes científicos ou humanísticos produzidos no âmbito da universidade e saberes populares, tradicionais, urbanos, camponeses, das favelas, provindos de diversas culturas que circulam na sociedade e igualmente a compõem.

Como resultado do 1º Fórum Social, foi eleito um Conselho Estratégico Social, formado por diversos representantes da sociedade civil organizada. A partir desta aproximação da universidade e a sociedade, várias iniciativas dos docentes vêm sendo tomadas no sentido de manter o diálogo, a troca de experiências e a aproximação com as realidades das comunidades tradicionais da região, através de projetos de extensão, componentes curriculares que discutam integração social, luta pelo território, elaboração de políticas públicas e garantias de participação social nos espaços acadêmicos da UFSB.

Assim, esta comunicação tem como objetivo refletir e demonstrar pontos comuns das experiências de duas universidades importantes do Brasil que estão atuando, apesar de caminhos distintos, para superar o desafio incluir o diálogo dos múltiplos saberes e, deste modo, romper com a tradicional forma de construção do conhecimento nas Universidades. As práticas de ambas as universidades, seja por meio do Encontro de Saberes na UFF, seja por intermédio do Fórum Social da UFSB, buscam desarticular os processos de violências epistêmicas orquestrados a partir da seleção e esquematização dos saberes para, então, promover diálogos intepistêmicos.

A relevância de tais diálogos se materializa em respostas a necessidade de refundar, sobretudo, as práticas pedagógicas e os currículos educativos, de modo a respeitar a presença das comunidades tradicionais, camponesas e de outras minorias na universidade. Compreendo que esta presença deve ir além da representatividade física, deve, portanto, integrar os saberes e as práticas culturais. Mas desta vez, não na condição de objeto de pesquisa, ao contrário, enquanto protagonistas em um processo de transmissão dos seus saberes, da sua língua, da dignidade, da liberdade, da sabedoria e da paz dos povos/etnias/nacionalidades ancestrais.

.....

*** Elisa De Campos Borges**

Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, Brasil

*** Fabiana De Souza Costa**

Universidade Federal do Sul da Bahia. Ilheus - Bahia, Brasil

*** Francisca Marli Rodrigues De Andrade**

Universidade Federal Fluminense.. Niterói, Brasil

Resumen de ponencia

DECOLONIZING CRIMINOLOGY: FERNANDO ORTIZ, ONE OF THE FIRST CRITICAL AND CULTURAL CRIMINOLOGISTS

*Eleni Dimou

Over the past decades the burgeoning and arguably revolutionary academic movement of de-colonial thinking and Southern Epistemologies in social sciences have started to challenge Western hegemonic knowledge. This de-colonial shift, has arguably forced Western forms and production of knowledge to start acknowledging the pivotal importance of incorporating Southern perspectives into their realms. While there is a growing awareness in various strands of social sciences on Southern perspectives, arguably Criminology is with few exceptions (e.g. Agozino, 2003; Aas, 2012; Lee and Laidler, 2013), still a discipline of the West (or the North) and particularly U.K. and U.S. dominated. Hence it is still blind to the subalternization of knowledge that was built into colonialism (Mignolo, 2000; Dussel, 1993). That is, that it remains blind to the fact that during the long process of colonisation, during which Criminology emerged, up until the contemporary state of globalisation, the European frame and conception of knowledge has “subalternized other types of knowledge” (Mignolo, 2000:13). Consequently, although colonialism has ended, coloniality- the hegemony of Western knowledge over other types of knowledge- has not within the realms of Criminology (Quijano, 2000).

This paper aims to contribute in putting an end to coloniality and starting to place southern perspectives in their rightful and visible position within Criminology. By adopting the de-colonial perspective of “border thinking” (Mignolo, 2000:84) which calls us to think both from western and local traditions of knowledge, the paper will draw on the work of the Cuban scholar Fernando Ortiz (1881-1969) and his interpretation of “black” delinquency at the beginning of the 20th Century. It will be argued that while Ortiz was initially influenced by Lombroso (1835-1909), the Italian father of Criminology and particularly his typology of the atavist criminal (born criminal), this influence was very short lasted. Ortiz shifted very quickly his interpretation by historically contextualising “black” criminality and tracing its roots to the slave trade, colonialism, imperialism and crimes of the white and powerful elites of that time. At the same time he critically interrogated the role of science and particularly of Individual Positivist Criminology as represented by Lombroso’s work, in reproducing racism and perpetuating negative racial stereotypes on Afro-Cubans, in a way that served the maintenance of power for the white elites. These forms of critical interrogation of crime and in the social construction of the criminal did not emerge in the West (U.K. and U.S.) until the 1960s-70s (namely with the development of Marxist and then later from the 1990s onwards of Critical and Cultural Criminology). In other words, this paper will show that Criminology as a discipline would have developed its critical lens much quicker if it had incorporated developments of knowledge in the South. Arguably a more fulsome consideration of perspectives stemming from the

South can actually change the whole historical disciplinary trajectory as we know it so far and as such, they are important to be considered.

References:

- Aas, KF (2012) "The earth is one but the world is not": Criminological theory and its geographical divisions. *Theoretical Criminology*, Vol. 16(1): 5-20.
- Agozino, B (2003) *Counter-Colonial Criminology: A Critique of Imperialist Reason*. London: Pluto.
- Dussel, E. (1993) "Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)", *Boundary 2*, Vol. 20 (3), pp. 65-76
- Lee, M. and Laidler, K.J. (2013) "Doing criminology from the periphery: Crime and punishment in Asia", *Theoretical Criminology*, Vol. 17(2):141-157
- Mignolo, W.D. (2000) *Global Histories/ Local Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Chichester, West Sussex: Princeton University Press
- Quijano, A. (2000) "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America", Translated by Michael Ennis, *Nepantla (Views From the South)*, Vol.1.3: 533- 580

.....

* Eleni Dimou

United Kingdom Open University - UKOU. Milton Keynes, Reino Unido

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA Y DEMODIVERSIDAD DESE EL ENFOQUE DE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR

*Miguel Lindig

La presente ponencia forma parte de una serie de productos de investigación en relación con la teoría de la democracia desde la escuela de estudios decoloniales. Se aborda el estudio de la democracia, por medio del paradigma modernidad/colonialidad para establecer que existe una teoría hegemónica de la democracia que marcó el desarrollo teórico en todo el mundo desde el enfoque de la democracia liberal representativa, a partir de la segunda década del siglo XX y lo que va del presente.

El canon democrático occidental se expresó en la periferia y semiperiferia del orden mundial bajo el paradigma de la transición a la democracia y acaparó el centro del campo de la teoría democrática, al hacerlo, volvió invisible otras formas de organización con principios democráticos pero que salían del esquema del arreglo institucional electoral por la disputa del poder por parte de las elites.

Hoy en día, existen argumentos para considerar que el paradigma de la transición a la democracia se encuentra agotado y que tras de sí deja muchas preguntas que se buscan responder desde el enfoque del canon democrático occidental y que nos sumerge en una democracia adjetivada que frente a preguntas fuertes ofrece respuestas muy débiles.

Frente a ese vacío teórico desde el enfoque decolonial, se argumenta la necesidad de contribuir a la generación de una teoría propia, que rompa con los universalismos y las recetas de aplicación general del canon democrático occidental y que parta de la diversidad epistémica para enriquecer la reflexión sobre i. la definición y el significado de la democracia, ii. La incorporación de nuevos sujetos políticos, iii. La discusión por la búsqueda de otras prácticas democráticas y de participación popular y iv el debate respecto a otras formas de sociabilidad alternativas.

Como punto de partida, resulta necesario, hacer un recorrido histórico fundado en el pensamiento crítico para discutir ¿cómo se construyeron las ciencias sociales? Y analizar ¿Cómo se expresa en el campo de la geopolítica la producción científica de conocimiento respecto a la social? para poder acercarnos al estado del arte respecto a la democracia, posterior al fin del paradigma de la transición y sentar las bases para la reconstrucción teórica de las aportaciones de la teoría hegemónica de la democracia.

El punto central de la presente ponencia lo constituye la reflexión en torno al canon democrático proveniente de la racionalidad occidental y su renovación a casi cincuenta años del trabajo referente La Poliarquía de Robert Dahl, para buscar construir un dialogo epistemológico con la teoría emanada de la racionalidad occidental que nos ofrezca otros elementos para contribuir a la generación de nuevos esfuerzos inspirados en la renovación de la teoría democrática.

Dicha renovación, parte del reconocimiento de saberes otros en la materia paralelos a

los postulados de la democracia liberal representativa, saberes que se encuentran fuera de la racionalidad occidental y que se generaron del otro lado de la línea en un esquema de modernidad colonialidad.

Para explorar dichos saberes se recurren a las epistemologías del sur como herramientas metodológicas para reconocer que el mundo se encuentra dividido en un paralelogramo de fuerzas norte/sur, en el cual el norte ejerce una dominación: política, económica, social y epistémica sobre el sur global. Dicha dicotomía no es geográfica es una metáfora del esquema de dominación bajo el cual se construyó la racionalidad occidental hegemónica que se desarrolla a lo largo de la ponencia.

Desde el enfoque de las epistemologías del sur, se traza la línea abismal existente en la noción de modernidad colonialidad y se trabaja con los conceptos de sociología de las ausencias y de las emergencias con miras a la búsqueda de una traducción intercultural que sienta las bases para la construcción del concepto de demodiversidad y su ingreso al campo de la teoría democrática.

La emergencia del concepto de demodiversidad al campo, será el hilo conductor de la presente ponencia, misma que parte del siguiente cuestionamiento ¿Qué elementos aporta el concepto de demodiversidad, para la construcción de una aproximación contra hegemónica de la democracia desde un enfoque decolonial?

Se pretende contribuir en la discusión referente al desarrollo de pensamientos que permitan la construcción de problemas teóricos fuera de las camisas de fuerza impuestas por los paradigmas eurocéntricos de desarrollo de conocimientos.

.....

*** Miguel Lindig**

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

DEMOCRACIA, CAPITALISMO Y ESTRATEGIAS POLÍTICAS COMBINADAS Y ALTERNATIVAS.

*María Antonia Muñoz

El péndulo ideológico de gran parte de los gobiernos de América Latina parece estar de nuevo del lado derecho. Después de más de una década de presidentes “progresistas”, pareciera que las políticas de corte “neoliberales” han vuelto a la escena. Una concepción de Estado como garante de libertades básicas y oportunidades para la competencia y el desarrollo individual se combina con una retórica sobre los beneficios del buen funcionamiento del mercado. Pero la historia no tiene forma lineal o circular: va inventando sus propias reglas.

El giro de los últimos años responde a sociedades con profundos conflictos sociopolíticos e ideológicos novedosos. Así como los gobiernos progresistas no pueden ser caracterizados como repeticiones de modelos nacional populares de mitad de siglo XX, tampoco las derechas actuales son reproducciones “neoliberales”. El festejo de la diferencia, la identidad y el cuidado de las minorías, la incorporación de aspectos culturales asociados al bienestar personal y la meritocracia, la política social y la pretensión de mejorar los “servicios” que presta el Estado conviven con economías cada vez más concentradas y desiguales. La democracia y el capitalismo organizan la escena política.

En la década de los 80, América Latina caminó hacia una doble transición que se prometía así misma virtuosa: la libertad de mercados y la libertad de la democracia. Este matrimonio era presentado como armonioso por la nueva hegemonía en el marco de la caída de los regímenes socialistas y comunistas. Durante mucho tiempo, el capitalismo dejó de ser puesto en cuestión como estructura global que era intrínsecamente injusto. Pero después de varias décadas ese maridaje comenzó a desgastarse. La promesa de igualdad (social, política, cultural) de la democracia se vio avasallada por la desocupación, la pobreza y la violencia del capitalismo “neoliberal” y cada vez más organizado alrededor de las “finanzas”. Con mayor fuerza en el nuevo siglo, partidos o alianzas de ellos reivindicaban la democracia pero a la vez eran muy críticos del capitalismo. Con ese discurso lograron ganar las elecciones. Así democracia y capitalismo volvió a ponerse en el centro como una relación complicada pero los sujetos y estrategias políticas protagonistas eran otros.

En los próximos apartados discutiremos esta relación equívoca entre capitalismo y democracia desde las propuestas de diferentes autores. Haremos hablar a Zizek, Castro Gómez, Fraser, Laclau, Rancière, entre otros. A continuación se analizará el Acontecimiento y la Fantasía como categorías que nos permitirán plantear coordenadas conceptuales en torno a las estrategias políticas (prodemocráticas y/o anticapitalistas). Queremos hacer una aclaración. No se trata de hacer una discusión sobre la verdadera interpretación de los textos que utilizaremos. Toda lectura y reescritura supone una apropiación creativa imposible de eludir. Aquí queremos

declarar este proceso de reinterpretación. Finalmente, plantearnos algunas reflexiones que permitirán pensar a las políticas “culturales” frente a las políticas universales, así como la apertura de más interrogantes que pretende abrir el debate en torno al ¿Qué hacer?

En el año 2014 Fraser, una politóloga feminista festejaba que se volviera a discutir el capitalismo, el cuál había sido expulsado del pensamiento académico. “Lo que indica todo este debate sobre el capitalismo, sintomáticamente, es la creciente intuición de que los heterogéneos males — financieros, económicos, ecológicos, políticos y sociales — que nos rodean pueden atribuirse a una raíz común: y que las reformas que no aborden las bases estructurales profundas de estos males están destinadas al fracaso.” (2014: 57) La falta de articulación de teorías críticas como el feminismo, el pos colonialismo y el pensamiento ecológico con la crítica al capitalismo debilitó las posibilidades de comprender y darle una salida política a la crisis capitalista de los años 2008-2009. Cuatro años después (2018) Fraser sostiene que las alternativas en el mundo se caracterizan por un populismo conservador representado por Trump y un neoliberalismo progresista con origen en Clinton (y su actual expresión francesa en Macron). Estas alternativas se presentan por ciertos imaginarios como únicas y antagónicas alternativas en el escenario mundial. ¿Qué hacer entonces? Ella propone construir un populismo progresista hacia un socialismo democrático que sea a la vez feminista, ecológico, antirracista y antiimperialista.

En sintonía con este análisis, el vicepresidente e intelectual boliviano García Linera (2015) planteaba que frente a la izquierda “indignada” debía oponerse una izquierda con propuestas, que apele a un activismo molecular (étnico, ecológico, femenino) con voluntad de poder, universalizante y orientada tanto al Estado como a la región y al planeta. Slavoj Žižek (2011), filósofo esloveno, decía al respecto de las luchas latinoamericanas que aplaudía el gesto crítico al capitalismo pero que había que tener cuidado con el cierre a las identidades particulares asociadas a la “etnia” y a la “cultura”.

Žižek (2016) no reduce su análisis a las relaciones económicas “determinando en última instancia” al resto de las relaciones, sino que lo define como una forma general de estructuración fantasmática de las sociedades donde el principio se volvió el goce al consumo. La democracia liberal y el multiculturalismo, por un lado, y formas conservadoras nacionalistas, por el otro, se presentan como las ideologías dominantes tras ese fondo capitalista. Pero el festejo de las “diferencias” como valor en sí mismo sobre el que emerge la individualidad postmoderna es paradójicamente la forma ideológica del capitalismo actual y las banderas de ciertas estrategias de “izquierda”. Para él la democracia liberal ha reducido las luchas a las competencias por los cargos públicos disolviendo las antiguas preguntas en torno a cómo constituir voluntades políticas orientadas a la transformación global. La identidad se vuelve un acto de “consumo”, donde se celebra al punto de devenir en un obstáculo de constitución de los antagonismos. El multiculturalismo como “actitud” supone que “la empresa global rompe el cordón umbilical que la une a su nación materna y trata a su país de origen simplemente como un territorio que debe ser colonizado. [...] Como culminación de este proceso hallamos la paradoja de la colonización en la cual sólo hay colonias, no países colonizadores: el poder colonizador no proviene más del Estado-Nación, sino que surge directamente de las empresas globales” (1998:21). No se trata de estar en contra del multiculturalismo, sino del ejercicio por el cual se han limitado las luchas a

la dimensión culturalista, asumiendo una postura cuasi “colonialista” que se quiere criticar. A saber, si antes los Estado Nación trataba a los pueblos colonizados como “nativos” que debían ser estudiados y respetados, siempre y cuando siguieran sirviendo a los intereses de la nación, ahora la actitud es “respetar las diferencias sexuales, étnicas y populares” siempre y cuando los intereses financieros globales no sean afectados. Es más, hasta pueden ser potenciados a partir del respeto del multiculturalismo. “Es como si, dado que el horizonte de la imaginación social ya no nos permite considerar la idea de una eventual caída del capitalismo, la energía crítica hubiera encontrado una válvula de escape en la pelea por diferencias culturales que dejan intacta la homogeneidad básica del sistema capitalista mundial”. (1998: 24) En este sentido, la construcción ha sido sobre un tipo de subjetivación específico, el yo narcisista del capitalismo tardío, caracterizado por el consumo constante y sobre la demanda de que todo cambie para que realmente nada lo haga. Aclaremos el tipo de explicación que emerge del análisis. No pone la economía en el centro del análisis como única forma de entender a los sujetos. La misma está atravesada por múltiples discursos y lógicas de explicación. Pero vuelve a una formula básica que ha sido propuesta por Marx, pensar en un universal, el capitalismo como el producto de un locus sobredeterminado y sobredeterminante: la mercantilización, acumulación y el consumo como lógicas imperativas.

Desde este punto de vista, la democracia reducida a su aspecto liberal quedo subsumida a ellas y no solo perdió capacidad de devenir en fuente de antagonismos, sino que se convirtió en un obstáculo para su formación. Al respecto del diagnóstico, el esloveno sostiene que el capitalismo no se ha vuelto más democrático sino más autoritario: “el matrimonio entre el capitalismo y la democracia está acabado” (Žižek, 2014a: 38). La libertad se ha vuelto una libertad vacía. ¿Se ha vuelto la democracia incapaz de producir emancipaciones?

.....

*** María Antonia Muñoz**

Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata - FPyCS/UNLP. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA ETNOGRAFIA ONLINE NA AMÉRICA LATINA

*André Toledo Porto Alves

*Cláudia Pereira Ferraz

A internet, como portal de dados etnográficos, pode convergir com o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1999:05-07), quando corresponde à ação do etnógrafo, observar e classificar os fenômenos sociais, refletindo sobre as diversas formas de olhar. A inserção nesta ação agora é comumente dada a partir rede digital, campo onde se dispõe de antemão o contato com um universo de possibilidades de estudos. Quando Langhton Winner (1983) aponta o caráter político da tecnologia, não se deve duvidar do ciberespaço como uma (re) colonização ocidental impulsionada pelo lucro e seus ideais totalizantes que historicamente naturalizaram o sentido deste conceito. Tampouco se deve descartar a condição histórico-social da América Latina e suas relações culturais e estruturais com as tecnologias de comunicação digital. Pois, as relações sociais no campo online podem refletir a articulação que Quijano (2010:98,111,112) chama de totalidade, quando elementos em descontinuidade e heterogênicos são estruturados socialmente em um mesmo eixo e movem-se conjuntamente. Não de maneira unilateral, mas em ações múltiplas e conflituosas, estes elementos se repercutem nas relações sociais/digitais e deixam claro as ações humanas carregadas desejos, necessidades, intenções e tensões estando sempre em jogo.

A condição histórica da América Latinada (colonizada) nos faz duplamente nativos, nos sentidos, geopolítico e tecnológico, quando os sujeitos da racionalidade historicamente foram os europeus e a Não-Europa, era o objeto de conhecimento, e não, sujeito de construção de conhecimento. Quijano, lembra que a ciência que se destinará a estudar a sociedade europeia se deu pela Sociologia, e foi Etnografia, a ciência encarregada de entender as sociedades não europeias. Isso faz com que a iter relação entre sujeito e objeto do estudo seja latente na produção científica latino americana. E este presente estudo reflete sobre ação de totalidade das tecnologias da comunicação online, onde se reconhece o posicionamento de Latour (1994:54,91), sobre sermos todos nativos. Por estarmos na cultura que interage com as redes digitais, e por historicamente, estarmos em um modelo de descrição do mundo que se forma de maneira híbrida: em quase humanos e quase objetos onde injustiçados, explorados, inadequados, invisíveis e impensados ainda não possuem valor de humanidade e se a distinguem entre os reconhecidos como humanos e sujeitos ativos na construção da história. Portanto, a descrição antropológica pode ser uma ciência que ultrapassa a sociologia do conhecimento, à potencializar as análises sobre os fatos históricos, culturais, sociais e políticos; o ciberespaço como recurso de fonte de dados, assim como ambiente da interação social e cultural dada em avatares, que se predisõem através das tecnologias da comunicação online.

A amplitude de vozes que o ciberespaço concede aos mais variados grupos e mais diversas pessoas, incluindo aqueles que não aceitam o outro em virtude de valores sociais, são evidentes nos conflitos e tensões relacionados à classe, raça e gênero. Por Latour, nossa condição de nativos está justificada no fracasso do projeto moderno de liberdade, igualdade e fraternidade. E, diante das atuais crises das democracias operando de modo intenso na América Latina, com a violência endêmica do Estado e facções em certos territórios, entre outras formas de violência presentes também em mensagens de ódio dispensadas nas redes sociais online, torna-se evidente o distanciamento destes preceitos democraticamente para todos.

Cabe lembrar sobre as raízes históricas, que em nossa geopolítica, predeterminaram as instâncias das relações sob o controle do trabalho, nas questões de gênero e raça naturalizaram e impulsionaram as injustiças de classes, ordenadas pelo que Quijano (2010:118,124) chamou de colonidade do poder. O que resultou em novas identidades geoculturais digitais, intrinsicamente relacionadas às novas relações intersubjetivas de dominação. Ele destaca não ser a toa, que o controle destas instâncias (classe, raça e gênero), segue manipulando normalmente (ainda que sofra resistência e possa se apropriar dela para continuar a manipular) e de modo essencial para continuar mantendo, acentuando e aprofundando o capitalismo e sua força de dominação e exploração em nome do lucro pelo nexo da ação do poder colonizado na América Latina. Fazendo imperar a hipocrisia subjacente do ideal formal da família e gênero sob os valores burgueses/cristãos, e a naturalização das categorizações que se ordenam pelas relações de poder se sobrepondo pela imposição dos vencedores/dominadores. Independente da ética e da justiça, desprezadas, nos procedimentos para ganhar, vencer e dominar.

Pela Antropologia de Geertz (2001:191-201) as reflexões filosóficas, sociológicas, históricas e políticas devem ser consideradas no contexto estudado. O que traz pontos bastante pertinentes à etnografia online ao pensar considerando as reflexões gerais da política, a partir da história que se perpetua na relação de poder, obrigação e justiça. Que por aspectos totais e incondicionais, podem trazer à luz respostas às questões do presente pela reflexão sobre o contexto histórico. A partir disso, é pertinente ao trabalho etnográfico pensar sobre o engajamento intelectual dentro do contexto político, partindo do que o cerca, e não a partir das importadas doutrinas impulsionadas pela lógica da construção do pensamento teórico. Deste modo, esta pesquisa considera a etnografia em campo online como um instrumento de análise que deve dar conta da intersubjetividade histórico-cultural intrínseca nos dados colhidos em redes sociais, num ambiente totalizador pela interface digital e pelo tronco da tecnologia como mecanismo de controle, dominação e poder. Que, com múltiplos espectros para análises sociais e culturais vai se constituindo como campo repleto de elementos políticos que estendem a história em um universo de aparências, conflitos, resistência e tensão de valores - nos ideais presentes sob perspectiva histórico-social, iluminados em telas onde embora digitalizados, demonstram que não superamos os mesmos desafios epistemológicos da era pré internet.

.....

*** André Toledo Porto Alves**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo, Brasil

*** Cláudia Pereira Ferraz**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

DESAFIOS PARA LA EDUCACION EN AMERICA LATINA: UNA PERSPECTIVA CRITICA AL DISCURSO PEDAGÓGICO, A LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA Y LAS REFORMAS DE LA EDUCACIÓN

*Jorge Leiva Cabanillas

En este trabajo intento ensayar una respuesta a algunas preguntas que se formulan quienes pretender innovar en pedagogía: ¿Por qué es tan difícil introducir cambios significativos en las formas de entender lo que significa enseñar y aprender? ¿Por qué en pedagogía perdura y se arraiga una y otra vez de que enseñar es escuchar y el conocimiento es lo que pone el texto y se repite en el examen? (Cuban,1993) Plantearé que los procesos pedagógicos en nuestro continente deben enfrentar desafíos a los cuales deben responder, ya que al no hacerlo perpetuarán las características y resultados que estos muestran hoy y que hacen que la educación sea percibida como en un estado crítico.

Abordare cuatro desafíos mayores:

- 1.- Enfrentar el desafío de los cambio de paradigmas en las ciencias cognitivas o ciencias del conocimiento y su repercusión en los modelos pedagógicos.
- 2.-Un desafío mayor es hacerse cargo del proceso de globalización de la sociedad mundial: como se articulan procesos macro sociales con procesos micro sociales en el diseño de los curriculum escolares
- 3.-El desafío que plantea la tecnología: ¿permiten los sistemas educativos acercar la “cultura pesada” de la escuela y los valores de la industria de los mass media, (tv, chats, videos juegos, videos clips?) ¿Es esto necesario?
- 4.- El desafío de construir un tipo de liderazgo pedagógico que integre y responda a lo anterior y que facilite el rediseño de la organización escolar para responder a las nuevas demandas.

El énfasis en este trabajo estará puesto en el desafío de los cambio de paradigmas en las ciencias cognitivas o ciencias del conocimiento y su repercusión en los modelos pedagógicos. Esto por tratarse un problema epistemológico que es estratégico para abordar los otros desafíos.

Desarrollare la perspectiva de que para responder a las preguntas que quedaron planteadas al inicio de este resumen, se requiere atender a los cambios de paradigma en la ciencia y adoptar una posición metateórica para pensar una nueva pedagogía. Pretendo hacer una modesta contribución al debate ontológico y epistemológico que subyace a la construcción de teorías y metodologías en el campo de la pedagogía. Esto necesariamente me llevará a plantear un cuestionamiento al discurso dominante en las ciencias pedagógicas. En ciencia el discurso es un concepto central que refiere a

lo que puede ser dicho y pensado en el ámbito de interés de una disciplina. Pienso que la crisis del paradigma dominante en la ciencia, que es el que domina en la pedagogía, es el resultado de la influencia que ejercen en ese campo y en la forma de adquirir el conocimiento la convergencia del desarrollo de estadios discretos, simultáneos y paralelos en la evolución del pensamiento científico..

En este trabajo propongo que se consideren la influencia que ejercen en el campo de las ciencias del conocimiento esta convergencia. Sostengo que vivimos uno de esos momentos históricos debido al encuentro o convergencia de dos grandes cambios paradigmáticos. En el campo de la filosofía del lenguaje el llamado “giro lingüístico” y en el campo de las ciencias biológicas el llamado “giro ontológico de la modernidad”. La observación de núcleo duro de la ciencia y en la forma que se abordan en este trabajo muestra su carácter convergente.

Esto exige a la pedagogía un replanteo meta-teórico para pasar del foco en los procesos de enseñanza a los procesos de aprendizaje. La centralidad debe estar en el sujeto cognoscente.

Este trabajo es una reflexión metateórica que es parte de una propuesta metodológica en que se articula, alineando una perspectiva metateórica, teórica y metodológica en un Modelo de Formación Acción. Este Modelo ha sido aplicado con éxito en intervenciones organizacionales y en procesos formativos de post título en instancias académicas.

Para iniciar una respuesta a estas interrogantes parto por plantear en este trabajo que, según mi perspectiva, el fenómeno pedagógico se produce en el espacio relacional entre el profesor y el alumno. Desde ahí fácticamente deben partir las transformaciones para mejorar los procesos de aprendizaje y la calidad de la educación. A este núcleo pedagógico básico hay que agregar los contenidos del aprendizaje: el currículo. Cambios en alguno de estos tres agentes no asegura por si solo una mejora en la calidad del aprendizaje.

Planteo que existen dos núcleos más, presentes en los procesos de aprendizaje, que actúan como núcleos de inteligibilidad epistemológica: el núcleo duro de la ciencia y el núcleo biológico. Un mejoramiento educativo efectivo pasa por un análisis crítico de estos núcleos de inteligibilidad.

Tanto, la presente reflexión como la propuesta de un modelo desde un encuadre de formación-acción, se inserta en el contexto de investigación socio educativo, entendido ésta como un planteamiento de transformación humana y social con una intencionalidad definida y llevada a la práctica con metodología participativa y grupal.

Hacernos cargo de la mirada que plantea esta presentación implica transformar el aula. Esto es, hacer del aula un espacio en que los que participan en ella, junto con sus desarrollos cognitivos, aprenden a convivir, a tomar decisiones reflexivamente y resolver conflictos con soluciones en las que todos ganan.

Implica abandonar la perspectiva homogenizadora del aprendizaje en la que todos aprenden lo mismo al mismo ritmo y son evaluados por igual. Una mirada que se hace cargo de los cambios de paradigma que afectan a la pedagogía se centra en el sentido del educar y buscan responder a la diversidad al considerar la autonomía biológica de los seres humanos y el carácter no instructivo de su relación con el medio.

Se trata de abandonar la concepción tradicional del aula como un espacio cerrado. Implica superar la visión que imperceptiblemente transforma este espacio de aprendizaje en un espacio en que se problematiza y complejiza el fenómeno humano del desarrollo en las fases infantil y juvenil, básicamente para responder a necesidades y demandas de los sistemas sociales y económicos vigentes. El aula como espacio abierto supone integrar en ella a todos los agentes comprometidos en los procesos de aprendizaje y asumir este como un proceso colaborativo, comunitario y social.

En el desarrollo de este trabajo he intentado mostrar que la acción educativa ha adquirido una complejidad en nuestro tiempo que requiere ampliar nuestros análisis. No es otra la pretensión de este escrito, por lo tanto, no es más que un intento por aportar al debate abierto hoy sobre los caminos a seguir, para apoyar a las generaciones futuras a encontrar respuestas para la adaptación a un mundo cada vez más complejo.

.....

*** Jorge Leiva Cabanillas**

Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación - PIIE. Santiago de Chile, Chile

Resumen de ponencia

DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA E LUGAR EPISTÊMICO NA TEORIA DA HISTÓRIA

*Ana Carolina Barbosa Pereira

O ponto de partida das reflexões que pretendo compartilhar é o reconhecimento de que no Brasil e em outros países do chamado Sul Global o modo como ensinamos e desenvolvemos pesquisa em teoria da História nos coloca em posição de consumidores(as) de uma bibliografia canônica produzida em alguns países do Norte Global, especialmente a França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Não quero com isso sugerir que devamos assumir uma postura de recusa imprudente, ou de rejeição irrefletida de um cânone. O que estou sugerindo é, em primeiro lugar, que o debate sobre a geopolítica da produção do conhecimento que há décadas tem sido desenvolvida entre cientistas sociais seja travado também entre teóricos(as) da História e historiadores(as) em geral. Em segundo lugar, quero sugerir a necessidade de extrapolar a categoria de lugar social, muito utilizada pelos(as) historiadores(as) para descrever as relações de poder nos bastidores da produção historiográfica, e de considerar a existência de um a priori epistêmico que o antecede, regula e condiciona. Por se tratar de um priori epistêmico, estamos diante de um fenômeno difícil de ser percebido. Contestá-lo pode, inclusive, parecer absurdo e até mesmo soar contra o “bom senso”. É através da naturalidade e “obviedade” deste a priori epistêmico que se funda e também se retroalimenta um conjunto de textos de leitura e citação obrigatórias. Além disso, esse a priori epistêmico também funciona como critério silencioso no ranqueamento das universidades, programas de pós-graduação e demais instituições de ensino e pesquisa, possibilitado por dispositivos de medição como as taxas de citação, contagem da produtividade acadêmica ou fator de impacto das revistas. (CONNELL, 2016)

Diferentes tradições intelectuais têm se ocupado desta temática no campo das teorias sociais e também da filosofia. Somam-se, por exemplo, os esforços de Syed Hussein Alatas e seu filho Syed Farid Alatas, pensadores envolvidos com os chamados estudos subalternos como é o caso de Dipesh Chakrabarty e outros autores pós-coloniais da Índia e do Caribe, filósofos críticos dos estudos africanistas, da filosofia da consciência e da etnofilosofia, como Paulin Houtondji, Achille Mbembe e Valetin Ives Mudimbe, pensadores(as) decoloniais como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Fidel Tubino, Yuderlys Espinosa, a australiana Raewyn Connell, dentre outros(as). O objetivo desta proposta é trazer para a teoria da História a discussão que autores(as) como os(as) supracitados(as) têm desenvolvido em outros campos da produção do conhecimento. A partir do diálogo com estas perspectivas e do rico instrumental teórico-conceitual que oferecem, concordo com a proposta de Raewyn Connell de considerar o processo de produção de conhecimento como uma dentre outras formas de trabalho. (CONNELL, 2011) Ao compreendê-lo desta forma podemos enxergar as relações de poder que o envolvem, notadamente as que têm origem na divisão social,

sexual e racial do trabalho.

Replicando, no plano da produção do conhecimento, a conhecida dinâmica das relações entre metrópole e colônia nos planos político e econômico, essa divisão é observável em cada etapa do processo da produção científica, desde a coleta de dados, passando pelo processamento teórico desses dados até a disseminação/aplicação dos seus resultados. (CONNELL, 2011) Essa dinâmica é condicionada por uma geopolítica do poder em que se criam e se aprofundam assimetrias entre centro e periferia.

Constatando que um dos efeitos de toda teorização e criatividade conceitual é a reificação de certas experiências sociais, Connell aponta para o fato de que as teorias produzidas pela metrópole tendem a reificar experiências sociais do Norte e projetá-las como toda experiência humana possível. É por meio do conceito de metrocentrismo que a autora caracteriza esse processo de universalização da experiência euro-americana e de consequente negligência ou até mesmo indiferença em relação às experiências sociais que infirmam esse universalismo. Desdobramento desta tendência, o metrocentrismo do Norte se projeta para as universidades do Sul, originando o que Syed Hussein Alatas (2000) denominou “mentalidade cativa”, isto é, um comportamento servidão intelectual em relação às autoridades intelectuais do Norte. (CONNELL, 2011)

Em resumo, apresento aqui o meu objetivo de trazer para a teoria da História um debate que há décadas tem sido feito por cientistas sociais na Ásia, na América Latina, na África e na Oceania. Me refiro ao debate sobre a divisão imperial do trabalho intelectual, segundo Connell, sobre o “imperialismo intelectual”, a “mentalidade cativa” e a “dependência acadêmica”, segundo Syed Hussein Alatas e Syed Farid Alatas, sobre a extroversão, segundo Paulin Hountondji, e sobre a colonialidade do saber, segundo Aníbal Quijano, Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Yuderkys Espinosa e outros(as) intelectuais latino-americanos(as).

A minha posição é a de considerar a confluência destes conceitos como critério de legitimidade para uma postura de desobediência epistêmica. Em outras palavras, o fato de autores(as) de diferentes partes do globo, localizados(as) fora da Euro-América, terem desenvolvido conceitos diferentes para nomear um mesmo conjunto de fenômenos é a maior expressão das assimetrias entre o Norte e o Sul neste processo de produção e difusão do conhecimento.

No caso específico da teoria da História essas assimetrias ficam explícitas quando dimensionados o alcance de algumas abordagens contemporâneas do tempo histórico. Associadas, por exemplo, a nomes como Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen e François Hartog essas teorias têm sido mobilizadas por intelectuais em todo o mundo.

Conceitos como “tempo histórico”, “consciência histórica” e “regimes de historicidade” como num passe de mágica converteram-se em instrumento de reflexão aplicável a todas as tradições, inclusive as não ocidentais. Afinal, também neste campo nos habituamos a consumir referenciais teóricos euro-americanos numa relação de servilismo acadêmico. Também por aqui fomos formados(as) e seguimos formando para receber instruções das instituições euro-americanas, assim como reproduzimos agendas de pesquisa norte-globais, aplicando estas referências teóricas à nossa realidade. Enfim, também por aqui seguimos fornecendo dados e consumindo modelos teóricos.

.....

*** Ana Carolina Barbosa Pereira**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA UFBA. SALVADOR, Brasil

Resumen de ponencia

DISCUTIR LOS CONCEPTOS DE LA RESISTENCIA: UNA PROPUESTA DE DIÁLOGO ENTRE LA PSICOLOGÍA COMUNITARIA Y LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR

*Rodrigo Rojas Ávila

El proyecto de trabajo que quisiera realizar responde a una motivación disciplinar por reactualizar el diálogo y la creación conceptual por parte de la psicología comunitaria, en la que me desempeño, con el lenguaje y saberes producidos por los movimientos sociales actuales. La psicología comunitaria puede ser comprendida como un programa desarrollado por distintos grupos de psicólogos que, en diversos contextos, abogaron por una ampliación en la comprensión de las problemáticas asumidas como “psicológicas” y propusieron nuevas formas de relacionarse con los sujetos y comunidades con quienes trabajaban, en pos de impulsar transformaciones en sus condiciones de vida.

Cercana a los movimientos y luchas sociales, la psicología comunitaria latinoamericana emerge en la década de 1960 como un campo de teoría y praxis, disciplinario y transdisciplinario, que pretendió contribuir y transformar las condiciones de opresión y pobreza de grupos subalternos, a partir de un ejercicio profesional y el desarrollo de investigación asociada a su práctica.

La psicología comunitaria latinoamericana se ha caracterizado por ser disciplina autorreflexiva, que asume las tensiones inherentes a su propuesta teórica práctica. Se trata de una disciplina problematizadora de los contextos sociohistóricos estructurales, centrada en el fortalecimiento de comunidades locales y basada en el respeto de los saberes populares, pero que encuentra hoy sus espacios de crecimiento en las instituciones universitarias y gubernamentales, usualmente tecnificadas, centradas en el desarrollo y con un carácter anglo y eurocéntrico. La psicología comunitaria asume estas contradicciones de manera reflexiva, vigilante de sus prácticas, con espacio de crítica interna permanente desde sus orígenes.

Esto ha implicado un cuestionamiento permanente acerca de sus metodologías, su relación con las comunidades, las instituciones, la lógica de su trabajo, el impacto en la sociedad y la relación entre teoría y práctica (ver, por ejemplo, Wiesenfeld 2014; Berroeta 2014; Flores 2014). En particular, este último punto implica la pregunta acerca del rendimiento de sus desarrollos conceptuales e, incluso, del uso de metáforas asociadas a la intervención comunitaria (como muestra Martínez, 2014). Siguiendo las ideas de Deleuze & Guattari (1991/2009), los conceptos remiten a un problema o a una encrucijada de problemas que cada autor identifica de manera original, con un enfoque novedoso. Esta propuesta sobre la naturaleza y función de los conceptos que resalta su valor crítico para producir nuevos problemas, ir contra su tiempo y abrir las posibilidades de pensar. Los conceptos cumplen una función disruptiva, que desafía la estabilidad propia del conocimiento, al menos la comprensión acumulativa que se puede tener de éste. Los conceptos resultan

necesarios para pensar, problematizar (Montero, 2006), desmontar la “naturalización de lo social” (Lechner 2002/2006) y tomar conciencia de las condiciones de vida para transformarla, como proponía Freire (1970) y Martín Baró (1980). Solo luego de cumplir este rol desestabilizador esos conceptos pueden abrir caminos que permitan generar conocimientos (y metodologías) orientados a esas transformaciones.

Al afirmar esta idea, resulta muy interesante retomar el diagnóstico planteado por Boaventura de Sousa Santos (2011) en relación a cómo la teoría crítica (asociada a la lucha y la transformación social) ha perdido fuerza en términos de plantear conceptos (sustantivos) y solo ha podido, en el mejor de los casos, agregar algo (adjetivos) a las nociones hegemónicas para intentar contrarrestar su dominio. El problema, para Santos, se intensifica ya que son los sustantivos, los conceptos, quienes marcan los límites de la legibilidad, inteligibilidad y legitimidad de los debates sociales.

Este diagnóstico parece comulgar con lo que pasa en actualmente con algunos de los conceptos más caros a la psicología comunitaria. Al respecto, el psicólogo argentino Saúl Fucks advierte sobre los usos de la noción de “empoderamiento”, tan presente en políticas sociales, donde es posible “demarcar una nítida línea divisoria entre las propuestas coherentes y aquellas otras en las que se trata de una mera consigna, un aspecto de la creciente naturalización del término, un recurso demagógico o una manera de conseguir alianzas necesarias” (Fucks 2007: 21-22)

Algo similar parece suceder con la noción de participación, aunque esta ha sido problematizada desde mucho tiempo atrás. Por ejemplo, las clásicas distinciones de Sherry Arstein (1969) y los trabajos que la sucedieron (Guillen, Sáenz, Badii & Castillo 2009 ofrecen una buena recopilación) intentaron determinar niveles de participación distinguibles cualitativamente. De forma más actual, Euclides Sánchez (2011) y Ana Gloria Ferrullo (2006) ha intentado seguir la pista y resignificar la noción de participación de forma más propia para la psicología comunitaria.

A estas dificultades se puede agregar el hecho de que conceptos que reconocían e impulsaban la fuerza de grupos subalternos han sido cooptados por instituciones estatales e incluso por el mundo empresarial (participación, comunitario, responsabilidad social, empoderamiento), perdiendo con ello parte de su resonancia con los mundos populares. En este sentido también se puede destacar la influencia “desarrollista” (Rozas 2014) de las grandes agencias transnacionales (FMI, Banco Mundial, entre otros) que marcan la pauta de políticas estatales y para algunas ONGs, tanto en términos de su financiamiento pero también del “lenguaje” para definir los problemas sociales y sus soluciones. En un último nivel, pero que no deja de ser llamativo, es posible observar como ciertas nociones críticas se han banalizado hasta el extremo de perder su compromiso intelectual y ser adoptados, vacíos de todo significado, como clichés por distintos grupos sociales.

En este escenario, pareciera pertinente el diagnóstico de Santos (2011) sobre la pérdida de conceptos que permitan acompañar proyectos alternativos de construcción social. Nuestros conceptos deben denunciar, deben plantear alternativas contrahegemónicas al modelo capitalista, patriarcal, colonial y racista que domina nuestras sociedades. Precisamos que nuestros conceptos permitan problematizar la realidad, pero que también tengan un componente normativo (que nos permita juzgar el mundo en que vivimos) en función de un proyecto concreto que nos motive a ir adelante en esas transformaciones.

En este sentido, propongo intensificar los diálogos de la psicología comunitaria con los

aportes de los movimientos feministas, afrodescendientes, indígenas, migrantes, juveniles, contraculturales, migrantes, queer, ecologistas, así como con sus desarrollos de conocimiento, en su diversidad de regímenes: discursivos, expresivos, performáticos. Así también, reconocer la agencia de movimientos sociales que han subvertido ciertos conceptos hegemónicos para usarlos de forma contrahegemónica (Santos 2013) y que nos invitan a comprender, de nuevas formas, nuestros viejos conceptos.

Se trata, en suma de preguntarnos ¿Cómo nos hacemos cargo de las nuevas lecturas de la realidad y los proyectos de transformación social de los movimientos sociales que hoy luchan contra el capitalismo, el patriarcado y el colonialismo? ¿Qué desafíos enfrentamos, a nivel conceptual, para realizar una lectura crítica de las condiciones y fenómenos actuales de opresión? ¿Cuáles son las limitaciones de nuestro andamiaje conceptual? En síntesis ¿Qué creaciones conceptuales son necesarias para realizar el proyecto transformador y contrahegemónico que propone la psicología comunitaria en las luchas actuales?

.....

*** Rodrigo Rojas Ávila**

Departamento de Investigación y Postgrados. Universidad Academia de Humanismo Cristiano - DIP-UAHC. Comuna de Providencia, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

DIZER A SUA PALAVRA: REFLEXÕES POR UMA PRÁXIS DECOLONIAL

*Camila Loureiro

*Thiago Pereira

Nas últimas décadas, vimos uma série de esforços que buscam as origens de uma teoria crítica latinoamericana, que não negue o conhecimento produzido no norte global, mas parte de parâmetros e epistemologias próprias para pensar os sujeitos no e com o mundo. Destes estudos, compreendemos que a “colonialidade”, enquanto categoria política, social e epistêmica, está presente na construção da mente e do imaginário latino-americano.

O presente trabalho - que compõe parte de pesquisa de mestrado, ainda em andamento - se propõe a pensar o desenvolvimento de uma práxis decolonial, utilizando como objeto de análise o pensador Paulo Freire. Para tanto, nos valeremos de análise bibliográfica dos estudos decoloniais do Grupo Modernidade/ Colonialidade (M/ C), que busca pensar uma ruptura com paradigmas coloniais, além de pensar a epistemologia construída na obra do filósofo brasileiro Paulo Freire como uma aposta de desobediência contra-hegemônica. Para tanto, iremos investigar brevemente as diferentes dimensões de introjeção da colonialidade na sociedade latino-americana, bem como observar o conceito freiriano de “Dizer a Sua palavra” como proposta de insurgência política e epistêmica.

Ao problematizar as formas de dominação colonial e a construção da colonialidade, Mignolo (2003) aponta três dimensões principais de reprodução da colonialidade, são elas: (a) colonialidade do poder; (b) colonialidade do ser; (c) colonialidade do saber. Ainda que brevemente, investigaremos cada uma das categorias trazidas pelo Grupo Modernidade/ Colonialidade. A colonialidade do poder, segundo Aníbal Quijano (2000), carrega consigo uma rede complexa e entrelaçada, de continuidade de formas diversas de dominação colonial, mesmo após o fim das administrações coloniais. Essa categoria prevê algumas estruturas de controle, seja na economia, na autoridade, na natureza e nos recursos naturais, no gênero e na sexualidade, na subjetividade e no conhecimento. Já a colonialidade do ser, conceito apresentado por Maldonado-Torres (2008), aponta as diversas interfaces de construção político-social carregadas de parâmetros eurocentrado ou. Na perspectiva decolonial, não se trata da substituição de tais perspectivas para paradigmas latino-americanocentrado, mas sim a construção de “paradigmas outros”, de novas formas de o indivíduo se perceber no e com o mundo, que respeite as experiências de agentes locais.

A terceira categoria, a colonialidade do saber se dá na própria concepção da compreensão de saber, a partir de categorias científicas eurocêntricas. A autora indiana Shiva (2003) problematiza que a construção do saber dominante é, essencialmente, ocidental e ocidentalizante, quando afirma que “[...] os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores” (SHIVA, 2003, p. 21). A autora

constrói a analogia entre as monoculturas do agronegócio, e a falta de aceitação da diversidade de formas de construção do conhecimento em diferentes locais do mundo, desenvolvendo o conceito de monoculturas da mente. Diferentemente da modernidade, a colonialidade não é um ponto de chegada, mas sim o ponto de partida da análise decolonial (MIGNOLO, 2003, p.17).

Sendo assim, para realizar uma aproximação entre a base conceitual do Grupo M/ C e a epistemologia do educador brasileiro Paulo Freire, a partir do conceito de “Dizer a Sua Palavra” evidenciando a emergência da construção de uma práxis decolonial. Em “Pedagogia do oprimido” (1970) Freire situa sua obra em perspectiva marxista, buscando a denúncia da opressão e a busca de possíveis enfrentamentos a este quadro. Ainda que não fale no conceito de colonialidade, o autor reconhece que a dominação tem raízes que são produzidas pela dimensão infraestrutural, mas vão além, em direção à esfera superestrutural. Nesta mesma obra o autor propõe o conceito de “Dizer a Sua Palavra”, como anúncio das possibilidades de ação frente ao cenário posto. Freire, ao posicionar-se politicamente, assume pressupostos epistemológicos e metodológicos que valorizam a palavra, entendida como parte essencial do processo de humanização. Sua aposta no diálogo marca a coerência de seus pressupostos antropológicos, pois é através da palavra que nos reconhecemos como seres políticos.

Segundo Freire, “Dizer a Sua palavra” não é apenas o ato da fala, mas de ser agente do processo histórico e por ele ser feito e refeito constantemente. Nessa perspectiva, “Dizer a Sua palavra” não é repetir palavra qualquer, principalmente, não é dizer a palavra hegemônica, mas um ato consciente e político de desobediência e objeção ao silenciamento provocado pela colonialidade. Em “Educação como prática da liberdade” (1976) o autor problematiza o pronunciamento do que entende por palavra “verdadeira”, que é constituída das dimensões da ação e a reflexão (práxis), assim, a própria palavra “verdadeira” implica na transformação do mundo. Entendemos que aos grupos subalternizados (as)/ colonizados (as)/ oprimidos (as) são negados do direito de “Dizer a Sua palavra”, nesse sentido a crítica decolonial é relevante, quando questiona a invisibilização das produções e formas de conhecimento produzidos em espaços coloniais.

Perceber Freire como um autor decolonial é relevante ao buscarmos as origens da própria teoria crítica latino-americana. Uma vez que “Dizer a Sua palavra”, significa pensar epistemologias divergentes do pensamento hegemônico, uma práxis que demarca resistência e transgressão, onde expressar-se, “Dizer a Sua palavra” (e não a palavra dos outros), é uma ação de autoafirmação e ruptura intelectual. Assim, consideramos que a intervenção deste conceito passa a ser um ato de desobediência epistêmica e de humanização dos corpos e mentes dos (das) subalternizados (as)/ colonizados (as)/ oprimidos (as).

Referências

ANDREOLA, Balduino Antonio. A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre. Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [29], p. 45 - 72, julho/dezembro 2007.

BALLESTRIM, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciências Política, n. 11. vol. 1, p. 89-117, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da

“invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 85-95, 2005.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer sua palavra (prefácio). In: FREIRE, Paulo.

Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 05-11, 1970.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Educação como prática para a liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MIGNOLO, Walter. Historias locales/ disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

_____. El pensamiento decolonial: desprendimiento e apertura. In. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Santiago Castro-Gómez; Ramón Grosfoguel (Org.). Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 25- 46, 2007.

NETO, João Colares de Mota. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial na América Latina. Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED, GT 06 Educação Popular, São Luís, MA, 2017. Disponível em: . Acesso em 30 novembro de 2017.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

.....

* Camila Loureiro

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Erechim, Brasil

* Thiago Pereira

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Erechim, Brasil

Resumen de ponencia

ECOLOGIAS FEMINISTAS DE SABERES: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAI A DESCOLONIZAÇÃO DE MULHERES E HOMENS DO SUL

*Ana Célia De Sousa Santos

*Claúdia Carvalho

*Natalia Sánchez Corrales

Neste painel discutiremos como a crítica feminista pós-colonial contribui para a emancipação de mulheres e homens a partir da construção das Ecologias Feministas de Saberes que pretente nos tornar capazes de pensar, sentir e agir (des) construindo conhecimentos e práticas que são insubmissas/os a um único saber. Baseia-se na relação entre feminismos, educação, direitos humanos e na ideia da paz como instrumento que liberta e emancipa. Desse modo, os movimentos de mulheres e feministas, em várias partes do mundo, tem trazido experiências e narrativas de resistências construídas em vários contextos de aprendizagem e de construção do conhecimento que traduzem a necessidade de se reinventar a relação entre as pessoas e destas com o mundo e a natureza. Entendemos que o feminismo e a educação são ferramentas importante no processo de construção de uma nova forma de ver a realidade e as pessoas. As relações de gênero e, especificamente, a condição de desumanidade e violência com que vem sendo tratada as mulheres em todo o mundo, tem sido um desafio para os Estudos Feministas, seja qual for o modo de olhar essas relações. De alguma forma, temos sempre um jeito de ver, definir e categorizar o que produzimos tanto em teoria quanto na prática. Estes estudos têm feito reflexões sobre como nos tornamos “mulheres” e “homens” e sobre a forma como incorporamos diferentes olhares em nossos corpos, mentes e afetos. Questionam, ainda, os conhecimentos nortecêntricos que dominaram/dominam a Ciência moderna e pós-moderna até os dias atuais. Assim, a crítica feminista pós-colonial à produção do conhecimento eurocentrada pode contribuir para a construção de um conceito ampliado e não-sexista de educação. Propomos apresentar experiências de estudos e pesquisas desenvolvidas por mulheres feministas, militantes, pesquisadoras e profissionais que se preocupam com a construção de um outro mundo possível no qual o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo não sejam a mola mestra das relações. Assim, destacaremos a Educação Popular como uma experiência que valoriza a produção coletiva do conhecimento, a participação ativa de todos/as no processo, resultando no protagonismo em torno da transformação da realidade, da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”/Brasil (Freire, 2005). Apresentaremos uma cartografia feminista da educação pela paz na Colômbia, com o intuito de discutir os diferentes processos de sua implantação e seus efeitos sobre a população. Assim, também, se analisará a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH - Equador), que trata de casos emblemáticos em torno do feminicídio/femicídio, com a finalidade de visibilizar o discurso judicial do mais alto

tribunal de direitos humanos e determinar como um discurso comprometido pode influenciar a emancipação e/o gerar resistências às violências patriarcais e e contra as mulheres. E, por fim, pretendemos numa cartografia feminista das Linhas Abissais, a partir das experiências de mulheres reclusas e carcereiras do Mato Grosso, Brasil, discutir tendo como base a sociologia das ausências, como a militarização, o uso da força bélica, utilizado como processo ordinário de saber-poder, reconfigura e converte o espaço-tempo prisional na desumanização do feminino; e, por outro lado, numa sociologia das emergências, apresentar como essas mulheres, ainda que, apesar das violências inscritas nas instituições e cultura carcerária, movem, corrompem, subvertem as Linhas Abissais, ao demonstrarem-se autoras de um pensamento pós-abissal caminhando sobre a linha e reivindicando justiça social e cognitiva. Assim, o modo como nos tornamos “mulheres” e “homens” diz muito sobre como uma sociedade está organizada e sobre como pensa a educação e educa seus seres humanos, que as vezes se tornam não-humanos porque violentam, oprimem e subjagam as capacidades individuais e coletivas que nos fazem sentir ou não pertencentes a essa mesma sociedade. Historicamente, através de uma educação colonial, capitalista e patriarcal fomos levados a construir uma imagem diferenciada das relações, da natureza, da economia, do trabalho e até mesmo da educação. Isto nos levou/leva a sermos “mulheres” e “homens” com resquícios machistas e homofóbicos, porque o colonialismo, seja na sua forma política ou epistêmica, continua a agir como se os corpos das “mulheres” e dos “homens”, tal como a terra e os continentes, fossem espaços e subjetividades vazios que podem ser alienados, ocupados e explorados (CUNHA, 2017). Acreditamos que reconstruir as relações através da Educação Popular porque esta ao fazer-se, faz seu próprio caminhar e, como assegura Freire, “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Ao caminhar, pode-se encontrar no caminho o que tanto se deseja e, nesse caso, “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” do caminhar (FREIRE, 1997; 2000).

.....

*** Ana Célia De Sousa Santos**

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá - SMEC. Cuiabá, Brasil

*** Cláudia Carvalho**

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá - SMEC. Cuiabá, Brasil

*** Natalia Sánchez Corrales**

Universidad de La Salle - UNISALLE. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

ÉDOUARD GLISSANT: PENSAR NA ILHA, SER O ARQUIPÉLAGO

*Susan De Oliveira

Édouard Glissant (1928-2011), escritor e ensaísta martinicano, fundamentou seu pensamento e suas teses através de um percurso extensivo que ultrapassa a insularidade da Martinica e se define pela relação da Ilha com o Arquipélago caribenho das Antilhas que ele chamou de Antilhanidade na sua obra principal “El Discurso Antillano”, publicado pela primeira vez, em francês, no ano de 1981 e, finalmente, publicado em espanhol, em 2010, pela Casa de las Américas, tendo assim uma maior difusão no espaço latino-americano. O conceito de Antilhanidade define o arquipélago como uma episteme primordial para a elaboração da pós-colonialidade desde a produção cultural constitutiva da experiência colonial afro-caribenha onde elementos como a criouliização cultural e linguística que dela derivam servem também de aporte para a compreensão do legado civilizatório da diáspora africana nas Américas ou Neo-América - tendo exatamente como porta de entrada as Ilhas do Caribe, conhecidas também como Caraíbas devido à presença desta etnia indígena nos primórdios da colonização europeia na América Central. Assim, tão importante quanto o conceito de Atlântico Negro (Paul Gilroy) como topos da história negra colonial é a percepção do arquipélago como locus de pensamento, ou seja, como fundante de um pensar em constante deriva identitária, sob a memória do degredo, das perdas, da violência e da tentativa de tornar território próprio a plantation que é a continuidade do navio negreiro, mas também o lugar em que a possibilidade de fuga constituiu-se como valor inerente ao ethos da criouliização cultural, da marronagem e da quilombagem entre os negros africanos nas Américas. No espaço da plantation, como paisagem cultural compósita, coube aos africanos e seus descendentes usarem a língua crioula como dispositivo de sobrevivência onde a errância e o inacabamento a caracterizam não como afirmação essencialista da origem, do retorno ou da demarcação étnica. A plantation é o ventre da cultura compósita e a criouliização que nela se produziu, a partir do desapossamento das origens e das línguas dos africanos escravizados, é o primeiro elemento constitutivo da feitura de uma nova humanidade nas Américas. Importa dizer que a criouliização para Glissant não se confunde com a mestiçagem, ou seja, não se define pela racialidade das relações em sua formulação biológica. Como elemento fundante da episteme que refunda a ilha da plantation na ideia do arquipélago, a criouliização no Caribe define valores civilizacionais que, segundo Glissant, abrangem também toda a América Central incluindo o nordeste brasileiro e o sul dos EUA. Entretanto, Glissant diz que não há fronteiras entre a Meso-América, a Euro-América e a Neo-América pois não se trata da mera cartografia dos espaços, mas da sua geografia profunda, da paisagem “irrué” produzida pelos movimentos de populações e de culturas. O fenômeno da criouliização da Neo-América se caracteriza por receber e oferecer influências às outras Américas ao mesmo tempo em que nela,

diz Glissant, “é a África que prevalece”. Das práticas na plantation que tornam a paisagem natural uma expressão humana surgiu o neologismo “irrué” para expressar a um só tempo a irrupção e a erosão do real no ato do cultivo e da sua contemplação. A partir deste escopo, este trabalho se propõe a refletir sobre a episteme do arquipélago de Édouard Glissant, descrevendo e analisando a plantation como experiência que possibilita sair da insularidade e entender fenômenos a crioulação das línguas e culturas, a marronagem e a quilombagem não como características do “espaço fechado” mas como criação do “espaço aberto”, ou seja, como experiências fundamentais ao “pensamento arquipélago”. Pensar na ilha e ser o arquipélago - como parte do arquipélago - é o que faz do legado de Glissant um campo epistêmico e, portanto, abordá-lo supõe também que ele esteja inscrito na própria escrita de Glissant. Assim, veremos que a escrita ensaística de Glissant é expressão de um método que ele define por conceitos de evasão como “rastros”, “resíduos”, “desvios” e “rizoma” que apontam para uma ética de estar no mundo e uma poética que se desprende e institui a “Relação” com “Todo o Mundo”. O pensamento que se funda sob a visão do arquipélago e no espaço da crioulação é mais do que resultado ² efeito ² da plantation: é a prefiguração de uma nova consciência do mundo que se torna possível face ao desmoronamento das fronteiras.

.....

* Susan De Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

EL ARTE COMO HERRAMIENTA DE TRANSFORMACIÓN. FORTALECIMIENTO DE LAS PRÁCTICAS SOCIO- EDUCATIVAS EN LA ESCUELA POPULAR DE ARTES.

*Paulina Alejandra Mora Lara

Esta ponencia presenta la revisión de una experiencia socio-educativa de formación artística-musical en contextos de pobreza, el cual busca identificar las brechas existentes entre la propuesta socio-educativa transformadora y las prácticas actuales de la Escuela Popular de Artes. Con el propósito de diseñar propuesta de estrategias de fortalecimiento de las prácticas institucionales, pedagógico-curriculares y socio-comunitarias que permita alinearlas al proyecto socio-educativo de la Escuela. Para ello, se utilizó una metodología cualitativa de estudio de caso único con enfoque etnográfico, considerando para su análisis, tanto elementos en el ámbito educativo como artístico y musical, bajo los enfoques de la Educación Popular, las categorías expuestas por Grundy basada en la teoría de los «intereses constitutivos del conocimiento» de Habermas, y elementos del arte como transformación en el contexto latinoamericano.

En ese sentido, diversas experiencias demuestran el potencial del arte como herramienta de intervención y acción socioeducativa en contextos de pobreza (Mundet, Beltrán y Moreno, 2015; Elisondo, Donolo y Rinaudo, 2012; Cabedo, 2014; Barragán y Moreno, 2004; Holguín y Shifres, 2015), donde la enseñanza del arte se ha utilizado en proyectos pedagógicos políticos, especialmente los dedicados a la promoción de los derechos fundamentales de los niños y adolescentes en situación de pobreza (Carvalho, 2005).

Una de ellas es la Escuela Popular de Artes (EPA), una experiencia socio-educativa ubicada en el sector de Villa Independencia en la comuna de Viña del Mar, lugar de alta presencia de tomas de terreno, con familias en situación de pobreza y con carencias de oportunidades para el desarrollo artístico y cultural, cuya oferta formativa de los últimos años se ha centrado principalmente en la formación musical. Es una organización no gubernamental que no cuenta con aportes del Estado para su funcionamiento, definida como un proyecto artístico, social y comunitario de tipo educativo, que tiene como propósito acercar la música y otras expresiones artísticas a los niños, niñas y jóvenes de sectores populares, aportando a una mayor justicia social e integración, y así promover una transformación cultural y social, mediante el desarrollo de destrezas artísticas.

La EPA desde su ideario considera a la comunidad como actor social y constructor de su propia realidad, con un fuerte énfasis práctico, relacionado concretamente con las prácticas sociales y políticas, y con un compromiso con el cambio social (Montero, 2004).

El carácter socio-histórico de la EPA y su compromiso por la transformación de identidades y la apuesta por generar espacios de transformación social, se sustenta en

una definición del arte desde la integralidad, el cual el Manifiesto por un arte revolucionario independiente lo explicita bastante bien, entendiendo que el verdadero arte, es aquel que no se satisface con las variaciones sobre modelos establecidos, sino que se esfuerza por expresar las necesidades íntimas del hombre y de la humanidad actuales, no puede dejar de ser revolucionario, es decir, no puede sino aspirar a una reconstrucción completa y radical de la sociedad, aunque sólo sea para liberar la creación intelectual de las cadenas que la atan y permitir a la humanidad entera elevarse a las alturas que sólo genios solitarios habían alcanzado en el pasado (2) (2) únicamente una revolución social puede abrir el camino a una nueva cultura (Breton, Trotsky y Rivera, 1938)

En ese sentido, la acción socio-educativa de la EPA se centra en principios de integración, fomento a la creatividad y acción socio-comunitaria, situados en un contexto local-territorial. Asimismo, desde sus inicios la EPA ha identificado como relevante la incorporación de lo latinoamericano como eje esencial en su proceso formativo.

Una de las experiencias importantes en esta línea, es el trabajo que viene realizando el Fórum Latinoamericano de Educación Musical FLADEM, institución autónoma e independiente que reúne educadores musicales de dieciocho países de Latinoamérica, que busca el fortalecimiento de la educación musical latinoamericana y el desarrollo de propuestas pedagógico musicales en sintonía con las realidades de los países, bajo una idea de educación musical al servicio de la integración sociocultural y la solidaridad, siendo portadora de elementos fundamentales de la cultura de los diferentes pueblos latinoamericanos, lo que se hace prioritario en la formación de identidades locales y con ello la consolidación de la propia identidad latinoamericana (Alencar, 2012).

En ese sentido la EPA comparte estas ideas, las cuales ha buscado fortalecer en sus 21 años de historia, permitiendo resignificar y repensar continuamente las propias prácticas a lo largo de su historia. Lo que ha significado instalar un proceso reflexivo-crítico en la construcción del proyecto, asumiendo, como lo plantea Freire, que el educador o la educadora críticos, exigentes, coherentes, en ejercicio de su reflexión sobre la práctica educativa o en el ejercicio de la propia práctica, siempre la entienden en su totalidad (Freire, 1993).

La EPA durante el año 2014, comenzó a gestar un trabajo de que permitió identificar falencias y necesidades en el ámbito pedagógico. En el 2015, con este pre-diagnóstico de base se comenzaron a realizar acciones orientadas a fortalecer el proyecto socio-educativo, tal como, la membresía a la Corporación de Orquestas Latinoamericanas de Chile (COLCHI), el desarrollo de una orquesta latinoamericana, a cargo de Félix Cárdenas, el fundador de la Orquesta Andina, la construcción de un montaje interdisciplinario que buscó hacer dialogar las artes escénicas con las musicales para enriquecer la formación de sus estudiantes, y el desarrollo de un proyecto de re-estructuración de la malla curricular, que contemplara los intereses y expectativas de los actores, el componente socio-comunitario como eje trasversal y uno crítico como propósito formativo.

Con este último proyecto surgió la necesidad de re-pensar la propia práctica y con ello resolver ésta problemática entre lo que queremos y lo que realmente estamos haciendo. En ese sentido, Luis Bustos plantea bastante bien esta problemática, el cual indica que: Es fácil expresar que la educación debe tomar en cuenta los intereses y

necesidades de los educandos; que la sabiduría popular debe entrar en contacto y síntesis con el saber autorizado; que los procesos educativos deben partir de los conocimientos y experiencias de las personas; que deben respetar la cultura popular, etc. Pero ¿cómo se hace todo eso...? (Bustos, 1996).

Considerando aquella interrogante y tratando de resolver esta gran contradicción entre lo que se sabe, se expresa y lo que realmente se hace, se apostó a la realización un trabajo reflexivo con la comunidad educativa, en su lógica de “democratizar el poder” (Freire, 1993), en torno a sus procesos formativos relacionados con la enseñanza de la música y cómo la escuela orienta el quehacer en los distintos espacios contemplados para el desarrollo musical y social de sus alumnos. Esto condujo a plantearse la necesidad de revisar estas prácticas, redefinir los lineamientos que permitan enlazar el proyecto educativo con el quehacer de la institución.

.....

* Paulina Alejandra Mora Lara

Universidad de Valparaíso UV. Valparaíso, Chile

Resumen de ponencia

EL CONFIGURACIONISMO LATINOAMERICANO COMO VÍA PARA “DEFETICHIZAR” MÉTODOS Y CONCEPTOS EN LA INVESTIGACIÓN SOCIAL

*Gabriel Liceaga

*Manuel Cuervo

*Paula D'Amico

En el campo de las ciencias sociales las discusiones en torno al método y la metodología constituyen una preocupación central, en especial debido a los siempre renovados esfuerzos por diferenciarse de las ciencias físico-naturales. Casi sin lugar a equívocos podríamos decir que cualquier estudio se dirime entre dos aproximaciones en apariencia contradictorias u opuestas: lo cuantitativo, propio del método hipotético deductivo y, lo cualitativo, más adecuado para los enfoques hermenéuticos. Así, las cuestiones en torno al método consumen buena parte de las energías investigativas, propiciando, en ocasiones, su fetichización y relegando a un segundo plano las concepciones sobre la realidad social y la epistemología, aspectos centrales de toda investigación. En contraste a usos muchas veces dicotómicos entre ambas aproximaciones, el configuracionismo latinoamericano emerge como una vía alternativa, en tanto ubica el binomio cuali-cuanti en relación a la batería de técnicas disponibles para el investigador y no como paradigmas de investigación en sí mismos, descartando con ello la idea de objetos de conocimiento también en sí mismos cuantitativos o cualitativos. En consecuencia, la primacía recae sobre las reflexiones en torno los objetos que investigamos y las preguntas que intentamos responder como científicos sociales, antes que a las cuestiones técnico-metodológicas.

Esta propuesta es desarrollada, principalmente, por el sociólogo mexicano Enrique de la Garza Toledo, y se nutre de aportes provenientes de lo que el autor denomina “marxismo del sujeto-objeto” (Marx, Gramsci, Adorno, Thompson) y, del concepto de descripción articulada, postulado por el sociólogo chileno Hugo Zemelman. En continuidad crítica con estos enfoques, el configuracionismo apunta a dar cuenta de las múltiples dimensiones involucradas en la construcción de los objetos de investigación (tanto empíricos como teóricos). En relación a los objetos empíricos, no se privilegia el análisis excluyente de las causas objetivas, los motivos de la acción o la construcción de significados, sino la manera particular en que juegan en un fenómeno concreto las estructuras, la subjetividad y las interacciones. Lo real (el objeto de conocimiento como la particular conjunción entre sujeto-objeto) condensa, o en estricto sentido se configura, por distintos niveles de realidad que en articulación reconocen dinamismos diferenciados. En otras palabras, constituye la particular conjunción histórica entre objetividad, subjetividad e interacción y pertinente al objeto de investigación.

También el uso de la teoría puede fetichizarse cuando asume un carácter prescriptivo. A contrapelo, el configuracionismo latinoamericano propicia un uso reconstructivo de

la misma; y en tal sentido, no sirve para deducir la hipótesis, lo propio del positivismo, pero tampoco es considerada como imposición estructural, como en el caso de algunas corrientes de la hermenéutica o del interaccionismo simbólico. Rearmar de manera preliminar la teoría implica desarticular los conceptos de los corpus que les dieron origen, en función del objeto de estudio y del problema de investigación. Lejos de verse como una entidad monolítica, cerrada, o como un sistema de partes interconectadas de manera lógica, la teoría resulta en una red de entidades con relaciones duras y laxas, que combina observacionales y no observacionales y que no es ajena, o contiene términos, del lenguaje común, lo que no significa que la ciencia quede sumergida en éste, sino que se reconocen intercambios y continuidades entre estos dos campos.

En síntesis, el configuracionismo latinoamericano asoma como una perspectiva que permite ensanchar notablemente los horizontes de la investigación en ciencias políticas y sociales, mediante la utilización creativa y situada de conceptos, métodos y técnicas. Concretamente, en esta ponencia presentamos los ejes centrales de esta perspectiva epistemológica y metodológica y su utilización en dos tesis doctorales centradas en problemáticas territoriales y ambientales. Asimismo, se pondera su utilidad para la construcción de objetos de investigación teóricos, especialmente en relación a categorías filosóficas tales como estatalidad, politicidad, poder y subjetivaciones políticas, pertinentes para aprehender las singularidades propias de la realidad latinoamericana actual.

.....

*** Gabriel Liceaga**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Mendoza, Argentina

*** Manuel Cuervo**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Mendoza, Argentina

*** Paula D'Amico**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Mendoza, Argentina

Resumen de ponencia

EL DISCURSO NEOCLÁSICO. HACIA UNA DIVERSIFICACIÓN DE LOS PATRONES DE EXPANSIÓN TERRITORIAL DEL CAPITAL

*Rafael Monroy Ortiz

Dada su relevancia para la reproducción del capital, la diversificación de estrategias para la explotación de recursos naturales y mano de obra representa un factor central en la deconstrucción de su proceso histórico, y más recientemente, resulta una expresión contemporánea de las relaciones académicas y políticas. La acumulación originaria precisaba un soporte violento para la búsqueda y extracción de estos factores; colonizar y expandirse territorialmente fue en su origen la causa última de mantenerse en el tiempo, sin embargo, los factores que ahora soportan tales procesos tienen que ver con mecanismos de convencimiento científico político, no por ello menos violento e igualmente dañinos. Debido a ello, la ciencia neoclásica o colonial identifica la reproducción del modo de producción como eje para resolver sus propias contradicciones, a pesar de la creciente muestra de ineficiencia reflejada en la fragmentación de escala y la consistente precarización; el soporte de tal contradicción tiene una ciencia compleja, fragmentada, indiscutible y una política pública con poco crédito y aceptación social, pero con un férreo control de todas las formas participativas y los mecanismos institucionales de control. En el caso de la ciencia neoclásica para los países subdesarrollados se asume como un esquema de decisión pública que es capaz de resolver en la misma dinámica de mercado sus contradicciones estructurales, sin que medie participación alguna lo social o siquiera que se valide la eficiencia de la regulación estatal; por el contrario, en su lógica, el sector privado es suficientemente capaz de resolver su creciente necesidad de aprovechamiento de factores de producción y sus consecuentes efectos. Esta apertura caracterizada como etapa neoliberal, tiene entonces una expresión de política pública de última generación, que cristaliza la necesidad del pensamiento colonial de modificar sus criterios de instrumentación. México, representa uno de los laboratorios más importantes de dicha instrumentación reflejado en el sector laboral, energético, ambiental, barriendo toda posibilidad de reducir la expansión del capital, pero también expresando progresivamente una manifestación social en la defensa de los recursos o derechos mismos. En este trabajo, se estudian los criterios científicos utilizados en los mecanismos de política pública instrumentados en el sector ambiental en México, particularmente el sector minero, agua y conservación ambiental, en la etapa neoliberal para describir precisamente el determinante científico político que ha dado lugar a la diversificación de los patrones de expansión territorial del capital en el país. Como es posible observar por lo menos para el caso mexicano, el estado fallido y la ciencia neoclásica o colonial traducida a políticas públicas tiene como resultado una expresión creciente de fragmentación de escala y consistente precarización que puede observarse en uno de los países más polarizados, con una menor aceptación de la clase

política, altos niveles de corrupción y la desarticulación de las condiciones mínimas ambientales y sociales. Por otro lado, la etapa de instrumentación de este tipo de políticas públicas, describe precisamente un proceso de diversificación y consolidación de la forma de expansión del capital, teniendo un soporte del Estado cada vez menos aceptado socialmente y con múltiples muestras de inconformidad y organización social en defensa del territorio y los recursos, todos ellos en dinámicas diferentes de seguimiento que incluyen organizaciones e incluso regionalización de acuerdos, al respecto pueden mencionarse la asamblea de afectados ambientales, las organizaciones en defensa del agua, los grupos de protección ambiental forestal e incluso asambleas permanentes de pueblos. Resulta pertinente considerar que en esta muestra de resistencia, también persisten estructuras locales comunitarias que plantean esquemas de conservación vinculadas a sus formas tradicionales de decisión del territorio, lo cual ha sido ya sistematizado en algunas discusiones académicas como regiones bioculturales, patrimonio y territorio, por ejemplo.

.....

*** Rafael Monroy Ortiz**

Universidad Autónoma del Estado de Morelos - UAEM. Cuernavaca, México

Resumen de ponencia

EL LUGAR DEL SABER EN LA INVESTIGACIÓN SOCIAL: UNA EXPERIENCIA CON JÓVENES Y EL EMPODERAMIENTO DE SU TERRITORIO

*Camila Jaramillo Monroy

*Caterine Pardo Mojica

Esta ponencia busca problematizar el lugar del saber en la investigación social, analizando la experiencia de un grupo de jóvenes del municipio de Soacha, ubicado en el departamento de Cundinamarca-Colombia, quienes a través de un proyecto de innovación aplicado al territorio, lograron apropiarse de los saberes científicos y tecnológicos del proyecto, adaptarlos a su contexto y generar nuevos saberes que contribuyeran a su municipio; ello haciendo visible la importancia de los saberes locales dentro de la investigación social en la actualidad.

Según Wolfgang Sachs, la idea de desarrollo surgió después de la segunda guerra mundial cuando Harry S. Truman en 1949 “declaró, en su discurso de investidura, por primera vez al Hemisferio Sur como «áreas subdesarrolladas»” (Sachs, 1996, p. 2). Esta premisa se convirtió en el marco de referencia para los países del sur y la noción de desarrollo fue incorporada no solamente en los discursos oficiales sino también en el lenguaje cotidiano. No obstante, es claro que este discurso ha llevado a que los países del norte sean cada vez más ricos y que la brecha con los países del sur sea cada vez más amplia, al tiempo que ha llevado a que todo conocimiento que se aleje del discurso científico oficial no tenga valor.

Es en este contexto en el que surgen las epistemologías del sur como una forma de dar voz a los que no han sido escuchados, como una manera de contar la historia desde otra perspectiva diferente a la de los vencedores. Desde la visión de Boaventura de Sousa (2009), las epistemologías del sur permiten darle valor a los saberes que han sido ignorados, desvalorizados e invisibilizados a través de la historia por el conocimiento eurocéntrico. A través de esta postura se pretende reconocer otras miradas con el fin de comprender las realidades que se viven en nuestro continente. Ante la pregunta de cómo entendemos la contemporaneidad como investigadores sociales, de cómo nos situamos frente a las realidades y del lugar que damos a los saberes que emergen de los contextos en los cuales investigamos y aprendemos, surge el interés por analizar y reflexionar en torno a la experiencia de campo dada en el marco del proyecto Smart Town: Talento e innovación aplicada al territorio, desarrollado entre los años 2014 al 2016 desde la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Gobernación de Cundinamarca, que en asocio con la Universidad de los Andes, la Pontificia Universidad Javeriana y la Corporación Universitaria Minuto de Dios, buscó generar un modelo educativo de espacios de aprendizaje para el desarrollo del talento en jóvenes, que estuviera soportado en tecnología y se orientara al desarrollo de competencias de innovación y emprendimiento, esenciales por su potencial impacto en los municipios de Soacha, Girardot y Zipaquirá, ubicados en el departamento de

Cundinamarca-Colombia (González, E & Vives, M & González, M, 2016).

Este macro proyecto partió de grandes expectativas, contando con el trabajo de universidades reconocidas en el país por su desarrollo científico e investigativo y su presencia en gran parte del territorio colombiano, y con la participación de maestros e investigadores de las facultades de Ingeniería y Ciencias de la Universidad de los Andes; las facultades de Psicología, Educación e Ingeniería de la Pontificia Universidad Javeriana; y la facultad de Educación y el Parque Científico de Innovación Social de la Corporación Universitaria Minuto de Dios.

Para este caso particular nos centraremos en la experiencia de campo en el municipio de Soacha-Cundinamarca, ya que por un lado, es uno de los municipios con mayor número de habitantes del departamento, que en su mayoría son población desplazada por la violencia de todo el país, esto gracias a la cercanía del municipio con la ciudad de Bogotá (Ciudad capital de Colombia) y su bajo costo de vida. Por otro lado, este municipio se ha caracterizado por tener altos niveles de pobreza, discriminación y exclusión social, para los cuales se han presentado soluciones de bajo impacto y poca sostenibilidad que no logran responder a las necesidades del territorio.

Dentro del proyecto Smart Town, en la fase de implementación del modelo pedagógico, se trabajó con cuatro tutores jóvenes del municipio, que a su vez formarían alrededor de 340 niños, niñas y adolescentes en áreas de robótica, dispositivos móviles y nanotecnología. El proceso de formación de tutores, más allá de centrarse en las tecnologías propias del proyecto Smart Town, fue un escenario de encuentro entre los saberes de los investigadores y los de los jóvenes del municipio, encuentro que no solo permitió descubrir la potencialidad de la tecnología aplicada al territorio, sino cómo esos saberes muchas veces ignorados y señalados como problema, en realidad eran un punto de partida para conocer, reconocer y transformar las realidades del municipio.

La pregunta sobre el saber ha sido continua a través de los años en todos los pueblos latinoamericanos; el saber que se configura y reconfigura a través de la interacción misma de los pueblos. Es allí donde el investigador social busca caminos para comprender la realidad social, pero dicha comprensión no parte de la sociología clásica como tal, parte de los saberes que se movilizan en los territorios, en la interacción de la gente y sus comunidades, que se empoderan en sus discursos para reconfigurarse a través de acciones colectivas. A partir de esta idea, el trabajo de los jóvenes de Soacha se fue tejiendo con los saberes que el modelo educativo de Smart Town se proponía dentro del proyecto. La visión inicial de un municipio con altas problemáticas sociales se reconfiguró a través del tiempo permitiendo a los investigadores verlo como un territorio con una enorme capacidad de transformación por medio de los saberes que los mismos jóvenes movilizaban en los espacios de aprendizaje. No se trató tan solo de la tecnología como tal, sino de la generación de espacios de convivencia, interacción y respeto en medio de las diferencias y en pro de un objetivo común: transformar sus realidades y a su vez comprenderse como parte fundamental de dicho espacio. Es así, como en los intersticios de la experiencia misma de la investigación formal, los jóvenes de este municipio generaron un espacio de saber que les permitió a través del conocimiento científico llevado por la universidad, generar un saber propio de su territorio que los empoderara y que les permitiera transformar sus realidades.

La experiencia de los jóvenes rompió los esquemas estructurados de la investigación misma. Sus dinámicas, sus tiempos, sus saberes, permitieron comprender aquello que

se escapaba al saber de los investigadores; desde allí se pudo comprender que el proyecto partiría de un diálogo de saberes que permitiera entender el lugar del saber científico y el lugar de la experiencia de los jóvenes en las calles de su municipio, algo que por mucho tiempo había sido ignorado o no se había tenido en cuenta en muchas investigaciones y procesos adelantados allí, y que aquí fue parte fundamental para desarrollar el proceso investigativo.

Así entonces, ante las preguntas de si ¿podría existir un esquema único para investigar un contexto tal como Soacha?, o si ¿existiría un camino único para generar un modelo pedagógico basado en tecnología como se lo proponía Smart Town?, las respuestas llegaron a nosotros en el día a día con los jóvenes de Soacha, ellos lograron a través de sus saberes mostrarnos que incluso en su mismo territorio existía una multiplicidad de saberes que enriquecerían no solo la experiencia de los investigadores mismos, sino aquello que esperábamos desarrollar allí. De esta manera, se pudo evidenciar una nueva forma de entender la acción política del sujeto en comunidad, en la cual existen múltiples formas de ser un actor político capaz de transformar las complejas realidades sociales de nuestros territorios.

A partir de lo anterior es posible reconocer la importancia de los saberes locales dentro de la investigación social y su incidencia en los conocimientos que se generan desde lugares tales como la universidad. Es así como la investigación social se presenta en la actualidad como la posibilidad de reconocer la riqueza cultural, social e inmaterial de Latinoamérica, potenciando la generación de conocimiento propio que dé lugar a los saberes que por siglos han sido invisibilizados. Experiencias como la de los jóvenes de Soacha enriquecen las prácticas investigativas en ciencias sociales y humanas, no solo porque permiten la comprensión de una comunidad o grupo social, sino porque permiten el diálogo interdisciplinar, regional y local, a la vez, ampliando el panorama sobre el cual se investiga.

Bibliografía

De Sousa Santos, B (2009). Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI Editores / Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

González, E & Vives, M & González, M. (Eds.) (2016). Smart Town. Talento e innovación aplicada al territorio. Bogotá: Javegraf.

Sachs, W. (Ed.) (1996). Diccionario del Desarrollo: Una Guía del Conocimiento como Poder. Bogotá: PRATEC, Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas.

.....

* Camila Jaramillo Monroy

Universidad de los Andes (UNIANDES). Bogotá, Colombia

* Catherine Pardo Mojica

Pontificia Universidad Javeriana - PUJ. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

EL PLURALISMO JURÍDICO. APUNTES PARA UN ENFOQUE ANTROPOLÓGICO, MATERIAL Y DESCOLONIAL.

*César Eder Alanís De La Vega

La complejidad y el extenso cuadro de los fenómenos legales pluralistas posibilitan un abanico de propuestas de estudio, es decir, de formas de abordar y entender la naturaleza del pluralismo jurídico, de ahí que no exista un consenso entre los autores que tratan la cuestión. No obstante, sostenemos que tanto el enfoque antropológico, material y descolonial, pueden enriquecer al estudio del pluralismo jurídico, y distinguir con claridad el cómo la matriz colonial jerarquiza y oprime a los sujetos históricos, aportando al proyecto del pluralismo jurídico los alcances de su descolonización. De ahí la importancia de esbozar las bases de un pluralismo que tenga por objetivo la descolonización del derecho e implique no solo repensar sus bases epistemológicas, sino también se convierta en un proyecto político que proponga alternativas ante la negación progresiva de la satisfacción de las necesidades materiales originada por la colonialidad.

Así el enfoque antropológico jurídico, nos ayuda para comprender las prácticas jurídicas de las comunidades, sus relaciones dialécticas con otros ordenes legales tanto nacionales como internacionales, la configuración social que realizan estos órdenes a nivel local y la posibilidad de situarse desde la exterioridad del universalismo del sistema-mundo-moderno y visibilizar el imperialismo cultural que universaliza los valores culturales liberales y occidentales por encima de los indígenas y otros no occidentales. Dado su naturaleza, el pluralismo jurídico nos obliga a repensar la definición tradicional del derecho, dejando a un lado todo esencialismo e ideología de un centralismo jurídico, de pensar que toda predisposición se basa en el derecho estatal, esto nos obliga a la formulación de nuevas categorías que respondan a la realidad del entramado de las particularidades históricas de los pueblos.

Mientras que, desde el enfoque material, proponemos un fundamento materialista—el cual tomamos de Enrique Dussel y Antonio Salamanca—al pluralismo jurídico porque lo sitúa en la materialidad del sistema de necesidades/capacidades en que se diversifica la vida de los pueblos y la naturaleza, y ello le dota de validez ética. Lo material, no implica que sea opuesto a lo espiritual, más bien consideramos a lo material en el sentido de la energía de lo físico, lo químico, lo biológico, etc.; de la materialización de lo espiritual, como señala Antonio Salamanca nada hay en la vida humana que no sea energía material. Así, la vida material de los seres humanos y la naturaleza no es un mero impulso indiferenciado sino la satisfacción de un sistema de necesidades/capacidades materiales. Esto nos permite entender que la multiplicidad de manifestaciones jurídicas coexistiendo en los diferentes espacios sociopolíticos, son solo distintas maneras de satisfacer determinadas necesidades materiales, y, en consecuencia, se encuentran sujetas a la comprensión histórica y sociocultural, ya que

varían de acuerdo con las particularidades históricas y de las condiciones materiales que impone el circuito natural de los pueblos. Es en este punto—como veremos más adelante—donde el enfoque descolonial servirá de gran ayuda para abrir al pluralismo jurídico a una genuina interculturalidad y diálogo de plurales formas de satisfacer las necesidades materiales, además de una construcción inter-epistémica.

Finalmente, el enfoque descolonial, como ya lo señalábamos, abre la posibilidad de dialogar con otros modos de concebir y vivir, como es el caso de la cultura occidental y sus manifestaciones jurídicas tradicionales. En un primer momento, el dialogo es asimétrico, debido a la imposición de un centro epistémico proveniente del sistema-mundo-moderno-colonial. En este punto es valioso recordar las experiencias de traducción intercultural y ecología de saberes realizadas por el pueblo de Cherán que expone Orlando Aragón, al poner a dialogar otras prácticas y saberes jurídicos con el derecho estatal hegemónico, con el objetivo de satisfacer sus necesidades materiales. Esto dio como resultado la reapropiación y resignificación del derecho hegemónico a partir de sus modos de concebir y vivir. El diálogo intercultural propuesto para el pluralismo jurídico conlleva a un proceso de construcción inter-epistémico de diversos saberes y prácticas jurídicas, lo que implicaría una descolonización del derecho. Walsh, señala que lo inter-epistémico apuntala la necesidad de cuestionar, interrumpir y transgredir los marcos epistemológicos euro-usa-céntricos . En ese sentido, Boaventura de Sousa nos da luz con su concepto de ecología de saberes, el cual admite la existencia de pluralidad de pensamientos heterogéneos y enfatiza las interconexiones dinámicas que existen entre ellos .

En nuestro caso, en la construcción inter-epistémica subyace un proyecto histórico alternativo, que en su sentido epistémico busca la no existencia de un solo centro epistémico universal como sucede en sistema-mundo-moderno-colonial. En todo caso lo que se busca es un centro pluriversal, es decir, un universal compuesto de múltiples universales. Para llegar a ello, se hace necesario de aprender a pensar “desde”, “junto y con” la realidad latinoamericana y sus actores, alentando de esta manera convergencias, articulaciones e interculturalizaciones de las distintas maneras de satisfacer sus necesidades.

Estos tres enfoques, posibilitan sentar las bases para construir un pluralismo jurídico como proyecto descolonizador.

.....

* César Eder Alanís De La Vega

Facultad de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma de San Luis de Potosí - FCSH/UASLP. San Luis Potosí, México

Resumen de ponencia

EL TEATRO DEL SUBALTERNO EN INDIA

*Tania Valeria Molina Concha

Según Nulk Anand (1950: 9-14), la historia de la representación dramática de India puede retrotraerse a la Antigüedad. Cuando los primeros indoarios se asentaron en India y comenzaron a realizar los primeros rituales religiosos, bailando o simulando escenas del Vedanta, se iniciaron las primeras representaciones dramáticas indias. Según Anand, la actuación y las artes escénicas se inician dentro de los rituales vedánticos; su objeto era brindar protección y bienaventuranza a las comunidades (para favorecer las cosechas, para celebrar la vida, etc.). Luego se transformaría en un ideal estético.

Esta base religiosa nunca se abandonó por completo. De hecho, aun hoy muchos de los dramaturgos indios siguen escribiendo sobre temáticas o personajes del Vedanta e incluyen en sus obras secciones cantadas y bailadas, tal como aparecían en los rituales religiosos antiguos. Los rasgos centrales del drama sánscrito son:

- a) Inspiración religiosa en los textos Védicos.
- b) Representación en festivales religiosos, ceremonias de casamiento o nacimiento, o por pedido de los reyes.
- c) Improvisación como método de actuación.
- d) Selección de actores en base a sus características físicas, que reproducen el sistema de castas propuesto por la religión Vedántica.
- e) Canto y baile como partes necesarias e inseparables del drama.
- f) Los personajes principales son dioses, semidioses, reyes o príncipes.
- g) Los personajes subalternos, como sirvientes o esclavos, no son primordiales en el drama, solo aparecen en escena como un acompañamiento o, en el caso de la Prahasana mixta, como elemento cómico.
- h) El prólogo de la obra es casi tan importante como la obra en sí.
- i) La obra tiene que seguir algún motivo en particular o reflejar un “sentimiento” primordial.

Sobre esta base se produce en la época de la colonia inglesa un nuevo teatro notablemente influenciado por la cultura inglesa respecto al lenguaje, estructura textual y puesta en escena. Este nuevo drama resultó en una forma de respuesta y lucha en contra de la violencia del estado inglés. El malestar en India por la ocupación británica no solo se manifestó en revueltas populares. La prensa y la literatura también incursionaron en nuevas formas de protesta. Y en la literatura, el drama se hizo presente para denunciar la violencia del gobierno inglés. Para demostrar su punto de vista, los dramaturgos indios utilizaron como inspiración y como personaje principal de sus obras a los subalternos, especialmente a los agricultores. De esta manera surge el denominado “Teatro Moderno” de India, el cual inició con la primera fecha resonante de la resistencia india: en 1857 con la Rebelión de los Cipayos. La obra que abrió este

nuevo panorama y que generó una gran controversia fue Nil Darpan (1859) de Dinabandhu Mitra.

La obra fue escrita en 1859 por el dramaturgo bengalí Dinabhandu Mitra (1829-1873). Su inspiración fue la primera huelga de trabajadores en India, el denominado Blue Mutiny (Motín del Índigo) (1859-1860). Según Chandra (1989), la huelga de los campesinos del índigo fue la más militante y extendida (Chandra 1989: 22).

El cultivo del índigo perjudicó a los campesinos por ser un tipo de cultivo intensivo que necesitaba grandes extensiones de tierra para producirse. Por ende, el terreno apto para cultivar arroz (la base de la alimentación en India) era limitado. Hacia el año 1859, los terratenientes europeos exigieron un incremento en la producción de índigo, lo cual dejaba aún menos tierra cultivable para la producción de arroz y otros productos comestibles. Además, el favoritismo de los magistrados ingleses hacia algunos terratenientes perjudicó aún más la situación de los campesinos indios.

La obra Nil Darpan cuenta la historia de un grupo de agricultores de un poblado que se ven sometidos a las exigencias del gobierno británico. A lo largo de cinco actos, Dinabandhu Mitra expone las duras condiciones a las que eran sometidas los agricultores de la zona de Bengal. La obra comienza con una introducción del primer editor inglés, el reverendo James, y con un prólogo de Mitra. Estructuralmente responde a una forma occidental de cinco actos (similar a muchas de las tragedias de Shakespeare), pero la temática es india. Nil Darpan se estrenó en el año 1875 en Calcuta. La exposición de esta obra de teatro en particular provocó un malestar general entre la población inglesa ya que criticaba de manera muy dura y explícita la crueldad del gobierno y sus terratenientes. Mitra tomó los acontecimientos históricos y reflejó en su obra de manera detallada lo que estaban sufriendo los agricultores del índigo. Los ingleses, en consecuencia, decidieron tomar medidas para censurar a esta y otras obras que, según ellos, injuriasen al gobierno inglés. Por ello, en 1876 se sancionó la Dramatic Performances Control Act, la cual fue publicada por primera vez en Gazette of India, el 23 de diciembre.

Aunque el teatro sánscrito y su influencia cultural están presentes en la dramaturgia india postcolonial, sin duda alguna la obra que abre el nuevo panorama dramático de India es Nil Darpan. Esta obra propone una nueva forma de hacer teatro en cuanto a temáticas y personajes. Nil Darpan introdujo el cambio en las obras de teatro. Ya no habría exclusivamente historias relacionadas con los textos vedánticos (como en el teatro sánscrito o algunas expresiones folclóricas), sino obras realistas que contaran la historia de la violencia del gobierno colonial inglés. Por este motivo, los orígenes de los personajes también cambiaron. En el teatro sánscrito sus protagonistas eran príncipes o deidades; en el nuevo teatro fundado por Nil Darpan a partir de 1861, los protagonistas son los grupos subalternos: mendigos, prostitutas, campesinos, mujeres, niños, los Intocables, entre otros.

El teatro postcolonial aparece como la vía para la denuncia y el empoderamiento de la mujer india. Denuncia la sociedad patriarcal, machista y violenta de India. Conforman personajes femeninos fuertes, decididos y que se enfrentan a la violencia hegemónica de los sectores poderosos y a la violencia machista impuesta por los hombres. Resulta notable cómo en el teatro indio postcolonial se le da voz a los grupos subalternos para expresar, a modo de denuncia, las injusticias estatales, sociales, étnicas y religiosas que han ocurrido a través del tiempo. Además, constituyen una novedad en tanto al tratamiento de la mujer y cómo configuran sus características y desarrollo.

Luego de la sanción de la Ley y la posterior censura de la dramaturgia india pasarían muchos años hasta que una nueva oleada de escritores intentara oponerse al gobierno inglés. Incitados por el contexto socio-político (Gandhi y su movimiento político de 1942, Quit India) de la década de 1940, los artistas indios empezaron a retomar la labor interrumpida por la censura de 1876. De esta manera, hacia 1943 se funda el IPTA (Indian People's Theatre Association), el primer movimiento teatral nacional de India.

El IPTA surge de la mano, en un primer momento, del Partido Comunista de India en el momento más álgido de la hambruna de Bengal. Por ende, en sus comienzos el IPTA tuvo una clara ideología antifascista y antiimperialista. Por ello, planteó que su primer desafío era deshacerse de lo que definieron como “glamour comercial barato” de las representaciones y desarrolló, consecuentemente, el primer programa para revitalizar las artes como forma de lucha popular por la justicia política, cultural y económica. Una de las obras que más se destacó y que surgió del trabajo de este grupo fue Nabanna (New Harvest) de Bijon Bhattacharya (1915-1978), escrita en 1944. Dicha obra pretendía reflejar la miseria, caos y desolación producido por la hambruna de Bengal de 1943.

Estas obras abrieron el panorama dramático en India e instaurarían una nueva temática para los dramaturgos postcoloniales: el subalterno. Los escenarios que debieron enfrentar los intelectuales y dramaturgos indios luego de la independencia fueron amplios y complejos. Debían atenderse no solo cuestiones referentes a la nueva reestructuración política del país, sino también tomar en consideración la complejidad del momento coyuntural histórico de India, con sus características preexistentes. Hay que entender que en India el teatro como forma de expresión cultural, social y política ha sido muy importante para la conformación de identidades culturales.

Sin duda, los Estudios Subalternos y, particularmente, el estudio del teatro indio postcolonial, abre nuevos campos de investigación para Occidente. La riqueza y diversidad de la cultura y literatura india constituyen un campo prácticamente inexplorado en Argentina y conduce a futuros análisis e investigaciones que puedan expandir nuestro canon literario actual.

.....

*** Tania Valeria Molina Concha**

Universidad Nacional de Cuyo UnCuyo. Mendoza, Argentina

Resumen de ponencia

EPISTEMES NÓMADAS: UNA PROPUESTA DE INVESTIGACIÓN E INTERVENCIÓN PSICO-SOCIAL CRÍTICA

*Damian Vales

Este trabajo parte de más de cinco años conjunto a Colectivo Cuerpofuga, realizando numerosas instancias de talleres-dispositivos afectivo-corporales en los más diversos ámbitos, con distintas intensidades, espacios y propuestas.

Lo que aquí se busca construir es una nueva forma de entender la investigación en las llamadas Ciencias Sociales; si como plantea Virginia Kastrup (2012: 17 trad. propia) “toda investigación es intervención”, cabría preguntarse ¿por qué las Ciencias Sociales, en específico la Sociología, han negado su rol interventivo, manteniendo más bien posiciones basadas en una estética de objetividad?

Este trabajo se sustenta en la concepción de que el ethos epistemológico de las Ciencias Sociales ha intervenido e interviene en el modo de aproximación al saber en nuestro entorno cultural actual y se sustenta en lo que autores como Walter Dignolo y Anibal Quijano llaman colonialidad del poder que “consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida es parte de él” Esta colonialidad del poder es sustrato epistémico, actúa imponiendo una forma de saber válido, a saber científico, que se autoproclama el único válido, no sin violencia.

Siguiendo a Santiago Castro Gómez “Se pretende un tipo de conocimiento que tome al hombre y a la sociedad como objetos sometidos a la exactitud de las leyes físicas. Desde el punto de vista político: crear una sociedad ordenada por un estado central. [y en este sentido] con la ayuda de la ciencia y el estado, el orden natural del cosmos, podía ser reproducido por la razón en la polis”.

La ciencia se ha construido a sí misma un lugar privilegiado de enunciación, que no reconoce su situacionalidad y su imbricación en relaciones de poder/saber. ““El ideal del científico ilustrado es tomar distancia epistemológica frente al lenguaje cotidiano - considerado como fuente de error y confusión - para ubicarse en lo que en este trabajo he denominado el punto cero. A diferencia de los demás lenguajes humanos, el lenguaje universal de la ciencia no tiene un lugar específico en el mapa, sino que es una plataforma neutra de observación a partir de la cual el mundo puede ser nombrado en su esencialidad. Producido ya no desde la cotidianidad (Lebenswelt) sino desde un punto cero de observación, el lenguaje científico es visto por la Ilustración como el más perfecto de todos los lenguajes humanos, en tanto que refleja de forma más pura la estructura universal de la razón”

Se encuentra en la crítica decolonial un importante acervo de conocimiento que permite forjar un profundo cuestionamiento a los fundamentos y privilegios epistemológicos de las Ciencias Sociales.

Este trabajo un permanente esfuerzo por construir otras epistemologías, otros

saberes, otras virtudes, otros cuerpos.

Partiendo del sur, situado en un territorio específico, dominado por un estado como el uruguayo, y en una ciudad específica como Montevideo, no en la tentativa de generar una suerte de hiper localización del conocimiento, sino más bien como condición de posibilidad de la apertura a estos saberes, la cuales parten de situaciones concretas y experiencias concretas.

Encontramos en el esquizoanálisis, corriente filosófica, política, ética y estética francesa, cuyos impulsores fueron Gilles Deleuze y Felix Guattari un importante agenciamiento a la orientación de este trabajo.

Nociones como la de multiplicidad, cuerpo sin órganos, rizoma y cartografía se vuelven importantes mesetas, no como conceptos abstractos, sino como agenciamientos, en el sentido que ponen a funcionar una forma de entender la realidad, de intervenir e investigar. Deleuze, siguiendo a Spinoza, construye una ontología cuyo modelo es el cuerpo, es esencialmente corporeo y por tanto material, al mismo tiempo que es pensamiento y extensión.

Partir de la multiplicidad y del cuerpo supone en descentrar nuestra mirada antropocéntrica, en la cual, las dinámicas sociales ocurren en sistemas aparentemente aislados y cerrados, tanto de lo externo como de lo interno, lo cual se supone, también un total control sobre los agenciamientos que nos atraviesan.

Percibir una realidad que se mueve en diferentes planos al mismo tiempo, no necesariamente conectados entre sí, pero si en una red de interconexiones múltiples, diversas y caóticas. “Que se presenta como plano de composición de elementos heterogéneos y de funciones heterogéneas: plano de diferencias y plano del diferir frente al cual el pensamiento es llamado menos a representar que a acompañar el engendramiento de aquello que él piensa.” No se trata de negar la existencia de tendencias organizadoras, de dispositivos de poder. Justamente todo lo contrario. La inmanencia es reconocer la sutileza, y la multiplicidad de los dispositivos y al hacerlo, también la sutileza y multiplicidad de los posibles desplazamientos, las posibles líneas de fuga.

El presente trabajo busca abordar una propuesta de epistemologías nómadas para las Ciencias Sociales.

Encontramos en la cartografía como orientación del trabajo de investigación e intervención unas buenas herramientas que nos permiten aproximarnos a posibles alternativas a la epistemología colonial.

Este trabajo retoma experiencias interesantes realizados en Brasil en torno a la cartografía, en especial las del grupo de trabajo de Virginia Kastrup, Eduardo Passos y Liliana da Escóssia de la Universidad de Fluminense y su publicación “Pistas do método da cartografia (2012)

“Cuando hablamos de la Cartografía del arte o de una cartografía artística no nos referimos a la representación de un paisaje que se toma como dado. Una cartografía artística, como nos lo dicen los filósofos franceses Gilles Deleuze y Felix Guattari no es solamente un “mapa de geografía”. Por el contrario, una cartografía artística es un mapa de relaciones, relaciones que constituyen una topografía de las fuerzas invisibles que lo animan y que el arte expresa en una sensación. “

Lo que se pretende construir aquí es una propuesta de intervención social a nivel micropolítico: se trata de una propuesta de carácter político al mismo tiempo teórico-

práctica, si es que podemos hablar aún de estos modos y con estas separaciones. La propuesta consiste en generar espacios de experimentación afectivo-corporal que actúen como condición de posibilidad de movilización afectiva, de surgimiento de procesos de singularización, de surgimiento de nuevas y distintas corporalidades y modos de relacionarnos. Siguiendo los postulados de Baruch Spinoza (1632 - 1677), "nadie, hasta ahora, ha determinado lo que puede un cuerpo, es decir, a nadie ha enseñado la experiencia, hasta ahora, qué es lo que puede hacer un cuerpo en virtud de las solas leyes de su naturaleza, considerada como puramente corpórea. Y qué es lo que no puede hacer salvo que el alma lo determine". (Ètica, parte III, proposición II, escolio).

En este sentido la intervención aquí propuesta viene impregnada de las grandes preguntas spinozianas: ¿qué puede un cuerpo en función de su sola voluntad si logra escapar de la prisión de los dispositivos de poder? ¿cómo liberar el potencial alegre? ¿cuales son los afectos que nos habitan?.

Este anclaje micropolítico propone la experimentación como método de intervención y la cartografía como posibilidad de crear y articular formas nuevas de saber.

Pero teniendo en cuenta que la cartografía no busca sino acompañar procesos, y la experimentación es una invitación colectiva, corpórea, y sensible.

Por tratarse de una investigación en el marco de un Taller Central de Investigación, me parece concurrente la observación de unas experiencias bien concretas en las que se pueda poner de manifiesto toda superficie teórica que pretende constituir este marco por tanto, pretendo a la par de generar una propuesta generar los espacios para co-construirla colectivamente. Se propone generar un Seminario de Investigación-Intervención con un grupo sostenido de al menos 6 encuentro; y espacios-taller en lugares donde no sea posible generar grupos continuados: por interés personal y experiencia previa se propone trabajar en Liceos de Educación Secundaria en Montevideo.

A pesar de ser un estudio más que inserto en el mundo académico, no hay que olvidar que se trata de una obra específicamente de arte, de filosofía, de cuerpos, de procesos y líneas que pretenden escaparse de una normalidad atónita en un mundo que se desvanece frente a nuestros ojos.

El presente escrito es parte de mi monografía de grado, para la cual me encuentro trabajando en la actualidad, conjunto a un grupo de intervención afectiva corporal, que se está desarrollando en Montevideo en la Casa del Instituto Nacional de Juventudes, que cuenta con más de 30 participantes, que parte de la experiencia acumulada en intervención corporal para trazar un recorrido que busca hacer emerger nuevas posibilidades de encuentro y creación de saberes y de cuerpos.

.....

* Damian Vales

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - DS/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGIAS CAMPONESAS DO SUL? DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NAS LITERATURAS CARIBENHAS

*Paola Giraldo-Herrera

A constatação de que os estudantes da Faculdade de Educação do Campo da UNIFESSPA, criada com e para camponeses, não se identificam como tais, provocou o questionamento sobre quais são então as identidades do campesinato e quais são, aonde é o lugar dessas epistemologias como princípio orientador de um programa de pesquisa. Que identidades camponesas há nessa “implosão do logos eurocêntrico” (B. de Souza Santos, 2011) sobre a questão agrária? Quais seus componentes, quais suas relações, interesses, metas e modos de operação? Quais e como são os discursos e representações que delas foram feitos na literatura eurocentrista? Com que interesses, para que fins foram construídas essas imagens da forma em que hoje as conhecemos e criticamos? Quais as possibilidades de resistência epistêmica que surgem desses discursos? Rastreamos tais questões nas obras literárias dos próprios criadores da ideia de América Latina e Caribe; polígrafos dos séculos XIX e seus opostos do século XX que afirmam, criticam, resistem ou desmontam a dicotomia entre cidades letradas e campo atrasado.

Acaso ressuscitou a antiga ameaça da desapareção do campo e a questão agrária em mãos das mudanças na estrutura do capital? Martins (2004), Van der Ploeg (2008) e Sevilla (2013) demonstram que se trata de mais uma expressão negativa da imagem que sobre a condição camponesa e a questão agrária foi construída e fortalecida mediante um conjunto de crenças, representações e discursos orientados a representar o campesinato e a questão agrária como ultrapassados, com personagens ancoradas na tradição e que rejeitam o “progresso”. Essa “diferencia colonial epistêmica [que] hizo posible la descalificación de lenguas y tradiciones de pensamiento no greco-latinas” (Mignolo), nos impulsa a buscar na literaturas as imagens e sentidos que ainda hoje representam o campesinato.

Apresentaremos os achados parciais de um ambicioso programa de pesquisa engatinhando que pretende examinar, na produção literária de vários países latino-caribenhos, o campo cultural latino-americano e caribenho, conformado pelo conjunto dos diversos discursos e representações da questão agrária, o campesinato e os camponeses nas literaturas latino-americanas e caribenhas, entendendo esse campo enquanto raiz e fonte das ficções fundacionais, as imagens, imaginários e imaginações que sobre estes, as múltiplas sociedades nacionais latino-caribenhas desenvolveram em momentos diferentes da sua história. Tal campo cultural latino-americano e caribenho está sendo construído, primeiramente, a partir da revisão geral das literaturas nacionais, tendo como foco principal a questão agrária; problema central na construção dos Estados-nação latino-caribenhos, embora negado.

Aderimos aqui à definição ampla da questão agrária, que entende a questão agrária

como uma área de conhecimento que pretende entender e explicar como a humanidade organizou o uso, a posse e a propriedade da terra em diversos momentos históricos e em lugares diferentes, e como foram desenvolvidos variados processos produtivos ancorados a essas terras, em sociedades e ecossistemas diferentes (Stédile 2014, Martins 2004). Precisamente por essa diversidade, além da sua persistência em existir e dar trabalho neste continente, consideramos que a questão agrária é elemento fundamental na conformação da identidade e das epistemologias do sul. Ora, essa questão agrária como eixo caracterizador duma identidade camponesa e mestiça, é a nossa primeira hipótese de navegação.

Como assinalado por Bernard e Gruzinski (1992, cit em Oliveira, 1998) a existência de “algumas lacunas significativas na investigação etnológica [...onde] os mestiços constituiriam o lado verdadeiramente esquecido da antropologia americanista, cujo maior defeito seria o de operar suas próprias pesquisas como se existisse uma “clivagem epistemológica entre índios de um lado e não autóctones de outro” (Ibid.: 67).

A outra hipótese a ser examinada sobre a questão agrária na América Latina e o Caribe: o entendimento dos seus principais atores, os camponeses, se encontra dificultado pelo desconhecimento das estruturas agrárias que antecederam à chegada dos europeus (Stavenhagen, 1972), Enquanto que lhe são aplicadas ferramentas analíticas e históricas herdadas da questão agrária do velho continente. E ao mesmo tempo, como o assinala R. Stavenhagen (1972), é falso que a integração nacional em América Latina seja produto da mestiçagem, pois esta, entendida como branqueamento, oculta uma série de dispositivos de diferenciação racial que mais que alterar fortalecem a estrutura socioeconômica vinda da colônia, favorecendo a exploração dos grupos mestiços.

Os trabalhos de Fanon (1952, 1961), Césaire (1950), Dussel (1992), Castro-Gómez (1996), Lander (2000, org.) e Rivera Cusicanqui (2010), entre outros, norteiam desde o sul essa pesquisa, criticando o olhar eurocêntrico e sua adoção por parte das elites e a academia dos países do terceiro mundo. Os conceitos de colonialidade e descolonialidade, (Mignolo e Escobar, 2010), orientam a crítica desses processos culturais desde a perspectiva latino-americana, situando a existência mesma da América Latina e o Caribe dentro do contexto do sistema mundo, como já enunciado por Quijano e Wallerstein (1992) e Quijano 2014.

De maneira paralela, *Ojos imperiales, literatura de viajes y transculturación* (2010), de Mary-Louise Pratt, e *Ficções de fundação*, os romances nacionais da América Latina (2004) de Doris Sommer, subsidiam a análise dos processos discursivos mediante os quais são construídos o olhar imperial, isto é, as leituras e identidades das populações do continente americano e o arquipélago caribenho, e os dispositivos de dominação e identificação com as estruturas de poder na fundação das nações americanas; todo isso desde a perspectiva europeizante que ainda hoje contamina as sociedades latino-americanas e caribenhas.

Para o contexto do continente latino-americano, Sevilla e González (2013), propõem a existência de uma matriz do pensamento popular latino-americano, cujos elementos são “(1) a existência de etnicidades profundas negadas por um marco de legalidade no que se constrói um imaginário que nega, igualmente, o reconhecimento social da mestiçagem; (2) desde a homogeneidade de uma elite crioula, de origem europeia; (3) que controla as bases legais e morais das formas históricas de dominação política. No

amplo mapa latino-americano persiste uma sincronia manifestada pelas realidades políticas e pela homogeneidade das classes privilegiadas. No entanto frente a isso, aparece uma (4) heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de (5) diferentes formas de conflitividade latente vinculadas à heterogeneidade sociocultural, articuladas não poucas vezes a um catolicismo popular (como sincretismo das crenças ancestrais das cosmovisões de suas etnicidades profundas) com um potencial liberador.” (Ibid., 2013:19 Esta matriz de pensamento latino-americana serve para desencadear processos de reconhecimento coletivo das identidades locais concretas, conectadas com modos específicos de manejo dos recursos naturais numa região determinada. Disso se trata a nossa pesquisa: de evidenciar os fantasmas, as raízes, os imaginários e representações que constituíram esses discursos e determinaram os avessos e reversos das epistemologias camponesas, e com eles, a diversidade de identidades que nutre a questão agrária. Para tanto, tentamos desenhar um panorama dos discursos e representações sociais que sobre a questão agrária se encontram na literatura latino-americana e caribenha do século vinte, como ponto de partida para um programa de pesquisa sobre o pensamento latino-americano e caribenho ao redor da questão agrária que esteja impregnado pelos conhecimentos e sentidos que as experiências de escravidão, servidão e resistência matizam um possível leque de epistemologias camponesas do sul.

.....

* Paola Giraldo-Herrera

Programa Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Para - PDTSA. Marabá, Brasil

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR Y EDUCACIÓN: EL DESAFÍO DE LA FORMACIÓN DE SUBJETIVIDADES REBELDES

*Jonas Waks

Las bases del pensamiento crítico están influidas por el espectro de Marx, sobre todo en lo expresado en la Tesis 11 sobre Feuerbach: “os filósofos sólo interpretaron o mundo de diferentes maneras; do que se trata é de transformá-lo” (Marx, [1888] 2007: 103). La tarea de los que nos ubicamos al interior de este paradigma es, por lo tanto, la de transformar el mundo, en el sentido de hacerlo más igualitario. Sin embargo, según Boaventura de Sousa Santos (2006) las herramientas que disponemos para construir esa transformación están en crisis. Por un lado, por quedarse atrapadas en la discusión entre agencia y estructura; por otro, por estar enmarcadas en la racionalidad moderna eurocéntrica. Tenemos el reto, pues, de reinventar la emancipación social y constituir subjetividades rebeldes. El objetivo de esta ponencia es reflexionar sobre este desafío, a partir de los autores de las Epistemologías del Sur.

Los debates al interior del paradigma crítico han sido muy marcados por la discusión acerca de la relación entre la base económica y la superestructura jurídica, política y cultural. Tema importante para el marxismo en general, en el caso de las teorías críticas de la educación tal relación es fundamental, pues de ahí se desprenden las potencialidades y posibilidades del trabajo educativo, que estaría ubicado en el campo superestructural. El problema es que si uno adopta la postura economicista y cree que los procesos de producción de conocimiento, la cultura y la política no pueden influir en los cambios en la base económica de la sociedad (porque de ella son mero reflejo), no tiene sentido apostar a la educación como herramienta de construcción del cambio social.

Para romper con el reduccionismo economicista y con el fatalismo reproductivista, los autores de las pedagogías críticas (Apple, 1987; Giroux, 1992; Willis, 1988; entre otros) recuperan a Gramsci y piensan la escuela como un espacio de confrontación entre la construcción del discurso y las prácticas hegemónicas. Leer lo escolar en clave de pugna hegemónica pone el énfasis en la dimensión compleja y contradictoria de la escuela, donde hay reproducción pero a la vez existen mediaciones (a nivel institucional y curricular) que permiten confrontar, de manera transformadora, con las estructuras de poder establecidas. Se trata de otra comprensión de la relación entre estructura y agencia, alejada de la lógica alienada y prácticamente sin sujeto de los reproductivistas, pues el énfasis recae en la dimensión activa de los agentes, cuyas acciones tienen autonomía relativa ante las determinaciones estructurales.

El reto de construir análisis más complejos, evitando el dualismo, pasa también, inevitablemente, por una crítica más amplia a la racionalidad moderna. Esto porque en

nombre de una supuesta universalidad y objetividad científica, se impuso una forma muy específica de conocimiento, funcional a los intereses europeos hegemónicos. “Sobre nosotros mismos llamamos” —dice el lema de esa racionalidad— para que, libres de la dimensión subjetiva, se manifieste la lógica universal, la ciencia y la objetividad (Bolívar, 2002). Lo que no se dice es que en realidad muchas formas de conocer y asignar sentido a la experiencia fueron silenciadas, para imponer una racionalidad europea, moderna y colonial.

El proceso de gestación de ese paradigma de conocimiento se confunde con la conquista de América, el momento fundador no solo de una nueva organización política, sino de un nuevo orden cultural global, en torno de la hegemonía europea (Lander, 2003). Además del dominio y saqueo del territorio, de la explotación de la fuerza de trabajo y del genocidio de los pueblos originarios de estas tierras, también se colonizaron las subjetividades, la cultura y las formas de producción de conocimiento.

Dos mitos son fundadores y sostienen esa racionalidad colonial: el dualismo y el evolucionismo (Quijano, 2003). La exterioridad entre el sujeto y el objeto del conocimiento —tomada como exigencia de cientificidad— y su correlato ontológico —la fisura entre alma y cuerpo— hace que el otro sea visto como un objeto y no como sujeto. Según el mito evolucionista, la Historia es un proceso lineal que parte del estado de naturaleza y culmina en Europa. La combinación del dualismo con el evolucionismo resulta en la idea de “raza” (Quijano, 2003), que legitima y naturaliza la separación radical entre europeos y no europeos, y la inferioridad y el retraso (o “subdesarrollo”) de los pueblos no europeos, cuyas formas de saber y existir pasan a ser vistas como primitivas e inferiores. Ante la “inferioridad natural” de esos pueblos, la racionalidad colonial solo considera como posibilidad la imposición de la “civilización” o su aniquilación.

La crítica al paradigma moderno de conocimiento y su colonialidad tiene como eje importante la reincorporación del sujeto y de la subjetividad a los procesos de conocimiento. Una racionalidad alternativa busca la pertinencia histórica del conocimiento, y esta exigencia de historicidad (Zemelman, 2001) se alcanza al construir conocimiento a partir de la experiencia del sujeto. De este modo se rompe con la exterioridad entre sujeto y mundo, y se reincorpora aquello que había sido desechado por la racionalidad moderna en nombre de “universalidades” y “objetividades” siempre parciales y colonizadoras: “No nos olvidemos que bajo el traje de los valores universales autorizados por la razón, la razón de una raza, un género y una clase social fue impuesta de hecho” (Sousa Santos, 2008: 33).

Como latinoamericanos, esa tarea es aún más urgente, pues acá las formas de imposición cultural fueron muy intensas y las ideas estuvieron “fuera del lugar” (Schwarz, 2005). Nuestras ciencias sociales están marcadas por un desfase entre teoría y realidad, pues utilizamos conceptos importados que no corresponden a nuestra realidad concreta, en tanto fueron creados en otros contextos sociohistóricos. La consecuencia de este desencuentro entre nuestra experiencia y nuestra perspectiva de conocimiento es la caracterización distorsionada y parcial de nuestra realidad, o simplemente la invención de realidades.

Esta discrepancia entre teoría y práctica es dañina a ambas y hace necesario no solo un nuevo conocimiento, sino un nuevo modo de producción de conocimiento. El conflicto está en que resulta difícil buscar la solución para esos problemas a través de las ciencias sociales, pues en su forma convencional estas son parte del problema. El reto, pues, es lograr reinventarlas. Según Sousa Santos (2006), lo que hay que transformar es la racionalidad que está en la base de las ciencias sociales, una “razón indolente”, que se considera única, exclusiva y que no se ejercita lo suficiente puesto que queda limitada a sus categorías más abstractas y reduccionistas. Esa racionalidad tiene dos formas principales de manifestación: la “razón metonímica”, que fácilmente toma la parte por el todo y contrae el presente al desperdiciar gran parte de la experiencia; y la “razón proléptica”, que cree conocer en el presente cuál será el futuro.

Como alternativa a la razón metonímica, Sousa Santos propone una “sociología de las ausencias”, que permite hacer presente experiencias que deben ser visibilizadas si se quiere expandir el horizonte de posibilidades y romper con el cinismo de la ausencia de alternativas. La crítica de la razón proléptica la lleva adelante otra sociología insurgente, la “sociología de las emergencias”, que permite buscar en el presente señales de procesos emergentes que son embrionarios de un futuro distinto.

Además, esa razón indolente y el debate entre emancipación y regulación han desviado de la lucha por la constitución de “subjetividades rebeldes” (Sousa Santos, 2006: 19). El autor portugués define a esas subjetividades rebeldes como las que a) tienen curiosidad epistémica: son capaces de asombrarse y hacer preguntas a lo que se presenta como dado; b) construyen un pensamiento de ruptura: critican el orden establecido y buscan su superación transformadora; y c) hacen referencia a algún proyecto utópico: proyectan un más allá distinto y emancipador, en una combinación de esperanza y resistencia.

Si queremos rechazar la colonialidad del saber y del poder, tenemos que encarar la difícil tarea de participar en la construcción de otra racionalidad, no dualista, lineal y explicativa; sí plural y democrática. En el marco de las pedagogías críticas, el reto pasa por la constitución de “subjetividades rebeldes”, que critican las formas de dominación contemporáneas, pero mantienen viva la esperanza y la lucha por una sociedad más justa e igualitaria.

.....

* Jonas Waks

Universidad de Buenos Aires UBA. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA

*David Abril

EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA

Las Epistemologías del Sur suponen un revulsivo en la construcción de conocimiento que, desde una perspectiva crítica, pretenden visibilizar y sistematizar los saberes emanados de las luchas y resistencias localizadas con el objetivo de transformar el mundo frente a las múltiples formas de opresión derivadas del capitalismo, el colonialismo y el patriarcado.

El trabajo desarrollado por la Universidad Popular de los Movimientos Sociales (UPMS), y las redes de debate y pensamiento crítico generado en estos años a partir de la propuesta de Boaventura de Sousa y el equipo del CES, son la demostración de los avances y a consolidación de las EPS. Sin embargo, cabe preguntarse:

¿Hasta qué punto la producción de conocimiento bajo el paradigma de las Epistemologías del Sur no reproduce en parte aquello que critica con respecto a la modernidad occidental? ¿En qué medida el lenguaje y el conocimiento sistematizado desde las Epistemologías del Sur no constituye un metalenguaje exclusivo de filósofos, antropólogos, sociólogos o lingüistas?

¿Es accesible el conocimiento sistematizado por las Epistemologías del Sur para cualquier activista social de cualquier Sur que no esté vinculado al ámbito académico? ¿Es posible elaborar una propuesta pedagógica a partir de las Epistemologías del Sur que permita socializar mejor el conocimiento generado, acercando su lenguaje y potencialidades a las comunidades, y multiplicando el alcance de las EPS?

A partir de estas preguntas, en esta contribución se esboza una propuesta pedagógica a partir de los conceptos y categorías emergentes de las Epistemologías del Sur y sus relaciones e interacciones que permita que las potencialidades de la propuesta política y epistemológica que representan las EPS sean aprovechadas en actividades formativas y educativas formales y no formales, especialmente en el campo de los movimientos sociales, por el máximo de colectivos y personas posible.

Esta propuesta se basa en dos pilares metodológicos. Por una parte, y siguiendo a Boaventura de Sousa Santos, la traducción intercultural, mediante la cual y una vez identificados esos conceptos y categorías, se proponen definiciones que se aproximen a la "zona de contacto", entendida como un espacio dialéctico de conexión e

interpretación de diferentes luchas localizadas en diferentes contextos.

Y por otra, la pedagogía crítica de Paulo Freire y en particular el método mediante el que el educador buscaba "palabras generadoras" para facilitar la alfabetización de los educandos, buscando términos del propio contexto que llenasen de sentido su proceso de aprendizaje liberador, junto con los llamados "temas generadores", con el objetivo de problematizar la realidad y generar conciencia social a partir de temas de interés para la comunidad. Términos que sirviesen para construir un universo mínimo temático-significativo compartido por los participantes en el proceso educativo, que permitiese hacer visible, al menos imaginable, una sociedad alternativa.

Para ello es necesario que los conceptos asociados a las Epistemologías del Sur se acompañen de ejemplos localizados de conflictos, situaciones, metáforas, que desde diferentes lenguajes que trasciendan la palabra -utilizando la expresión de Stuart Hall- permitan desplegar las posibilidades heurísticas y acercar todavía más dichos términos o categorías a quien se acerca por primera vez a las EPS.

Se trata, pues, de plantear una propuesta pedagógica que facilite una primera aproximación a las Epistemologías del Sur a activistas y comunidades de base, mediante talleres u otros formatos grupales participativos, que retroalimenten las Epistemologías del Sur y permitan la toma de conciencia sobre la importancia de la sistematización de experiencias y luchas concretas y su puesta en común. En definitiva, se propone hacer más permeables sus términos y categorías principales, de facilitar que las experiencias tengan cabida en el lenguaje.

.....

* David Abril

Grupo INTER de investigación en educación intercultural (UNED) INTER. Madrid, España

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E NOVAS PROPOSTAS ÉTICAS E EPISTÊMICAS NO DIÁLOGO ENTRE FEMINISMOS E BUEN VIVIR

*Márcia Tait

A comunicação irá compartilhar alguns percursos teóricos, indagações e relações conceituais que articulam vertentes teóricas e propostas ético-epistêmicas de ações coletivas em curso na América Latina. Essas reflexões fazem parte de pesquisas em fase de desenvolvimento e de experiências pedagógicas recentes no âmbito na pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. As experiências com a pesquisa de pós-doutoramento com o tema de ética, conhecimentos, ações coletivas e buen vivir se iniciou em 2015-016, no mesmo período em que iniciava o oferecimento de algumas disciplinas na Unicamp.

Uma delas, o curso “Epistemologias situadas e engajadas - corpos, contextos e políticas na produção de conhecimentos e futuros possíveis”, oferecido junto ao Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (MDCC/UNICAMP), que foi pensado como possibilidade de criar um espaço para compartilhar, pensar e elaborar coletivamente questões estudadas durante o pós-doutorado. Ainda no período entre 2014-2017, também participei de experiências pedagógicas junto a disciplina "Histórica Econômica Política e Social do Brasil", oferecida para alunos de graduação do Instituto de Geociências; e ao curso de extensão "Meio Ambiente Questões Agrárias e Multimeios", que trabalha a produção coletiva de audiovisuais. As questões teóricas e metodológicas trabalhadas nestes cursos também serão exploradas na comunicação. A proposta pedagógica que estruturou os cursos se apoia na noção de epistemologias situadas e engajadas. O termo situado refere-se, principalmente, a perspectivas feministas sobre geração de conhecimento parcial, mas também a produção de ações coletivas latino-americanas. O termo engajado é utilizado como forma de instigar a proliferação de conhecimentos, que reconheçam como política e eticamente comprometidos, e apoia-se em abordagens sobre a descolonização do conhecimento, pluralidade metodológica e nas ações-reflexões de movimentos de mulheres indígenas e camponesas pela emancipação/autonomia e defesa de seus territórios. Os dois adjetivos, que acompanham a palavra epistemologia no plural, são trazidos para provocar rupturas com a noção de epistemologia e ciência únicas e permitir a discussão do gênero, raça, etnia, sul-norte.

Os programas para os cursos foram concebidos a partir de eixos temáticos estruturantes como: “Ciência, tecnociência e teorias críticas”; “Descolonizando o pensamento e as ciências”; “Movimento social como produtores de conhecimento e agentes de mudança”, “Ciência, conhecimentos e feminismo relações/transformações”; “Olhares feministas da relação Humanos-Natureza”; e “Epistemologias Feministas, Movimentos Sociais e Diálogo com Buen Vivir”. A linha condutora foi a reflexão sobre os aspectos culturais (construção social do gênero,

raça/etnia), sobre concepções de desenvolvimento, conhecimentos e ciência e novas possibilidades de elaborações sobre “produção/reprodução” da vida a partir do contexto histórico, social e cultural do Sul, circunscrito a América Latina e Brasil.

As leituras se conduziram por abordagens e conceitos diversos, de forma “transdisciplinar” e buscando inserir-se em perspectivas interculturais e decoloniais inspiradas nas noções de ciência política e própria (Fals Borda), epistemologias da do Sul, ecologia de saberes (Sousa Santos), descolonização do poder e do saber (Quijano, Lander, Grosfoguel). Além de referências clássicos do pensamento social Brasileiro e referências feministas.

A busca foi e continua sendo, por tecer relações e explorar a riqueza e potências destas noções e abordagens teóricas para (re) pensar a produção do conhecimento, dando continuidade a um trabalho iniciado durante a pesquisa de doutorado com os potenciais epistêmicos e éticos das ações coletivas de mulheres camponesas.

A proposta da intervenção nesta Conferência é explorar as questões que têm se apresentado neste processo de aprendizado, entre docência e pesquisas, com a elaboração de questões iniciais, reflexões/provocações teóricas e algumas “observações sistemáticas”.

.....

* Márcia Tait

Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas DPCT/UNICAMP. Campinas, Brasil

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E O DEBATE CENTRO-PERIFERIA

*Priscilla R Fonseca Moura

A marginalidade latino-americana, no que tange à construção do mundo moderno como conhecemos, é uma das grandes discussões que o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano suscita. Sob esta perspectiva, a influência das culturas presentes neste continente, a configuração das relações sociais mediante a ideia de raça, o vasto conhecimento dos diversos povos sobre o território, entre inúmeros outros aspectos, permitiram a constituição do mundo moderno tal como o conhecemos. Somente a partir da expansão às Américas foi possível a formação de um padrão de poder mundial, com o estabelecimento do controle do trabalho como elemento central para o desenvolvimento de um mercado com global. A narrativa hegemônica ocidental, no entanto, sustenta que a Europa é o resultado mais avançado de sociedade e seu modelo precisa ser reproduzido. Colocando-se no centro da História e do progresso, tal construção teórica pretende-se totalizante e única, referência a partir da qual se civilizam os povos primitivos do outro lado do oceano. Boaventura defende que a moderna sociedade ocidental e seu paradigma legitimado como universal não deixa de ser, em suma, local, diferenciando-se pela capacidade de se globalizar com sucesso, suprimindo, apropriando-se e marginalizando tantos outros paradigmas e tradições. Autores como Wallerstein, Mignolo, Coronil, Lander e Segregra concordam com a violência estrutural com a qual a América Latina foi submetida, fundamentada por esse pensamento hegemônico. Nossa crítica busca a desmistificação da noção de um conhecimento universal, enfatizando a pluralidade da sociedade moderna a partir do reconhecimento de que todas as explicações do mundo serão sempre incompletas e não-excludentes, como salienta Boaventura Sousa Santos. Empreenderemos uma revisão bibliográfica do conceito de periferia aplicado a América Latina, buscando referências para invalidar a ideia de atraso, de desumanidade, de pobreza e de barbárie comumente associada ao termo. A definição de periferia suscita a subalternização, reduz a participação e a contribuição ao mundo capitalista dos países identificados por tal conceito. É preciso, deste modo, encontrar caminhos de defesa de que o processo de construção do pensamento moderno ocidental foi, no mínimo, realizado de modo dialético, interdependente e, principalmente, mediante dominação e violência, pela apropriação de conhecimentos, de culturas, de matérias-primas e de significados. As tradições dos países ditos periféricos foram rechaçadas, os povos submetidos à escravidão e ao racismo, a tecnologia e a inteligência inferiorizadas e remodeladas nos ditames ocidentais, a natureza destruída e roubada para o enriquecimento de metrópoles que hoje são chamadas às falas através de uma determinação epistemológica universalizante e, novamente, salvadora. Tal empreitada é necessária e urgente, porém, deve ser realizada através de marcos não hegemônicos que foram silenciados desde o colonialismo. Pensar a América Latina desde nosso

ponto de vista pressupõe dialogar a partir de bases epistemológicas diferentes daquelas que fundaram os modos de interpretação hegemônicos. Uma grande parcela de estudos críticos, ao não superarem este vício de origem, acabam por novamente legitimá-los. Ao longo do trabalho discutiremos, também, as provocações de Eduardo Galeano ao asseverar que as periferias servem e enriquecem os países centrais através de suas reservas naturais, seus produtos e sua mão de obra. Como, então, podem ser a sombra do mundo, a parte mais marginalizada, se as riquezas partem delas? O “atraso” de uns compõe e gera o “desenvolvimento” de outros. A derrota daqueles é sinônimo de vitória em distantes cantos do mundo. Portanto, como não identificarmos nisso um caráter dialético e interdependente de trocas sucessivas, ainda que desiguais? Se a exploração de uma riqueza externa empobrece os de dentro e faz prosperar antigas metrópoles coloniais, isso não significa, contraditoriamente, que as periferias é que são ricas e centrais para a permanência da sociedade moderna?

.....

*** Priscilla R Fonseca Moura**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional UFRJ - IPPUR. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

EPISTEMOLOGIAS DO SUL NO PENSAMENTO DE MANOEL BOMFIM: ELEMENTOS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

*Kattia Amin Kattia

A proposta apresentada a esta conferência pretende desenvolver uma reflexão crítica acerca do discurso das ciências sociais versado à luz das Epistemologias do Sul e os seus usos na educação. Toma-se como objeto de análise e discussão os estudos de Manoel Bomfim referentes aos problemas situados em torno da educação brasileira, no período da Primeira República, tendo como pano de fundo, o cenário de atraso social e econômico, sob o qual estavam imersos os países latino americanos, entre eles o Brasil. Busca-se como objetivo principal repercutir as ideias de colonialidade presentes na formação do pensamento social brasileiro associadas à educação. Convém esclarecer que a crença na ciência como um corpo de ideias e de pressupostos explicativos da realidade humana, tem sido bastante questionada quanto à sua utilidade no campo social. Seja em razão dos interesses e perspectivas atribuídas aos sujeitos em seus diferentes contextos de vida, ou em razão da necessidade de responder às inquietações relacionadas à existência humana. Constituído de um saber rigorosamente organizado e objetivamente comprovado, o conhecimento científico é concebido como aquele capaz de responder as inquietudes por meio de critérios irrefutáveis demarcados no limite de suas assertivas. Tem sido assim o percurso da ciência. De outra parte, a ciência é formada por um conjunto de códigos material e simbólico, criados pelo homem no intuito de representar e, ao mesmo tempo, projetar sobre si e sobre o mundo um tipo particular de linguagem. Isso por sua vez, implica na confiabilidade dos critérios científicos em face às questões humanas. Nas ciências sociais o epicentro do conhecimento está situado no conjunto das relações entre o indivíduo e o advento de uma sociedade marcadamente complexa em suas formas de produzir e de pensar a realidade social. O pensamento especulativo e religioso cede lugar à racionalidade científica das ciências naturais tornando-se pressuposto e alicerce da estruturação do método nas ciências sociais. Fruto de uma sociedade eclodida das transformações tecnológicas e margeada pelas desigualdades, as ciências sociais têm o seu marco histórico de surgimento o século XIX, notadamente com a consolidação do mundo moderno. Nesse contexto de transição, o positivismo emerge como um modelo teórico das ciências sociais. Nele, o quanto maior for a objetividade científica e menor o contato do cientista com o objeto em observação, maior são as possibilidades de confiabilidade do conhecimento produzido. Essa premissa considera a ciência um modelo de conhecimento aparentemente neutro destituído de juízo de valor, uma vez que nega as influências do processo histórico sobre a ocorrência dos fenômenos sociais. Com tais características, percebe-se nessa construção a escolha por modelos teóricos traduzidos no distanciamento entre pesquisador/sujeito e objeto pesquisado. Dito isso, é oportuno destacar a noção implícita de neutralidade presente

nos princípios norteadores do método positivista. Nesse cenário, há uma questão de fundo: como compreender a vida social quando se trata de propor um método de pesquisa delineado na imparcialidade e na objetividade científica? Note-se, que nas ciências sociais as leis científicas emergem guiadas por uma visão objetiva e imparcial do conhecimento. É importante mencionar que o movimento positivista remonta do século XVI e nasce das entranhas empiristas das ciências naturais. A busca da verdade é, por assim dizer, um construto de ideias e projeções sobre uma determinada investigação e apoiada nos procedimentos investigativos adotados pelas ciências naturais. Dada às considerações tangentes as assertivas da filosofia positivista é oportuno ressaltar que as ciências sociais, tanto quanto aos demais campos científicos, reúnem uma vasta associação de elementos metodológicos derivados de contextos historicamente determinados (DEMO, 2014). Nesse contexto em que a vida social torna-se objeto de investigação, Augusto Comte (2000), expoente da filosofia positivista, advoga que todo modo de inventividade deverá submeter-se à observação. Tais considerações apontam para a necessidade de outras reflexões epistemológicas que possam fazer frente às verdades incontestes do conhecimento científico. Do ponto de vista epistêmico, pretende-se aqui discutir sob quais perspectivas o conhecimento científico se constitui em um pensamento social dominante, considerando a aproximação entre os paradigmas das ciências sociais e a educação moderna. Assim, num cenário desagregador provocado por um novo modelo de sociedade, a educação das massas, sob o rigor da ciência, seria o meio pelo qual a ordem moral seria reestabelecida. Tal perspectiva acena para um ideal de mundo e de homem adaptável e subserviente aos paradigmas emergentes do capitalismo moderno, travestido de uma cientificidade aparentemente pedagógica que adentram nos processos formais de educação impondo sua visão eurocêntrica. Este contexto não só trouxe novidades em termos de progresso econômico às sociedades colonizadas da América Latina, como acendeu as luzes para o completo abandono em que se encontrava a educação do povo. Observa-se uma tendência gerada em torno da ciência e da instrução pública como mecanismos relevantes para a construção de uma nação livre das amarras do “atraso” econômico acerca do qual estava submetida a sociedade brasileira. O fascínio exercido pela modernidade sobre o pensamento conservador torna-se, nesse contexto, o principal argumento em defesa de um país para que avance rumo ao desenvolvimento do progresso social. Para tanto, se fazia necessário investir na educação das massas como forma de adequar os indivíduos ao ideal político filosófico de matriz republicana. Aventada a possibilidade de adotar o cientificismo pedagógico como pressuposto para a realização das práticas educacionais, chama a nossa atenção, o fato desse mesmo cientificismo negar as diferenças culturais e identitárias entre as nações, em particular, as latino americanas em nome de uma pretensa unidade nacional. Ou então, como justificar as benesses do progresso científico utilizando-se de um discurso ideológico de dominação e exclusão, corporificado no aprofundamento da desigualdade social, econômica, cultural e étnico-racial, como aquela imposta às nações colonizadas da América Latina, entre os séculos XVIII e XIX. Em resposta aos paradigmas acima apontados, as Epistemologias do Sul (BOAVENTURA; MENESES, 2009) consideram a sociedade como manifestação de uma pluralidade cultural, de forma a reconhecer os diferentes saberes situados na experiência dos coletivos locais. A escolha metodológica adotada para proceder com esta reflexão será uma cuidadosa revisão da bibliografia que aborda como tema central, as formas materializadas e

simbólicas de como as teorias colonialistas foram forjadas no interior do processo de colonização cultural e econômica das nações europeias, perante as nações latinoamericanas a partir da obra bomfiniana ² A América Latina: males de origem. A análise de conteúdo tem um papel relevante na busca de elementos conceituais que servirão de base analítica para as discussões crítico-reflexivas a que se propõem este trabalho. No intuito de estabelecer nexos entre as bases epistêmicas das ciências sociais em sua interface com a proposta de unidade nacional por meio da educação, duas perguntas são oportunas: Que outras epistemologias permitem refletir sobre os processos sociais de colonialidade? De que forma os estudos de Manoel Bomfim contribuem para o processo de desnaturalização do ideário social dominante subjacente à formação do pensamento educacional brasileiro?

.....

* Kattia Amin Kattia

Kattia de Jesus Amin Athayde Figueiredo KJAAF. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

ESTEREÓTIPOS ÉTNICOS E SEXUAIS NA OBRA DE JORGE AMADO: ELEMENTOS DISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO

*Lucivânia Nascimento Dos Santos

A obra de Jorge Amado (1912-2001) pode ser analisada no contexto da construção literária da identidade nacional brasileira e, em particular, na construção de uma determinada identidade regional do Nordeste brasileiro, nos marcos do modernismo da primeira metade do século XX e de suas derivações posteriores. Esse é um empreendimento intelectual do qual o escritor participou com uma obra pautada por temas ligados ao contexto histórico e geográfico nordestino, com destaque para o sul da Bahia, região onde nasceu e que é tema de muitos dos seus romances. São abordados aqui elementos dos romances “Terras do Sem Fim” (1943) e “Gabriela, Cravo e Canela” (1958) com base em conceitos das teorias de análise do discurso e em contribuições teóricas de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault, Edward Said e Anibal Quijano. A análise dos referidos livros de Jorge Amado utiliza como alicerce, em um plano mais específico, as reflexões do geógrafo Albuquerque Júnior sobre “a invenção do Nordeste”, em que esse autor, em uma perspectiva desconstrucionista, define o regionalismo do Nordeste como um “regionalismo de inferioridade”, em contraposição ao regionalismo de São Paulo, que se caracterizaria pela ideia da “superioridade”. O autor chega a essa conclusão a partir de jogos discursivos de enunciados a partir do “Sul” e do antigo “Norte”, nos quais os interesses das elites locais de cada “região” ora são conflitantes, ora são convergentes. A inferioridade presente no regionalismo do “Norte”, depois “Nordeste”, é considerado de inferioridade porque uma série de imagens são selecionadas tanto pelos enunciadores sulistas como nortistas de modo a mostrar, por meio de estereótipos, o Nordeste (que antes de sua invenção era chamado de “Norte”) como atrasado, arcaico, medieval, não-civilizado, habitado por “fanáticos”, “loucos” e “violentos”, associando isso à mistura de raças, à presença do negro, à seca e ao clima. Constata-se, numa reflexão preliminar à análise da obra de Amado, que os discursos da construção da identidade nacional brasileira estavam atravessados por discursos “científicos” da época, como os da eugenia, do darwinismo social, bem como do nacionalismo e do regionalismo. A formação discursiva que dá origem ao Nordeste na década de 1920, mas que tem origem nas últimas décadas do século XIX, é a formação discursiva na qual se inserem romances regionalistas modernistas de autores como Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto e outros escritores de esquerda, mas que teve como precursores autores elitistas que evocam o passado de glória e de riqueza de suas famílias que constituíam a elite escravocrata açucareira, como Gilberto Freire e Raquel de Queiroz. De um lado, escritores progressistas na busca de uma sociedade igualitária, denunciando a exploração de trabalhadores, e, do outro lado, saudosistas que reivindicam seus privilégios evocando um passado glorioso identificador da

“região”. A seca, o coronelismo e o messianismo são selecionados nestes discursos, de modo que o Nordeste emerge como uma construção imagético-discursiva e sua configuração como região nasce do reconhecimento da derrota das elites do Norte. Na mesma década, em 1922, acontece a Semana da Arte Moderna em São Paulo. Este movimento é caracterizado pelo objetivo comum de construção da identidade nacional. O regionalismo se manifesta como um meio de se chegar à identidade do povo brasileiro, em suas diferentes áreas do território e etnias. O que caracteriza o movimento modernista a partir de São Paulo, para Albuquerque Júnior, é sua pretensão de ser reconhecido como centro cultural do país, uma vez que já ocupava a posição anteriormente do Rio de Janeiro de centro econômico. Neste sentido, os modernistas viam São Paulo como modelo sintetizador da identidade nacional mestiça, símbolo do desenvolvimento nacional e da civilização, de tal modo que a área do Brasil que era chamada “Norte” e o que veio a ser chamado de Nordeste era o passado primitivo da nação, o Outro de São Paulo, mas que precisava ser modernizado e “civilizado” também e, visto como passado da identidade nacional e como elemento de sua formação, deveria também ser evocado pela memória nacional. Em meio a essa sintetização da identidade nacional a partir de São Paulo, emerge o mestiço como símbolo do povo brasileiro.

Coincidentemente, os enunciados dos discursos da construção da identidade nacional, em meio ao qual se constrói a identidade nordestina e da região cacaueira em torno de estereótipos, são feitos por, predominantemente, homens brancos e poucas mulheres, mas também brancas, da mesma elite intelectual e econômica privilegiada. São discursos atravessados de formações discursivas coloniais, em que a negra e o negro, a índia e o índio, a mestiça e o mestiço são estigmatizadas e estigmatizados por meio de estereótipos, do racismo e do sexismo. A formação discursiva que constrói a identidade nacional na primeira metade do século XX e, paralelamente, inventa o Nordeste e a identidade nordestina, conforme Albuquerque Júnior, é a nacional-popular e utiliza o dispositivo das nacionalidades para sua sustentação. Mas podemos perceber, com base em Quijano, que os discursos coloniais atravessam o processo de construção da identidade nacional brasileira, nordestina e, neste processo, a construção da identidade da região cacaueira na obra de Jorge Amado.

Gabriela, personagem de Jorge Amado, era mulata, portanto, negra, mas no discurso da democracia racial era mestiça. Há uma intersecção de raça, classe e gênero na construção da “identidade nacional” onde o “Nordeste” é tecido como o Outro de São Paulo, do “Sul”. Há fios discursivos em “Gabriela, Cravo e Canela” que partem de direções opostas formando seu tecido. Se, por um lado, há uma exacerbação da sexualidade que está relacionada à histórica irracionalização dos não-brancos (e mesmo das mulheres brancas, por serem mulheres, já que o conceito de humano e, portanto, de racional, era um privilégio masculino, de modo que a mulher não era sujeito-razão no racionalismo europeu) desde o discurso colonial, de modo que o sujeito não-racional está em estado de natureza, está mais próximo do animal, do instinto, é o corpo por outro lado, há uma nítida tentativa do autor narrador de levantar questões que evidenciam sua crítica ao patriarcado, à posse da mulher pelo pai e pelo marido, à falta de liberdade no casamento dentro dos padrões da moral social da época, por meio de personagens femininas com forte protagonismo em sua trama.

.....

*** Lucivânia Nascimento Dos Santos**

Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB. Porto Seguro, Brasil

Resumen de ponencia

ESTÉTICAS DECOLONIALES Y PROCESOS FRONTERIZOS SOCIOPOLÍTICOS: GENERACIÓN DE PROCESOS CREATIVOS EMERGENTES EN LA REGIÓN SUR-COLOMBIANA

*Alexander Buzzi Ruano

La ponencia propone una revisión crítica del ser perteneciente a territorios fronterizos socialmente violentados en la región surcolombiana, el primer aspecto es la exclusión de los saberes y prácticas culturales comunitarias a favor de la imposición de - intereses nacionales, y la manipulación efectuada por los medios masivos que interviene la sensibilidad del creador-espectador. Estos tipos de violencia fungen como espacios de control de la modernidad a favor del proyecto capitalista originario del primer eurocentrismo en la consolidación de la matriz Modernidad/Colonialidad caracterizada la alineación del otro por medio de la relación Comunicación y poder. Tanto la violencia social cotidiana, como la violencia mediática, afectan el hábitat político y ambiental, como lugar de simbolización existencial del pluriverso (Abya-Yala), los saberes y prácticas, determinantes al proceso de constitución de cosmovisiones, identidades y sensibilidades originarias de la sagrada relación hombre y naturaleza, que al ser vinculada con el territorio constituyen maneras de pensarse y diseñar nuevas epistemologías del sur. Fungen como saberes fundamentales en la generación de propuestas creativas en la región; cosmovisión que se ve diezmada por cánones estético-políticos nosológicamente elitistas.

Partiendo de esta fragmentación violenta el individuo se adhiere para vislumbrar y subvertir la relación cultural impuesta por el estado nación “fantástico” de atracción de génesis neoliberal; idealizado en el culto por la imagen publicitaria, generadora de esclavización asociada a la fijación del “placer” como escala de superación social, propiedad que opera en pro de la devastación extractivista del “Otro”. Se trata de la confrontación: memoria-tradición vs distracción mediática-consumo, inmersa en representaciones simbólicas y artísticas, objetos violentamente estetizados en un espacio-tiempo necesitado de una reflexión en contexto por parte del ser y las comunidades.

La región surcolombiana ha sido catalogada históricamente como punto de encuentro y cruce de caminos de diferentes pueblos y colonias, que conviven en “fronteras imaginarias” concibiendo el entrecruzamiento y constitución de prácticas artísticas inter-trans-culturales que desvanecen límites entre territorios en búsquedas que alivianan la intimidación del alienante estado.

En este contexto es necesario unir esfuerzos que evidencien la indiferencia social generadora de procesos violentos que intimidan a comunidades indígenas, afrodescendientes, campesinas; fruto de diferencias religiosas y racialización, factores que intentan dividir las comunidades indígenas, afrodescendientes y campesinas con el

fin de menguar su poder como grupo. El naciente pensamiento crítico en las producciones artísticas se siente y se expresa como campo de práctica en la frontera, habidad generado en pro de evidenciar la xenofobia y desprecio por los saberes del otro por parte de sistemas que actualmente se sienten superiores al haber colonizado en lenguaje, memoria y espacio; cosmovisiones y cartografías determinantes en la constitución de una emergente geoestética.

Nosotros desde la región andina sur-sur, hemos construido pedagógicamente en y desde las comunidades con la vital intención de cuestionar esta exclusión y diferenciación de la sociedad colombiana frente a la exclusión y negación de reconocimiento de prácticas y saberes artísticos emergentes del territorio.

En reciprocidad, esta investigación retoma la estética desde un enfoque crítico, que no desconoce su génesis occidental, pero sí pone en tela de juicio su accionar excluyente frente a procesos artístico representacionales del latinoamericano en relación a la “pedagoviencia sistémica” imperante en el proceso moderno. Así concebimos la estética en términos de “conocimiento sensible” fenomenológicamente no violentado, inherente al proceso de representación del individuo relacionado con su territorio.

Las tesis que aquí se abordan tienen la intensión textual e intertextual de evidenciar la relación entre arte y frontera, arte - naturaleza, relacional al concepto violencia.

Reflexiones identitarias, procesos de redescubrimiento y reafirmación del territorio, generando alrededor de manifestaciones artísticas, reaccionarias, de saneamiento de heridas coloniales generadas al interior del proyecto excluyente moderno, búsqueda de una redefinición decolonial del ser andino que habita varias fronteras.

Las tesis que aquí se abordan tienen la intensión de evidenciar la relación entre arte y frontera, arte - naturaleza, relacional al concepto violencia epistémica. Reflexiones identitarias, procesos de redescubrimiento y reafirmación del territorio que forjan manifestaciones artísticas, reaccionarias, de saneamiento de heridas coloniales generadas al interior del proyecto excluyente moderno, búsqueda de una redefinición decolonial del ser andino que habita varias fronteras contexto que se harán innegables en el desarrollo de bienes comunes, acceso al conocimiento, proyectando una estética de la liberación.

.....

* Alexander Buzzi Ruano

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LAS ARTES UNA. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

ESTUDIOS CULTURALES Y ESTUDIOS POSCOLONIALES: CRUCES Y PREGUNTAS POSIBLES

*Mario Rufer

¿Cómo podría trazarse un contrapunto entre los estudios culturales y la crítica poscolonial, corrientes que, en latitudes y temporalidades propias, nacieron para contestar malestares teóricos e insuficiencias en el trabajo de problemáticas contemporáneas? Esta ponencia sostendrá la tesis de que la recuperación genealógica de los estudios culturales se puede comprender más cabalmente si tenemos en cuenta la emergencia coetánea de esta corriente junto con los estudios poscoloniales a finales de los años 70 del siglo XX (al menos de cierta vertiente de ellos). Lo que hoy se llama la “crítica” poscolonial nace con una premisa clave: desmontar y deconstruir las estrategias del Discurso de Occidente (Hall) para mostrar su particularidad y su parroquialismo (y a la vez, problematizar críticamente la irreversibilidad de los procesos históricos, así como su ineludible condición de apertura). Por otra parte, la tarea del archivo poscolonial ha sido evidenciar desde dentro la condición irreducible de silenciamiento de las culturas “negadas a la presencia” (Fanon) de la Europa Hiperreal; y mostrar las marcas de colonia que siguen formando parte de las formas de concebir las sociedades contemporáneas (no las supervivencias al estilo funcionalista sino las marcas como signos abiertos, disponibles a la lectura). Y es claro que ciertas maneras de comprender la relación sujeto-objeto en el conocimiento, así como la dinámica universal-particular, se convirtieron en premisas clave para esta corriente (más allá de sus denominaciones peculiares) en las últimas décadas.

A su vez, una revisión a las formas del determinismo marxista junto con una puesta en jaque a las propuestas estructuralistas y relativistas de los culturalismos en boga, estuvieron en el centro de la disputa de los “cultural studies” (al menos en su génesis británica): así, la crítica a la noción de ideología se emparenta fuertemente con la búsqueda de conceptos menos unidireccionales como la clase para explicar los procesos históricos de significación en sociedades no occidentales que persiguió la crítica poscolonial. Adicionalmente, las revisiones que hacen los exponentes de los estudios culturales a las formulaciones teleológicas sobre la acción reproductora del capital en la dimensión activa de los sujetos, tiene su correlato en las críticas poscoloniales a las nociones más clásicas de estructura, conciencia e historia (sobre todo, en este caso, nos referimos a los Subaltern Studies).

En la propia constitución de los saberes y de aquella separación materia-idea, naturaleza-cultura, historia-mito, no sólo se extrapoló el concepto, sino la disputa por la cultura a los espacios imperiales: la modernidad colonial insertó los propios dilemas europeos sobre la distinción cultural, lo civilizado y el folklore, lo cultivado y lo no cultivado, o sea, el imaginario binario, a los espacios no-europeos: trasladó una imaginación del tiempo y una lógica de la función de la cultura en ese ámbito: en la historia de la guerra y la violencia, en los procesos de invención de la tradición étnica y

creaciones homogeneizantes de la nación, la cultura era un concepto fácilmente extrapolable para mostrar a los otros, ubicarlos, y transportar en ellos la propia inestabilidad de la idea misma del imperio: “civilizarlos”. Aquí se inserta el otro problema al que los estudios poscoloniales darán privilegio: la temporalidad. Los estudios culturales británicos retomaron una dimensión histórica de la cultura pero rara vez reflexionaron sobre ella. No se trata simplemente de hacer estudios sobre las culturas del pasado como formas simbólicas de la experiencia, sino reflexionar sobre un posicionamiento ante el tiempo y ante las imaginaciones del tiempo sobre la cultura. La jerarquía en la diferencia comienza con el tiempo: los indios de Chiapas en México, los satnamis de India o los yanomami del Amazonas entran en el “paneo cultural”, el “mosaico” de la nación que celebra la diversidad de grupos bajo una doble aporía: no sólo la que ya todos conocemos, el enfrentamiento de una cultura nacional con subculturas, algo que los estudios culturales una y otra vez señalan en Inglaterra, sino la de una jerarquía temporal, lo que Johannes Fabian llamó “la negación de la coetaneidad” en la imaginación antropológica (the denial of coevalness). Habitan un espacio geográfico imaginado como “compartido”, pero en la misma imaginación, la frontera es temporal: viven en otro tiempo. Una frontera una y otra vez exhibida por las propias políticas de identidad: la celebración de la tradición, la exposición museística, el nuevo turismo cultural, todas estas son formas de ese espectáculo que intenta marcar la tensión entre la universalidad como horizonte, y la diferencia como práctica. Tensión en la más genuina de sus acepciones, porque los grupos subordinados se apropian de ese uso y en ocasiones hacen de esos signos una cadena contestataria de sentido.

A partir de algunas lecturas clásicas y otras no tanto—esta ponencia busca un cruce posible de estas dos tradiciones para confrontar sus preocupaciones tangenciales, sus divergencias y sus apuestas teórico-políticas, en torno a problemáticas como: el “compromiso” con la teoría (y qué significa pensar teóricamente), la ruptura colonial en la invención del Otro y en sus disputas con la otredad metafísica—, los problemas básicos de la determinación/sobredeterminación/articulación, y el dilema de las ausencias (como prácticas de silenciamiento, obliteración, conquista y pacificación del [y de lo] otro).

.....

*** Mario Rufer**

División de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco - DCSH/UAM-X. Xochimilco, México

Resumen de ponencia

EXPERIENCIAS DE CONSTRUCCIÓN DE PAZ CON PARTICIPACIÓN DE JÓVENES, EN PERSPECTIVA TERRITORIAL.

*Ariel Humberto Gómez Gómez

*Catalina María Sepúlveda Zapata

El momento coyuntural que vive nuestro país (Colombia) después de la firma de los acuerdos de paz entre las FARC-EP y el gobierno y el eventual proceso con el ELN, nos pone frente a diversos retos como sociedad, entre los cuales se encuentra definir el papel que como ciudadanos y ciudadanas tenemos en la construcción de paz. Pues, pese a que este proceso ha significado una inmensa polarización del pueblo colombiano, es incuestionable que hay una reducción muy importante en las muertes, los desplazamientos, los enfrentamientos bélicos y en otras formas de violencia que representan un avance muy importante hacia la construcción de paz en nuestro país. Es justo en ese contexto de construcción de paz, en el que se hace indispensable pensar en las acciones que desde la sociedad civil, en particular desde organizaciones de jóvenes, se han venido gestando para generar dinámicas de diálogo, de creación conjunta y de procesos comunitarios que aspiran al restablecimiento del tejido social, a la visibilización, no solo de sus necesidades y carencias sino fundamentalmente a la de sus potencialidades, de sus apuestas y sus búsquedas por hacer de sus territorios unos escenarios de construcción y vivencia de la paz. Pues, si bien la participación juvenil es un hecho que permanentemente ha estado presente en las propuestas de paz, ha sido poco visibilizada y se ha hecho más énfasis en su inclusión en las lógicas de la guerra, más que los aportes que, desde procesos de resistencia ellos y ellas han llevado a cabo en nuestro país.

Es en ese marco, como surge el proyecto de investigación: Experiencias de construcción de paz con participación de jóvenes, en perspectiva territorial (Región Oriente, Norte y Valle de Aburra), presentado por la Universidad Católica de Oriente, la Universidad Autónoma Latinoamericana y la Fundación Universitaria Católica del Norte, tres universidades que se encuentran en la región de Antioquia-Colombia. El proyecto nace como una propuesta de acción conjunta entre los equipos de trabajo adscritos por cada una de las universidades, a partir del cuestionamiento que, como profesionales y ciudadanos, nos hacemos frente a la responsabilidad social y política que tenemos frente a la construcción de paz territorial, el cual tiene como objetivo fundamental: Interpretar las acciones que emprenden las organizaciones, colectivos e iniciativas de jóvenes, en sus diversas formas de territorialidad desde el ámbito político y social, para la construcción de paz en los territorios de Oriente y Norte de Antioquia; y Valle de Aburra; y como objetivos específicos: caracterizar las formas en las que los y las jóvenes se organizan para contribuir a la paz en sus territorios, construir agendas políticas desde los jóvenes, en torno a la paz, que recojan las necesidades de este grupo poblacional y sus comunidades, en los territorios particulares; generar espacios

de intercambio entre las organizaciones, colectivos e iniciativas de jóvenes, de las experiencias de construcción de paz territorial e interpretar los significados y sentidos que adquiere la paz en perspectiva territorial, desde la voz y la experiencia de los y las jóvenes. El proyecto se aborda inicialmente desde tres categorías fundamentales: construcción de paz, juventud y territorio, las cuales están a la base de muchos de los retos que el actual momento de post acuerdo en Colombia, nos imponen las realidades sociales, culturales, económicas y políticas del país.

Así, el objetivo fundamental del proyecto involucra asuntos relacionados con la noviolencia, el fomento y protección de los DDHH y el reconocimiento de las acciones que los y las jóvenes de estos territorios están llevando a cabo desde distintas instancias y con propuestas, estrategias y lenguajes diversos. Por tanto, este proyecto posibilitará la visibilización de conocimiento en torno a la construcción de paz en perspectiva territorial desde los jóvenes, esto es poder aprender de las experiencias que desde los territorios se han venido liderando por grupos, colectivos de jóvenes, quienes se constituyen junto a sus experiencias en un capital social, humano y de metodologías que es preciso reconocer y valorar, así como es imprescindible generar espacios de intercambio, cualificación y transferencia de saberes, conocimientos, estrategias y experiencias que ellos y ellas han venido capitalizando a lo largo de sus trayectorias.

Para llevar a cabo este proyecto, se plantea como horizonte metodológico la hermenéutica, la cual no busca la explicación de los hechos de modo causal o externo, sino que cifra su propósito en comprender las acciones humanas, desde sus mismas particularidades. En particular, se ha optado por el método de la hermenéutica ontológica política o hermenéutica performativa. Esta apuesta metodológica busca dar cuenta de nuevas formas de producir conocimiento que se alejan de los estándares hegemónicos, en los cuales, sólo el método científico se concibe como la única forma de validar la construcción de conocimiento. Por lo tanto, se cuestiona el sentido de la objetividad y se busca la interpelación de los significados y se exploran nuevas maneras de comprender la realidad y las interacciones humanas.

Así mismo, desde el ejercicio de investigación se busca hacer una lectura de la esfera pública y política en la que interaccionan dichos colectivos de jóvenes en los territorios en los que se implementará este proceso.

Se espera que, con el proyecto de investigación, se generaren aprendizajes en las organizaciones de jóvenes en relación con: identificación de las organizaciones, colectivos e iniciativas de jóvenes en el territorio del Oriente antioqueño; contribuir a la generación y consolidación de redes que articulen organizaciones, colectivos e iniciativas de jóvenes que trabajan por la paz desde sus territorios; generar espacios de intercambio, debate y consensos en torno a la construcción de agendas políticas en temas de paz, desde la mirada de los y las jóvenes; analizar los aprendizajes generados desde estas experiencias para aportar a la construcción de paz positiva en Colombia (obstáculos y potencialidades).

En ese orden de ideas, la generación de los datos se propone a través de una ruta inductiva que contempla las siguientes etapas:

- Selección y lectura de contexto, en los territorios objeto de investigación.
- Identificación de las experiencias: de acuerdo al objeto de investigación, serán organizaciones juveniles y colectivos de Jóvenes con incidencia en el territorio
- Desarrollo de las acciones: para este momento se espera:

} Realización de talleres participativos en los cuales primará la reconstrucción de las experiencias significativas individuales y colectivas. Como técnicas de generación de datos se utilizarán:

} Entrevistas narrativas, para la comprensión y el sentido de las experiencias.

} Cartografía Social.

} Educación Experiencial.

} Encuentros de saberes y experiencias entre los colectivos de jóvenes y organizaciones juveniles, de los territorios objeto de investigación

Para dar cuenta de la reconstrucción y la interpretación de las realidades y las vivencias derivadas del ejercicio de investigación, se trabajará en las siguientes fases:

-Descripción: se analizarán las vivencias, las territorialidades, los textos sociales, que se construyen del ejercicio propio interacción con las organizaciones participantes.

Descubriendo las tendencias, y que la relación con las categorías iniciales de investigación, sirvan de elemento articulador para la construcción de argumentos descriptivos para la comprensión inicial del objeto de investigación. Este proceso permitirá a la confrontación inicial del objeto de investigación con las comprensiones que se derivan del trabajo de campo.

-Interpretación: una vez abordada la fase de descripción, se pasará a la reconstrucción teórica y recontextualización del objeto de investigación donde emergerán nuevas categorías o resignificación de las categorías iniciales.

-Constitución de sentido y de construcción teórica: en este momento del proceso de análisis se pasa a la articulación con sentido de las argumentaciones derivadas de la fase de interpretación, permitiendo develar los ejes articuladores, que permitan darle un sentido teórico al entramado de relaciones que se van construyendo en el ejercicio de análisis

.....

*** Ariel Humberto Gómez Gómez**

Universidad Autónoma Latinoamericana-UNAULA. Medellín, Colombia

*** Catalina María Sepúlveda Zapata**

Universidad Católica de Oriente. Facultad de Ciencias de la Educación - FCE/UCO. Antioquia, Colombia

Resumen de ponencia

FAZER PEDAGÓGICO DE(S)COLONIAL

*Inés Fernández Mouján

Pedagogias de(s)coloniais? Escolher a denominação pedagogias de(s)coloniais implica assumir os diferentes caminhos de nossos escritos. Por si, se inscrevem na zaga das práticas teórico-críticas percebidas no legado dos pensadores anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais e assumem uma posição crítica ao projeto Moderno, suspeitam de toda imposição colonial e se reconhecem a partir das margens como sujeitos da História. Existem implicações políticas na escolha do termo decolonial ou descolonial. Nos escritos, as autoras e autores usaram-nos livremente, cientes das respectivas cargas teóricas/históricas e respeitando a própria formação em seu emprego. Em ambos os contextos e usos, há um enfrentamento latente, uma crítica sobre os lugares, formas de produzir e validar conhecimentos, além das tentativas de tensionar esses cânones. Daí escolhermos o fazer pedagógico de(s)colonial como título condensador, que aproxima as duas categorias por seus objetivos: a desconfiança com o modelo ilustrado/positivista e colonial/neocolonial, na América Latina, Caribe e África. Convém traçar uma genealogia para compreender a complexidade que a denominação pedagogias de(s)coloniais comporta. A crítica aos silêncios da Modernidade alcança sua máxima expressão política-cultural nas décadas de 50 a 70 do século XX. Assumimos o referencial central dos escritos e ação de Frantz Fanon (que recupera o legado de seu professor, Aimé Césaire e dos movimentos da negritude). Neste caminho podemos situar as críticas de Albert Memmi, Amílcar Cabral, Paulo Freire, Leopoldo Zea, Enrique Dussel, Augusto Zalazar Bondi, Darcy Ribeiro, Juan José Hernández Arregui, John William Cooke e os movimentos e organizações políticas e estéticas de meados do século XX. O que os movimentos intelectuais e políticos de meados do século XX (na pegada de Fanon) demonstram é que a questão colonial está no centro da discussão ao mesmo tempo que evidencia a existência de um conflito insolúvel, a exclusão do discurso daquele que o estrutura. A opressão é o impensável que permite pensar o pensamento que a exclui (Grüner, 2010). Seus olhares e interesses estão nos outros e com os outros. Os trabalhos teóricos se entrelaçam nas margens, em lugares obscuros ou fechados inclusive no silêncio para poder explorar as diferentes formas de variedade de discursos e práticas contra-hegemônicas que haviam também definido, de maneira ativa, as interações sociais de suas épocas. Suas vozes resistentes expressam, o mal estar reinante e enfatizam axiologicamente a visão dos vencidos a partir de variantes antropológicas, políticas e historiográficas; discursos e práticas que assumem a urgência política e a preocupação pela alteridade denunciando a razão colonial. Quer dizer, trata-se de um processo de racionalidade política de marcado sentido crítico à racionalidade instrumental, que se propõe uma reflexão de forte marca política e cultural, que põe em discussão e lança forte suspeita ao triunfo da falsa totalidade colonial do sistema-mundo (Fernández Mouján, 2014). Os escritos que apresentamos tratam de estratégias acerca do direito de escolher caminhos comprometidos com outras lógicas de conhecer, ser, sentir e fazer, para

tornar válidas outras possibilidades de existir e viver. Enfrentam as monoculturas do saber, alimentando os vínculos comunitários e respectivas identidades que a Modernidade busca homogeneizar e invisibilizar. Não possuem fórmula, mas um senso dialógico local como referência, devidamente assentado em éticas de convivências respeitadas entre os demais grupos culturais e suas relações com o mundo, que estimulem eventuais rearranjos horizontais (ou permanecer), não impostos, e colaborativos. À provocação de descrever os próprios desdobramentos práticos desse processo pedagógico de auto-conhecimento e compartilhamento, os autores dos artigos que compõe esse livro usaram suas melhores tintas, as mais profundas, que se mesclam com histórias obliteradas e, ainda assim, revivificadas em seus saberes e fazeres.

.....

* Inés Fernández Mouján

Instituto de Investigaciones en Diversidad Cultural y Proceso de Cambio. Universidad Nacional de Río Negro - IIDyPCa/UNRN. Bariloche, Río Negro, Argentina

Resumen de ponencia

FEMINISMOS COMUNITARIOS: REFLEXIONES CRÍTICAS Y RELECTURAS DESDE/HACIA LA INVESTIGACIÓN LATINOAMERICANA

*Francisco Javier Ulloa García

El feminismo comunitario surge a fines de los años noventa como una propuesta no teórica sino práctica por construir un feminismo no solamente desde América Latina, la llamada Abya Yala, sino que se reconoce como una construcción proveniente desde el mundo indígena. Comenzando desde esta base, el feminismo comunitario se posicionó de forma crítica con los feminismos blancos, eurocéntricos y universalistas provenientes desde Europa y EEUU, al mismo tiempo que miraban desde muy cerca las críticas provenientes desde las feministas negras, chicanas y latinas, que escribían desde el llamado primer mundo.

Este feminismo incorporó tradiciones indígenas con el objetivo de reentenderlas, focalizándose en las resistencias y acciones colectivas de las mujeres, la descolonización del imaginario feminista y la acción política más que la teorización del mismo movimiento. Un feminismo que apela tanto a la defensa como a la autonomía de los cuerpos femeninos, cuestionando el sistema sexo/género e incorporando la intersección entre género, raza, etnicidad, clase, dentro de las reflexiones sobre el patriarcado, colonialismo y capitalismo, que no solamente influyen en el cuerpo y el sexo social, sino que en la totalidad del entorno habitable. Las feministas comunitarias han hecho de la protección medioambiental al igual de la defensa a la autonomía y relectura del cuerpo/sexo centros de lucha imposibles de disociar, reconociendo tanto el mundo natural como a las personas, partes de una totalidad.

Es desde este punto que la siguiente ponencia se propone explorar y analizar el Feminismo comunitario, reconociéndolo como un movimiento teórico y político de resistencia a las concepciones binarias y heteronormativas provenientes tanto desde el colonialismo occidental (Europa y Estados Unidos) como también desde los mismos movimientos latinoamericanistas e indigenistas de la llamada América Latina o Abya Yala. El Feminismo Comunitario se ha planteado como una respuesta a las posiciones patriarcales heteronormativas que trascienden los márgenes donde la dominancia ejerce su poder. Desde aquellos contornos las feministas comunitarias han comenzado a explorar y repensar el mismo ser indígena, sus concepciones del mundo, la idea de comunidad, la conexión con el medio ambiente y la separación de los roles de género. De acuerdo con esto, el feminismo comunitario intenta no dejar de lado la tradición indígena, sino que por el contrario pretende (re)hacerla y de esta manera (re)entenderla. La idea de comunidad y la conexión con la naturaleza que las comunidades indígenas poseen se ha complementado con la forma de entender a las personas de una forma amplia, ya no heteronormada sino que como una totalidad. Este trabajo se enfocará prioritariamente mas no únicamente en las figuras de Julieta Paredes y Lorena Cabnal, analizando sus escritos, reflexiones, propuestas y manifiestos

con el fin de reflexionar acerca de las rupturas teóricas y prácticas que presentan sus planteamientos tanto para un proceso de decolonización como también de introducción del feminismo en el cuerpo/sexo social.

A nivel metodológico y teórico, el estudio de los feminismos comunitarios, sus corporalidades e intersexionalidades, en el contexto de la sociedad latinoamericana poscolonial, mestiza, entre europea, negra e indígena, puede permitir observar las extensiones de sus mismas propuestas al igual que sus limitaciones. ¿De qué forma entramos o no entramos? ¿Cómo entender una academia multicolor, plurigenérica y multiétnica, desde esta propuesta? ¿Cómo repensar las investigaciones a partir de los postulados del feminismo comunitario? Son preguntas que acompañan esta investigación, posibilitando así abrir distintas puertas para la investigación, el análisis teórico, y la acción política de las mismas propuestas académicas.

Finalmente, es necesario decir que en el contexto en que la crítica a la violencia contra la mujer que a partir del movimiento #niunamenos se expandió desde Argentina a una gran parte de los rincones de Latinoamérica, sumado esto a una profundización de la crítica hacia los distintos ámbitos de la vida cotidiana en que el machismo se hace presente, esta investigación es una búsqueda por una de las muchas opciones de despatriarcalización de la sociedad contemporánea.

.....

* Francisco Javier Ulloa García
Universität zu Köln UzK. Colonia, Alemania

Resumen de ponencia

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, DESCOLONIALIDADE E INTERCULTURALIDADE: PROSPECTANDO CAMINHOS DESDE “ABYA YALA”

Universidade La Salle - Unilasalle (Brasil)

*Gilberto Ferreira Da Silva

*Natacha Scheffer

A diversidade cultural na América Latina ganha acento nas preocupações investigativas tomando a questão indígena e dos afrodescendentes como referência para tais estudos. Na avaliação do pesquisador venezuelano Daniel Mato (2009), nas últimas décadas têm se observado um incremento na qualidade de vida de populações indígenas e de afrodescendentes, entretanto, na análise do pesquisador, estes avanços são ainda insuficientes diante do processo histórico de exploração econômica, da destruição das culturas e do assassinato em massa dessas populações no continente americano.

Assim o debate sobre a diversidade cultural na perspectiva da interculturalidade é impulsionado provocando formas diferenciadas de pensar e fazer a educação em contextos constituídos multiculturalmente. Procurar localizar quais são as práticas e programas formativos voltados para interculturalidade e quais os avanços e perspectivas aportados para a construção de uma educação de qualidade constitui-se como o vetor mobilizador desta proposta de investigação. A interculturalidade tem se constituído como um campo profícuo que pode ser explorado desde o universo da realidade educativa e das práticas até a construção da própria noção de interculturalidade pelo viés da educação comprometida em valorizar e trabalhar com tais expressões culturais, tanto desde a perspectiva histórica até as contemporâneas. A trajetória de pesquisa que se vem construindo desde a elaboração da pesquisa transformada em tese de doutorado (SILVA, 2001) tem permitido articular as preocupações no campo da diversidade cultural, das questões étnico-raciais, das histórias de vida de professores e das metodologias de pesquisa no campo da formação de professores (SILVA e PENNA, 2009; SILVA, NÖRNBERG, 2014, 2013; SILVA, NÖRNBERG, PACHECO, 2012; SILVA, 2010, 2011; SILVA e CABRERA, 2011). A pesquisa de doutoramento (SILVA, 2001) colocou em cena a discussão sobre a interculturalidade, em especial, a partir do entorno de estudantes do ensino médio das escolas públicas da região metropolitana de Porto Alegre. O que se intencionou realizar nesta pesquisa foi justamente explorar, desde o lugar do educador, a perspectiva da diversidade cultural e suas contribuições, tanto para a atuação docente em sala de aula com jovens quanto possibilitar a construção de uma reflexão que possa subsidiar a formação de educadores preparados para atuar em consonância com os desafios apresentados pelas mudanças no universo da cultura nos espaços urbanos e também para a formação de educadores em nível superior.

O deslocamento de uma análise que privilegiava as contribuições de um determinado grupo étnico-cultural para o enfrentamento da diversidade cultural, têm sido uma constante na literatura que encontra na interculturalidade apoio para a compreensão do fenômeno da multiculturalidade (CANEN, 2008; CANDAU e RUSSO, 2010, WALSH, 2012). As noções de multiculturalismo e interculturalidade ganham destaque nas preocupações investigativas, proporcionando a realização de um deslocamento de forma dupla. De um lado, descortinou-se um universo teórico “outro”, onde emergiram e/ou retornaram categorias analíticas (como é o caso da noção de fronteira e de margens). De outro, as inúmeras relações necessárias para tecer uma análise, constituíram-se como uma auto exigência para a construção de investigações que pudessem permitir uma melhor compreensão desta realidade .

As temáticas da diversidade cultural, identidades étnicas, racismo e preconceito, articuladas diretamente à formação docente passaram a ocupar um lugar privilegiado nas reflexões. A emergência desses temas no contexto brasileiro, ainda que em processo de instauração, conforme apontam Moreira (2001); Canen, Arbach e Franco (2001); Canen, 2008; Fleuri (2003), Candau, (2002); entre outros; estimulam o necessário mergulho na bibliografia disponível em âmbito nacional e internacional. No intercâmbio acadêmico com o Grupo de Pesquisa em Educación Intercultural (GREDI/UB) da Universidade de Barcelona é que se alicerçam alguns referenciais, mais especificamente aqueles que tratam do como produzir a pesquisa no campo da diversidade cultural. O investimento no aspecto metodológico, explorando, aprofundando e experimentando a pesquisa-ação como método em processos (auto) formativos (ativos/participativos) de professores nos permitiu vislumbrar alternativas neste campo. Parte dessa experiência encontra-se sistematizada na produção realizada em co-autoria com os pesquisadores espanhóis Jaume del Campo Sorribas (SILVA; SORRIBAS, 2014) e Flor Angeles Cabrera (SILVA, CABRERA, 2010, 2011, 2013), ambos da Universidade de Barcelona (UB).

As aspirações por compreender como é possível realizar processos formativos que contemplem o fenômeno da multiculturalidade sob a perspectiva da interculturalidade impulsionam a busca por referenciais e práticas que possam oferecer subsídios de forma mais objetiva ao tratamento deste fenômeno. Assim se propõe nesta pesquisa contemplar o debate instaurado no contexto latino-americano, considerando a rica, complexa e potencializadora reflexão acumulada nos diferentes países da região. Uma imersão preliminar nessa literatura permitiu vislumbrar a complexidade da produção existente e da diversidade de experiências formativas desencadeadas nas diferentes nações latino-americanas , ao mesmo tempo que se entrou em contato com uma produção inspiradora, que pretendemos, dinamize epistemologicamente o trabalho que aqui propomos. Trata-se das contribuições de um conjunto de intelectuais latino-americanos, vinculados a diferentes instituições universitárias das américas. Este coletivo é conhecido como Grupo Modernidade/Colonialidade (Grupo M/C), composto por Anibal Quijano (Perú), Walter Mignolo (Argentina), Enrique Dussel (Argentina), a norte-americana Catherine Walsh radicada no Equador, Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Fernando Coronil (Venezuela), Edgardo Lander (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia) entre outros . Rompendo com as fronteiras geográficas latino-americanas são considerados parceiros intelectuais, entre outros: Boaventura de Sousa Santos (Portugal), Immanuel Wallerstein (EUA) e Albert Memmi (Tunísia, adotou nacionalidade Francesa).

Contribuir significativamente para o aperfeiçoamento de propostas de formação continuada de professores, passíveis de serem replicadas em redes municipais ou escolas públicas, através da criação de Um Programa de Formação de Professores atuantes em contextos multiculturais, mobiliza nosso interesse ao apresentar esta pesquisa. Apostamos na contribuição teórica desde os aportes tomados da descolonização do conhecimento como estratégia para o “Giro Decolonial” no campo da educação. Um referencial que apresenta potencial crítico e inovador do pensamento, nutrido pela proposição de um projeto de intervenção em realidades educativas latino-americanas. Tanto a criação de uma infraestrutura tecnológica de gestão do processo da pesquisa (conforme anunciado em item específico neste projeto) quanto a consolidação de uma rede colaborativa com o conjunto de instituições e grupos participantes anunciam a fertilidade do processo. A perspectiva multidisciplinar, característica inerente ao “Giro Decolonial”, se institui no trabalho da rede de colaboração desde formatação das áreas de pertencimento até a concepção que orienta epistemologicamente o trabalho, ou seja, é “un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de otra racionalidad que pueda pretender. Con legitimidad, a alguna universalidad” (QUIJANO, 1992. p. 447). E continua, o sociólogo peruano, um dos mais reconhecidos intelectuais do Grupo M/C: “Pues nada menos racional, finalmente, que la pretensión de que la específica cosmovisión de una etnia particular sea impuesta como la racionalidad universal, aunque tal etnia se llama Europa Occidental” (QUIJANO, 1992. P. 447). Este estudo insere-se nesta trajetória, onde acima de tudo, o compromisso com práticas educativas críticas, transformadoras, ativas e participativas pautadas por um pensamento crítico e revitalizador são realizados com o afã de quem acredita no papel da educação, apostando para que isso se transforme em realidade, apostando no bem humano.

.....

* Gilberto Ferreira Da Silva

Universidade La Salle Unilasalle. Canoas, Brasil

* Natacha Scheffer

Universidade La Salle Unilasalle. Canoas, Brasil

Resumen de ponencia

GEOPOLÍTICA AMBIENTAL Y SOCIOAMBIENTALISMO EN AMERICA LATINA

*Daniel Cenci

*Fernando Estenssoro

*Jeronimo Tybush

La ponencia es producto de un trabajo de investigación multidisciplinario que viene desarrollando el grupo de académicos proponentes desde 2010 en adelante. Se realiza sobre un análisis a las relaciones de poder Norte-Sur en el debate ambiental global, con foco en la construcción de acciones y posicionamientos reflexivos en favor de la soberanía del Sur en general y de América Latina en particular, así como del derecho a una vida digna de sus pueblos bajo parámetros propios de la Justicia Ambiental. En este sentido, la ponencia se sitúa en la intersección analítica, entre la dimensión internacional-estratégica del debate ambiental con la dimensión política nacional del mismo. Específicamente, se señala que la dimensión política de la problemática ambiental debe ser analizada como un fenómeno complejo que va mucho más allá de los argumentos y discursos "políticamente correctos" que claman por un medio ambiente sano y/o sustentable tanto para las actuales como futuras generaciones, que en su momento (1987) definió la Comisión Mundial de Medio Ambiente y Desarrollo por medio de su ya clásico informe Nuestro Futuro Común. Sin negar la importancia de este informe y sus conceptos (como, por ejemplo, el desarrollo sostenible o sustentable), y el aporte que significó para impulsar las negociaciones internacionales destinadas a superar lo que se definió como crisis ambiental global, se señala que es necesario contextualizar políticamente el propio surgimiento de este debate en la agenda internacional y que, por lo menos formalmente, se instaló en la agenda pública mundial con la Conferencia de las Naciones Unidas Sobre el Medio Humano de Estocolmo 1972. Se afirma que desde su surgimiento, este debate ambiental refleja una importante tensión estructural de poder en las relaciones Norte-Sur, así como también, en la medida que se va socializando en las distintas comunidades nacionales, expresará permanentemente las contradicciones políticas propias de esas sociedades a raíz de la confrontación de intereses contrapuestos por parte de los actores político-sociales. En este sentido, el debate ambiental reflejará e involucrará temas de discusión que van desde la forma de entender la democracia y la justicia social hasta los estilos y concepciones de desarrollo, así como lo que se considera una sociedad deseable. Por lo tanto, se plantea que los distintos grupos humanos y/o sociedades que habitan este planeta lo hacen en condiciones, sociales, culturales y de poder, muy diferentes lo que se traduce en diferentes representaciones de realidad ambiental, global y local. Esto no quiere decir que los problemas ambientales no existan o deban ser negados, sino que existen distintos énfasis y formas de entenderlos. Por ejemplo, desde un punto de vista social, la percepción de la problemática ambiental y los énfasis para su solución serán muy distintos cuando se trata de países y sociedades con un

ingreso per cápita promedio de 45 mil dólares y una esperanza de vida promedio de 80 años y más años, como ocurre en las sociedades del Norte global (así como entre las élites económicas del Sur), frente a un ingreso per cápita de menos de 200 dólares y con una esperanza de vida de 45 años o menos, como ocurre en muchas regiones pobres y carenciadas del planeta como, por ejemplo, aquellas más seriamente afectadas de la pandemia del SIDA. por lo tanto, lo que se realiza con este estudio, es un análisis crítico al discurso genérico y "apolítico", que no incorpora estas distinciones y apela a la "especie humana" de manera neutra y totalizante como causante de la crisis ambiental global, así como apela sin distinciones a la "especie humana" para que preserve un Medio Ambiente sano y sustentable, sin señalar, por ejemplo, que fue lo que hoy día se conoce como Norte global el que generó la crisis ambiental con su modelo de desarrollo y crecimiento económico y con su estilo de vida (fenómeno que está totalmente comprobado hoy en día). Se afirma, que este discurso genérico, o sea que evita hacer las distinciones señaladas, es en sí un discurso de poder y que responde a estrategias de poder (aquí caben, por ejemplo los conceptos de antropoceno, entre otros). En síntesis, se plantea que no existe el discurso ambiental neutro o genérico. Lo que existen son estrategias discursivas, que responden a diferentes perspectivas, intereses y relaciones de poder. De la misma forma, los activismos ecologistas y ambientalistas que se desenvuelven en el Sur, no son políticamente inocentes o ambientalmente neutros, sino que reflejan las propias tensiones y contradicciones sociales existentes, tanto al interior de cada sociedad como en las relaciones Norte-Sur. Y, en este sentido, parte del activismo ambientalista que se desenvuelve en el Sur responde a nuevas y sofisticadas estrategias de dominación del Norte global.

.....

*** Daniel Cenci**

Universidad Regional del Noroeste del Estado de Rio Grande del Sur - UNIJUI. IJUI, Brasil

*** Fernando Estenssoro**

Universidad Regional del Noroeste del Estado de Rio Grande del Sur - UNIJUI. IJUI, Brasil

*** Jeronimo Tybush**

Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Santa Maria, Brasil

Resumen de ponencia

GUEVARA E O SOCIALISMO ALTERNATIVO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ERNESTO “CHE” GUEVARA NA ONU À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

*Mariana Pimenta Bueno

Ernesto “Che” Guevara de la Serna, médico e guerrilheiro argentino-cubano, é mundialmente conhecido como um dos símbolos da esquerda latino-americana, romantizado e odiado por muitos até a atualidade. Entretanto, a academia pouco se dedica ao estudo de suas ideias e visões sobre a América Latina e países periféricos, principalmente no campo de Relações Internacionais, não obstante alguns historiadores, cientistas sociais e jornalistas tenham dedicado livros sobre sua trajetória. Por ser um importante personagem na história latino-americana, tornou-se interessante estudar sobre seu pensamento marxista e sua visão socialista de entender o mundo de maneira alternativa à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Sabendo-se que seus discursos foram e são exemplares de suas ideias e pensamento, o objetivo desta pesquisa foi analisar seu discurso proferido na XIX Assembleia Geral das Nações Unidas através da Teoria Crítica das Relações Internacionais, partindo da premissa de Robert Cox de que toda teoria seria para alguém e com um determinado propósito. Este estudo trouxe como hipótese que o discurso proferido por “Che” Guevara na Assembleia Geral foi o momento no qual ele mostrou ao mundo de forma abrangente seu socialismo alternativo ao da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e ao da República Popular da China. Seu entendimento sobre o socialismo produziu uma visão voltada para os países da América Latina, Ásia e África, considerando as estruturas sociais e o posicionamento deste no sistema internacional, apoiando as lutas anti-imperialistas, anticoloniais, a busca pela autodeterminação, as relações igualitárias no sistema internacional, a solidariedade internacional e o respeito às soberanias de todos os Estados. Esta hipótese, então, foi testada através do método de análise do discurso. Ademais, através da leitura das obras de Michael Lowy, do teórico crítico Robert Cox e dos escritos do próprio Ernesto “Che” Guevara pudemos entender como o marxismo foi assimilado por Guevara e como a Teoria Crítica se encaixa nesta análise.

Dessa forma, considerando os estudos e a formulação do seu pensamento marxista, “Che” Guevara trouxe especialmente no discurso que aqui foi analisado o reflexo do seu entendimento marxista sobre determinados conceitos. Além disso, desafiou em sua fala a coexistência pacífica entre os dois blocos da Guerra Fria – EUA e URSS, questionou o papel da ONU e mostrou ao mundo que o socialismo era vital para a contestação do sistema internacional em vigência. Ao longo do discurso, observa-se que Guevara teorizou um socialismo alternativo ao que a URSS pregava. Sendo assim, tal como a Teoria Crítica acreditava num movimento contra hegemônico vindo do “terceiro-mundo”, Guevara também esperava por isso. Seu socialismo alternativo defendia que as condições da sociedade eram as que indicavam o tempo de duração

da revolução, o marxismo como filosofia da práxis e a importância dos estímulos morais, com a revolução sendo permanente, pois o caminho para o comunismo não se restringia a uma mudança de ordem econômica e política: o homem, como protagonista dessa revolução contestava as relações internacionais de subordinação e dependência entre as grandes potências e as nações de “terceiro mundo”, a luta contra o imperialismo estadunidense, a defesa das nações que buscavam sua independência —além daquelas que já a haviam conquistado, mas sofriam com violações de sua soberania.

Através de elementos do seu discurso citados —a denúncia contra o imperialismo estadunidense, a solidariedade internacional e o questionamento sobre para quem era a coexistência pacífica —o método proposto pela Teoria Crítica sobre estruturas históricas tornou o significado de suas palavras esclarecedor, pois seu socialismo alternativo tinha como objetivo mudar a ordem que o mundo vivia, a forma do seu Estado e as forças sociais internas. Assim, o socialismo alternativo que foi destinado especialmente para os países que estavam sob domínio político ou econômico na África, Ásia e América Latina, teve na Assembleia Geral das Nações Unidas uma projeção mais abrangente aos países dessas regiões, pois este espaço era o principal palco para a defesa dos interesses das nações e a oportunidade dos que eram classificados no sistema internacional como nações do “terceiro mundo” exporem seus anseios e suas opiniões.

.....

*** Mariana Pimenta Bueno**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

HACIA UN ABORDAJE DECOLONIAL DE LA LITERATURA EN LAS ESCUELAS: PRINCIPIOS DEL PROYECTO “ABRIR UN LIBRO, ABRIR EL MUNDO”

*Imara Mineiro

“Abrir un libro, abrir el mundo” es un proyecto que se realiza como parte de la formación de profesores de español como lengua extranjera en la Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, cuyos propósitos y principios este trabajo se propone a presentar y discutir. A través de la planificación y realización de talleres de lectura en escuelas de la red pública de educación básica de la ciudad de Recife, el proyecto “Abrir un libro, abrir el mundo” tiene por objetivo partir de textos literarios latinoamericanos para instigar reflexiones sobre la historia y la geografía de las identidades, y sobre el concepto mismo de literatura, a través de los lentes de las Epistemologías del Sur. Se entiende que llevar a las escuelas textos literarios latinoamericanos que aporten elementos para reflexionar sobre la colonialidad es una forma de resistencia en nuestro contexto, marcado por la pérdida de espacio del Español como Lengua Extranjera (E/LE) en la educación básica, resultante de cambios significativos en las políticas lingüísticas nacionales que, a la vez, reflejan cambios de estrategias e intereses del país en la política internacional. El proyecto de integración latinoamericana que estuvo en el trasfondo de la difusión de la enseñanza de E/LE en el país desde 2005 se ve amenazado cuando, en 2016, es revocada la llamada “Lei del Español” y el inglés queda como el único idioma extranjero que tiene su oferta asegurada en las escuelas de educación básica.

En el proyecto, los textos literarios son elegidos y llevados a las escuelas con el propósito de fomentar la mirada crítica sobre la historia y la geografía en su perspectiva tradicional, es decir, eurocentrica, y provocar la sensibilidad hacia otras maneras de pensar el mundo y de pensarse en el mundo que otras maneras de “vivir” y “con-vivir”. De las lecturas realizadas son propuestas producciones y reflexiones que se desarrollan a partir de la perspectiva de la interculturalidad crítica (Walsh, 2007).

Juntamente a perspectiva de las epistemologías del sur, la interculturalidad crítica permite analizar la idea misma de literatura como algo mucho más amplio y diversificado de lo que solemos encontrar en los manuales escolares. De alguna manera, se hace necesario descolonizar la propia noción de literatura para que deje de ser algo lejano a los niños y jóvenes en edad escolar y se abra a la potencia de sus intervenciones, contribuciones y co-construcciones. En una acepción más generosa, la literatura puede abrir el mundo en muchas configuraciones posibles, o mejor, expande las posibilidades de imaginar otros mundos y el mundo de otras maneras.

Partiendo de los textos literarios muchas veces se puede explicitar las múltiples jerarquías o “heterojerarquías” señaladas por Ramón Grosfoguel como las contribuciones de las naves ibéricas a Abya Yala. Además, la literatura por veces trae a tona cuestiones privadas que con ella vienen a público y nos permite identificar rasgos

históricos y geográficos en lo que eventualmente se considera bajo la insignia de “universal”. Con eso, es posible discutir la existencia de una geopolítica del conocimiento que alimenta cierto discurso sobre la modernidad y sobre el saber los cuales, apoyados en la colonialidad del saber (Quijano, 1992, 2000) y en la instrumentalización de la razón, omite su origen geográfica y social para presentarse como universal (Castro-Gómez, 2005).

En el ámbito de la educación, como señala Catherine Walsh (2007), la opción intercultural implica la labor de cuestionar la epistemología moderna de la razón instrumental y dualista (nosotros-los otros; ciencia-magia; historia-naturaleza; moderno-primitivo) para desencantarse de la “retórica de la modernidad” (Mignolo, 2008). En ese sentido, como señala Aníbal Quijano (1992), “...es necesaria la descolonización epistemológica, para dar paso luego a una nueva comunicación intercultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de otra racionalidad”. El concepto de interculturalidad crítica en el que se apoya el proyecto “Abrir un libro” es, pues, este que aspira a una “descolonización epistemológica” o, en los términos de Mignolo, el que emprende una “desobediencia epistemológica” para ayudar a vislumbrar y construir “un mundo en el que quepan muchos mundos”. En esa tarea, la literatura latinoamericana en toda su variedad y potencia, nos abastece de sensibilidades y amplía el abanico de posibilidades entre lo real y lo imposible.

.....

* Imara Mineiro

Centro de Artes e Comunicação / Universidade Federal de Pernambuco CAC/UFPE. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

HISTORIA, COLONIALIDAD, DERECHO Y PODER; CUATRO PROBLEMAS DE NUESTRA AMÉRICA

*Mauricio Torres Argüello

La comprensión del papel de la memoria, la hegemonía y la verdad cobran especial importancia para la realidad social en América Latina si se hace un trabajo desde cuatro puntos de vista: la historia, el colonialismo, el derecho y el poder; temas cuya relación es inelipsable a la luz de la solución de problemáticas sociales en el ámbito de lo global y en el escenario de lo local.

En primer lugar, la historia es vista a partir de las reflexiones que Walter Benjamín hiciera sobre “la historia de los vencidos” y su crítica al cientificismo imperante del siglo XIX e inicios del siglo XX; la crítica deviene de todo tipo de conocimiento que se constituya como estático y totalizante; la ciencia como exaltación de la idea de progreso y linealidad de la que Hegel fue el fundador y con la que la versión de los vencedores de la historia no ha hecho otra cosa sino hacer de ella su régimen de verdades. La historia política, sobre todo colombiana, no es otra cosa sino la imposición de una verdad unidimensional creada por el colonialismo del norte que como dogma de la modernidad se escabullo en todas las formas de conocimiento existentes, la dialéctica materialista como proyecto de transformación y ruptura no solo política sino epistemológica no quedó desprovista de la paquidermización propia del discurso dominante.

El segundo tema, que es el colonialismo, es abordado desde la corriente de estudios poscoloniales, propia de la tendencia latinoamericana encabezada por Dussel, Castro, Mignolo y muchos otros, que entienden al mundo moderno como resultado de la dicotomización centro-periferia; la crítica a la modernidad está compuesta no solo de la historia de los pueblos del llamado tercer mundo, sino que también enfoca el problema del conocimiento como parte trascendental de la dependencia del sur y su permeabilidad en ámbitos tanto globales como locales de la vida del latinoamericano.

El discurso jurídico, como tercer tópico, sobre todo el constitucional en el tema de las víctimas y su papel protagónico para el posconflicto está íntimamente relacionado con la verdad como construcción horizontal de una perspectiva del mundo que es erigida de forma intersubjetiva; atendiendo a esa definición, la verdad que merecen las víctimas hace parte del encuentro con la justicia transicional, el dialogo de saberes y de historias y su constitucionalización; todos estos ingredientes como necesarios para fortalecer un imaginario jurídico que se nutre del ejercicio constituyente del pueblo y es formalizado en una norma fundamental.

Finalmente, y hace parte de la apuesta del trabajo de investigación que se plantea como

alternativa de solución, es el papel de los movimientos sociales a la hora de integrar, crear y/o componer las que son las nuevas hegemonías desde América Latina, está claro que el protagonismo en la creación y sostenimiento de la paz en Colombia lo tienen los movimientos sociales y su capacidad creativa y crítica, dicha hegemonía se piensa/siente respetuosa de lo que la identidad representa para los pueblos de América como su valor máspreciado. La unidad de lo múltiple y el encausamiento de una voluntad de acción generada por la necesidad de cambio y de transformación es la tinta que va a empezar a escribir/hacer la historia, la base proletaria del proyecto revolucionario marxista se adapta en América latina a lo que lo popular representa de forma más amplia según la teoría de los movimientos sociales.

Son cuatro los temas que se profundizan en el cuerpo de la ponencia y con los que se busca sentar las bases para un proyecto a futuro de lo que puede ser la aplicación de la investigación genealógica en la búsqueda de la verdad y la acción participativa como deber que la academia tiene para la resolución de problemas sociales a partir de los mismos intelectuales orgánicos de este bloque histórico de hoy; los indígenas, campesinos y población oprimida, son los que deben alimentar los nichos de estudio y práctica de la academia, en ningún momento de la historia más que ahora en América latina se ve como dichos intelectuales con conceptos como el “buen vivir” o la resignificación de lo que es la justicia a partir de prácticas locales, hacen del campo del que se generan los saberes epistemológicos el mismo campo de batalla que en lo cotidiano genera tantas contradicciones y distancia entre ese ser y ese deber ser tan trabajado, pero tan poco transformado por la filosofía occidental.

.....

*** Mauricio Torres Argüello**

Fundación Centro de Estudios Urbano Rurales y Semillero de Investigación Uta Sybin de la Universidad Pública Colegio Mayor de Cundinamarca CEsUR y Uta Sybin. Bogotá D.C., Colombia

Resumen de ponencia

IDENTIDAD Y EPISTEMOLOGIA LATINOAMERICANA

*Daniel Armando Lopez

CLACSO CONFERENCIA 2018 PONENCIA

La epistemología identitaria es aquella que surge fundamentalmente del investigador latinoamericano, cuando al utilizar metodologías y epistemologías eurocentradas o etnocentradas es interpelado, tanto como actor e investigador, por los acontecimientos de nuestra América.

Esta afirmación se traduce en la idea que los latinoamericanos somos productos de un proceso de mestizaje, biológico, social, cultural e ideológico pero también de liberación y emancipación que viene construyéndose desde la conquista de América hasta nuestros días.

A partir de estas premisas, damos cuenta de formas de apropiación y re-significación de las herramientas epistemológicas conocidas y por su condición de ser un sujeto social producto de esa mezcla socio-cultural, generando nuevas categorías, ejemplo de ello es el de la decolonialidad o descolonialidad, que tratan de aportar nuevas perspectivas en el campo de la investigación socio-cultural, que nos dan una identidad singular.

Por lo tanto, habiendo leído algunos trabajos sobre el saber poscolonial o transmoderno (como señala Enrique Dussel), que son muchos y variopintos en América Latina, consideramos que es un eje analítico para reflexionar sobre algunos temas estratégicos esta perspectiva de lo identitario o la identidad epistemológica latinoamericana.

El "saber" latinoamericano define por sí mismo cuestiones sobre la epistemología y el pluralismo epistemológico; que en el investigador despierta un espíritu crítico.

Pensadores destacados como Aníbal Quijano, Deleuze, Derrida, Arturo Escobar, Raúl Prada Alcoreza, Boaventura de Sousa Santos, Spivak, La escuela de estudios Subalternos, Enrique Dussel, Los estudios Descoloniales y otros, hablando en el marco de nuestra contemporaneidad, serán tratados referencialmente por sus consideraciones en el tema que nos ocupa.

La mayoría de ellos habla de un "saber emancipatorio" en sus discursos, y en este caso queremos destacar los aportes que dan algunos de estos pensadores o Centros de Estudios al desarrollo de un saber descolonial, intentando asociar los mismos con los temas, a nuestro criterio, que son eficaces para lograr un método o herramientas para una epistemología descolonial y soberana.

A partir de la información y las perspectivas teóricas, por ejemplo, las que realizan Raúl Prada Alcoreza, o Enrique Dussel, mas algunas reflexiones propias, es donde esta ponencia quiere sustentar una de las hipótesis que desde nuestro punto de vista es necesario tener presente.

Existe una intención de ir sumando a un saber descolonial desde una parte de la academia latinoamericana, y en la historia de las Ciencias Sociales del continente que también darán cuenta algunos pensadores, de la búsqueda de una epistemología

"propia" , (como es el caso de los primeros aportes de Darcy Ribeiro, Orlando Fals Borda , Franz Fanon, Paulo Freire y tantos otros que plantearon saberes distintos a los establecidos por la academia de raíz positivista-evolucionista y racionalista), todos interpelados por la permanente necesidad de investigar el acontecimiento emancipador Latinoamericano , por el cual se va transformando permanentemente " nuestro" abordaje epistemológico.

Pero también debemos ser conscientes que el saber emancipatorio constituye un saber diferente al descolonial, sobre todo por los alcances del " acontecimiento social". Pudiendo afirmar, que todo saber emancipatorio contiene un saber descolonial pero no todo saber descolonial contiene un saber emancipatorio.

Esto no nos debe inquietar, ya que también desde el pensamiento descolonial y la epistemología que va construyendo, van emergiendo herramientas eficaces para deconstruir la epistemología que propone la academia racional-cientificista.

Para observar la diferencia de un saber descolonial y el saber emancipatorio una de las condiciones es: el compromiso del Científico social, -como bien lo destaca Silvia Rivera Cusicanqui-, con la rebeldía y la resistencia del sujeto social latinoamericano de carácter emancipatorio y liberador.

Muchas veces hay que imbricar en un mismo sentido esto dos saberes, pero también es necesario marcar las diferencias, porque uno implica "mejorar o transformar un tipo de conocimiento" en el ámbito académico, mientras que el saber emancipador es un saber dado, que emerge desde el mismo sujeto social al cual debemos comprender, visibilizar y difundir su producción, constituyendo autenticos acontecimientos socio-culturales emancipadores e involucrarnos con los mismos, acompañando y comprometiendonos , tambien, como actores de una historia latinoamericana.

.....

*** Daniel Armando Lopez**

Fundacion Saltamerica FUNSal. Salta, Argentina

Resumen de ponencia

INDIGENOUS WOMEN SPEAK OUT ON THE ROLE OF SOCIAL SCIENCES AND DECOLONIZING THE DISCIPLINE

*Isabel Dulfano

Indigenous Women Speak Out on the Role of Social Sciences and Decolonizing the Discipline This paper will present conclusions and some short excerpts from interviews conducted with Indigenous women from the Latin American region on the role of social sciences. The disciplines comprising Western social science come under scrutiny in the conversations with these women as tools for empowering, and/or conversely potentially oppressing Indigenous Peoples in 2016-17. In particular, these women address how the social sciences have been coopted by white hegemonic colonial structures. Further they question the utility and objectivity of the social sciences in the aftermath of their perceived failures around the US elections, constitutional crises in Latin American countries, violent oppression, and the trend to criminalize legally-sanctioned protest. Indigenous Peoples around the globe, and in the Americas, have been actively defending their territories, cultural heritage, languages, and the right to consultation with regard to land resource management. As they seek health and food security for their communities, and target megaprojects that are contaminating comunidades, they are rescripting discriminatory development models. Their objectives are driven by more than profit margins and economics exclusively, and are designed to integrate Buen Vivir as codified in constitutions around the continent. The interviewees are trained in myriad fields of the social sciences, and navigate the processes of change with academic rigor. Others bring backgrounds in Indigenous Knowledge to bear. Yet they acknowledge the collective nature of resistance work today as having conjoined forces of academics and grass roots public intellectuals, as well as integration of western and Indigenous epistemologies. Some appropriate the Occidental tools to advance their causes; others subvert these hegemonic doctrinal mechanisms of oppression. In these various contexts, they discuss ways to decolonize the social sciences so that they can be of better use to a wider set than the dominant social, political and economic powers. Following the decolonizing trends of works like *White Logic, White Methods*, “The Misery of Settler Colonialism: Roundtable on Glen Coulthard's *Red Skin, White Masks* and Audra Simpson's *Mohawk Interruptus*” and other theoretical postures taken up in contemporary Native American social theory, we hear the Indigenous response from the South to issues of recognition and rights for the global Native populations.

This subject is of great import to these change makers especially because many Indigenous women are at the forefront of protest against natural resource extraction megaprojects, rape and violence, and socio-economic discrimination and racism. They lead the charge for educational reform, consciousness-raising, transformation of the cultural imaginary, cultural preservation and vindication of their tribal identity, equality and social justice. Similarly, they are targets of violent coercion and

criminalization of state-sanctioned modes of dissent. Based on their experience within law, sociology, anthropology, and economics, in educational and societal institutions, the presentation will highlight the various ways they draw on their self-identification as contemporary professional Indigenous women, to challenge and decolonize the social sciences. Analyzing the role and functioning of the social sciences within the multicultural project, constitutional crises, genocide trials, and recent elections, they identify and deconstruct the oppressive, colonial structures and discrimination, embedded in social sciences.

This presentation is based on a series of interviews with individuals in Guatemala who were involved with the peritajes for the court cases against perpetrators accused of genocide against indigenous populations in the Civil War. The interviewees point to the shadow of structural racism, which must be dismantled in their nations and disciplines. In particular, they wage a critique of the social sciences, as disciplines of study as much as failed social mechanisms of democracy and equality continue to be eroded.

The interviews reflect on recent global events after the 2016 elections in the US, and local post-genocide trials in Guatemala. They also reflect on the ways in which Indigenous women, triply marginalized can capitalize on the social sciences when the discourse and methodology integrates their alternative knowledge production as different yet legitimate.

.....

*** Isabel Dulfano**

University of Utah U of U. SLC, Estados Unidos

Resumen de ponencia

INDISCIPLINAR LAS CIENCIAS SOCIALES : LA TRADICIÓN IDENTITARIA Y LA COLONIALIDAD DEL PODER. ANÍBAL QUIJANO (1928 - 2018)

*Rodolfo Gustavo Caputto

La idea que atraviesa el trabajo es la de articular el derrotero que confluyó con la construcción de la categoría de colonialidad del poder por Aníbal Quijano. Partiendo de la tesis propuesta por Eduardo Devés Valdés (1997) respecto de la oscilación pendular del pensamiento latinoamericano alrededor del binomio modernidad / identidad, pasando por las teorías de la dependencia, busco enmarcar la colonialidad del poder como actualidad de las ideas que integraron las de la identidad latinoamericana desde inicios del siglo XX. Considero que el pensamiento social latinoamericano puede verse como un proceso donde los autores que conforman su historia se retroalimentan en un diálogo constante en busca de producir conocimiento que nos permita entender y transformar la realidad latinoamericana. La categoría de colonialidad del poder es el eje hacia la construcción de una historia y un presente desde una perspectiva del Sur. Proporciona un marco de análisis teórico y político fructífero para el análisis de los procesos políticos que vive la región. Asimismo, y con el análisis de los distintos autores agrupados dentro de esta tradición de pensamiento, es posible proponer estrategias de descolonización.

El pensamiento social latinoamericano es el resultado de la construcción teórica de distintas tradiciones de larga data. Retomando el estudio realizado por Devés Valdés (1997), es posible establecer dos corrientes claramente diferenciadas. Por un lado, la corriente modernizadora caracterizada por una visión hacia afuera, poniendo el énfasis en seguir el ejemplo de los países desarrollados, proponiendo la apertura al mundo, subestimando categorías como popular, indígena, latino o latinoamericano. Los valores de la eficiencia y productividad son los ejes que articulan esta corriente de pensamiento. Por otro lado, la tradición identitaria propone la reivindicación de lo latinoamericano, lo indígena y lo propio. La guía que orienta este pensamiento se apoya en la idea de independencia y la no intervención de los países más "desarrollados" en América Latina (Devés Valdés, 1997). Según la tesis propuesta por el autor, el pensamiento latinoamericano, desde comienzos del siglo XIX, se caracterizó por su oscilación entre estos dos ejes temáticos que guiaron los debates y rivalizaron entre sí, predominando cada uno en diferentes períodos. La intención del presente trabajo es enmarcar la teoría de la colonialidad del poder dentro de la corriente identitaria.

Los autores de la tradición identitaria desde Martí a Quijano, como también las teorías que precedieron a la de la colonialidad, como las de la dependencia, buscaron diseñar un marco teórico que explicara la realidad latinoamericana. En este contexto, la teoría de Aníbal Quijano permitió comprender el lugar que ocupan los países de América Latina dentro del sistema capitalista, producto de las relaciones de poder hegemónicas

ejercidas por Europa. La teoría pudo ser forjada en tanto el autor logró moverse de la identidad colonial para pensar desde su lugar del Sur. A partir de allí es posible vislumbrar las tradiciones, valores, prácticas e instituciones que, aunque buscaron ser invisibilizadas, perduraron en el tiempo y en las distintas comunidades que las fueron reproduciendo.

La teoría de la colonialidad del poder se enmarca dentro de la tradición identitaria. La valoración de lo propio, de la cultura de América Latina, la revalorización de lo indígena, el rechazo a la visión hegemónica eurocéntrica y capitalista, muestra cómo esta teoría se construye desde la identidad latinoamericana.

A partir de la idea de colonialidad del poder surgen alternativas decoloniales que se presentan dentro de los sistemas de pensamiento como una opción, la “opción decolonial” (Mignolo, 2016). Como tal, la decolonialidad es aplicable a todas las disciplinas que conforman el universo de las Ciencias Sociales, pero, siendo contra hegemónica, no se convierte en multi o transdisciplinar sino “indisciplinar”. Con su visión rupturista de la epistemología eurocéntrica, Aníbal Quijano logró indisciplinar las Ciencias Sociales, abriendo el camino para la construcción de alternativas al patrón de poder capitalista, eurocéntrico y patriarcal.

Como opción decolonial surgen lo que Boaventura de Souza Santos (2018) llama Epistemologías del Sur. Las Epistemologías del Sur buscan tomar distancia del pensamiento eurocéntrico. En ese sentido, y tal como lo hizo Quijano, es posible ver realidades nuevas o ignoradas e invisibilizadas por la tradición eurocéntrica. La distancia permite identificar y valorar conocimientos que son silenciados por las epistemologías dominantes, muchos de los cuales constituyen saberes empíricos nacidos de los movimientos sociales en sus luchas sociales y políticas.

Afirmar la identidad latinoamericana, valorar sus tradiciones, prácticas y experiencias, posicionarse desde el Sur, practicar la lucha contra el colonialismo eurocéntrico y construir epistemologías del Sur puede parecer utópico, pero absolutamente necesario.

.....

*** Rodolfo Gustavo Caputto**

Departamento de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Quilmes - DCS/UNQ. Bernal, Argentina

Resumen de ponencia

INVESTIGACIÓN DE CAPACIDADES DEMOCRÁTICA (ICD): CINCO PRINCIPIOS PARA ALCANZAR LA JUSTICIA EPISTEMOLÓGICA

*Carmen Martinez Vargas

Criticas (Santos, 2014) argumentan que el conocimiento occidental mantiene un sistema epistemológico desigual e injusto, encerrando el conocimiento en universidades y creando una dicotomía entre "los que saben", normalmente académicos, y los que "no saben", comúnmente estudiantes y comunidades fuera del contexto universitario. Esto mantiene una visión hegemónica occidental que determina los procesos de creación de conocimiento. Santos (2014) se refiere a este fenómeno como "epistemicidio" porque restringe y limita la amplia variedad de conocimientos disponibles. En este escenario las universidades se han situado como uno de los mayores promotores de estas ideas, legitimando un conocimiento que es restringido y segregado a un conocimiento únicamente científico y eurocéntrico. Pero igualmente, estas mismas universidades, son las que pueden y deben promover una creación de conocimiento más inclusiva y heterogénea. Esto significa desafiar los modelos convencionales de creación de conocimiento hacia una "ecología de saberes" y por lo tanto a un proceso de descolonización del saber hacia una justicia social epistemológica. Las metodologías y métodos participativos forman parte de este proyecto intelectual tardío, que se ha desarrollado en un área de investigación fértil y legítima cargada de diferentes influencias teóricas y prácticas. El resultado final tras más de sesenta años de investigaciones alrededor del mundo ha sido, un ámbito académico diverso, que en ocasiones es contradictorio, inconsistente o incongruente. Esto no debe desembocar en pesimismo, sino por el contrario generar el impulso para cuestionar los problemas no resueltos aun dentro de este ámbito académico y la promoción de diferentes practica para mejorar y alinear nuestras prácticas con nuestros discursos.

Por ello, para superar este desafío, el enfoque de capacidades, propuesto por Amartya Sen (1999) es capaz de reconsiderar el espacio teórico, epistemológico, metodológico y operacional de nuestras formas de conocimiento, proporcionando un enfoque teórico solido que está centrado en los individuos, pero no restringido a ellos. Además, metodologías y métodos participativos han sido evaluados desde un enfoque de capacidades, sin ser este el enfoque central para crear una nueva practica participativa. Por ello, esta presentación se centra en los cinco principios fundacionales de la Investigación de Capacidades Democrática (ICD), una orientación de investigación participativa, conceptualizada desde el enfoque de capacidades para avanzar hacia una justicia social epistemológica. Esta orientación de investigación, va más allá del uso de una metodología o método en concreto, proporcionando un espacio intelectual flexible capaz de acomodar la diversidad en la cual, nosotros como investigadores estamos inmersos. En este sentido, no se trata de utilizar a los participantes para

resolver nuestras preguntas de investigación, sino como en redes de interés nos unimos para desarrollar proyectos de creación de conocimiento que son locales y relevantes para el grupo de investigadores. Estas y otras ideas son desarrolladas a través de los cinco principios de ICD en esta presentación. Los cinco principios son; (1) El proceso participativo como espacio para la expansión de capacidades, (2) Los/las sin voz como creadores de conocimiento, (3) Injusticias como elemento fundador de la investigación, (4) Horizonte variable de la investigación en el sentido de un espacio democrático más allá de la participación y (5) Diversidad interior o/y exterior en términos de ecología de saberes. Por ello, los principios de ICD son presentados relacionando estos y otros enfoques participativos, para aprender de nuestros errores y mejorar nuestra transición hacia un mundo más diverso y comprometido con procesos más inclusivos de creación de conocimiento. Estos principios son centrales a la hora de avanzar desde un enfoque científico-tecnocrático hegemónico a un enfoque que entiende el derecho y la capacidad intrínseca de todo ser humano a investigar y contribuir a diferentes sistemas epistemológicos.

.....

*** Carmen Martinez Vargas**

Centre for Research on Higher Education and Development, University of the Free State CRHED (UFS). Bloemfontein, Sudáfrica

Resumen de ponencia

JOSÉ ENRIQUE RODÓ E O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO HISPANO-AMERICANO

*Elisângela Silva Santos

Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir da obra do escritor uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), a construção do pensamento hispano-americano, e como as teorias acessadas por ele podem ser encaradas como mecanismos de conexão entre Europa e América originando uma possível interpretação intelectual da realidade americana em processo de construção identitária.

A forma predominante de expressão da geração de Rodó foi o ensaio, que na América Latina, emerge em torno de 1900, e foi o tipo de prosa que melhor correspondeu ao movimento chamado de modernismo. Ariel, obra mais conhecida do autor em questão, foi publicada em 1900, é vista pela crítica como um dos grandes expoentes do ensaísmo no contexto latino-americano. De acordo com Vitier (1945), o ensaio hispano-americano do início do Século XX representou a consciência crítica de muitos países. Os autores ensaístas, estão fazendo a discussão de tudo, e de uma vez: higiene, arte, comunicação e novela; escola pública e legislação trabalhista; códigos de reabilitação do índio etc., nesse sentido, ocupava um lugar essencial como enlace e articulação do campo literário com o campo intelectual, desse modo, os autores estavam em busca de uma definição de rumos para suas respectivas nações. O que podemos inferir dessas interpretações nesse momento, é que, muitos intérpretes, como Rodó, estavam formulando uma ideia de disciplina social, num momento em que a sociedade latino-americana passava por um crescente processo de modernização. Conforme Mario Benedetti (1986), o destino do escritor latino-americano, salvo exceções, está assimilado ao seu povo. Os países deste continente têm a cultura como parte integrante de uma situação de dependência, mas ao mesmo tempo, luta para sair dela. A relação entre o escritor e a crítica é uma equação profissional, que pode vir a ser uma relação social, que tem a ver com a política, forças de repressão, respostas da história etc. Poderia se falar também em termos estritamente literários e formais, porém essa relação não ocorre na América Latina. Desta forma, Benedetti refere-se à ideia do fazer literário como uma espécie de estrutura histórica em construção, com forte comunicação com a realidade social e política.

De acordo com Aníbal Quijano (2007), desde o Século XVII foi elaborado e formalizado, nos principais centros hegemônicos do padrão mundial de poder, um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a quantificação, a externalização do cognoscível, respeito do conhecedor, visando o controle das relações das pessoas com a natureza. Esse modo de conhecimento foi, devido seu caráter e pela sua origem, eurocêntrico, denominado racional, e foi imposto e admitido como o conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida como emblema da modernidade. A Europa e os europeus se apresentavam como sendo o nível mais avançado no caminho linear, unidirecional e

contínuo da espécie. Se consolidou assim, junto com essa ideia outro princípio da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade que a população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Por muito tempo, o pensamento hispano-americano não teve o mesmo status que o europeu, além disso, muitos intelectuais, assim como Rodó, não figuram na dicotomia civilização/barbárie. O ambiente intelectual finesséculo sob o qual escreveu Rodó, contribuiu de maneira intensa na configuração de seu pensamento; o engajamento em formar uma nação a partir de sua realidade local, complexa e heterogênea o conduziu à busca de paradigmas ideológicos, jurídicos e educacionais na Europa Moderna. Como afirmou Real de Azúa (1976), foi o momento em que as metas da sociedade ocidental, os símbolos da modernidade (ciência, progresso, razão, justiça e liberdade) insurgem e seus devotos já não reconhecem mais o rosto dos seus antigos deuses.

Essas peças europeias aparecem no texto rodoniano, o que define como uma “literatura de circunstância”, isto é, ligada aos problemas e às urgências concretas de um meio sociocultural central e também como suas elites intelectuais as viam. Seu pensamento estaria na fronteira entre a literatura e a filosofia, e muito conectado às necessidades do fim do Século. Nesse sentido, as nações periféricas estavam aos olhos do centro, numa condição “atrasada” e “anormal”. Quando a América Latina internaliza essa condição de inferioridade, na forma de um sentimento de exclusão do “mundo civilizado”, ou de inserção nele sob a condição subalterna, surge toda uma reflexão, como aquela realizada por Rodó, que tenta “unir forças” elaborando a ideia de indivisibilidade continental. A herança positivista presente em Rodó tem como ponto importante essa concepção de retorno ao passado para pensar o futuro de seus países.

Eduardo Devés e Valdes (2012) aponta que a disjuntiva do pensamento periférico “ser como o centro” versus “sermos nós mesmos”, é a chave para entender esse pensamento, sendo uma das grandes dificuldades a de que nem toda intelectualidade assume essa disjuntiva periférica. No caso de Rodó, percebemos que essa disjuntiva é um dos elementos chave em sua obra Ariel, que tentou conciliar as antinomias em seu programa pedagógico traçado nesse representativo texto. Rodó tinha consciência do desenvolvimento histórico da América, porém também configura o intelectual que se mostra dividido entre dois mundos, o novo e o velho, América e Europa, mas que se propõe encarar os dilemas no presente, tentando oferecer uma feição coesa ao continente.

Rodó nos mostra que a possibilidade e o fato histórico de que cada tipo de homem, mesmo o homem latino-americano, tenha sido capaz de oferecer à realidade um sentido próprio e original, mesmo que a partir de fragmentos provenientes de diversos lugares, tornou essa realidade “digestível”, pois inscreveu a manifestação que o pensamento uruguaio/latino-americano, tem direito a existir como um tipo de humano, capaz de mostrar suas angústias e inquietações e não simplesmente como entidade geográfica ou jurídica.

.....

*** Elisângela Silva Santos**

Universidade Federal de Goiás UFG/Jataí. Jataí, Brasil

Resumen de ponencia

LA ABULIA FUNDADA. APROXIMACIONES EPISTEMOLÓGICAS A LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LOS JÓVENES EN ECUADOR

*Gloriamarys Chávez

Parece axioma el afirmar que los jóvenes prefieren actuar desentendidos de cualquier responsabilidad o acto de participación política. Tal argumento supone como fundamento el hecho de un aparente cambio de época (la Postmodernidad) y, por tanto, de valores, lo que ha devenido en la desafección de los jóvenes ante cualquier proyecto social colectivo, y en particular la indiferencia en cuanto a incidir en el ámbito político.

Por supuesto que a tales conclusiones es posible arribar si, en primer lugar, se asume que hacia finales del siglo XX asistimos a un cambio epocal signado por el hastío y el no compromiso de un sujeto que ha visto resquebrajarse los grandes relatos de la Modernidad como el Estado, la Ética, la Religión, etc. En segundo lugar, estas aseveraciones son posibles si se sigue utilizando para el estudio de la sociedad, un andamiaje epistemológico construido desde una concepción heredada, un orden permitido, reconocido y legitimado que pretende, infructuosamente, asir una complejidad social que no responde únicamente a las leyes biológicas, ni a un equilibrio natural a priori. Tal concepción implicará siempre contradicciones aparentemente de orden lógico y gnoseológico, pero que devienen del solapamiento de las contradicciones intrínsecas de la sociedad capitalista.

¿Qué sucede si analizamos las transformaciones sociales no entendidas como una nueva época sino como la continuidad de una época que, dialécticamente, ha tomado consciencia de sus contradicciones y se ha manifestado a ultranza? ¿Qué ocurre si dotamos al análisis de la sociedad de juegos del lenguaje más improbables, utópicos y, por tanto, menos deterministas?

Es necesario partir del cuestionamiento de si el fin de la Historia no es sino la pretensión de perpetuar el liberalismo individualista, si la fragmentación del sujeto y la constitución del agency no son sino un constructo ideológico que responde al sostenimiento de un modo de producción que se transformó, pero que esencialmente siguió siendo el mismo. Es elemental que el sustento de este estado de cosas demanda una transformación ideológica que predisponga un individuo fragmentado y apático que asimile los lucrativos postulados de la maquinaria capitalista, sobre todo de su lado más tentador: la industria cultural.

Por supuesto que no se puede hablar -como propuesta o alternativa- en este caso, de un cambio de episteme en tanto no ha ocurrido un cambio de época, pero resulta necesario instaurar un orden otro (tomando como referencia la concepción heredada) que permita llegar, con otros métodos, otra conceptualización, otro lenguaje, a conclusiones pretenciosamente más completas de la realidad.

En esta reivindicación de la realidad resulta medular el hecho de la participación

política de los jóvenes, pues en torno a ello las Ciencias Sociales han construido un discurso excluyente, que legitima un imaginario del descrédito y la desafección. Con tal construcción no es posible, en primer lugar, asir la complejidad social y, en segundo lugar, cancela la construcción de un proyecto emancipatorio que contemple como emergente la participación política de los jóvenes. Esta es una concepción que se manifiesta como orden dado que no es posible revertir, por lo cual se asume como único válido. Seguir utilizando un aparato epistemológico anquilosado, premeditadamente construido, implica alejarse, conscientemente del reconocimiento del problema y por tanto de cualquier posible solución.

Al hablar del discurso de la desafección política de los jóvenes es necesario ver cómo la construcción ideológica de fines del siglo XX y lo que va del XXI, lejos de enajenación, ha incitado a otras formas de agrupación y participación, que muchas veces no han logrado deshacerse del desplazamiento o el confinamiento al que le han sometido los discursos del poder, pero que se deben tener en cuenta en el estudio de la sociedad actual, en virtud de no hablar de una desafección política, particularmente en el contexto latinoamericano. Este trabajo propone una mirada al hecho de que una aparente desafección política de los jóvenes en el contexto latinoamericano, y el caso específico de Ecuador, demanda ser aprehendida y comprendida desde otros puntos de vista que vayan más allá de asociaciones binarias proposicionales de tipo: jóvenes-desafectos, jóvenes-irresponsables, entre otras.

¿Cómo se ha construido esta imagen de los jóvenes desafectos? ¿Con qué objetivo? Es necesario indagar en las condiciones de posibilidad de tal discurso, a fin de comprender, desde su complejidad, un juego del lenguaje que supera lo que a veces se nos presenta como tradición oral, como orden dado y que tiene definitorias implicaciones políticas.

Establecer si es posible disociar una supuesta esencia pura de los jóvenes de lo que ha establecido el imaginario puede presentarse como un terreno escabroso donde no existe garantía alguna de tal pureza. Igual de peligroso sería afirmar que los jóvenes son únicamente esa construcción establecida desde la ciencia, los medios de comunicación y otras instancias de poder. En ambos casos se estaría negando esta complejidad simbólica y se legitimaría, más que la marca, la mácula; la tinta indeleble de la anomalía, del desentendimiento y por tanto de la exclusión de los jóvenes. Ante tal camino oscuro —y en lo lúgubre se desestima lo dado, la positividad— se hace necesario indagar en el proceso de construcción de los discursos y su legitimación, en la proposición de otras maneras de abordar el actuar de los jóvenes y por tanto su participación política, con el fin de establecer vínculos, conexiones o desconexiones que permitan el (auto)reconocimiento, individual y colectivo, de los jóvenes en tanto sujetos.

En un primer momento —y es el objetivo de esta investigación— es necesario escudriñar esos espacios que intencionalmente no son, y que han quedado en tal condición porque lo que es, tiene un fin político bien definido. Pero ese no ser no anula la posibilidad de ser, he ahí donde surge la emergencia de dotar de sentido y hacer hablar a la ausencia. Solo haciendo hablar al discurso construido de la participación política de los jóvenes se podrá develar lo no dicho, sus intenciones, y proponer otros sentidos emancipadores. La participación política de los jóvenes se inscribe, por exclusión, por silenciamiento, por anulación del sujeto, en lo que Boaventura de Sousa Santos define como epistemología del Sur; un:

"...reclamo de nuevos procesos de producción y de valoración de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido de manera sistemática las injustas desigualdades y las discriminaciones causadas por el capitalismo y por el colonialismo" (de Sousa Santos, 2010, pág. 57).

La participación política de los jóvenes traza esta cartografía de lo no dicho, que implica develar la voz de los que han tenido que ver los acontecimientos debajo del retablo. En tal sentido Boaventura de Sousa establece cinco lógicas fundamentales que operan para el silenciamiento, ellas son: la de la monocultura del saber y del rigor del saber, la monocultura del tiempo lineal, la de la clasificación social y la de la escala dominante. Desde las perspectivas teóricas y metodológicas que han asumido la participación política de los jóvenes, y desde la implementación de políticas públicas al respecto, la articulación de estas lógicas ha contribuido al borramiento discursivo, a dejar ciertas zonas en el espacio de lo no existente.

.....

*** Gloriamarys Chávez**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador - FLACSO. Quito, Ecuador

Resumen de ponencia

LA DESCOLONIZACIÓN EPISTEMOLÓGICA SERÁ DESOBEDIENTE O NO SERÁ

*Cesar Baldoni

*Juan Manuel Fontana

*Santiago Liaudat

La descolonización epistemológica será desobediente o no será.

Frente a la cuestión de qué significa producir genuino conocimiento desde el Sur global, conviene reparar, ante todo, en la naturaleza y presupuestos de los presuntos obstáculos que tal conocimiento debería enfrentar, para constituirse en una alternativa concreta capaz de superar a la epistemología occidentalocéntrica imperial. Repasando brevemente las principales objeciones que se le plantean, estas perspectivas epistemológicas alternativas adolecerían de una serie de debilidades que las tornarían poco viables o “creíbles”, a saber: ausencia de rigor conceptual; ideologización del campo disciplinar (filosofía de la ciencia); difuminación del objeto de estudio; y, por último, inconsistencia metodológica (Roda, 2015).

Ahora bien, en lugar de aceptar, sin más, la relevancia y pertinencia de estas críticas, como “estrategia” para definir los obstáculos a salvar en el proceso de elaboración de una epistemología contrahegemónica, quizás resulte más atinado preguntar por la legitimidad/validez misma de tales acusaciones, con el objeto de radicalizar nuestra actitud descolonial. Como se ha sugerido al principio, el problema reside tanto en el estatuto epistémico de las objeciones enumeradas, como en la raigambre filosófica de sus presupuestos no explicitados. ¿No son ya, estos ataques de la epistemología clásica, clara expresión de sus limitaciones provincianas y reduccionistas? Sus pruritos en torno a la falta de seriedad de los modelos alternativos, ¿no continúan reproduciendo acaso los criterios abismales de inclusión/exclusión que consideramos en vías de superación?

En síntesis, si nos asumimos inmersos en un proceso de lucha, desde abajo, por mayor equidad cognitiva a escala global, ¿por qué habríamos de aceptar pasiva y acríticamente los términos en que se despliegan estos ataques, dignos hijos del pensamiento eurocéntrico hegemónico? Si somos fieles a nuestro diagnóstico y realmente creemos que la actual coyuntura plantea “problemas modernos para los que no existen soluciones modernas”, si en efecto entendemos que “la comprensión del mundo no se agota en la comprensión moderno-occidental del mundo” (Santos, 2010), es claro entonces que ante todo corresponde poner en cuestión la legitimidad de tales objeciones (y sus presupuestos), en lugar de tomarlas como indicios inequívocos de las “tareas pendientes” que debemos afrontar en el proceso de maduración de un “modelo de pensamiento alternativo” (Roda, 2015). Tal como ha sido señalado ya, esto se encuentra justificado toda vez que los ataques en cuestión, en tanto deudores de una razón “perezosa” e “indolente”, no logran escapar, en cada

uno de sus señalamientos críticos, del “monólogo monoculturalista eurocéntrico” (Grosfoguel, 2011), reproduciendo particularmente la “lógica del saber y del rigor”. En este sentido, es evidente que una “epistemología latinoamericana” que se asuma como forma de pensamiento posabismal no puede menos que poner en duda los pretendidos criterios únicos de verdad (científica y filosófica) propios de la modernidad occidental. La validez y autenticidad de las epistemes de nuestros pueblos oprimidos, históricamente negadas e invisibilizadas por el proceso de “globalización hegemónica” actualmente vigente, mal pueden estar sujetas a la lógica dicotómica de ese mismo logos negador e invisibilizador de saberes, prácticas y experiencias Otras. Dicho de otra forma, subordinar la legitimidad de las alternativas epistemológicas a las exigencias de una racionalidad eurocéntrica y “metonímica”, que inexorablemente tiende a producir como ilegítima, imposible o inexistente cualquier alternativa contrahegemónica disponible, implica traicionar el postulado de “igualdad en la autoridad cognitiva” y con ello una grave claudicación en el proceso de descolonización intelectual en el que nos hemos embarcado.

Sin embargo, no se trata meramente de hacer visibles las marcas que deja la “colonialidad del saber” (Lander, 2000) en nuestros propios discursos con pretensiones emancipatorias. Antes bien, esta preocupación responde al desafío de continuar avanzando en la superación de la impronta monocultural y abismal de nuestro pensar, asumiendo plenamente el factum de la diversidad epistémica como reservorio inagotable de humanidad. El esfuerzo por radicalizar y consolidar este “nuevo” horizonte de comprensión (Fornet-Betancourt, 2004), se inscribe pues en el contexto de la elaboración de un proyecto civilizatorio alternativo y transmoderno (Dussel, 2004), que sea capaz de hacer frente a las fuerzas universalizantes y excluyentes del mundo globalizado.

Palabras clave: globalización hegemónica; monólogo monoculturalista eurocéntrico; actitud descolonial; epistemología latinoamericana; equidad cognitiva global; proyecto civilizatorio transmoderno.

Bibliografía:

Dussel, E. (2004) “Sistema mundo y transmodernidad”, en: Dube, S.; Banerjee, I.; Duve, S., Banerje Duve, Mignolo, W. (eds.) Modernidades coloniales, México, El Colegio de México.

Fornet-Betancourt, R. (2004) Crítica intercultural de la filosofía latinoamericana actual. Madrid: Ed. Trotta.

Grosfoguel, R. (2011). “La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos”. En Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer (pp. 97-108). Barcelona: CIDOB Edicions.

Lander, E. (2000). “Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos”. En Lander, E. (Ed.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso. Pp. 4-23.

Roda, H. (2015) Justicia cognitiva global. Reflexiones desde la Epistemología Latinoamericana. En Populorum Progressio In.Te.La. Publicación digital año 1 nro. 1. ISSN 2451-8077.

Santos, B de S. (2010). Descolonizar el saber, reinventar el poder. Montevideo: Ed. Trilce. Caps. 1 y 2.

.....

*** Cesar Baldoni**

Facultad de Trabajo Social Universidad Nacional de La Plata - FTS UNLP. la plata, Argentina

*** Juan Manuel Fontana**

Facultad de Trabajo Social Universidad Nacional de La Plata - FTS UNLP. la plata, Argentina

*** Santiago Liaudat**

Facultad de Trabajo Social Universidad Nacional de La Plata - FTS UNLP. la plata, Argentina

Resumen de ponencia

LA HISTORIZACIÓN DE LAS CIENCIAS SOCIALES COMO RESISTENCIA AL COLONIALISMO ACADÉMICO.

*Xavier Rodríguez

La historización de las ciencias sociales como resistencia al colonialismo académico.

Por Xavier Rodríguez Ledesma.

La respuesta más común de las ciencias sociales frente a los señalamientos acerca de la inevitable obligación de historizarse a sí mismas, es refugiarse en el espacio construido por sus propias metodologías para, apertrechadas desde ahí, continuar de forma prepotente mandando al limbo de la no verdad, de la ficción, del mito, de la fantasía o de la poética, a todo lo que no se atenga y someta a sus directrices.

A pesar de que desde hace algunos lustros se ha hecho cada vez más evidente la imposición asentada en relaciones inequitativas de poder de ciertas concepciones acerca de las formas válidas y legítimas de construir saberes y consolidar conocimientos, ello no ha obstaculizado en demasía su reproducción acrítica por lo cual siguen siendo preponderantes. Podemos referir diversos ejemplos de dicha preeminencia hegemónica, desde, en primerísimo lugar, la descalificación y desdén sobre otras formas de explicar, comprender, conocer y aprehender el mundo ajenas al discurso científico, moderno y occidental, pasando por el mantenimiento de los protocolos de investigación contruidos en las ciencias naturales (duras) con la consecuente sumisa aceptación de las ciencias sociales de ese imperativo metodológico, hasta llegar a un fenómeno que hemos atestiguado de unos cuantos años a la fecha: la imposición casi dictatorial respecto de que solo existe una forma válida y legítima para referir las fuentes utilizadas en una investigación, me refiero obviamente a las “Normas APA”.

Epistemicidio o discriminación epistémica, colonialismo académico, historización de los saberes, racismo cultural, poder, etc., conceptos fuertes y no gratos para el establishment académico que debiera hacer de la (auto)crítica su razón nodal de existencia. Hoy en día es necesario y urgente historizar tanto la construcción de saberes como la legitimación de las formas mediante las cuales estos se construyen. Solo así se podrán abrir las puertas para reconocer la diversidad tanto cultural como de formas de narrar, asumiendo que cualquier tipo de definición de superioridades o legitimidades son simplemente expresiones de relaciones de poder históricamente instituidos y, por ende, factibles de ser evidenciados en su conformación de poder. Ello irónicamente, no se nos olvide, debería ser la característica definidora del funcionamiento del pensamiento crítico. Aceptarlo es por demás complicado pues significa renunciar a los nichos de poder instituidos donde la academia vive y se reproduce. De tal forma, proponerlo y ejecutarlo se convierte en la una disputa política constituyendo de facto una estrategia de resistencia por la visibilización -y

transformación- de esas relaciones de poder que pretenden esquivar dicha historización aludiendo a argumentos de índole epistemológico.

Avanzar en la problematización de la construcción social del conocimiento es un punto prioritario de, entre otras cosas, la agenda educativa contemporánea necesaria para repensar los procesos de enseñanza aprendizaje en general y, en particular, los de las disciplinas sociales. Como muestra podemos referir la actual discusión sobre las funciones y utilidades de la historia referidas a la necesidad de generación de ciudadanos modernos, y no únicamente en su responsabilidad disciplinaria de construir y consolidar rasgos identitarios de índole nacional. Ello requiere ineludiblemente realizar la historización de las formas en que ciertas apreciaciones devienen conocimiento social, pues sólo a partir de ahí seremos capaces de poder concebir, construir y escribir otras historias distintas, diversas, y con responsabilidades diferentes a las que tradicionalmente se le ha asignado.

Es necesario entonces recuperar el ejercicio crítico que la historia enarbola como práctica metodológica obligatoria, pero de la cual en los hechos se ha eximido: verse a sí misma (y al resto de los discursos y conocimientos hegemónicos) como un constructo histórico cuya legitimidad se basa no en cuestiones epistemológicas sino en razones de poder. En la ponencia se proponen algunos ejemplos para iniciar dicha crítica.

.....

* Xavier Rodríguez

Universidad Pedagógica Nacional, México UPN. México, México

Resumen de ponencia

LA INVESTIGACIÓN SOCIAL: UNA APUESTA PRÁXICA, ÉTICA Y POLÍTICA

*Alfonso Insuasty Rodríguez

*Eulalia Borja Bedoya

La investigación social: una apuesta práxica, ética y política

Por: Alfonso Insuasty Rodríguez y Eulalia Borja Bedoya (Universidad de San Buenaventura, Medellín ☐ Colombia)

Palabras claves: Investigación activa; Praxis; Investigadores comprometidos; Investigación política; Apuesta ética

La ciencia y la vocación científica e investigativa, se ha convertido según expone Fals Borda (1981) en un fetiche y una construcción idealizada de los sujetos de ciencia ☐ investigadores ☐, que la asumen como agente externo capaz de orientar y determinar las dinámicas sociales de una sociedad en particular. Este sociólogo, propone una noción de ciencia diferente, donde se le asuma como “un producto cultural del intelecto humano, producto que responde a necesidades colectivas concretas ☐ incluyendo las consideradas artísticas, sobrenaturales y extracientíficas ☐ y también a objetivos determinados por clases sociales que aparecen dominantes en ciertos periodos históricos” (p.68).

En su noción de ciencia, el sujeto inmerso que investiga, tiene condicionantes subjetivos, políticos y sociales, que orientan y definen la aplicación de reglas, métodos y técnicas en los procesos de construcción e investigación científica. Fals Borda (Ibídem) logra incluso, dar cuenta de la vulnerabilidad de la ciencia y su determinación elitista, política e ideológica, de cara a la disputa por la construcción de conocimiento científico.

La comunidad de científicos occidentales especializados que hoy pretende monopolizar lo que es la ciencia y dictaminar sobre lo que es o no científico. Este nivel tiene claras consecuencias en el mantenimiento del statu quo político y económico que se resuelve alrededor del sistema capitalista e industrial dominante. En estas condiciones, la producción del conocimiento a este nivel se dirige obviamente a mantener y fortalecer este sistema (p.69)

Para Torres Restrepo (2001) las ciencias sociales en América latina lograron adaptarse a las dinámicas de la ciencia positiva, objetiva y empírica, desde la década de los sesenta, sin embargo, ésta no logró ser indiferente y tampoco pudo “aislarse de un ambiente local concreto. (☐)Menos aún en el caso de una ciencia social, donde los estudios de nuestra realidad comenzaron a multiplicarse” (p.134). La objetividad, por

ejemplo, comenzó a ser una categoría esencial y en disputa para la comprensión del desarrollo de las ciencias sociales en América Latina, pues según este autor, desarrollos como los de la sociología no fueron ajenos a esta lógica

Son demasiados los chascos que nos ha dado la sociología teórica, nominalista y objetiva, tan propicia a nuestro genio latino, como para que no tengamos desconfianza en los enfoques que hagamos de nuestra realidad social. Nuestra sociedad se presenta como un hervidero de problemas inmediatos de toda índole, en los cuales nos vemos forzosamente implicados con nuestra afectividad, con nuestra inteligencia, con toda nuestra persona. (p.136)

En este contexto de objetividad, método científico, imparcialidad y demás, investigadores como Orlando Fals Borda, Camilo Torres Restrepo y Alfredo Molano Bravo, generaron y enfrentaron estas grandes discusiones como investigadores sociales, optando por la separación de dicha neutralidad y objetividad e inclinándose al trabajo con y para el pueblo colombiano, donde la ciencias sociales aprehenden de la ciencia y la cultura de los pueblos. (Fals Borda, 2008)

Lo anterior, nos pone como reflexión, el hecho de que debe existir siempre en el sujeto que investiga, la pregunta del para qué, cómo y para quiénes se construye ciencia y conocimiento, pues lo político debe transversalizar cada una de sus apuestas investigativas. De manera particular, Fals Borda (2008) expone que en el marco de sus procesos investigativos, su intención política siempre fue

Informar y enseñar sobre las realidades encontradas a través de investigaciones interdisciplinarias en el terreno, con el fin de llevar a los lectores, a las masas y a sus dirigentes a actitudes y actividades capaces de cambiar la injusta estructura social existente, especialmente en los campos. (p.6)

Las prácticas políticas, organizativas y sociales terminan siendo aliadas de la teoría, las metodologías y construcciones de conocimiento científico, para construir una praxis particular, pues “buscan combinar el conocimiento con la eficacia en la transformación social” (Fals Borda, 1984, p.4). Esta praxis se caracteriza por superar lo que Torres Restrepo (2001) denomina “cobardía disfrazada de objetividad” (p.136) pues el sujeto investigador se moviliza y compromete con las realidades sociales y comunidades que estudia y genera escenarios de coexistencia de técnicas, métodos y diversos conocimientos ② científicos y populares ② sin que se tejan relaciones de subordinación e inferioridad entre lo académico y lo comunitario.

Para Molano (2014) la praxis permite generar conexiones entre lo particular y lo general ② lo general y lo particular, él por ejemplo, logra hilar las historias locales ② aparentemente irrelevantes ② con grandes acontecimientos de la historia nacional. Particularmente, en una de sus investigaciones logra retomar los relatos de numerosos colonos, sus biografías individuales, no solo para dar cuenta de un proceso organizativo y político, sino también, para que través de la sistematización de los relatos de vida, se lograra contribuir de manera significativa a la historia de la colonización del país (s.f)

Esta apuesta ética del sujeto que investiga y logra poner su saber, en función de realidades concretas, con sujetos colectivos, permite superar la relación sujeto-objeto existente en las ciencias positivas, para Fals Borda (1984) “aquella relación debe convertirse en sujeto/sujeto. Precisamente la quiebra del binomio asimétrico es la esencia del concepto de participación (p.62)

Torres Restrepo (2001) en su apuesta práxica, invita al mismo tiempo, a no desviar la atención en problemas intrascendentes, más bien a centrarse en la delimitación de problemas de investigaciones reales, donde los sujetos inmersos se vinculen académica, social y políticamente con los fenómenos, comunidades y problemáticas, para lograr escenarios de transformación.

La praxis (praxis) es ante todo política, la problemática de la investigación-acción lleva necesariamente a calificar relaciones entre los investigadores y las bases populares o sus organismos con los cuales se desarrolla la labor política. Este es un aspecto fundamental del método de investigación, porque, como queda dicho, el propósito de éste es producir conocimiento que tenga relevancia para la práctica social y política: no se estudia nada porque sí. (Fals Borda, 1978, p. 16)

La arremetida neoliberal en América latina y su incidencia en los escenarios académicos, científicos y universitarios, no solo proclaman o promueven un tipo de desarrollo económico, político y social, sino que como expone Ghiso (2017) también un nuevo tipo de investigador y educador, pues con su rol

Se enmascaran las situaciones de exclusión, donde la vida y la sobrevivencia son negadas para muchos pueblos; a la vez que se encubren las condiciones de opresión, ocultando así, cómo la dignidad humana de amplios sectores de población es sistemáticamente clausurada. La problemática que viven las personas, sus necesidades y carencias parecen reducirse a vanos discursos, que no cuestionan, ni asumen las realidades concretas en donde estas tendrían que entenderse y resolverse. La negación de la sobrevivencia y la clausura de la dignidad y autonomía de las personas sólo pueden ser mantenidas por mecanismos de represión, control social y de restricciones en el conocimiento, la información y la participación política. (p.11)

A la par, la desigualdad social, la exclusión, la opresión histórica no solo se silencia, oculta o maquilla mediante la instrumentalización de la ciencia y sus investigadores, sino que, además, el mismo sistema existente, posibilita las condiciones de negación de “la vida y la sobrevivencia, resquebrajando identidades y solidaridades en amplios sectores de la población. La ley del más fuerte, del sálvese el que pueda, del es problema suyo, se enraíza en la vida cotidiana de personas y grupos para poder cooptarla, controlarla y neutralizar toda esperanza, creatividad, indignación y atisbo de resistencia.” (Ibidem)

Son cómplices, quienes no asumen la investigación y a las ciencias sociales como apuesta ética y política, quienes no comprenden que los científicos sociales no pueden permitirse ser útiles o legitimar mediante su accionar, la vulneración de comunidades, sus derechos y reivindicaciones en el marco de sus procesos investigativos, por el contrario, estos deben estar puestos al servicio de dichas comunidades.

La ciencia social es política, y la apuesta debe ser que las prácticas éticas y la toma de postura de los sujetos investigadores, sean el centro de todo proceso investigativo y las formas de comunicar la misma.

Referencias bibliográficas

- Fals Borda, O. (1978). El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis. Ediciones tercer mundo. Bogotá.
- Fals Borda, O. (octubre de 2008). "Carta a Pedro Santana "Me queda la angustia de la continuidad""". En Revista Foro. (65), pp. 5-10.
- Fals Borda, O. (1980). "La ciencia y el pueblo. Nuevas reflexiones" En Asociación Colombiana de Sociología La sociología en Colombia. Balances y perspectivas.
- Fals Borda, O. (1985) Conocimiento y poder popular. Bogotá: Siglo XXI Editores
- Ghiso, A, M. (2017) Reflexiones de un educador freiriano. Revista Kavilando. Vol 9 (1). Pp. 9-18
- Molano, A. (2014) Selva adentro. Bogotá: Penguin Random House
- Torres, C. (2001) El problema de la estructuración de una auténtica sociología latinoamericana. Revista Colombiana de Sociología. Vol VI (2) Pp. 133-139 Disponible en: www.bdigital.unal.edu.co/16203/1/11080-26460-1-PB.pdf

.....

*** Alfonso Insuasty Rodríguez**

Universidad de San Buenaventura, Medellín - USBMed. Medellín, Colombia

*** Eulalia Borja Bedoya**

Universidad de San Buenaventura, Medellín - USBMed. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

LA INVESTIGACIÓN Y ACCIÓN EN LATINOAMÉRICA REFLEJADA EN LOS CONGRESOS DE CONVERGENCIA

*Alejandro Noboa

La ponencia pretende abordar el desarrollo de las metodologías de investigación y acción y participación en latinoamérica. Desde los aportes realizados por Kurt Lewin (1951) en EEUU que luego fueron retomados por los investigadores latinoamericanos, apoyados en los trabajos pedagógicos de Paulo Freire (1970) y la Escuela Crítica de Frankfurt, como Orlando Fals Borda y Francisco Brandao (1986), más recientemente desde España aunque con antecedentes también en Latinoamérica Tomás Rodríguez Villasante (2010). Dan a estas estrategias metodológicas un giro de compromiso con la transformación social dinámica y acompañando los cambios en los sujetos investigados e investigadores imprescindibles para comprender la realidad social con ciertas pretensiones de influir además en la calidad de vida de las poblaciones implicadas. La pertinencia para la sociología latinoamericana (y mundial) de este esfuerzo tienen una doble fuente: la necesidad de mejorar nuestros métodos de investigación, particularmente de lo social con efectos directos en la construcción teórica y también la necesidad de promover simultáneamente conocimiento y cambios en la realidad social en la que actuamos acelerando el impacto del conocimiento en la vida de las personas.

En este trabajo nos proponemos analizar los diferentes fundamentos que sostienen la investigación acción a través del tiempo, estudiando investigaciones concretas (más precisamente las actas de congresos) realizadas en este enfoque presentadas en los congresos de Cartagena (1977, 1997 y 2017) a partir de un metaanálisis de los textos de las investigaciones.

Se analizarán los materiales a partir de una batería de categorías que tienen que ver con el rol del investigador, el proceso de investigación, la forma de redacción del propio abstract, el tema que aborda entre otras categorías.

Entendemos que existe una historia de como se ha hecho investigación acción a través del tiempo evolucionando desde el investigador agitador hasta la actualidad donde se habla más y más profundamente de la aptitud técnica necesaria para abordar el trabajo. En una primera fase si bien los trabajos contaban con un diseño previo, una planificación previa y una definición de objetivos incorporando la participación social como también la transformación de la realidad sostenemos que la tarea esencial era abrir el camino del cambio social revolucionario. En una fase intermedia queda constancia de buscar el empoderamiento de los grupos más deprimidos pero el eje empieza a girar en torno al manejo de las técnicas de participación donde se fundamenta la intervención. En esta etapa se asiste a un verdadero florecimiento de las técnicas pero aún sin el rigor que las mismas requieren sino que se sigue priorizando el involucramiento en pro de un cambio social donde la idea de la revolución deja lugar al cambio gradual y a partir del lugar que nos toca vivir. Los

temas dejan de estar vinculados a los campesinos y a las problemáticas rurales para migrar a problemáticas más urbanas sin perder de vista las localidades: el paradigma dominante es el del desarrollo local.

El anterior investigador $\rightarrow$ agitador deja paso al investigador - promotor de desarrollo local.

En cuanto a los procesos no dejan de estar planificados con anterioridad pero quizás se asiste ahora a una estandarización de los procesos, ya no queda librado a cada grupo objetivo la forma de intervención sino que se está inclinando el fiel de la balanza hacia un consenso en cuanto a las fases de la intervención.

Por último la heterogeneidad de la imagen del investigador en esta última fase, muchos géneros, muchas formas de intervención en distintas temáticas, con distintas modalidades intentando abordar la realidad compleja.

A una planificación basada en la transformación global de la situación, donde se planeaba el proceso de participación, se adoptaba un rol del investigador activo y movilizador (agitador) contra el sistema, hoy se transforma previo pasaje por un período de carga técnica en un paisaje plural donde se aplica la investigación acción a distintas situaciones, se emplean distintos tipos de técnicas, se abordan objetos también distintos y todos con pertinencia e igualmente válidos.

Lo que antes estuvo fundado en el conocimiento crítico como base epistemológica se vuelve hoy más complejo y buscar basarse en la epistemología de los sistemas emergentes recogiendo la pluralidad de perspectivas y modalidades de aplicación de la metodología.

Se deja de lado el potencial revolucionario de la estrategia para volverse más polivalente y con abordaje múltiple donde la técnica se vuelve relevante para desatar los procesos de forma coherente y planificada.

En América Latina de la mano de Fals Borda se generaliza la iap entre los investigadores y se torna el formato más utilizado de la investigación acción en este continente, con las transformaciones que se mencionan en el trabajo. Creemos que en este caso la Sociología Latinoamericana adquiere una identidad propia pero inserta en la Sociología del mundo.

.....

*** Alejandro Noboa**

Departamento de Ciencias Sociales. Centro Universitario Regional Litoral Norte . Universidad de la República - DCS/CenUR Litoral Norte/UELAR. Salto, Uruguay

Resumen de ponencia

LA LEY MARX, LA REVOLUCIÓN COPERNICANA OLVIDADA EN LA EPISTEMOLOGÍA OCCIDENTAL.

*Oscar David Rojas Silva

Para Hegel, la categoría de lo concreto no puede ser empleada sino cuando se trata de la voluntad consciente y de sus productos. Desde el punto de vista de Marx esta categoría capital de la dialéctica puede ser empleada de lleno por todas partes, no importa en qué esfera del ser natural y social, y ella es independiente de todo espíritu; por consiguiente, de las manifestaciones de la vida del espíritu mismo, es decir, del desarrollo de toda la esfera de la ciencia social, e incluido el pensamiento, esfera de la lógica.

Evald Ilienkov

Conforme las contradicciones crecientes del mercado mundial avanzan, las sociedades comienzan a resentir efectos altamente negativos y contraproducentes del modo de producción dominante. El cambio climático, la insuficiencia de la democracia, crisis que nadie sabe cuándo estallarán y si será la última, pobreza extrema, riqueza extrema, corrupción, mercantilización y destrucción de la naturaleza, son temas que vistos en una imagen de conjunto delinear un sistema que ya se encuentra putrefacto pero insiste en esta de pie.

¿Cómo es posible que un sistema social ya muerto tenga la fuerza suficiente para no irse de una vez? La ciencia económica dominante alega que simplemente esto no se puede saber, a lo mucho podemos calcular una estimación, un acercamiento, pero jamás la realidad en sí, se conforma con lograr, cada cierto tiempo, políticas públicas que, mediante pasos tímidos y pequeños, racionalicen lo mejor posible el actuar de los agentes económicos en sus intercambios económicos en competencia hostil. El materialismo histórico de Marx edifica en El Capital una propuesta diferente de aproximación a la realidad, la aplicación de la lógica dialéctica a la interpretación del sistema social parte por comienzo por el principio de que la realidad es totalmente cognoscible, esto es, no conocer cada uno de los átomos que la constituyen, sino comprender la categoría fundamental que le da sentido al todo de conjunto, en este caso: el plusvalor. En esta ponencia busco plantear la hipótesis de que el análisis de esta categoría es una secuencia lógica que permite responder la pregunta que aquí nos hacemos.

La realidad es dialéctica, es decir, se encuentra en constante movimiento y con fases opuestas que interactúan recíprocamente, transformándose en una espiral interminable de desarrollo entre condiciones materiales y relaciones sociales

sucesivas, dicho de otra manera, cada generación encuentra fuerzas productivas desarrolladas en el momento anterior, dado que necesita vivir (alimentarse, vestirse, etc.) utiliza las condiciones científicas y técnicas alcanzadas para permitir su producción y reproducción como sociedad, de aquí que cada generación trabaje con lo logrado por la anterior pero que debe realizar un ajuste ya que las relaciones sociales que hereda también pertenecen a un momento en el cual las fuerzas productivas eran diferentes. Las relaciones sociales de producción y las fuerzas productivas son opuestas en el sentido fuerte y nunca pueden tomar una estabilización final, el movimiento perenne es su constituyente. Por tanto, la dialéctica del plusvalor presenta el tipo específico de movimiento que tiene el capital: un tránsito particular entre la propiedad privada hacia la propiedad social. La ley Marx sobre el movimiento ininterrumpido de las formas de propiedad es una forma de analizar a detalle el movimiento contradictorio entre las relaciones sociales y las fuerzas productivas, es decir, encuentra el lugar nuclear donde se puede modificar el sentido material de la historia.

Para la Ley Marx, la muerte del capitalismo es inevitable no por que caiga preso de su maldad sino porque es un sistema social, y como tal, manifiesta un movimiento constante donde sus condiciones productivas siempre cumplen con un fin civilizatorio, este es en cuanto al capitalismo, la constitución del Mercado mundial. La interconexión final entre distintos modos de producción funcionando unos con otros. No se trata, entonces, de si la próxima crisis será final o no, sino qué hacemos con la fuerza productiva generada por la generación que nos precede (el mercado mundial) para que cambie su violencia competitiva y ahora se plantee nuevos fines civilizatorios. Bajo la Ley Marx es claro que no se trata de si la ganancia se encuentra en el nivel adecuado sino por fines cualitativos, el capitalismo produce las mismas condiciones que llevan necesariamente a la transformación de las relaciones sociales de producción.

Si todo esto es verdad, entonces estamos frente a una concepción histórica diferente de la planteada hasta hoy. El objetivo de esta ponencia es lograr la interpretación del nacimiento del materialismo histórico como la historia de una transformación radical del entendimiento cualitativo del desarrollo humano, así como Copérnico desenterró a los griegos para plantear su sistema heliocéntrico, Marx desentierra a Hegel para plantear el sistema de rotación histórica. ¿Cuáles son las implicaciones de esta lectura histórica? ¿qué tipo de pruebas científicas sostienen este planteamiento? La conciencia y el lenguaje se encuentran siempre íntimamente ligados, no se puede revolucionar la conciencia si no se analiza el lenguaje y viceversa, la ciencia económica tradicional resulta insuficiente para trabajar con este sistema de rotación histórica impreso en la Ley Marx, por lo que es necesario, para comenzar a asumir esta revolución científica, que se vacíen todas las cargas epistemológicas de las categorías actuales y se reconstruya el análisis económico en términos del materialismo histórico. De esta comprensión depende que podamos comprender cómo utilizar las fuerzas productivas alcanzadas por el capitalismo, pero sobre todo, esto habilita también la comprensión de la necesidad y la forma en la cuál las relaciones sociales deben cambiar para dar paso, por fin, al nuevo modo de producción.

En suma, es necesario dejar en claro que la crítica epistemológica que se puede llevar a cabo desde el sur mundial puede encontrar un aliado en el método del materialismo histórico para desprenderse del prejuicio occidental de la linealidad racional de la historia. En las ciencias naturales se pudo dar el paso a las nuevas concepciones astronómicas (con sus sensibles repercusiones en el poder eclesiástico), en las ciencias sociales estamos en plena edad media racionalista puesto que luego de la publicación de *El Capital*, su autor sufrió un boicot mundial donde su nombre equivalía a problemas y a pseudo-ciencia, justo como las descalificaciones que los revolucionarios de las ciencias naturales recibieron, por ello, toca como necesidad fundamental darle conmemoración al nacimiento de Marx mostrando que la científicidad alcanzada por Marx no es sólo una forma distinta de ver la realidad, sino que es la forma más avanzada alcanzada por el intelecto humano en los actuales momentos de la historia.

.....

*** Oscar David Rojas Silva**

Instituto de Investigaciones Económicas . Universidad Nacional Autónoma de México - IIEC/UNAM. México, D.F., México

Resumen de ponencia

LA MILPA COMO EPISTEMOLOGIA

*Laura Collin

La ponencia analiza como el sistema milpa, basado en la diversidad y la complementariedad, además de consistir en un modelo de baja entropía por operar con su propia energía, y altamente resiliente, resulta más "eficiente" que el monocultivo, pues en parcelas pequeñas proporciona bienes suficientes para una familia.

Se sostiene que ha sido perseguida y reprimida desde las políticas públicas orientadas a promover la inserción al mercado y, en contrapartida, la necesidad de revalorarla, entendiendo que responde a un modelo diferente, la lógica reproductiva, cuyo objetivo es la satisfacción de las necesidades, de los miembros de la Unidad Doméstica. El sistema milpa, incluye una manera de hacer las cosas, que sería el equivalente del proceso tecnológico de tumba roza y quema, pero que sobre todo es guiado por el sentido, la finalidad de la producción que es: obtener los medios necesario para la reproducción social, o en otros términos para la satisfacción de las necesidades sociales de los integrantes del grupo doméstico: el objetivo de la producción se concentra en la reproducción y no la obtención de ganancias.

En ese sentido, se argumenta y pretende demostrar, a partir de estudios de caso en Tlaxcala-Puebla y la ciudad de México, como constituye una lógica de pensamiento, basada en la diversidad y la complementariedad, como premisas y en la reciprocidad como mecanismo de integración, que se opone al pensamiento racional-cartesiano, que se funda en la oposición y la singularidad. Como lógica de pensamiento no se aplica exclusivamente a la producción agrícola, sino a los demás campos de la vida social: como las normas de parentesco, el ritual, las obligaciones y derechos, el concepto de sujeto, entre otros aspectos. El comunitarismo y la unidad doméstica serían referentes de la existencia de sujetos colectivos, más que individuales, mientras que el sentido de la producción, satisfacer las necesidades de reproducción social, el buen vivir, de tales sujetos colectivos.

El trabajo de campo ha consistido en la observación y el dialogo con familias y organizaciones en Tlaxcala, Puebla y la zona rural de la ciudad de México, en las que se identificó las formas en que satisfacen sus necesidades.

Para demostrar la existencia de una lógica diferente se parte de la teoría de las necesidades y se compara como se satisfacen cada una de las necesidades (alimentación, vivienda, vestido, seguridad, cognitivas, de afecto, identidad, esparcimiento y trascendencia) bajo la lógica reproductiva y en el mercado. En tanto que pensamiento, persiste aun cuando las condiciones de reproducción campesinas se desarticulan, es decir que se expresa aun en contextos urbanos o de migración transnacional, con grados académicos o con empleos asalariados, pues conservan las ideas de sujeto colectivo y de la reciprocidad de las relaciones. Sin negar que el pensamiento individualista comienza a deteriorar los sistemas de relaciones. Se retoma de manera critica las teorías de Chayanov sobre el campesinado, pues si

bien identifica el fin de la producción, al colocar como sujeto al esfuerzo, sienta las bases para la creencia en cuanto a la carencia de esfuerzo, o de ambición en las sociedades otras.

Se argumenta y pretende demostrar que se trata de una racionalidad fundada en premisas diferentes, es decir otra epistemología, cuyas ventajas radican en la densidad de las relaciones sociales y con la naturaleza y sus desventajas el autoritarismo comunitario.

El sistema milpa analizado como lógica, como forma de pensamiento puede ser sintetizado en términos de lógica reproductiva, es decir orientada a la producción de bienes de uso, y la inversión de tiempo y esfuerzos en la generación de espacios creativos, festivos y afectivos destinados a la satisfacción tanto de las necesidades de consumo, como las rituales y festivas. Se valora la diversidad y la interdependencia en la esfera productiva pues aporta a la variedad de la dieta, usos medicinales, condiciones adaptativas y el aumento de la resiliencia, es decir resulta funcional, por no decir eficiente —palabra de contenido tendencioso—. Esta visión se extiende y aplica a la vida social privilegiando la reciprocidad y la interdependencia mediante redes densas de parientes y falso parentesco (compadres). Consecuentemente la autonomía individual resulta baja. Las relaciones de reciprocidad se aplican tanto al intercambio entre personas como con la naturaleza, a la que se extiende el carácter humanizado. La sacralización y animación de la naturaleza, actúa limitando la extracción de recursos. Por esta visión y valoración de la diversidad y la interdependencia se invierte tiempo y esfuerzo para reforzar los lazos sociales y con la naturaleza. Esta lógica reproductiva parecería coincidir con algunas de las búsquedas teóricas posmodernas, como la propuesta de epistemologías del sur, de Boaventura de Santos, las teorías decoloniales de Quijano, o la propuesta del posdesarrollo de Escobar, y pretende aportarles a partir de casos concretos que demuestran la existencia de formas alternas de pensar y su posibilidad concreta de proporcionar un modelo civilizatorio diferente al occidental capitalista.

.....

* Laura Collin

El Colegio de Tlaxcala - COLTLAX. Tlaxcala, México

Resumen de ponencia

LA OBJETIVACIÓN DE LOS PROBLEMAS AMBIENTALES: HACIA UNA RENOVADA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN LAS CIENCIAS SOCIALES.

*Iván Cicchini

*Nicolás Veiguela

*Victoria D\'Hers

La irrupción de la crisis ambiental durante las décadas del 1960 y 1970 significó a nivel mundial y por diversos motivos, un punto de quiebre. Por primera vez en la agenda política internacional se realizaron eventos que buscaron indagar las dimensiones más sobresalientes del problema, las Conferencias realizadas por la Organización de las Naciones Unidas en 1968, llamada Conferencia Intergubernamental de expertos sobre bases científicas para un uso racional y conservación de los recursos de la biosfera en París; en Estocolmo sobre el Medio Humano en 1972, y en Vancouver sobre los Asentamientos Humanos en 1976 son solo los exponentes más resonantes. En lo que respecta al campo de las ciencias sociales, significó la incorporación de la cuestión ambiental, más específicamente de la problematización de la relación sociedad-naturaleza y los elementos que la componen, como temas fundamentales de la indagación académica. Basta con mencionar la repercusión que alcanzaron diversas publicaciones que ya empezaban a dar cuenta de los problemas en torno a la relación sociedad-naturaleza y las consecuencias que el desarrollo podría conllevar: *The Silent Spring* de Rachel Carson, en 1962; *The Population Bomb* de Paul Ehrlich en 1968, *Only one Earth* de Rene Dubos y Barbara Ward y *The Limits to Growth* de Dennis Meadows, Donella Meadows y Jorgen Randers en 1972, entre otros. Dicho proceso demandó revisar y redefinir al interior de cada disciplina sus categorías analíticas, a fin de lograr objetivar y codificar la cuestión ambiental como parte de sus objetos de estudio. En algunos casos se ha debatido incluso la necesidad de un giro epistemológico que permitiera analizar la relación sociedad-naturaleza como una unidad, intentando romper la dualidad ontológica propia del paradigma de la modernidad, permitiendo así llegar a un abordaje original, holístico, con nuevos aportes y elementos para comprender problemas como la degradación ambiental, la distribución de recursos, las luchas territoriales y conflictos socioambientales, las políticas estatales y de organizaciones de la sociedad civil, los saberes ambientales, el derecho ambiental, los modelos de desarrollo, los modos de apropiación y consumo de los bienes naturales, entre otros. Solo por mencionar tres disciplinas:

Desde la antropología, si bien en sus orígenes se ha constituido como ciencia diferenciando su objeto de estudio, la cultura, de lo que llamamos naturaleza, en el periodo indicado se consolida la emergencia de la Antropología Ambiental, que permite poner atención a los procesos de adaptabilidad humana y cultural a los problemas ambientales. Principalmente podemos mencionar enfoques del determinismo ambiental, desde esta perspectiva el grado de desarrollo cultural está

determinado por la capacidad de distintos agrupamientos humanos de capturar suficiente energía del entorno. Otros enfoques podrían ser agrupados bajo la perspectiva simbólica cognitiva que, influidos por el posestructuralismo, plantean una culturalización de la naturaleza en donde esquemas de la práctica estructuran la forma en que se construyen las representaciones del medio y la manera en que se interactúa con él.

Desde la economía surgen dos ramas que tienen algunas diferencias importantes entre sí. Por un lado, la economía ambiental se ocupa de la valoración económica de los recursos naturales como medio para lograr la máxima eficiencia en la asignación de los recursos naturales. La economía ecológica, en cambio, evalúa la distribución global de los intercambios y flujos de materia-energía, las desigualdades en torno del uso de recursos y servicios naturales y de las cargas de contaminación, o sea, de las asimetrías en los costos y potencialidades ecológicas.

Desde la sociología ambiental se plantea la necesidad de dar lugar a interpretaciones de los procesos sociales y la dinámica histórica, donde el ambiente no sea visto como mero insumo de la organización social sino como elemento determinante en cuanto condiciona, presenta desafíos a la vez que posibilita el desarrollo de sociedad en espacios específicos. La Escuela de Chicago, que en sus estudios urbanos ha tomado conceptos y principios teóricos de la ecología, sentó sus bases al analizar la distribución espacial de grupos humanos, de la morfología de la sociedad y de las instituciones que las ordenan. De este modo, surge dentro de la sociología una rama ambiental dominante que va proponer un nuevo paradigma conocido como “New Environmental Paradigm - NEP” superando al “HEP - Human Exceptionalism Paradigm”, es decir, al paradigma social dominante que impone el derecho de la humanidad sobre la naturaleza.

En definitiva, la problematización de la cuestión ambiental significó una revisión de los marcos epistemológicos que dió un gran impulso a trabajos multidisciplinarios e interdisciplinarios críticos de los modelos globales de desarrollo. En este sentido, la necesidad de incorporar de manera crítica elementos y categorías que analicen el intercambio de materia y energía entre los procesos sociales y naturales, se volvió una cuestión fundamental para la elaboración de otros conceptos interdependientes como desarrollo sustentable o decrecimiento. El presente escrito se propone indagar en los fundamentos epistemológicos y desarrollos conceptuales que se han establecido como ejes de discusión para la interpretación de la cuestión ambiental. En este sentido, reconocemos dicho movimiento como un proceso innovador dentro las ciencias sociales en general y al interior de cada disciplina por lo que en la actualidad ofrece la oportunidad de generar mayores instancias de articulación e investigación interdisciplinaria. Finalmente, arribaremos a los enfoques centrados en el proyecto epistemológico sur-sur, como posible camino a profundizar desde nuestro posicionamiento geopolítico actual.

.....

* Iván Cicchini

Facultad de Ciencias Sociales FSOC, UBA. Buenos Aires, Argentina

*** Nicolás Veiguela**

FSOC, UBA. Buenos Aires, Argentina

*** Victoria D'Hers**

Facultad de Ciencias Sociales FSOC, UBA. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LA PAZ EN COLOMBIA COMO RECONOCIMIENTO PARA LAS COMUNIDADES ÉTNICAS

*Ana Isabel Rodríguez Iglesias

2016 ha sido considerado como un año histórico para Colombia: el gobierno de Juan Manuel Santos y los dirigentes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo (FARC-EP) pusieron fin a cincuenta y dos años de conflicto armado interno. El 26 de agosto de 2016 las dos partes firmaron el “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera” luego de cuatro años de conversaciones en La Habana y dos años más de conversaciones secretas, con el apoyo de Cuba y Noruega, como países garantes, y con el acompañamiento de Venezuela y Chile. Sin embargo, esa versión del acuerdo no sería la final. El rechazo del primer Acuerdo en un plebiscito realizado en septiembre de 2016 hizo necesaria la renegociación de algunos puntos y finalmente se logró su aprobación vía parlamentaria en el Congreso de la República el 30 de noviembre de 2016. Este sobresalto en el camino evidenció la pluralidad de voces en disputa acerca de la paz en el país y cómo esta se construye.

A diferencia del último intento de negociaciones entre el gobierno de Andrés Pastrana y las FARC-EP en el proceso del Caguán (1998-2002), esta vez las partes prefirieron realizar las conversaciones de manera bilateral, sin la continua participación de la sociedad civil ni bajo la lupa de los medios de comunicación. En esta nueva ocasión, la Mesa de Negociación estableció una serie de mecanismos y procedimientos muy delimitados para incorporar las opiniones y reflexiones de distintos sectores de la sociedad, y en particular de las víctimas. Sin embargo, las comunidades indígenas y los pueblos afrodescendientes entendieron que estos mecanismos no eran suficientes e hicieron varios intentos para ser recibidos en audiencia en un diálogo horizontal en La Habana. Ante la negativa del gobierno, los grupos étnicos iniciaron una serie de campañas de presión nacional e internacional para ser escuchados y tenidos en cuenta como pueblos colectivos de Colombia. Entre otras cosas, hicieron visitas clandestinas a las delegaciones en La Habana, participaron en una visita internacional a Washington DC para hablar con congresistas y miembros de la administración de Barack Obama y además se agruparon bajo una plataforma común conocida como Comisión Étnica por la Paz y los Derechos Territoriales para lograr una mayor incidencia en su interlocución con el gobierno, que agrupaba a nueve organizaciones afro y dos indígenas, entre ellas la mayor organización indígena de Colombia, la ONIC.

Todos estos esfuerzos dieron sus frutos y las comunidades étnicas pudieron hacer valer sus voces e incluir en el Acuerdo un Capítulo Étnico que salvaguarda los derechos adquiridos por estos pueblos, reconoce a los grupos étnicos como aliados de la paz, y tiene en cuenta una serie de principios y garantías para asegurar que la implementación del Acuerdo no afecte a sus territorios, su autonomía y sus modelos de vida. A su vez, las dificultades para lograr su inclusión en el Acuerdo hicieron

evidentes las resistencias históricas por parte del Estado y parte de la sociedad colombiana para entender la pluralidad étnica de Colombia, su multiculturalidad, y lo que esto implica a la hora de concebir políticas y definir qué es la paz y cómo se construye de manera plural.

El artículo presenta brevemente cómo fue el ejercicio de resistencia de las comunidades étnicas para después explorar qué implicaciones tiene el Capítulo para la construcción de su identidad, la búsqueda de reconocimiento, y el ejercicio de autonomía de los pueblos étnicos de Colombia, así como para la construcción y significación de la paz en sus territorios. Para ello el artículo parte de la teoría poscolonial y postestructuralista, desmitificando la idea de una paz universal y explorando la multiplicidad de pac(es) que interactúan en el debate público. Las relaciones de poder y resistencia de las distintas paces es objeto de estudio de este trabajo. Las reflexiones y discusiones del texto están basadas en el trabajo de campo realizado por la autora entre septiembre de 2017 y el verano de 2018 en Colombia.

.....

*** Ana Isabel Rodríguez Iglesias**

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

LAS FARC-EP, EL CAMPESINADO, Y LA EDUCACIÓN POPULAR: ALTERNATIVAS A LA GLOBALIZACIÓN TOTALIZANTE

*Juan Pablo Toca Salazar

*Juliana Rodríguez Alfonso

Las FARC-EP, el Campesinado, y la Educación Popular: Alternativas a la globalización totalizante

Introducción:

Pasó el Mayo del 68 francés, se cayó el muro de Berlín, se desintegró la Unión Soviética, y ahora se desarma la guerrilla más grande y antigua del continente. ¿Cómo nos entendemos como sujetos revolucionarios o subjetividades subversivas sin estos marcos de referencia? ¿tenemos alternativas frente a una globalización que profundiza las contradicciones del capital? ¿puede ésta, además, constituirse como una crítica desde el sur a la organización social que se centra alrededor de las zonas urbanas y desvincula su trabajo cotidiano y su construcción de subjetividad de la producción de la tierra?

Las FARC-EP como actor político se constituyen en primera instancia a partir del reconocimiento de las problemáticas que afectan al campesinado y lo han hecho incluso antes de la historia republicana de Colombia. Se presenta, entonces, una búsqueda de la redefinición de las relaciones sociales propias de las zonas rurales que se han dado en el marco de las instituciones gamonales, patronales. (Arenas, 1984, p.14)

Esta concepción rural del conflicto nos pone de cara a asumir la globalización como un problema espacial, en tanto se confronta el carácter rural (entendida en una relación vinculante con la tierra) con el carácter geopolítico de la globalización que pone como preferencia la relación entorno a lo urbano y niega toda relación subjetiva del campesino con la tierra en las dinámicas propias del sur global: “La globalización se caracteriza por la superación progresiva de las fronteras nacionales en el marco del mercado mundial, en lo que se refiere a las estructuras de producción, circulación y consumo de bienes y servicios, así como por alterar la geografía política y las relaciones internacionales, la organización social, las escalas de valores y las configuraciones ideológicas propias de cada país.” (Marini, 1997, pp. 247-248)

La fortaleza del presente texto no reside, entonces, en la capacidad analítica que tengamos o no de generar puentes conceptuales entre los diferentes ejes, sino en la contextualización de las discusiones en torno al sujeto, la práctica política

revolucionaria y alternativas a la globalización en el marco específico de las FARC-EP como insurgencia en proceso de transformación.

Nuestra propuesta partirá del abordaje de parte del proyecto de FARC-EP consignado en su programa político, éste enmarcado mayoritariamente en las dinámicas de la ruralidad, entendiéndose como grupo subversivo con origen campesino. Además, pretendemos exponer el carácter formativo que tiene dicho programa, con el fin de estudiar la existencia, o no, de la intención de la organización de constituir sujetos políticos que entiendan las dinámicas de la globalización y las problemáticas propias del campesinado.

“Esta cartilla no ha sido elaborada para educar intelectuales sino para contribuir al desarrollo de la cultura general de obreros y campesinos (2) Los intelectuales y los compañeros bachilleres que haya en las FARC, están obligados a ayudar con sus luces al esclarecimiento de los temas aquí tratados buscando la manera de llegar a la mente de los combatientes que no tuvieron posibilidades de educarse antes de entrar a filas.”(Cartilla ideológica FARC- EP 1980)

El programa agrario que propone este grupo es quizá la columna vertebral de su proyecto político, en tanto proponen una reforma estructural que dignifique y así mismo resignifique la labor del campesinado colombiano y su papel en la sociedad, con miras en el aumento de la productividad del agro en el país y en el mejoramiento de las condiciones del campesino. (Arenas, 1984, p.13)

La Educación Popular como un proceso de base que plantea -en la construcción de subjetividad- una relación con el otro (Freire, 2006, p.39), ligada al proyecto político de resistencia por parte de las FARC EP, nos pone de frente con un cambio de significación de las subjetividades campesinas. La resistencia se evidencia a partir del reconocimiento de saberes separados de la academia y de la forma en que ésta se percibe como una élite lejos del común, especialmente en Colombia. El acceso a la construcción de marcos interpretativos, que sugiere dicho diálogo de saberes, de los sujetos políticos populares, es la manera en que la Educación Popular toma un papel fundamental en la construcción de las subjetividades campesinas.

La construcción de subjetividades a través de la propuesta de resistencia de las FARC-EP, como programa político, pasa por la resignificación del espacio, de la corporalidad y de la relación con el otro, y, logra en su formación política el reconocimiento del otro, también, como un sujeto político; situación que el Estado, en el contexto de la globalización, en su papel homogeneizante y hegemónico pasa por alto, niega todo carácter político de la resistencia campesina y su carácter de sujeto político en busca de la toma del poder.

Entendemos entonces el diálogo de saberes en la Educación Popular como una construcción intersubjetiva entre los actores involucrados, en este caso las FARC y el Campesinado, que les da un marco interpretativo y de correlación para la acción mutua en la solución de los problemas estructurales que los unen como sujetos políticos entendidos como subversión. “La subversión se define como aquella

condición o situación que refleja las incongruencias internas de un orden social descubiertas por miembros de este en un periodo histórico determinado, a la luz de nuevas metas (utopía) que una sociedad quiere alcanzar.” (Fals, 1967, pp. 28-29)

Así, a partir del diálogo con los diferentes actores mencionados, del estudio de las dinámicas propias de la Educación Popular y su diálogo con comunidades campesinas, así como la revisión documental en términos de subjetivación en el marco de la globalización y de las alternativas a ésta desde la Educación Popular, se pretende desarrollar la pregunta al respecto de ¿cuál es la propuesta de construcción de subjetividades de las FARC-EP y la Educación Popular como práctica política en el marco de la globalización?

Bibliografía

- ARENAS, JACOBO, 1984, Cese el fuego: Una historia política de las FARC-EP, Bogotá: Editorial Oveja Negra.
- FARC- EP, 1980, Cartilla ideológica de las FARC-EP.
- Mejía Jiménez, Marco Raúl, 1998 Educación Popular en tiempos de globalización.
- Freire, paulo. (2006): pedagogía de la autonomía. México: Siglo XXI
- Marini, R.. (1997). Procesos y tendencias de la globalización capitalista. Buenos Aires y Bogota: CLACSO.
- Fals Borda, O. (1967) La subversión en Colombia. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Tercer Mundo Editores.

.....

*** Juan Pablo Toca Salazar**

Departamento de Ciencia Políticas (DCP/UNAL). Bogotá D.C., Colombia

*** Juliana Rodríguez Alfonso**

Departamento de Ciencia Políticas (DCP/UNAL). Bogotá D.C., Colombia

Resumen de ponencia

LAS HUMANIDADES DIGITALES Y EL SUR GLOBAL

*Domenico Fiormonte

Digital Humanities (Humanidades Digitales -HD-, en español) es, desde hace algunos años, una etiqueta que abarca un amplio campo de investigación, estudios y actividades de formación que implican la aplicación de las tecnologías informáticas y de red a las humanidades y ciencias sociales. Tras la fuerte expansión de las HD en todo el mundo, la cuestión de la diversidad lingüístico-cultural y de los estándares metodológicos y tecnológicos impuestos por el Norte Global se han convertido en temas centrales del debate global (Dacos 2016; Bailey 2011; Fiormonte 2017a; Priego 2012; Risam and Koh 2013; Morais 2013; Weingart y Eichmann-Kalwara 2017). Sin embargo el contexto geopolítico del desarrollo de las HD ha cambiado mucho en los últimos diez años. A los problemas de democracia y gobernanza de la red (por ejemplo, el problema de la reforma de la ICANN) se agrega el problema de los monopolios del conocimiento digital (Fiormonte - Priego 2016) y de la soberanía epistemológica (Fiormonte 2017b). De los llamados "Frightful Five" (Microsoft, Apple, Amazon, Facebook y Google [Taplin 2017]) hasta el oligopolio de las editoriales científico-académicas (Larivière y Desrochers 2015; Kiriya 2017), pocas empresas privadas globales controlan nuestros datos y los utilizan para guiar a nuestras elecciones comerciales, sociales, culturales y ahora también políticas, como muestran los casos del Brexit en el Reino Unido y del Russiagate en EE.UU. Ante las formas de explotación y la neo-colonización epistemológica, el rol de HD debería ser proporcionar herramientas críticas para el análisis y soluciones prácticas que respeten y conserven los bienes comunes y la diversidad cultural en la red. El futuro del acceso al conocimiento debe ser decidido por quienes lo producen, no por quienes lo explotan (Alvares 1991; Lal 2005).

Los HD que no hablan inglés y que no son "mainstream" enfrentan hoy un dilema: crear sus propias estructuras de legitimación o aliarse / ser absorbidas por grupos ya establecidos que garantizarían visibilidad, al menos en teoría. ¿Cuál es el precio que estamos dispuestos a pagar? Está claro que la diversidad hoy puede defenderse a nivel global sólo a partir de la consolidación de experiencias "locales" y, por lo tanto, fatalmente "marginales". Lo que necesitamos es una inversión de nuestra visión de la relación centro-periferia, dando al margen, y especialmente a la variabilidad de los sujetos y las prácticas (así como a los idiomas y culturas que los respaldan), el rol de motor de la innovación y el cambio (Comaroff y Comaroff 2012). En mi intervención intentaré proponer un modelo de HD basado sobre la epistemología del Sur y la diversidad biocultural (CSHDSUR 2017; Santos 2010 y 2012; Maffi 2001). No es coincidencia que las áreas de mayor concentración de diversidad biocultural sean la cuenca del Amazonas, África Central y el archipiélago de Indonesia: todas estas tierras siguen siendo refractarias a la globalización y a sus efectos niveladores (Maffi y Woodley 2010). Y el futuro del planeta no puede sino partir de esta diversidad

irreductible. La solidez y la variabilidad de los seres vivos y de los procesos culturales son estrictamente interdependientes y la defensa de ambos pasa por una transformación radical de los modelos y estilos de vida epistemológicos occidentales.

¿Qué idiomas, qué comida, qué tipo de memorias sobrevivirán en el futuro? ¿Y quién lo decidirá? El problema de la diversidad biocultural se entrelaza con los intereses de energía, alimentos, tecnología, y la comunidad científica, especialmente la de las HD, que está llamada a tomar una posición. Las HD del Sur tienen hoy la oportunidad de no reemplazar o superponerse con las realidades todavía dominantes, sino de convertirse en el punto de referencia de un modelo culturalmente sostenible de preservación, acceso y transmisión del conocimiento en formato digital.

Bailey, M. Z. (2011), "All the digital humanists are white, all nerds are men, but some of us are brave," *Journal of Digital Humanities* 1.1. <http://journalofdigitalhumanities.org/1-1/all-the-digital-humanists-are-white-all-the-nerds-are-men-but-some-of-us-are-brave-by-moya-z-bailey/>

CSHDSUR (2017). Ciencias Sociales y Humanidades Digitales del Sur. <http://cshdsur.es/>

Comaroff, J., Comaroff, J.L. (2012), *Theory from the South. Or, How Euro-America Is Evolving Toward Africa*. Boulder, CO: Paradigm Publishers

Dacos, M. (2016). "La stratégie du sauna finlandais: Les frontières des Digital Humanities", *Digital Studies/Le champ numérique*. DOI: <http://doi.org/10.16995/dscn.41>

Fiormonte, D. (2017a). "Digital Humanities and the Geopolitics of Knowledge", *Digital Studies/Le champ numérique*, 7(1), 5. DOI: <http://doi.org/10.16995/dscn.274>

Fiormonte, D. (2017b) "Lingue, codici, rappresentanza. Margini delle Digital Humanities", in *Filologia digitale: problemi e prospettive*. Accademia Nazionale dei Lincei, Anno CDXIV - 2017. Contributi del Centro Linceo Interdisciplinare "Beniamino Segre", Vol. 135, Roma: Bardi Edizioni, pp. 114-140.

Fiormonte, D., Priego, E. (2016), "Knowledge Monopolies and Global Academic Publishing", *The Winnower*. <https://thewinnower.com/papers/4965-knowledge-monopolies-and-global-academic-publishing>

Kiriya, I. (2017), *Les études médiatiques dans les BRICS contre les bases de données occidentales : critique de la domination académique anglophone*. Hermès, La Revue, 79,(3), 71-77. <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2017-3-page-71.htm>.

Lal, V. (2005). *Empire of Knowledge Culture and Plurality in the Global Economy*. New Delhi: Vistaar Publications.

Larivière, V., Desrochers, N. (2015), "Langues et diffusion de la recherche: le cas des

sciences humaines et sociales", Découvrir. Le magazine de l'Acfas, November 2015. <http://www.acfas.ca/publications/decouvrir/2015/11/langues-diffusion-recherche-cas-sciences-humaines-sociales>.

Maffi, L. (2001) (ed.), *On Biocultural Diversity. Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Washington and London: Smithsonian Institution Press.

Maffi, L., Woodley, E. (eds.) (2010). *Biocultural Diversity Conservation. A Global Sourcebook*, Washington and London: Earthscan.

Morais, S. (2013), "Theorizing the digital subaltern", August 2. <http://cis-india.org/raw/theorizing-the-digital-subaltern>.

Ortega, E. (2016), "Crisscrossing borders: GO::DH regional networks in dialogue". 13 de enero de 2016. <https://elikaortega.net/2016/01/13/mia-dh-at-the-borders/>

Priego, E. (2012), "Globalisation of Digital Humanities: An Uneven Promise." <https://www.insidehighered.com/blogs/globalisation-digital-humanities-uneven-promise>

Risam, R., Koh, A. (2013), "Open thread: The digital humanities as a historical refuge from race/class/gender/sexuality/disability?". <http://dhpoco.org/blog/2013/05/10/open-thread-the-digital-humanities-as-a-historical-refuge-from-raceclassgendersexualitydisability/>.

Santos, B. de Sousa (2010), *Descolonizar el saber, reinventar el poder*, Montevideo: Extensión, Universidad de la República-Ediciones Trilce.

Santos, B. de Sousa (2012), "Public sphere and epistemologies of the South", *Africa Development*, 37(11): 43-69.

Taplin, J. (2017), *Move fast and break things: How Facebook, Google and Amazon have cornered culture and what it means for all of us*. London: McMillan.

Weingart, S. B., & Eichmann-Kalwara, N. (2017), "What's Under the Big Tent?: A Study of ADHO Conference Abstracts", *Digital Studies/Le champ numérique*, 7(1), 6. DOI: <http://doi.org/10.16995/dscn.284>

.....

* Domenico Fiormonte

Università Roma Tre UNIROMA3. Roma, Italia

Resumen de ponencia

LAS MARCAS DEL POSITIVISMO EN LA FILOSOFÍA LATINOAMERICANA

*Carlos Francisco Bauer

El trabajo realiza un análisis crítico sobre el positivismo en América Latina. Para ello situamos históricamente a dicha corriente haciendo un breve y puntual recorrido sobre las influencias particulares que tuvo en los diferentes países del continente latinoamericano. También tendremos en cuenta las raíces europeas del positivismo, pero para poder contrastarlas aún mejor con las características propias y particulares que van adquiriendo en nuestro continente según la impronta que cada Nación Latinoamericana le ha dado.

Para hablar del positivismo en Latinoamérica en sentido filosófico no es posible hacerlo, sino, en relación a la historia mundial moderna y del continente latinoamericano. Básicamente es necesario tener en cuenta los tres tiempos históricos filosóficos sugeridos por Fernando Braudel (concebido previamente por el pensamiento indígena), el tiempo de larga, media y corta duración. El tiempo semilla prefiero expresar. Todo fenómeno-acontecimiento filosófico-histórico registrado en nuestros anales, van desplegándose en el tiempo-espacio y son hechos de suma complejidad, por ejemplo, las múltiples cadenas de dominación que en Sur-América inauguran una etapa nueva de la historia humana.

Este marco y esta periodización nos ayudarán a analizar un fenómeno-acontecimiento complejo como es el positivismo y su derivación en América Latina. El positivismo es una corriente de gran pretensión de actuación. Su intensidad no es tan solo ceñirse a perímetros locales y de origen de su surgimiento, sino, de alcances mundiales. No solo se trata de una tarea de expansión geocultural-mundial, sino, también de colonizar el ámbito de la comprensión histórica-filosófica de la humanidad imponiendo su noción de periodización histórica que será y fungirá como totalizadora, no reconociendo otras periodizaciones culturales. El conjunto de estos elementos explicitaban la geopolítica dominadora y hegemónica del conocimiento del S. XIX, momento en el que el eurocentrismo logra consolidarse empírica y teóricamente.

La cuestión y la estructura de las periodizaciones no son solo etapas y fechas ordenadoras y accesorias, sino, que definen espacios-tiempos diferentes-distintos en la conciencia y en la exterioridad de la conciencia, generando-imponiendo con ello una época y un espíritu de época de corta-media-larga duración. Quiero abordar el positivismo como una corriente compleja, que ha introducido muchos cambios en la filosofía e historia latinoamericana en relación a su matriz eurocéntrica que ha contribuido profundamente a la consolidación del eurocentrismo empírico, y que a la misma vez y por tal matriz e influencia ha desempeñado una función conquistadora, profundizando el proceso que no llamará estrictamente colonial, sino, modernizador por excelencia, materializado como la edad positiva. Para este acometido desarrollaré brevemente nuestra periodización histórica-filosófica indígena o prehispánica-

preportuguesa-prebritánica. La continuaré con la periodización colonial para introducirnos en el complejo cuadro sobre el que actuará la corriente positivista. Como dijimos arriba, no es un movimiento histórico reducido, sino, que posee amplias influencias e implicancias.

Como también ya he mencionado, se definen espacios-tiempos diferentes. De lo contrario no entenderíamos críticamente, por ejemplo, el desacertado, eurocéntrico y positivista concepto de “mediocre” de José Ingenieros (argentino), o el de “imbécil” de Cecilio Báez (paraguayo) con sus profundas implicancias en nuestras filosofías e historias, poseyendo claras estridencias y resonancias en nuestras culturas latinoamericanas hasta la actualidad.

Analizar las marcas del positivismo en nuestros países sur-americanos no puede centrarse solo en una crítica ad intra, en donde solo se muestren cambios, progresiones conceptuales y perdamos de vista la estructura en la que fuimos envueltos, sino, que también debemos analizar impactos y transformaciones ad extra, en la historia y en la visión de la historia mundial que se con-forma. Dicha visión crítica de tal estructura es la que nos posibilita detectar y descubrir acontecimientos omitidos, ocultados, obliterados. Debemos redescubrir lo que tras de sí ha dejado olvidado, oculto o tergiversado. Las marcas del positivismo en relación a nuestras propias tradiciones filosófico-culturales, es otro de los aspectos fundamentales en las que debemos focalizar un trabajo crítico constructivo que puede des-marcar la imposición totalizadora y centralista de la corriente positivista-cientificista, apuntando en cambio a redescubrir y reconstruir las diferentes partes culturales-filosóficas e históricas de nuestra rica identidad mestiza y pluri-versa latinoamericana. En lo que continúa realizaré una breve exposición teniendo en cuenta los alcances de este trabajo.

.....

*** Carlos Francisco Bauer**

Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. -UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - ILAESP/UNILA. FOZ DO IGUAÇU / PARANA, Brasil

Resumen de ponencia

LATINO-AMERICANISMO CRÍTICO DA TEORIA SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA: AS NOVAS QUESTÕES

*Vivian Urquidi

Latino-americanismo crítico da teoria social e política brasileira: as novas questões
Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o Brasil produziu um importante pensamento crítico sobre a América Latina, com foco em preocupações como as tarefas da burguesia no desenvolvimento nacional, o desenvolvimento das forças produtivas materiais e humanas, bem como a situação da dependência econômica no cenário de capitalismo já globalizado.

A preocupação destes intelectuais de constituir um projeto político e intelectual de transformação profunda da sociedade articulou em vários centros acadêmicos o trabalho de economistas e cientistas sociais e políticos em instituições localizadas principalmente nas universidades públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O golpe de estado de 1964, e o recrudescimento da ditadura nos anos seguintes, porém, acabou empurrando para o exílio o mais rico setor deste pensamento crítico. E se por um lado o desterro desmontou os centros mais destacados de produção do pensamento sobre a região, por outro permitiu que estes intelectuais dialogassem com o pensamento latino-americano produzido nas diversas instituições de pesquisa da região, especialmente no Chile, na Argentina e no México, permitindo a disseminação do projeto intelectual brasileiro.

O retorno progressivo à vida democrática no Brasil na década de 1980 trouxe de retorno parte dos seus pensadores, entretanto, sem as condições do passado, ora porque os centros de pesquisa latino-americanista não mais existiam, ora porque a conjuntura histórica impunha novos desafios políticos e intelectuais a ser decididos na arena democrática: a reestruturação econômica e o desmonte dos núcleos de resistência social, a reforma do estado e a descentralização neoliberal, as agendas das novas minorias principalmente raciais e de gênero, bem como os processos de cidadanização.

Nesse novo cenário, o pensamento crítico brasileiro parece ter se voltado nos anos de 1980 e principalmente na década seguinte para preocupações internas. Na academia, uma nova intuição se expandiu nos centros de pesquisa, inspirados por palavras de ordem como a crises de paradigmas, sociedades complexas, ou epistemologias pós-modernas, entre outros. No plano das lutas sociais e políticas, os conceitos de cidadania, desigualdade, movimentos populares e democracia partidária tomaram o lugar de categorias consagradas ao longo do século, como classes sociais, imperialismo ou lutas revolucionárias. De modo que a conjuntura latino-americana parece ter sido deixada para as políticas estatais de integração regional em arenas neoliberais.

Mas a dinâmica própria das lutas políticas no subcontinente latino-americano foi se transformando gradualmente, e a atmosfera política foi encarnando com os ares de novas esquerdas organizadas em torno de sujeitos políticos não clássicos -como os

indígenas -, além de governos progressistas com forte apoio popular.

Em consequência, parece ter se renovado também o interesse dos centros universitários e de pesquisa do Brasil sobre a América Latina, ávidos por compreender e acompanhar as transformações políticas regionais. Observa-se assim, na última década, o nascimento de grupos de pesquisa interdisciplinares e especializados em estudos sobre a América Latina ao longo de todo o país. No campo das epistemologias, o pensamento crítico tem se nutrido do pensamento decolonial hispano-americano, das epistemologias do sul da escola portuguesa e dos estudos culturais ingleses e norte-americanos. O eixo da produção do conhecimento também se modificou pela interpelação de uma nova universidade pública no Brasil com missão latino-americanista, a UNILA, no estado de Paraná, ao sul do país.

Nesta proposta, recupera-se a tradição do pensamento crítico brasileiro sobre a América Latina a partir das grandes questões que orientavam o projeto político e intelectual desses intelectuais. Num segundo momento, apresentam-se as novas tendências de interpretação da região, as preocupações epistemológicas contemporâneas e as novas temáticas trabalhadas nos grupos de pesquisa do país. A tese que se defende neste trabalho é que a crise dos anos 1980 e 1990 tem produzido uma quebra na lógica do pensamento crítico brasileiro sobre a América Latina, principalmente no referente ao projeto político intelectual. Entretanto, observa-se também a recuperação progressiva das grandes temáticas desenvolvidas naquele pensamento críticos dos anos 1960 e 1970, atrelada agora às novas preocupações sociais e políticas como raça, etnia e gênero ou meio ambiente, por exemplo. É desta produção de conhecimento de pensamento crítico brasileiro sobre a América Latina que tratamos nesta proposta.

.....

* Vivian Urquidí

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina PROLAM/USP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

LAZOS DISCURSIVOS ENTRE CIENCIA Y LITERATURA. LENGUAJES Y EPISTEMOLOGÍAS.

*Vera Sanoja Zerpa

La consolidación de la ciencia como paradigma dominante del saber, ha sido uno de los mecanismos más potentes de la modernidad en tanto que ha promovido una narrativa hegemónica respecto a las formas de construir conocimientos, realidades y verdades. La narrativa de la ciencia ha sido estudiada desde el enfoque constructivista de la sociología del conocimiento que define a la ciencia como una construcción social poseedora de un rasgo característico distintivo, pues ha sido considerada una práctica fundamentalmente discursiva en donde se privilegian los conocimientos validados por las comunidades científicas que comparten un universo lexical determinado y especializado. Así, la construcción social de la ciencia evidencia que las explicaciones científicas son construcciones semánticas que no escapan de los intersticios del lenguaje.

Como punto central de la investigación, se plantea abordar el problema epistemología-literatura desde una perspectiva socio-lingüística, de modo de aproximarnos a distintas formas de producir conocimientos, considerando la literatura, específicamente, como un referente empírico debidamente ponderado (Biord, 2004) que posee distintas maneras de acercarse a problemáticas sociales, políticas y económicas en contextos culturales determinados.

Del mismo modo, la literatura ha fungido como artefacto socio-cultural, que ha dejado una impronta en la constitución de identidades heterogéneas, con la posibilidad de moldear cogniciones sociales. Así, la construcción discursiva de la literatura no obedece a lenguajes exclusivos ni está dirigida a un público específico: viene dada por la estética que la define. Sin embargo, en las explicaciones científicas se ha hecho uso de elementos lingüísticos propios de la literatura que han sedimentado el carácter argumentativo del discurso de la ciencia: metáfora, imágenes, sinécdoque, metonimia, entre otros recursos literarios. Si bien existen distintas expresiones de conocimientos que utilizan este tipo de figuras retóricas, la presente investigación se enfoca en demostrar que las explicaciones científicas están preñadas de estos elementos literarios.

La intención central está orientada a comprender la literatura como una representación cognitiva de la realidad social que, indirectamente, moldea parte del discurso instituido en las ciencias, a la vez que el discurso científico incide en la creación literaria, pues ambas ejercen influencia respecto de la otra. Del mismo modo, la arista propositiva de esta investigación buscará, desde los estudios sociales de la ciencia, reivindicar la narrativa literaria como una fuente válida de conocimiento en donde aparecen subjetividades que permiten aproximarnos a un estudio socio-histórico, socio-político y situado de los imaginarios sobre ciencia y tecnología en la narrativa literaria venezolana del siglo XX.

Finalmente, la contribución desde la sociología del conocimiento (Barnes, 1993; Bloor, 1998) es reivindicar la literatura como producto cognitivo que pudiese ser considerado un actante dentro de los procesos de construcción epistemológica, pues mantiene un carácter activo en las representaciones colectivas.

OBJETIVOS: Objetivo general: Comprender los lazos discursivos existentes entre los lenguajes de la ciencia y la literatura en la construcción social de conocimientos durante el siglo XX venezolano.

Objetivos específicos: i) Realizar una aproximación socio-lingüística al problema epistemología-literatura a través de diez novelas representativas en cada una de las décadas que comprende el siglo XX. ii) Identificar las percepciones de ciencia y tecnología en la narrativa literaria venezolana del siglo XX; iii) Reflexionar sobre la construcción de imaginarios sociales encontrados en las novelas seleccionadas; iv) Tipificar los símbolos y arquetipos de la ciencia y la tecnología evidenciados en las novelas seleccionadas

METODOLOGÍA (MATERIALES Y MÉTODOS): La investigación se funda en la idea de realizar un estudio analítico-retrospectivo del proceso de construcción de conocimientos durante el siglo XX, expresado en la narrativa literaria; profundizar en las posibles disputas sobre los status epistemológicos que se confrontan, y aproximarnos a los lugares ontológicos desde donde se generan dinámicas de producción colectiva de conocimientos.

Los referentes empíricos serán novelas representativas de la literatura venezolana. Para su selección, se estableció un canon que considera aquellas obras novelísticas que son expresión del realismo social o crítico, corriente literaria que devino de la instalación del pensamiento modernista y positivista a inicios del siglo XX. La propuesta de este canon surge a partir del interés de incorporar algunas novelas que han sido desconocidas por las instituciones y academias literarias nacionales.

Los criterios de selección han sido establecidos bajo arbitrariedad condicionada a ciertos factores: escritas y publicadas durante el siglo XX; escritas y publicadas en décadas distintas; sostener equilibrio cuantitativo en la selección de autores y autoras de modo de defender la equidad de género; y analizar cada una bajo los mismos criterios, manteniendo una mirada prolija al identificar expresiones de ciencia y tecnología en cada una de éstas.

.....

*** Vera Sanoja Zerpa**

Centro de Estudios de la Ciencia. -Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas - IVIV. Municipio los Salias, San Antonio de los Altos, Apdo. 20632,, Venezuela

Resumen de ponencia

LOS MÁRGENES EN EL CENTRO DESCOLONIZAR LOS ESTUDIOS COLONIALES DESDE LAS FRONTERAS

*Diana Roselly Pérez-Gerardo

Los debates existentes en torno a la frontera en el mundo colonial americano han planteado el problema en términos dicotómicos. Es decir, separan dimensiones claramente diferenciadas, como los espacios conquistados de los no conquistados y a la civilización de la barbarie. Tradicionalmente se privilegiaba el carácter violento de estas regiones destacando bien, el arrojo de los conquistadores o el carácter indómito de los indios en resistencia, replicando en ambos casos la narrativa imperial expansionista. No obstante, nuevas aproximaciones como los Estudios fronterizos la han situado como una categoría que permite pensar otras dinámicas transicionales tales como el mestizaje, la aculturación los intercambios comerciales, la evangelización y otras instituciones de negociación; sin embargo, esta aproximación, marca una nueva oposición entre guerra y paz.

Este trabajo propone, sin negar el principio de sujeción, y procurando trascender las dicotomías entre conquista y resistencia, entre guerra y paz, concebir a la frontera como una dinámica que, con diferencias temporales y regionales, desencadena múltiples procesos creativos, tales como, la etnogénesis, la subjetivación de nuevos actores coloniales, la adecuación de las estrategias de imposición colonial y, en última instancia, la resignificación de lo americano y de lo normal colonial.

Se pretende así, analizar las fronteras, tanto materiales como simbólicas (espaciales, territoriales, subjetivas, ideológicas) como parte de las diferentes estrategias dominación y dispositivos de poder ejercidos durante el proceso colonial en el mundo americano. Es decir, entender a la frontera como un dispositivo de dominación, pero no como el avance de la civilización sobre la barbarie, ni como el último espacio de la resistencia indígena, aunque tampoco se presentará como el lugar privilegiado del encuentro y el sincretismo fraterno. En cambio, la frontera se entiende como un espacio cuya dinámica permitió que se gestaran en ella cambios radicales en la subjetividad tanto de colonizadores como de colonizados, dando lugar al surgimiento de nuevos sujetos históricos y a novedosas formas de interacción entre ellos.

Bajo este enfoque, se preguntará por los alcances hermenéuticos de la noción de frontera para descolonizar la historia colonial. Para ello resulta indispensable 1) centrar la atención en las capacidades de adaptación y creación de todos los agentes, pues al generar formas de comunicación con el otro e incorporar nuevos elementos a su repertorio cultural, sacan provecho de los recursos ajenos y así desafían a las estructuras políticas y jurídicas coloniales que se esforzaban en mantener jerarquías y espacios nítidamente diferenciados. 2) pensar la frontera con perspectiva continental y fuera de la impronta de los paradigmas nacionales. Esto último permitirá conceptualizar identidades múltiples, nómadas, intersticiales y constituir a los sujetos históricos marginales como el posible núcleo articulador de la dinámica colonial.

La hipótesis central de este trabajo es que el heterogéneo abanico de fronteras del mundo colonial americano puede articularse en tres tipos: a) la frontera territorial que empujan las huestes militares y que avanza por intereses económicos y/o pastorales; b) la frontera creativa (fundada en el “poder creador” postulado por Guillaume Boccara) que, al propiciar dinámicas de subjetivación, de negociación material y simbólica, de adaptación técnica y vital, de reinención identitaria, de conflicto y de resistencia e incluso procesos de etnogénesis, permite el surgimiento de sujetos históricos nuevos que trascienden la falsa dicotomía entre cambio y permanencia; c) frontera heterotópica (Según m. Foucault, “lugares que están fuera de todos los lugares, aunque sin embargo sean efectivamente localizables”) que remite a aquellos emplazamientos insertos en el núcleo de la sociedad existente pero que son impugnados o subvertidos y que de ese modo quedan fuera del canon vigente e incluso lo amenazan. Este sería el caso de quienes se debaten en las fronteras entre la ortodoxia y la herejía, entre la santidad y la perversión, entre el pecado y el crimen, entre el placer y la culpa etc.

Siguiendo esta ruta, es posible subvertir el lente desde el que miramos el orden colonial; ya no desde el esfuerzo imperial por imponer un modelo, sino desde el espacio fronterizo en que se despliegan las nuevas alteridades: blandengues, bandeirantes, capitanes de amigos, ladinos, civilizados abominables, cimarrones, cautivos y tráfugas, náufragos, etc. Al centrar el énfasis en el poder creador y devolverle la agencia a aquellos sujetos tradicionalmente marginados al otro lado del espacio colonial civilizado, la frontera, no desatiende el conflicto y la violencia, pero enmarca las dinámicas de reformulación social que llevan a cabo aquellos “otros” sujetos que rondan el espacio liminal. Finalmente, la frontera permite al presentar un dominio colonial fracturado, no sólo en términos territoriales sino en el seno mismo de su matriz civilizatoria, cuestionar la idea de un imperio homogéneo y todopoderoso que empuja e impone su poder en los territorios, los cuerpos y los saberes de los colonizados.

.....

* Diana Roselly Pérez-Gerardo

División de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Iztapalapa - DCSH/UAM-I. Iztapalapa, México

Resumen de ponencia

LUGAR E INFORMAÇÃO ASCENDENTE NA METRÓPOLE DO TERCEIRO MUNDO: A CENA PERIFÉRICA DO RECIFE-PE (BRASIL)

*Alves Cristiano Nunes

Com uma história baseada na desigualdade socioterritorial e na diversidade cultural, traços das metrópoles do terceiro mundo, o Recife, capital do estado de Pernambuco (Brasil), abriga, desde meados dos anos 1980, vigorosas espessuras de fixos e fluxos geográficos componentes de uma manifestação musical dinamizada, sobretudo, por sujeitos periféricos, fortemente influenciados por ideias anarquistas.

Em nosso estudo, analisamos o modo como essa movimentação artística se aprofunda no mundo vivido da metrópole, um tecido espacial rico em comunicação: a informação ascendente, pois irrompendo dos lugares e de seus sujeitos, fundada no diverso e no maleável.

Operacionalizamos assim, a noção de “Cena”, intimamente ligada à ideia de dinamismo, referindo-se à espessura que uma manifestação artística adquire num dado lugar. Com a Cena, almejamos discutir a centralidade dos contatos, articulações, elos cooperativos e toda sorte de situação de encontros e transmissão de informação ascendente no espaço banal, o lugar de todos os agentes.

Denominando como “Cena Periférica”, a empiria recifense, inquieta-nos os modos de ação dos sujeitos na metrópole do terceiro mundo, marcada pelo imprevisto, pela cooperação e pela criatividade, imposições da sobrevivência em um ambiente construído, pautado na precariedade e no imbricamento entre distintas classes sociais. Baseamos nossa metodologia de trabalho no levantamento bibliográfico e documental, e na reunião de informações primárias a partir de cerca de 50 visitas técnicas e 90 entrevistas semiestruturadas realizadas junto a sujeitos envolvidos com a temática. Entrevistamos músicos, produtores musicais, comerciantes de discos, comerciantes de instrumentos musicais, técnicos de som, técnicos de palco, divulgadores, radialistas, aficionados sonoros, agentes de escolas de samba, agentes de nações de maracatu, duplicadores de mídias, jornalistas, pesquisadores e professores ligados à temática da música e da urbanização no Recife, produtores de bandas, produtores de eventos musicais e festivais, proprietários de casas de show, luthiers, DJs, agitadores culturais, agentes do poder público ligados à música e à cultura, entre outros. Igualmente realizamos visitas técnicas a estúdios fonográficos, casa de shows, órgãos públicos de música e cultura, lojas de discos, lojas de instrumentos musicais, eventos musicais e festivais, pontos de encontro de aficionados sonoros, emissoras de rádio, entre outros.

Segndo nossa investigação, a dinâmica da Cena demonstra a justaposição entre a metrópole (suas formas-conteúdo) e o seu componente artístico e político, expressando basicamente os anseios periféricos, engendrando apreciáveis espessuras de objetos e ações. Daí nossos interlocutores, afirmarem que o maior impulso para a

Cena teria sido: i) o desejo de compartilhar o conhecimento; II) a urgência em mudar o lugar onde se vive.

Igualmente sobre a associação entre arte e política, observa-se, entre outros, que o adensamento das práticas espaciais em torno da Cena, acompanhou-se pela diminuição dos índices de criminalidade, algo ocorrido em bairros como Peixinhos e Alto José do Pinho, dois dos principais lugares dessa movimentação.

Mesmo abrigados numa situação socioterritorial desfavorável (mas também por conta disso), os sujeitos da Cena Periférica fazem perdurar consideráveis espessuras de informação ascendente por toda a aglomeração recifense, malgrado as desconexões e desencontros entre as gerações de aficionados sonoros, na capital pernambucana.

A esse termo, o inventário da Cena Recifense demonstra que, dos lugares suburbanos da metrópole, emergiu uma movimentação artística contestatória, constituída por considerável espessura de variáveis geográficas na Região do Recife e fora dela, numa articulação que compreende, além de Pernambuco, 14 unidades da federação brasileira.

Por meio do inventário da Cena, observa-se ainda, que no período entre 1985-2005: i) atuaram 96 bandas; ii) circularam 28 informativos impressos (os chamados fanzines); iii) predominaram 10 lugares de encontro; iv) instalaram-se 12 estúdios fonográficos; v) foram utilizados 60 locais para eventos musicais, em sua larga maioria, locais públicos.

Difundida a partir da cidade pseudourbanizada, um mosaico de espaços nos quais as possibilidades da globalização apenas canhestramente se efetivam, projeta-se por meio da Cena Periférica, a melhor expressão artística do que é a polis do Recife. Ora, trata-se de uma movimentação congregando os mais diferentes sujeitos, imersos em uma dinâmica na qual uma pessoa executa as mais variadas funções, sendo difícil defini-la apenas pela função por meio da qual ela se tornou conhecida ou exerce predominantemente. Em geral um trabalhador cultural transita pelas mais diversas áreas de atuação, desde o design gráfico, as artes plásticas, produção artística, áudio, entre outros.

Destacam-se como sujeitos centrais dessa Cena: os agitadores culturais Carlos Francisco e Lael (Pacheco); bandas como o Câmbio Negro HC (Boa Vista), a Devotos (Alto José do Pinho) ou o Cefaleia Titânica (Peixinhos); além da ação de instituições como o Movimento Cultural Boca do Lixo (Peixinhos).

Por sua vez, no concernente à reflexão sobre a informação ascendente, avulta no inventário da Cena, a circulação dos fanzines, informativos confeccionados artesanalmente, ora distribuídos gratuitamente, ora vendidos a preços simbólicos, sem periodicidade, nem tiragem definidas. Por meio desses veículos alternativos à grande mídia, erigiu-se uma rede comunicacional, amparada em ações cooperativas, registrando a cena periférica; espalhando um discurso extremamente crítico em relação à desigualdade socioterritorial recifense, repudiando a ação alienante da indústria cultural. Destaca-se como o mais longo desses meios de informação ascendente, o Zine Recife, que em seu auge, chegou a articular colaboradores de sete estados brasileiros, além de Pernambuco.

A empiria nos mostra assim, uma Cena amplamente amparada em ações enredadas por saberes, substanciados nas experiências lugarizadas, esculpindo no tecido de vida, que é o cotidiano, insurgências frente à desigualdade socioterritorial. Nessa espécie de resíduo, em relação aos ditames dos mais diversos agentes hegemônicos, utilizadores

da urbe como recurso, ter-se-ia o elemento de sustentação das espessuras comunicacionais, vanguardistas, portadoras do novo, ascendentes, já que invariavelmente assentadas nos lugares.

Para além da esfera econômica e político-partidária se movimenta Cena Periférica do Recife, contraditoriamente a sua fraqueza e maior virtude. Trata-se sim de uma ação política, mas a partir da experimentação estética imersa na dimensão da vida cotidiana. Com a Cena, o território usado, por meio de seus lugares e de sua gente, emite o seu som, o seu ruído contra a metrópole corporativa, a sua voz, terceiro-mundista, em descompasso com as imposições da racionalidade modernizante, criadora de desigualdades.

.....

*** Alves Cristiano Nunes**

Universidade Estadual do Maranhão UEMA. São Luís, Brasil

Resumen de ponencia

MARIÁTEGUI Y GRAMSCI EN JUJUY: SOBRE LA ESPECIAL PERTINENCIA DE SUS CATEGORÍAS PARA INTERPRETAR LA REALIDAD HISTÓRICO-SOCIAL DE ESTA PROVINCIA ARGENTINA.

*Miguel Candiotti

Las ideas de José Carlos Mariátegui y de Antonio Gramsci presentan algunas semejanzas que encuentran una primera posible explicación en el hecho de haber compartido un mismo ambiente sociopolítico y cultural en la Italia de los primeros años '20 del siglo pasado. De todas esas similitudes, aquí nos interesará tomar la relativa al uso alternativo de conceptos “marxistas” para analizar sus respectivas realidades nacionales, complejas y alejadas de los países de Europa Occidental que constituyeron el principal objeto de estudio de Marx y de Engels. En los casos de Mariátegui y de Gramsci, se trata de sociedades capitalistas periféricas, étnicamente diversas y con amplias regiones agrarias “atrasadas” coexistiendo con núcleos urbanos de “modernización” y “desarrollo”. Ambos autores ven en esa heterogeneidad regional de sus países menos un desarrollo paralelo desigual que una articulación del tipo de lo que más tarde sería denominado “colonialismo interno”. Se considerará, entonces, cuáles puedan ser la relevancia y las principales aportaciones de sus modelos de análisis si se los pretende emplear para investigar la realidad histórico-social de la provincia de Jujuy, en sus relaciones con el resto de la Argentina. Para ello se resaltaré la posibilidad de compatibilizar los estudios regionales con las poderosas herramientas conceptuales que ofrecen tanto el pensamiento mariateguiano como el gramsciano. Es este un diálogo que en algunos casos se ha ensayado ya de manera más o menos explícita, y en otros se presenta como una oportunidad a considerar. Se intentará mostrar que resultan particularmente “traducibles” a un lenguaje interpretativo de la sociedad jujeña tanto el planteamiento mariateguiano del “problema del indio” como problema social, económico y político-revolucionario, como los análisis gramscianos de la “cuestión meridional” italiana.

Es sabido que el gran socialista peruano se destaca por no haber intentado forzar su realidad nacional dentro de abstractas categorías “marxistas”. Que desarrolla creativamente, inspirado en lecturas del “marxismo”, pero también de autores como Sorel o del historicismo italiano de Piero Gobetti, y, por supuesto, sobre la senda trazada previamente por peruanos como Manuel González Prada, una novedosa lectura crítica de la estructura social del Perú, lectura que se continúa con un consecuente programa revolucionario. En lo esencial, el planteamiento mariateguiano denuncia que el capitalismo del Perú es constitutivamente periférico y está condenado a la dependencia y el subdesarrollo. La débil burguesía peruana es puramente comercial y terrateniente, y no está suficientemente diferenciada de la clase terrateniente latifundista de origen colonial. Por lo tanto, esa burguesía carece de toda

capacidad y de todo interés en realizar ni una revolución industrial y una revolución democrática que de por tierra con las relaciones de producción pre-capitalistas, predominantemente agrarias. Por lo demás, la población indígena, que en tiempos de Mariátegui representa las cuatro quintas partes de la población peruana, es tradicionalmente agricultora y, a pesar de hallarse sometida a los abusos del gamonalismo de la sierra, todavía conserva formas de organización comunitarias que poseen un enorme potencial para la construcción de un socialismo moderno. Comprender científicamente el Perú de Mariátegui, por lo tanto, es entender la imposibilidad de un desarrollo capitalista “normal” (a la europea) en ese país, y captar el lugar central que ocupa la población indígena campesina, que constituye la gran base humana y étnica de la nación. Y de esa interpretación sólo puede derivarse coherentemente una posición transformadora socialista y tendencialmente anticapitalista, que valore profundamente las tradiciones comunales indígenas como punto de partida para la construcción de un socialismo indoamericano moderno. En el caso de Gramsci, además de su teoría general de la hegemonía y las relaciones de fuerzas que componen los diversos bloques históricos, resulta particularmente pertinente considerar sus análisis sobre la llamada “cuestión meridional” italiana. Gramsci critica duramente el positivismo de los sociólogos y los grupos dirigentes del Norte de Italia, quienes habían contribuido a consolidar como “verdades científicas” los prejuicios que, entre las masas populares septentrionales, atribuían la “misericordia” y el “atraso” de la región meridional a “causas internas”, esto es, a “la incapacidad inorgánica de los hombres, su barbarie, su inferioridad biológica”. En efecto, para la sociedad industrial del Norte, el Sur representaba el obstáculo, la “bola de plomo” que le impedía realizar mayores progresos. Frente a esta visión biologicista (y, por tanto, racista), Gramsci subraya la explicación histórica de que la unidad italiana “no había sido creada sobre una base de igualdad, sino como hegemonía del Norte sobre el Sur en la relación territorial ciudad-campo, o sea que el Norte era una ‘sanguijuela’ que se enriquecía a expensas del Sur, que el incremento industrial era dependiente del empobrecimiento de la agricultura meridional”, entre otras cosas a través de fuertes medidas proteccionistas. Esta estructura de colonialismo interno, típica del capitalismo periférico y por eso similar a la que encontramos en los países latinoamericanos, descansa en una compleja articulación entre los intereses de las clases dominantes de las regiones ricas y las de las regiones empobrecidas. Así, en la Italia de Gramsci, “los grandes terratenientes y los grandes intelectuales”, que conforman el estrato superior del “bloque agrario” meridional, sirven de intermediarios de los intereses del “bloque industrial” reproduciendo su hegemonía ideológica, política y económica. La labor política de Gramsci estará, por tanto, orientada a subvertir esta hegemonía del “bloque industrial-agrario” y sustituirla por la de un nuevo “bloque obrero-campesino” que está por construir.

Nuestro trabajo pretende mostrar en qué medida el rico andamiaje conceptual mariateguiano y gramsciano, que acabamos de presentar en forma esquemática, posee un enorme potencial heurístico para la investigación y la transformación social en la provincia de Jujuy, con toda su complejidad económico-política y socio-cultural. La metodología que emplearemos consistirá en la reflexión crítica, epistemológica y política, a partir del establecimiento de un diálogo entre, por un lado, la producción científica sobre la realidad histórico-social jujeña y, por otro, las principales

aportaciones teóricas de Mariátegui para la interpretación de la realidad peruana y de Gramsci para la comprensión de la sociedad italiana.

.....

*** Miguel Candiotti**

Unidad Ejecutora en Ciencias Sociales Regionales y Humanidades (CONICET-UNJu) y Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (UNJu) UE-CISOR y FHyCS-UNJu. San Salvador de Jujuy, Argentina

Resumen de ponencia

MEMORIA, IDENTIDAD Y CIUDADANÍA: LA PEDAGOGÍA DECOLONIAL DEL MOVIMIENTO SOCIAL RECONOCIDO EN LA REPÚBLICA DOMINICANA

*Giulia Ribeiro Barão

En los 1990 se ha empezado a fortalecer la lucha altermundista por la creación de una globalización contra-hegemónica. Desde su localización, cada lucha en el siglo XXI es también global: subraya la complejidad de la modernidad/colonialidad que ha dividido el mundo a partir de una línea abisal. El pensamiento poscolonial y las epistemologías del sur reconocen la importancia del contexto, de la especificidad y localización de cada lucha, pero también apuesta por las solidaridades posibles, el diálogo intercultural y las ecologías de saberes, al reconocer que la postura contra-hegemónica de cada colectivo conlleva transversalidades con otras perspectivas: al ser antirracistas, antipatriarcales o anticoloniales están atravesadas por el mismo sistema de opresión. El debate que propongo tiene por enfoque las reivindicaciones identitarias en América Latina, y, por tanto, las estrategias y desafíos de visibilización y obtención de derechos por parte de grupos sociales construidos como ausentes a lo largo de siglos de construcción colonial y de colonialidad del poder en nuestro continente. No hablo de minorías étnicas o culturales, porque la marginalización y vulneración social no son una cuestión numérica, sino construcciones discursivas e institucionales del Estado-Nación en América Latina que apartan de su definición de identidad nacional y de ciudadanía todo aquello que no encaja con la visión colonial heredada y mantenida por las élites políticas nacionales.

Conforme subraya Boaventura de Sousa Santos (2011), nuestros tiempos exigen imaginación política, al mismo tiempo en que demandan una sociología de las ausencias y las emergencias capaz de ver y escuchar y aprender de las alternativas ya existentes, de las potencialidades de las prácticas ya en proceso. Entre todas, nos enfocaremos en las posturas reformistas, que entienden el Estado como un escenario clave para las transformaciones buscadas, a través de leyes, políticas públicas y mecanismos de participación. En América Latina se multiplicaron a lo largo de los 1990 y los 2000, Constituciones más atentas a las reivindicaciones identitarias y que reconocen la necesidad de pensar la diversidad cultural y la interculturalidad en su diálogo y su desafío a la noción moderna de identidad nacional. Como consecuencia, se diseñan nuevas generaciones de políticas públicas de cultura, de reconocimiento de grupos étnicos y de recuperación de la memoria histórica de grupos marginados. Para citar apenas algunos casos, recordemos Bolivia y Ecuador en que la interculturalidad y el bien-vivir se han hecho políticas estatales, como bien explica Catherine Walsh (2009), llevando a la constitución de Estados Plurinacionales. También en Brasil, hemos visto la transformación del escenario sociopolítico desde 2003 con políticas públicas de educación y cultura que intentan afrontar la deuda histórica hacia la población afrodescendiente y en cuya creación tuvieron fundamental papel los movimientos

sociales, entre los cuales el Movimiento Negro. En Colombia, como parte del proceso de paz, se ha creado el Centro Nacional de Memoria Histórica, en 2011, con vocación intercultural, valora y promueve las múltiples identidades étnicas, locales, comunitarias que conforman el tejido social del país, entendiendo que la paz depende del reconocimiento de las pluralidades colombianas. Sin duda, nada de esto ocurre sin conflicto. En cada uno de estos casos hay contradicciones, incoherencias, retos propios de cada Estado, sociedad, comunidad. Sin embargo, me gusta mirarlos en su complejidad y diferencia como ideas-fuerza, como potencialidades políticas para la transformación de los Estados en clave poscolonial. Y, siendo así, aterrizo al estudio de caso, relacionado con lo que ocurre en República Dominicana durante esta misma época y que parece ir en contra la tendencia regional.

Desde 2007 ya se registraban casos de trabas jurídicas a los dominicanos de ascendencia haitiana para la obtención de su cédula de votación cuando cumplieran los 18 años. Pero esta situación se ha hecho oficial con la Constitución dominicana del 2010, que cambia los apartados del texto constitucional anterior en lo referente a la ciudadanía dominicana. A partir de entonces, dejan de tener derecho a la nacionalidad dominicana los hijos de padres extranjeros que estén en tránsito en el país, es decir, que no tengan residencia legal. Aunque la Constitución no pueda tener carácter retroactivo, pasa a servir de justificación para la negación de documentos nacionales a dominicanos hijos de padres haitianos en el momento en que se presentan delante la Junta Central Electoral para obtener su cédula. En el 2013, lo que eran prácticas informales gana el peso de ley, cuando el Tribunal Constitucional de la República Dominicana dicta la Sentencia 168-13, que, con efectos retroactivos, quita la nacionalidad a todas las personas nacidas después de 1929 de padres extranjeros sin documentación de residencia. La sentencia tiene un fuerte carácter racista y xenofóbico, denunciado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos, y por estudios como el de Amelia Hintzen (2017), que investigan el origen del discurso anti-haitiano y de negación de las raíces negras de República Dominicana durante las tres décadas de dictadura trujillista. La Sentencia desconsidera, además, la responsabilidad histórica del Estado en la enorme atracción de población haitiana que vive en el país desde el siglo XIX, a través de acuerdos binacionales de mano de obra para los ingenios de azúcar que afecta a personas que han construido sus vidas en territorio dominicano, y cuyos hijos, viviendo como dominicanos desde su nacimiento, no tienen ya ningún arraigo con Haití. El carácter retroactivo de esta sentencia provocó una situación de desnacionalización y apatridia nunca antes vista en América Latina, subrayando la actualidad de los dilemas sociales, políticos, culturales, identitarios que atraviesan la sociedad dominicana desde su organización en Estado-Nación y en su relación con la vecina República de Haití. En clave poscolonial, podemos entender esta situación como una clara pervivencia de la colonialidad del poder en la República Dominicana, bien como de colonialismo interno.

A pesar de los duros ataques sufridos por el Estado, la población dominicana de ascendencia haitiana no se ha quedado en silencio. Desde los primeros indicios de negación de derechos en 2007, un grupo de jóvenes empezó a organizarse y conformó el movimiento social Reconoci.do. Este grupo empezó luchando por derechos básicos y fundamentales, como la obtención de sus documentos de identidad y cédulas, instrumentos tan esenciales como que de ellos dependen la posibilidad de inscribirse en la escuela y la universidad, acceder a los servicios de salud, adquirir bienes y

conseguir un trabajo formal. Con el tiempo, el movimiento ha crecido en voluntad, profundidad, dimensiones, y se ha dado cuenta de la necesidad de una transformación de las mentalidades culturales y políticas de su país, sobre todo en lo que respecta al racismo y a la constitución de una identidad nacional dominicana que reconozca sus elementos haitianos y afrodescendientes. Esta lucha está ocurriendo ahora. Su labor de visibilización, debate, problematización de los derechos humanos, la memoria histórica, el espacio público y de la identidad en República Dominicana tiene el valor de Pedagogía de los Movimientos Sociales de que nos habla Miguel Arroyo (2003), basada en una visión poscolonial e intercultural que pone en jeque las acciones coloniales del Estado dominicano y su clase política.

Desde una Sociología de las Ausencias y de las Emergencias, el objetivo de esta ponencia será traer a la luz lo que he podido aprender de Reconoci.do y sus demás aliados durante mi estancia en la República Dominicana, de septiembre de 2017 a febrero de 2018. Más que visibilización y representatividad, también espero poder (re)sensibilizar a los latinoamericanos sobre una problemática que ha desaparecido de la agenda y de los medios de comunicación como si hubiera sido resuelta la Ley 169 del 2014, llamada Plan Nacional de Regularización de Extranjeros. No es así. Entre octubre y diciembre de 2017 he podido acompañar lo que sería la segunda etapa del Plan, cuando los ciudadanos que habían aplicado en 2014 obtendrían finalmente la nacionalidad dominicana. A muchos les están concediendo apenas autorizaciones de residencia donde figura la nacionalidad haitiana, otros simplemente no han podido ser atendidos en los dos meses de apertura del proceso. Más que por trabas burocráticas, esta es una lucha vigente por lo mucho que queda por hacer en la transformación de las ideas de identidad nacional y ciudadanía en la República Dominicana y en toda América Latina y Caribe. Compartiré algunos ejes de la pedagogía y transformación que Reconoci.do viene realizando, enfocándome en las ideas de ciudadanía, memoria, espacio público e identidad nacional. Y, por fin, volver a poner este panorama dominicano en relación y diálogo con lo que creo ser uno de los retos clave de la globalización contra-hegemónica y los desafíos de la identidad/alteridad, de lo local/global, pasando por lo nacional.

Referencias

Arroyo, Miguel (2003). Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. Currículo sem fronteiras, 3(1), 28-49.

De Sousa Santos, Boaventura. (2011). Epistemologías del sur. Utopía y praxis latinoamericana, 16(54), 17-39.

Hintzen, Amelia (2017). De la Masacre a la Sentencia 168-13: apuntes para la historia de la segregación de los haitianos y sus descendientes en República Dominicana.

Walsh, Catherine (2009). Interculturalidad, Estado, sociedad. Luchas (de)coloniales en nuestra época. Ediciones Abya-Yala: Quito.

.....

*** Giulia Ribeiro Barão**

Instituto de Iberoamérica - IB. Salamanca, España

Resumen de ponencia

MÉTODO Y CONTRA MÉTODO HACIENDO CIENCIA CON LOS MARGENES ROXANA GABRIELA CRUDI IIGG FCS UBA.

*Roxana Gabriela Crudi

Resumen

La investigación social no ha quedado exenta de los campos de lucha de la ciencia, un paradigma positivista que no termina de morir y multiplicidad de experiencias que ponen en evidencia su falta de eficacia teórica y metodológica para dar cuenta de las reconfiguraciones de los procesos sociales nos han llevado a pensar en nuevas formas de producción de conocimiento en y con los sectores que hemos denominado poblaciones extinguidas, proponemos abordar el proceso de producción de historias sociales barriales con la visión de los pobladores y de la comunidad en Núcleos Urbanos Segregados desde la perspectiva de la metodología de coproducción investigativa, interrogando sobre la construcción barrial y sus significados/reconfiguraciones, como así sus resistencias colectivas y subjetivas a las dominaciones sociales y las modulaciones gubernamentales. Esta propuesta investigativa implica una reconfiguración del proceso del conocer, en que el objeto investigado se des-objetiviza para convertirse en coproductor de conocimiento. Esto requiere un cambio de perspectiva tanto del investigador académico, como del sujeto investigado, ahora devenido en sujeto investigador, dando forma a una praxis co-investigativa.

El paradigma positivista que permite comprender el contenido hegemónico de la producción científica dominante en la actualidad. La construcción del conocimiento respecto a la realidad que viven y experimentan los pobladores se traduce en prácticas y saberes institucionales y sociales que los alejan del ejercicio integral de su dignidad como personas.

El quehacer científico tradicional, que opera bajo la lógica del positivismo, da por hecho que los pobladores no son considerados interlocutores válidos. Los pensamientos y saberes que de ellos y ellas provienen no son tomados en cuenta por la ciencia. Los pobladores constituyen un claro ejemplo de la noción que acuñó Boaventura de Sousa Santos (2011) cuando afirmaba la noción de “injusticia cognitiva” en tanto aquella idea que considera como únicamente válido el conocimiento proveniente de la ciencia moderna, lo cual invisibiliza y al mismo tiempo niega cualquier tipo de conocimientos-otros.

A continuación algunas reflexiones respecto a las posturas teóricas que destacan al otro como un actor y sujeto activo, poseedor de saberes y capaz de generar conocimiento.

La perspectiva de Mignolo, es recuperada desde la coproducción investigativa, la noción de doble traducción que remite a un reposicionamiento epistemológico que interpela las lógicas de producción de conocimiento. Se sostiene que el modelo de la lógica de la salvación subyace dentro del paradigma hegemónico, ya que la ciencia opera como una estructura productora saber-poder que se supone destinada para un Otro subordinado. Así la simetría colonial garantiza en la producción discursiva de la ciencia un campo donde experimentar y aplicar “su” conocimiento. La posición tomada desde esta perspectiva epistemológica se sostiene en parte “...ya que permite un movimiento bidireccional. Formas de conocimiento desacreditadas desde los inicios de la modernidad/colonialidad se trenzan en un movimiento que se retro-alimenta, posibilitado por el reverso la colonialidad del poder que ha sido abierto por la doble traducción” (Mignolo, 2011).

Esta lógica de subordinación es parte nodal de la organización social de la modernidad/colonialidad incorporando en ella dinámicas internas que confluyen en movimientos estructurantes. Así el conocimiento que produce sub-alternidad queda fuera del campo del conocimiento, están por fuera del marco de lo observable, sólo con una doble traducción pueden emerger en el campo científico.

En este mismo tenor, Aníbal Quijano (2000) propone correrse de la perspectiva epistémica de carácter eurocéntrico, porque éste justifica y legitima la dominación de una raza con supremacía sobre otra y la explotación del hombre y la naturaleza. Planteando un diagnóstico: un cambio de la relación capital-trabajo, reclasificación de la población, la subjetividad como mercancía, masa marginal o desocupación como una variable estructural del “sistema”. Estas cuatro dimensiones que aparecen en los aportes de Quijano son las que llevaron a construir el concepto de continuum de exclusión-extinción (Bialakowsky et al, 2003), un cambio incipiente del modo de producción donde el capital ya no necesita de la fuerza de trabajo para su reproducción, población sobrante no como ejército de reserva o masa marginal, sino como variable que el “sistema” necesita para su supervivencia. Esa población es reclasificada: nuevos pobres, underclass, desechos, extinguidos (Bialakowsky et al, 2006).

En este sentido, la propuesta de la coproducción de conocimientos se enmarca en una epistemología que supone la interacción en el espacio de una inteligencia colectiva. La forma, igualitaria o desigual en que se dirima su apropiación ¿sostenemos al igual que Quijano- dependerá el rumbo de la transición o no hacia un nuevo patrón de poder. Esta propuesta tiene también coincidencias con los planteamientos de Ranciere (2010)

Los saberes cotidianos de los pobladores sobre todo de aquellos en situación de desventaja social, son un ejemplo de la forma en que la estructura del saber-poder invisibiliza y subordina. Walter Mignolo (2011) plantea el rol de la intermediación entre los imaginarios occidentales y las cosmogonías indígenas, reflexionando sobre el encuentro y el diálogo entre la intelectualidad marxista urbana y la sabiduría de los ancianos que conforman el intelecto indígena. Encontrando en él un traductor del discurso indígena dirigido a la sociedad mexicana e internacional y del marxismo

dirigido a los intelectuales indígenas. Mostrando este posicionamiento en contraste con la posición de los misioneros del siglo XVI y de los revolucionarios hasta los años 80, quienes establecían una relación unidireccional donde los valores ideológicos no se ponían en diálogo sino en conversión. Estas perspectivas representaban y aún representan la reproducción de una lógica.

.....

* Roxana Gabriela Crudi

Instituto de Altos Estudios Sociales. Universidad Nacional de San Martín - IDAES/UNSAM. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

MODELO MÉDICO OCCIDENTAL Y PRÁCTICAS OTRAS EN SALUD: UN ANÁLISIS DESDE LA MIRADA DESCOLONIAL

*Susana Solis Gómez

Esta propuesta de investigación se diseña en el contexto del Magíster en Salud Pública Comunitaria y Desarrollo Local de la Universidad de La Frontera. Su eje es el análisis, desde la perspectiva descolonial, de la relación existente entre las prácticas

mantención y recuperación de la salud, sostenidas intergeneracionalmente en un grupo familiar habitante de la comuna de Paillaco, y el modelo médico occidental moderno, destacando

sus aportes, problemas y desafíos con miras hacia una práctica de co-presencia y complementariedad.

Este abordaje surge desde la necesidad de desmontar una de las principales acciones de

la Modernidad: el transformar en desecho todo lo que es incoherente con su forma de significar y representar la realidad. En esta línea, la hipótesis que se sostiene es que existe una obstrucción respecto de la co-presencia de las prácticas autogestionadas de mantención y recuperación de la salud y el sistema médico moderno, donde este produce

colonialidad respecto de las primeras, existiendo un sistema de creencias que está exclusivamente habilitado como verdadero, sesgando la resolución de los problemas desde una comprensión más amplia de la idea de salud. Para precisar, esta propuesta de

trabajo asume que las prácticas de mantención y recuperación de la salud de comunidades “locales”, rurales y/o indígenas, son prácticas construidas como desecho por el sistema médico moderno. Esta cuestión está sostenida por una relación coactiva

-

antagónica y de oposición- que legitima a un sistema en desmedro del otro, produciendo

la subalternidad de personas, comunidades y territorios. Por eso, repensar en este “hoy”

los aportes, problemas y desafíos de dicha relación favorece procesos de liberación de aquello que ha sido subalternizado. Esto último se comprende como un lógico proceso de mejora de la calidad de vida en distintos territorios. Sin embargo, esto no podrá ser realidad mientras no se subviertan las condiciones que impiden que distintos grupos y sus

saberes sean co-presentes en los diferentes espacios que habitan. En este sentido, dentro del diseño de investigación se destacan dos razones entrecruzadas; la primera alude a otorgar importancia a los cuerpos producidos como subalternos, pues de esta forma se amplía la posibilidad, en el marco de la salud occidental, de que adhieran a

los procesos que la recuperan. La segunda, es comprender que el sistema médico no es infalible y que lejos está de la concreción de una práctica de complementariedad, cuestión que arrojan los estudios existentes al respecto y, por cierto, la crítica a la Modernidad. Allí lo que prevalece son distintas prácticas que impiden la co-presencia de ambos sistemas, con el perjuicio que esto significa para quienes han sido inferiorizados por la relación asimétrica impuesta por la Modernidad y por quienes ocupan el lugar de superioridad en esa trama.

Se desea destacar, respecto de lo expresado, la dificultad que conlleva para quienes ocupan el lugar de superioridad, el que perciban cómo la co-presencia y complementariedad inciden en la mejora de su propia vida, pero se puntualiza al respecto que destrabar la relación entre sistemas que operan de manera distinta respecto de la salud es relevante. No obstante, allí subyace algo más profundo que no solo amplía los alcances de la medicina moderna y de la que no es comprendida como tal, sino que también brinda posibilidades futuras a la producción de otra relación con el planeta y los seres vivos que le habitan. Esto, pues desde esta mirada emergen otras formas de relacionarse con la vida que desestabilizan la producción de Otredad moderna. Por ejemplo, y rescatando las nociones vinculadas a la salud mapuche, los conceptos de “estar bien” -o kúme felen en mapuzungun- y buen vivir- o kúme mongen- se vuelven importantes en este trabajo investigativo debido a que plantean una mirada que se distancia de la perspectiva occidental, la que se expresa en el desarrollo de dinámicas que apuntan a la mantención de la salud, y no de manera exclusiva a la atención de un padecimiento, teniendo como eje el sostenimiento de la armonía de los territorios, comunidades y familias. Con esto se anticipa que la crítica a la Modernidad, que es central en el trabajo, radica en el cuestionamiento a los modelos de productividad, de desarrollo, de clasificación social, de universalismo, de individualismo, que hoy sostienen, solo a modo de ejemplo, diversas guerras y apropiaciones violentas de las formas de vida existentes en distintos y complejos territorios. Para lograr lo anterior, el estudio se asienta epistemológicamente en los aportes de los estudios modernidad/colonialidad, asumiendo el modelo de salud occidental como una expresión de la matriz moderno colonial de poder instalada en los territorios de Abya Yala.

El marco metodológico de esta propuesta, se centra en un trabajo colectivo que incluye a un grupo familiar que habita en la comuna mencionada. Con éste se realizará un proceso investigativo, enfatizando la enunciación de su propia voz. Esto último es fundamental, pues desde la perspectiva descolonial se vuelve necesario relevar los términos de quiénes han sido subalternizados, ya que la Modernidad les ha ocultado. Esto, vale indicar, otorga a la investigación un cariz genealógico que es fundamental en los

procesos
descoloniales, en tanto recupera la memoria comunitaria y familiar, a la misma vez que
se
vuelve un proceso terapéutico en cuanto alienta la iluminación de vínculos que la
lógica
fragmentadora del pensamiento moderno ha desplazado. Lo anterior aporta tanto al
grupo
familiar como también a toda la trama comunitaria de la cual es parte, en la medida en
que sus memorias y experiencias se inscriben dentro de este contexto.

.....

* Susana Solis Gómez

Universidad de La Frontera UFRO. Temuco, Chile

Resumen de ponencia

MOVIMIENTOS AL INTELECTO COLECTIVO. PENSAMIENTO CRÍTICO Y PRÁCTICAS EMANCIPATORIAS

*Gabriela Bukstein

*Luz Montelongo Díaz Barriga

Este estudio cuenta con la orientación y contribución del Prof. Alberto L. Bialakowsky D. (hc) y forma parte de investigaciones en el marco de Proyectos UBACyT y del Grupo de Trabajo CLACSO: "Pensamiento crítico y prácticas emancipatorias. Eje: "Movimientos al intelecto colectivo".

Resumen

La universidad como centro de investigación académico, debe de ser un espacio de pensamiento, crítico y autónomo que contribuya e impacte en como hay que observar, comprender y analizar la realidad (Pinochet, 2012). Sin embargo, la concepción política del sistema educativo en la actualidad se ha enfocado en brindar respuesta a las presiones económicas y a las teorías del desarrollo de las naciones que comienzan a problematizar el rol de la educación y su impacto en el crecimiento de los países. Por lo que, esta consolidación se orienta a que la universidad sea un ámbito con la finalidad de la movilidad social y como motor del crecimiento económico basado en la formación académica y profesional (Schneider, 2010) lo que remite a las teorías de capital humano. Esta situación y con el avance del neoliberalismo cambiaron la forma de comprender el sistema educativo, su función de circulación de conocimientos y su rol como espacio crítico. Actualmente, como es mencionado por Santos (2012), en el plano político e institucional, la educación se presenta en crisis de hegemonía como efecto del vaciamiento intelectual de su función y la crisis de legitimidad por la segmentación del sistema (Público-Privado), sumado a la desvalorización de las credenciales y/o diplomas.

En este escenario, el sistema educativo se instala como un medio de producción; es decir, se valoriza de manera independiente en el mercado (paradigma dominante del neoliberalismo con una perspectiva individualista, utilitarista y reduccionista). Esta distinción contribuye al eje principal de entender la educación-mercado-consumo. De esta manera, se tiene una relación de producción de la educación como empresa, en donde, el desarrollo de la investigación sobre el análisis social se convierte en un elemento de realización de valor centrado en industrias específicas. En consecuencia, se elimina y/o se obstruye el análisis social como una práctica emancipatoria desde y para el ser humano.

En tanto que los movimientos al intelecto colectivo (Movimiento pingüino y Confederación de Estudiantes (CONFECH) en Chile 2011, #Yo soy 132 de México y el Movimiento Pase Libre en Brasil) han evidenciado la resistencia de grupos sociales al paradigma dominante neoliberal con impacto en las políticas nacionales; así, como resistencias al intelecto social colonizado (Bialakowsky, Lusnich y Bossio, 2014). Donde

la praxis investigativa considera al proceso y al resultado como un aporte al conocimiento desde y para el colectivo.

Desde esta perspectiva se busca profundizar si en nuestro continente se desarrolla el pensamiento crítico en los centros de investigación, promoviendo la emancipación del colectivo como una resistencia, tanto científica como social a las formas de control, reducción, suspensión y transformación de una ciencia dependiente y conservadora del neoliberalismo a servicio del mercado del Estado y no como una práctica de investigación para las empresas. Para ello, se propone realizar un estudio comparativo desde el discurso de los programas educativos y líneas de formación de los centros de investigación de América Latina que promueven y desarrollan prácticas educativas desde la investigación, o sea, en la creación de conocimiento. La investigación se desarrollaría desde el enfoque de los movimientos al intelecto colectivo y el giro epistémico para cuestionar la praxis positivista, así como el individualismo epistémico y los instrumentos metodológicos que distancian: ética y contenido, contenido y técnicas, método y praxis colectiva (Bialakowsky, Lusnich y Bossio, 2014); en donde, aparecería la separación del analista con el objeto de investigación, y predominaría la investigación para las audiencias específicas.

Finalmente, se indagará la formación de investigadores de las Ciencias Sociales en América Latina desde el pensamiento crítico de la educación. Por ese motivo, se buscan responder los siguientes interrogantes: ¿Cuál es la visión de la formación en los centros de investigación de América Latina? ¿Para quién se investiga? ¿La investigación es para la meritocracia o para el intelecto colectivo?

.....

*** Gabriela Bukstein**

Universidad Iberoamericana - CM. México, México

*** Luz Montelongo Díaz Barriga**

Universidad Iberoamericana - CM. México, México

Resumen de ponencia

MULHERES DE GANGA: MEMÓRIAS INCORPORADAS E REEXISTÊNCIAS QUILOMBOLAS

*Jaqueline Cardoso Zeferino

Em 1988, mulheres do Morro do Sapé, como era e ainda é conhecido o território quilombola de Fátima localizado na cidade de Ponte Nova, no estado de Minas Gerais/Brasil, inspiradas pelos blocos afro-baianos criaram o Grupo Afro Ganga Zumba. Inicialmente o principal objetivo do grupo era afirmar e divulgar a cultura negra local por meio da dança afro-brasileira. Algum tempo depois, ampliaram o repertório de ações incorporando linguagens artísticas e culturais como o canto, percussão, congado, capoeira, confecção de estandartes, roupas e figurinos afro-referenciados, além da realização de encontros comunitários que debatiam os efeitos do racismo para a emancipação social, econômica e política da comunidade. Desde então, estas mulheres em movimento e ações coletivas compartilham e enunciam suas histórias de luta por meio de memórias ancestrais e diaspóricas trazidas ao corpo, narradas em forma de dança, canto, sons de tambores, e ensinadas à comunidade de Fátima enquanto práticas de existência, resistência coletiva e enfrentamento às diferentes formas de exploração/dominação/opressão a que são confrontadas. As mulheres de Ganga disputam a memória, a narrativa e a paisagem local. Grafam o corpo negro, e de forma especial da mulher negra quilombola, na história do Vale do Rio Piranga subalternizado pelo poder colonial desde o século XVIII. Interrogam com suas práticas artísticas e culturais a lógica subalternizante monocultural, monorracial e hetero-patriarcal, reivindicam a afirmação e o reconhecimento de suas epistemologias, corpos e práticas no espaço público. É nesse contexto que nasce a pesquisa apresentada, fruto de minha trajetória junto às mulheres de Ganga, enquanto educadora e artista popular. Há pouco mais de uma década partilhávamos uma experiência criativa enraizada nas memórias de resistência da população negra pontenovense. Nos laboratórios de criação, as experiências atravessadas pelo racismo, machismo e diferentes formas de dominação/exploração vivenciadas por nós, mulheres negras periféricas, foram evidenciadas por corpos que, ao dizer de si evocavam uma existência rizomática. Ao trazer para o meu corpo memórias de resistências que atravessam os limites do tempo/espço e remetem a uma ancestralidade simbólica requerida, ao recriá-las no presente incorporando elementos culturais, estéticos e poéticos de uma experiência social racializada, deparei-me com a dimensão política e conturbadora das práticas artístico-culturais recriadas e ensinadas pelas mulheres de Ganga. Assim, a pesquisa em fase inicial de doutoramento pretende analisar a partir de, e com as mulheres de Ganga, os tensionamentos e deslocamentos gerados pelas práticas artístico-culturais protagonizadas e ensinadas por elas nos últimos 30 anos. A principal indagação é que epistemologias e narrativas são enunciadas através das memórias incorporadas e o que informam sobre a ação política e pedagógica destas mulheres? Pressupomos que as ações empreendidas por elas são fundamentais para

compreender os desafios, as conquistas e os avanços do movimento negro e quilombola na Zona da Mata de Minas Gerais. A relevância da proposta se enraíza nas potencialidades que se abrem no campo epistêmico, político, artístico-cultural e acadêmico, a partir da recolocação no contexto atual de questões sobre o saber-fazer-sentir coletivo protagonizado por mulheres quilombolas no confronto cotidiano às colonialidades. As experiências artístico-culturais do Grupo Afro Ganga Zumba tencionam a invisibilidade produzida sobre a população negra da região, desestabilizando lugares de memória e de poder. O território quilombola de Fátima se destaca, ensina e se articula aos demais que hoje compõem uma rede de saberes dos povos quilombolas cuja uma das pautas é uma educação diferenciada, enraizada nas experiências quilombolas da região. São as mulheres de Ganga que representando uma coletividade, articularam vozes silenciadas para além de seu território, interrogaram a história cristalizada sobre quilombos e mobilizaram a participação política da comunidade vinte anos antes do reconhecimento jurídico do território, certificado pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2007. Por meio da pesquisa participante e das contribuições dos estudos decoloniais, pós-coloniais e feministas buscaremos retomar a história do Grupo Afro Ganga Zumba a partir da escuta e reescrita de memórias orais e corporais das mulheres de Ganga. Estas memórias tencionam e desestabilizam a narrativa hegemônica que insiste em invisibilizar, silenciar e folclorizar práticas e conhecimentos produzidos ao longo de séculos de reexistência.

.....

* Jaqueline Cardoso Zeferino

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

MULHERES QUE SAMBAM NA LINHA ABISSAL: PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM PRISÕES, HÁ ECOLOGIAS FEMINISTAS DE SABERES?

*Claudia Cristina Ferreira Carvalho

A presente investigação, crítica das teorias feministas pós-coloniais, parte da perspectiva que a fabricação da Outra feminina como o outro do outro masculino, alimenta-se de um pensamento abissal, que tanto obliterou ou oblitera quanto sistematicamente produziu ausências, instaurou a violência subalterna de um gênero masculino sobre o gênero feminino, construindo linhas radicais de exclusão social. Esse sistema de opressão, que é nominado hétero-patriarcal, não nasceu com a modernidade ocidental, mas sem dúvida aliançou-se a outras duas lógicas de opressão que são o colonialismo e o capitalismo, para reificar de um lado, os homens como o centro e medida para todas as coisas; de outro, as mulheres como a periferia de quem se imagina centro (o homem). Nessa lógica, as mulheres subalternizadas têm suas vozes emudecidas, sua ontologia e epistemologia desperdiçada e invisibilizadas. A partir das experiências de mulheres (reclusas e carcereiras) no interior de uma penitenciária feminina de Mato Grosso- Brasil, em diálogo com a Hermenêutica Feminista das Epistemologias do Sul, problematizou-se, discutiu-se, as experiências construídas por mulheres subalternizadas no interior de uma penitenciária feminina brasileira, tanto aquelas em condição de reclusão quanto as trabalhadoras daquele sistema prisional. Recorreu-se às Epistemologias do Sul, proposta de Boaventura de Sousa Santos, para explorar as ruínas daquilo que tem sido produzido como sociologia das ausências e emergências. De um lado, objetivou-se problematizar as formulações do saber-poder institucional nos processos ordinários esculpidos nas interações entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres em reclusão. De outro, analisou-se naquele espaço-tempo prisional, convertido em desumanização do/a Outro/a, como as mulheres em condição de reclusão constroem saberes de resistências-resilências explícitos ou não, nascidos da luta, do sofrimento. Hipótese central, é a de que a prisão cumpre um papel sociopolítico de continuidade e reiteração das exclusões radicais geradas pelos sistemas de opressão capitalista, colonial e patriarcal. Sistemas que geram e gerenciam linhas abissais, que pela divisão, obliteram as sociabilidades por eles gerados. O trabalho empírico teve como cerne a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, e em seu bojo, triangulou-se procedimentos de observação, entrevistas e iconografias (imagens) produzidas a partir da estratégia proposta e aceita de um curso de fotografia ministrado às mulheres que desejassem participar. A imersão no terreno da pesquisa perdurou no total de onze meses. A compreensão interpretativa da escala do fenômeno em estudo, delimitou-se numa ecologia de saberes, traduzidas em cinco núcleos centrais epistêmicos, políticos e ontológicos que problematizou-se: os modos como a cartografia formal e a não-formal esculpem os espaço-tempos prisional; como os processos de reclusão na instituição prisional

refletiram os espelhos das exclusões radicais caracterizadas pela dicotomia entre igualdade formal e desigualdade real; discutiu-se o saber-poder institucional como processos ordinários de apropriação e violência; abordou-se, a partir das experiências pessoais das mulheres em reclusão, os modos como a violência de gênero reverberam nos processos de encarceramento feminino; visibilizou-se as formas de resistências e resiliências, e os saberes construídos pelas mulheres subalternizadas da penitenciária nascidos da luta e do sofrimento. A contribuição epistêmica, ontológica e política da tese é perceber as injustiças sociais e cognitivas a que estão expostas as mulheres subalternizadas do Sul-global, ao tempo de contribuir para o debate dos feminismos pós-colonial, mobilizando novas questões para velhos problemas sócio-políticos e culturais. . Os resultados do estudo apontam na direção da superação do conhecimento sexista, antropocêntrico produtores de ausências não dialéticas entre o masculino e o feminino, de outro, apontar a necessidade de emergências de um pensamento pós-abissal que alimente a promoção e o acesso à justiça social e cognitiva de gênero pela via de educação libertadora, de uma pedagogia das oprimidas.

.....

* Claudia Cristina Ferreira Carvalho

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA MUNICÍPIO DE CUIABÁ SME. CUIABA, Brasil

Resumen de ponencia

MULTIPLICANDO O CONHECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS RELACIONADAS AOS PROCESSOS DE CURAR: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS POPULARES DE CURA NO BRASIL E EM PORTUGAL AO LONGO DO SÉCULO XX

*Diádiney Helena De Almeida

Trata-se de um conhecimento oral, transmitido por gerações, e consolidado em saberes e práticas que conservaram algumas de suas estruturas simbólicas ao mesmo tempo em que foram alterando seus elementos através da dinâmica cultural. Comparar os conhecimentos populares de cura com o conhecimento médico ocidental, ancorado na escrita, é não percebê-lo enquanto um saber assentado na memória e na identidade cultural das populações brasileira e portuguesa.

Essa comunicação se concentra na compreensão da performance de saberes e práticas que se configuraram a partir de uma epistemologia própria. Admitindo a incompletude da análise cultural e não buscando a coerência como um teste de validade, como indicou o antropólogo Geertz, chegamos a um conjunto de elementos que passou por um processo de aprendizagem pública. E como tal, com significados também públicos. A análise dos indícios das experiências dos curadores populares permite conjecturar, identificar elementos importantes numa tentativa de reconhecê-los e, talvez, interpretá-los.

A pesquisa parte de um recorte temporal ampliado, de 1900 até a década de 1960, o que permitiu a observação desses elementos em diferentes regiões e em diferentes momentos, assim como possibilitou perceber o movimento das mudanças e permanências históricas. Como fonte, considerei diversos estudos de folclore publicados no Brasil e em Portugal nesse período. Os sujeitos são os curadores, e os grupos sociais que fazem parte do mesmo universo tratando de suas dores e males ao mesmo tempo em que afirmam a relação estabelecida com as experiências e conhecimentos que envolvem a busca pela cura, e não os autores dos estudos de folclore.

Importante destacar que não aparece em nenhum desses documentos qualquer restrição quanto aos cuidados dos curadores. Nesse sentido, curandeiros, benzedores, bruxas e feiticeiros cuidavam de todas as doenças e males. Suas práticas de cura incluíam rituais religiosos e uma cosmovisão marcada pelo simbolismo da relação entre o humano e a natureza, mas estavam cravadas no cotidiano e ofereciam respostas concretas para qualquer incômodo. E isso não impediu que também recorressem aos médicos. O conhecimento de cura do curador popular não rivaliza com o do médico, ele possui outra natureza.

Isso não significa que eles realmente cuidavam e tinham sucesso no cuidado de toda e qualquer doença, mas que a busca pelo socorro desses curadores e o uso de remédios que usavam entre seus componentes muitos elementos que estavam presentes na

natureza e, principalmente, possuíam significados compartilhados com todos reforçava o costume de cuidar do corpo contra doenças e males através da mediação dos curadores e rezadores, daqueles com quem se identificavam e compartilhavam códigos culturais.

Se for levantada a questão da continuidade dessas estruturas conceituais, perceptíveis ainda hoje, pode-se dizer que as práticas e saberes em torno dos processos de curar populares mantiveram a influência e capacidade de se perpetuar através de duas dimensões, uma simbólica através do dito e, a outra, técnica através do dito e do não dito. Toma-se como objetivos, portanto, desconstruir o texto folclórico para encontrar a cultura popular e fragmentar as classificações para compreender o discurso social dos curadores.

Curadores que são sujeitos de suas próprias histórias e que raramente tiveram seus nomes citados o que resultou na diluição de suas identidades numa coleção de dados de uma história que sempre foi contada pelo viés da ciência. Sendo assim, a imposição de uma única forma de intervenção nas questões de doença por parte da medicina impôs às práticas de curas populares um estatuto de conhecimento inferior.

A contra-hegemonia, como um processo de resistência ainda que inconsciente, por parte de membros de uma classe social desfavorecida, foi percebida pela conservação de saberes e práticas de curas, comuns ao universo cultural popular, que permaneceram vivos mesmo quando os curadores compartilharam experiências e conhecimentos próprios da medicina. O saber desses curadores constituía um conhecimento herdado pela família e pela vivência social, adquiridos oralmente, e repletos de significados que não eram sequer compreendidos pelos médicos, mas o eram de forma plena pelas classes populares.

Por fim, busca-se nessa comunicação, descolonizar e valorizar conhecimentos e sujeitos enquanto detentores de saberes e práticas de curar legítimos e que fazem parte da compreensão do mundo.

.....

* Diádiney Helena De Almeida

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

NEOBARROCO E INTERCULTURALIDAD: LA UTOPIA ESTETICA DEL ARTE LATINOAMERICANO CONTEMPORANEO

*Orlando Morillo Santacruz

Neobarroco e Interculturalidad: La Utopía Estética del Arte Latinoamericano Contemporáneo.

Las visiones universalizantes racionalistas en el campo del arte han generado el rechazo, exclusión y minimización de los valores estéticos latinoamericanos. Se ha subvalorado lo propio, negando aquellas “manifestaciones otras” que no se acogen a la estandarización de los cánones artísticos de la representación moderna. Desde la óptica de las generalizaciones se advierte la presencia del gran paradigma dominante. Esto ha llevado a considerar despectivamente la expresión latinoamericana como exótica, popular, fantástica, mágica, folklórica, características que han permanecido inamovibles por décadas.

El marco teórico e ideológico del modernismo euroamericano predica el nombre de una sociedad racional, progresista y civilizada, que impone su universalismo y la autonomía estética, para desconocer el arte como productor de conocimiento y fuente de transformación social. Es decir niega la posibilidad de comprender el arte como lenguaje, para validar la “calidad estética” que impone la modernidad a quien pregona de manera pasiva los criterios occidentales. Se seleccionan de manera preconcebida obras en función de la noción de progreso; la linealidad del tiempo que ha sido incapaz de mirar las artes desde la periferia, desconociendo lo heterogéneo, etnológico y los soportes fenomenológicos, hermenéuticos, deconstructivos o críticos sociales.

Con el cambio de paradigmas se abren nuevas vías de investigación, que en principio cuestionan los fundamentos universales proyectados por el conocimiento científico, de esta manera, se abre la vía a una pluralidad epistémica y metodológica. Se ponen en tela de juicio las univocidades y las linealidades logocéntricas impuestas en la modernidad. Se plantea desde la óptica antropológica de la cultura la presencia del “nuevos sujetos históricos”, que le dan fundamento a lo plural y diverso, reafirmando la validez y reconocimiento de “otros saberes”; relatos que fueron marginados y excluidos (interculturalidad), y que a pesar de su persecución se han mantenidos ocultos por la dominación cultural. Como respuesta, se agencia, gestiona y exalta el valor de lo subalterno, mestizo, popular y periférico, como un horizonte de sentido que genera rupturas para conocer la realidad desde o tras ópticas. Siempre pensando en dignificar lo humano ante la

Con la valoración del lenguaje asumida por el arte conceptual se percibe el derrumbe del gran proyecto occidental, planteando una superación torio-crítica y metódica dirigida a la formulación de nuevos significados. Los principios estéticos heredados del conceptualismo sirvieron de base para generar, el nuevo rumbo del arte latinoamericano. La visión planteada por la hegemonía universalizante de la estética

occidental, se ve superada por unas lecturas que toman en cuenta las relaciones del arte y la sociedad para transformarla. Con base en estas premisas se presenta en las dos últimas décadas del siglo XX y primeras de siglo XXI, una actitud creativa que intenta acercarse de manera decidida a la conformación de una producción auténticamente latinoamericana, liberada del discurso estético universal ilustrado. Se erradica cualquier intento de introducir esa “nueva sed de exotismo”, se busca por el contrario la creación de otros espacios, un discurso generador de debates estéticos, que permitan ver el arte de América Latina desde las “especificidades del sur”, evitando las generalizaciones estereotipadas, lineales, monosémicas. .

Se debe forjar, por tanto, un concepto del arte latinoamericano que permita conservar con madurez la producción simbólica, orientado lo estético a la valoración de las producciones culturales del mundo periférico, liberado de las condiciones impuestas por el paradigma del progreso y la civilización occidental. Reconocer que la cultura postmoderna, ante la crisis apocalíptica del modernismo, ha introducido una diversificación heterogénea de oposiciones donde el centro y la periferia, el pasado y el presente, lo primitivo y lo industrial, la lógica y la pasión, el orden y el caos, universalidad y localismo, etc., deben interrelacionarse de manera armónica y generar la producción de nuevos significados que descentren los radicalismos de la lógica, y lleven a conformar la utopía estética del arte latinoamericano contemporáneo.

Dicha utopía estética acogería los presupuestos del neobarroco y la interculturalidad, como principios básicos para concebir las nuevas propuestas artísticas del arte latinoamericano actual, liberado del desprecio, subalternidad, y marginalidad, causado por la mala interpretación. El barroco en su tiempo (S. XVI) debido a la relativa ausencia de poder central, como el que en actualidad se percibe, por la crisis que padece el gran paradigma hegemónico de la ciencia. La declinación del poder derivado de la crisis del conocimiento científico, junto al advenimiento del cambio de paradigmas y la apertura metodológica en la producción del conocimiento, generan la reacción creativa de las periferias culturales, y que hace del arte latinoamericano contemporáneo, el resurgir de una autonomía creativa liberada de los márgenes y las ataduras del proyecto occidental.

El ethos barroco traído al presente promueve el advenimiento de una nueva subjetividad capaz de convertirse en la herencia subversiva contra el orden institucional del racionalismo contemporáneo. Se intensifica entonces el aliento que, empujando con insistencia y eficacia genera la interrupción y cierre de los universalismos y generalizaciones. La subjetividad barroca orienta el resurgir de lo inacabado y abierto a través de un extremismo capaz de generar rupturas a las continuidades y univocidades hegemónicas, para adentrarse en la apertura de las diferencias y en el resurgir de lo inestable que rebasa los límites y los márgenes para ir al encuentro de las bifurcaciones múltiples.

Ese extremismo de la subjetividad barroca es lo que lleva con turbulencia y excitación al encuentro de la emancipación cultural y social que adquiere una dimensión subversiva extrema. El advenimiento de una transgresión cultural permite el resurgir de la periferia, la apertura al sentido de lo marginado y excluido, la patente y huella vital de los “otros relatos”. Comprender entonces que con el advenimiento del neobarroco en la actualidad y en referencia a la transformación de la visión clásica de la cultura, producto del descentramiento y estabilización del hegemonismo mundial, se presenta un desmesurado abundamiento de contaminaciones, oposiciones,

ambigüedades que al interconectarse, deriva en una barroca semiotización del mundo, el sustento de la legitimación de un “proyecto otro”. Se habla de un despliegue de nuevos campos semánticos que, liberados del atomismo lógico permiten enaltecer el valor de la interculturalidad como soporte a la apertura de nuevos conocimientos, otras epistemes despojadas del disciplinamiento objetivizante del clasicismo. Es así que la interculturalidad como el neobarroco parten de la configuración de la subjetividad epistémica, convertida en un instrumento capaz de descolonizar el saber, y generar con ello, un accionar creativo en la producción simbólica de las periferias culturales liberadas de la subalternidad eurocéntrica, en el intento de fracturar la persistencia del conocimiento hegemónico.

La aplicación de esa subjetividad epistémica, parte de las incidencias conceptuales planteadas desde la interculturalidad en el intento de contribuir a la producción de nuevos conocimientos. Se descentra la visión objetiva del conocimiento científico, en paralelo al dominio y control del mundo material, que irradia en el mundo artístico la validación exclusiva de la estética ilustrada, desconociendo lo múltiple y la diferencia cultural. Con lo intercultural se valida la posición del sujeto en relación a sus vivencias, deseos, pasiones. Se implementa una óptica que permite superar la visión de que lo humano se funde en la razón. Hace de los sentidos ser productores de conocimiento, y posibilita con ello, desde un accionar teórico-crítico el nuevo rumbo del arte latinoamericano contemporáneo, lleva a superar las marginalidades estéticas que, negaron el diálogo con otras formas alternativas de expresión y de saber, como la indígena, afrodecendiente, o asiática, etc.

La utopía estética del arte latinoamericano contemporáneo entonces se lograra mediante la incidencia de postulados pronunciados por el neobarroco y la interculturalidad, frente al desplome del proyecto occidental que legitimaba los grandes relatos históricos. Plantear, por tanto, a partir de la incidencia de las teorías del lenguaje y el cambio de paradigmas, la generación de una apertura epistémica, que oriente la conformación de un nuevo discurso estético, que transforme las convenciones ideológicas tradicionales, actitud que subvierte y erradica la subalternidad periférica en el arte latinoamericano.

.....

* Orlando Morillo Santacruz

Centro de Estudios e Investigaciones Latinoamericanas. Universidad de Nariño - CEILAT. Nariño, Colombia

Resumen de ponencia

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA FORMAÇÃO HUMANA E DO TRABALHO NA TRANSIÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

*Krishna Neffa Vieira De Castro

O esforço teórico realizado na tese de doutorado *Novas configurações da formação humana e do trabalho na transição para além do capital*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), em 2017, apontou que a lógica normativa que governa a racionalidade do neoliberalismo está intrinsecamente articulada à globalização e à financeirização capitalista. Tal racionalidade instaurou novas regras de funcionamento econômico, modificou condições políticas e alterou as relações intersubjetivas por meio de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos de poder que, ao submeter o trabalho e a própria vida ao ditames da valorização e da acumulação do capital, forjou indivíduos obrigados a se auto-governarem sob a égide do espírito da competitividade, imersos em ambientes de competição externos (mundial, regional e local) e internos (intra corpore). Seus desejos e, conseqüentemente, sua subjetividade passaram a ser governados por mecanismos de controle que julgam serem seus, mas que não foram autogerados nem autoproduzidos. As técnicas de gestação, produção e gerenciamento do sujeito neoliberal têm por objetivo fazer com que ele trabalhe no sistema e para o sistema de reprodução sociometabólica do capital como se trabalhasse para si mesmo, em conformidade com as “suas” aspirações. Uma dessas técnicas de captura e controle das subjetividades consiste na disseminação do medo do desemprego e da precarização do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial). Essa técnica constitui aquilo que Giovanni Alves (2011) denominou de “afetos do sociometabolismo da barbárie” (novas formas de estranhamento, de fetichismo social e de constituição da subjetivação pelo medo). Essa forma de governar as subjetividades intenta suprimir o sentimento de alienação, posto que o próprio sujeito se coloca como responsável por tudo aquilo que ocorre em sua vida, independentemente das decisões tomadas em outras instâncias, sejam elas públicas ou privadas, locais, regionais ou até mesmo no âmbito mais abrangente das políticas nacionais e internacionais. Assim, atribui-se um caráter positivo ao desempenho e instaura-se a sociedade do cansaço em que a “positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever” (HAN, 2005, p. 25), dado que o sujeito do desempenho é mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência, pois sua submissão refere-se à si mesmo, com o alto preço cobrado pela própria alienação. A partir daí, o entendimento do trabalho como elemento fundante da humanização do homem e, por outro lado, como fonte de desumanização se transformado em trabalho assalariado, alienado, despertou a necessidade de esclarecermos, numa perspectiva dialético-materialista, as bases ontológicas, epistemológicas e políticas da relação trabalho-educação, com vistas a identificar a dimensão política dessa relação e suas potencialidades na promoção de mudanças estruturais nas sociedades

contemporâneas.

A descrição desses pressupostos, assim como das reformulações da organização do trabalho, ao longo dos últimos séculos, e das relações de poder estabelecidas pela burguesia para transformá-la de classe dominante em classe dirigente explicitou os mecanismos que o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve para adaptar o ser humano às demandas inerentes à concretização do projeto burguês de sociedade. Nesse sentido, inserimos na análise a utilização da Pedagogia da Hegemonia como estratégia de reprodução sociometabólica do capital por incorporar o conceito gramsciano de "intelectuais orgânicos", sob o pressuposto de capacitar os membros das classes dominadas, aptos à articulação com os gestores públicos, para disseminarem a naturalização das relações de exploração e de dominação burguesas com vistas a reduzir as resistências no âmbito do processo produtivo.

Em processo permanente de autoconstrução, o ser humano não pode prescindir do trabalho, posto que este se apresenta como elemento fundante de sua humanização no presente e de sua futura sobre-humanização, ambos tendo como ponto de partida sua própria infra-humanidade, se considerarmos, como o fazemos, o passado como memória ativa e viva no presente. Ao transformar a natureza, isto é, ao modificar a realidade que o circunda, o ser humano modifica-se e constrói a si mesmo. Nos dizeres de Marcos Arruda, o trabalho, sendo "um fator de personalização e de socialização do ser humano, desempenha no sujeito uma função antropopoiética e emancipadora: é construtor não apenas do mundo mas também da subjetividade do trabalhador" (2003, p. 27). Para esse autor, seguindo as pegadas de Marx, o trabalho constitui-se como "fato e fator de educação, de cultura, de consciência e de autoconstrução do homo, como expressão de uma rica diversidade de processos de conhecer e de utilizar-se do conhecimento" (2003, p. 38), ou seja, o trabalho institui-se como elemento mediador entre o ser humano e seu processo educativo.

O caminho para superar a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em suas determinações passa pela educação, mas uma educação que se aproxima da pedagogia que tem a humanização como projeto, como telos, como ponto de partida de toda ação pedagógica dentro e fora da escola, e que seja percebida como prática que ultrapassa os limites da transmissão de conteúdos disciplinares no ambiente escolar e se vincula ao mundo do trabalho sem possuir um sentido em si mesma, mas com uma finalidade articulada a contextos histórico-sociais específicos, de modo a abrir possibilidades de interligação dos diversos aspectos da vida das pessoas, e não seja somente uma preparação teórica para a vida.

O desafio de pensar o processo educativo em uma época de transição paradigmática civilizacional, intrinsecamente relacionada à crise estrutural do sistema de reprodução sociometabólica do capital, articula-se com a própria questão de pensar o ser humano em sua integralidade prática e teórica – incluindo-se as interações entre as dimensões física, emocional, mental e espiritual – em seu devir ético e estético, filosófico e antropológico, ontológico e epistemológico.

Nessa lógica, que se contrapõe ao ditames do mercado como regulador dos sentidos da existência, o socialismo de mercado com características chinesas encontra eco, ainda que distante, para a possibilidade de formular princípios e práticas capazes de potencializar a transição para um novo modo de produção para além da lógica do capital, valorizando a diversidade e incluindo pela diferença.

Embora os estudos tenham demonstrado que, tanto no sistema capitalista neoliberal

quanto no socialismo de mercado chinês, o trabalho humano é uma mercadoria a ser comprada e vendida e, nesse contexto, a educação assume a função alienante de preparar os indivíduos para atenderem às demandas do mercado com uma formação que visa à eficiência econômica como finalidade última em um processo competitivo que torna os trabalhadores autômatos em busca da empregabilidade para sobreviver, a análise mais aprofundada da relação trabalho- educação em realidades distintas demonstrou que há diferenças significativas no projeto de sociedade chinesa, tendo em vista que as visões de mundo e de homem, de organização e desenvolvimento dessa sociedade são diferentes.

Nas sociedades onde há o predomínio da racionalidade neoliberal, como as sociedades latino americanas, por exemplo, a visão de mundo coopera para a adequação dos indivíduos à naturalização da competição, estimulando o individualismo e a acumulação do capital em detrimento de valores éticos e morais imprescindíveis à construção de uma sociedade onde a partilha, o altruísmo, a solidariedade sejam sustentáculos de práticas integrativas.

Na China, o sistema socioeconômico norteia-se pelos princípios éticos e morais (honestidade, cooperação, prática de uma vida simples, respeito à individualidade e à cultura local) e sobre esse alicerce os chineses pretendem edificar uma economia inclusiva a serviço do desenvolvimento humano intensificando a educação para a cidadania e para os conceitos socialistas de democracia.

No atual momento histórico das forças produtivas chinesas, o socialismo de mercado, desenvolvido a partir de 1978 com Deng Xiaoping, apresenta-se como uma etapa do desenvolvimento para uma outra forma de metabolismo socioeconômico.

.....

*** Krishna Neffa Vieira De Castro**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPFH/UERJ. Maracanã. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA FORMAÇÃO HUMANA E DO TRABALHO NA TRANSIÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

*Krishna Neffa Vieira De Castro

O esforço teórico realizado na tese de doutorado *Novas configurações da formação humana e do trabalho na transição para além do capital*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), em 2017, apontou que a lógica normativa que governa a racionalidade do neoliberalismo está intrinsecamente articulada à globalização e à financeirização capitalista. Tal racionalidade instaurou novas regras de funcionamento econômico, modificou condições políticas e alterou as relações intersubjetivas por meio de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos de poder que, ao submeter o trabalho e a própria vida ao ditames da valorização e da acumulação do capital, forjou indivíduos obrigados a se auto-governarem sob a égide do espírito da competitividade, imersos em ambientes de competição externos (mundial, regional e local) e internos (intra corpore). Seus desejos e, conseqüentemente, sua subjetividade passaram a ser governados por mecanismos de controle que julgam serem seus, mas que não foram autogerados nem autoproduzidos. As técnicas de gestação, produção e gerenciamento do sujeito neoliberal têm por objetivo fazer com que ele trabalhe no sistema e para o sistema de reprodução sociometabólica do capital como se trabalhasse para si mesmo, em conformidade com as “suas” aspirações. Uma dessas técnicas de captura e controle das subjetividades consiste na disseminação do medo do desemprego e da precarização do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial). Essa técnica constitui aquilo que Giovanni Alves (2011) denominou de “afetos do sociometabolismo da barbárie” (novas formas de estranhamento, de fetichismo social e de constituição da subjetivação pelo medo). Essa forma de governar as subjetividades intenta suprimir o sentimento de alienação, posto que o próprio sujeito se coloca como responsável por tudo aquilo que ocorre em sua vida, independentemente das decisões tomadas em outras instâncias, sejam elas públicas ou privadas, locais, regionais ou até mesmo no âmbito mais abrangente das políticas nacionais e internacionais. Assim, atribui-se um caráter positivo ao desempenho e instaura-se a sociedade do cansaço em que a “positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever” (HAN, 2005, p. 25), dado que o sujeito do desempenho é mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência, pois sua submissão refere-se à si mesmo, com o alto preço cobrado pela própria alienação. A partir daí, o entendimento do trabalho como elemento fundante da humanização do homem e, por outro lado, como fonte de desumanização se transformado em trabalho assalariado, alienado, despertou a necessidade de esclarecermos, numa perspectiva dialético-materialista, as bases ontológicas, epistemológicas e políticas da relação trabalho-educação, com vistas a identificar a dimensão política dessa relação e suas potencialidades na promoção de mudanças estruturais nas sociedades

contemporâneas.

A descrição desses pressupostos, assim como das reformulações da organização do trabalho, ao longo dos últimos séculos, e das relações de poder estabelecidas pela burguesia para transformá-la de classe dominante em classe dirigente explicitou os mecanismos que o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve para adaptar o ser humano às demandas inerentes à concretização do projeto burguês de sociedade. Nesse sentido, inserimos na análise a utilização da Pedagogia da Hegemonia como estratégia de reprodução sociometabólica do capital por incorporar o conceito gramsciano de "intelectuais orgânicos", sob o pressuposto de capacitar os membros das classes dominadas, aptos à articulação com os gestores públicos, para disseminarem a naturalização das relações de exploração e de dominação burguesas com vistas a reduzir as resistências no âmbito do processo produtivo.

Em processo permanente de autoconstrução, o ser humano não pode prescindir do trabalho, posto que este se apresenta como elemento fundante de sua humanização no presente e de sua futura sobre-humanização, ambos tendo como ponto de partida sua própria infra-humanidade, se considerarmos, como o fazemos, o passado como memória ativa e viva no presente. Ao transformar a natureza, isto é, ao modificar a realidade que o circunda, o ser humano modifica-se e constrói a si mesmo. Nos dizeres de Marcos Arruda, o trabalho, sendo "um fator de personalização e de socialização do ser humano, desempenha no sujeito uma função antropopoiética e emancipadora: é construtor não apenas do mundo mas também da subjetividade do trabalhador" (2003, p. 27). Para esse autor, seguindo as pegadas de Marx, o trabalho constitui-se como "fato e fator de educação, de cultura, de consciência e de autoconstrução do homo, como expressão de uma rica diversidade de processos de conhecer e de utilizar-se do conhecimento" (2003, p. 38), ou seja, o trabalho institui-se como elemento mediador entre o ser humano e seu processo educativo.

O caminho para superar a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em suas determinações passa pela educação, mas uma educação que se aproxima da pedagogia que tem a humanização como projeto, como telos, como ponto de partida de toda ação pedagógica dentro e fora da escola, e que seja percebida como prática que ultrapassa os limites da transmissão de conteúdos disciplinares no ambiente escolar e se vincula ao mundo do trabalho sem possuir um sentido em si mesma, mas com uma finalidade articulada a contextos histórico-sociais específicos, de modo a abrir possibilidades de interligação dos diversos aspectos da vida das pessoas, e não seja somente uma preparação teórica para a vida.

O desafio de pensar o processo educativo em uma época de transição paradigmática civilizacional, intrinsecamente relacionada à crise estrutural do sistema de reprodução sociometabólica do capital, articula-se com a própria questão de pensar o ser humano em sua integralidade prática e teórica – incluindo-se as interações entre as dimensões física, emocional, mental e espiritual – em seu devir ético e estético, filosófico e antropológico, ontológico e epistemológico.

Nessa lógica, que se contrapõe ao ditames do mercado como regulador dos sentidos da existência, o socialismo de mercado com características chinesas encontra eco, ainda que distante, para a possibilidade de formular princípios e práticas capazes de potencializar a transição para um novo modo de produção para além da lógica do capital, valorizando a diversidade e incluindo pela diferença.

Embora os estudos tenham demonstrado que, tanto no sistema capitalista neoliberal

quanto no socialismo de mercado chinês, o trabalho humano é uma mercadoria a ser comprada e vendida e, nesse contexto, a educação assume a função alienante de preparar os indivíduos para atenderem às demandas do mercado com uma formação que visa à eficiência econômica como finalidade última em um processo competitivo que torna os trabalhadores autômatos em busca da empregabilidade para sobreviver, a análise mais aprofundada da relação trabalho- educação em realidades distintas demonstrou que há diferenças significativas no projeto de sociedade chinesa, tendo em vista que as visões de mundo e de homem, de organização e desenvolvimento dessa sociedade são diferentes.

Nas sociedades onde há o predomínio da racionalidade neoliberal, como as sociedades latino americanas, por exemplo, a visão de mundo coopera para a adequação dos indivíduos à naturalização da competição, estimulando o individualismo e a acumulação do capital em detrimento de valores éticos e morais imprescindíveis à construção de uma sociedade onde a partilha, o altruísmo, a solidariedade sejam sustentáculos de práticas integrativas.

Na China, o sistema socioeconômico norteia-se pelos princípios éticos e morais (honestidade, cooperação, prática de uma vida simples, respeito à individualidade e à cultura local) e sobre esse alicerce os chineses pretendem edificar uma economia inclusiva a serviço do desenvolvimento humano intensificando a educação para a cidadania e para os conceitos socialistas de democracia.

No atual momento histórico das forças produtivas chinesas, o socialismo de mercado, desenvolvido a partir de 1978 com Deng Xiaoping, apresenta-se como uma etapa do desenvolvimento para uma outra forma de metabolismo socioeconômico.

.....

* Krishna Neffa Vieira De Castro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

OBTURANDO REALIDADES: UNA MIRADA A LAS PRÁCTICAS AGROALIMENTARIAS ASOCIADAS AL MAÍZ EN GACHETÁ DESDE LA FOTOGRAFÍA ANTROPOLÓGICA

*Germán Piñeros Cortés

Obturando realidades

Una mirada a las prácticas agroalimentarias asociadas al maíz en Gachetá desde la fotografía antropológica

Resulta curioso y muy dicente que para presentar una ponencia donde quiero replantear la construcción del conocimiento antropológico usando a la fotografía, deba escribir un texto que lo justifique. A continuación presento unas líneas del que fue mi trabajo de grado para obtener el título de antropólogo de la Universidad Nacional de Colombia, presentado en diciembre de 2017.

En años recientes ha surgido un interés desde las ciencias sociales por comprender y abordar desde distintos enfoques el fenómeno de la alimentación. Sin embargo, la fotografía antropológica no ha sido uno de ellos. Por ello abordé el fenómeno de producción y consumo de maíz desde esta perspectiva, como eje principal del presente, sin dejar de lado los demás alimentos involucrados en este proceso, en fincas dedicadas a este cultivo en Gachetá, Cundinamarca.

Estoy de acuerdo en que la fotografía no es una herramienta que captura la realidad (Lisón Arcal 1999); es, a lo mucho, una interpretación como las pinturas o los dibujos (Sontag 1989). Sin embargo para mí también es un medio. Un medio mediante el cual se construye la realidad a partir de la captura; el congelamiento de instantes. Instantes que por sí mismos permiten indagar implícitamente en la mente subrepticia de quien las crea e incluso de quienes en ella aparecen cuando así ocurre; lo que conlleva tal vez, a deducciones apresuradas o a juicios superfluos y superficiales de la imagen y su creador. Por sí misma, entonces, contiene un mensaje, una estructura narrativa que como la sombra del astigmatismo no es una sola, son muchas. Sin embargo es también una partícula de dis-continuidad que aislada permite tomar una miríada de vías interpretativas.

¿Por qué digo esto? Porque la fotografía contiene el mensaje que su creador pretende transmitir y aquellos múltiples que hacia el infinito él mismo puede re-crear cuando la observa detalladamente en el futuro y, por supuesto, cuando es observada con detalle por otros ojos, por otras miradas (Barthes 2011). Cuando tomo una foto tengo en cuenta la luz que se refleja en quienes termino convirtiendo en objetos/sujetos de mis fotos, miro de frente a la muerte, a esa pequeña muerte y obturo.

El mensaje es un texto escrito por los reflejos de los rayos de luz en ellos y por aquella luz de énfasis que puedo añadir durante su posprocesado en un programa de edición digital. Así, lo estético permite lo académico para lo que se refiere a mi trabajo. Las sombras, los contrastes, el brillo, las altas luces² todos estos elementos necesarios para la construcción de una fotografía, apenas en términos de condiciones de luz, son pilares determinantes que juntos configuran cualquier fotografía. Es necesario, por otro lado, partir del hecho de que la realidad no se debe tratar en singular; que hay una multiplicidad incalculable de realidades que se entrecruzan, se superponen y se imponen unas a otras, se anulan y se crean nuevas en las mismas superposiciones y entrecruzamientos y, mientras tanto, otras nacen aparentemente sin ninguna influencia. Todo esto ocurre como resultado de la sensibilidad del ser humano, tanto como de su posición mental en el planeta. Claro, la antropología no puede hablar de otra cosa que no sean esas realidades humanas y, por eso, se abordan desde distintos puntos de vista y perspectivas teóricas, la manera en que los grupos humanos y los mismos individuos al interior de cada uno de ellos construyen esas realidades.

En este orden, tan sólo en la cuestión física, la fotografía no podría ser más que una representación de una realidad que el fotógrafo intenta reproducir y, aún más allá, construir. Todavía siendo una partícula, una discontinuidad (Berger y Mohr 2007), sabiendo pues que lleva a múltiples caminos, se hace necesario estructurar de alguna manera un discurso. Es aquí donde entra el lenguaje escrito. Al eliminar cualquier tipo de información que no sea susceptible de ser procesada o convertida en términos ópticos -sonora, táctil, gustativa, olfativa³- (Zunzunegui 1998-XVI), halla la palabra su lugar complementario, dialógico, en el que provee insumos para generar cierta atmósfera en el observador, que aunque algunas veces pueden ser proyectados e insinuados por la fotografía -como en la fotografía de un plato de comida o un día lluvioso por ser bastante explícito- resultan ser igualmente tan específicos de la memoria individual, de la experiencia del observador, que el lenguaje escrito actúa como guía, como senda demarcada mediante la cual las discontinuidades, las fotografías mismas, toman ya cierta continuidad. Se delimita de alguna forma el camino, la intencionalidad se hace más clara aunque no por ello invulnerable a la resignificación. Con lo anterior, en consecuencia, se construye un discurso, una realidad de un fenómeno en el que se procura que ni la palabra escrita ni la fotografía tomen plenamente el protagonismo opacando la una a la otra.

Cierto es que hoy se ha convertido en un oficio que raya con la trivialidad, pero es eso mismo lo que a mi juicio ha operado para que se genere en ciertos espacios académicos la necesidad de analizar la posición de la fotografía dentro de las ciencias sociales. Entonces, apoyándome en esa necesidad, en esos debates, tomo a la fotografía y asido a ella cuestiono la hegemonía de la palabra sin que por esto prescinda de ella, porque, precisamente, lo que me motiva es el carácter dialógico, que para mí debe existir en las investigaciones antropológicas, con el fin de abordar distintos fenómenos que prácticamente son indescriptibles mediante la palabra escrita.

Se trata, en suma, de intervenir ese pedestal academicista; brindar a la fotografía un

espacio diferente del que ha tenido en otras ocasiones. Poner a las fotografías a dialogar con la escritura y viceversa y demostrar que es posible contribuir a la construcción del conocimiento antropológico mediante el uso de múltiples metodologías que, a su vez, incorporan una versión de la realidad de la otredad. No en vano mis interlocutores tomaron muchas de las fotos que en el trabajo original aparecen. Es claro que la relación de ellos con la cámara no es igual a la que tengo yo, lo que hace que la mayoría de las fotos hayan sido tomadas por mí, pero se trata precisamente de eso.

Así este trabajo podría ser una contribución a la antropología visual y ésta no se hace simplemente realizando imágenes sobre objetos de estudio clásicos de la antropología; lo que se puede lograr es, más bien, distintos niveles de integración entre participantes, universo de estudio, yo como investigador...etcétera (Hernández 1997). De acuerdo con lo expuesto anteriormente, la integración, su raíz, está en el diálogo constante entre mis interlocutores y yo a la hora de ubicar fotografías dentro del texto, a la hora de tomar decisiones en torno a qué momentos se pueden fotografiar y cuáles no, a la enseñanza del uso de la cámara y a la libre decisión de ellos y ellas para usarla según su voluntad. Tal vez yo esté ignorando otros niveles de dicha integración. Esto demuestra que el otro se manifiesta antes que nada en el nivel de la percepción; en este caso, en las fotografías. Asimismo el fotógrafo y los sujetos que aparecen demuestran, en este sentido, que el otro también soy yo. El otro es también la antropología y sus métodos.

.....

*** Germán Piñeros Cortés**

Facultad de Ciencias Humanas y Económicas. Universidad Nacional de Colombia - FCHE/UNAL. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

OCUPAÇÕES URBANAS - RESISTÊNCIAS E INSURGÊNCIAS

*Juliana Do Couto Bemfica

A globalização em curso é a culminância de um processo iniciado com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como novo padrão de poder mundial.

Da perspectiva de Quijano (2000, 2002), o atual padrão de poder mundial resulta da articulação entre a colonialidade do poder, que tem a ideia de raça como fundamento de classificação social básica e, portanto, de dominação social; o capitalismo, como padrão de exploração social; e o Estado como forma central de autoridade coletiva para o controle dos conflitos, juntamente com o eurocentrismo para o controle da subjetividade/intersubjetividade e estabelecimento do modo de produzir conhecimento.

Os marcos da produção do conhecimento tido como válido resultam do e, ao mesmo tempo, são coerentes com o padrão de poder dominante. Assim, parte da luta contra o padrão de poder dominante é a produção de conhecimento crítico sobre os marcos que definem essa credibilidade, o eurocentrismo.

A produção de conhecimento a partir do Sul geopolítico requer abordagens metodológicas e pedagógicas que, ao contrário do eurocentrismo, reconheçam que todo conhecimento é situado espaço-temporalmente. Essas abordagens tem como premissas que há diferentes conhecimentos presentes no mundo e que estes diferentes conhecimentos são formas contextuais de interpretar e dar sentido ao que chamamos realidade. Elas rejeitam o universalismo abstrato do eurocentrismo e as hierarquias impostas pelo colonialismo e pela colonialidade características do padrão de poder mundial hegemônico.

A reflexão sobre as possibilidades de uma justiça social global tem como desafio inicial a reflexão discutir a "justiça cognitiva global" da perspectiva das epistemologias do Sul. Santos (2007) considera que essa questão envolve um exercício de "ecologia de saberes" a partir de reivindicações alternativas dos movimentos sociais e de suas lutas de resistência frente ao modelo de globalização hegemônico, crescentemente excludente (Santos, 2002). O exercício de ecologia de saberes implica a produção de conhecimento com e a partir daqueles que são excluídos das narrativas forjadas pelo eurocentrismo.

Nesse trabalho, escolhemos produzir conhecimento com os movimentos e as lutas por moradia e pelo direito à cidade, a partir da sua expressão no espaço urbano sob a forma de ocupações na região de Belo Horizonte/Brasil. Para isso utilizamos depoimentos e registros de participantes das ocupações, integrantes dos movimentos, responsáveis pela comunicação nos meios digitais, apoiadores, ou participantes dos projetos de extensão universitárias que se comprometeram com a causa. Esses registros se encontram majoritariamente nos blogs e nas páginas da rede social - facebook - das ocupações e dos movimentos que as organizam, dos apoiadores, e nos relatórios e publicações dos projetos de extensão universitária envolvendo as

ocupações de Belo Horizonte. Em poucos casos foram registrados através de entrevista feita pelo whatsapp.

Para ampliar a perspectiva da narrativa e situá-la em relação a outros movimentos urbanos, apoiamo-nos em análises e reflexões de autores que trataram o tema desses movimentos a partir de experiências em outras cidades da América Latina.

Adotamos a ideia de brechas. Brechas sempre presentes seja qual for a configuração do poder na sociedade. Essa ideia das brechas combinou com a ideia de David Harvey de uma "teoria termiteira de mudança revolucionária" (Harvey, 2012). Gostei do nome e do sentido e achei que combinava com a ideia das brechas. E assim foi o percurso traçado: os novos movimentos sociais como brechas no padrão de poder dominante, seguido pelas ocupações como brechas do poder dominante no espaço urbano, acompanhado das práticas insurgentes das ocupações como brechas no espaço urbano neoliberal. Enfocamos as ocupações em Belo Horizonte/MG para daí evidenciar o que aprendemos com elas de resistência e insurgências. E como o padrão de poder dominante não se deixa ruir sem reagir, trazem também as formas de contra-ataque com que tentam reparar as brechas. O trabalho destaca dois aspectos que pareceram cruciais para um percurso da justiça cognitiva global para uma justiça social global: a ampliação da visibilidade das ocupações e a construção e fortalecimento de subjetividades outras. Ambos me parecem condição sine qua non para uma "mudança revolucionária termiteira": para passar das brechas às rachaduras e destas à ruína do atual padrão de poder dominante.

.....

* Juliana Do Couto Bemfica

Apoiadora do Movimento de Lutas dos Bairros, Vilas e Favelas MLB-MG. Belo Horizonte/MG, Brasil

Resumen de ponencia

OTRAS AGROECOLOGÍAS. LUGARES, TENSIONES Y EMERGENCIAS NATURALES

*Leyson Jimmy Lugo Perea

*Luz Helena Rodríguez Rodríguez

El propósito de la ponencia es mostrar los resultados de la investigación titulada: «Otras Agroecologías: lugares, tensiones y emergencias naturales», realizada en diferentes ruralidades del departamento del Tolima, cuyo propósito fue responder a la pregunta ¿qué es la Agroecología, sus lugares, sus tensiones, sus emergencias naturales en mundos campesinos que la crean y la re-crean sin saber de ella?

Dentro del eje problémico se establece que la crisis ambiental que emergió entre la década de los sesenta y setenta puso en evidencia el fracaso del modelo hegemónico neoliberal y sus supuestos civilizatorios, sustentados en lo que Escobar (2016; pág. 30) llama «(?) las estructuras de insostenibilidad que sostienen la ontología de devastación dominante» propias del capitalismo, en su afán de cosificar la vida para incorporarla en las lógicas del mercado. Una de estas estructuras fue la denominada revolución verde, considerada como un proceso de modernización tecnológica basada en la utilización de agrotóxicos y maquinaria agrícola, lo que llevó a la inserción de la agricultura en una matriz industrial sustentada en saberes corporativos, para reducirla a una simple actividad competitiva y, de paso, instrumentalizar al agricultor como un objeto que obedece a los imperativos neoliberales.

Lo anterior conllevó a la transformación de la agricultura tradicional mediante la adopción de prácticas e innovaciones tecnológicas industriales, en detrimento de otros modos de ser, hacer y conocer en los territorios, lo que ha generado resistencias sociales por parte de campesinos, e incluso organizaciones, que cuestionan y niegan el poder hegemónico y los modos de dominación de la naturaleza, así como la estandarización de los modos de agricultura ajustados a la racionalidad económica que pretende modernizar lo atrasado. Una particularidad importante de las familias campesinas que efectúan estas resistencias, es que incluyen en sus modos de ser, hacer y conocer prácticas alternativas al discurso hegemónico, como la Agroecología, mediante la cual configuran mundos agrícolas que les permite, por un lado, acceder a las diferentes escalas de mercado en el territorio; y, por el otro, habitar los lugares que conoce y re-conoce como sus lugares de sentido y existencia.

Hablar de Agroecología es hablar de un modo de ser, hacer y conocer campesino, pues está implícita en sus narrativas, sus cotidianidades, visible en sus inscripciones sobre la tierra en forma de cultivos, en las configuraciones de esos lugares de existencia a los que llamamos fincas, pero que para ellos son mundos de sentido, de vida, patrias culturales.

Aspectos teóricos. Los Agroecólogos, en consenso, han documentado que la Agroecología emergió en la década de los años sesenta y setenta como un signo de rebeldía, propia de aquella época, frente a las distorsiones provocadas por la ontoepisteme moderna en clave de capitalismo. La Agroecología, entonces no emergió, en principio, como una ciencia sino, más bien, como una perspectiva crítica y propositiva frente a las dinámicas ambientales y culturales de la agricultura. Como un encuentro de saberes, prácticas, discursos, que apuntan a la creación de otros mundos —agri-culturales, en este caso—por fuera del mundo creado por la ontología moderna, hasta constituirse en un aporte a la teoría crítica contemporánea que cuestiona «(2) las tradiciones racionalista, logocentrista y dualista de la teoría moderna» (Escobar, 2016; pág. 66), y propone nuevas formas de vida e interrelación con la naturaleza.

la Agroecología como estilo de vida comprende una ruptura con los estándares generados por el modelo hegemónico neoliberal que, en función del mercado, pretende, con éxito, modernizar lo que a su juicio es tradicional para enfilarlo en la satisfacción de las demandas que establece el mundo globalizado. La Agroecología como estilo de vida va más allá, al incorporar un conjunto de prácticas que hacen «parte de las llamadas agriculturas alternativas» (León, 2012; pág. 19). El campesino que crea y re-crea la Agroecología imita a la naturaleza para construir «una trama compleja de plantas y animales en pleno equilibrio» (Lugo, et. al., 2017; pág. 55) con el que dota de sentido y significado a sus espacios existenciales en los que coexiste con los otros sujetos naturales. La finca, ahora considerada mundo agri-cultural, es un pluriverso en el que convergen muchas agroecologías. Una trama abigarrada de vida que el campesino y su familia tejen para habitar la naturaleza. Este entramado va más allá de ser una mezcla de plantas y animales ordenados en una unidad espacio-temporal, administrada por un productor para efectos de una marcada intencionalidad mercantilista.

Bajo esta perspectiva, la pregunta de investigación llevó a buscar respuestas en tres formas distintas: 1) una mirada crítica a la Agroecología que hemos denominado occidental, en la que muchos Agroecólogos hemos sido formados; 2) visitas y recorridos en fincas o mundos culturales donde la Agroecología se constituye en un estilo de vida familiar; y 3) la fotografía como una forma sensible de capturar agroecosistemas que estetizan los mundos culturales.

En tal orden, pretendemos mostrar los siguientes resultados: 1) otra forma de entender a la Agroecología distinta a su concepción occidental; 2) hallazgos y relatos agroecológicos que muestran la forma como el campesino se interrelaciona con la naturaleza, mediante la construcción de agroecosistemas con los cuales resuelve su existencia; y 3) espacios vitales y otras texturas agroecológicas, esto es un mosaico de fotografías que enseñan las diferentes pluri-realidades agroecológicas, marginadas por la racionalidad económica de la naturaleza y la vida.

Referencias bibliográficas

Escobar, A. (2016). Autonomía y diseño: la realización de lo comunal. Universidad del Cauca. Sello Editorial. Popayán, Cauca, Colombia.

León, S.T. (2012). Agroecología: la ciencia de los agroecosistemas y la perspectiva ambiental. Universidad Nacional de Colombia y Instituto de Estudios Ambientales. 261. P. (en prensa).

Lugo, L.J., Rodríguez, L.H., García, N. (2017). Agroecología. Otra mirada. Críticas, ideas y aproximaciones. Colectivo de Pensamiento Agroecológico. Editorial Universidad del Tolima. Ibagué, Tolima.

.....

*** Leyson Jimmy Lugo Perea**

Universidad del Tolima - UT. Ibagué (Tolima), Colombia

*** Luz Helena Rodríguez Rodríguez**

Universidad del Tolima - UT. Ibagué (Tolima), Colombia

Resumen de ponencia

PEDAGOGÍA Y PENSAMIENTO COMPLEJO, APORTES PARA UNA UNIVERSIDAD DECOLONIAL

*Olga Susana Coppari

En este tiempo, las funciones de la Universidad son atravesadas por el lenguaje de diferentes crisis; está convocada a interpelar sus prácticas en docencia, investigación y extensión. Esas crisis tienen existencias simultáneas, apariencias entremezcladas, producen incertidumbres distintas: sus lenguajes provienen de la crítica ambiental, conflictos étnicos, fundamentalismos políticos-religiosos, barbaries de desigualdad social estructural, endemias, autoritarismos imperceptibles, crisis de representación política, emergencia de movimientos sociales con diferentes objetivos convocantes, entre otros.

Esos fenómenos subyacen en discursos sobre la necesidad de movilizarse en la formación académica y profesional. Así, coexisten sentidos sobre el derecho a la educación superior con planteos didácticos que enfatizan en las estrategias cognitivas y con cuestionamientos al reduccionismo disciplinar, denunciado de hegemonizar experiencias del quehacer académico, entre otras interacciones.

Esta ponencia problematiza estos aspectos en marcos de la construcción de lo común en la Universidad, en clave del conocimiento como un derecho humano, con responsabilidad de las instituciones del Estado en este segmento no obligatorio de la educación en nuestras regiones. Reconoce desarrollos de la Tesis de Doctorado en Pensamiento Complejo, en la que su autora estudia construcciones e instituciones de lo común en el trabajo con los conocimientos disciplinares en la universidad.

El trabajo de investigación que la sostiene se identifica en territorios de la Complejidad y del Pensamiento Complejo -en la vertiente filosófica de Edgar Morin- y explora las condiciones de posibilidad para que estas perspectivas sean parte de las tensiones de una pedagogía decolonial que hoy fluye en re-construcción por Latinoamérica y hace estallar al discurso moderno de lo común que organizó la función política de la Pedagogía como disciplina. El objetivo general de la tesis es develar la complejidad en la procedencia de la pedagogía moderna, como condición de posibilidad de la institución de lo común, en tanto es trabajo (intra)intergeneracional de la cultura que se expresa en bienes colectivos, en reservas intangibles y en saberes incorporados por la cultura (Gagliano, 2012) y que, sostenemos, inscribe mediaciones simbólicas, perspectivas y discursividades plurales en las Humanidades. Una de las hipótesis plantea que la transformación de los sentidos de la educación superior en esa área de conocimiento, es posible con el re-conocimiento de la constitución compleja de la disciplina pedagógica y sus condiciones de posibilidad para instituir(se) otras preguntas en las funciones de la Universidad.

En el análisis de estas cuestiones está el principio de la Declaración de la Conferencia Regional de Educación Superior (CRES), realizada en Colombia en el año 2008, acerca de “La Educación Superior es un bien público social, un derecho humano y universal y

un deber del Estado”. Sin embargo, discutiendo cualquier sentido inaugural en clave de derechos, en la procedencia del mismo vibrarían los estudiantes universitarios de la Córdoba de 1918 quienes produjeron una profunda crítica política al quehacer académico. En el Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria de 1918, aquellas juventudes rugieron contra una universidad mediocre e inmóvil “en donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara” la Ciencia, frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático”. Estos jóvenes marcaron otras praxis y, decimos, que lo común se habría reconfigurado en la crítica radical al profesorado, a las formas de gobierno de la universidad y en la lucha de los estudiantes por otros enunciados y por otros procesos en la universidad.

Al pensar lo común en el trabajo con el conocimiento en la universidad, la ponencia profundiza en relaciones posibles entre conceptualizaciones de Edgar Morin y de teóricos de la perspectiva decolonial latinoamericana como Boaventura de Souza Santos y Zulma Palermo. Una pregunta que buscará responder esta ponencia es ¿cómo argumentar que Pensamiento Complejo –categoría de Morin- puede ser praxis de decolonización del pensamiento pedagógico, contribuyendo con el develamiento de lo que fue subsumido por una táctica de simplificación que no comunicó ni pedagogizó su procedencia caótica, incierta y hologramática?

La propuesta es relacionar dos formas de la obra moriniana, el “espíritu del valle” (2001) y la “mediterrización del pensamiento” (2006) con conceptualizaciones del pensamiento social y pedagógico decolonial en nuestra Latinoamérica: epistemicidio, como devastación de saberes (Souza Santos (2010) y naturalización de una matriz colonial subjetivante, en perspectiva de una pedagogía y de una universidad decolonial (Palermo, 2014).

Con la metáfora del “espíritu del valle”, que recibe todas las aguas que se vierten en él, Morin altera el sistema de la explicación incorporando lo impensado que también rige y controla el conocimiento; respecto a la mediterrización del pensamiento, inicialmente el autor propone la transformación del pensamiento para operar contra los procesos deshumanizantes que provocaron la historia social y la civilización tecno-industrial modernas en la región del Mar Mediterráneo. La fuerza de la metáfora lo sería sobre la transformación social que resulta de la reforma del pensamiento por medio de cambios de posiciones y de puntos de vistas en los análisis y en interacciones.

Se considera que ambos campos de saberes -en apariencia distantes por la matriz europea moderna en la producción moriniana, y por el programa político radical que sostienen con fuerza las perspectivas de la decolonialidad-, muestran trabajo intelectual y prácticas posibles de ser validadas en la lucha por la institución de conocimientos que reivindiquen sus procedencias plurales, otros imaginarios y otras subjetividades con frecuencia sesgadas por sentidos hegemónicos en la producción intelectual en las universidades.

Por otra parte, es con la categoría de hombre sapiens-demens (Morin, 2005) donde pueden encontrarse las fuerzas que se imbricarían con la decolonización de las ciencias, de los territorios, del pensamiento y, también, en la Pedagogía como praxis contrahegemónica. La comprensión crítica de las estructuras del poder y las prácticas transformadoras sobre ellas, las historicidades ausentes por los abismos que produce el discurso único de la homogeneización (Delgado Díaz, 2011; De Souza Santos, 2010;

Palermo, 2014) podrían estar ávidas de la dimensión demens del sujeto moderno para reencontrar en nuestras altitudes y latitudes a las formas culturales soterradas en la construcción colectiva del conocimiento.

El Pensamiento Complejo, animado por una tensión permanente entre la aspiración a un saber no parcelado, no dividido, no reduccionista y el reconocimiento de lo inacabado e incompleto de todo conocimiento (Morin, 1990. p.3) es de los sujetos y decimos ante cualquier proyecto de abstracción que son los sujetos en praxis política los que transforman los estados de situación. En esa praxis, la Pedagogía se reencontraría con las diferencias sobre las que el método ordenador de las disciplinas universitarias -que aun persiste- incluso en experiencias interdisciplinarias- hegemonizó un pensamiento único, el de la instrucción y el de la adaptación metódica de la incierta realidad a una serie única de postulados. Un supuesto es que quizás, im- posiblemente, este arbitrio de unicidad se altere en diferentes pedagogías para la inscripción de lo común.

Está visto que el trabajo con el conocimiento es un acto político y es irreductible a una posición teórica, a determinada práctica de investigación y a un modo de vincularse con los territorios. Pensar el trabajo con el conocimiento en las universidades y aquí, en las humanidades- es todo ello y es un pronunciamiento político, en tanto discute posiciones, contextualiza problemas, reproduce fragmentaciones, conserva tipologías de trabajo y/o transforma, en general, estados de situación en diferentes aspectos.

.....

*** Olga Susana Coppari**

Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Humanas-Universidad Nacional de Villa María IAPCH-UNVM. Villa María, Argentina

Resumen de ponencia

PEDAGOGIAS ANCESTRALES: EDUCACIÓN PARA EL RENACER DE IDENTIDADES INDIGENAS, PEDAGOGIAS DECOLONIALES Y CONSTRUCCIÓN DEL BUEN VIVIR.

*Cesar Augusto Sanchez Leon

La idea nació en una madrugada a finales de 2011, en medio de una sentada nocturna de reflexión a través de la coca y el tabaco. Poporo en mano pensaba sobre la forma de llevar a los procesos educativos comunitarios de carácter ambiental que realizaba en Bogotá, saberes, prácticas y metodologías basados en la educación propia de los pueblos originarios y ancestrales específicamente de la cultura muisca o chibcha. Así surgió esta idea, reconociendo de antemano que no era el único o primero que realizaba esta unión, pero si quien le daba forma para verle como enfoque pedagógico.

Es necesario reunir un conjunto de miradas sobre la educación, didácticas y metodologías para darle forma a una nueva propuesta educativa que he llamado Pedagogías Ancestrales, no como un nombre vacío, sino un proceso de educación que tiene una propuesta de humanidad que dé respuesta a las dificultades apremiantes de un ser humano desconectado de su universo interior, de su pasado directo y de la naturaleza.

Pedagogías Ancestrales es un concepto muy usado pero con un constructo no definido actualmente, por ello y en base a lo desarrollado durante estos años en espacios públicos, colegios, universidades deseo aportar a la conceptualización de estas palabras para darles sentidos pedagógicos y recobrarlo de capacidades para ser una propuesta pedagógica en el sentido de la construcción de territorio, recuperación de la memoria tradicional de los pueblos y la transformación de relaciones sociales de inequidad e injusticia.

Educación o instrucción.

Las pedagogía ancestrales en una conceptualización inicial, es una mirada de la educación que recoge el enfoque sistémico y metodológico de la educación popular y la cosmogonía originaria de los pueblos ancestrales de Latinoamérica, buscando alimentar los procesos organizativos indígenas en revitalización, que aunque criticados por la academia algunas veces con razones justificadas debido a las prácticas de algunos llamados líderes, no deja de ser una alternativa de vida de quienes realmente son herederos de una cultura que llamémosle muisca o de acuerdo con el orden tradicional que este en cualquier territorio, conoce la forma de ordenar y pensar-sentir su territorio.

Así mismo constituye una propuesta para asumir las prácticas de educación propia de

manera sistémica y didáctica de los pueblos originarios al interior de sus procesos siendo además una forma de desarrollar sus procesos de reflexión, sensibilización y por qué no educativos al interior de la cultura mayoritaria es decir, casa adentro: «La construcción de un modelo educativo que permite pensar en un reencuentro con nosotros mismos, con lo que somos, y sobre todo con lo mucho que hemos dado y aportado para la construcción de cada una de las naciones donde nos tocó vivir» (García en Walsh, 2004: 342).

Necesitamos una educación ancestral para todos y todas hacia afuera - que a la vez fortalezca los procesos de resurgimiento étnico en Colombia. No solo el enfoque oficial de la etnoeducación ni solo la mirada hacia adentro de la educación propia. En el marco de una crisis de civilización y crisis ambiental, es urgente retomar formas de vida ancestrales que permiten vivir en equilibrio con la naturaleza y todas las formas de vida, como nos señala Toledo y Barrera Bassols:

De todas las expresiones que emanan de una cultura, los conocimientos sobre la naturaleza conforman una dimensión especialmente notable, porque reflejan la acuciosidad y riqueza de observaciones sobre el entorno realizadas, mantenidas, transmitidas y perfeccionadas a través de largos períodos de tiempo, sin las cuales la supervivencia de los grupos humanos no hubiera sido posible. Se trata de los saberes, transmitidos por vía oral de generación en generación y, en especial aquellos conocimientos imprescindibles y cruciales, por medio de los cuales la especie humana fue moldeando sus relaciones con la naturaleza.

Esta dimensión cognitiva, tan antigua como la especie misma, permitió a los seres humanos no solamente mantener una cierta relación de coexistencia con la naturaleza, sino de ir la afinando o perfeccionando. El producto final de ese proceso de refinamiento a lo largo del tiempo se encuentra hoy en día en las mentes y en las manos de los hombres y mujeres que conforman los llamados pueblos tradicionales y en especial los pueblos indígenas. Éstos son, sin embargo, conocimientos amenazados.

Es así, que las Pedagogías Ancestrales como conjunto de herramientas pedagógicas sistematizadas ubica el empoderado de su propio cuerpo, en conocimiento de su pasado con capacidades de vivir bien en el planeta, es decir: una nueva ciudadanía ancestral constructora del Suma Kawsay, del Buen Vivir, que une la educación propia, la construcción social del territorio, el ecologismo de los pobres y la identidad indígena.

En este sentido busco formular la siguiente pregunta orientadora: ¿Es un aporte a la conceptualización de las pedagogías ancestrales la sistematización de la experiencia desarrollada por en territorios de la ciudad de Bogotá en el periodo 2011-2017? lo anterior se soporta en las siguientes preguntas:

¿Cómo comprender al campesino que aún en sus tradiciones mantiene formas de pensamiento y costumbres de los pueblos originarios?, ¿Es posible que la búsqueda de lo popular encuentre en lo indígena sus raíces más profundas?, ¿Es posible una educación ambiental que recoja los saberes ancestrales para la construcción de la ciudadanía?

.....

* Cesar Augusto Sanchez Leon

CORPORACION PEDAGOGIAS ANCESTRALES CPA. BOGOTA, Colombia

Resumen de ponencia

PENSAMENTO EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVAS CURRICULARES E PEDAGÓGICAS DOS MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL E NA CÔLOMBIA

*Carla Aparecida Silva

O estudo apresentado é na perspectiva comparada visando examinar políticas curriculares considerando uma dinâmica que envolve os Movimentos Sociais Negros no Brasil e na Colômbia a partir de suas propostas de intervenções no campo educativo, um exercício de pensar e a entender como se deu o processo de colonização e escravização na América Latina e seu impacto na construção da nossa identidade enquanto afrodescendentes. A América Latina está inserida no conjunto de regiões do mundo, onde a Diáspora Africana se consolidou, neste caso, importa agregar novas possibilidades de investigação nesse percurso de disputa epistemológica. Identidade pode ser entendido como “uma construção histórica”, e a da América Latina foi marcada pela conquista, expropriação, genocídio e escravidão, tendo em vista o projeto universal civilizatório, aniquilando toda história e cultura das populações que foram escravizadas e subalternizadas. Para além do registro histórico nocivo a formação da identidade individual, a colonização irá constituir outros aspectos da identidade coletiva ou identidade nacional. Nesse sentido podemos entender que a racionalização foi o organismo que estruturou a categoria de classificação social, que organiza as relações de poder e as posições que os indivíduos ou os grupos mantêm na sociedade a partir dos conceitos de raça, gênero e trabalho. Dos espaços de disputas e de representações, pensar o campo de Currículo se torna fundamental e urgente, a compreensão de outros movimentos curriculares, nos leva as seguintes questões: quais os interesses que estão presentes nas escolhas de determinados conteúdos, as disputas por representações sociais, os currículos diferenciados, as relações simbólicas de poder, as políticas curriculares, as hierarquias epistêmicas, hierarquias linguísticas e hierarquias étnico-globais. A luta decolonial tem em si várias perspectivas, uma delas é pelo reconhecimento e pelo direito de ser diferente, uma dinâmica que exige caminhar em outra direção. A urgência por outros espaços de aprendizagens e de políticas de reconhecimento para a população negra latina americana é devido as condições de desigualdades, preconceito racial, que a população vem sofrendo ao longo do tempo, dados apontam que os afrodescendentes são os que mais sofrem com o preconceito e a discriminação racial, a condição étnico-racial é um dos fatores estruturante das desigualdades sócias na América Latina. A opção por uma pesquisa comparada, nos desafia a pensar, ver e sentir muito mais além do lugar que eu estou, apresentar as experiências de lutas e resistências dos movimentos afro-brasileiro e afrocolombiano me colocam no espaço de disputa por outras educações, outros sentidos de existir, outras educações que emergem de pedagogias decoloniais. Pensar em práticas educativas a partir de pedagogias alternativas possibilita a escola se deslocar do lugar fixo moderno/ colonial/ europeu e

entender que o processo de subalternização produziu a invisibilidade epistêmica dos povos indígenas e africanos vindo a resultar numa injustiça curricular, que precisam ser compensadas e recuperadas. O sentido de pedagogias decoloniais tem significado um deslocamento, o não fixo, um pêndulo, fazendo uma analogia com o Movimento Negro, que vem no tempo histórico fazendo diferentes deslocamentos, porém fixado na luta contra o racismo e as desigualdades raciais. Deslocamentos políticos, sociais, pedagógicos, que permite avançar na luta pela existência. A relevância da pesquisa surgiu das nossas observações empíricas como educadora e pesquisadora, a compreender a dimensão política e educativa do movimento negro em defesa de uma existência própria histórica e cultural, por entender que o racismo tem sido uma das principais razões das disparidades raciais e sociais em toda América Latina, o acesso da população afrodescendentes as oportunidades educacionais, profissionais, sociais e políticas, compreendendo que o campo do currículo é atravessado pela disputa de poder regido pela lógica do pensamento da matriz moderna/colonial.

A hipótese inicial é que as pedagogias decoloniais tenham sido originadas de uma memória coletiva ancestral que as comunidades indígenas e africanas viveram no período da colonização e da escravização. A experiência da colonização foi capaz de silenciar essas comunidades em toda sua forma de organização social, cultural, espiritual e assim silenciou também suas pedagogias, que vem sobrevivendo durante todos esses anos de maneira clandestina, por esses movimentos.

A proposta considera uma pesquisa empírica qualitativa, tendo como material de análise leis, decretos, estatutos, livros, cadernos, coletâneas e periódicos de obras impressas ou digitalizadas, de fontes de arquivo pessoais, bibliotecas, bancos de dados, endereços eletrônicos, home page e sites. A pesquisa tem como principal referência as teorias da Educação para as relações étnicorraciais e o objetivo é compreender de que forma as Políticas Educacionais no Brasil e na Colômbia se alinham em termos de suas respectivas propostas pedagógicas para pensar a educação étnico-racial e do grupo Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais (GFPPD).

.....

* Carla Aparecida Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO. RIO DE JANEIRO, Brasil

Resumen de ponencia

PENSAMENTOS AMEFRICANOS: POTÊNCIAS DECOLONIAIS

*Débora Menezes Alcântara

O objetivo deste trabalho é apresentar, por um lado, uma leitura crítica de determinadas concepções fundantes das produções acadêmicas do pensamento decolonial, as ideias de paradigma outro e pensamento fronteiriço, assim como a forma em que a ideia de modernidade é por elas concebida. Com isso, procuramos advertir para uma tendência a um déficit decolonial na elaboração dessas concepções que possa incidir de forma enfraquecedora sobre o próprio projeto decolonial, que é a libertação. Por outro lado, partindo da crítica a tais contradições presentes no pensamento decolonial, procuramos argumentar sobre a potência decolonizadora em categorias forjadas nos pensamentos de intelectuais afrolatinoamericanas, a exemplo de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento; categorias, estas, que perfazem um caminho reflexivo e ativo, alternativo a determinadas proposições do pensamento decolonial e que merecem ser retomadas e (re)introduzidas de forma mais significativa nos debates sobre projetos intelectuais emancipatórios e libertadores da região. As reflexões aqui expostas se deram através de uma leitura comparada de autores inscritos na vocalização do “colonizado” e do tensionamento entre suas ideias e expressões epistêmicas. Feita uma breve crítica a determinadas vulnerabilidades presentes nas concepções de “paradigma outro” e “pensamento fronteiriço” introduzidas no pensamento decolonial por Walter D Mignolo, procuramos evidenciar, através da discussão das categorias “amefricanidade” e “quilombo”, forjadas respectivamente nos pensamentos das intelectuais afrolatinoamericanas Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, a necessidade de visibilizar a potência de ação política latente nas performances de resistência e sobrevivência dos sujeitos racializados e inseridos na complexa teia das opressões estruturais, atualizadas e orquestradas na contingência pela colonialidade do poder. Tento mostrar, neste trabalho, que estas categorias perfazem um caminho reflexivo e ativo, alternativo a proposições de autoctonia sectárias presentes no pensamento decolonial. Sugiro que as posturas epistêmicas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento são reveladoras e instigadoras de processos de ações concretas, que podem enriquecer os caminhos teóricos, de politização e práticos da elaboração da ideia de libertação pelos projetos intelectuais emancipatórios e libertadores insurgentes na América Latina. Ou seja, acredito que, com as autoras acionadas neste texto, através da vocalização de suas perspectivas, de forma situada nas contingências engendradas e derivadas da lógica da colonialidade, podemos enxergar a ação prática de subversão, onde determinadas lentes sectárias do projeto decolonial se recusam ou negligenciam em enxergar. Desta forma, partindo do princípio de que evidenciar a opressão é imprescindível, mas não o suficiente, o caminho que aqui tentei trilhar, sob o exemplo de Lélia Gonzalez e Beatriz do Nascimento, é de contribuir com o descortinamento, valorização e reposicionamento teórico sobre as

formas de resistência e luta dos sujeitos submetidos aos horrores do colonialismo e da colonialidade; formas, estas, geradoras de sistemas de autoridade e poderes que podem ser distintos do Estado. Esse é um passo fundamental para qualquer tentativa de visibilização, nessas ações, de alternativas possíveis de reordenamento civilizatório e estatal. Sobreviver e existir, num contexto de opressão extrema, de pontencial destrutivo não somente da subjetividade, mas dos próprios corpos, já são verbos que estão - para os sujeitos racializados e atacados cotidianamente pelos horrores da colonialidade nas suas mais diversas dimensões opressivas -, inexoravelmente no campo da ação. E essa sobrevivência e existência implicam também persistir em tratar da política considerando a inescapabilidade de suas formas pragmáticas. Por isso apostamos na conexão solidária das categorias de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento às formulações de Khatibi trazidas a esse texto através de Walsh, as quais se mostram muito mais próximas do sentido radical de luta fanoniana, por atribuir ao pensamento a possibilidade real de “descolonizar-se”, se transmutando em pensamento-ação, justamente por não abandonar a dimensão da estratégia, “uma estratégia sem sistema fechado”, que se assuma como “uma construção de um jogo do pensar e do político, que ganha terreno silenciosamente sobre seus desfalecimentos e seus sofrimentos” (apud Walsh, 2005, p. 22).

.....

* Débora Menezes Alcântara

*Projeto Democracia Participativa. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Universidade Federal de Minas Gerais - PRODEP/UFMG. Belo Horizonte- MG, Brasil*

Resumen de ponencia

PENSANDO EL CHAGAS DESDE LAS EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR: LA ORGANIZACIÓN COMO RESPUESTA A UN PROBLEMA COMPLEJO DE SALUD SOCIOAMBIENTAL

*Mariana Sanmartino

Si nos guiamos por el discurso tradicional desde el que se caracteriza al Chagas, podríamos decir de manera muy resumida que se trata de una enfermedad, causada por el parásito “Trypanosoma cruzi”, transmitido por un insecto (conocido, en Argentina, como “vinchuca” o “chinche”) y por otras vías como la transplacentaria, oral, transfusional y por trasplante de algunos órganos. Hasta hace algunas décadas, el Chagas se encontraba “restringido” social y geográficamente (afectando especialmente a personas con pocos recursos económicos de zonas rurales y semirurales de Latinoamérica). Sin embargo, no se trata solo de una enfermedad que afecta determinados grupos humanos. Es un problema verdaderamente complejo, definido y caracterizado por la conjugación de elementos vinculados con dimensiones de diferente naturaleza (biomédica, epidemiológica, sociocultural, política). Además, hace tiempo que superó las tradicionales fronteras geográficas, culturales, sociales y disciplinarias.

Por otra parte, el reconocimiento de la dimensión educativa propia de las organizaciones sociales las constituye en ámbitos de interés para la sistematización y análisis de las propuestas que allí se implementan. Los movimientos sociales han sido y son “educativos” no tanto a través de la difusión de discursos y lecciones concientizadoras, sino más bien por las formas en las que se organizan y movilizan en torno a las diversas “luchas”, desde una perspectiva de derechos humanos que se contrapone tanto a la generación de respuestas paternalistas, como a la concepción capitalista que reduce los aspectos vinculados a la salud, la educación, el trabajo, etc. a las leyes modernas del mercado.

Hace unos años encaramos un proyecto que buscaba relevar y analizar propuestas educativas referidas a la problemática del Chagas generadas y desarrolladas por organizaciones campesinas de Argentina; y generar categorías y proposiciones teóricas a partir del análisis de dichas experiencias educativas que fueran fértiles para la comprensión de las mismas y transferibles a otros casos. Con el Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) como “interlocutor” inicial se decidió trabajar con el Movimiento Campesino de Santiago del Estero-Vía Campesina (MOCASE-VC) y el Movimiento Campesino de Córdoba (MCC), por ser las organizaciones integrantes del MNCI que incluían la problemática de Chagas en sus líneas de acción.

Metodológicamente, la tarea se enmarcó en la sistematización de experiencias de educación popular. La base empírica estuvo sustentada tanto en entrevistas en profundidad, como en registros, planificaciones y materiales producidos por las organizaciones.

Buscamos profundizar en el conocimiento de los saberes y experiencias sobre el

Chagas en contextos que presentan una complejidad particular hasta entonces no explorada, como es el caso de las "luchas campesinas" de algunas regiones del país. Allí, el tema se concibe en el marco del debate y la lucha por el derecho a la salud; resultando un ejemplo contundente de la manera en que la problemática está atravesada por elementos particulares de las dimensiones sociocultural y política que otorgan valor propio a las propuestas educativas planteadas a partir de su consideración. Una lectura general de la información obtenida permite rescatar las particularidades de los contextos donde las experiencias fueron gestadas/desarrolladas, colocando en pie de igualdad los conocimientos aportados desde el ámbito académico y aquellos propios de las comunidades campesinas. El objetivo del presente trabajo es doble: por un lado nos proponemos (re)leer y (re)pensar el corpus recabado con "anteojos de Epistemologías del Sur". Con el firme propósito de evitar la traición -en los términos planteados por Rita Segato- a las experiencias que pretendimos revelar, la intención es acercarnos a la información reunida desde la ecología de saberes y la traducción intercultural, con el aire fresco aportado por las Epistemologías del Sur y sus planteos centrales. Por otro lado, buscamos con esta tarea, aportar elementos que permitan una mejor comprensión y una caracterización más profunda de la problemática de Chagas ☐urbana y global (pero siempre del Sur Global), además de rural y latinoamericana- en la actualidad.

.....

*** Mariana Sanmartino**

Grupo de Didáctica de las Ciencias (IFLYSIB, CONICET-UNLP) - GDC. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

PENSAR LA DEUDA: UNA LECTURA CRÍTICA DE LA RELACIÓN ACREEDOR-DEUDOR

*Jorge Eliecer Martínez Posada

La presente Ponencia es fruto de reflexión basado en resultados de investigación tiene el objetivo de plantear en la agenda de la discusión actual la configuración biopolítica de la subjetividad alrededor la cuestión de la deuda en la relación acreedor-deudor en nuestra condición del Sur.

Partiendo del análisis de la sociedad actual como un sistema inmerso en la economía de la deuda, entendida ésta en palabras de Lazzarato (2013) como una promesa de reembolso en un futuro y cuya relación acreedor-deudor constituye una relación de poder específica que implica modalidades particulares de producción y control de la subjetividad, se hace un breve abordaje histórico y conceptual de la deuda como mecanismo de acceso a bienes y servicios, que se convierte en el preámbulo de un análisis biopolítico de la sujeción que subyace en la relación acreedor-deudor y la forma como esta relación permea el acceso a la educación superior en la actual sociedad neoliberal para, posteriormente, plantear en el escenario de reflexión la configuración de lo que se puede denominar como una “pedagogía de la deuda”. Así, en la línea de los planteamientos de la biopolítica propuesta por Foucault (2007), la “vida” y lo “viviente” son los retos de las nuevas luchas políticas y de las nuevas estrategias económicas. En la actualidad, los créditos educativos se han configurado como el principal mecanismo de acceso a los estudios profesionales, siendo el endeudamiento la nueva realidad en la vida de los jóvenes.

Esta situación pone de manifiesto un panorama del interés del debate bioético en tanto que, en primera medida, la educación y el acceso a ella se encuentra en la frontera entre la vida para la producción profesional y la preparación científica y técnica para la misma en el marco de una sociedad mercantil; en segunda medida, en tanto la relación acreedor-deudor que media el acceso a la educación superior ejerce un poder sobre la vida futura como tiempo endeudado y, en tercera medida, se constituye en un tema de interés bioético dadas las situaciones de tensión, inequidad y exclusión de los sujetos, como sujetos de derechos, cuestiones todas que pueden aportar desde otras perspectivas prácticas a la discusión bioética actual. Actualmente la sociedad se encuentra inmersa en la llama financiación de la economía de la deuda, en donde ha ido ocupando gradual y paulatinamente, un lugar imperante de relevantes y diversas transformaciones propias de un matiz neoliberal. Desde este marco entonces, se hace necesario ampliar la discusión de una categoría que hoy por hoy se ha instituido como un mecanismo biopolítico de gran expansión: la deuda y su vinculación en el campo de la educación, como una de las relaciones de poder más acentuadas en dicho contexto, en palabras de Lazzarato (2013) “El crédito o deuda y su relación acreedor-deudor constituyen una relación de poder específica que implica modalidades específicas de producción y control de la subjetividad (una forma

particular de *homo oeconomicus*, el “hombre endeudado”)” (p. 36); es decir, se trata de una biopolítica de la gestión de la fuerza productiva, cuestión que Michel Foucault, a través del concepto de biopolítica, nos había anunciado desde los años setenta y lo que hoy en día va haciéndose evidente: la “vida” y lo “viviente”, convirtiéndose en los retos de las nuevas luchas políticas y de las nuevas estrategias económicas.

Por consiguiente, el marco de desarrollo del presente escrito, comprende una reflexión en torno a la biopolítica en la configuración de una relación de poder específica entre un acreedor y un deudor, correspondiente al actuar de la deuda en la sociedad actual, especialmente, en el contexto del acceso a la educación superior. Este panorama se vuelca en un asentamiento de análisis y diálogo con lo Bioético, campo que focaliza su atención en las tensiones de inequidad como un pronunciamiento y un respaldo al reconocimiento de los sujetos, que es propio del bíos, empero

La reflexión bioética basada en el diálogo puede ayudar a establecer un consenso previo al debate, en torno a los bienes humanos básicos y a los derechos humanos fundamentales. No importa sólo la referencia teórica y general, constitucional muchas veces, a la justicia, sino el análisis de las conclusiones prácticas que la experiencia de estas últimas décadas ha aportado a cada país de Latinoamérica sobre el ejercicio, la inequidad, la protección y la promoción de la justicia (Correa, 2009, p. 6).

Partiendo de lo anterior y en un primer lugar, el texto abordará un breve acercamiento a la deuda desde su contexto histórico a partir de Deleuze y Guattari, siendo esto un abono a un terreno que nos conducirá al establecimiento y exposición de la relación acreedor-deudor, como una relación de poder de corte biopolítico. Posteriormente y partiendo del asentamiento de dicha relación, se delimita la reflexión a la vinculación de la deuda en el contexto neoliberal y finalmente desde allí, su expresión en una pedagogía de la deuda.

En este orden de ideas, los préstamos universitarios como expresión de dicha pedagogía de la deuda, se han convertido para los jóvenes -que quieran acceder a una formación profesional-, en la nueva forma de financiación de sus carreras, puesto que al realizar una mirada detenida en relación a la educación superior, podemos encontrar que ella misma se ha configurado en un beneficio para quienes tienen condiciones económicas privilegiadas; por el contrario, otros jóvenes junto con sus familias deben conformarse con adquirir grandes deudas a fin de tener un “mejor futuro”, este panorama nos enseña que germina un asentamiento a la desigualdad y el desequilibrio en el acceso a la educación superior, posicionando una educación que dejó de ser un beneficio social para convertirse en un lujo particular.

Por tanto, los créditos universitarios se han configurado como la principal fuente de financiación de los estudios profesionales, siendo el endeudamiento la nueva realidad en la vida de los jóvenes, “La llamada “financiación” constituye no tanto una modalidad de financiamiento de las inversiones, sino un enorme dispositivo de gestión de las deudas privadas y públicas y, por ende, de la relación acreedor-deudor, gracias a las técnicas de titulización” (Lazzarato, 2013, p. 28-29).

Ahora bien, la pedagogía de la deuda se convierte en la forma de nombrar a la deuda constante en la cual se registran los jóvenes, con la finalidad de obtener el servicio que proporcionan las universidades, desprendiéndose la noción de ser un derecho al convertirse cada vez más como un campo privatizado. “Esta deuda llega a convertirse en un “paradigma” y resulta decisiva, pues su monto ha aumentado

considerablemente para cuando el joven se gradúa" (Martínez, 2014, p.103). En ese sentido, el aspecto fundamental que se destaca aquí, es el paso de la educación superior como bien social a ser un bien individual. En este giro, los individuos "atomizados" ingresan a la educación superior en busca de un mejor trabajo o mayores ingresos, en el que la lógica del mercado funciona como un plus para el potencial económico y "los préstamos son una inversión personal, no social; por ello, su horizonte se proyecta hacia la potencia del individuo, y no de la sociedad en su totalidad" (p. 104).

Con base en este panorama, se visualiza el reto por el que debe transitar la mirada Bioética, al estar ligada a un campo importante en la promoción de los derechos humanos fundamentales, consecuente con prácticas de justicia social. Frente a esta postura, se parcela el derecho al acceso a la educación superior puesto que su ingreso (para quienes no poseen recursos económicos suficientes) deben acudir a mecanismos de financiación, propios de la economía de la deuda como dispositivo biopolítico.

Por lo tanto, los procesos económicos devienen entonces espacios para la producción de la subjetividad en una "producción de productores" y no se organiza solamente desde dispositivo de corte disciplinario, sino desde una captura y un diseño biopolítico de la subjetividad, en el sentido de este término, la producción de subjetividad desde las técnicas gubernamentales del liberalismo supone entonces, la emergencia de una forma vital productiva que no solo está regulada por las leyes del mercado, sino que ahora convierte en un modelo social codificado por la "empresa", siendo la deuda una inversión en la propia subjetividad en términos de ser o proyectarse sujeto empleable, siendo "estas características de la cuestión del "sujeto competente y competitivo" y de la educación como una herramienta constante en la producción y el mantenimiento de la subjetividad" (Martínez, 2014, p. 107).

Es así que, la Bioética si bien se ha venido desarrollando en el ámbito de la ética clínica, es un campo que amplía su perspectiva instaurando la necesidad de una Bioética social -que va más allá de la mirada clínica-, al concentrarse en el análisis de las tensiones éticas y de iniquidad que comprenden dinámicas biopolíticas, propias de las relaciones de poder que configuran la deuda (acreedor-deudor) y los mecanismos de financiación, por lo tanto, se requiere un detenimiento en los aspectos de justicia social que conduce a la Bioética a trazar puentes de conexión con la biopolítica.

.....

*** Jorge Eliecer Martinez Posada**

Instituto PENSAR de Estudios Sociales y Culturales . Pontificia Universidad Javeriana - PENSAR/PUJ. Bogotá, D. C. , Colombia

Resumen de ponencia

PERSISTENCIAS DE LA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL “AÇÃO GRIÔ” TRAS SU EXTINCIÓN

*Julio Souto Salom

El “griô” es un término abrigado del francés griot, palabra que designa a los contadores de historias y guardianes de la memoria oral en ciertas sociedades del Occidente Africano (desde los cronistas y cortesanos del imperio de Mali en el siglo XIII hasta cantantes y actores de la actualidad en países como Senegal o Burkina Fasso). La convocatoria Ação Griô (2005-2010), propuesto como uno de los ejes estructurantes del programa Cultura Viva, reconoció y apoyo financieramente a más de 600 griôs de diversas adscripciones étnicas y culturales en todo el territorio brasileiro. Este reconocimiento público incorporaba como contrapartida del “mestre griô” su inserción en proyectos pedagógicos articulados con Puntos de Cultura y/o otras entidades culturales. Aunque relativamente conocido y documentado como referencia simbólica en los circuitos de cultura negra brasileira, constatamos que la utilización de este término era poco frecuente en Brasil como elemento de subjetivación hasta hace poco: antes de la política pública, pocos eran los mestres que se auto-declaraban griôs. Terminada la política pública: qué restó de esta inversión? En qué lugar quedan los “mestres griôs” una vez retirado el apoyo y reconocimiento del estado? Cómo sobrevivían y ejercían sus actividades antes de esta política pública, y como siguen haciéndolo después de ella? Esbozamos algunas respuestas provisionales a estas preguntas, basados investigación empírica para un proyecto de doctorado, en fase avanzada de elaboración. Realizamos un acompañamiento etnográfico en una red de mestres griôs que viven y actúan en diversos puntos y comunidades de la región metropolitana de Porto Alegre. En este espacio geográfico limitado, percibimos la multiplicidad de agenciamientos que el término provoca y potencializa. Escuchamos a los griôs interviniendo en museos, bibliotecas y escuelas, en asociaciones carnavalescas, ruedas de capoeira, quilombos y saraus (encuentros poéticos). El tránsito de la palabra es amplio, y se hace presente en el movimiento hip-hop, en los movimientos negros de carácter socio-político, o en los terreiros (centros de práctica de batuque, umbanda o otras religiones de matriz africana). Sus actuaciones son multimodales, pueden envolver únicamente el habla, como en una contación de historias o intervención en una rueda de conversación, pero también la música, el teatro de fantoches, la danza o la capoeira. Aunque la designación “griô” recae normalmente en un individuo singular, a veces su actuación articula un grupo consistente, que pasa a usar el nombre griô para designar el colectivo. Las conclusiones provisionales de esta investigación nos permiten entender al griô como multiplicidad aun en estado de proliferación e inestabilidad, problematizando los tópicos recurrentes con los que era presentado en documentos oficiales: lo “popular”, lo “oral” y la “tradición”. Sin mayor elaboración, estos parámetros interpretativos parecen únicamente la reacción dialéctica a términos que el eurocentrismo colonial

define como suyos: lo “erudito”, la “escritura”, la “modernidad”. Prescindiendo de estas polaridades, la oralidad no se comprende unicamente como un archivo inerte transmitido de forma pasiva por poblaciones ágrafas (una idea muy difundida con la metáfora del “griô” como “biblioteca viva”), sino como un modo de inscribir narrativas ilegítimas en el tejido de texto social. Estas performances de vocalización imponen la presencia del cuerpo del “griô”, y con el se destituye la idea genérica de lo popular como amalgama indiferenciado o mestizo (un tema muy abordado por intelectuales y militantes negros brasileños de referencia, como Abdias Nascimento, y la denuncia de la falacia de la “democracia racial” transferida a los circuitos culturales). El cuerpo del griô es central para la institución de estas contra-historias, que refieren a la vida comunitaria más cotidiana o a grandes gestas o afrontas históricas, distorcidas por la historiografía colonial. La narrativa del propio griô, como supervivencia diaspórica de una ancestralidad africana, es la primera historia que necesita ser afirmada para potencializar la inscripción de narrativas contestatorias. Como muestra empírica, escucharemos como un griô, al hablar en una escuela con motivo de la conmemoración del día nacional de la Conciencia Negra, hace explotar las significaciones de un glosario de términos africanos incorporados en la base lexical del portugués hablado en Brasil. De esta forma, a partir de conocimientos lingüísticos de los troncos lingüísticos yorubá y banto (muy influentes en el habla brasileña) el griô consigue iluminar para la audiencia una historia de eliminación de sentidos y una epistemología excluyente, contribuyendo de cierta forma a la “criolización” sociolingüística brasileña. Nuestra investigación apunta, por tanto, al protagonismo y persistencia de estos mestres griôs en las acciones transformadoras y el estudio de saberes y prácticas desconsiderados por los centros de poder y conocimiento eurocéntricos. La política pública “Ação Griô”, de duración y extensión limitada, se mostró un potencializador interesante y bien valorado por los protagonistas, pero no es en ningún caso un requisito necesario para que sigan realizando sus prácticas.

.....

*** Julio Souto Salom**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

POÉTICA DE LA RELACIÓN EN GLISSANT Y FILOSOFÍA DE LA LIBERACIÓN EN DUSSEL, ENUNCIACIONES DISCURSIVAS EN EL IR MÁS ALLÁ DE LA MODERNIDAD

*José Guadalupe Gandarilla Salgado

Se intentará contraponer las propuestas filosófico-políticas del martiniqués Édouard Glissant y las del argentino-mexicano Enrique Dussel con el fin de detectar ciertas especificidades discursivas que corresponden a formulaciones distintas, pero a la vez coincidentes en cuanto al descentramiento del mundo occidental eurocentrado y la proposición de empujar nuestras prácticas hacia mundos alternativos, contruidos desde los márgenes, o a través de una serie de desvíos de la lógica hegemónica. Nuestro rastreo se concentrará en la obra traducida al castellano, hasta el momento, del autor antillano, pues identificamos ahí la realización de una intencionalidad discursiva hondamente situada pero sin recaer en localismos (esto es, asumimos en el "discurso antillano" de Glissant una recuperación del universal concreto, o de una particularidad con posibilidad de ser reconocible en tanto aproximación a algo universalizable no como imposición sino como acercamiento problemático y entre dificultades dentro de un marco hasta ahora inextinguible, el de la modernidad occidental y sus "universales nordatlánticos"). Esta especificidad histórica de la raíz diversa como marco de la vivencia "caribeña", expresa la posibilidad de una inédita relación con lo sublime no sólo en el terreno de lo estético ("poética de la relación") sino de lo político y lo filosófico.

Aquí es que encontramos útil confrontar los aparatos categoriales de ambos autores pues creemos que la propuesta de la transmodernidad en Dussel anida espacios reflexivos y políticos que pueden lidiar con la interculturalidad y con esos espacios y prácticas negados en la modernidad que bien pueden ser los territorios de prácticas discursivas y políticas que reaviven los esfuerzos transformadores por alcanzar la liberación de nuestros pueblos, y que de ese modo ellos también se libren a su específica poética de un conjunto de relaciones de respeto a la pluralidad y la diferencia pero que no se restrinjan a ello sino que combatan la relación hegemónica esa que construye el sistema del capital, la de la explotación, dominación, apropiación y humillación de "los condenados de la tierra".

La discusión se abre así a una consideración de varios temas interrelacionados que son de lo más significativos en estos debates, por un lado, el fundamental de no solo colocar la modernidad occidental ante la cuestión de configurar un "más allá de ella", sino de que este más allá depende de la puesta en relación del conjunto de prácticas configurado históricamente y que llamamos "modernidad", con el orden social capitalista, con ello la discusión se sitúa en otra arena, la de discusión de ciertos tópicos comunes al marxismo y los llamados estudios poscoloniales o descoloniales, sin que estos autores (Glissant y Dussel) se hallan ocupado exclusiva o prioritariamente por agenciarse un lugar en tales encasillamientos teórico conceptuales, por el

contrario, en su intención por construir un pensamiento que recupera esas propuestas (marxistas o descolonizadoras) con un sentido metodológico y como reservas heurísticas para la nueva creación.

Lograron así, ambos autores, construir cada uno su respectiva propuesta (“poética de la relación” y filosofía de la liberación”) en una experiencia inédita de imaginación filosófica desde la que todavía tenemos mucho por aprender pues el mundo en el que vivimos nos muestra día a día la crueldad de una serie de relaciones sociales ajenas y que caminan en un sentido contrario a la de formulaciones de justicia, dignidad o democracia, en que se plasmen los anhelos más logrados de un cierto sentido de lo humano, no propiamente del “humanismo” de occidente, que nunca renunció a la práctica del colonialismo, invisibilizó el racismo y envileció los ideales emancipatorios. Lo que entregan este tipo de propuestas es un arco de posibilidades más amplio e intenso por construir mundos alternativos desde los márgenes, esos que buscan su oportunidad por acercarse a mayores posibilidades de reconocimiento y creación para dotar de sentido a lo que de humano queda en los restos de ese mundo que la deshumanización vigente va dejando a cada uno de sus pasos.

.....

*** José Guadalupe Gandarilla Salgado**

Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades . Universidad Nacional Autónoma de México - CEIICH/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

POR UMA TECNOLOGIA DECOLONIZADA E LOCALIZADA: A EXPERIÊNCIA DO NINETS-UEPB, CAMPINA GRANDE- PB, NORDESTE DO BRASIL

*Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro

*Jussara Carneiro Costa

Resumo

O trabalho analisa como a articulação da crítica feminista à ciência e aos estudos críticos da colonialidade influenciaram a constituição do Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais/NINETS, organizado no âmbito do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Nordeste do Brasil. Enfatiza ainda como as provocações foram acionadas para pensar o lugar destinado a categorias como tecnologia, raça, espécie, sexualidade e gênero na conformação das práticas científicas colonialistas e como as reflexões embasaram o delineamento das estratégias do Núcleo.

Introdução

Em larga medida, a narrativa histórica sobre o feminismo brasileiro desconsidera dinâmicas geopolíticas e a particularidade de regiões e locais nas quais persistem firmes alianças entre grupos tidos como “acadêmicos” e ativismos articulados em torno de agendas feministas, anti-racistas e das dissidências de gênero e sexuais, formando coalizões para salvaguardar e fortalecer agendas. Como diretórios de pesquisa, costumam negociar com coletivos locais temas articuladores de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto se constitui o NINETS, da experiência acumulada por suas/seus integrantes em desenvolver, de maneira simultânea e articulada, ações de investigação, intervenções sociais e produção textual em parceria com grupos afetados por discriminações associadas à raça, gênero, sexualidade e outros marcadores, enfatizando como incidem na organização de dinâmicas sociais do território em que se encontra a UEPB.

A interlocução aí estabelecida respalda a negociação de linhas de pesquisa e componentes curriculares na graduação e pós-graduação em diversas áreas e, por sua vez, associam-se a ações de intervenção mediante projetos de extensão dos quais advêm temas e problemas para novas pesquisas. As atividades são sistematizadas na produção de artigos que analisam e problematizam a experiência acumulada.

A formatação adquirida acolhe as provocações aportadas pelo encontro da crítica feminista - especialmente aquela formulada por lésbicas, negras e “de cor” - com a crítica à colonialidade, notadamente aquela gestada nas interações com o Grupo Sul Asiático e, no âmbito da América Latina, pelo Grupo Modernidade/Colonialidade,

articulado desde 1998.

As inflexões provocadas por esses encontros são profundas, posicionando em definitivo raça, sexo, gênero e espécie como categorias organizadoras da desigualdade social em escala global e local. De campos e áreas distintas, autores como Walter Mignolo (2007), associam sua insurgência à emergência de paradigmas marcados pela participação e colaboração entre pesquisadore/as e, destes/as, com interlocutore/as. Também observam que advêm de todos os campos, provocando alianças em torno de projetos epistemológicos, linhas e campos teóricos que surgem da recusa em se tornar fonte adicional ou complementar para matrizes teóricas institucionalizadas.

Resguardando diferenças associadas aos seus contextos de enunciação, caracterizam-se pela centralidade conferida à dimensão epistemológica nas análises que enfatizam as imbricações entre saber e poder, como produtora de nós que enredam o controle, por meio da produção reiterada de técnicas de captura associadas à produção de discursos sobre a diferença. Por considerar que o exercício de marcar os corpos como “diferentes” está atrelado a relações com a ciência e tecnologia, também enfatizam a prioridade estratégica do conhecimento científico-tecnológico na rearticulação política das forças político-sociais.

Do campo feminista, Donna Haraway (2009) ressalta a urgência de uma política dirigida para a ciência e a tecnologia, chamando atenção para a função estratégica de noções como “humano”, “natureza” e “técnica”. Para ela, deter a tecnologia que permite transformar e dominar a natureza constitui a base de um processo de “humanização” que se efetiva por meio de categorizações especistas, racializantes e sexualizantes presentes nos processos de subjetivação que controlam desde a relação que estabelecemos com nossos sentidos corporais até a localização, fluxo e movência dos corpos em escala local e global.

Do diálogo com as provocações aportadas resultou a opção pelas Tecnologias Sociais como mote articulador do NINETS. Por tecnologia entendemos as práticas racionalizadoras das relações de poder colocadas em funcionamento por meio de procedimentos técnicos. Através de uma regularidade de estratégias e táticas agem sobre os indivíduos constituindo processos de subjetivação por meio dos quais se efetua a captura dos sentidos. Referem-se tanto aos processos por meio dos quais se efetivam como aos “produtos” e artefatos que lhes são associados.

Considerações

A crítica decolonial nos permite apreender os efeitos da colonialidade sobre a extinção ou apropriação de tecnologias articuladas em outras ordens epistemológicas e também sua importância estratégica para efetuar deslocamentos nos processos de controle. Outra chave oferecida está na percepção de que a apropriação enviesada por abordagens localizadas em epistemes colonialistas empobreceu potencialidades de tecnologias inspiradas em ordens epistemológicas que resistiram à homogeneização colonialista, sendo necessário reexaminá-las quanto as possibilidades táticas para enfrentar contextos de racialização e sexualização. O NINETS se propõe a impulsionar a reflexão sobre a localização dos aparatos tecnológicos nas estratégias delineadas por sistemas de controle e dominação, como, por exemplo, a localização dos corpos subalternizados/as pela história em relação à tecnologia, as imbricações entre o domínio tecnológico e construção do sujeito nas epistemologias colonialistas e na

perpetração dos processos de colonialidade.

As críticas são de grande valia para a experiência brasileira. Nossas políticas de produção e acesso a tecnologia se deram no esteio do evolucionismo de base eugenista que orientou a organização do Estado Nacional e do sistema de atendimento de demandas sociais. Assim, o termo “tecnologia” também tem seu lugar na formação das dinâmicas internas da nossa própria colonialidade.

Como nos mostra Renato Dagnino (2009) mesmo com a crítica à base evolucionista, à vinculação aos interesses que emergiram no Pós-Guerra e à própria idéia de “oferta” e “transferência” pela comunidade de pesquisa, as experiências implementadas a partir da década de 1960 sob a denominação de Tecnologias Alternativas/TA acabaram fracassando por falta de envolvimento na gestão.

A ênfase no local marcou a eufórica retórica descentralizatória e participacionista inaugurada com a Constituinte de 1988, atuando como base para o redirecionamento das estratégias em torno de uma nova denominação, de TA para Tecnologia Social/TS. A partir de 2004 enfatizou-se a necessidade de investimento na construção de uma base teórica para as TS no Brasil. Uma frente apostou na aliança com setores produtivos, através de cooperativas e fábricas recuperadas; Estado, através das políticas de Ciência e Tecnologia; universidades, através de institutos de pesquisa, professores/as, alunos/as e técnicos/as e incubadoras de cooperativas populares. A segunda frente defendeu o investimento na produção de conhecimento acerca das relações ciência e tecnologia, num marco analítico-conceitual para abordar a TS articulada a políticas de desenvolvimento técnico-científico.

Em linhas gerais, a maneira como se tomou a esfera “econômica” empobreceu a potencialidade e alcance crítico das iniciativas adotadas como inspiração, desconsiderado, por exemplo, o fato de serem mobilizadas como reação a processos intensos de racialização e sexualização. Além disso, a tentativa de criar uma pauta no âmbito das instituições governamentais demonstrou e que a padronização e universalização de modelos não funciona, pois as maneiras como diferentes grupos interpretam e utilizam uma técnica ou artefato não lhes são extrínsecas, devem ser compreendidas face as relações de forças e interesses entre indivíduos e grupos envolvidos na sua produção.

Se tomadas sob análise das provocações feministas e decoloniais, as TS apontam para a possibilidade de serem reapropriadas para enfrentar processos de racialização e sexualização, desde a resolução de demandas imediatas - relacionadas à alimentação, educação, habitação, trabalho, renda, saúde, água potável, dentre outras - até vantagens de caráter duradouro e contínuo, especialmente no que se refere à produção de sujeitos.

Na TS, artefatos são produzidos mediante exercícios sistemáticos que adensam a reflexividade, o desenvolvimento de habilidades para organizar e sistematizar conhecimentos e identificar de maneira estratégica parcerias e alianças. Além disso, sua eficácia está condicionada à condição de que seja replicada e recriada com sucesso. São também vincadas por um profundo comprometimento com o local, com seu processo de funcionamento e a manutenção de seus ciclos de renovação.

A avaliação das experiências também revela a dificuldade de iniciativas populares em dominar os complexos mecanismos de gestão de experiências, bem como a dificuldade de profissionais em interagir com os grupos que apresentam demandas. Com a experiência do NINETS asseguramos que os aportes teóricos que lançamos mão são

excelentes para viabilizar essa interlocução.

Por último, destacamos a importância das reflexões para a construção de bases autônomas para uma agenda própria da ciência e tecnologia articulada ao ambiente científico latino-americano e a efetivação da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e produção tecnológica como locus para a universidade pública brasileira atualizar seu significado perante os cenários contemporâneos.

.....

*** Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil

*** Jussara Carneiro Costa**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁTICAS DE REEXISTÊNCIA, LITERATURA E CAMINHOS OUTROS POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA ANTIRRACISTA ATRAVÉS DA SALA DE LEITURA

*Elen Ferreira

O presente relato constitui-se como um registro sobre a experiência denominada Semana de Leituras Esperança Garcia, realizada na Escola Municipal Tiradentes, no município do Rio de Janeiro, tendo durado sete dias, durante o segundo semestre de 2017, em meu primeiro ano atuando enquanto professora de Sala de Leituras². Desde 2003, o artigo 26-A da LDB, parágrafo 2º apresenta a literatura como espaço de ensino da história e da cultura afro-brasileira. Antes disso, na Constituição de 1988, assegurou-se nos artigos 215 e 242-, o reconhecimento da pluralidade étnica da sociedade brasileira e a garantia do ensino das contribuições das diferentes etnias na formação do povo brasileiro, entretanto, nas primeiras rodas de conversas, os diálogos estabelecidos com o corpo discente apontavam para uma visão estereotipada, simplória e negativa ante a identidade negra que lhes constituía enquanto sujeitos sociais. Nos mesmos diálogos diagnósticos nos quais os alunos eram desafiados a falarem de si, destacava-se entre os discentes de pele preta, termos pejorativos e depreciativos quanto aos traços físicos, pobreza e falta de perspectivas melhores no futuro. O impacto emocional dessa experiência chamou minha atenção pelo fato de testificar como as identidades desses humanos são secundarizadas em detrimento de outras histórias distantes de suas vivências, porém, histórias essas, superestimadas no currículo escolar e apresentadas segundo uma dicotomia cruel, de ensinagem subliminar, constituindo relacionalmente culturas “melhores e piores”, uma vez que outras narrativas-como as de populações indígenas e africanas- seguiam marginalizadas. O armazenamento informativo que chegou àquelas crianças através do letramento de mundo e o letramento escolar, resultou numa compreensão inferiorizada e errônea direta e indiretamente sobre suas personalidades enquanto indivíduos não brancos. Seus olhares, gestos e vozes, denunciavam ainda de forma romantizada e tímida o quanto seus corpos sofriam por não serem “como àqueles das capas de jornais e revistas”, pois todas as referências sobre felicidade, amor, beleza, riqueza, poder, família, sucesso que lhes foram apresentadas estavam intrinsecamente conectadas a um padrão hegemônico europeu diferente daquilo que eram. Por terem suas peles pretas, seus cabelos crespos, seus corpos gordos, por exemplo, estes indivíduos sentiam-se marcados socialmente como um exemplo do que não é belo, nem merecedor de amor, riqueza ou respeito. Toda a conjuntura social confirmava essa sensação de não pertença, uma vez que as narrativas feitas por alunos negres e periféricos relatavam violências sociais, psicológicas e físicas causadas por uma sociedade que escolhe por quem derramar suas lágrimas segundo a cor da pele dos vitimizados. Desdobrados esses pensamentos, percebemos que eles nos indicavam a necessidade de uma disputa social por privilégios constante e, desde a largada injusta,

reforçada nas falas dos docentes que responsabilizavam apenas o mérito do aluno como o fator decisivo entre sucesso e fracasso na busca por lugares de prestígio social nessa estrutura, não construída por esses outros povos. Tornava-se insuficiente pensar um projeto isolado sobre o quanto é bonito o cabelo crespo ou como ser negro é lindo ou ainda colorir figuras historicamente representadas como brancas, de lápis cor marrom. Acredito que todas essas ações tenham sua importância desde que abordadas de maneira crítica e conjunta, no entanto, o tempo de aula era curto e eu atendia toda a escola e na tentativa de aprofundar o diálogo sobre essas questões extremamente importantes aos discentes por se tratarem de suas vidas, iniciamos uma disputa no currículo apresentado para a disciplina de Sala de Leitura, priorizando as insurgências daquelas rodas de conversas e sobre as subjetividades subalternizadas e excluídas, criticando o que está posto pela colonialidade do poder.

O interesse de nossas aulas passou a ser a investigação dos saberes locais, comunitários, conhecimentos distintos daqueles vistos desde cedo na escola; e a crítica de como o modelo educacional que temos inferioriza essas aprendizagens de existência. Segundo Abdelkabar Khatibi, a luta contra a não existência, a existência dominada, a desumanização passou a ser uma meta diária, procurada nas pequenas conversas professora/aluno e nas rodas de conversas pequenas e grandes, para crianças e adolescentes daquela mesma comunidade escolar. Somente a partir do conhecimento experienciado por essas pessoas em suas casas e demais círculos sociais e após o compartilhamento dessas informações em rodas de conversas, foi possível pensar nas diretrizes sobre uma culminância que possibilitasse aos estudantes maior visibilidade e protagonismo estudantil, onde fosse possível trocar seus conhecimentos em âmbito escolar com a certeza de que seriam acolhidos e bem recebidos naquele espaço, objetivando a criação de novas definições, perspectivas e olhares para temas diversos discutidos entre o corpo discente, durante as aulas da disciplina. Esse processo dinâmico de relação, comunicação e respeito, que demanda o entendimento dos nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu, reivindica a reconstrução radical do ser, do poder e do saber e provoca os indivíduos para que denunciem as agressões sociais que sofrem cotidianamente, comunicando-lhes que não são naturais e portanto, passíveis de mudança, mas também busca a construção de novas pontes e caminhos no projeto de uma sociedade intercultural crítica, uma meta a alcançar.

em função de uma apontando caminhos nos quais a responsabilidade sobre suas posições sociais dependiam apenas das ações individuais destes sujeitos, desconsiderando a estrutura social, colonial e racial nas quais se baseiam as reais disputas de espaço nesta sociedade.

Numa perspectiva de reunir contrapontos diversos, objetivando a coexistência de diferentes formas de produção de conhecimento, as rodas de conversas oportunizaram aos alunos autodeclarados brancos uma escuta sincera e real daquelas outras crianças que tinham sua ingenuidade e infância descaracterizadas em função da necessidade de aprenderem a se manterem vivos diante de tantas agressões sociais. Estes se encontravam visualmente reflexivos e perplexos diante do que ouviam e, quando provocados a se manifestarem pontuavam que passavam despercebidos pelos olhares reprovadores denunciados pelos outros colegas da turma. As discussões seguintes nos possibilitaram concluir que não existem pessoas que deixem de ser

notadas, porém há grupos específicos de indivíduos que permanentemente serão alvo das violências sociais em função de uma identidade mítica de grande alcance que segue caracterizando essas mesmas pessoas como pouco merecedoras de direitos; essa cosmovisão, naquele espaço escolar, seguia sem questionamentos mais profundos sobre os motivos de sê-la.

Funcionalmente, a interculturalidade se dava naquele currículo ao limitar o estudo sobre negritude ao dia da abolição da escravidão ou da consciência negra, segregando esse conteúdo ao nicho da educação étnica, vista como algo dispensável por alguns docentes que não estudavam sobre o assunto para lecionar além do senso comum sobre afro-brasilidade; fomentava a importância da convivência harmônica e tolerante entre uns e outros – o que, de fato, exige grande desconhecimento da história desses povos que reivindicam mudanças estruturais na sociedade. A promoção de pré-conceitos e estereótipos negativos reforçando os processos coloniais de racialização, relacionados à submissão e à escravização atendidas ao não vermos questionados nos conteúdos disponibilizados ao alunado as bases ideológicas do Estado, pois partem de lógicas eurocêntricas; persistindo no silenciamento sobre as contribuições políticas, científicas, econômicas do negro e do indígena na formação social brasileira, ao passo que, superiorizava a cadeia de saberes eurocêntricos como os mais importantes, inclusive, no que se refere à abolição da escravidão negra via Princesa Isabel. À medida em que os encontros foram acontecendo, mais relatos cômicos dos lugares subalternizados eram apontados e discutidos e nossas aulas passaram, então, a disputar o currículo daquela instituição, com o objetivo de fomentar as discussões com o alunado e também evidenciar junto ao corpo docente a estrutura geopolítica do conhecimento, que afirma suas teorias e paradigmas como verdades universais silenciando sujeitos que produzem conhecimentos outros.

do que chamamos de interculturalidade uma vez que o currículo educacional está calcado de forma a atender essencialmente o saber e ser europeu hegemonicamente difundido através da colonialidade. O atendimento à lei consolidou-se como uma prioridade para além de seu “cumpra-se” em função da invisibilização das pessoas, de suas práticas sociais, epistêmicas e políticas facilmente identificáveis na sociedade brasileira, na qual está fincada a escola, que ainda dificulta o reconhecimento destes saberes outros e de seus sujeitos do conhecimento como dignos de serem compartilhados e, conseqüentemente, pertencentes ao currículo, para além dos estereótipos tolerados socialmente. A negação do corpo, espaço, intelecto e cultura afro-brasileiras, influenciam negativamente na falta de representatividade cidadã para a comunidade, materializando o apagamento cultural, social e a desumanização da pessoa negra quando esta não é reconhecida como indivíduo que constrói conhecimento; em detrimento daquele, cria-se uma espécie de lacuna que comumente é ocupada por figuras sociais ideais, brancas e o mais próximas possível do padrão europeu ou norte-americano, segundo os fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela elite brasileira.

.....

*** Elen Ferreira**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADICIONAIS INSERIDAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TABULEIRO DOS NEGROS ? PENEDO/AL

*Laís Gois

Este trabalho pretende discutir as práticas educativas tradicionais presentes na comunidade quilombola Tabuleiro dos Negros, localizada no município de Penedo/AL, certificada no ano de 2007 pela Fundação Cultural Palmares. A pesquisa, em andamento, tem como perspectiva metodológica o estudo de caso de abordagem etnográfica e um referencial teórico ancorado na fenomenologia-hermenêutica. Adotamos como procedimentos a pesquisa de campo com objetivos exploratórios e o estudo de caso. Através de observações, anotações em diário de campo, entrevistas semi-estruturadas gravadas e transcritas, procuraremos identificar fatores que levaram a formação dos fenômenos identificados, como os fenômenos atuam e sua função na referida comunidade. Nos utilizamos também de pesquisa bibliográfica e documental, esta última a fim de encontrar registros oficiais antigos a respeito da comunidade. Importa destacar que os procedimentos metodológicos estarão acompanhados de uma postura etnográfica eticamente comprometida com o processo de produção do conhecimento. Consideramos que a pesquisa não é apenas uma ação controlada por procedimentos ou regras, mas uma relação que se estabelece com o campo e os sujeitos envolvidos.

Para tanto, nos propomos a discutir o conceito de quilombo, considerando a historicidade presente nos processos de resistência. Os “quilombo” estão presentes na historiografia de povos africanos de língua quimbundo e umbundo, provenientes do Congo, Matamba, Ndongo e do atual planalto central angolano (LOPES, MACEDO, 2017, p246). Ainda de acordo com os autores, nesta origem o termo pode referir-se a um acampamento militar defensivo ou uma instituição multicultural. No Brasil, o termo “quilombo” foi utilizado genericamente no período colonial para diversas formações sociais organizadas por homens e mulheres negros(as) escravizados(as) ou libertos(as) em resistência ao sistema escravizador, sejam grupos nômades de livres e escravizados voltados ao saque de engenhos, ou grupos que se estabeleceram em um território fixo. Temos como exemplo deste último o célebre Quilombo dos Palmares, fixado no século XVI no território sul da capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas (Nordeste brasileiro) que, para Péricles, foi a “grande rebelião de escravos da América do Sul” (PÉRICLES, 2016, p95), tendo sido necessário “o maior esforço bélico da história colonial” para a sua destruição (PÉRICLES, 2016, p95).

A partir das décadas de 1970 e 1980, o termo será ressignificado por Abdias do Nascimento (1980) como um conceito que oferece as bases de uma organização sócio-política brasileira, o quilombismo. O quilombo, para o autor, significa “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980). É um símbolo de resistência ao racismo institucional do Estado moderno e um território

onde predominam práticas de produção não exploradoras, democracia política, educação intercultural, entre outros.

O reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro da existência de comunidades remanescentes de quilombos ocorreu com a constituição de 1988 em seu artigo 68 (Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios), que estabelece a propriedade fundiária aos sujeitos quilombolas. Este documento é um marco por retirar da invisibilidade institucional os conflitos sociais oriundos da exclusão da população negra brasileira aos direitos sociais, até aquele momento reivindicada pelo movimento negro mas não considerada de fato pelo poder público. Segundo Arrutti, nos anos 90 o discurso do Estado e do movimento negro afinam-se em algumas afirmações: a abolição da escravidão foi conquistada, e não cedida, e a “abolição não alterou de fato a situação da população negra no Brasil, que permaneceu excluída dos mais elementares direitos do cidadão” (ARRUTTI, 2005, p71).

Segundo o mesmo autor, porém, a abertura institucional ao debate a respeito da vida da população afrodescendente não apenas serviu para admitir a existência no território de comunidades originadas de organizações de africanos(as) e seus descendentes. O “artigo 68” cria “novos sujeitos políticos eticamente diferenciados” (ARRUTTI, 2005, p. 66).

Sendo assim, politicamente se abre o desafio de afirmar a existência e os direitos destes sujeitos. A história violenta da escravidão abafou e procurou eliminar qualquer vestígio de uma cultura africana autodeterminada. Sem dúvida a presença africana no território brasileiro é sentida sem esforço na música, na culinária, no vocabulário. Porém, a sua ausência no conteúdo escolar, na organização política, na produção econômica e na produção de conhecimento mostra o isolamento dos afrodescendentes ao poder e o quanto interessa às elites brancas que estes sujeitos não reconheçam em seu horizonte a sua ancestralidade.

A “diáspora negra”, de acordo com Macedo, é o termo utilizado para designar os deslocamentos dos povos africanos e afro-descendentes fora do continente, “seja em decorrência dos tráficos internacionais (...), seja como resultado de guerras e do colonialismo(...)” (MACEDO, 2016, p23). Esta expressão é utilizada por autores como Stuart Hall para pensar o processo de criação e ressignificação de identidades que consideram a cultura da África muito mais como uma matriz de resistência do que uma experiência concreta. Ou seja, não se trata de identificar uma “herança” imobilizada no tempo trazida pelos povos yorubá, daomeanos, fanti-ashanti, haussá, bantu entre outros (RAMOS, 2013), mas admitir o protagonismo dos povos africanos e seus descendentes, a partir da separação que sofreram, em produzir uma ruptura entre estes povos e os colonizadores, uma recomposição de seus sujeitos e saberes e, por fim, um reencontro (MACEDO, 2016).

Nesta perspectiva, cada comunidade remanescente de quilombos possui uma vivência na qual as forças que produzem as formas de sobrevivência, resistência e produção de saberes se articulam e interagem de uma forma particular. Compreender quais as práticas educativas que subsistem e se renovam entre as gerações quilombolas implica identificar e afirmar os saberes provenientes de outras culturas que não a branca.

Nesta etapa exploratória, torna-se premente compreender a função destes saberes na dinâmica de uma comunidade, como eles podem estar presentes na construção coletiva de uma possível identidade quilombola e de um modo de vida que re-existe

apesar dos obstáculos sociais marcados pelo racismo ainda tão presente na realidade brasileira.

.....

* Laís Gois

Universidade Federal de Sergipe UFS. São Cristóvão, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁTICAS LINGUÍSTICAS E DIFERENÇA COLONIAL EM TRAJETÓRIAS DE (RE)EXISTÊNCIA TEXTUAL: UM ESTUDO DE CASO

*Karla Alves De Araújo França Castanheira

*Ludmila Pereira De Almeida

*Nathália Pereira De Oliveira Sousa

As práticas textuais são materializações de discursos, trajetórias e histórias marcadas pela diferença colonial (MIGNOLO, 2003), sendo formas de linguajamento que produzem e são produzidas pelo encontro das histórias locais com as imposições coloniais. Partindo dessa concepção, apresentamos nesse trabalho algumas leituras possíveis de um evento textual encontrado no centro de Goiânia, a segunda maior cidade do centro-oeste brasileiro. Goiânia é uma cidade planejada do início do século XX, fundada em 1933, cujo planejamento traz em si as marcas históricas do momento que a funda: a marcha para o Oeste e o projeto de “integração nacional” (entendido como “dominação do sertão”). Isso pode ser visto em dois monumentos marcantes presentes em seu “centro pioneiro”: o Monumento ao Bandeirante, de 1942, uma estátua de três metros e meio de altura de um bandeirante armado, e, a mais ou menos oitocentos metros dele, o Monumento das Três Raças, oficialmente chamado de Monumento à Goiânia, de 1967, uma “homenagem às três raças que trabalharam na construção da cidade”, uma estátua com três homens erguendo a pedra fundamental da cidade. Hoje, na avenida que conecta os dois monumentos, se encontra um “lambe” (cartazes, dos mais diferentes tamanhos e tipos de papéis, fixados com uma mistura de cola e água, geralmente encontrados em espaços públicos) que diz “quando não tem ninguém olhando os três malucos das três raças saem da praça, sobem a Goiás e dão uma surra no bandeirante”. Os “lambes”, mesmo que sejam formas de comunicação há muito presentes nas sociedades, são considerados ainda formas “alternativas” e mesmo “marginais” de expressão artística, por vezes “englobados” nos recorrentes discursos sobre a “poluição visual das cidades”, o que por si só demonstra uma disputa desigual de poder sobre o direito de “dizer a cidade”, quando colocado em relação às grandes estátuas, com placas metálicas de identificação às quais fazem referência. Pretendemos, neste trabalho, apresentar uma análise dessa inscrição por várias das perspectivas que a perpassam. Apresentando aqui, primeiramente, uma análise textual dessa prática linguística, pensando a textualidade como materialização epistêmica e discursiva (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1983). Partindo dela, discutimos como o “mito da miscigenação racial”, tão arraigado na produção do pensamento social brasileiro e na “identidade nacional”, representado pelo Monumento à Goiânia, assim como o Bandeirantismo são dois momentos históricos, concomitantes mais do que sobrepostos, da colonialidade interna que se instaura durante o “ciclo do ouro”, nos séculos XVII e XVIII, e se fortalece no Brasil a partir da Independência. Essa colonialidade interna no Centro-

Oeste brasileiro faz parte da diferença colonial que forma o povo goiano tanto quanto a diferença colonial formada pelas macro-estruturas e pelos dispositivos epistemológicos do sistema mundo colonial/moderno e, defendemos aqui, elas não podem ser dissociadas uma da outra ou entendidas como processos coloniais [separados], e sim contínuos e complementares, que se unem na produção dos saberes e das histórias locais diante das diversas imposições dos projetos globais (MIGNOLO, 2003). Assim, as ideologias que impulsionam a ideia do progresso e mascaram suas consequências às vidas/narrativas (DUSSEL, 2005) chegam e se instauram no Centro-Oeste brasileiro a partir dessa dupla colonialidade, o que invisibiliza as múltiplas formas de se viver/ser/saber nesta região, que se sustentam com a natureza, já que o Cerrado - região em que se encontra Goiânia - se porta como um dos maiores espaços de diversidade sócio-cultural-linguística do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2002), mas cuja diversidade é, quando não exterminada, apropriada por discursos dominantes, apagando seus produtores por direito. Sob essa perspectiva, propomos aqui uma análise da inscrição citada acima a partir de como ela tanto textualmente quanto discursivamente e epistemologicamente é uma prática linguística formada (e formadora como todas as práticas linguísticas o são) da formação da memória sócio-histórica, pelo viés linguístico, da população goiana tanto quanto das resiliências/insubmissões geradas pelas e geradoras das múltiplas narrativas que marcam tal povo e constroem os corpos/espacos pelas/nas tensões interseccionais da diferença.

.....

* Karla Alves De Araújo França Castanheira

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil

* Ludmila Pereira De Almeida

Universidade Federal de Goiás - UFG. Goiânia, Brasil

* Nathália Pereira De Oliveira Sousa

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil

Resumen de ponencia

PRESENTACIÓN DEL PROYECTO “MAESTRÍA EN ESTUDIOS CRÍTICOS Y POLÍTICOS DEL SUR”

Facultad de Derecho y Ciencias Sociales - Universidad Nacional del Comahue - Fadecs - UNCo (Argentina)

*Julio César Monasterio

*Martín Ezequiel Díaz

El motivo de esta presentación es dar cuenta de las líneas generales del proyecto institucional de Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur. Dicho proyecto institucional apunta a la creación de un espacio académico de posgrado cuyo principal objetivo es la formación de una masa crítica local abocada al análisis crítico y transdisciplinario del campo de saber de las ciencias sociales de y desde Nuestra América, a desarrollarse en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales (FADECS) de la Universidad Nacional del Comahue (UNCo), Argentina.

En sus aspectos centrales la Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur propone un abordaje crítico de y desde Nuestra América del campo de saber de las ciencias sociales con un particular énfasis en el análisis de las derivas epistémico-políticas, medioambientales, socioculturales y de gobierno/jerarquización de las poblaciones producidas por el legado moderno occidental en nuestro sur global. En tal sentido la referencia al Sur, en tanto locus de enunciación privilegiado de la estructura curricular de esta maestría, remite de acuerdo a Boaventura de Sousa Santos (2009) tanto a un espacio geográfico como geopolítico desde el cual pensar la realidad histórica de los pueblos oprimidos por parte de la empresa colonial iniciada con la modernidad capitalista europea, así como a las derivas y nuevas modalidades que asume dicha empresa en nuestro presente. En esta clave una particular relevancia posee en el armado de la estructura curricular de la Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur el análisis de lo que Aníbal Quijano (1991; 2007) ha denominado como la emergencia en los albores de la modernidad capitalista europea, a partir de la expansión colonial hispano lusitana de 1492, de un patrón colonial del poder en virtud de su decidido impacto en la conformación del campo de las ciencias sociales y humanas hegemónicas y, con ello, en la generación y reproducción de una versión eurocéntrica del conocimiento y de la historia (Dussel, 1994).

En este marco, el proyecto de una Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur apunta, entre sus ejes medulares, a desandar la crítica al eurocentrismo operante al interior de la matriz de conocimiento moderna y, con ello, la dimensión monocultural, racista, sexista y heteronormativa oculta en tal matriz (Castro Gómez - Grosfoguel, 2007; Mignolo, 2010; Lugones, 2008; Segato, 2010; Walsh, 2007). A su vez esta maestría promueve una indagación de los alcances filosóficos-políticos de la ruptura generada con la modernidad entre hombre/naturaleza y la reproducción por parte de la cultura occidental hegemónica de esta dicotomía bajo diferentes estrategias

discursivas tales como la idea de progreso y de desarrollo en sus distintas denominaciones -desarrollo ilimitado, desarrollo sostenible o sustentable- (Escobar, 2003; Leff, 2000). La indagación de dicha ruptura entre hombre/naturaleza generada con la modernidad capitalista posee una suma relevancia en el marco de esta maestría dada su directa relación con el análisis de las actuales estrategias neoextractivistas y neocoloniales propiciadas por la mundialización neoliberal, focalizadas en la colonización y despojo de los “bienes comunes” de la naturaleza en Nuestra América (Machado Aráoz, 2012; Seoane, 2015; Svampa, 2015). Sumado a lo anterior esta maestría propone entre sus ejes centrales el abordaje de los procesos de racialización, subalterización y subjetivación generados con la modernidad capitalista en vinculación a las estrategias de gobierno de los cuerpos y de las poblaciones acaecidas en nuestro pasado, así como las nuevas modalidades que asumen estas estrategias en nuestro presente histórico (Maldonado-Torres, 2007; Mbembe, 2016; Murillo, 2012, 2015). Asimismo el campo de análisis de la Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur abarca un conjunto de perspectivas teóricas -Giro Decolonial, Estudios (Inter)Culturales Críticos, Ecología Política, Estudios Poscoloniales, Ecofeminismo, Feminismos del Sur, entre otras-, las cuales han cobrado en las últimas décadas una creciente relevancia y presencia dentro de los debates suscitados en la agenda del pensamiento crítico latinoamericano. De allí que categorías de análisis tales como: eurocentrismo, colonialidad, descolonización, decolonialidad, geopolítica del conocimiento, pensamiento e interculturalidad “desde abajo”, transmodernidad, ecologismo popular, ética y cultura del cuidado; configuran un conjunto de valiosos insumos teóricos a partir de los cuales analizar la complejidad y heterogeneidad de los procesos acaecidos en la actualidad en nuestro sur global. En virtud de lo expuesto, el propósito de esta presentación radica en socializar los lineamientos generales del proyecto de Maestría en Estudios Críticos y Políticos del Sur en virtud de los abordajes epistémico-políticos que conforman la misma, los cuales constituyen abordajes centrales en la actual agenda de las ciencias sociales latinoamericanas a la vez que guardan una directa relación con la convocatoria de la 8ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales organizada por Clacso.

.....

*** Julio César Monasterio**

Facultad de Derecho y Ciencias Sociales - Universidad Nacional del Comahue Fadecs - UNCo. General Roca, Argentina

*** Martín Ezequiel Díaz**

Facultad de Derecho y Ciencias Sociales - Universidad Nacional del Comahue Fadecs - UNCo. General Roca, Argentina

Resumen de ponencia

PRESUPUESTOS COLONIALES EN LA ÉTICA DE LA INVESTIGACIÓN: UN ABORDAJE EPISTEMOLÓGICO EN CLAVE DESCOLONIAL

*Jessica Kaufman

Abstract

La ponencia propuesta ha surgido como resultado de mi pesquisa en el marco del proyecto de I+D financiado por la Universidad Nacional de La Plata: “Justicia, desigualdades sociales e igualdad en salud”, durante el año 2017; y en consonancia con las temáticas abordadas en mi tesis de Maestría en Bioética. Ambos trabajos han apuntado a identificar y visibilizar, desde un abordaje epistemológico, algunos de los sesgos de colonialidad que entrañan tanto la bioética como la ética de la investigación. Con respecto a la segunda disciplina mencionada —en la que se centrará la ponencia propuesta—, es posible advertir la particularidad de que, si bien ha emergido con el propósito explícito de promover y resguardar los DDHH y la autodeterminación en el marco de la investigación con seres humanos, sostiene un discurso colonial que, por el contrario, promueve, resguarda y les otorga legitimidad ética a las asimetrías entre sujetxs cognoscentes y conocidxs; y que, en la medida en que fomenta la actitud paternalista por parte de lxs investigadorxs hacia lxs sujetxs subalternizadxs, contribuye a vulnerar la autonomía de estos últimos. De acuerdo con lo anterior, el presente trabajo se propondrá analizar los presupuestos coloniales que sostiene el discurso de la disciplina mencionada, las consecuencias éticas implicadas y las condiciones epistemológicas para la construcción de éticas de la investigación descolonizadas.

Resumen extendido

Los abusos cometidos por científicxs nazis, durante la segunda guerra mundial, pusieron de manifiesto la necesidad imperiosa de establecer pautas éticas en experimentación con seres humanos; de acuerdo con lo cual, la ética de la investigación ha emergido, a fines de los años 40, con el objeto de promover y resguardar los derechos humanos y la autodeterminación de lxs individuxs estudiadxs en el marco de las pesquisas científicas. En este sentido, primeramente ha ponderado las cuestiones vinculadas con el respeto por la autonomía de lxs sujetxs de investigación y, junto con esto, ha planteado la indispensabilidad del consentimiento informado —exigencia que sería postulada, por primera vez, en el Código de Nüremberg de 1947—. Posteriormente, ante las dificultades de su implementación, el consentimiento informado iría perdiendo su lugar de privilegio desde los años 50 y, por el contrario, comenzarían a considerarse otros elementos como requisitos esenciales para la aceptabilidad ética de las investigaciones biomédicas: por ejemplo, el balance riesgo-beneficio favorable, la revisión y aprobación del protocolo de investigación por parte de un comité de ética independiente, y la preservación de la privacidad y

confidencialidad de los datos personales de lxs participantes, entre otros (Cfr. Luna y Salles, 2008). Por otro lado, cabe mencionar que algunas de esas pautas éticas han sido consideradas, aunque de manera parcial, al respecto de los trabajos de campo en las ciencias sociales (Santi, 2016). Sin embargo, a pesar de que el propósito explícito de la ética de la investigación (en cualquier área) consiste en promover y resguardar los DDHH y la autodeterminación de lxs individu@s estudiad@s; se advierte que, por el contrario, promueve, resguarda y les otorga legitimidad ética a las asimetrías entre sujet@s cognoscent@s y conocid@s; y que, en la medida en que fomenta la actitud paternalista hacia lxs individu@s subalternizad@s, contribuye a vulnerar su autonomía.

En los principales documentos éticos internacionales, lxs sujet@s racializad@s son identificad@s como “grupos étnicos y raciales minoritarios” e incluidos en la categoría de “personas (o grupos) vulnerables” (CIOMS-OMS, 2002; OPS-OMS, 2005). Al respecto, se advierte que, por un lado, la utilización del término “vulnerable” —en lugar del vocablo “vulnerabilizad@”— no parece consistir en un dato menor: en efecto, contribuye a invisibilizar el proceso de vulnerabilización de lxs individu@s mencionad@s y, con esto, despoja a las prácticas discursivas coloniales de cualquier responsabilidad causal al respecto de las condiciones de vulnerabilidad en las que, desde esa perspectiva, se encuentran inmers@s. En este sentido, el término escogido parece sugerir que la responsabilidad causal recaería en lxs propi@s individu@s, en el azar o en otros factores ajenos a las relaciones de poder coloniales, en la medida en que, además, los documentos éticos internacionales colocan bajo la misma categoría de “personas vulnerables” a, por ejemplo, pacientes con alzheimer avanzado —como si se tratase de dos situaciones comparables en lo que respecta a las condiciones de vulnerabilidad—.

Por otro lado, cabe mencionar que el concepto de “personas vulnerables” comprende, de acuerdo con las explicaciones proporcionadas por los principales documentos éticos internacionales, a tod@s aquell@s individu@s que poseen capacidad o libertad disminuida para consentir o abstenerse de dar consentimiento (Ibid.); lo cual tampoco resulta un dato menor. En efecto, la clasificación de lxs sujet@s racializad@s bajo la categoría de “personas vulnerables” presupone la consideración de est@s como individu@s no autónomos: es decir, como aquell@s sujet@s que, en términos kantianos, todavía no han llegado a la “mayoría de edad”. En consecuencia, los documentos éticos conducen a lxs investigador@s a adoptar una actitud paternalista con respecto a lxs sujet@s de investigación subalternizad@s —que identifican como “vulnerables”—, como si se tratase de niñ@s pequeñ@s que precisan de representantes para decidir lo que sería relevante o beneficioso investigar en favor del “desarrollo” de sus comunidades. De esta manera, las pautas para la aceptabilidad ética de las investigaciones que involucran a las llamadas “personas vulnerables” conducen, inevitablemente, al otorgamiento de legitimidad ética a las pesquisas que promueven la subalternización: en efecto, reproducen el discurso racista que sostiene la incapacidad de lxs sujet@s racializad@s para decidir por sí mismos.

De acuerdo con lo anterior, la ética de la investigación promueve y legitima la diferencia epistémica entre lxs investigador@s y lxs investigad@s, en función de lo cual lxs segund@s no serían reconocid@s como interlocutor@s válid@s, sino como sujet@s

irracionales que precisan ser estudiadxs, conducidxs y protegidxs por lxs primerxs —los cuales serían consideradxs, en este sentido, como individuxs iluminadxs—. De este modo, la ética de la investigación fomenta de manera activa el silenciamiento de lxs sujetxs que identifica como “vulnerables”: particularmente, silencia e invisibiliza sus demandas, sus conocimientos y sus intereses; y, en definitiva, promueve y le otorga legitimidad ética a la injusticia cognitiva —en el sentido que plantea Santos Sousa (2009)— en el marco de la pesquisa. En este contexto, las éticas devenidas “otras” también resultan activamente producidas como inválidas en función de la falta de reconocimiento de lxs sujetxs que las encarnan y, al mismo tiempo, en virtud de la imposición de una única ética como válida. En efecto, desde principios de la década del 80, la ética de la investigación comenzó a identificarse en gran medida con los célebres cuatro principios *prima facie* de la ética biomédica —propuestos por Beauchamp y Childress en 1979—: 1) respeto por la autonomía, 2) beneficencia, 3) no maleficencia y 4) justicia. Dado su carácter pretendidamente universal, la instrumentalización de los principios permitiría, desde esa perspectiva, justificar la eticidad de las investigaciones con independencia del contexto en el que fueran empleados. En este sentido, las pretendidas a-historicidad, formalidad y universalidad de los principios mencionados suponen el reconocimiento de una única ética como válida; lo demás, por el contrario, sería identificado peyorativamente como lo “otro”, lo “particular”, lo “regional” —reproduciendo, en este sentido, la lógica colonial que distingue entre centro y periferia—.

Por otra parte, en lo que respecta a la justificación ética de las investigaciones a partir de la instrumentalización de los principios mencionados, cabe señalar que los principales documentos éticos postulan la necesidad de justificar debidamente —ante un comité de ética— la inclusión de “personas vulnerables” en las investigaciones (Op. Cit. CIOMS-OMS, 2002; OPS-OMS, 2005). Ahora bien, puesto que, según los documentos éticos a los que se ha hecho referencia, lxs sujetxs colonializados —identificadxs como “vulnerables” — no serían seres autónomxs, los justificativos para su inclusión en pesquisas suelen estar sustentados en el principio de beneficencia —en lugar del de autonomía—: es decir, en lo que, desde la mirada eurocéntrica de lxs sujetxs cognoscentes, sería favorable investigar para el “desarrollo” de lxs sujetxs conocidxs —quienes, desde esa perspectiva moderna-colonial, al ser irracionales, se encuentran incapacitadxs para decidir por sí mismxs y para velar por sus propios intereses—.

En función de lo expuesto, la ponencia se propone analizar los presupuestos coloniales que sostiene el discurso de la disciplina mencionada, las consecuencias éticas implicadas y las condiciones epistemológicas para la construcción de éticas de la investigación descolonializadas: esto es, para la construcción de éticas de la investigación que promuevan, en lugar de la actitud paternalista de lxs científicxs, la escucha de las demandas de lxs sujetxs de pesquisa —en el sentido que propone Segato (2015) al respecto de la etnografía—; éticas de la investigación que, en este sentido, reprochen la diferencia epistémica entre sujetxs cognoscentes y conocidxs; éticas de la investigación que promuevan y les otorguen legitimidad a los denominados “pluralismos (bio)éticos” (Jesus Oliveira & Osman, 2017) —en lugar de imponer una

única ética con pretensiones de universalidad—; éticas de la investigación que, en definitiva, aboguen por la justicia cognitiva como condición ética para la investigación.

.....

*** Jessica Kaufman**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

PROBLEMA Y DEFINICIÓN DE LOS CLÁSICOS EN LA TRADICIÓN LATINOAMERICANISTA

*Gonzalo Fabián García

Nuestro trabajo tiene como propósito examinar la figura problemática de los clásicos en la tradición del pensamiento latinoamericano. La pregunta central que trataremos de responder es: ¿Por qué en América Latina, a diferencia del desarrollo histórico del pensamiento (sociológico) que exhiben los centros modernos, las “nuevas ideas” tienden a presentarse como rupturas permanentes con las experiencias intelectuales pasadas? Nuestro punto de partida está dado en discusión con la tesis de “la centralidad de los clásicos” de Jeffrey C. Alexander (1990 y 1992); la cual demuestra que la apropiación crítica de las dimensiones sistemáticas de las obras de los clásicos ha sido fundamental para el desarrollo de la ciencia social europea y norteamericana. Pero en el caso de América Latina, según nuestra hipótesis, no ocurriría del mismo modo. El lugar de la apropiación histórico-hermenéutica de la tradición -a lo Alexander-, se intercalan los procesos de recepción de las modas teóricas, resultando en un ejercicio permanente de rupturas con las experiencias intelectuales pasadas. En los centros modernos destaca el hecho de que la misma historia o devenir histórico del pensamiento es sometido a examen incrementando la reflexividad de la filosofía, de las disciplinas de las ciencias sociales o de las humanidades. Se trata de una dinámica no estrictamente progresiva del conocimiento -como supone el modelo positivista y acumulativo de la ciencia-, sino de continuidad reflexiva vía apropiación de la propia tradición. En nuestro contexto, en cambio, las nuevas ideas son impulsadas a través de la puesta en crisis de lo pensado con anterioridad. En ese sentido, la emergencia de nuevos desarrollos teóricos o corrientes de pensamiento estaría ligada de manera invariante a las sucesivas rupturas con las experiencias intelectuales pasadas, y no a su apropiación crítica. Autores como Andrés Roig (2008), han caracterizado este comportamiento como una sucesión de recomienzos continuos en el filosofar latinoamericano. Por ello, además nos preguntamos: ¿En qué consistiría lo específico de nuestros clásicos? Y, ¿cómo ha sido tematizada la cuestión desde la historia de las ideas?

Proponemos ilustrar lo expuesto a partir de un recorrido histórico que va de la reacción antipositivista a inicios del siglo XX (José Enrique Rodó) hasta los orígenes del marxismo latinoamericano (José Carlos Mariátegui). Constataremos ciertos problemas esenciales a los que históricamente se ha enfrentado el intento de desarrollar un pensamiento propio, auténtico, sobre (y en) América Latina.

La irrupción de Mariátegui en el campo cultural latinoamericano se caracterizó por un decidido juicio hacia la propia tradición intelectual; una “rapsodia compuesta con motivos y elementos del pensamiento europeo” -en sus palabras (2010, p. 216). Un ejercicio no muy distinto -pese a las obvias diferencias de contexto- está presente en Rodó en su crítica a la actitud imitativa del pensamiento positivista, denunciando la

“nordomanía” bajo sus ideales reformistas y diagnósticos sociales -los cuales se habrían constituido sin considerar el reservorio histórico-cultural latinoamericano. A su vez, Mariátegui (2003) caracteriza el pensamiento de Rodó como un “un simulacro de ideología” y denuncia a la generación que se ha hecho de la bandera del arielismo en el Perú como carente de un criterio de realismo y de operar como ideóloga de la casta oligárquica. Luego, la operación sectaria y liquidacionista iniciada contra la herencia mariateguiana apeló a un argumento similar; prontamente fallecido, el carácter heterodoxo de su marxismo fue lapidado (tanto por apristas y comunistas) como una desviación europeísta y populista. Se le condenó como un intelectual “pequeñoburgués” cuyo desconocimiento de la realidad concreta habría sido la causa de sus “fantasías” revolucionarias. Sin embargo, cincuenta años después el impulso original de su pensamiento fue revitalizado como “la única obra teórica realmente significativa del marxismo latinoamericano” (Aricó, 1978).

.....

*** Gonzalo Fabián García**

Instituto de Estudios Avanzados. Universidad de Santiago de Chile - IDEA/USACH. Providencia, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

PROPUESTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DECOLONIAL DE “LUGARES OTROS” PARA NARRAR EL PASADO Y CONFIGURAR UNA EPISTEMOLOGÍA DE FRONTERA

*Olga Camila Hernández

Resumen

Este escrito presenta el desarrollo de una propuesta teórico-metodológica decolonial que, a partir de elementos ya desarrollados por otros autores, se construyó para el proyecto de tesis doctoral en curso titulado *La escuela colonial y la negociación de identidades: una comprensión desde dos instituciones educativas en la Isla de San Andrés*. El escrito muestra la forma en que la investigadora aborda la reflexión sobre la importancia de trascender los límites disciplinares para comprender los problemas de investigación como una red de relaciones sociales, y de la misma manera reconocer unos “lugares otros” para narrar el pasado y configurar una epistemología de frontera. Esta reflexión se posibilita al poner en diálogo diferentes disciplinas, autores y métodos de investigación como la etnografía que facilitan el tránsito hacia una propuesta dialógica y colaborativa.

Palabras clave: metodología, decolonial, disciplinas, epistemología, frontera.

Introducción

El proyecto mencionado se ubica en el campo de la antropología de la educación, y tiene un interés por la comprensión de fenómenos socioculturales relacionados con prácticas del lenguaje. La premisa sobre la que se desarrolla la argumentación de esta propuesta es que el sistema educativo en la actualidad, la escuela, al ser analizada en términos de los saberes, las relaciones de poder y las subjetividades que se emergen en la misma, devela algunas herencias de la colonialidad. Para comprender estas herencias coloniales, podemos analizar algunos dispositivos (PEI, Manuales de Convivencia y textos escolares), conocer experiencias de vida de los sujetos que hacen parte de este contexto escolar a partir de entrevistas semiestructuradas, y observar prácticas discursivas en instituciones educativas de la Isla de San Andrés, que permitan comprender las maneras en que operan estas herencias de la colonialidad en términos de raza, saberes e identidad étnica.

Los “lugares otros” para narrar el pasado configuración de una epistemología de frontera

El punto de partida para pensar la metodología de esta investigación es la convergencia de las ciencias sociales, no como campos disciplinares fragmentados, sino como la posibilidad de leer la problemática de estudio en clave de las relaciones sociales presentes y de su complejidad misma, en clave indisciplinar.

Una línea de pensamiento desarrollada fue el pensamiento indígena con autores como Novach (2010) “*Conversational Method in Indigenous Research*”, y Tuhiwai Smith con su texto “*Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*” del año 2010. Una de las contribuciones fundamentales del pensamiento indígena para esta

investigación es el reconocimiento de la “otredad”. Las metodologías indígenas se sustentan en el sistema de conocimientos ancestrales y la concepción que los pueblos indígenas tienen sobre la naturaleza del mundo. Como lo describe Poesanger (2004) “las metodologías indígenas son un conjunto de métodos y teorías indígenas, normas y postulados empleados en la investigación con el enfoque de los pueblos indígenas” (p. 107).

El enfoque postcolonial tiene el potencial de visibilizar interconexiones entre categorías, como las de raza, nación, imperio, y producción cultural, las cuales están presentes en el contexto de la escuela. En este sentido, este enfoque se presenta como un marco apropiado para el estudio de la cultura y la colonialidad, recogiendo por su naturaleza discursiva, historias de subalternidad y resistencia que se adentran en el archivo colonial. Ashcroft, Griffiths y Tiffin (2003) “amplían el marco de comprensión de los estudios postcoloniales como una orientación para comprender los marcos discursivos sobre los cuales se ha perpetuado el poder colonial y los que permiten subvertirlos” (p. 117).

Para continuar con esta reflexión sobre la configuración epistémica de esta propuesta metodológica es importante resaltar las contribuciones desarrolladas por algunos autores de las epistemologías del sur acerca de la configuración del pensamiento abismal como una forma ecológica de reflexionar sobre los saberes (De Sousa Santos, 2010; Rappaport, 2007). El pensamiento occidental moderno es caracterizado por Santos (2010) como un pensamiento abismal que visibiliza e invisibiliza, y crea dos lados desde donde se puede leer la realidad. En esta relación, la imposibilidad de la presencia de los dos lados de la línea es evidente, ya que el pensamiento abismal moderno sobresale en la construcción de distinciones y en la radicalización de las mismas. Santos (2010) afirma que “la división es tal que el otro lado de la línea desaparece como realidad. Fundamentalmente lo que más caracteriza al pensamiento abismal es la imposibilidad de la copresencia de los dos lados de la línea” (p. 12).

Finalmente, esta propuesta metodológica se enriquece de las reflexiones de la perspectiva decolonial frente a lo que se denomina colonialidad del poder, del saber y del ser. El pensamiento decolonial es una perspectiva epistemológica que busca discutir las herencias coloniales en América Latina. De acuerdo con los postulados de este colectivo de pensadores, la relación modernidad-colonialidad constituye un marco teórico-político que permite problematizar la construcción de conocimiento en la modernidad buscando situar desde Latinoamérica un “conocimiento otro”. Esta visión de la modernidad tiene implícita la colonialidad. De esta manera se entiende que el pensamiento siempre debe ser situado en términos históricos y espaciales para reconocer las relaciones de asimetría bajo las que se ha configurado la organización jerárquica de los conocimientos y de los sujetos.

Conclusiones

Este documento ha buscado reflexionar en torno a las siguientes preguntas ¿Tiene algún sentido pensar una metodología decolonial? ¿Es coherente con la propuesta decolonial pensar en una “metodología”? ¿Cómo diseñar procedimientos de investigación que sean decoloniales?, ¿Cuál es el rol de un investigador en un estudio decolonial?, y en definitiva ¿Cómo ser metodológicamente decolonial cuando se es epistémicamente desobediente? (Mignolo, 2010). Teniendo en cuenta el desarrollo abordado podemos concluir lo siguiente:

Debido a sus principios filosóficos la perspectiva decolonial no propone una

metodología de investigación particular, por lo tanto, es deber de los investigadores problematizar las metodologías que se utilizan cuando se desarrollan trabajos de campo y construir propuestas desde los contextos de aplicación, que respondan a los intereses de los investigados y que permitan nuevos posicionamientos epistemológicos.

Referencias

- Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (2003). *The poscolonial reader*. Taylor & Francis e-Library.
- Bidaseca, K. (2010). *Perturbando el texto colonial. Los Estudios Poscoloniales en América latina*. Buenos Aires: Ediciones SB.
- Bubnova, T. (2006). Voz, sentido y diálogo en Bajtín. *Acta Poética*, Volúmen 27, No. 1, pp. 97-114.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). *El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: (Eds.) Nómadas.
- Castro-Gómez, S., Schiwy, F., & Walsh, C. (2002). *Indisciplinarias las ciencias sociales: Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino*. Editorial Abya Yala.
- De Sousa Santos, B. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Ediciones Trilce.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2005). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. London: Sage.
- Fanon, F. (2009). *Piel negra mascarar blancas*. . Ediciones Akal, S. A.
- Gordon, L. (2006). *African-American Philosophy, Race, and the Geography of Reason in Not Only the Master's Tools: African-American Studies in Theory and Practice*. London: Paradigm.
- Guha, R. (2002). *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Crítica.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo.
- Novach, M. (2010). *Conversational Method in Indigenous Research*. *First Peoples Child & Family Review*, Vol. 5, No. 1.
- Pizarro, P., & Cabaluz, R. (2010). *Colonialidad del poder y geopolítica del conocimiento. Reflexiones para repensar las pedagogías críticas*. *Revista Electrónica Diarios Educativos*, Vol. 19, No. 10, pp. 149-162.
- Poesanger, J. (2004). *An Essay about Indigenous Methodology*. *Nordlit. Arbeidstidsskrift i litteratur*, Vol. 8, No. 1, pp.107, 108.
- Quijano, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*. En *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Rapport, J. (2007). *Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración*. *Revista Colombiana de Antropología*, Vol. 43, pp. 197-229.
- Rivera-Cusicanqui, S. (2015). *Sociología de la imagen Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Ediciones Tinta Limón.
- Spivak, G. (2003). *¿Puede hablar el sujeto subalterno?* *Revista Colombiana de Antropología*, Vol. 39, pp. 297-364.
- Spivak, G. (2008). *Muerte de una disciplina*. Santiago: Editorial Palinodia.
- Suárez-Krabbe, J. (2011). *En la realidad: Hacia metodologías de investigación*

descoloniales. *Tabula Rasa*, No. 14, pp. 183-204.

Tuhiwai Smith, L. (1999). *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London & New York: Zed Books Ltd.

Walsh, C. (2010). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Quito : Abya Yala.

.....

* Olga Camila Hernández

Universidad ECCI ECCI. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

QUEM FORMA O BRASIL DO LIVRO DIDÁTICO? EM BUSCA DE UMA ANÁLISE DESCOLONIAL DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

*Victor Carvalho Loback De Faria

O ensino de Geografia e, em específico, o currículo formal são marcados profundamente pela Colonialidade do Saber. Apesar dos aparatos formais do Colonialismo terem chegado ao fim, a influência que exerceu em corpos e mentes não foi rompida e continua regendo a sociedade. A escola não ficou isenta deste processo e, muitas vezes, contribui para sua manutenção. No presente trabalho, buscamos verificar em que medida o ensino de Geografia contribui para o tensionamento ou para a manutenção de um padrão de saber colonial eurocêntrico, especialmente no que diz respeito da abordagem da formação territorial do Brasil. Buscamos responder “quem forma o Brasil dos livros didáticos”, claramente denotando que aquela é uma das interpretações possíveis sobre o Brasil, cujos elementos de formação e povos são erguidos no mesmo movimento em que outros são apagados. Os resultados apresentados foram obtidos a partir de pesquisas no Mestrado em Educação na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Amélia Bezerra.

Ainda é relegado à Geografia o papel de construir no educando um sentimento de identidade nacional com base no território. Porém, como em toda construção identitária, alguns elementos são escolhidos em detrimento de outros. À mesma maneira que conteúdos são privilegiados, esses elementos tampouco são escolhidos de modo neutro. Ao contrário, refletem e reforçam padrões esperados da raça, classe e gênero dominantes, por eles próprios constituídos. Neste jogo de tensas relações, o poder de organização do currículo escolar figura como elemento fundamental para que tais objetivos possam ser alcançados.

O currículo formal, mesmo não dando conta da totalidade da formação do indivíduo não pode ser desmerecido, afinal é organizador das atividades docentes. Assim, pretendemos realizar incursões ao currículo formal a partir de uma das suas maiores expressões: o livro didático. No que se refere à Geografia, o livro didático exerce uma grande relevância na construção das narrativas sobre a formação territorial do Brasil. Cremos ser o instrumento de expressão maior e síntese das competências e conhecimentos desejados pela classe, raça e gênero dominantes para os sujeitos sociais escolarizados. Nosso percurso se deu a partir da análise do tema em dois livros didáticos de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental – Projeto Araribá e Jornadas.Geo -, utilizados na rede estadual do Rio de Janeiro. Refletimos em que medida as colonialidades do saber e do poder ainda permeiam estes discursos a partir de um saber eurocêntrico.

O currículo escolar não se restringe à mera lista de conteúdos, estática e esvaziada de interesses. Ao contrário, ele é um campo de disputas ou, nas palavras de Silva (1996),

uma arena política. O currículo está ativo, e não apenas reflete visões de grupos que se pretendem hegemônicos, como é contingente de tais relações de poder. Sendo assim, interpretamos o currículo enquanto um produto sociocultural formado por e a partir de tensas relações de poder, e legitimador de tais relações, sendo objeto de desejo de diversos grupos a fim de afirmarem ou formarem sua posição na sociedade, conquistando o poder de representação.

Nesta disputa por obter o poder de discurso do currículo, grupos e seus respectivos interesses são fortalecidos em detrimento de outros. Visamos, para uma análise descolonial, sempre indagar quais grupos e interesses não apenas estão representados, como detêm o poder de representar a outros. E indagar, ainda, quais grupos sequer estão representados, ou foram representados por outros com bases em estereótipos. Em nosso caso específico: quem está incluído na geo-história sobre a formação territorial do Brasil.

Ao passo em que grupos nem sequer figuram no currículo, é possível fazer uma relação entre eles e as colonialidades do poder e do saber vigentes em nossa sociedade capitalista moderno-colonial. Não por acaso, grupos subalternizados serão os excluídos desta produção de discursos e valores, enquanto grupos dominantes o constituirão. Então, podemos afirmar que o currículo é orientado por dinâmicas da sociedade ao mesmo tempo em que este é orientador destas dinâmicas, em um movimento de retroalimentação.

Comumente, será valorizado no currículo um saber científico europeu, uma cultura eurocêntrica e corpos brancos, masculinos, burgueses e heterossexuais. Demais saberes, culturas e corpos figurarão apenas pejorativamente como tradicionais, exóticos, incompletos ou mesmo atrasados. No tempo linear que rege boa parte do imaginário moderno-colonial, o saber priorizado será o saber julgado na ponta considerada mais evoluída: o da Ciência Moderna europeia. Corroborando nossa argumentação, Santomé (1995:161) afirma que “as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação”.

Deste modo, é importante analisar o que o currículo fala, mas também os seus silêncios. Verificar como realidades ou grupos são retratados a partir de textos e imagens – em nosso interesse particular, nos livros didáticos –, mas também o que deixou de ser dito, sempre por razões ideológicas, reforçando valores vigentes em nossa sociedade. Uma abordagem geo-histórica, que pretenda romper com a colonialidade sobre o tema proposto, em diálogo com o debate curricular, se mostra de grande necessidade nos dias atuais. Concordamos com Moreira e Silva (2011) ao afirmarem que “o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (p.14). É preciso reconhecer os processos de “violência epistêmica” (Castro-Gómez, 2005) que conformam o ensino escolar.

É possível perceber como o currículo escolar, de modo geral, e de Geografia, em particular, está impregnado por visões cristalizadas de colonialidade. Com origem na expansão ibérica dos séculos XV e XVI, a colonialidade do poder, que também se revela uma colonialidade do saber, mostrou-se mais longa do que o próprio colonialismo. A colonialidade do poder, como argumenta Quijano (2010:84), “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra

angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal". Já o colonialismo refere-se à estrutura/exploração de um povo sobre outro, de identidade diferente, em outra jurisdição territorial (Quijano, 2010). Todavia, neste não necessariamente estão envolvidas clivagens raciais. Apesar do fenômeno do colonialismo ser mais antigo, a colonialidade se mostrou mais profunda e mais duradoura que o primeiro, sem o qual não poderia existir.

Tendo a formação territorial do Brasil se desenrolado a partir das expansões ibéricas, sendo parte constituinte do movimento colonial, há uma tendência à reprodução de visões que colocam portugueses e exploradores como os formadores do Brasil, bem como a expansão terrestre que se deu nos séculos subsequentes, principalmente com bandeirantes. Nestas narrativas, muitas vezes são suprimidos os papéis dos povos originários, o genocídio/epistemicídio sofrido por eles e o papel também dos negros escravizados trazidos para o território brasileiro. Mais uma vez, a classificação de raças vigente num mundo com fortes traços de colonialidade oculta, de maneira intencional, o papel daqueles considerados inferiores.

Tal epistemicídio, ou violência epistêmica, se desenrola até os dias atuais e tem fortes influências na constituição da Geografia escolar. No mergulho ao currículo, vários são os temas percebidos como reprodutores de visões coloniais, com especial destaque para a formação territorial do Brasil. Ao analisarmos os discursos veiculados pelos livros didáticos, podemos vislumbrar qual é o modelo de ensino de Geografia que tem sido buscado e quais as possibilidades de criação não apenas de uma educação, mas de uma identidade que inclua, com relevância digna de seus papéis geo-históricos, negros e indígenas como formadores do território brasileiro, não somente europeus, sobretudo portugueses em nosso caso. É apenas com o desvelamento destes discursos, com sua denúncia, que podemos realizar a tentativa de construção de um saber e ensino descoloniais.

.....

*** Victor Carvalho Loback De Faria**

Programa de Pós-Graduação em Educação . Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense - ESE/UFF. Niterói RJ, Brasil

Resumen de ponencia

REFLEXIONES EN TORNO A LA INVESTIGACIÓN SOCIAL: SITUANDO EL CONOCIMIENTO

*María Camila González Caro

Actualmente, en el marco del desarrollo de mi tesis, provisionalmente intitulada “La voz de la experiencia: reconstrucción narrativa de la experiencia educativa [Diálogos Pedagógicos]”, para optar por un título de maestría en Estudios Latinoamericanos en la Universidad Federal de Integración Latinoamericana-Brasil, me he visto enfrentada, no sólo en el trabajo de campo sino también en el proceso de escritura, a múltiples preguntas e interrogantes sobre mí que-hacer como investigadora y cientista social. En este proceso de idas y venidas he podido hacer memoria de las discusiones, reproches, cuestionamientos a los que me he enfrentado, por fortuna, sobre todo en espacios académicos, a la hora de ejercer mis prácticas como estudiante, profesional e investigadora con relación a la producción de conocimiento. He podido preguntarme cuántas veces habré(mos) hecho el ridículo intentando escribir sobre una realidad que no conozco(emos) en esencia; cuántas veces habré(mos) escrito desde una distancia objetiva sin involucrarme(nos) con esa menudencia que se esconde detrás de las realidades a las que nos vemos enfrentadxs día a día; cuántas veces he(mos) ignorado las múltiples formas en que la experiencia, no sólo individual sino también la que se va construyendo colectivamente, aquella que reposa en la memoria y en el sentir de los pueblos, de los sectores populares, de las comunidades indígenas o afro, de lxs ciudadanxs de a pie, esa que se hace saber, informa a la teoría.

Al mismo tiempo, en medio de estos cuestionamientos, he comenzado a recordar y reconocer el camino recorrido y los aprendizajes que han dejado las reflexiones sobre estos temas que constantemente permean mi práctica investigativa. Impulsada por ese re-conocimiento me atreví a escribir este texto en donde pretendo posicionarme epistemológicamente, lo que implica hablar del por qué, el para qué, el cómo, con quiénes, es decir, hablar de mi lugar de enunciación, de mi ser y estar en el mundo.

Esta reflexión la hago consciente de que existen múltiples caminos que se pueden tomar a la hora de investigar. Como si fuéramos en un bote viajando sobre un río cuya desembocadura desconocemos, debemos elegir los caminos más apropiados a la investigación de acuerdo al tema, los objetivos, los contextos y lxs sujetxs que participarán de ésta. Sobre el río dicha elección estaría permeada por nuestras intuiciones, saberes, nuestra visión, la capacidad de escucha, la suficiencia física de nuestro cuerpo, y en el ámbito de la investigación también.

Tal como afirma Torres (2013), "Toda investigación parte de la noción de realidad que poseen quienes hacen investigación. Ya sea por sus marcos teóricos previos, su disciplina de conocimiento, la corriente de pensamiento o el sistema cultural al que

pertenece, quien investiga nunca parte de cero frente a lo que estudia" (pág. 163).

De modo que esta investigación no es la excepción. En virtud de ello, en la presente ponencia me interesa situar mi práctica investigativa dentro de los marcos epistemológicos que aportan la Investigación Acción Participativa-IAP y el/los feminismo(s), ya que posibilitan una lectura dialéctica de la realidad a investigar porque toman distancia de los modos de investigación institucionalizados en el campo científico, surgen de la articulación con procesos organizativos y acciones colectivas transformadoras, reconocen la alteridad y sus aportes a la construcción de conocimiento, establecen relaciones simétricas y horizontales entre lxs participantes de la investigación y promueven el diálogo de saberes, entre otros aspectos que van consolidando un enfoque de investigación crítico.

Dado que esta ponencia es producto de cuestionamientos y reflexiones sobre mi práctica investigativa, a partir de un recorrido por los lugares epistemológicos que he transitado como cientista social, se apoya en un fuerte componente subjetivo que se expresa no sólo en el lenguaje, que intenta ser más libre, un poco más ligero y fluido, algo más propio y cotidiano, sino en el sentido mismo del texto.

.....

*** María Camila González Caro**

Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. -UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - ILAESP/UNILA. FOZ DO IGUAÇU / PARANA, Brasil

Resumen de ponencia

REFLEXÕES DECOLONIAIS E A RELAÇÃO DA ARTE E DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO ROMPIMENTO DO NÃO RECONHECIMENTO DO OUTRO NOS DISCURSOS DE ÓDIO NO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Marcela Bertolino Da Costa

A presente pesquisa pretende propor a reflexão sobre a Arte e a Comunicação Não-Violenta como possível caminho para a promoção da alteridade e da outridade, visando a transformação do discurso de ódio e resgatando a sensibilidade. No intuito de se verificar uma resposta a essa temática, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: É possível a Arte e a Comunicação Não-Violenta, pautado na concepção de Luis Alberto Warat e de Marshall B. Rosenberg, promover a alteridade e resgatar os vínculos esmagados pelo discurso de ódio no Judiciário do Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul? Visando responder ao problema proposto, o trabalho tem por objetivo geral discutir a possibilidade da Arte e da Comunicação Não-Violenta promover a transformação do discurso de ódio a partir do resgate da sensibilidade e da promoção da alteridade – libertando o Outro das correntes da opressão.

Desobedecendo a ordem colonial instituída, questiona-se a possibilidade de desconstrução de conceitos pré-existentes, construídos, influenciados ao que se tem a pretensão de estereotipar como algo ou alguém incapaz de ser outra coisa além de um subalterno. Dessa maneira, o objetivo do trabalho, em suma, visa libertar “o outro” das correntes da opressão, dando asas à diversidade, através do rompimento de preconceitos, por meio da arte e da comunicação não-violenta.

É notória a necessidade da desconstrução da episteme dominante, no sentido em que a presença plural e singular de cada indivíduo contrapõe a uma significativa resistência por meio da sociedade e suas instituições, marcadas pela cultura machista, racista, misógina, religiosa, e, sobretudo exploradora que tange uma falsa representatividade da população e está impregnada pelo repúdio da fuga do status quo convencional. Como aponta Dussel em Filosofia da Libertação - para o aperfeiçoamento dessa ruptura, “o outro” ou alter desempenha papel de relevância, pois a necessidade do estabelecimento dessa “libertação” somente ocorrerá com a atribuição e reconhecimento da pessoa considerada enquanto e como pessoa. E a Arte conjuntamente com a Comunicação Não-Violenta é um possível caminho para o encontro e expressão dos nossos territórios desconhecidos, um possível caminho que permite a inserção dos indivíduos em outros mundos, ampliando-lhes a possibilidade de compreenderem realidades distintas. Essas duas perspectivas podem servir como contraponto, resgatando o eterno do humano.

Tendo em vista a temática central, para a introjeção da discussão acerca da cultura e seus efeitos constitutivos da existência humana, Mignolo (2008) indica duas

expressões, política em identidade e identidade em política. A primeira reforça o pensamento colonial, com sua determinação e divisão entre etnias, gênero, sexualidade – frutos de conceitos que reforçam a dominação colonial. A segunda por sua vez apresenta teorias que confrontem com qualquer forma de pensar que não seja o construído com bases conceituais ou categorias e o fazer decolonial dos próprios colonizados. Na mesma linha, Dussel (1995) aponta uma crítica com relação a concepção da modernidade de não negar aquilo que ele chama de "razão emancipatória", mas em desmascarar a existência de uma ou outra face deste processo de modernização, relacionada com o exercício em larga escala de uma violência irracional nas colônias, não apenas física, mas cultural, que simplesmente nega a identidade do "outro", seja através de uma postura assimilacionista, seja através da simples exclusão e eliminação. Através dessa crítica, há uma tentativa de subversão da ordem, delineada também por Dussel (1995), que reflete na superação da ordem posta para a instituição de uma nova situação onde seja possível a inclusão de todos, rompendo, portanto, com o modelo tido como eurocêntrico e criando uma nova realidade, a partir da desconstrução da ótica binária. Delineada também por Warat (1988) que expõe, a partir dos aportes do surrealismo e da carnavalização uma possibilidade de decolonizar a imaginação, uma transformação das concepções jurídicas de mundo e de vida – a arte trazendo vida, movimento e contemplando as complexidades humanas. Há ainda, a importante noção de Comunicação Não-Violenta, pela análise de Rosenberg (2006), que nos ensina que o primeiro passo para semear conflitos e afastar pessoas e grupos é criar a “figura do inimigo”, ou seja, cria-se a coesão entre certo grupo a partir da imagem de perigo, ameaça e maldade que habita apenas em quem está fora do grupo. Judeus, crianças da favela, mulheres, gays, negros são exemplos de alvos para caracterizarem –o inimigo–. O medo e a necessidade por segurança habita qualquer grupo, mas o ataque e a fuga é muito mais comum do que a tentativa por diálogo que pode desconstruir esses estereótipos. Fomos educados assim por toda uma sociedade machista, racista, misógina, eurocentrada, mas ainda é possível agir de forma diferente e a comunicação não-violenta está aí para contribuir nesse processo.

Pela demanda social, utilizou-se, como método geral de pesquisa, o analético. O método analético, paradoxalmente, tem, na afirmação do Outro, a possibilidade de negação da opressão, do não-ser ou do eterno retorno do ser à totalidade sem diferença, sem história. Associado à pesquisas bibliográficas, bem como à decisões e jurisprudências do Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul.

.....

* Marcela Bertolino Da Costa

Universidade Federal do Rio Grande FURG. Rio Grande, Brasil

Resumen de ponencia

ROGERIO VELÁSQUEZ MURILLO: APUNTES AL LEGADO DEL PRIMER ETNÓLOGO NEGRO DE COLOMBIA

*Jhonmer Hinestroza

Rogelio Velásquez Murillo nació el 8 de agosto de 1908 en Sipí, Chocó y murió el 7 de enero de 1965 en Quibdó ☐ Colombia. Fue escritor, historiador, político, lingüista, etnólogo, poeta, investigador y educador. Esta ponencia busca aportar a la recuperación y difusión de la vida y legado de este intelectual negro, en el marco de la conmemoración de los 110 años de su natalicio (1908 ☐ 2018), liderado por la Corporación Cuenta Chocó ☐ Rogelio Velásquez Murillo. A pesar de sus aportes a las ciencias sociales y a los estudios afrocolombianos, en particular; su trabajo es marginal y a veces inexistente en la academia colombiana, latinoamericana y caribeña. Esta marginación, eliminación y desvaloración en la producción del conocimiento es reflejo del racismo epistémico que sufren los negros en Latinoamérica y el Caribe. La exclusión que vive el negro no solo es social y económica, sino también epistémica. El Decenio internacional afrodescendiente (2015-2024) declarado por la Organización de Naciones Unidas debe propiciar la reivindicación de derechos epistémicos de los pueblos afrodiaspóricos, como forma de construir una academia diversa y plural. El racismo se cimenta en la injusticia epistémica.

Rogelio Velásquez como pionero de los estudios afrocolombianos, realizó sus investigaciones en una época donde estos carecían de importancia producto de los prejuicios, invisibilización, estereotipos y racismo, esta situación ha variado un poco, pero no se ha modificado totalmente. Recorrió ríos, montañas y montes del Pacífico colombiano recopilando la literatura oral, forma de vida y de relacionarse de la gente del Pacífico con la naturaleza.

Entre la producción intelectual se destacan:

- a. Voces geográficas El Chocó en la independencia de Colombia (1965). Este texto representa un trabajo documental serio y riguroso. Rogelio Velásquez demuestra sus dotes de buen ensayista, donde hace de un documento histórico, una pieza literaria. Describe aspectos sociales, políticos, económicos, ambientales y culturales que encendieron la llama independentista en el Chocó. Brinda un panorama histórico del aislamiento que se ha tenido al Chocó desde la conquista y colonización española. Este libro ofrece datos documentales, de carácter histórico, que demuestran la participación activa de los negros en las gestas independentistas en Colombia; aporte ignorado en la historiografía nacional.
- b. El Chocó en la historia y la toponimia americana (1981). Es un libro póstumo de Rogelio Velásquez. Su publicación se la debemos al escritor chocoano Carlos Arturo Caicedo Licona. Este texto es un diccionario histórico, geográfico y sociocultural de algunos vocablos toponímicos del Chocó. Se dan a conocer datos fundacionales de algunas comunidades y municipios de este departamento. Es un valioso material histórico que le valió diez años de dedicación e investigación al autor. Es un texto poco

difundido, aunque constituye un referente en los estudios históricos del Chocó.

c. *Memorias del odio* (1992). Fue la única novela que escribió Rogerio Velásquez. Este texto fue el primer libro que se escribió en honor al prócer de las justas de los negros chocoanos, Manuel Saturio Valencia, fusilado en un juicio caracterizado por la injusticia y el racismo. Rogerio Velásquez hace de la tragedia un trozo de poesía trágica y melancólica. Velásquez denuncia la pobreza, el racismo, exclusión social y racial que vivía (y aún vive) la población negra en el Chocó.

Este texto forma parte de la Colección, Biblioteca del Darién ☐ No. 3, proyecto editorial liderado por Colcultura, bajo la coordinación de Alfonso Carvajal Rueda. Este proyecto editorial lo integran otros autores chocoanos.

d. *Fragmentos de historia, etnografía y narraciones del Pacífico colombiano negro* (2000). Este libro fue publicado por el Instituto Colombiano de Antropología e Historia ☐ ICANH. El libro está conformado por seis (6) capítulos. En el cual se encuentran escritos como: Breve historia del Chocó; Noticias de la conquista; Vías de comunicación y comercio de los chocoanos; El vaivén administrativo; Economía regional; Las rebeliones; La medicina popular en la costa colombiana del Pacífico (1957); Ritos de la muerte en el alto y bajo Chocó (1961); Cuentos de la raza negra (1959).

e. *Ensayos escogidos* (2010). Esta obra fue coordinada y prologada por Germán Patiño Ossa. Los ensayos compilados están agrupados en tres ejes temáticos. Historia: El Chocó en la independencia de Colombia (1965); Apuntes socioeconómicos del Atrato medio (1961); Un héroe olvidado. José María Cancino (1954); La fiesta de san Francisco de Asís en Quibdó (1960). Etnografía: Instrumentos musicales del alto y bajo Chocó (1961); La Canoa chocoana en el folclor (1959); Vestidos de trabajo en el alto y bajo Chocó (1961); Gentilicios africanos del occidente de Colombia (1962). Literatura y narración oral: La esclavitud en María de Jorge Isaacs (1957); Leyendas del alto y bajo Chocó (1959); Autobiografía de un chocoano (1947); Cantares de los tres ríos (1960). Esta realidad de exclusión epistémica nos impone en el presente asumirnos como activistas epistémicos. Es decir, luchar por la reivindicación de las narrativas de los pueblos negros como derechos epistémicos que les asisten en el currículo escolar y academia. La escuela y Universidad deben propiciar un diálogo de saberes de forma horizontal y no vertical. Nuestra mirada no es que se deba dejar de lado el conocimiento occidental en nuestras comunidades, y se lleve solo lo negro e indígena al aula, por ejemplo, pues se les estaría violentando el derecho a nuestra comunidad de conocer este conocimiento. Todos estos saberes deben conversar en la Escuela y en la academia de forma horizontal y extraer lo mejor de todos para el buen vivir de nuestros países.

.....

* Jhonmer Hinestroza

Escuela de Ciencias Sociales. Universidad Pontificia Bolivariana- Sede Medellín - ECS/UPB. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

SABERES SONORO-MUSICALES EN DIÁLOGO: REFLEXIONES SOBRE DOS ETNOGRAFÍAS EN EL SUDOESTE DE COLOMBIA

*Oscar Giovanni Martínez Peña

*Paloma Palau

Urgen las ecologías de saberes que reúnan epistemologías diversas en fructífero encuentro. Se trata de la preocupación común por visibilizar saberes que han resistido a la expansión capitalista y a la soberbia del saber moderno, reconfigurándose en sus márgenes (Santos, 2010; Quijano, 2000). Algunas perspectivas contemporáneas de las ciencias sociales como el giro decolonial, el poscolonialismo, la antropología crítica, la ecología de saberes, entre otras, comparten la tentativa de evitar producir un conocimiento que contribuya a la reproducción de las desigualdades sociales geopolíticas. Se han planteado caminos alternativos que entiendan a la ciencia moderna como un tipo de conocimiento entre otros, e inviten al diálogo plausible de la diversidad epistemológica del mundo. A esta iniciativa, se han unido la etnomusicología y la antropología social que investiga los mundos sonoros. Dialogando desde estas dos áreas, alimentados por las discusiones que introducimos, reflexionamos a partir de dos experiencias de investigación en el suroeste de Colombia, en el departamento del Cauca.

El eje de ambas investigaciones se centra en la indagación por las epistemologías sonoro-musicales, también entendidas como acustemologías (Feld, 1996), de dos grupos sociales con histórico arraigo y lucha por sus territorios. Hacemos etnografías en las que el trabajo de campo nos suscita reflexiones al encontrar sujetos que son investigadores nativos de sus prácticas sonoro-musicales y están involucrados de manera comprometida con los procesos políticos de sus colectivos.

El primer caso, parte del resultado de investigación de maestría en antropología social que se preguntó por los sentidos de lo que se denomina como la “música propia” para el colectivo indígena Misak, en el resguardo de Guambía, territorio étnico de propiedad colectiva. Una de las inquietudes fue provocada en la relación dialógica del trabajo de campo junto con cuatro interlocutores músicos de dos generaciones, resultando de la siguiente manera: ¿por qué la música propia no es igual que la música de “chirimía”? Esta pregunta surge frente al proceso de patrimonialización de la música de chirimía, ampliamente difundida en el sudoeste del país, la cual cuenta con similitudes en su instrumentación a la música propia.

La segunda, una investigación de doctorado en etnomusicología, en curso, propone comprender cómo se agencian las epistemologías sonoras en las músicas locales en la población afrodescendiente del norte del Cauca. La experiencia etnográfica se desarrolla en particular, con músicos y sabedores de la vereda de Domingullo, un poblado rural dentro del territorio del Consejo Comunitario de Comunidad Negra CURPAQ, en la ciudad de Santander de Quilichao, reconocido legalmente hace un poco

más de una década. Durante la etnografía, adelanto un proceso de retorno sobre fotografías y grabaciones sonoras de la práctica católica afro local y de sus músicas/danzas realizadas por una institución folclorista en la década de 1970. Estos documentos sirven de apoyo para la reflexión conjunta con interlocutores sobre el cambio, los saberes y las prácticas musicales religiosas desde aquella época hasta la actualidad.

Tanto las poblaciones indígenas como las afrodescendientes en América, y en el Cauca experimentaron los avasalladores procesos del colonialismo y el programa moderno impulsados por el capitalismo, resistiendo y reinventándose, a menudo en alianza, otras veces en contienda. Durante el proceso de trabajo de campo de ambas etnografías, nos sorprende la relación íntima entre el liderazgo político, las cosmologías y el ejercicio musical que mantienen de modo simultáneo varios sujetos. De ese modo, en la construcción de las preguntas de investigación, decidimos resaltar el vínculo político-musical, a menudo olvidado desde una perspectiva moderna que escinde sonido y contexto, y crucial en el pensamiento de los colectivos en interlocución.

Algunas inquietudes que surgen de estos encuentros intersubjetivos son ¿cómo hacer una investigación que no sea ajena a los procesos políticos de los sujetos investigados? ¿cómo afrontar los desafíos del trabajo conjunto entre investigadores “académicos” e investigadores nativos? ¿cómo comprender la indisociable imbricación entre sonido y política? ¿Cómo pensar la agencia de lo sonoro-musical, no solo como una característica de la “cultura” sino además como un elemento de relevancia en la agenda de estos colectivos? En la vasta apertura a cuestiones que surgen de tales encuentros, pretendemos dar prioridad a una que recoge algunas tensiones esbozadas anteriormente, ¿cómo llevar a cabo procesos de horizontalidad entre distintos tipos de saberes sonoro-musicales en la producción de conocimiento? Nos interesa, de ese modo, plantear las trayectorias etnográficas que trazamos en interlocución con músicos investigadores nativos, presentando las reflexiones sobre estos procesos a partir de la revisión de ambas pesquisas que, pretendemos puedan aportar caminos plausibles hacia una ecología de saberes.

REFERENCIAS

FELD, Steven. Waterfalls of Song: An Acoustemology of Place Resounding in Bosavi, Papua New Guinea. In: FELD, Steven; BASSO, Keith (eds), Senses of Place. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1996, p. 91-135.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. En: Journal of World-System Research. Colorado, v. 6, n. 2, 2000. p. 342-386.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. En: _____ Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal (Buenos Aires: CLACSO, abril de 2010).

.....

* Oscar Giovanni Martínez Peña

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, Brasil

* Paloma Palau

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

SABERES TEXTILES DESDE EL SUR: LENGUAJES Y SENTIDOS DE RESISTENCIA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE NUESTRA AMÉRICA. MEMORIAS DE UNA INVESTIGACIÓN

*Alejandra María Gabriela Juárez

La América Profunda, usando una expresión de Rodolfo Kusch, tiene su propio proyecto, su propio lenguaje, rico en símbolos y pleno de sentidos. Una de las vías de expresión de dicho lenguaje fue a través de imágenes tejidas en telar donde se buscó resguardar la cosmovisión que los pueblos indígenas poseían.

El trabajo artesanal textil, los sentidos expresados en los íconos tejidos en telar y la forma de vida que desarrollaron los pueblos de la franja andina de Nuestra América no fueron ajenos al hecho de la colonialidad del poder y el impacto que esta nueva matriz sociopolítico-cultural vino a imponer al continente. Ante el avance colonialista, los textiles se conformaron en espacios artísticos de resistencia a través de un lenguaje ancestral, expresando en la visualidad de la iconografía textil la diversidad de sentidos que éstos enuncian y su persistencia hasta la actualidad.

Los sentidos expresados de manera artística se manifiestan como sentidos de resistencia a la palabra de los extranjeros cuyo mensaje central es el vivir mejor, a costa del otro, explotando al otro, saqueando los recursos naturales, violando a la Madre Tierra, y privatizando los servicios básicos, según lo expresado por Evo Morales Ayma (2011). Mientras que los sentidos expresados por nuestros pueblos indígenas a través de los textiles creados por ellos manifiestan el Vivir Bien, entendido este concepto no en términos de ingreso per-cápita, sino de identidad cultural, de comunidad, de armonía entre nosotros y con nuestra Madre Tierra.

Ésta es la propuesta paradigmática de pensadores como Prada y Boaventura de Sousa Santos, quienes señalan que es en el devenir de un nuevo modelo civilizatorio, un nuevo paradigma emergente de la cultura indígena vinculado al vivir bien, suma qamaña, o buen vivir, sumak kawsay, cómo pondremos fin al colonialismo, aparentemente sin fin. Esto supone una ruptura epistémica de los pueblos del sur, en el desplazamiento político hacia el sur, lejos del centro, del sistema mundo capital. (2011)

Willodmawe, los abrazos; Huilloz, el camino de la vida; Mapu, el cosmos; Lalén kuzé o llalin, la mujer maestra tejendera; Lukutuel, el hombre orante, Perimontunfilu, la fertilidad; Rayen, la vida fecunda y feliz de mujer y otros, conforman el corpus conceptual y artístico de estos pueblos expresados en textura, color y forma textil. Desde el sur entendido no como concepto geográfico sino como una metáfora sobre el sufrimiento humano causado por el capitalismo y el colonialismo y sobre las resistencias para superarlo, nuestros pueblos indígenas siguen expresando estos mensajes en la persistencia de sus creaciones textiles.

Desde aquí puede afirmarse que estos lenguajes tejidos en telar a través de sus sentidos forman parte del corpus intelectual del pensamiento crítico que intenta denunciar y plantear alternativas frente al pensamiento hegemónico colonialista. En este trabajo de reflexión se presenta una memoria de la investigación llevada a cabo en la Universidad Nacional de San Luis y en el contexto académico del proyecto de investigación PROICO N.º 40114 “Desarrollo del lenguaje y prácticas discursivas”. Dicho proyecto se desenvuelve desde el Profesorado de Lenguas, en la Universidad Nacional de San Luis, dirigido por la Esp. Brinia Guaycochea y co-dirigido por la Pro. Dora Luengo. En este marco, desde el 2012 a través de una Pasantía de Investigación, como alumna de la Lic. en Comunicación Social, realizamos este abordaje de los textiles de nuestro continente desde el lenguaje artístico.

En el contexto de dicho proyecto llevamos a cabo distintos niveles de investigación que nos permitieron ingresar en la interioridad simbólica de los textiles andinos: “Aspectos Socioculturales en la enunciación Pictórica de las Pueblos Originarios: El caso de los Mapuches”; “Lo enunciado en el diseño textil mapuche. Su continuidad en la textilería de los artesanos tejedores de la provincia de San Luis”; “Aspectos Sociolingüísticos de la iconografía textil Mapuche, Huarpe y Ranquel”; “La condición de la mujer en el espacio artístico de un lenguaje ancestral” y “La inclusión de la iconografía Mapuche como contenido de Aprendizaje en materiales para la enseñanza ELE”.

.....

*** Alejandra María Gabriela Juárez**

Maestría en Sociedad e Instituciones. FICES- Facultad de Ingeniería y Ciencias Económico-Sociales. Universidad Nacional de San Luis - MSeI/UNSL. Villa Mercedes, San Luis, Argentina

Resumen de ponencia

SEMIÓTICA PARA DESCOLONIZACIÓN

*Carolina Rojas

“A nosotros nos interesará otra cosa: por qué, en qué condiciones y determinadas situaciones culturales un texto ajeno se hace necesario” (Lotman, 1996:64)

¿Se pueden visibilizar las marcas de la colonialidad y las posibles resistencias a ellas en testamentos de “indios” de la Colonia o en cualquier otro texto? ¿Son los testamentos de “indios” de la colonia textos colonizados que invisibilizan el discurso de resistencia?, ¿Por qué razón los “indios” testaron, si su cultura era diferente a la europea? Para responder, abordamos el problema de la colonialidad y sus consecuencias justificando una forma de lectura semiótica para el análisis e interpretación de los testamentos que nos permitiera visibilizar posibles resistencias y consecuencias de la colonialidad, lo que podría aportar a la urgente necesidad de dilucidar el problema sobre el que se funda la colonialidad y sobre el cual se fundamentan las injusticias a las que fueron sometidos los “indios”. Al releer parte de la historia del periodo colonial de Chile se vio la posibilidad de “desenmascarar” (Rivera Cusicanqui, 2010) las distintas formas de colonialismo presentes en ellos y dejar visibles las formas que lograron escapar de él. Pudimos leer al testamento como un texto con memoria y se reconoció que, en sí mismos, son una muestra de la colonialidad del poder y que en ellos es posible evidenciar las marcas de la colonialidad, tanto en su estructura como en la descripción y análisis de sus elementos, pudimos ver que los elementos culturales (Bonfil Batalla, 1972) que los “indios” testaron, no tenían coherencia con el propósito del instrumento jurídico impuesto, esto nos llevó a pensar que existe la posibilidad de que los “indios”, mediados por el miedo a la muerte o por la presión del encomendero, testaron, pero evidenciando en estos documentos la escasa apropiación cultural del mismo y el posible uso de éste como medio de preservación de su propia cultura. Para poder demostrar lo anterior, fundamentamos la necesidad de analizar los testamentos con la lupa de la semiótica, en cuya disciplina amparamos la propuesta de “traducir” los textos legales y así poder ofrecer actualización de su contenido. Sabemos de la necesidad de visibilización del “indio” en la historia, así como diferenciarlo discursivamente y desnaturalizar la violencia a la que fue sometido, reconocemos también el valor que estos textos tienen como portavoces de los oprimidos-colonizados de nuestra historia. Para poder visibilizar al “indio” y su perspectiva, pudimos argumentar sobre la posibilidad que los testamentos tienen de guardar memoria y que su rescate permite evidenciar una episteme invisibilizada gracias a la traducción semiótica. Supusimos que, al develar al “indio” y su perspectiva en los testamentos, se podrían revelar aquellos espacios de resistencia a la dominación de los europeos.

Esta propuesta evidencia la urgente necesidad de recuperar la memoria histórica con respecto al pasado de los sujetos que testaban en el periodo colonial, en particular, de los que están invisibilizados bajo la categoría de “indio”. Lo anterior evidenció la impostergable necesidad de disponer de una especie de actualización crítica del

pasado a través de la lectura-traducción semiótica. Tener memoria común entre los testamentos y sus lectores-interlocutores permitiría visibilizar el contexto, la información contenida (como la posible resistencia), el espacio simbólico precolombino oculto, entre otros. El problema es justamente el de la memoria común, si no hay memoria común o, peor aún, si esta se funda en falacias, mitos, mentiras o falsas historias, si se basa en historias hegemónicas impuestas por razones ajenas a los “indios”, su memoria y su cultura no podrán estar presentes en la memoria colectiva. Develar la voz del “indio” permitirá develar la resistencia a la imposición colonial. Es urgente la necesidad de darle rostro al discurso de la resistencia, el que adquiere un carácter metafórico como sustituto del contexto y también adquiere un carácter metonímico al ser parte de una cultura a través del contexto, o los contextos, que lo representan. Los textos, como formaciones estables y delimitadas, se mueven de un contexto cultural a otro, comportándose como informante cuando se trasladan a un nuevo contexto, a una nueva situación comunicativa: “Actualizan aspectos antes ocultos de su sistema codificante” (Lotman, 1996:81-82) se hace visible la analogía: el texto, como las personas tiene una conducta sígnica: adquiere más importancia que él en sí mismo adquiriendo rasgos de un modelo de cultura y, por otro lado, adquiere una conducta independiente como una persona autónoma (1996).

Al revisar una pequeña muestra de testamentos coloniales de “indios”, pudimos comprobar que hay espacios en ellos que quedaron fuera de la colonialidad heredada y que hay que rescatarlos de la ceguera histórica en la que han permanecido. Para lo anterior, concluimos que es necesario partir interrogando a la historia acerca de quién habla y dónde está el sujeto de ella. Al encontrar esas voces, encontraremos los espacios que resistieron a la imposición. La neutralidad de la historia dominante, su supuesta objetividad y cientificismo han amparado el mito occidental que pone énfasis en la razón por sobre el sujeto, en las diferencias y en las relaciones de poder. La historia se constituye como un operador de la dominación. Cuando una comunidad es inducida a concordar una interpretación de la historia determinada, se crea un significado intersubjetivo. Lo anterior adquiere relevancia si entendemos que el contexto de producción de los testamentos considera que la inducción, más bien imposición, para el uso y función de un elemento cultural de función jurídico-social-económico como lo es el testamento de “indios” de la colonia, produjo que su lectura tuviese un significado centrado en este aspecto funcional-impuesto y no se motivara la extracción de más información contenida en ellos. A su vez, la comunidad ha sido formada por un sistema de enseñanza que ha traspasado la historia con los sesgos eurocéntricos y occidentales que no permiten ver al pre-colonizado,

“Uno de los problemas examinados tiene relación con las maneras en que la investigación se institucionalizó en las colonias, no solo a través de las disciplinas académicas, sino también a través de sociedades científicas y de eruditos, como también de redes académicas. El trasplante de instituciones de investigación desde los centros imperiales de Europa, incluidas las Universidades, permitió que los intereses científicos locales se organizaran y arraigaran en el sistema colonial” (Tuhiwai, 2016:29)

.....

*** Carolina Rojas**

Universidad Austral de Chile UACH. Valdivia, Chile

Resumen de ponencia

SENTIPENSAMIENTO DE AFRICANÍA EN EL BIOPACÍFICO PLANETARIO

Universidad Nacional Abierta y a Distancia. Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades - ECSAH-UNAD (Colombia)

*Alejandro Castillo
*Carlos Andrés Corella López
*Luis Felipe Bastidas Aguilsar

En el año 2014 la Universidad Nacional Abierta y a Distancia, desde su Licenciatura en Etnoeducación, firmó un convenio con la Gobernación de Nariño para lograr la profesionalización de más de novecientos educadores y líderes comunitarios de los pueblos indígenas y afros del departamento de Nariño. Este departamento se destaca por su gran diversidad cultural: siete pueblos indígenas, de los cuales cinco tienen lengua propia, grupos afrodescendientes tanto de litoral como de cordillera, población gitana y población mestiza. Esta ponencia se enfoca en las reflexiones suscitadas en la región del Saquianga y del Telembi, zonas del occidente del departamento, habitadas por poblaciones afros e indígenas. Con ellos se ha planteado un debate entre los principios de su cosmovisión, las concepciones acerca del desarrollo y las lógicas occidentales que han permeado su territorio. La ponencia problematiza algunas situaciones de contexto histórico como la minería tecnificada, la educación occidentalizada, la presencia de grupos alzados en armas y la centralidad del discurso, desde la capital del Estado. También presenta algunos procesos de resistencia territorial, como el movimiento piernas cruzadas, el cual es un movimiento feminista que empodera a las mujeres, a través de su sexualidad, para exigir al Estado algunas mejores de sus condiciones; y otros procesos de reflexión académica como la creación de proyectos educativos comunitarios, que pretenden involucrar en el proceso de formación étnica a actores que han estado por fuera de la actividad educativa, como los mayores sabedores de cada comunidad, y la organización de un currículo construido desde las comunidades. Con la comunidad se construye una dinámica de investigación, acción, participación, que nos permitió reconocer el territorio, dialogar con las comunidades y poner en tensión los diferentes discursos subyacentes. La visión de Hugo Zemelman de la epistemología como un motor vigoroso en la voluntad humana y de las comunidades y de Arturo Escobar con el sentipensar y los pluriversos permitieron abordar el problema desde un enfoque teórico propio de las epistemologías del sur. Al respecto, dice Zemelman que la apropiación de un discurso teórico atraviesa la voluntad de los seres humanos y lo ubica en relación directa con su historia y su contingencia. El autor chileno afirma que es el hombre consciente de su historia el único que puede promover los cambios necesarios. Arturo Escobar, por su parte, entiende el sentipensar como la relación sentida y consciente del ser humano con su territorio. Sentir el espacio histórico que habita y proyectarse como un sujeto

potente y autónomo en busca de su reconocimiento. Además, para el caso colombiano, los pluriversos ayudan a entender como esta nación no ha sido constituida bajo un mito fundacional único sino que han sido varias las diásporas epistémicas que han configurado lo que hoy se conoce como nación Colombia. No sólo no hay un mito fundacional único sino que la diversidad epistémica y cultural de la nación provee una riqueza que debe ser salvaguardada.

La unidad de análisis de la ponencia se toma desde los municipios ubicados en la región del Río Telembi y del Río Sanquianga, cubriendo los municipios de Mosquera, Olaya Herrera, Charco, Sala Honda, Barbacoas. Estos municipios son habitados en su mayoría por gente negra, los cuales llegaron entre el siglo XVII y XVIII a la región. Pero también se encuentra presencia indígena de las comunidades Eperara Sapiadara y Awá. Además de la Investigación Acción Participación también se realizó observación directa de los participantes y un guion para entrevistas semiestructuradas.

Los resultados dan cuenta de tres tensiones que se deben tener en cuenta para la dinamización de los territorios: primero, que el concepto de desarrollo difiere en los discursos gubernamentales y en los discursos comunitarios, lo cual exige que se construya una mediación entre el horizonte nacional y las necesidades culturales. Esto implica las formas de entender la economía, la educación y la participación política; segundo, estas comunidades están atravesadas por una fuerte connotación oral, lo cual ha dado sentido y significado a sus prácticas culturales pero ha ocasionado, a la vez, que estos grupos étnicos hayan quedado fuera del debate nacional, siendo, en la mayoría de casos, dichos, escritos y pensados por alguien ajeno a su comunidad. Este componente enriquece toda su diversidad lingüística pero se hace latente la necesidad de avanzar hacia procesos de lectura y escritura, de tal forma que puedan ser partícipes del debate nacional. Tercero, que el Estado debe asegurar la autonomía de los territorios. Si bien el rol del Estado se entiende como una actitud paternalista, esto ocasiona intromisión en las dinámicas propias de los grupos étnicos. Más que esta actitud, estos grupos necesitan ser reconocidos en su singularidad y debe brindárseles todas las oportunidades para su desarrollo y conservación de su cultura. Esto implica un cuidado del discurso diseminado por las academias y las instituciones que hacen presente en el territorio para que sea aprehendido por la comunidad y transforma en un instrumento potente de legitimidad territorial.

Por último, la ponencia discute entre las lógicas anquilosadas en el territorio, las cuales se entienden como lógicas de la colonización epistémica, el etnocidio y el epistemicidio, en tanto han provocado una subyugación cultural e ideológica. Incluso, en casos extremos, el oprimido termina defendiendo los discursos del opresor. Se propone, como antítesis, un viraje epistémico hacia la biopolítica, la bioética, la bioeconomía, la biosofía como prácticas discursivas que propendan hacia un respeto de la diferencia, la diversidad y la otredad.

.....

* Alejandro Castillo

Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades. Universidad Nacional Abierta y a Distancia - ECSAH-UNAD. Bogotá, Colombia

*** Carlos Andrés Corella López**

Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades. Universidad Nacional Abierta y a Distancia - ECSAH-UNAD. Bogotá, Colombia

*** Luis Felipe Bastidas Aguilsar**

Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades. Universidad Nacional Abierta y a Distancia - ECSAH-UNAD. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

SUPERANDO LA CEGUERA RACIAL EN ARGENTINA, CUBA Y FRANCIA: UNA PERSPECTIVA INSURGENTE SOBRE HISTORIA, TRABAJADORES, E IMAGINARIO DECOLONIAL

*Geoffroy De Laforcade

Tanto en Argentina como en Cuba, donde la racialización y la hegemonía de la "blancura" desempeñaron importantes roles en la historia moderna, la influencia del republicanismo francés sobre los paradigmas nacionalistas del pensamiento histórico fue significativa. La subversión intelectual del eurocentrismo poscolonial ha tendido a "provincializar" Europa y a desconectar la historia de América Latina de sus paradigmas europeos, con el fin de crear una narrativa de empoderamiento del Sur global. Sin embargo, es importante recordar que el nacionalismo en su variante liberal, y las ideologías de supremacía racial, de dependencia neocolonial y del blanqueamiento a través de la inmigración que prevalecieron en el siglo XIX, surgieron de Europa, y particularmente de la historia de la Francia revolucionaria. Además, en los círculos académicos, así como en el pensamiento marxista, la prevalencia anterior de historias basadas en trabajadores organizados en contextos nacionales tendía a marginar a las voces afrodescendiente y no blancas. En consecuencia, en los estudios antiracistas contemporáneos, que están dominados por un paradigma de estudios culturales, la historia social del trabajo y de las migraciones trabajadoras es un campo de investigación separado. Si bien los estudios de la esclavitud y la antiesclavitud han incorporado las percepciones decoloniales de la antropología, la literatura y la filosofía, la historia de los trabajadores no lo ha hecho. Parte del problema reside en el contexto perennemente nacional de los estudios y las críticas.

Esta ponencia comenzará con la observación de que las comunidades oprimidas y marginadas por el sistema capitalista mundial han sido pueblos indígenas, afrodescendientes, nómadas y poblaciones migratorias y todas ellas afectadas por el encierro, el desplazamiento y la borrada histórica. Todas esas víctimas de la opresión colonial y neocolonial eran grupos de cultura marginados o, en su inmensa mayoría, trabajadores explotados. En Francia, como en Argentina y Cuba, la cuestión social y el movimiento por la emancipación de los trabajadores han escapado históricamente a la crítica decolonial. Sin embargo, las fallas y fisuras en la ideología liberal republicana que promueve el universalismo y la ceguera racial, así como la división de las víctimas del capitalismo en comunidades irreconciliables, tienen sus raíces en la ideología nacionalista, adoptadas por las clases dominantes en el siglo XIX. Si bien la cuestión nacional siempre fue un tema de preocupación para las primera, segunda y tercera internacionales del movimiento socialista, el internacionalismo y los movimientos anticoloniales en los márgenes no han sido suficientemente estudiados. Hoy, con el hecho de que movimientos transnacionales de trabajadores e ideas emancipadoras han alcanzado nuevas alturas, es urgente desarrollar una crítica históricamente consciente de la forma de universalismo que se invoca habitualmente para

desacreditar los movimientos decoloniales. También es importante restablecer la cuestión del trabajo, y de las luchas de los trabajadores, a la discusión de la imaginación decolonial y su relevancia para la izquierda.

Desarrollaré una crítica de la historia del republicaismo francés y su influencia en los esfuerzos contemporáneos para reprimir voces negras, migratorias y nómadas, así como para divorciarlas de un modelo de representación dominante, reductor y esencialista, de la clase obrera y de la nación. Una vez que esta ideología es desmitificada y sometida a un riguroso análisis histórico, su importancia para nuestra comprensión del liberalismo del siglo XIX en América Latina, que se desarrolló en respuesta a insurgencias de trabajadores, esclavos y sectores democráticos, se hará evidente. Luego discutiré cómo el impacto de los estudios sobre el blanqueamiento de Argentina a través de la inmigración, y el borrado del patrimonio negro en el Río de la Plata, hizo que enfoques socialistas y nacionalistas sobre la cuestión social incorporaran insuficientemente la crítica de la racialización. Como resultado, las luchas contemporáneas de afrodescendientes y migrantes de la periferia a menudo se disocian de la memoria histórica de la izquierda. En Cuba, donde afrodescendientes jugaron un papel crucial en las luchas por la independencia, la democracia y el socialismo, el legado de la ceguera racial, el universalismo republicano y el nacionalismo siguen siendo fuertes. Argumentaré que una pedagogía de la historia que trasciende las fronteras nacionales de estos países, y se reconcilia con las tradiciones internacionalistas de los movimientos anticoloniales e insurgentes de la clase obrera, puede ser de uso práctico para la imaginación cotidiana de coaliciones y alianzas. También puede contribuir, a nivel intelectual, al "trabajo" epistemológico que es urgente para superar la tendencia a hacer de luchas contra la invisibilización meros movimientos de reconocimiento por instituciones liberales y estructuras gubernamentales. El objetivo no es lograr el reconocimiento de las "minorías", sino descolonizar a la "mayoría". Tal perspectiva debe ser interseccional, y trascender las fronteras, así como las divisiones creadas por siglos de racialización, marginación, desplazamiento, desigualdades de género y estigmatización de los trabajadores. Demostraré que siempre ha habido una perspectiva libertaria, cosmopolita y de clase obrera sobre el colonialismo y sobre las formas variadas de explotación capitalista. Para que su marginación dentro de los movimientos clásicos de la izquierda sea superada, debemos repensar cómo se imaginan las comunidades nacionales y las coaliciones de oposición que se han desarrollado en el pasado y en el presente.

.....

* Geoffroy De Laforcade

Norfolk State University -NSU. Estados Unidos

Resumen de ponencia

TRAZANDO LÍNEAS ABISMALES EN LOS SURES DEL NORTE (I): PENALIDAD, CÁRCEL Y DEMOCRACIA.

*Juan Carlos Justo

Trazando líneas abismales en los sures del norte (I): penalidad, cárcel y democracia en España.

El siglo XXI comenzó con una nueva oleada de movilizaciones que incipientemente despertó inquietudes a personas que anteriormente había sido meros espectadores. La mayoría de estas movilizaciones fueron enfrentadas con dureza desde las fuerzas estatales de seguridad. Durante los primeros años del nuevo milenio España disfrutaba de una etapa próspera, con un bajo nivel de desempleo y un Estado que realizaba importantes inversiones en materia de derechos sociales. Sin duda los actos terroristas del 11 S supusieron un punto de inflexión en la forma de entender la seguridad sobre todo para un país como los Estados Unidos acostumbrado a disfrutar de la inmunidad de realizar guerras a larga distancia. Esta nueva etapa no hizo si no expandir por Europa las políticas policiales que llevaban practicándose en Norteamérica desde mediados de los ochenta con el agravante de que el miedo imperante forzó las maquinarias estatales en la reelaboración legislativa reactiva ante la posibilidad de ser objeto del terrorismo. Aunque para España las políticas antiterroristas no era para nada nuevas, en este nuevo paquete made in USA, venían formas políticas de lucha con intenciones de establecer una nueva moral cívica.

Con el estallido de la crisis económica y la rápida pauperación de las familias españolas, especialmente agravada por los agresivos recortes en ayudas sociales, la población se empeña en salir a las calles y manifestar su descontento, produciéndose nuevas y originales formas de protesta. Es en este contexto donde vemos las más desagradables actuaciones policiales de las últimas décadas ante movilizaciones pacíficas de una ciudadanía intergeneracional muy indignada. En el año 2015 España vivió un fuerte cambio a través de una reforma casi completa del Código Penal que venía precedida de la promulgación de una nueva Ley de Seguridad Ciudadana que contiene el objetivo político de su razón de ser: paralizar la protesta a base de sanciones desproporcionadas. El nuevo Código Penal introdujo la sibilina “Prisión Permanente Revisable”, sobre todo permanente, y más aún prisión. En una larga temporada de recortes, lo mayores no ha terminado siendo económicos, que lo han sido, si no sociales y de derechos.

Buscamos traer los elementos que nos ayuden a entender el camino ideológico recorrido que hay tras estas leyes penales, como la Tolerancia Cero o la encarcelación masiva norteamericana adaptada a la realidad española de frontera. Para este caso vamos a realizar en primer lugar un análisis del llamado Welfarismo penal y su crisis,

para entender el cambio radical que se produce en el tratamiento de la criminalidad hasta los años ochenta. Precisamente a partir de esa década, a causa de la crisis del Estado de Bienestar, se produce un giro copernicano en el mundo anglosajón que afectará al mundo entero. Este cambio de paradigma, el neoliberalismo, será abordado con la intención de desmenuzar el pensamiento hegemónico que se extiende hasta nuestros días. Por último, traeremos este proceso a la realidad que no interesa estudiar, el cambio de las políticas criminales que justifican la llamada cultural del control.

Abordaremos la cuestión desde dos planos:

En el plano discursivo, es decir, en la elaboración teórica, en la comprensión y en el reconocimiento de los derechos humanos como derechos y garantías de las personas. El segundo se establece en el plano de la instrumentalidad, de las prácticas jurídicas cotidianas. Más allá de los discursos de (des)legitimación de las políticas públicas que afectan los derechos humanos (herramienta proporcionada por el abordaje teórico), el paradigma garantista contemporáneo presenta los mecanismos que deben ser valorados en su (in)idoneidad para impulsar acciones cotidianas de efectividad de derechos.

El discurso, el sensacionalismo, la presión por sobrevivir, los aires críticos, han ido desvelando líneas en el territorio, en la mente y en las almas que separan, cuales abismos avernosos, al amigo del enemigo, el bueno del malo, el culpable del inocente. Esta ponencia quiere señalar algunas de estas líneas que a veces cortan la digestión durante el telediario pero que nos sedan durante la vida.

.....

*** Juan Carlos Justo**

El Colegio de América. Centro de Estudios Avanzados para América Latina y El Caribe. Universidad Pablo de Olavide - CA-UPO. Sevilla, España

Resumen de ponencia

UMA ANÁLISE DECOLONIAL DO CONCEITO DE ESTADO

*Amanda Poton Cavati De Siqueira

O mundo atual encontra-se dominado por concepções europeias e estadunidenses. A Europa Ocidental e os Estados Unidos (centro) colocam seus conceitos em um patamar mais elevado que os demais, estabelecendo seu modo de pensar como superior e único. Com o fim da colonização formal, os países periféricos passam a ser legalmente independentes. Em consequência, a colonialidade se torna evidente, pois a periferia permanece em posição subalterna, na relação de dominação. Desta forma, o objetivo consiste em analisar o desenvolvimento do Estado eurocêntrico, a partir de uma perspectiva Decolonial, observando a forma como esta evolução foi imposta para o resto do mundo. Espera-se que deste trabalho resulte a conclusão da importância de uma nova definição de Estado, que leve em consideração as particularidades da periferia. A reflexão é feita utilizando autores decoloniais e pós-coloniais, bem como pesquisadores ocidentais eurocêntricos que buscam analisar o Estado. Como apontado por Aníbal Quijano, a colonialidade é um tipo de dominação que perpassa todas as arenas da vida, das mais simples às mais complexas. Um dos principais polos desta dominação é o campo do saber científico. O conhecimento produzido no centro é considerado universal, enquanto a ciência periférica é tratada como pensamento meramente regional. Desta forma, a colonialidade encontra-se na construção do conceito de Estado. Autores eurocêntricos criaram uma definição do que é o Estado, o que o faz forte e qual a sua trajetória. O modelo imposto de Estado ideal é o de Estado-Nação democrático liberal, determinação que ignora as particularidades e necessidades da periferia. É importante apontar que a definição de democracia padrão também é determinada pelo pensamento hegemônico. A trajetória do Estado, indicada pelo centro, vai desde o surgimento do Estado moderno, com o fim do período feudal, até o estabelecimento de um Estado de Direito neoliberal. O grande problema deste caminho é que ele é tratado como uma ocorrência comum a todos os países do mundo. Inclusive, é esta concepção que é ensinada nas escolas e nas universidades. No entanto, os países da periferia não passaram por esta construção espontânea do Estado. Na América Latina e na África, os Estados foram estabelecidos e delimitados a partir da chegada e da permanência dos povos do centro. Todavia, este desenho foi realizado sem uma reflexão a respeito das diferenças de identidade das populações locais, que habitavam os territórios antes de serem dominados, e de suas respectivas necessidades. Há, até mesmo, uma concepção de que a própria história dos países da periferia só se iniciou a partir do primeiro contato com os povos centrais. Muitos autores se dedicam a refletir sobre o que é um Estado e o que é necessário para que ele seja forte. No entanto, é preciso reconhecer que estas reflexões são geralmente realizadas por autores hegemônicos, que vivem e observam uma realidade específica. Deste modo, a adversidade encontra-se em impor esta visão característica para o resto do mundo, que vive uma realidade absolutamente distinta e, muitas vezes, oposta à central. Não obstante, este conceito de Estado ideal é somente mais

um artifício de dominação. Ele é utilizado para criticar tudo aquilo que seja diferente e que vá de encontro aos desejos do eixo dominante. Ademais, muitas vezes é empregado para justificar intervenções em outros territórios. O que se percebe é uma atitude condescendente do centro. A ideia é que os países periféricos encontram-se em um estágio obsoleto na história linear e unidirecional, de modo que seriam incapazes de cuidar de si próprios. Este fato faz com que a Europa e os Estados Unidos precisem guiá-los para um mundo mais avançado e moderno. No entanto, este direcionamento é feito a partir dos interesses hegemônicos. Diversos países preocupam-se em se encaixar no molde estabelecido, muitas vezes realizando reformas prejudiciais para sua população, com o objetivo de se aproximar do modelo eurocêntrico. É um hábito olhar para os Estados Unidos e para a Europa Ocidental e buscar se assemelhar a seus padrões de Estado. Todavia, neste processo as próprias histórias e culturas locais acabam sendo apagadas. Logo, percebe-se que é preciso desvincular-se da visão dominante e estabelecer um conceito de Estado alternativo, que leve em consideração as particularidades periféricas. É somente a partir da periferia que poderá surgir alguma forma de resistência à dominação do centro.

.....

* Amanda Poton Cavati De Siqueira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

UN JUEGO DE TIRE Y AFLOJE. AJUSTES, TENSIONES Y (RE)SIGNIFICACIONES POSIBLES A PROPÓSITO DEL DISPOSITIVO DE LA DISCAPACIDAD

*Duván Felipe Avilés Correa

*Nicolás Torres

En líneas generales, puede afirmarse que la discapacidad es un fenómeno que ha sido concebido y planteado de muy diversas maneras dependiendo de los lugares desde donde ha sido enunciada, de los entramados socioculturales con los cuales ha sido leída y de los momentos históricos en los que ha estado o ha sido situada. En razón de esta perspectiva, puede entenderse la hipótesis que asume que desde los albores de la época moderna occidental hasta hoy inclusive, se ha instalado una idea particular sobre la discapacidad en torno a la cual se han designado una serie de prácticas y de discursos que, de la mano de la expansión de un sinnúmero de saberes especializados y de la institucionalización del cristianismo, han configurado una forma-sujeto bien específica que ha sido denominada como como discapacitada.

A lo largo de esta ponencia buscamos comprender ese proceso que hemos descrito (y que, vale decir, todavía tiene fuertes ecos actualmente) como un dispositivo desde el cual se imbrican e intersecan sin pausa múltiples y variadas líneas de fuerza que configuran horizontes de posibilidad para el ejercicio de poder. Argumentamos que el sujeto discapacitado es producido como tal por efecto de todos esos cruces y que en este proceso de subjetivación le es taxativamente asignado un rol particular ante el cual puede asumir —tanto individual como colectivamente— estrategias de ajuste y/o de desviación que, en últimas, van configurando territorios de potencia política.

Apuntalamos esta postura alrededor de una interpretación crítica del asunto que desarrollamos a lo largo de cuatro momentos: en el primero, procuramos una descripción densa de dos líneas de fuerza que han estructurado históricamente a la discapacidad, así entendida, el saber/poder médico y las dinámicas arquitecturales; en el segundo, hablamos sobre los procesos que han dado lugar a la forma-sujeto discapacitada a partir de esos dos ejes estructurantes; en el tercero, planteamos algunas líneas de fuga que surgen ante la matriz de poder que reproduce al dispositivo de la discapacidad; y en el cuarto proponemos una lectura de la discapacidad como un significativo vacío frente al cual han emergido epistemologías y de enunciaciones de resistencia, sobre todo, desde América Latina.

Lo que nos inquieta, en particular, es deshacer analíticamente aquellas estructuras históricas y socioculturales que han ordenado (y siguen ordenando) a la discapacidad como una relación de dominación basada en la fijación de la diferencia y en su asociación casi antonomástica con la enfermedad, la anormalidad, la improductividad

y la invalidez. Por allí mismo, nos importa interpelar los aparatajes disciplinarios y/o reguladores que sostienen a dicha relación así como rescatar y poner en evidencia algunas resistencias que han emergido desde y alrededor de este escenario de poder.

Así pues, lo que intentamos hacer aquí es echar al ruedo una serie de hondas discusiones que circulan cíclicamente alrededor de cosas como las experiencias situadas, la construcción de hegemonías, la opresión, la exclusión y las resistencias encarnadas para dar cuenta de algunos de los tránsitos, los matices y las luchas que tienen y han tenido lugar a propósito de la discapacidad. Nuestra apuesta, entonces, no es otra que la de leer y entender a la discapacidad como un campo de batalla en el que se disponen y performan variados sustratos y significaciones las cuales, en virtud de su permanente movimiento, pueden ser (y, de hecho, son) contestadas desde múltiples y muy diversas orillas.

En últimas, con todo esto como base, proponemos abrir una conversación amplia, íntima y reflexiva entre nuestros acercamientos personales y académicos respecto de la discapacidad y los gruesos teóricos de autores y autoras como Michel Foucault, Hugo Zemelman, Talcott Parsons, Ernesto Laclau y Dora Munévar, sobre todo, con el propósito de enriquecer los debates sobre las muchas aristas que configuran aquello que ha sido entendido, significado, nombrado, estudiado y vivido como “discapacidad” y para darle peso a la necesidad de gestar miradas polisémicas y plurivocales sobre este fenómeno como territorio de potencia política.

.....

*** Duván Felipe Avilés Correa**

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

*** Nicolás Torres**

Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

UNA LECTURA PEDAGÓGICA INSURGENTE DE LA DECLARACIÓN UNIVERSAL DE DERECHOS HUMANOS

*Mónica Fernández

La Declaración Universal de los Derechos Humanos (en adelante DUDH), aprobada el 10 de diciembre de 1948, suele señalarse como el instrumento internacional más aceptado, citado, traducido a un centenar de idiomas y difundido del mundo moderno. Desde su aprobación, la comunidad internacional ha adoptado y ratificado un centenar de pactos y convenciones, además de haber creado una serie de programas y directrices para efectivizar su difusión y enseñanza. En el seno del derecho internacional, sabemos que la DUDH es un ícono de los acuerdos gubernamentales internacionales para concretar el mantenimiento de la paz mundial. En líneas generales, dado que no ha habido conflictos armados internacionales, podría decirse que este objetivo se ha cumplido. No obstante, la paz mundial es algo que va mucho más allá de la ausencia de guerra armada. La tortura, la esclavitud, la pobreza, los encarcelamientos sin juicio, la discriminación de cualquier tipo, así como cualquier otro abuso de poder gubernamental, continúan existiendo en nuestro mundo. Es más, en ocasiones hasta parece que la violencia silenciosa de la acción política hubiera recrudecido.

Es cierto que las declaraciones, como figura jurídica, son herramientas normativas que carecen de obligatoriedad para los Estados parte de las Naciones Unidas, pero también es cierto que, por tradición y uso consuetudinario, la DUDH es un documento que se ha convertido en vinculante para toda nación que lo adopte. En el caso de la Nación Argentina, dado que su letra, desde la reforma constitucional del año 1994, posee jerarquía sobre cualquier otra ley (Constitución de la Nación Argentina, Artículo 75° Inc. 22°), la obligatoriedad de su cumplimiento se vigoriza.

Hasta aquí, es posible decir que el articulado de la DUDH, como norma instituida, trata de derechos exigibles. Sin embargo, un vistazo somero sobre su contenido jurídico, da cuenta de que, en la práctica cotidiana, se trata de derechos que siguen siendo una deuda para la ciudadanía. En este sentido, su armónica declamación de derechos, parece ser una esquizofrenia. Bastaría mencionar unos pocos actos de gobierno para verificar esta afirmación: personas con discapacidad que pierden sus pensiones; poblaciones adultas que pierden sus beneficios jubilatorios; varios casos de personas encarceladas sin juicio previo; poblaciones estudiantiles que han perdido sus becas; funcionarios públicos de alto rango que prestan servicios profesionales en empresas multinacionales; desfinanciamiento de instituciones científicas (Universidades y otros organismos dedicados a esta tarea); desfinanciamiento y cierre de instituciones de la salud; sin mencionar el agravante que supone la aplicación de una política económica retrógrada; entre otras atrocidades contra derecho. Este fenómeno social de retroceso de derechos no es exclusivo de la Argentina, sino que se trata de acciones gubernamentales que acorralan a la mayoría de las poblaciones desfavorecidas de

América Latina, ni qué decir de la querida Venezuela, cuya acción de sometimiento internacional, entristece a toda la región con ansias de democracia plena.

Sería muy sencillo decir que este fenómeno regional de concatenación de derechos es propio del avance del neoliberalismo. Nos parece que hay un problema que va más allá de la ideología de la política gubernamental. Este fenómeno de vuelta a las políticas neoliberales parece más propio del avance de una economía financiera internacional que estuvo agazapada durante un tiempo, pero que ahora ataca con más fuerza. De cara a los compromisos asumidos por más de 190 naciones del mundo al adoptar la DUDH y ante su responsabilidad como garantes de la presencia efectiva de esos derechos, junto con la obligación de capacitar a todo el cuerpo de funcionarios estatales entre los que incluimos a la docencia ¿Qué tipo de metodologías pedagógicas pueden auxiliarnos para ilustrar y reflexionar sobre este posible desengaño internacional (léase negación de derechos adquiridos) que se visualiza en la práctica cotidiana? Responder a este interrogante es una tarea compleja, pero vale la pena iniciar un diálogo basado en la lectura de textos críticos, insurgentes y contra-hegemónicos, con la intención de mejorar las estrategias de enseñanza y aprendizaje de la DUDH y agenciar sus posibles reclamos.

Volviendo al interrogante, es cierto que una respuesta unívoca se transformaría en una falacia, pero en este artículo nos proponemos mencionar algunas notas críticas para buscar medios de transformación de las condiciones ético-políticas (¿culturales?) de nuestra sociedad globalizada. Buscamos estrategias dialógicas contra-hegemónicas para andamiar las destrezas pedagógicas de formación de la ciudadanía desde ámbitos educativos, y con ello, la posibilidad de ampliar las acciones políticas para exigir al Estado el cumplimiento de los derechos consagrados en la DUDH.

Para cumplir con este compromiso dialógico, hemos preferido hacer foco en la cuestión metodológica de la enseñanza de la DUDH, sin ánimo de buscar recetas didácticas sino con la necesidad de encontrar mecanismos para colocar una crítica pedagógica insurgente que nos ayude a encontrar medios para exigir el cumplimiento de los derechos consagrados en esa Carta Magna. En este hilo conductor, que en el fondo posee una crítica reflexiva sobre la cultura (básicamente las condiciones ético-políticas) occidental, hemos preferido mencionar a tres autores. Dos de ellos critican el avasallamiento eurocéntrico (globalizador) de la cultura y la negación de lo distinto, es decir nuestro saber del sur. Nos referimos a Rodolfo Kusch y Boaventura de Sousa Santos. El tercer autor elegido es Antonio Gramsci, quien desarrolló una severa crítica sobre las condiciones culturales de su época, basado en la implantación de hábitos ideológicos. Con sus concepciones, Gramsci nos brinda pautas para pensar las condiciones culturales de formación de los cuerpos intelectuales. En los tres autores se descubre el velo del eurocentrismo, al tiempo que nos acercan medios para descubrir metodologías pedagógicas insurgentes.

.....

* Mónica Fernández

Departamento de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Quilmes - DCS/UNQ. Bernal, Argentina

Resumen de ponencia

UNIVERSIDAD POPULAR DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES: APRENDIZAJES DESDE LA EXPERIENCIA EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA”

*José Bompadre

*María Inés Peralta

*Norma Fernández

PONENCIA GRUPAL: “Universidad Popular de los Movimientos Sociales: aprendizajes desde la experiencia en la Universidad Nacional de Córdoba”

José Bompadre, Norma Fernández, María Inés Peralta

La presente ponencia recupera una experiencia en la UNC con el objetivo de visibilizar un proceso de trabajo que se ha sostenido y multiplicado en el transcurso de 10 años en torno al proyecto de la Universidad Popular de los Movimientos Sociales, coordinado por Boaventura de Sousa Santos. El sentido de estos talleres se sintetiza en las palabras de Boaventura de Sousa Santos al iniciar el segundo taller, en abril de 2016: En el mundo de hoy hay mucha información pero poca comunicación. Hay una división entre conocimiento académico y conocimiento popular. Los movimientos no saben de otros movimientos, conocen sus propias luchas pero no conocen las de los demás. Por esto es que los movimientos se sienten un poco aislados. Tienen mucha información pero hay poca comunicación entre ustedes. Hay que reunirse entre movimientos para compartir experiencias”.

Ante el gran abismo que persiste entre el conocimiento académico y conocimiento popular, quienes nos dedicamos a estudiar y trabajar con movimientos tenemos el gran desafío de fortalecer nuestra comunicación con los mismos, pero, además de favorecer la comunicación entre movimientos sociales. Todo ello es imprescindible para potenciar las luchas emancipatorias.

Boaventura de Sousa Santos nos aporta profundas reflexiones sobre este tema y nos presenta una invitación desafiante a la comunidad científica mundial y dentro de ella a la occidental: el posmodernismo de oposición que implica tomar “la crítica de la modernidad como punto de partida para la construcción de alternativas epistemológicas y políticas” (2005:112). Distingue, dentro del proyecto de la modernidad, dos formas de conocimiento: “el conocimiento como regulación, cuyo punto de ignorancia es denominado caos y cuyo punto de conocimiento es denominado orden” y el conocimiento como emancipación, cuyo punto de ignorancia es llamado colonialismo y cuyo punto de conocimiento es denominado solidaridad” (2005:105). Y nos señala que la tensión entre ambas formas de conocimiento fue resuelta con la dominación de la regulación sobre la emancipación y, en consecuencia, con el predominio de una visión del “otro” como objeto y no como sujeto de conocimiento. Todo ello, sigue siendo el desafío que asumimos desde nuestra posición de universitarios/as.

La ponencia pretende recuperar aprendizajes de esta experiencia (dos talleres de

UPMS, uno en 2007 y otro en 2016), en diálogo con prácticas extensionistas sostenidas desde la recuperación democrática en adelante, recuperando el legado del pensamiento liberacionista de las décadas 60 y 70, desde una relectura necesaria y resignificada a la luz de los aportes de las luchas anticapitalistas, antipatriarcales y anticoloniales.

Entre los ejes de estos aprendizajes nos interesa enfatizar:

-la capacidad de lectura de la demanda social, entendida como configuración de lo que una sociedad puede definir como sus problemas de agenda; los prioritarios, pero también los invisibilizados, sojuzgados, naturalizados. Se trata de entender a las demandas articuladas a la idea de necesidades y de reivindicaciones, campo en el cual los discursos sobre ellas se presentan como un espacio en contienda y en disputa, donde los grupos con recursos discursivos (y no discursivos) desiguales compiten por establecer como hegemónicas sus interpretaciones respectivas sobre lo que son legítimas necesidades sociales.

Esto requiere que desarrollemos una capacidad de escucha, de análisis y de interpretación, ya que lejos de ser unívocas, las lecturas sobre las necesidades son fruto de disputa de los sentidos, donde los expertos tenemos un poder central, el poder del conocimiento legitimado. Participar en la resolución de la demanda social es participar de la lucha por las necesidades; no es una lucha por los recursos solamente, antes de esa lucha está la de instalar una necesidad como tal en la agenda pública, y luego la lucha por definir esa necesidad.

Para ello hay que desandar el problema del silencio y de la indiferencia; ya que la ciencia moderna como regulación silenció y ocultó imponiendo un género, una raza, una clase social, una edad. De lo que se trata es de hacer inteligibles las diferencias, ya que no si no somos capaces de captarlas, percibir las, enunciarlas y traducirlas, se nos hacen indiferentes.

-Otra característica central es cómo lograr que el conocimiento universitario sea “apropiado” por la sociedad y que la Universidad se apropie de los saberes no universitarios. Es necesario revisar el sentido desde el cual hacemos extensión, transferencia, vinculación, de modo de desnudar aparentes diálogos que en realidad son “imposiciones amables”. Que nuestro conocimiento sea significativo para un “otro” requiere que le resuelva problemas concretos de su vida cotidiana, que contar con él le permita estar en mejores condiciones de disputa con sus adversarios y de alianzas con otros pares, aumentando así el capital social y político necesario para resolver sus necesidades y reivindicaciones. Que el conocimiento de los “otros” sea significativo para las Universidades implica asumir que la legitimidad de la Universidad depende de que el conocimiento que producimos y los profesionales que formamos sea necesario y útil para esos “otros”.

Todo esto requiere desarrollar una capacidad comunicacional y educativa distinta a la que ponemos en acto en los encuentros entre académicos: que nuestro conocimiento ancle en otros saberes y se pueda expresar con otros códigos requiere una práctica en la que se construya esta disposición. No es automático y ni voluntarista.

Las dos características presentadas se vinculan con una tercera: reconocer a la Universidad Pública como actor político en tanto institución legitimada socialmente con poder para imponer agenda. Si reconocemos el enorme poder que la institución en las que trabajamos tiene para construir un régimen de verdad, está claro el componente ético-político de la producción de conocimientos y del diálogo de saberes.

O sea, al servicio de quien se pone ese conocimiento, es la gran pregunta. Es la pregunta de todos los días, no es la gran pregunta que tiene una respuesta de una vez y para siempre.

El contexto paradigmático de los derechos humanos y la emergencia de los nuevos movimientos sociales que caracterizó al último cuarto del siglo XX instaló la búsqueda de la diversidad, la pluralidad, lo alternativo y lo alterativo, que se impuso en la agenda pública de la mano de las luchas feministas, ambientalistas, decoloniales, antirepresivas, y otras; y con ello, el reclamo al conocimiento universitario para su apertura a diversos tipos de conocimientos sojuzgados e invisibilizados.

Esta disputa de proyectos societales se da también al interior de nuestras universidades: en las voces de los colectivos que las componen (estudiantes, trabajadoras/es docentes, egresadas/os y trabajadoras/es no docentes) y en las voces de las organizaciones políticas y gremiales que estos actores se dan para hacer valer su visión sobre la Universidad y la sociedad que quieren.

Estas diversidades pugnan por ser reconocidas a la hora de tomar cada una de las decisiones que hacen a la vida de nuestras universidades. Universidades que estuvieron en la calle masivamente ante los intentos golpistas de la década del 80, y sus actoras/es se mostraron dispuestos a no dejarse arrebatar la democracia recuperada; Universidades que lograron sostener mecanismos de resistencia al neoliberalismo menemista, al ahogamiento presupuestario, a los perfiles profesionales gerencialistas o privatizadores, al “fin de las ideologías”.

Es posible sostener y plasmar en acciones concretas decisiones políticas democráticas y emancipatorias. Está claro que estas visiones conviven con resabios autoritarios, con intereses corporativos funcionales a un país para pocos y al interior de nuestras universidades y en la sociedad en general- pero es innegable que la autonomía y el cogobierno habilitan los mecanismos y dispositivos necesarios para dar estas disputas de modelos de sociedad.

Al decir de Santos (2017; 16), la Universidad Pública:

“es también la institución que crea un espacio público privilegiado, potencialmente dedicado al debate abierto y crítico de ideas. Sin embargo, precisamente por estas dos razones, la universidad de hoy carece de aliados fuertes. Es, por lo tanto, un bien público bajo amenaza constante. Las amenazas provienen tanto del interior, de aquellos que se niegan a cambiar la crisis de la universidad en una oportunidad emancipatoria; y desde afuera, de aquellos que ven en la universidad una amenaza para su poderío político y económico”.

.....

*** José Bompadre**

Facultad de Filosofía y Humanidades - FFyH UNC. Córdoba, Argentina

*** María Inés Peralta**

Facultad de Ciencias Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Córdoba - ETS/UNC. Córdoba, Argentina

*** Norma Fernández**

Facultad de Ciencias de la Comunicación - FCC-UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

URDIDORES DE SUEÑOS

Escuela Secundaria 27 Lago del Bosque - EES 27 (Argentina)

*Justa Fátima Matamoro

*Sandra Beatriz Defrancesco

*Sandra Viviana Ponce

Resumen

Justificación

Contexto y características de los jóvenes del barrio

Lago del Bosque es uno de los barrios más antiguos del partido de Merlo que fue creciendo desordenadamente a partir de la década del '70. Antes de esta época era un paraje veraniego así se promocionaba desde la década del '50.

Actualmente Lago del Bosque es marginal respecto a barrios céntricos de Merlo. El arroyo Torres, contaminado por el asentamiento de fábricas en sus márgenes es como su arteria principal, las viviendas se emplazan sin planificación. Allí en medio de este paisaje urbano se encuentra nuestra escuela secundaria Nº27. Su historia se origina en el año 1997 con la creación del tercer ciclo de la EGB, luego en octubre del año 2005 se crea la SB Nº 45, allí sólo se brindaban los primeros tres años de formación secundaria. En el 2014 la escuela completó la oferta de seis años y la orientación elegida fue la de Arte teatro, siendo la única con esta orientación en el distrito de Merlo.

Dentro de su historia un hecho de extrema vulnerabilidad social la marcó, fue el tornado del 4 de abril del año 2012, que destruyó la totalidad del edificio. Hasta ese momento y tiempo después una fuerte estigmatización definió la mirada sobre la escuela, aquí asistían sólo los “villeros”, aquellos chicos del barrio que “no podían acceder a escuelas de un mejor nivel académico”. Se podía faltar en días de lluvia, no “corrían” las faltas, se hacía “promoción social” porque según el criterio de los docentes que conducían la escuela era a lo máximo que se podía aspirar.

Desde el año 2013 la escuela incorpora matrícula no sólo del barrio sino también de otros barrios ya que la oferta se amplía con la secundaria superior. Nuevos docentes con nuevas miradas se suman a un proyecto a estrenar, con nuevos desafíos: incluir y generar desde la diversidad un proyecto educativo con sentido. Será necesario abrir puertas, armar redes, tejer nuevas tramas sin cadenas ni engranajes mecánicos y esclavizantes.

Proyecto Institucional

Fundamentación

“La tierra que la gente ama, de la cual habla, a la que se refiere, tiene siempre un espacio, una calle, una esquina, un olor de tierra, un frío que corta, un calor que sofoca, un valor por el que se lucha, una caricia, una lengua que se habla con diferentes entonaciones. La tierra por la que a veces se duerme mal, tierra distante por

causa de la cual la gente se aflige, tiene que ver con el lugar de la gente, con las esquinas de las calles, con sus sueños”

Paulo Freire (1997)

El suelo no solo se vincula con la vida cotidiana sino que su injerencia en el pensamiento da un sentido único a la existencia.

Este concepto se encuentra de alguna manera graficado en las estructuras textiles andinas. En el tejido existen dos campos bien diferenciados la “pampa” y el “pallay”. La pampa posee la misma acepción que el contexto geográfico, alude al mundo salvaje [lo] no cultural-, se corresponde en el tejido con el espacio uniforme, carente de decoración, en contraposición con el pallay, término quechua que significa “recoger”, de la necesidad de recoger hilos para formar una figura, representa por lo tanto el mundo cultural con significado.

SOY, en tanto soy dentro de un ámbito simbólico, contenido en un horizonte cultural. En suma, la cultura se instala como un quehacer ritual para lograr el “domicilio” en el mundo.

Y si hablamos de arte toda expresión artística es siempre un gesto creador, nacido del espíritu que nos habita. Todo gesto creador es liberador. Desata la imaginación, la proyecta en un horizonte de posibilidad amorosa y encantada. Esta potencialidad convierte al arte en transformador de vida.

Para que exista la libertad, antes debe ser soñada. Para soñarla es imprescindible desearla. Los artistas tienen recepción sensible para captar los deseos colectivos. Esa sensibilidad inexplicable, que los convierte en porta voces del pueblo. Los poetas tienen antenas capaces de captar las señales invisibles y al hablar consigo mismos hablan con los otros.

El deseo de libertad genera pasión. Tener un motivo por el cual vivir apasionadamente es el único camino para vivir y morir con dignidad.

Paulo Freire continúa siendo imprescindible. Tomar la palabra para decirse, es en sí mismo liberador. Entrar en lo más profundo de vos mismo para conocer tu verdad. En este sentido podemos concebir la educación liberadora.

Educación que no se contenta con repetir y reproducir acríticamente lo mandado, sino que requiere de seres apasionados y comprometidos que recreen la realidad y la transformen; y es aquí donde el arte se hace vital.

Todo sistema educativo debería tener como objetivo primero desarrollar al máximo la capacidad creadora en lo más íntimo del ser persona.

En este tiempo de tinieblas y tristezas, de dictadura de mercado, es preciso rescatar la dimensión de la poesía, porque es en sí misma una apertura hacia el infinito.

La lucha por la libertad puede ser peligrosa pero nunca inoportuna.

Poesía que se hace canción: palabra proclamada; canción que interpretan los cuerpos, esos mismos que toman las

melodías y que en movimientos rítmicos tienen poder catártico, liberador. Canción que se expresa en trazos en papel y lienzo. Cuerpos que encarnan la palabra y la vida para actuarla y hacerla metáfora.

Algunas acciones y acuerdos

Para nosotros fue necesario desarraigar algunas prácticas mecanizadas que

imposibilitaban un aprendizaje con sentido.

Cuestionamos los portadores de verdades absolutas para ser copiadas y posteriormente repetidas, como el pizarrón como centro de atención, el docente al frente de la clase, la disposición del mobiliario alineado, una única propuesta editorial como portador del saber, la carpeta como fin en sí mismo. Los cuestionarios interminables que se responden linealmente desde un texto idéntico para todos los jóvenes. Las fórmulas incomprensibles descontextualizadas.

Porque proponen un estudio acrítico de la temática a abordar. Porque se usan para memorizar, reproducir a través de dar respuestas uniformes impidiendo el conflicto, generando un ámbito sin preguntas no dando lugar a ninguna respuesta.

Las disposiciones alineadas aíslan, anulan el diálogo la colaboración, el hacer con, generan alumnos con “anteojeras”, el pizarrón como zanahoria, el profesor como sabelotodo. Dando como resultado la aceptación de un ambiente tedioso incuestionable, inconciente.

Creemos en la ronda que fomenta el encuentro con el otro, la negociación y reflexión juntos, la escucha, el debate, la construcción colectiva, la comunicación, la creatividad fomentada por el enriquecimiento de los aportes de los compañeros.

Apostamos a experiencias directas y entrelazadas. Reorganizando grupos, saliendo del aula, compartiendo cátedras y proyectos, saliendo de la escuela, volviendo al barrio.

Haciendo teoría, teorizando la práctica.

Pensamos constructiva y colectivamente propuestas pedagógicas. Entre docentes y estudiantes, con otros docentes y estudiantes. intercambiando, interdisciplinando, articulando parejas y equipos pedagógicos. Planificando por proyectos participativos y desacartonados, narrados con sentido.

En resumen una narrativa que dé cuenta que junto con las certezas conviven las incertidumbres. Una narración que vaya posibilitando la construcción de la práctica futura a partir de decisiones tomadas y por tomar, de hipótesis y suposiciones, de fundamentaciones y propuestas., en fin, una lógica que se va construyendo a medida que la escritura avanza y que se termina de construir a medida que la práctica se va desarrollando, “urdidores de sueños” En suma: la construcción genuina del significado.

.....

*** Justa Fátima Matamoro**

Escuela Secundaria 27 Lago del Bosque - EES 27. Merlo, Pcia de Buenos Aires, Argentina

*** Sandra Beatriz Defrancesco**

Escuela Secundaria 27 Lago del Bosque EES 27. Merlo, Pcia de Buenos Aires, Argentina

*** Sandra Viviana Ponce**

Escuela Secundaria 27 Lago del Bosque - EES 27. Merlo, Pcia de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

VALIDEZ ECOLÓGICA AL ENCUENTRO DEL PERSPECTIVISMO AMAZÓNICO A TRAVÉS DE RELATOS SOBRE PISHTACOS: RETOS Y DILEMAS DE LA INVESTIGACIÓN EN CIENCIAS SOCIALES.

*Elisabeth Acha

RESUMEN

¿Cómo acceder a la cosmología amazónica desde una práctica científica enraizada en principios completamente ajenos a la cultura que estamos estudiando?

¿Cómo traducir los conocimientos y modos de pensar de otros pueblos cuando lo que tenemos a la mano es un lenguaje que proviene de una tradición distinta a la que estamos observando?

El objetivo de esta ponencia es examinar los desafíos metodológicos y epistemológicos que plantea el acceder a la cosmovisión amazónica, a través de relatos de pishtacos, con el fin de lograr un mayor entendimiento (¿intercultural?) del pensamiento amazónico.

Mi meta es reflexionar sobre la enseñanza de la metodología de la investigación en ciencias sociales a la luz del trabajo de campo realizado. En particular el eje central de mi reflexión será el desafío que plantea la validez ecológica en el diseño de la estrategia de investigación, el poder mirar con los ojos del otro-diferente-a-uno y la posibilidad de visualizar ¿un nosotros diverso?.

Las distintas versiones acerca de los pishtacos nos revelan un trasfondo ontológico y epistemológico de construcción de la persona distinto al occidental. Esta experiencia levanta una serie de dilemas y retos en cuanto a cómo tendríamos que acceder al conocimiento de la realidad que representa una tradición cultural distinta a la nuestra.

Las cosmologías amazónicas se articulan sobre la idea del perspectivismo entendido como variaciones de los puntos de vista humano y animal existentes sobre la realidad (Belaúnde 2005: 48; Lima 2007: 72). El perspectivismo es el proceso de cambios discretos de puntos de vista entre las diferentes formas de agencia que pueblan el cosmos (Viveiros de Castro 2007: 100).

He revisado, para tal efecto, la literatura sobre y recogido relatos acerca de pishtacos en la cuenca del Perené (departamento de Junín, Perú) entre el 2011 y 2013 en comunidades Ashaninka, que es uno de los pueblos indígenas más numerosos de la

Amazonía peruana.

La abundante evidencia etnográfica demuestra la existencia de principios comunes que subyacen a las diversas cosmologías amazónicas del continente americano (Belaúnde 2007; Overing 2000, 2007; Viveiros de Castro 1998, 2004, 2007).

Overing (1989; 1996, citado en Gonçalves 2007:161) redefine la concepción de “comunidad amerindia” entendiéndola como pluralidad de semejanzas singulares en aspectos que se manifiestan en la estructuración de cómo es pensada la interacción social en la vida cotidiana, la construcción de la persona y la cuestión de la semejanza y alteridad entre otros asuntos.

Introducirse a una cultura distinta implica darnos cuenta que no basta con hacer corresponder a una manera de consulta de diccionario- nuestros conceptos con la contraparte “indígena”, en este caso expresada en “lengua nativa” y encontrar la palabra equivalente en nuestras propias lenguas y marcos interpretativos desde las ciencias sociales. Propongo que interculturalidad implica lograr que se produzca un descalabro en nuestros profundamente enraizados fundamentos ontológicos y epistemológicos, lo que casi equivale a reeditar nuestras identidades a la luz de eso distinto que estamos conociendo.

Acceder al pensamiento amazónico tendría que significar redefinir todo lo que uno es como persona, en un proceso de desentrañamiento conceptual sin anestesia. Casi como arrancarnos la piel para dar acceso a otra dimensión distinta de las cosas. Eso es algo que no se logra fácilmente puesto que no se trata de un simple reacomodo mental de las ideas. Parto de la idea que cualquier inicio de engranaje a otra cultura distinta y ajena a la familiar, significa un padecer las circunstancias con todo el cuerpo.

La producción occidental de la diferencia referidas a las culturas distintas ha resultado en un proceso de persistente exclusión (Rapport y Overing, 200: 13). Si Oriente ha sido para Occidente un espacio de alteridad, el indígena americano se convirtió en la diferencia incapaz de convertirse en el “otro” porque no (2006: 122). No resulta fácil dejar de trasladar de manera automática las categorías occidentales de sociedad, religión, cultura, naturaleza entre otras para entender a los pueblos indígenas en sus propios términos. La pregunta no es ¿en qué medida ellos difieren de nosotros? Se trata de aprehender el pensamiento amazónico sin tener en cuenta la relación de subordinación y pensar la Amazonía como si Occidente no existiese. Lo común es haber contemplado a los pueblos indígenas de la Amazonia desde sus carencias y lo que no son (Rapport y Overing, 2000: 219). Ahora toca ver lo que son propiamente definido desde sus propias voces.

Todo eso supone emprender la mirada desde un aquí y un ahora, respetando los tiempos y formas de comunicación de nuestros sujetos/objetos de investigación, logrando validez ecológica entendida como el grado en que las circunstancias creadas por los procedimientos implementados por el investigador se ensamblan con las circunstancias y procedimientos que corresponden a la vida cotidiana y normas de los sujetos/objetos de estudio (Briggs, 1986: 24).

Existen numerosas investigaciones que examinan y esclarecen el significado de pishtacos en los Andes. El pishtaco, entre otras interpretaciones, sintetizaría una teoría de la explotación económica desde una posición subalterna (Weismantel 2001, Salazar-Soler 1991) y una representación satanizada del otro (Portocarrero, 2012).

Referencias

Belaúnde, L.E. (2007a) Introducción. De seres y perspectivas. Amazonia Peruana. Perspectivismo. Tomo XV, 30, 9-16.

Briggs, C. (1986) Learning How to Ask. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research. Cambridge University Press.

de Sousa Santos, B. (2006) Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatoria. Lima: Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Gonçalves, Marco Antonio (2007: 159) Personalidad y procesos de subjetivación e una ontología amazónica. Amazonía Peruana 30. Tomo XV, 159-184.

Portocarrero, Gonzalo (2012) Profetas del odio. Raíces culturales y líderes de Sendero Luminoso. Segunda Edición. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú

Rapport, A. y Overing, J. (2000) Social and Cultural Anthropology. The Key Concepts. Londres y Nueva Yor: Routledge.

Salazar-Soler, Carmen (1991) "El pishtaku entre los campesinos y los mineros de Huancavelica". En Bulletin de l'Institut Français d'Etudes Andines 20, 1. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 1-22

Viveiros de Castro, Ed. (1998) Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. Journal of the Royal Anthropological Institute. Vol 4, 3. September, 469-488.

Viveiros de Castro, E. (2004) Perspectivismo y multiculturalismo en la América Latina. En Surallés, Alexandre y Pedro García Hierro (eds) Tierra adentro. Territorio indígenas y percepción del entorno. Copenhague: Grupo internacional de trabajo sobre asuntos indígenas (IWGIA), 37-80.

Viveiros de Castro, E. (2007) La selva de cristal: notas sobre la ontología de los espíritus amazónicos. Amazonía Peruana. Tomo XV, 30, 85-110.

Weismantel, M. (2001). Cholas and Pishtakus. Stories of Race and Sex in the Andes. Chicago and London: The University of Chicago Press.

.....

* Elisabeth Acha

Unidad de Post-Grado. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad Mayor de San Marcos - UPG/UNMSM. Lima, Perú

Resumen de ponencia

¿ES POSIBLE UNA ARQUITECTURA CRÍTICA? UN RECORRIDO HISTÓRICO POR DIVERSOS DIÁLOGOS Y REFLEXIONES LATINOAMERICANAS PARA REPENSAR EL CAMPO DISCIPLINAR

*Maria Eugenia Durante

Muchos campos disciplinares han sabido construir paradigmas alternativos, que no dejan de estar inmersos en las contradicciones que el modelo productivo les genera, pero que, aun así, buscan consolidar una perspectiva crítica, que modifique su praxis. En el campo de la arquitectura poco se habla de esto, peor aún, se consolidó, desde hace tiempo, una praxis ligada a los intereses del capital, que no es cuestionada. ¿Qué papel cumple la arquitectura en la sociedad? No es una pregunta sencilla de responder, menos aun cuando el mismo campo no se lo pregunta, y que, cuando lo hace, hay respuestas que desestabilizan sus estructuras y exigen una reconfiguración profunda. Una práctica ligada a potenciar el plusvalor de los desarrolladores inmobiliarios y constructoras, requiere de una crítica “al hueso” que no muchos están dispuestos, porque generaría una pérdida de los “beneficios” sociales y económicos que dicho perfil genera.

En diversos momentos de la historia, el campo de la arquitectura se cuestionó y fue cuestionado, pero nunca llegó a consolidar una perspectiva crítica, alternativa a la mirada hegemónica. Estos debates surgen del cuestionamiento por la función social, por el papel de la arquitectura para atender a las problemáticas del hábitat de todos los sectores de la sociedad, y no solo de aquellos que pueden pagar sus honorarios. Al recorrer la historia del siglo XX, se observa que estos cuestionamientos han resurgido con fuerza cuando se hacía evidente la problemática: desastres naturales, expansión de enfermedades, visualización de los asentamientos en el paisaje urbana. A pesar de esto, es a mitad de siglo, cuando los cuestionamientos del campo de la arquitectura se potencian ante un contexto con fuerte incremento de la injusticia social, de la lucha de clases, y de territorios urbanos cada vez más dispares y fragmentados.

Esta presentación busca reconstruir algunos de los debates que se generan en el seno del campo disciplinar (y algunos aportes externos al mismo), por parte de algunos grupos o referentes en diversos países de Latinoamérica. Esta recopilación y revisión parte de fines de los 1950, y encuentra fundamento en lo que ha significado dicho período para la revisión de los diferentes campos disciplinares, conjunto a la agudización de los conflictos sociales y políticos en Latinoamérica. A la vez, es un período de resurgimiento del debate marxista, y de desarrollo de la escuela francesa que ayudará a desentramar la crisis urbana; crisis que incentivará nuevas formas organizativas de los sectores populares, y nuevos territorios de disputa para los movimientos sociales en la lucha por mejoras en sus condiciones de vida.

En el campo de la arquitectura, por aquellos años, esta situación se combina con un

cuestionamiento fuerte a la adopción de la propuesta del “movimiento moderno” para la realidad latinoamericana, que surge a fines de la segunda guerra mundial, motivado con la presencia de exiliados europeos. La situación en América Latina obliga a repensar la importación de ideas europeas, sin un análisis socio-económico, sin poner en cuestión la dependencia a nivel mundial, sin problematizar sobre “el papel en blanco” que parecieron resultar las ciudades latinoamericanas, sin analizar las posibilidades tecnológicas, etc.

Esta crisis urbana y de ideas tendrá su impacto tanto en la formación universitaria como en el ejercicio profesional de la arquitectura. A pesar de esto, pareciera ser que siempre resultaron debates aislados, episodios fragmentados, situación generada, en gran parte, por los conflictos políticos y económicos que sacudieron el continente en la segunda mitad del siglo XX; pero que, por otro lado, encuentra razones particulares del campo. ¿Por qué nunca se generó un corpus teórico-metodológico que pueda atender a las problemáticas del hábitat popular y apostar por la transformación social? ¿Es posible una praxis crítica de la arquitectura?

Este trabajo sintetiza algunos de los aportes más significativos para repensar el campo de la arquitectura, reconociendo grandes dificultades para conseguir los materiales y reconstruir una continuidad en los debates, muchas veces silenciados, descontextualizados, simplificados. Revisar los debates latinoamericanos que se han dado, es solo la primer parte de un trabajo de investigación que busca revisar las prácticas críticas que se han dado en diversos puntos del territorio argentino.

.....

*** Maria Eugenia Durante**

*Centro Interdisciplinario de Estudios Complejos - Facultad de Arquitectura y Urbanismo - Universidad Nacional de La Plata
CIEC - FAU - UNLP. La Plata, Argentina*

Resumen de ponencia

“AGUA MUERTA”. ONTOEPISTEMOLOGÍA Y POLÍTICA EN TORNO A UN CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL POR EL AGUA DEL RÍO CUAUTLA, MORELOS.

*Lilian González Chevez

En años recientes los conflictos socio-ambientales se presentan no solamente como conflictos en torno al acceso, distribución y uso de los recursos, sino como choques entre perspectivas discrepantes sobre el mundo y las relaciones que lo constituyen, es decir, como conflictos ontoepistemológicos y por qué no? Ontopolíticos que desafían la separación entre humanidad y naturaleza instituida por la modernidad occidental, arrojando luz también sobre las distintas nociones y prácticas que la interrelación y la sociabilidad de estos modos de existencia alternos implican. Lo que ofrece elementos para ampliar el horizonte de las posibilidades disponibles o imaginables de resistencia frente a la depredación causada por las políticas neoliberales (Micarelli, 2017).

Según Descola, las rutas ontológicas resultan de vital importancia para examinar la manera en que distintas sociedades se relacionan con el mundo natural, y se han mostrado útiles para analizar histórica y estéticamente ciertas actitudes y sensibilidades en torno a la naturaleza (Ruiz-Serna y Del Cairo, 2016) que hoy son fuente de conflictividad y de resistencia contra la imposición de megaproyectos neoliberales en comunidades indígenas y campesinas, lo que Blaser (2009: 877) denomina ontopolítica. Es decir, “un campo de estudio que se centra en los conflictos que se producen cuando diferentes mundos u ontologías se esfuerzan por mantener su propia existencia, interactúan y se mezclan entre sí”.

“Agua muerta” es una de esas rutas ontopolíticas que desde la racionalidad ambiental de los campesinos en lucha contra un proyecto de infraestructura eléctrica denominado Proyecto Integral Morelos (PIM) en el municipio de Ayala, Morelos, México, expresa el potencial de destrucción ambiental que la expansión de las industrias extractivas tienen al trastocar los principios de sustentabilidad de la vida. De manera que, ante los imperativos de la globalización, los campesinos echan mano de sus saberes e imaginarios socioambientales para legitimar sus formas de vida y resignificar sus luchas de resistencia frente al modelo neoliberal.

Reconstruir esta ruta ontopolítica y el imaginario social de sustentabilidad (Leff, 2010:89) en torno a este constructo es el propósito de esta ponencia. Se trata de retrotraer las lógicas de los saberes campesinos ahí donde sus premisas implícitas de valoración desde la racionalidad científico-moderna vigente, generadora de los megaproyectos extractivistas actualmente en boga, no previeron, ningunearon u omitieron como parte de esa ausencia programada de saberes y de actores sociales (Santos, 2005). Siendo que es precisamente esta racionalidad campesina, el mayor obstáculo para arrancar un megaproyecto que no puede iniciar sus operaciones a causa de que un grupo de campesinos se mantienen en resistencia, desde 2015 a la fecha, para impedir que la paraestatal Comisión Federal de Electricidad realice la

conexión del ducto de agua de la termoeléctrica con el afluente de agua del río Cuautla.

Cabe preguntarse entonces: ¿Qué error de cálculo tuvieron los desarrolladores de este emprendimiento que después de años no han logrado echar a andar un proyecto que contó con una inversión extranjera directa millonaria y ha tenido ya un elevado costo social, económico y político?, ¿Qué significa que los campesinos consideren el agua de retorno desde la termoeléctrica como el mayor factor de riesgo ecológico al producir “agua muerta”?, ¿Qué implicaciones tiene la imposición del Proyecto Integral Morelos para sus modos de existencia?

El presente ensayo es un ejercicio de traducción intercultural e interpolítica (Santos, 2016) de un conflicto socioambiental cuyo significante estratégico: “agua muerta”, traduce el choque de valores e intereses que enfrenta a los campesinos de la región oriente de Morelos con el Estado a través de una dependencia del servicio público, la Comisión Federal de Electricidad (CFE). Ambos actores, se disputan el poder de acción sobre el recurso hídrico local sobre la base de dos racionalidades y perspectivas del desarrollo distintas. El objetivo de este trabajo es reconstruir el campo de sentidos y significados en disputa y su papel en esta gramática de resistencia.

Se trata entonces, como señala Santos (2002:246), de “crear inteligibilidad recíproca entre las experiencias del mundo”, de “transformar objetos imposibles en objetos posibles”, “lo activamente producido como no existente” (Santos, 2010:42) mediante una ecología de saberes (Santos:2010:50) que “reconozca formas alternativas de conocimiento y de interconexión entre ellas en términos de igualdad” y en la que el saber ambiental (Leff,2002:180) de los campesinos de Morelos no sólo sea un argumento poderoso de su resistencia al PIM, sino que les sitúe también como actantes de una producción de conocimiento indispensable ante la incertidumbre del riesgo ambiental actual.

.....

* Lilian González Chevez

Universidad Autónoma del Estado de Morelos UAEM. Cuernavaca, México

Resumen de ponencia

“CONSTRUYENDO SENTIDOS COMUNITARIOS: MEMORIA COLECTIVA Y SABERES BIO-CULTURALES EN ÁMBITOS RURALES DEL CENTRO DE VERACRUZ, MÉXICO.”

*Cristina Núñez-Madrado

En esta propuesta se plantea la pertinencia de abordar el tema de la construcción de sentidos comunitarios, desde la perspectiva del pensamiento crítico y las epistemologías del sur, como horizonte de posibilidad para re-crear y reconstruir formas más humanas y dignas de ser-conocer-hacer en el mundo actual. Ello se sustenta en la idea de que todas las personas y grupos sociales tiene el potencial de generar conocimientos, desde la diversidad de historias locales y experiencias de vida. Ante la crisis civilizatoria y planetaria por la que atraviesa actualmente la humanidad, y desde una crítica radical al racionalismo occidental imperante en las ciencias y en las formas de conocimiento hegemónicas, consideramos fundamental reconocer la potencialidad de las cosmovisiones, racionalidades y saberes de los pueblos indígenas y grupos sociales subalternos, para reconstituirse y crear alternativas de vida digna. Asimismo, advertimos la importancia de impulsar y contribuir, desde el quehacer académico universitario, a la emergencia de formas creativas de resistencia y de lucha, orientadas a la defensa de territorios, recursos, conocimientos y tradiciones. Para ello es necesario repensar las formas en que se construye conocimiento desde las instituciones de educación superior.

Desde esta postura, consideramos que la memoria colectiva y los saberes bioculturales son maneras de expresión de esas “epistemologías otras”, las cuales tienen precisamente el potencial de nutrir procesos de resistencia política y cultural, y de contribuir de manera fundamental a la decolonización -del saber, del poder y del ser- de pueblos y grupos sociales históricamente colonizados. En el contexto del capitalismo neoliberal, la gran mayoría de las sociedades enfrentan tendencias crecientes al debilitamiento de las solidaridades sociales, a la ruptura de los referentes identitarios, así como el fortalecimiento del individualismo, el consumismo, la alienación, la indiferencia y la pérdida de horizontes, sobre todo entre los jóvenes. Así, para hacer frente al mundo de exclusión creciente en el que habita la gran mayoría de la población mundial, particularmente en Latinoamérica, y ante la fragmentación de la vida comunitaria y del tejido sociocultural en distintos ámbitos regionales y locales, advertimos la necesidad de fomentar la emergencia de procesos de organización y autonomía, sustentados en el fortalecimiento de los lazos comunitarios, la reconstitución de las subjetividades comunitarias y la construcción de alternativas sostenibles de vida.

Desde esta perspectiva, en la ponencia se comparten algunas reflexiones críticas relevantes, en torno a una experiencia concreta de investigación implicada, que se ha

venido desarrollando en una región campesina del centro de Veracruz. Desde un enfoque proveniente de diversas epistemológicas críticas, el abordaje desde la investigación acción participativa y la metodología transdisciplinaria, han sido el sustento de una postura ética y política comprometida con los sujetos sociales, proponiendo de esta manera, nuevas formas de involucramiento de la Universidad con la sociedad. En el actual contexto de fragmentación del conocimiento, el enfoque transdisciplinario coadyuva a generar nuevas miradas para comprender y transformar el papel de la universidad, y para crear puentes que nos permitan ir a través y más allá de los conocimientos disciplinarios. Asimismo, frente a la hegemonía de los discursos globales, que descontextualizan, colonizan y usurpan los conocimientos, las formas de aprendizaje, y los saberes otros, es posible plantear formas colaborativas de construir conocimiento pertinente y relevante que responda a la urgente necesidad de crear alternativas sustentables de vida para la humanidad.

La iniciativa de creación del “Centro Comunitario de Tradiciones, Oficios y Saberes” en la localidad de Chiltoyac, nos ha permitido desarrollar una propuesta de trabajo, donde se ensayan formas de colaboración de la Universidad con la población local, a través del diálogo de saberes; es decir, desde una perspectiva que fortalece las epistemologías y las ontologías propias, es decir, el núcleo duro de los saberes de los pueblos de “nuestra América”, siguiendo la perspectiva decolonizadora de José Martí. Los propósitos que han orientado las acciones de este espacio se articulan en torno a los siguientes aspectos: restaurar el sentido de comunidad, fortalecer la identidad sociocultural y el sentido de pertenencia; revalorar las tradiciones, los conocimientos, los saberes y la cultura local; generar, compartir y saberes bioculturales y conocimientos útiles para la vida; propiciar la sustentabilidad y el cuidado del medio ambiente y fortalecer los valores humanos de la solidaridad, del cuidado mutuo y de la convivencia. Estos procesos son lugares/espacios donde se hace posible generar una conciencia crítica, justamente en los bordes de la lógica histórica impuesta por la colonialidad del poder.

Comunalidad, autonomía y sustentabilidad constituyen las categorías-ejes que han orientado esta propuesta; la intención se dirige a construir, junto con la población de la localidad, espacios para recrear saberes y tradiciones, reconstruir ámbitos comunitarios, y generar procesos de organización social autónomos, que contribuyan a la sostenibilidad local, regional y planetaria. A través de espacios de educación no formal y del aprendizaje colectivo, la creatividad social emerge, y se activa la capacidad de los sujetos sociales para reinventarse a sí mismos y recrearse frente a la otredad.

Referencias básicas:

- Escobar, Arturo (2016), *Autonomía y diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- Esteva, Gustavo, (2013). “Regenerar el tejido social de la esperanza”, *Polis* [En línea], 33 | 2012, consultado el 18 junio 2015. URL : <http://polis.revues.org/8487> ; DOI : 10.4000/ polis.8487
- Fasheh, Munir (2015). *Sanar de la superstición moderna*, México: Tejiendo Voces por la Casa Común.
- Fals, Borda, Orlando y Damián Pachón Soto (2013). *Socialismo raizal y ordenamiento territorial*. Bogotá: Ediciones desde Abajo.
- Leff, Enrique (2006). *Aventuras de la epistemología ambiental: de la articulación de las*

ciencias al diálogo de saberes. México: Siglo XXI Editores.

Mignolo, Walter D. (2003). Diseños globales, historias locales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, Madrid: Ediciones Akal

Morin, Edgar (2006). El método 6. Ética, Madrid: Cátedra.

Núñez Madrazo, María Cristina (2005). Ejido, caña y café. Política y cultura campesina en el centro de Veracruz, México: Universidad Veracruzana.

Walsh, Catherine (2013). "Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos", en Catherine Walsh, Pedagogías Decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir Tomo I, Ecuador: Serie Pensamiento Decolonial.

Zemelman, Hugo (1992). Los horizontes de la razón II. Historia y necesidad de utopía, Barcelona: Anthropos. Editorial del Hombre.

.....

*** Cristina Núñez-Madrazo**

Centro de EcoAlfabetización y Diálogo de Saberes Universidad Veracruzana EcoDiálogo-UV. Xalapa, México

Resumen de ponencia

“MINGA DE LAS MUJERES” UNA PROPUESTA DE EMPODERAMIENTO DIFERENCIAL PARA EL FORTALECIMIENTO COMUNITARIO

*Nini Johana Ciro Calderón

Hablar de comunidades indígenas nos ubica en varias cuestiones de profundo debate y análisis. En primer lugar, y sin duda, la base de toda reflexión, la razón por la cual es vital proteger su existencia. Si las comunidades indígenas son los mayores reservorios de nuestro legado histórico-cultural así como las guardianas de innumerables recursos naturales, hay razón suficiente no solo para tener en cuenta su situación en los escenarios de discusión de la agenda de desarrollo mundial, sino también para implementar medidas efectivas para su protección y pervivencia. Y en segundo lugar, como consecuencia de lo anterior, la manera en que las entendemos y por tanto, en que nos relacionamos con ellas.

En este punto, nos ubicamos nuevamente frente a dos escenarios de gran relevancia. Primero, relacionado con el discurso occidental de desarrollo, que en este momento histórico, alude al desarrollo sostenible, y el segundo, con lo que Escobar (2015) denomina los discursos de transición (DTs), quien pone la atención sobre el significado y el sentido mismo de modernidad y de desarrollo desde dos perspectivas: la del Sur Global y el Norte Global. Si bien, ambas comparten el propósito superior de cambiar estructuralmente el modelo de desarrollo, cada una presenta apuestas diferentes en tanto varían los problemas urgentes que las ocupan. Para el Sur Global, el post desarrollo, post extractivismo o alternativas al desarrollo (Buen Vivir) y para el Norte Global, el decrecimiento (Economía del Bien Común, Iniciativa de Ciudades en Transición, entre otras).

En ambos escenarios, se halla pertinente el estudio de las comunidades indígenas. No obstante, por su pertenencia, encuentra mayor eco en el escenario de los DTs cuyos avances se han visto cristalizados en el Buen Vivir¹ y los Derechos de la Naturaleza al ser introducidos en las constituciones recientes de Ecuador y Bolivia, fruto de las luchas indígenas de éstos territorios. De ésta manera, el Sur Global propone el Buen Vivir “como una oportunidad para la construcción colectiva de una nueva forma de vivir” (Acosta, 2010: 7; Gudynas, 2011).

Desde la perspectiva del Sur Global o las propuestas de post desarrollo, referirnos a como entendemos las comunidades indígenas y por tanto, cómo nos relacionamos con ellas, implica necesariamente poner la mirada en el paradigma de investigación imperante en el mundo académico al cual pertenecemos. Reconociendo de manera inequívoca, que las comunidades indígenas constituyen en sí mismas un lenguaje diferente y desconocido a nuestro dominio (Occidental), cobra total pertinencia para el

presente estudio el postulado de Boaventura de Sousa Santos sobre la justicia epistémica o epistemología del Sur definida como:

La búsqueda de conocimientos y de criterios de validez del conocimiento que otorguen visibilidad y credibilidad a las prácticas cognitivas de las clases, de los pueblos y de los grupos sociales que han sido históricamente victimizados, explotados y oprimidos, por el colonialismo y el capitalismo globales (Santos, 2009: 12.).

La diversidad del mundo es infinita, una diversidad que incluye modos muy distintos de ser, pensar y sentir, de concebir el tiempo, la relación entre seres humanos y entre humanos y no humanos, de mirar el pasado y el futuro, de organizar colectivamente la vida, la producción de bienes y servicios y el ocio. Esta inmensidad de alternativas de vida, de convivencia y de interacción con el mundo queda en gran medida desperdiciada porque las teorías y conceptos desarrollados en el Norte Global y en uso en todo el mundo académico, no identifican tales alternativas y, cuando lo hacen, no las valoran en cuanto contribuciones válidas para construir una sociedad mejor”.

Términos como justicia epistémica traen a su vez conceptos clave para el análisis, como ecología de saberes, cuya definición alude a “un conjunto de epistemologías que parten de la posibilidad de la diversidad y de la globalización contrahegemónicas y pretenden contribuir para darles credibilidad y fortaleza”³ y, traducción intercultural, entendida como:

El procedimiento que permite crear inteligibilidad recíproca entre las experiencias del mundo, tanto las disponibles como las posibles. Se trata de un procedimiento que no atribuye a ningún conjunto de experiencias ni el estatuto de totalidad exclusiva ni el de parte homogénea (De Sousa, 2011: 36 y 37.).

En consecuencia, esta investigación presentó un doble reto, desarrollar un ejercicio de análisis desde el marco conceptual del desarrollo local y la innovación social sin perder de vista los conceptos de justicia epistémica, ecología de saberes y traducción intercultural como filtro analítico para el ejercicio de observación, interacción y escritura.

De ésta manera, propone un ejercicio de justicia epistémica en sí mismo toda vez que se analizan los resultados de los objetivos propuestos a la luz de lo que Fernández (2016) denomina paradigma de investigación indígena a “los modelos de investigación para el conocimiento de la realidad que sobrevienen fuera del ámbito de entendimiento e interpretación occidental de la realidad” y que según Hart (2010) contienen cuatro dimensiones de análisis: ontológica, epistemológica, metodológica y ética.

Ahora bien, desde el año 2003⁴, el Estado colombiano reconoce las situaciones de desigualdad que ha existido hacia los derechos civiles, políticos, sociales y económicos de las mujeres y ha propuesto el desarrollo de políticas de discriminación positiva dirigidas a mujeres en condiciones de pobreza, con la intención de atender dicha desigualdad a través de la asignación de recursos y medidas que puedan asegurarle a las mujeres igualdad de oportunidades en todos y cada uno de los ámbitos de la vida social. Es así que dentro de ese marco, también se considera la interseccionalidad que complejiza las realidades de las mujeres en condiciones de pobreza e incluso emergen otras realidades donde las variables género y condiciones socio-económicas llevan a la feminización de la pobreza.

Si bien este proceso de reconocimiento y de discriminación positiva considera las interseccionalidades entre género, clase social y/o condiciones económicas, debe mencionarse que otras de este tipo son invisibilizadas y detrás de la discriminación positiva se mantienen posiciones como la racialización de la pobreza que oprimen mayormente a las sujetas discriminadas, victimizadas y vulneradas por su pertenencia étnica. Así lo demuestran algunas de las directrices desarrolladas desde la Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer en Colombia en las que aunque se proponen políticas generales para la superación de las diferencias que ubican a las mujeres en desventaja frente a los hombres, de tal manera que no permiten su desarrollo como sujetos sociales de derechos plenos, no se incorporan políticas específicas efectivas dirigidas a las mujeres indígenas, quienes tampoco han sido visibilizadas como sujetas en especial situación de vulnerabilidad por parte de los movimientos y organizaciones indígenas.

Ellas han sido casi invisibles y lo serán mientras sean ignoradas tanto por la historia oficial como por la propia, ignoradas por sus organizaciones y por las políticas de Estado; mientras se desconozca su situación y condición, su aporte al desarrollo de estas comunidades y su contribución a las luchas de resistencia étnica y cultural.

No obstante, con la marginación e invisibilización por parte del Estado hacia las mujeres indígenas en condiciones de pobreza, contrastan las políticas sociales del movimiento social indígena y sus organizaciones; de este modo, para el caso de esta investigación, la mujer indígena del Pueblo Nasa en el contexto cotidiano y de reproducción social y cultural resulta ser una figura determinante tanto en las dinámicas socio-económicas como también en las dinámicas socio-culturales.

Así, dichas sujetas invisibilizadas, son las agentes que permiten, entre otras, la permanencia y preservación de la identidad cultural de sus pueblos, movilizándolo y salvaguardando, prácticas que apuntan al mantenimiento de la biodiversidad en el mundo, todo ello en el marco de comunidades que, como lo menciona el Auto 004 de 2009 y el Auto 382 de 2010 de la Corte Constitucional de Colombia, se encuentran en “(?) peligro de extinción física y cultural a causa del conflicto armado interno y las gravísimas violaciones a sus derechos fundamentales, individuales y colectivos, y del Derecho Internacional Humanitario” .

Es así como debe tenerse en cuenta la situación de violencia del contexto colombiano, ya que sus dinámicas afectan de manera especial a las mujeres indígenas empobrecidas, no solo por su condición de género, sino también por los procesos de discriminación y exclusión étnica que se han desarrollado históricamente y que se ejercen de forma violenta por actores de diferentes naturalezas ideológicas, quienes explotan la relación íntima entre territorio y comunidad y movilizan éxodos de las mujeres indígenas y sus familias, agravando de esta forma las condiciones de pobreza y olvido que de por sí afectan a las comunidades étnicas en Colombia.

Esta ponencia, en coherencia con el Plan de Salvaguarda y el Plan de Vida Nasa, busca profundizar en los instrumentos que pueden acompañar al proceso de empoderamiento de la mujer indígena Nasa en contexto de ciudad, con miras a la

potenciación de capacidades que le permitan incidir en la permanencia y el desarrollo de su comunidad.

.....

* Nini Johana Ciro Calderón

CABILDO INDÍGENA NASA DE CALI CINC. CALI, Colombia

Resumen de ponencia

“POIESIS DEL MUNDO, QUE SE REALIZA EN LA CAMINATA” REFLEXIONES EN TORNO A UNA ESTÉTICA INTERCULTURAL POSIBLE DE LAS RESISTENCIAS

*Marcela Cecilia Marin

La presente propuesta se focaliza en el análisis de cierta literatura producida en el marco de procesos de resistencia de diferentes movimientos socioambientales y socioterritoriales en Argentina -y en red latinoamericana- como práctica y proceso que permite una mirada analítica intercultural (Mato) (Rivera Cusicanqui) y que, en sus dimensiones estética y política, disputa la posibilidad de imaginar y crear de otros mundos posibles y (re)territorializar otras formas de vida. Postulamos, entonces, la emergencia de esta literatura como creación de un otro “territorio en resistencia” (Zibechi, 2008) (in)material (Mançano Fernandes, 2009) heterogéneo, diverso, que propone otros “estados de luz” y “estados de voz” (Didí Huberman, 2012) y hace aparecer otro diálogo de de saberes (Leff, 2014) otro “reparto de lo sensible” (Rancière, 2014), por lo cual nuestra lectura intercultural nos permite pensar la emergencia de estos saberes en disputa (atravesados por relaciones asimétricas de saber/poder) y sus modos de relación (colaboración, conflicto y/o confrontación) (Mato, 2008, 2009, 2011).

Nuestro corpus indaga dos momentos de esta fase del capitalismo de “acumulación por desposesión” que va de la producción de desocupados a la producción de desiertos, donde la vida, humana y no humana, deviene excedencia y disponibilidad. En tal sentido, hace visible la disputa por diferentes territorios y territorialidades, que va de la privatización al extractivismo; y cuya apuesta política y estética hace emerger estas disputas en un público o sujeto de destinación singular: niños, niñas y jóvenes. ¿Por qué y para qué hacer de estas problemáticas la ocasión de un cuento infantil? En nuestra lectura, esta apuesta de diálogo y colaboración intercultural forma parte de -y es cada vez más necesario- hacer de estas infancia y adolescencias otro territorio en resistencia, disputar “la colonización del imaginario de la infancia” para que estos pueblos en resistencia expongan también a estos otros pueblos (pueblos entre pueblos) a aparecer y cobrar figura, para que esta infancia también pueda desnudarse de los ropajes asignados (Fleisner, 2016), romper los lugar comunes y hacer de su exposición un lugar en común..

Este análisis se enfocará especialmente en dos cuentos producidos y distribuidos por editoriales autogestionadas en Argentina (producidos en espacios asamblearios o solidarios y en diálogo con estos espacios) en el marco de procesos de resistencia y defensa de diversos territorios: La fábrica es del pueblo. 2009, de Johanna Saldaño y Todos dijimos NO (2012), de Carmen Miguel. Partimos de considerar palabras e imágenes que disputan la “colonización del imaginario” (Rivera Cusicanqui 2010, 71) y el régimen de “despojos múltiples” (Navarro, 2015) que ha establecido esta fase de acumulación ¿Qué imágenes produce, activa y suscita esta literatura? Abordamos cada

cuento a la manera de un montaje (Didí Huberman, 2014; Rivera Cusicanqui, 2015) de palabras e imágenes singular que, como “arquitectura” y “artesanía” permita la “apertura reflexiva” (Rivera Cusicanqui, 2015, 287-290) que hace aparecer, territorializa y vuelve posible otros “lenguajes de valoración” (Allier, 2009; Svampa, 2008) de la tierra, el territorio, la vida.

Una de nuestras líneas de trabajo e indagación es ponerse de pie, iniciar la acción de marchar y marcar el territorio con otras consignas. Aquellos que han resultado desterritorializados conforme avanza la desocupación y el extractivismo, también se desterritorializan activamente, se quitan el ropaje que el lugar común y el sentido común hegemónico les ha asignado y resisten a las figuras para buscar figuras, nombres y formas por venir a ese modo de hacer colectivo, se devuelven esa fuerza activa para poner en el lugar de lo común, allí donde no se la supone, esa voz, su voz, que visiblemente había restada. Desterritorialización, entonces, como parte de un proyecto vital.

Se trata, entonces, de hacer aparecer a los pueblos, pese a todo, como las supervivencias de un “saber-luciérnaga” (Didí Huberman, 2012, 101), de pequeñas luces, pequeños resplandores pasajeros, intermitentes, intersticiales, danzantes, erráticos, resistentes e insistentes que aparecen como alternativa a tiempos demasiados oscuros o demasiados iluminados, una luz menor con un “fuerte coeficiente de desterritorialización.” (Didí Huberman, 2012, 39) “Las supervivencias (¿) nos enseñan que la destrucción nunca es absoluta ¿aunque sea continua (¿)” (Didí Huberman, 2012, 65)

.....

*** Marcela Cecilia Marin**

Centro de Investigaciones. Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad Nacional de Córdoba - CIFYH/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

“SE VOCÊ OUVI SOMENTE UM LADO, VOCÊ NÃO TEM NENHUM ENTENDIMENTO”. A ESCRITA LITERÁRIA DE CHINUA ACHEBE E A CRÍTICA AO COLONIALISMO E A COLONIALIDADE.

*Claudia Mortari

Esta comunicação se propõe a apontar, a partir de reflexões em torno da experiência no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa no campo dos Estudos Africanos, os caminhos trilhados no questionamento das tradições eurocêntricas presentes na produção do conhecimento e de visões simplistas e estereotipadas das inúmeras experiências e vivências, no passado e no presente, das populações africanas. Nosso foco centra-se na chamada literatura contemporânea africana, em especial na escrita literária do escritor africano, de nacionalidade nigeriana, Chinua Achebe (1930-2013) que, através de suas obras, apresentou ao mundo ocidental formas de narrar e contar a história e de ver o mundo. A literatura, aqui vista enquanto documento histórico possibilita que nossas reflexões se debruçem sobre e com a pessoa e a escrita do autor, discutindo o papel social e político da sua produção literária, como contraponto às perspectivas hegemônicas de construção de conhecimento eurocentrado, reivindicando assim, em sua literatura o direito à memória e o de narrar sua própria história. A partir da análise literária é possível apontar evidências para a compreensão dos processos históricos ocorridos nas sociedades igbo no contexto do século XX e, por isso, nosso principal documento de análise é a sua obra “No Longer At Ease/A paz dura pouco” (1960), escrita no contexto de independência da Nigéria. Mas mais do que isso, objetivamos discutir e apontar perspectivas de inclusão de saberes de pessoas que foram historicamente subalternizadas ao longo do processo histórico na modernidade. Como afirma Mignolo, a modernidade “não é definida como um período histórico do qual não podemos escapar, mas sim como uma narrativa de um período histórico escrito por aqueles que perceberam que eles eram os reais protagonistas” (2008, p. 316). No campo de nossas reflexões, pensamos que um dos caminhos possíveis em torno da produção do conhecimento de Histórias das Áfricas seja a compreensão de que este, no passado e no presente, é marcado por histórias, memórias, tempos, culturas, modos de ser e de estar no mundo por diferentes grupos. E, portanto, é preciso considerar que existem diversas e plurais formas de se produzir conhecimento e de que existem diversos olhares sobre um mesmo processo, fato histórico ou vivência. O próprio escritor, em uma de suas entrevistas, afirmou ser fundamental que ocorra aquilo que livremente traduzimos como “o equilíbrio das histórias”: diante de uma história que você não gosta ou que não te representa, é preciso contar outra que a contraponha. Profundamente inspirados por suas ideias consideramos necessário construir uma perspectiva acerca da produção do conhecimento histórico e do ensino

das Histórias das Áfricas o que se constitui num desafio epistemológico e político para todos e todas. Em um diálogo entre intelectuais dos campos teóricos pós-coloniais e decoloniais, partimos do princípio que é necessário o questionamento do saber epistêmico ocidental/colonial e o descobrimento e valorização das teorias e epistemologias do sul que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados. Não se trata de uma substituição, mas do surgimento de paradigmas outros. Nossos esforços têm se centrado na proposição de referenciais de estudos que apontam as populações africanas como protagonistas e agentes de suas próprias histórias. Mas, também, o seu papel central na construção de interpretações de sua experiência social e histórica. Não se trata de desconsiderar ou negar as produções e pesquisas realizadas por africanólogos de diferentes nacionalidades na Europa ou na América, nem atribuir aos africanos exclusividade como produtores de conhecimento, muito menos de considerar que apenas eles possam falar sobre si. Contudo, pensamos que podemos e devemos assumir uma postura sensível para que seja possível ouvir as suas vozes, suas criações culturais e históricas, seus conhecimentos, na tentativa de buscar aquilo que é próprio do(s) modo(s) de ser africano no mundo (HOUNTONDJI, 2010: 133). Por exemplo, por história africana entende-se normalmente o discurso histórico sobre África, e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos (...)" (HOUNTONDJI, 2010: 133). Por outro lado, pesquisadores(as) não-africanos poderiam contribuir nesse sentido a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico. Neste sentido, podemos e devemos assumir uma postura sensível para que seja possível ouvir as suas vozes, suas criações culturais e históricas, seus conhecimentos ou forma de concebê-los enquanto tal e, assim, construir epistemologias outras, pautadas num diálogo sul-sul. Tal postura implica na inclusão de um amplo corpus documental e bibliográfico: desde literatura, ensaios, entrevistas, escritos filosóficos, sociológicos, históricos, literários. Este trabalho é realizado tendo como foco central o princípio heurístico da diversidade de forma que seja possível construir uma interpretação e explicação da existência de contextos e sociedades diversas e complexas que constituem o continente africano. Conforme apontado anteriormente, tendo como princípio de que os africanos são produtores de histórias e constroem narrativas sobre si, a literatura de Achebe, devidamente problematizada e analisada, possibilita acessar indícios acerca do posicionamento e intencionalidades do escritor, circunscritos ao tempo e contexto no qual estava inserido no momento da escrita de sua obra. Mas, também, concepções e percepções sobre seus próprios legados históricos-culturais-sociais. Além disso, concebemos as ações universitárias enquanto um locus de exercício de prática docente, de pesquisa e de extensão indissociáveis e articuladas a partir de uma relação dialógica com a sociedade. A pertinência de ações de pesquisa e ensino que construção de uma narrativa que leve em conta o que os africanos têm a falar sobre si mesmos, além de superar imagens e representações estereotipadas e preconceituosas que foram perpetuados por muito tempo, contribui para a implementação dos dispositivos legais brasileiros na área da educação: a Lei Federal nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004). É importante lembrar que não se trata apenas de trabalhar com essas temáticas ou incluir conteúdos, mas pensar em quais perspectivas epistemológicas estes estão colocados de forma que

contribua para o combate aos estereótipos e preconceitos raciais. Mesmo porque, nos é caro pensar que afinal, o conhecimento e a história, têm que servir para a vida.

.....

*** Claudia Mortari**

Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

“¡NUESTRA VIDA ESTÁ EN LA TIERRA!” ACOMPañAMIENTO EN LA DEFENSA DEL TERRITORIO DE LAS COMUNIDADES INDÍGENAS Y CAMPESINAS DE LA SIERRA NORTE DEL ESTADO DE VERACRUZ, HIDALGO, SAN LUIS POTOSÍ Y PUEBLA A TRAVÉS DEL ACTIVISMO COMUNICACIONAL DE RADIO HU...

*Jember Javier Pico Castañeda

Título completo:

“¡Nuestra vida está en la tierra!” Acompañamiento en la defensa del territorio de las comunidades indígenas y campesinas de la Sierra Norte del Estado de Veracruz, Hidalgo, San Luis Potosí y Puebla a través del activismo comunicacional de Radio Huayacocotla, México.

Resumen:

Ante las complejidades de las realidades injustas y desiguales que viven nuestros pueblos, sus luchas situadas adquieren énfasis y modos concretos en la zona norte del Estado mexicano de Veracruz. Allí, sus comunidades levantan sus vidas, sus cuerpos, sus voces y sus luchas para resistir al español como única lengua promoviendo y fortaleciendo sus propios idiomas, al maíz transgénico visibilizando sus peligros y cultivando sus propias semillas, al consumismo a través de la milpa para producir lo que necesitan consumir, a la religiosidad católica fortaleciendo su cultura indígena, y a los proyectos y prácticas extractivistas protegiendo sus territorios.

Todas estas luchas se entrecruzan con las posibilidades de construir y vivir modos-otros de comunicación emancipadora de los poderes coloniales, patriarcales y capitalistas, que son cada vez más posibles. Específicamente, en la Sierra Norte del Estado de Veracruz, Hidalgo, San Luis Potosí y Puebla, Radio Huayacocotla, la voz campesina, es una realización de esos modos-otros de comunicación emancipadora en su condición de aliada de y puente para muchos pueblos originarios indígenas y campesinos que luchan y defienden sus territorios ante los poderes colonizantes extractivistas, aprendiendo día a día a realizar la traducción intercultural que pide la diversidad propia de estos pueblos con los cuales dialoga, lucha y vive. Pero ¿esta lucha es impuesta o elegida? ¿Qué es lo que realmente defienden las comunidades y los pueblos en ella? ¿Cómo acompaña Radio Huayacocotla esta lucha situada? ¿Qué aprenden en ella las y los activistas de las comunidades y de Radio Huayacocotla? ¿Cuáles son sus epistemologías emergentes en y desde sus prácticas cotidianas en torno a ella?

Estas preguntas y sus respuestas surgen en esta lucha. La presente ponencia las teje y evidencia con la ayuda de los principales postulados teóricos y metodológicos de las Epistemologías del Sur a través de un diálogo de saberes establecido con dos comunicadoras de esta radio y con otros activistas de las comunidades. Para ello, parte de algunas de sus producciones radiofónicas, intenta formular los principales aprendizajes y saberes que emergen en las comunicadoras y en las comunidades protagonistas a partir de su lucha, y los plasma en la misma herramienta comunicacional con la cual estas y estos agentes de resistencia y transformación trabajan y luchan día a día: el lenguaje radiofónico. Así, desde sus modos de elaboración y presentación, esta ponencia es un ejemplo de realización de las Epistemologías del Sur, y es un acercamiento a una expresión particular del activismo comunicacional que vive Radio Huayacocotla al acompañar la defensa del territorio de estas comunidades indígenas y campesinas.

El coordinador (autor) de este ejercicio se propuso construirlo, en todas sus fases, con las personas que intervienen y dialogan en él -con sus criterios, vivencias, opiniones y visiones-, pues consideró y considera que también es un modo concreto de aplicar las Epistemologías del Sur. Esta experiencia de construcción conjunta también produjo des-aprendizajes metodológicos no plasmados acá -pues no es el lugar para ello-, que también podrían aportar elementos inspiradores para la de-construcción colectiva de metodologías-otras. De esta manera, el ejercicio plasmado en esta ponencia pretende constituirse en un aporte para seguir avanzando en la lucha territorial de los saberes, de las epistemologías, de las cosmovisiones, para que el Sur siga aportando a las deconstrucciones y construcciones de otros mundos posibles, ya no más como subordinado, sino como voces y saberes válidos en diálogo justo y digno con tantas otras y tantos otros, en condiciones de diversidad e igualdad.

.....

*** Jember Javier Pico Castañeda**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO. Buenos Aires, Argentina

